

APRESENTAÇÃO

Esta coletânea de textos tem sua origem nos trabalhos apresentados durante a realização dos Simpósios Temáticos do **V Encontro Regional de História: Escrita da História**, evento organizado pela Associação Nacional de História – Núcleo Regional de Mato Grosso – ANPUH/MT, ocorrido em novembro de 2008, na cidade de Cáceres/MT.

O **V Encontro Regional de História**, intitulado "**Escrita da História**", foi a principal atividade científica organizada pela ANPUH/MT. O encontro possuiu como foco central um tema de discussão escolhido de acordo com a importância do mesmo, para o aprofundamento dos estudos relacionados à História e à produção do conhecimento histórico.

O evento destaca-se como momento privilegiado de debates e articulações entre os diversos professores/pesquisadores sobre os estudos realizados ou em desenvolvimento, congregando as diferentes abordagens na produção e usos do conhecimento histórico. É um ponto de encontro e intercâmbio entre os profissionais e estudantes de História e áreas afins para apresentar, debater e avaliar o andamento da produção do conhecimento histórico e sua relação com as necessidades sociais e educacionais do Estado de Mato Grosso.

O encontro oportunizou debates e intercâmbios entre pesquisadores, professores, alunos de graduação e pós-graduação em História e demais interessados com os rumos da produção historiográfica e da sua importância para o desenvolvimento e aperfeiçoamento da sociedade, fortalecendo a área de História no Estado de Mato Grosso por meio da interação entre os diversos pesquisadores e grupos de pesquisa, da discussão historiográfica e dos debates sobre as fontes históricas e suas possibilidades de exploração. Os participantes tiveram a oportunidade de entrar em contato com as pesquisas que estão sendo desenvolvidas por estudiosos de Mato Grosso e convidados de outros Estados e universidades.

O encontro oportunizou o aprofundamento das discussões sobre o campo da escrita da História em suas diversas perspectivas e possibilidades, auxiliando os profissionais da área na compreensão e renovação do saber histórico. Esse aprendizado repercutirá nas concepções e ações que esses profissionais irão desenvolver dentro de seus campos de investigação/ação e no ensino de História.

A realização do encontro mostrou também as preocupações da Associação Nacional de História e do Núcleo Regional de Mato Grosso – ANPUH/MT - em proporcionar espaços para o debate, a divulgação de pesquisas e a troca de experiências entre pesquisadores de universidades brasileiras, com o objetivo de envolver os diferentes campos de abordagem e produção do conhecimento histórico. Assim, o **V Encontro Regional de História: Escrita da História** visou a fortalecer os laços entre pesquisadores, profissionais e estudantes de História, contribuindo para a difusão do conhecimento e colaborando para a formação continuada, por intermédio de atividades de aperfeiçoamento destinada a todos os níveis.

INTRODUÇÃO

O trabalho de investigação e reflexão acerca da escrita da História carrega consigo algumas questões representativas da atual situação da produção historiográfica brasileira e das problemáticas presentes na pesquisa, no ensino e na difusão do conhecimento histórico. Essas questões apresentam-se como desafios aos historiadores e professores preocupados com a melhoria da qualidade da escrita e do ensino de História.

Os caminhos possíveis para a construção de um conhecimento histórico e de um ensino de História encontram, nas novas abordagens teóricas e metodológicas, nas novas linguagens e tecnologias, subsídios para ampliar o conhecimento em relação às diversas possibilidades de pesquisa e produção do saber historiográfico, proporcionando mudanças em suas concepções e ações voltadas à reflexão da escrita da História como campo de investigação e compreensão da sociedade contemporânea. Toda mudança e melhoria na produção do conhecimento histórico repercutirão nas ações desenvolvidas pelos professores de História em sala de aula e, conseqüentemente, na sociedade em que a escola está inserida, dando sentido ao papel político e social da mesma.

A reunião de mais de cinquenta textos sobre as mais diversas abordagens historiográficas, da literatura e História, das diferentes temáticas relacionadas ao ensino de História, suas tecnologias e linguagens, representam uma preocupação bastante expressiva sobre a produção, a inovação e a aplicabilidade do conhecimento histórico. Esse conjunto de trabalhos compõe um acervo rico e revelador dos olhares dos professores e pesquisadores, suas perspectivas de diálogo teórico/prático, visando ao desenvolvimento de novos saberes e conhecimentos históricos e suas propostas de diálogo com os leitores.

A organização desta coletânea de textos não está ancorada em referenciais teóricos ou tendências historiográficas pré-estabelecidos, nem se reduz a textos meramente descritivos ou a uma linearidade histórica. A diversidade de temas e propostas de trabalho aqui apresentadas representam uma pluralidade de leituras oriundas de experiências desenvolvidas por seus autores em diversas regiões do Estado de Mato Grosso e outras regiões do país.

Entre as temáticas desta coletânea, encontramos abordagens significativas sobre as questões relacionadas às análises sobre a escrita da História na antiguidade romana e medievo português; as impressões e registros históricos de viajantes sobre as minas de Cuiabá no século XVIII, assim como a análise sobre a transferência da corte portuguesa para o Brasil em 1808 e o Mato Grosso na formação da nação brasileira. As fugas de escravos negros no século XVIII e a formação de Quilombos na fronteira oeste, assim como as espacializações portuguesas na Capitania de Mato Grosso, constituem importantes abordagens relacionadas à História do Estado de Mato Grosso.

Ainda sobre o século XIX, encontramos estudos que analisam projetos geopolíticos do governo imperial, a memória, a política e a identidade brasileiras a partir da fundação da Revista do IHGB, a defesa da província de Mato Grosso e o comércio com a Bolívia durante a guerra do Paraguai, assim como o olhar dos viajantes estrangeiros sobre os ribeirinhos do Pantanal norte.

As preocupações sobre a História da educação em Mato Grosso aparece em estudo sobre a questão da indisciplina dos alunos no início do século XX, tomando como referência de investigação o Colégio Lyceu Cuyabano. A invenção da identidade mato-grossense, a partir da criação do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso na primeira metade do século XX e as representações da imprensa do Estado Novo sobre a primeira visita de Getúlio Vargas ao Mato Grosso, também são analisadas nesta coletânea.

A década de 1970 é estudada por meio de temas como a tentativa de construção do poder popular no Chile de Allende, a militância católica em São Félix do Araguaia no período da ditadura militar, projetos de colonização do Mato Grosso, assim como a ocupação de terras amazônicas, a abertura de estradas e os efeitos sobre a nação indígena kreen-akarôre.

A fundação da Universidade Federal de Mato Grosso sobre uma perspectiva histórica também faz parte dos estudos aqui apresentados.

Questões mais recentes como as pesquisas sobre a formação de professores de História, o ensino de História e suas diversas possibilidades de abordagens, assim como a diversidade étnico-racial no ensino de História a partir da Lei 10.639/03, a História ambiental e o ensino de História, as análises sobre os livros didáticos de História e a questão de gênero e raça neles presente, assim como pesquisas sobre as representações de professores sobre o ensino de História durante o regime militar brasileiro e sobre

Zumbi e Tiradentes na memória didática, representam a diversidade de abordagens atuais sobre a produção do conhecimento histórico e sua relação com o ensino.

As possibilidades de abordagens no ensino de História estão presentes em estudos que analisam a produção cultural e histórica a partir da música como documento histórico em sala de aula.

A questão de gênero e a construção das representações sobre a mulher como “sexo frágil” no século XIX, assim como análises referentes à domesticação dos corpos e mentes, a cultura material e a automatização do espaço doméstico e a questão da prostituição, mulheres chiquitanas: identidade e memória na fronteira são temas recorrentes em alguns textos desta coletânea.

Abordagens que articulam literatura e História estão presentes em estudos que analisam a memória e poética mato-grossense, História e literatura na escrita de Alfredo Taunay, os caminhos de Fernando Morais, jornalista e literato que reivindica o socialismo e as interfaces entre História e literatura.

A diversidade de temáticas abordadas está presente também em estudos que investigam a construção das representações sobre o trabalhador informal na fronteira entre Brasil e Bolívia, a constituição dos espaços japoneses na cidade de Cáceres e os tempos ao longo do caminho da BR-163 e a questão da fronteira.

Outros estudos analisam a presença de jovens negros nos processos criminais, a origem do movimento guerrilheiro colombiano e seus atores, as comunidades campesinas e a identidade indígena em San Matias (BO), as denúncias de trabalho escravo em Mato Grosso e, por fim, a cidade e a invenção de seus “outros” e as artes do fazer e dizer em Michel de Certeau.

Como podemos perceber, a pluralidade das abordagens está presente tanto nos temas como na temporalidade, com trabalhos e investigações que perpassam desde o período colonial até a historiografia do tempo presente. Isso nos apresenta, por um lado, a precisa dimensão da riqueza nas discussões encetadas durante o V Encontro Regional de História, e, por outro, enriquece sobremaneira a disponibilização de material de boa qualidade aos interessados na sua utilização em atividades diuturnas de trabalho, tanto na área de História, como nos demais campos do conhecimento humano.

Conteúdos, opiniões, abordagens, configurações críticas e questões formais expressos nos artigos que compõem estes Anais são de responsabilidade exclusiva de seus autores.

INDISCIPLINA: UM OLHAR SOBRE AS CONDUTAS DE ALUNOS DO “LYCEU CUYABANO” ENTRE OS ANOS DE 1900 A 1907

Cláudio José Santana de Figueiredo¹

Marineide de Oliveira Silva²

Débora Roberta Borges³

No dia-a-dia das escolas, é muito comum que os profissionais da educação manifestem várias queixas sobre a conduta de alguns alunos, considerados indisciplinados, no ambiente da sala de aula. No intuito de tentar manter o controle das atividades pedagógicas, nem sempre com êxito, freqüentemente os professores estabelecem algumas regras a fim de restringir ações não desejáveis e viabilizar a convivência em sala de aula. A pergunta a ser feita é: A indisciplina escolar é um fenômeno da atualidade?

Para responder esta e outras indagações, elaborou-se um trabalho que pudesse desvelar como do Liceu Cuiabano, primeira instituição de ensino público secundário de Mato grosso (ZANELLI, 2002), considerava a indisciplina escolar cometida pelos estudantes do período de 1900 a 1930, como também pesquisar se naquele período, havia formas de violência física e/ou institucional, praticadas no dia-a-dia das atividades pedagógicas, dentre as quais podem caracterizar-se como ações punitivas, indo desde as mais visíveis até as mais veladas.

O pressuposto fundamental deste trabalho é a de que somente ao estudar o passado, pode-se encontrar vestígios para entender alguns fenômenos da atualidade que assolam o cotidiano das escolas, entre estes o da indisciplina escolar. Acredita-se que um estudo dessa natureza, possa proporcionar reflexões sobre a temática da indisciplina escolar que parece ser nos dias de hoje, um dos fenômenos que mais preocupa os segmentos da escola.

Teoricamente, realizou-se uma busca de documentos no intuito de elucidar como a indisciplina escolar era tratada entre os anos de 1900 a 1907, além da abordagem quanti-qualitativa pautada nos estudos de Santos Filho & Gamboa (2002, 51), que afirmam que “os métodos quantitativos e qualitativos não são incompatíveis; pelo contrário, estão intimamente imbricados e, portanto, podem ser usados pelos pesquisadores sem caírem na

¹ Mestrando em Educação/IE/UFMT

² Pedagoga, Graduada do Curso de Serviço Social e Bolsista de Iniciação Científica do Grupo de História e Memória/IE/UFMT.

³ Graduada do Curso de História e Bolsista de Iniciação Científica do Grupo de História e Memória/IE/UFMT.

contradição epistemológica”, além de análises documentais como jornais, Relatórios de Diretores e inspetores da Instrução Pública, atas escolares e o regimento interno do Liceu Cuiabano.

Elizabeth Madureira Siqueira (2000) em seu livro *Luzes e Sobras: Modernidade e Educação Pública em Mato Grosso (1870-1889)* relata que desde o século XIX, as escolas possuíam mecanismos coercivos para serem aplicados, se necessários, a fim de manter a ordem no ambiente da sala de aula e, a educação em Mato Grosso se incluía neste cenário.

A autora ressalta ainda que (2000, p. 238) tradicionalmente na escola, quando uma regra é transgredida, pode aparecer como fonte de condenação o castigo. Para essa autora “o castigo, de maneira genérica, significa a aplicação de um corretivo que pressupõem a transgressão de regras estabelecidas”. Enfoca ainda que os dispositivos disciplinares no século XIX eram utilizados para punir condutas consideradas indesejáveis e estas punições se efetivavam por meio da palmatória, utilizada pelos professores que batiam nas mãos dos estudantes considerados infratores. O artefato — palmatória — inicialmente era:

[...] feita de couro cru, engrossada em uma das extremidades, constituindo esta o cabo onde se pegava; era achatada e arredondada na outra extremidade, com extensão suficiente para cobrir a palma da mão. Depois passou a ser feita de madeira, quase no mesmo formato, tendo na parte redonda, destinada a cobrir a palma da mão, cinco buracos, os quais, sem ultrapassar toda madeira, serviam de sanguessugas [...]. No Brasil, além dos alunos faltosos, servia também para castigar escravos. (BRETAS apud SIQUEIRA 2000, p. 240).

Com a expansão dos sistemas escolares na modernidade, notadamente a partir do século XIX, surge a necessidade de criar mecanismos externos de controle. A sociedade naquele momento carecia de um veículo de propagação em massa que transmitisse signos, valores, modo de ser e de perceber o mundo. Sendo assim, os comportamentos, hábitos e costumes que fugiam ao modelo hegemônico da época em estudo.

No seu vasto trabalho sobre a construção das instituições punitivas modernas, Foucault (1987) ressalta que estas possuem mecanismos intrínsecos de exclusão. O autor esclarece que,

[...] a divisão constata do normal do anormal, a que todo indivíduo é submetido, leva até nós, [...] a existência de um conjunto de técnicas e de instituições que assumem como tarefa medir, controlar e corrigir os anormais faz funcionar dispositivos disciplinares [...]. Todos os mecanismos de poder que, ainda em nossos dias, são os dispositivos em torno do anormal, para marcá-lo como para modificá-lo, compõem essas duas formas de que longinquamente derivam (FOUCAULT, 1987, p.165).

O conceito de indisciplina pode está associado ao conceito de disciplina, pois esta “consiste num dispositivo e num conjunto de regras de conduta destinada a garantir diferentes atividades num lugar de ensino. [...] A disciplina permite entrar na cultura da responsabilidade e compreender que nossas ações têm conseqüências” (PARRAT-DAYAN, 2008, p.8), por isso, entende-se que a falta da disciplina é que parece gerar ações indisciplinadas.

O momento histórico das disciplinas é o momento em que nasce uma arte do corpo humano, que visa não unicamente o aumento de suas habilidades, nem tampouco aprofundar sua sujeição, mas a formação de uma relação que no mesmo mecanismo o torna tanto mais obediente quanto é mais útil, e inversamente. Forma-se então uma política das coerções que são um trabalho sobre o corpo, uma manipulação calculada de seus elementos, de seus gestos, de seus comportamentos (FOUCAULT, 1987, p.127).

A busca pela disciplina faz com que o General Doutor Caetano Manoel Faria e Albuquerque, Presidente do Estado de Mato – Grosso, usando da autorização constante do art. 2 da Lei n. 713, de 20 de setembro do ano próximo passado, e da atribuição que lhe confere o art. 25 § 3 da Constituição do Estado, manda que no Liceu cuiabano se observe o novo Regulamento. Esse Regulamento rege o cotidiano escolar, em todos os sentidos, dos professores e alunos do Liceu Cuiabano. Um exemplo de como o Liceu Cuiabano tratava certas condutas consideradas como infrações encontram-se expressas na portaria nº 04 de 06 de março de 1901 em Mato grosso:

O professor servindo de Director da Instrução Pública, considerando que os alunos do 2º ano do Lyceu Cuyabano [...] portaram-se incorrectamente no interior do edificio. Commettendo actos offensivo aos transenntes; considerando que provesse motivos se acham incursos no § 8 do artigo 120 do regulamento em vigor; resolve suspendel-os das aulas do mesmo estabelecimento pelo tempo de 8 dias [...].

O estudante não se portou adequadamente na instalação do colégio, sendo punido com oito dias de suspensão. O direto tinha como embasamento vários artigos que falam sobre as penalidades que poderiam ser aplicada caso o aluno praticarem alguma infração:

Art. 109 – E vedado aos alunos promoverem, no recinto do Liceu subscrição ou coletas que não tenham caráter cívico e patriótico.

Art. 111 – Incurrerão nas penas cominadas pelo artigo anterior, os alunos:

- a) Por perturbarem o silêncio ou ficarem distraídos durante a aula;
- b) Por negarem-se a executar qualquer trabalho concernente á lição;
- c) Por desrespeitarem ou injuriarem os colegas durante a aula.

Art. 112 – Incurrerão nas penas do art. 110 alínea b e d:

- a) Os alunos que fumarem no estabelecimento ou nele penetrarem sem o devido respeito e compostura;
- b) Os que danificarem as paredes, os móveis e utensílios do estabelecimento;
- c) Os que procederem mal em qualquer parte do estabelecimento e suas imediações;
- d) Os que desatenderem as determinações feitas pelo Diretor;
- e) Os que dirigirem aos funcionários injurias verbais ou por inscrito.

Art. 113 – Incurrerão nas penas do art. 110, alíneas e e f, conforme gravidade do caso:

- a) Os alunos que reincidirem nos delitos especificados no artigo anterior;
- b) Os que praticarem atos imorais dentro do estabelecimento; [p. 30]
- c) Os que dirigirem injurias verbais ou escritas ao Diretor ou algum membro do corpo docente;
- d) Os que agredirem o Diretor, ou qualquer membro da corporação docente, ou os funcionários do ensino [...];

As análises documentais mostram que com esse regimento interno, que condenava com suspensão ou até mesmo, expulsão dos estudantes que praticassem qualquer conduta considerada como indisciplinada. Este documento dava plenos poderes para que o diretor do Liceu Cuiabano decidisse como seriam aplicados os castigos, em cada caso. Os delitos eram registrados em ata, cuja uma cópia era enviada aos pais dos discentes.

Nesse sentido, percebe-se que o ordenamento do tempo e do espaço da escola, em função do qual a disciplina deve ser alcançada a qualquer preço, nem que sejam utilizados instrumentos coercitivos para coordenar, controlar e manipular minuciosamente as atividades corporais dos alunos. Parecem ser justificadas pelo Regimento, já que segue modelos utilizados no Colégio Pedro II no Rio de Janeiro.

Foucault (1987, p. 163) explica que a escola insere-se no modelo de instituição disciplinar que fixa cada um dos indivíduos no lugar que ele deve ocupar, em espaços fechados, divididos e vigiados: “[...] onde os menores movimentos são controlados, onde

todos os acontecimentos são registrados, [...] onde cada indivíduo é constantemente localizado [...]” Isso tudo constitui um modelo compacto dos dispositivos disciplinares.

A disciplina consiste num dispositivo e num conjunto de regras de conduta destinadas a garantir diferentes atividades num lugar de ensino. A disciplina não é um conceito negativo; ela permite, autoriza, facilita, possibilita. A disciplina permite entrar na cultura da responsabilidade e compreender que as nossas ações têm consequências. [...] Ser disciplinado não é obedecer cegamente; é colocar a si próprio, regras de conduta em função de valores e objetivos que se quer alcançar.

Outro fato interessante aconteceu com outro aluno, ele ofendeu o colega com palavras de baixo calão e levou cinco dias de suspensão.

O professor servindo de Director da Instrução, considerando que hoje, no recinto d’este estabelecimento o alunno [...] alem de não dispensar tratamento affectuoso ao alunno [...], tratamento affetuoso e digno, maltratan-o phisicamente; e considerando que por esse motivo incorreu o referido alunno nas faltas do § 07 do artigo 119 e do artigo 120, do vigente regulamento; resolve suspendel-os das aulas deste Estabelecimento por espaço de cinco dias a contar desta data, na forma do artigo 126 do mesmo regulamento [...] (Portaria de nº 01 de 25 de fevereiro de 1903).

Segundo Luckesi (1999) as condutas dos estudantes consideradas inviáveis, tanto no passado como nos dias de hoje, por uma parcela de professores, eram motivos suficientes para a aplicação dos castigos.

As condutas dos alunos consideradas como erros têm dado margem, na prática escolar, tanto no passado como no presente, às mais variadas formas de castigo por parte do professor, indo desde as mais visíveis até as mais sutis. À medida que se avançou no tempo, os castigos escolares foram perdendo o seu caráter de agressão física, tornando-se mais tênues, mas não desprovidos de violência (LUCKESI, 1999, p.48).

Sayão (2004) explica que o castigo dá poder a quem o aplica, poder de decidir o que a criança ou o jovem precisa fazer ou não pode fazer, poder de escolher a punição a ser aplicada. Sendo assim, muitas vezes o professor, quando sente que seu poder está em risco, não tendo mais recurso linguístico para o diálogo, parece partir para aplicações de castigos, cujas ações são em sua maioria, dotadas de violência.

Sobre o poder e a violência, Arendt (2000, p. 36) afirma que no lugar em que a violência opera de forma recorrente, o poder já se desintegrou. Assim, concebe a autora

que: “[...] o poder nunca é propriedade de um indivíduo; pertence a um grupo e permanece em existência apenas na medida em que o grupo conserva-se unido. Quando dizemos que alguém está ‘no poder’, na realidade nos referimos ao fato de que ele foi empossado por certo número de pessoas para agir em seu nome.”

Percebe-se que na escola as relações de poder tornam-se evidentes na relação professor-aluno, o qual, em muitos casos, é atribuído ao docente pelas instituições educacionais, familiares e sociais, além daquele que o próprio aluno atribui à figura desse profissional. Na relação entre esses sujeitos também pode ocorrer que o poder, antes instituído ao professor, seja assumido por outra pessoa, como a diretora, a inspetora, a coordenadora. O poder, tal como a autoridade, não é estático; ele muda de “mãos” se a situação assim o exige. Quando, porém, ele se ausenta do ambiente escolar, provavelmente se instaura ali a violência.

As ações dos alunos que se consideram indisciplinadas podem ser, num primeiro momento, relacionadas a transgressões de regras e normas, ao confronto com uma figura de autoridade, requerendo do professor assunção de uma postura diante do acontecido.

Com o desenvolvimento educacional, os castigos físicos passaram a não fazer mais parte dos instrumentos legais de coerção das escolas. Porém, ainda nos dias de hoje, parece haver inserido na prática de alguns docentes, ações violentas de natureza física e verbal que podem deixar ou não marcas visíveis.

Neste sentido, fica fácil identificar a maneira que as punições eram estabelecidas, como é o caso ocorrido com um estudante do 1º ano do Liceu Cuiabano que levou uma suspensão de três dias em 1905. No documento está especificado o seguinte:

O professor servindo de Director do Lyceu Cuyabano, considerando que hoje o alunno do 1º anno [...] portou-se mal, atirando pedras em seus collegas no recinto deste estabelecimento, resolve suspendel-o da aulas do mesmo Lyceu por espaço de tres dias, a contar desta data. Cumpra-se [...] (Portaria de nº 01 de 27 de abril de 1905).

O artigo 196º faz uma referência de como deveria ser o comportamento dos alunos no interior do estabelecimento de ensino do Liceu, o que parece reforçar as queixas sobre a falta de respeito aos Regimentos internos do colégio, em 11 de Junho de 1926. Esse artigo trás os seguintes dizeres: “os alunos entrarão no estabelecimento com todo o respeito, atravessando os saguões com todo o silêncio tanto na entrada como na saída” (COSTA e OLIVEIRA, 1926).

Percebe-se que é preciso coordenar os gestos, treinar para que sejam precisos rápidos e seguros; tudo dentro de um ambiente estruturalmente delineado, tudo deve ocorrer como se espera. O corpo passa ser um “objeto” manipulável, se transformando em um corpo dócil, “um corpo que pode ser submetido, que pode ser utilizado, que pode ser transformado e aperfeiçoado” (FOUCAULT, 1987, p.118).

O controle disciplinar não consiste simplesmente em ensinar ou impor uma série de gestos definidos; impõe a melhor relação entre um gesto e a atitude global do corpo, que é sua condição de eficácia e de rapidez. No bom emprego do corpo, que permite um bom emprego do tempo, nada deve ficar ocioso ou inútil: tudo deve ser chamado a formar o suporte do ato requerido. Um corpo bem disciplinado forma o contexto de realização do mínimo gesto. Uma boa caligrafia, por exemplo, supõe uma ginástica — uma rotina cujo rigoroso código abrange o corpo por inteiro, da ponta do pé à extremidade do indicador (FOUCAULT, 1987, p.138).

Neste sentido, percebe-se a importância de se estudar os mecanismos de controle disciplinar que faziam parte do cotidiano escolar no passado e investigar o cotidiano escolar no quais os estudantes se inserem na atualidade, para assim compreendermos os fenômenos que assolam as escolas hoje, entre eles a indisciplina escolar. Sendo assim, a partir da percepção destes fenômenos que poderão ser propostas ações que contribuam para a transformação do ambiente escolar em um espaço mais democrático e cidadão.

A indisciplina sob a ótica documental parece significar a violação de regras estabelecidas entre as pessoas que visam garantir a ordem na vida comunal. A problemática da indisciplina na escola nos desperta interesse na medida em que desvelamos as redes de relações que a compõem. Não podemos afirmar nos dias de hoje, que ações ou comportamentos dessa natureza estão ligados à pobreza ou que esse é um problema somente das escolas de periferia ou, até mesmo, que é um fator determinado pela desestruturação familiar.

Se olharmos a questão por esse viés, estaremos incorrendo numa análise simplista, sem fundamentação consistente e, ainda pior, estaremos reproduzindo e legitimando o discurso vigente na sociedade, que associa a indisciplina à falta de condições socioeconômicas, pois ao olhar para o passado, os dados mostraram que a indisciplina fazia parte do cotidiano do Liceu Cuiabano, considerado um Colégio freqüentado pela elite cuiabana.

REFERÊNCIAS:

ARENDT, H. *Sobre a Violência*. Rio de Janeiro: Relume - Dumará, 1994.

CARVALHO, M. José de. *A Construção da Ordem: a elite política imperial*. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1981. 202p. (Coleção temas brasileiros; v. 4)

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Petrópolis: vozes, 1987.

GATTI, Bernadete Angelina. *Grupo focal na pesquisa em ciências sociais e humanas*. Brasília: Líber livro Editorial, 2005.

LUCKESI, Cipriano Carlos. *Prática Escolar: do Erro Como Fonte de Castigo ao Erro Como Fonte de Virtude*, 1999. [on-line] Disponível na internet via WWW PDF: http://www.crmariocovas.sp.gov.br/pdf/ideias_08_p133-140_c.pdf. Capturado em 12/10/2007 15h00h.

MATO GROSSO. *Livro de Registro das Escolas do Estado de Mato Grosso*. Arquivo Público de Mato Grosso (APMT). Livro IP-003-90, Cuiabá 1889 a 1920.

MATO GROSSO. *Relatório apresentado ao Diretor Geral da Instrução Publica pelo Diretor do Liceu Cuiabano*. Arquivo Público de Mato Grosso (APMT). Livro 102- 8 folhas (frente), Cuiabá 1915.

MATO GROSSO. *Regulamento do Liceu Cuiabano equiparado ao colégio Pedro II. Decreto N.º 47*. Arquivo Público de Mato Grosso (APMT). Cuiabá 1916

OLIVEIRA, Maria Izete de. *Indisciplina escolar: determinantes, conseqüências e ações*. Brasília: Liber Livro Editora, 2005.

SANTOS FILHO, José C. & GAMBOA, Silvio S. *Pesquisa educacional: quantidade-qualidade*. SP: Cortez, 2002.

SAYÃO, Rosely. *Não dê castigo ao filho, aplique sanção*. . [on-line] Disponível na internet via <http://www.uol.com.br/fsp/equilibrio/eq2111200213.htm>. Capturado em 15/09/2007 13h00h.

SHILLING, Flávia. *A sociedade da insegurança e a violência na escola*. São Paulo: moderna, 2004.

SIQUEIRA, M. Elizabeth. *Luzes e Sombras: Modernidade e Educação Pública em Mato Grosso (1870-1889)*, Cuiabá: INEP; COMPED; EdUfmt, 2000, 282p.

TEIXEIRA, Maria C. S. & PORTO, Maria do R. S. (Org.). *O imaginário do medo e cultura na escola*. Niterói: intertexto, 2004.

ZENELII, Maria Inês. *A criação do Liceu Cuiabano e a formação dos intelectuais nos cursos de línguas e ciências preparatórias*. Dissertação de mestrado. Cuiabá: UFMT/IE, 2002. 180.p.

CONCEPÇÕES DE FORMAÇÃO DO PROFESSOR DE HISTÓRIA

Ana Rita Pereira de Arruda e Silva¹
Heloísa Salles Gentil²

A formação de professores é um tema atual e bastante discutido na educação; muito tem se pesquisado sobre o estágio e a sua contribuição na formação docente, visto que ele é encarado como o momento privilegiado para estabelecer a relação entre a teoria e prática.

Estagiários têm reclamado constantemente sobre a dissociação entre teoria e prática, o que nos levou a propor a realização deste trabalho de investigação. Foram realizadas entrevistas com alunos estagiários dos últimos semestres de licenciatura em História do Campus Universitário “Jane Vanini”, da UNEMAT/Cáceres, em 2008 e com professores do ensino de História da rede pública de Cáceres, regentes que receberam estagiários em suas salas.

Esta pesquisa tem por objetivo compreender a relação que o estagiário estabelece com a escola ao realizar seu estágio. Buscamos entender como isso tem implicado no dizer, que é quase geral, de que teoria e prática são coisas bem diferentes e como as metodologias ensinadas (teóricas) da/universidade são aplicadas na prática. Visamos, ainda, analisar as concepções dos docentes em atuação na rede pública que recebem os estagiários sobre o estágio e a formação.

Realizamos uma pesquisa com abordagem qualitativa, optando por usar instrumentos como análise documental, entrevistas com alunos do último semestre do curso de licenciatura em História e com professores que os recebem nas escolas da rede. Análises comparativas entre as respostas dos dois grupos de entrevistados demonstram possíveis aproximações e distanciamentos entre suas concepções.

Utilizamos dois procedimentos: pesquisa documental e entrevistas com alunos do oitavo semestre 2008/1 e 2008/2 do curso de licenciatura em História da UNEMAT e professores regentes.

No primeiro semestre de 2008, foram feitas entrevistas com uma parte dos sujeitos dessa pesquisa, pois a regência, parte integrante das atividades de estágio, no curso de História ocorre somente no último semestre. No momento de apresentação deste trabalho, ainda está sendo feito o contato com os alunos que serão entrevistados

¹ UNEMAT, acadêmica de Licenciatura em História, bolsista PROBIC.

² UNEMAT/Cáceres, Orientadora.

no segundo semestre. As entrevistas já realizadas, bem como as análises documentais, apontam aspectos relativos a questões curriculares: por ser um curso de licenciatura, deveria dar mais ênfase à questão das práticas e a regência, que ocorre no oitavo semestre, deveria começar em semestres anteriores para oferecer aos alunos a oportunidade de ter um contato maior com as escolas. O estágio com regência é realizado somente no oitavo semestre do curso, com uma carga horária de 180h prevista na matriz, sendo que apenas 45 h/a ocorrem em sala de aula e o restante fica para preparações teóricas e pedagógicas.

Mas todos os estagiários entrevistados até o momento disseram que o estágio com regência deveria começar em semestres anteriores, para que os alunos pudessem adquirir mais experiência e ter contato direto com a realidade das escolas nas quais futuramente atuarão como profissionais da educação. As análises documentais e as entrevistas apontam para questões curriculares do curso de História, que deveria enfatizar seu caráter de licenciatura, aspecto também apontado no documento do CEE (Conselho Estadual de Educação) no processo de renovação de reconhecimento do curso em 2006.

Outra questão também apontada pelos estagiários entrevistados é a de que as escolas criam expectativas em relação ao trabalho realizado, esperando um retorno da Universidade para as escolas que recebem os estagiários, já que acreditam que a universidade trará algo novo. Alguns professores da rede, já entrevistados, afirmaram criar expectativas em relação a novos métodos que poderiam ser trazidos pelos estagiários, mas, em geral isso, não tem acontecido.

Com base nos estudos e nas análises dos documentos (as normatizações) que regulamentam o estágio, encontramos alguns elementos que exigem atenção, como a distribuição da carga horária do curso de licenciatura em História, descrita na matriz curricular, estabelecendo que o estágio com regência aconteça somente no oitavo semestre.

Conforme já dissemos, na opinião de entrevistados, o estágio com regência deveria ter sua carga horária ampliada, ou melhor, distribuída entre os semestres, discussões que nos remetem à questão teoria e prática, à necessidade dos alunos de vivenciarem as atividades de docência, adequando-se à realidade e associando a teoria que aprendem à prática. Outra questão que se coloca em discussão é como a Universidade tem se relacionado com as escolas que recebem seus estagiários, qual a contribuição da UNEMAT para essas escolas.

A pesquisa está fundamentada em estudos sobre formação de professores e estágio, tais como os de Selma Garrido Pimenta e Maria Socorro Lucena Lima (2004), autoras que abordam a trajetória do estágio, os avanços possíveis na direção da unidade teoria e prática nos cursos de formação de professores, explicando as diferenças entre prática de ensino e estágio supervisionado. Miguel Arroyo (2000), outro entre os autores estudados, descreve a trajetória da luta dos profissionais da educação em busca da profissionalização e reconhecimento da classe.

Também buscamos apoio teórico relacionado ao ensino de História, na coletânea **Ensino de historia: trajetórias em movimento**, organizada pelos autores Nauk Maria de Jesus, Osvaldo Mariotto Cerezer e Renilson Rosa Ribeiro. Os autores procuram traçar um panorama da questão do ensino de História, trazendo discussões sobre a produção historiográfica, desde a formação docente e práticas pedagógicas do professor de História ao do universo dos livros didáticos, com discussões atuais sobre questões sociais vividas pelo Brasil, mais precisamente, voltadas para a história de Mato Grosso.

Fundamentamos também nossa pesquisa em vários documentos relacionados ao estágio, tais como: o PPP (Projeto Político Pedagógico) do curso de História, no qual se explicita a matriz curricular e se apresenta a descrição das disciplinas, a resolução do CONEPE nº. 134/2005, uma normatização interna da UNEMAT, na qual buscamos compreender as normas que regem o estágio em relação ao curso de História. Estudamos as resoluções do CNE/CP, tanto a nº. 01, que institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação de professores da Educação Básica em curso superior, curso de licenciatura de graduação plena, como a CP 02, que institui a duração e a carga horária dos cursos de licenciatura de graduação plena de formação de professores. Até o presente momento, o que podemos apresentar são essas discussões, pois a investigação ainda se encontra em andamento e depende de dados que estão sendo coletados na pesquisa de campo. Nossos dados, portanto, ainda são parciais.

Referências bibliográficas

ARROYO, Miguel. **Ofício de mestre, imagens e auto-imagens**. Petrópolis: Vozes, 2000.

BARREIRO, Iraides Marques de Freitas. **Prática de ensino e estágio supervisionado na formação de professores**. São Paulo: Avercamp, 2006.

PIMENTA, Selma Garrido; LIMA, Maria Socorro Lucena. **Estágio e docência**. São Paulo: Cortez, 2004.

JESUS, Nauk Maria de et al (Org). **Ensino de história**: trajetórias em movimento. Cáceres, MT: UNEMAT Editora, 2007.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional** nº. 9.394 de 20 de dezembro de 1996.

_____. Conselho Nacional da Educação. **Parecer CNE/Cp nº. 1**, de 18 de maio de 2002. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena.

_____. Conselho Nacional Pleno da educação. **Parecer CNE/Cp nº. 2**, de 19 de maio de 2002. Institui a duração e a carga horária dos cursos de licenciatura, de graduação plena, de formação de professores da Educação Básica em nível superior.

UNEMAT. Conselho de Ensino Pesquisa e Extensão. **Resolução nº. 134/2005**. Estabelece normas para organização e funcionamento das atividades de Estágio Curricular Supervisionado dos Cursos de Licenciatura plena do Campus Universitário de Cáceres.

_____. **Projeto Político Pedagógico de curso de Licenciatura em História**. Cáceres, 2005.

_____. **Processo de renovação de reconhecimento do curso de Licenciatura Plena em História** – Campus Universitário de Cáceres /UNEMAT, 2005.

ITAM: MITOS E LENDAS PARA COMPREENDER A HISTÓRIA E CULTURA AFRICANA E AFRO-BRASILEIRA

João Bosco da Silva¹

Que possibilidade uma lenda pode expressar a forma de viver, pensar e agir de um povo? Que importância têm as histórias relatadas pelos *griot*, tanto no passado quanto hoje para os povos da África em geral e da África Atlântica em especial? É possível introduzir história e cultura africana e afro-brasileira nos currículos escolares através de mitos e lendas?

A Lei 10.639/03 colocou em cheque os educadores brasileiros, visto que a grande maioria afirma não estar preparada para introduzi-la nos currículos escolares.

Pensando por este ângulo é que se propõe este artigo, que visa a analisar estratégias na busca de concretizar ideias e práticas interdisciplinares para a implementação da Lei 10.639/03. (Re) pensar práticas docentes no que se refere à história e à cultura africana e afro-brasileira, entre outros pontos, é o que se almeja com este artigo.

Para tanto, recorreu-se a mitos e lendas como forma de compreender a mentalidade de povos da África Atlântica, que, por meio da diáspora, vieram para a América e, consequentemente para o Brasil, buscando-se destacar a participação desses povos na formação sociocultural, econômica e religiosa de nosso país.

Como a escola convive com as diferenças?

Quando se depara com as perguntas: Qual a função da escola? Como nós, brasileiros, relacionamo-nos com esse espaço em nosso dia-a-dia? Que importância esse lugar tem para nossas crianças, jovens e adultos?

De uma forma geral, todos os pais, educadores e governantes dirão que a escola é importante e que tem a função primordial na formação educacional de nossas crianças, jovens e adultos. Entretanto, qual o lugar da diversidade no ambiente escolar?

¹ Mestre em História pela UFMT. Professor de História da rede estadual de ensino, atuando na gerência de diversidade da SEDUC/MT. Membro do Conselho Estadual da Igualdade Racial do Estado de Mato Grosso e do Fórum Permanente de Educação e Diversidade de Mato Grosso.

A escola, enquanto espaço privilegiado para a vivência da práxis da diversidade étnico-racial, tem sido historicamente um lugar que desvaloriza os componentes diversos no seu interior, visto que a educação brasileira, em geral, e a escola, em particular, ainda insiste em privilegiar apenas e tão somente o modelo eurocêntrico de cultura, desprivilegiando as contribuições afro-ameríndias no processo de formação socioeconômica e cultural da brasilidade. E, como afirma Nilma Lino Gomes, “colocar a educação no campo dos direitos é garantir espaço à diferença e enfrentar o desafio de implementar políticas e práticas pedagógicas que superem as desigualdades sociais e raciais” em um país tipicamente miscigenado.

Portanto, um dos desafios da educação brasileira na atual conjuntura é fazer da escola um espaço que privilegie as diversidades de culturas e etnias, uma vez que

nos últimos anos, alguns estudos têm mostrado que o acesso e a permanência bem-sucedida na escola variam de acordo com a raça/etnia da população. [...] Os índices de reprovação nas instituições públicas também demonstra que há uma estreita relação entre a educação escolar e as desigualdades raciais na sociedade brasileira. (GOMES, 2001, p.85).

Desafio maior ainda é preparar educadores com visão abrangente que venham ao encontro do imperativo de observar essa constatação socioeducacional do nosso país, uma vez que, na conjuntura em que vivemos, é inconcebível que os educadores ainda insistam em continuar com as mesmas práticas arcaicas e antiquadas de outrora, a saber, educar crianças, jovens e adultos que não conseguem respeitar e aceitar as diferenças seja étnico-racial, seja de gênero, seja orientação sexual, seja de credo ou práticas religiosas diferente da sua. É inaceitável que em pleno século XXI “[...] onde o mercado globalizado é testemunha da formação de blocos supranacionais como a União Européia, o Nafta e o Mercosul” (D’ADESKY, 2005, p 21), do qual o Brasil deseja participar, ainda se mantêm resquícios de uma educação jesuítica, em que o eurocentrismo persiste em ser o único pólo de formação cultural brasileira.

Além disso, mais indemissível é pensar em uma educação que não liberta nossas crianças, jovens e adultos dos ranços da época colonial, imperial e até mesmo de nossa prosaica república, que quer continuar silenciando as manifestações culturais afro-ameríndia, especialmente no que tange à questão religiosa, em detrimento de uma cultura judaico-cristã. Já que

em todo mundo, grupos e indivíduos reafirmam seus particularismos locais, suas identidades étnicas, cultural ou religiosa, principalmente no Leste Europeu, na ex-União Soviética, na Europa Ocidental, e também no México, na Nicarágua, na Índia, entre outros países [...]. No Brasil, essa retomada interessa, sobretudo, aos estudos sobre a formação da nação e sobre os movimentos indígenas e negro que afirmam o conteúdo positivo das suas culturas e exigem o reconhecimento das identidades étnicas ou culturais, inseparáveis dos interesses econômicos e das reivindicações políticas (D'ADESKY, 2005, p. 21).

Silenciar uma cultura em detrimento de outra é não perceber a dimensão de uma educação que busca formar cidadão crítico, consciente, participativo e, acima de tudo, não formar cidadão que respeite a pluralidade étnico-racial e, principalmente, que não perceba nas multiplicidades de ideias e culturas a convivência harmoniosa das várias manifestações que contribuíram e contribuem para a formação do nosso país.

A escola, enquanto espaço prioritário da educação formal, deve privilegiar uma educação que estimule a convivência com as diferenças e os diferentes, evidenciando a multiplicidade e o pluralismo de culturas e ideias, visando a uma práxis que liberte os nossos educando de uma educação que, no decorrer da história brasileira, de tudo fez, se não para apagar, mas para silenciar as evidências da importância das etnias e culturas negras e ameríndias e suas contribuições na formação da brasilidade.

Ao perguntar-se: Como fortalecer a identidade das crianças negras? Evidentemente não há receitas. Mas não podemos deixar de intervir positivamente nas ações de preconceito que ocorrem na escola. Precisamos urgentemente oferecer aos nossos alunos (as) chaves para a abertura de caminhos que promovam uma educação humanitária. Uma educação que não seja excludente (OLIVEIRA, 2005, p.93) e, principalmente, uma educação que promova e eleve a autoestima da criança, jovem e adulto negro e empobrecido. Entendendo, obviamente, educação humanitária não como sinônimo de educação da piedade ou autopiedade, e sim uma educação que oportunize a negros e a não negros compreender que são protagonistas na formação deste país.

Uma tarefa nada fácil, porém, essencial, já que para muitos educadores pouco preparados ou pouco sensíveis a tal questão, que preferem o silêncio ou o fingimento do não ver ou ouvir a situação de preconceitos estampados em sua sala-de-aula, e no material didático que o mesmo adota:

No que tange ao livro didático, [e outros materiais pedagógicos] muitos deles ainda apresentam-se práticas que afetam crianças e adolescentes negros/as e brancos/as em sua formação, destruindo a auto-estima do primeiro e cristalizando no segundo, imagens negativas e inferiorizadas da pessoa negra, empobrecendo em ambos o relacionamento humano e limitando as possibilidades exploratórias da diversidade étnico-racial e cultural. (SILVA, 2001, p.66).

Uma escola que prima por uma educação inclusiva deve ter a preocupação de preparar seres humanos que saibam conviver com multiplicidades de ideias e práticas culturais, objetivando a formação de cidadão e cidadã que admitam e respeitem as variedades étnico-raciais que forma o mosaico cultural brasileiro.

A escolha de material pedagógico, especialmente o livro didático, no qual a presença afro-ameríndia esteja evidenciada não apenas como subalterno e com imagens que inferioriza essas etnias, e sim com negros e ameríndios como protagonistas na formação desde país, é dever essencial de educadores e educação que privilegia a diversidade sociocultural na composição étnico-racial do Brasil.

Considerando que boa parte dos educandos de escolas públicas tem no livro didático o único material para estudo, se o estudante negro(a) não perceber imagens que eleve sua estima nesse material, qual a ideia que terá de si mesmo? Obviamente, que foi escravo, subalterno e, principalmente, que é inferior às outras etnias e outras culturas.

Outro dever essencial na busca de uma escola inclusiva “é a mudança dos currículos escolares, pois que estes devam contemplar conteúdos ligados à cultura afro-brasileira e à história dos povos africanos no período anterior ao sistema escravagista colonial” (SILVA, 2001, p.66). Por esse aspecto, a Lei 10.369/03 vem contribuir para as novas atitudes e novos olhares aos currículos, porque inclui na Rede Oficial de Ensino de todo o país a obrigatoriedade da temática da História e Cultura Afro- brasileira e Africana nos currículos escolares. A Lei 10.639/03 altera a LDB (Lei 9.394/96) nos seguintes aspectos:

Artigo 26: Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre a História e Cultura Afro-Brasileira.

Parágrafo 1º O conteúdo a que se refere o caput deste artigo incluirá o estudo da História, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do

povo negro nas áreas sociais, econômicas e política pertinentes à História do Brasil.

Parágrafo 2º Os conteúdos referentes à História e Cultura Afro-Brasileira serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística e de Literatura e Histórias Brasileiras. (MEC/SECAD, p. 35).

Essa lei lança novos raios para uma educação que venha ao encontro da realidade do nosso país, visto que a práxis da mesma, na sua essência, é a valorização da pluralidade étnico-racial e cultural brasileira, que tem sua formação maciçamente afro-ameríndia.

É bom que se ressalte que a implementação da Lei 10.639/03 deve também vir junto da execução de políticas educacionais que garantam a qualidade da educação pública voltada à população negro-ameríndia e pobre deste país, pois assim estaremos reparando absurdos ainda presentes em nossa educação, visto que o

Brasil é uma imensa nação cuja característica principal não se reduzem às desigualdades socioeconômicas. É um país marcado, também pela diversidade cultural e racial. Não podemos, portanto, desconsiderar a interferência da diferenças étnico-raciais nas condições de vida e história do povo brasileiro. [...] A o propor uma educação cidadã que articule a questão racial, tanto os (as) educadores(as) quanto os(as) formadores(as) de política devem estar cientes da complexidade que envolve a história e a trajetória escolar do segmento negro e pobre no Brasil. (GOMES, 2001, p.86).

Mitos e lendas africanas e afro-brasileiras e a participação no negro na formação sociocultural do nosso país

Retratar a capoeira, o samba, o carnaval como participação do negro na cultura nacional talvez não seja nada complicado para educadores brasileiros; porém, em se tratando de aspectos da religiosidade de matriz africana e afro-brasileira, sempre se fica com “um pé atrás”. Ora justificando falta de conhecimento, o professor se diz não estar preparado para lidar com a temática, ora afirma não ver importância da temática na formação da cultura nacional, portanto, tal tema não deve fazer parte do currículo escolar, ou, ainda, culpabiliza a família, em sua grande maioria de formação judaico-cristã, de não querer que seus filhos compreendam a dinâmica das religiões de matriz africana e suas influências na formação brasileira. E ainda existe o grupo, diga-se de passagem, uma grande maioria, que afirma que em sua formação inicial não houve nenhuma disciplina que

lidasse com esse tema. Assim, cada qual à sua maneira, acha uma forma de escamotear para não lidar com a questão no interior da escola.

A Lei 10.693/03 se tornará letras mortas, ou, no mínimo, incompleta, se não lidar com as religiões e religiosidades de matriz africana e afro-brasileira nos currículos escolares para compreender a formação sociocultural do nosso país.

Mas, como trabalhar essa temática em sala-de-aula, sem conduto incorrer-se no risco de proselitismos, dogmatismos e/ou ferir a cosmo visão religiosa do educando e sua família?

Começo esta análise recorrendo a uma lenda yorubá e peço licença aos leitores para transcrevê-la em sua íntegra:

Logo que o mundo foi criado, todos os orixás vieram para a Terra e começaram a tomar decisões e dividir encargos entre eles, em conciliábulos nos quais somente os homens podiam participar. Oxum não se conformava com essa situação. Ressentida pela exclusão, ela vingou-se dos orixás masculinos. Condenou todas as mulheres à esterilidade, de sorte que qualquer iniciativa masculina no sentido da fertilidade era fadada, ao fracasso. Estavam muito alarmados e não sabiam o que fazer sem filhos para criar nem herdeiros para deixar suas posses, sem novos braços para criar novas riquezas e fazer as guerras e sem descendentes para não deixar morrer suas memórias. Oludumare soube então, que Oxum fora excluída das reuniões. Ele aconselhou os orixás a convidá-la, e às outras mulheres, pois sem Oxum e seu poder sobre a fecundidade nada poderia ir adiante. Os orixás seguiram os sábios conselhos de Oludumare e assim suas iniciativas voltaram a ter sucesso. As mulheres tornaram a gerar filhos e a vida na Terra prosperou. (PRANDI, 2001, p.345).

Que possibilidades uma lenda como essa abre ao professor para explorá-la em sala-de-aula? Não é objetivo destes escritos dar nenhuma receita pronta e acabada, nem muito menos ensinar educadores(as) a lidar com conteúdos em seu ambiente escolar, mas fazer com que ele/a perceba as possibilidades em lidar com lendas religiosas de matriz africana e afro-brasileira sem, contudo, incorrer em interferir nos valores religiosos dos educandos e sua família.

Creio que na área de linguagem, especialmente na Língua Portuguesa, poderia ser trabalhada a interpretação do texto, destacando os vocábulos africanos que aparecem na lenda, buscando o significado de cada um deles. Já na Educação Religiosa, Filosofia e

Sociologia, é possível lidar com essa lenda explorando a questão de gênero e sexualidade, a importância da mulher na sociedade, o papel da mulher nas comunidades de religião de matriz africana. A partir da lenda, é possível, ainda, discutir a marginalização e a exclusão de negro e não negro na sociedade brasileira.

Destaca-se como de profunda importância para professores de História, ao tratarem o conteúdo História da Grécia Antiga, especialmente ao abordar mitos e lendas gregas, fazer paralelos com os mitos e lendas africanas e afro-brasileiras, pois tanto uma quanto outra têm formas peculiares de lidar com o sagrado e o não sagrado. O importante é o educador despir-se de seus valores e apresentar esse sagrado sem preconceitos e valores morais pessoais ou do grupo do qual ele/a faz parte.

Ainda na disciplina História, essa lenda pode abrir precedente para que o professor/a use-a para introduzir e discutir a memória e sua importância para um grupo social, visto que é impossível pensar o ser humano e a humanidade sem discutir sua memória e como ela se articula no real-histórico. A lenda retrata que os seres humanos estavam preocupados, pois já não nasciam mais descendentes que preservassem, que não deixassem morrer suas memórias, portanto, aproveitar essa lenda é uma forma de introduzir discussão acerca de um tema de fundamental importância para a humanidade, que é a memória histórica.

Outro ponto importante que pode ser discutido tendo como aporte essa lenda diz respeito à participação da mulher em fatos marcantes da história mundial e nacional, bem como a trajetória feminina e sua luta pela inclusão social, a mulher e mercado de trabalho na atualidade e, ainda, o destaque de personagens femininas negras que lutaram e lutam por uma sociedade mais justa, uma vez que a lenda retrata a luta de um Orixá feminino e sua busca pela inclusão e pela participação em uma sociedade tipicamente masculina e excludente.

Pode-se, também, destacar a vida e a luta de personagens como Chica da Silva, Tereza de Benguela, Mãe Menininha do Gantois, Dandara, Ialorixá Stela de Oxossi, Chiquinha Gonzaga, Carolina Maria de Jesus, Benedita da Silva, entre outras personalidades locais.

Essas são apenas algumas das possibilidades que uma lenda da religião dos Orixás pode abrir para discutir temas tão importantes para a sociedade brasileira, sem tocar em pormenores dos fundamentos religiosos afro-brasileiros.

Percebe-se, então, que é possível. Basta o professor aprender e querer lidar com a religião de matriz africana, sem, contudo incorrer no risco de discutir teologia africana e afro-brasileira, uma vez que é função da educação lidar com a diversidade, respeitando valores e crença, sem tocar em conceitos e preceitos religiosos, ou ferir os valores morais e religiosos de alunos e sua família.

Percebamos uma outra lenda yorubá:

Ossaim era o nome de um escravo que foi vendido a Orunmilá. Um dia ele foi à floresta e lá conheceu Aroni, que sabia tudo sobre as plantas. Aroni, o gnomo de uma perna só, ficou amigo de Ossaim e ensinou-lhe todo segredo das ervas.

Um dia, Orunmilá, desejoso de fazer uma grande plantação, ordenou a Ossaim que roçasse o mato de suas terras.

Diante de uma planta que curava dores, Ossaim exclamava: “Esta não pode ser cortada, é a erva que cura as dores”. Diante de uma planta que curava hemorragias, dizia: “Esta estanca o sangue, não deve ser cortada”. Em frente de uma planta que curava a febre, dizia: “Esta não, porque refresca o corpo”.

E assim por diante.

Orunmilá, que era um babalaô muito procurado por doentes interessou-se então pelo poder curativo das plantas e ordenou que Ossaim ficasse junto dele nos momentos de consulta, que o ajudasse a curar os enfermos com o uso das ervas miraculosas. E assim Ossaim ajudava Orunmilá a receitar e acabou sendo conhecido como o grande médico que é. (PRANDI, 2001, p.152).

Destacamos essa lenda com a finalidade de notar a riqueza da mesma para lidar com a ecologia, a preservação de meio ambiente e a importância das ervas e plantas no trato com a saúde. Presume-se que professor (a) das disciplinas a Ciências e Biologia se esbaldaria com essa lenda em sala de aula, explorando a temática acima mencionada. A disciplina de História poderia usar a lenda para introduzir uma discussão sobre a escravidão na África antes da chegada dos europeus, já que a mesma principia afirmando que Ossaim era escravo de Orunmilá e termina dizendo que Ossaim transformou-se no grande médico da comunidade. Assim, abre-se a possibilidade para discutir as diferenças entre a escravidão na África antes dos europeus e a escravidão mercantil principiada na Idade Moderna.

Feriria os valores religiosos de alguma família de formação judaico-cristã a interpretação dessas duas lendas africanas em sala de aula? Creio que não, muito pelo

contrário. O estudo dessas lendas pode contribuir para que o aluno conheça e compreenda os valores de grupos diferente do seu próprio, nesse caso, os valores religiosos africanos, tão presentes no cotidiano do povo brasileiro. Com isso, é possível perceber que é nessa diversidade de ideia que surge o respeito pelo que compreendemos diferente do grupo do eu.

Algumas considerações

Buscou-se, neste artigo, perceber a importância da Lei 10.630/03 no processo de busca de efetivação do currículo escolar de todas as áreas de conhecimento em todos os níveis de ensino de História e Cultura Africana e Afro-brasileira, destacando como as lendas e mitos podem ajudar na efetivação da introdução desses conteúdos no interior da escola.

Uma vez que se pressupõe que a educação, em geral, por ser território propício para a compreensão dos valores humanos, deve encontrar espaço para a discussão acerca das diversidades em seus variados aspectos, em especial, no âmbito cultural, buscou-se demonstrar que as diversidades são formas de buscar entendimentos com o diferente.

Pensar uma educação, no início do século XXI, no qual o processo de entendimento humano deve ser a cada minuto ressaltado como essencial para o entendimento no planeta Terra, faz-se necessário educar nossas crianças, jovens e adultos para viverem em uma sociedade que respeite as diferenças em todos os aspectos, especialmente no que tange à questão religiosa.

Não é papel da escola usar proselitismos de qualquer tendência religiosa. Como espaço de pluralidade, deve privilegiar debates e discussões, visando a formar cidadãos comprometidos com a busca de uma sociedade que respeite as identidades étnico-culturais.

O compromisso maior da escola deve ser lidar com as diversidades de forma crítica e criativa. Educando crianças, jovens e adultos que consigam conviver com as diversidades culturais, sempre enfatizando que, enquanto ambiente de conhecimento e cultura, deve se ater à sua primordial função, a saber, educar para o respeito ao outro e para a valorização humana em todos os aspectos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Orientações e Ações para a Educação das Relações Étnico-Raciais. Brasília-DF: MEC/SECAD, 2006.

BRASIL. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Brasília-DF. MEC/SECAD, 2004.

D'ADESKY, Jacques. **Pluralismo étnico e multiculturalismo**: racismo e anti-racismo no Brasil. Rio de Janeiro-RJ: Pallas Editora, 2005.

GOMES, Nilma Lino. Educação cidadã, etnia e raça: o trato pedagógico da diversidade. In: CAVALLEIRO, Eliane (Org.). **Racismo e Anti-racismo na educação**: repensando a nossa escola. São Paulo: Selo Negro Edições, 2001.

OLIVEIRA, Rachel de. **Tramas da cor**: enfrentando o preconceito no dia-a-dia escolar. São Paulo: Selo Negro Edições, 2005.

PRANDI, Reginaldo. **Mitologia dos Orixás**. São Paulo: Cia. das Letras, 2001.

SILVA, Maria Aparecida da. Formação de educadores/as para o combate ao racismo: mais uma tarefa essencial. In: CAVALLEIRO, Eliane (Org.). **Racismo e anti-racismo na educação**: repensando a nossa escola. São Paulo: Selo Negro Edições. 2001.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

BARROS, José Márcio. **Ensino de história e cultura africana e afro-brasileira**. Belo Horizonte: PUC-Minas Virtual, 2006.

BENJAMIN, Roberto. **A África está em nós**: história e cultura afro-brasileira. João Pessoa: Editoria Grafset, 2006. v.4.

BRAGA, Maria Lúcia de Santana. **Dimensões da inclusão no Ensino Médio**: mercado de trabalho, religiosidade e educação quilombola. Brasília-DF: MEC/SECAD, 2006.

DEL PRIORE, Mary. **Ancestrais**: uma introdução à história da África Atlântica. Rio de Janeiro: Campus, 2004.

LUDY, Raul. **Jóias de axé**: fios-de-contas e outros adornos do corpo: a joalheria afro-brasileira. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

MUNANGA, Kabengele (Org). **Superando o racismo na escola**. Brasília-DF: MEC/SECAD, 2005.

MUNANGA, Kabengele; GOMES, Nilma Lino (Orgs). **Para entender o negro no Brasil de hoje**: história, realidades, problemas e caminhos. São Paulo: Ação Educativa. 2004.

PRANDI, R. **Ifá, o adivinho**: mais histórias dos deuses africanos que vieram para o Brasil como os escravos. São Paulo: Cia. das Letrinhas, 2002.

_____. **Mitologia dos orixás**: mais histórias dos deuses africanos que vieram para o Brasil como os escravos. São Paulo: Cia. das Letras, 2002.

_____. **Xangô, o trovão**: mais histórias dos deuses africanos que vieram para o Brasil como os escravos. São Paulo: Cia. das Letrinhas, 2003.

_____. **Oxumarê**, o arco-íris: mais histórias dos deuses africanos que vieram para o Brasil como os escravos. São Paulo: Cia. das Letrinhas, 2004.

SILVA, Nelson Fernando Inocência. Africanidade e religiosidade: uma abordagem sobre as sagradas matrizes africanas na escola. In: _____. **Educação anti-racista**: caminhos abertos pela Lei Federal nº 10.639/03. Brasília: MEC/SECAD, 2005.

SOUZA, Marina de Mello e. **África e Brasil africano**. São Paulo: Ática, 2006.

O TRABALHO DE PROFESSOR EM CLÁUDIA-MT ENTRE OS ANOS 1978 E 1988

Cristinne Leus Tomé¹

Introdução

Esta comunicação é parte do projeto de Doutorado sobre a educação na cidade de Cláudia – MT e tem como objetivo o estudo da formação de professores entre os anos de 1978, ano de chegada dos primeiros imigrantes, e 1988, ano de sua municipalização. Durante esse período, a cidade de Cláudia pertenceu ao Município de Chapada dos Guimarães e ao Município de Sinop e foi se constituindo um sistema educacional estadual e municipal. Temos aqui uma revisão acerca do processo de nascimento, consolidação e expansão do ensino escolar em Cláudia. O trabalho do professor é regido pela Lei 5.692, de 11 de agosto de 1971, e pela Lei 7.044, de 18 de outubro de 1982, sobre o ensino de 1º. e 2º. graus, em que ambas dispõem sobre o ingresso e a qualificação do professor em atividade de ensino. Ressalta a disposição geográfica das escolas públicas instaladas na cidade, zona urbana e rural, e suas peculiaridades quanto aos dispositivos legais. Além da pesquisa documental, foram realizadas treze entrevistas com professores que trabalharam durante essa década. Para discussão neste artigo, propõe-se analisar o discurso dos professores sobre o seu trabalho em uma cidade em formação, sobre suas atividades docentes e atividades na comunidade.

¹ Professora do curso de Pedagogia, campus universitário de Sinop – UNEMAT, com Mestrado em Educação pelo PPGEDU-UFRGS e Doutoranda em Educação pela mesma instituição, em pesquisa sobre a formação de professores na cidade de Cláudia-MT.

O trabalho de professor em Cláudia-mt entre os anos 1978 e 1988

“[...] a história é sempre contemporânea”.

(Benedetto Croce)

Entendermos a história como contemporânea é, a princípio, uma encruzilhada. Seria esse “contemporâneo” uma das divisões históricas em períodos? Não. Esse “contemporâneo” seria: Presente? História do tempo presente? Ou imediata? História imediata? Qual seria a melhor definição para entendermos a história como um processo, sem cortes epistemológicos de passado e presente, com um constante ressignificar?

A **Escola dos Annales**, ao repensar a história em seus métodos, objetivos, temática rompe com o modelo positivista e distancia-se da concepção evolucionista que apresentava. Lucien Febvre, um dos mentores da **Escola**, define o tipo de história que se propunha a fazer: “[...] o objeto de nossos estudos não é um fragmento do real, um dos aspectos isolados da atividade humana, mas o próprio homem, considerado nos seios dos grupos de que é membro” (apud BRIGNOLI; CARDOSO, 2002, p.349).

Bédarida (2005, p.221) apresenta a ideia de que “tempo presente é reescrito indefinidamente utilizando-se o mesmo material, mediante correções, acréscimos, revisões”, assim como o palimpsesto, pergaminho reutilizado várias vezes, raspado e escrito novamente. A história do tempo presente tem caráter inacabado e em constante movimento, ressaltando o papel social do historiador, na abordagem de temas controversos atuais. Lacouture (1998, p.216) entende por história imediata como aquela “próxima, participante, ao mesmo tempo, rápida na execução e produzida por um ator ou uma testemunha vizinha do acontecimento, da decisão analisada”. A partir de temas atuais, indagações sobre problemas recentes, a história imediata requer certos critérios para apreciação, devido às próprias fontes de pesquisa, uma vez que destaca o papel das mídias.

Importante nessa questão conceitual é conseguirmos vislumbrar a responsabilidade social que temos com o nosso trabalho, nossa prática e devolvermos à sociedade uma síntese de nosso olhar investigativo. Nossas fontes de pesquisas são os documentos – o sabor de uma gota de mel em um sarcófago egípcio, a textura de um casaco em couro mal curtido que raspa a ponta dos dedos, o aroma que se mantém no frasco vazio, o som de uma sequência musical ainda não decifrada, a leitura de um pergaminho.

E cabe aqui fazer um parêntese e lembrar Le Goff (2003, p. 525-541, grifos do autor) sobre a definição do que é um documento e suas reconceituações ao longo dos tempos:

O termo latino *documentum*, derivado de *docere*, “ensinar”, evoluiu para o significado de “prova” e é amplamente usado no vocabulário legislativo. [...] O documento que, para a escola histórica positivista do fim do século XIX e do início do século XX, será o fundamento do fato histórico, ainda que resulte da escolha, de uma decisão do historiador, parece apresentar-se por si mesmo como prova histórica. [...] Além do mais, afirma-se essencialmente como um testemunho *escrito*. Com a escola positivista, [...] todo historiador que trate de historiografia ou do ofício do historiador recordará que é indispensável o recurso do documento. [...] Em princípio, o documento era sobretudo, um texto. [...].

Os fundadores da revista *Annales d'Histoire Économique et Sociale* (1929), pioneiros de uma história nova, insistiram sobre a necessidade de ampliar a noção de documento. [...] Mas este alargamento do conteúdo do termo *documento* foi apenas uma etapa para a explosão do documento que se produz a partir dos anos 60 e que levou a uma verdadeira *revolução documental*. [...] O documento não é qualquer coisa que fica por conta do passado, é um produto da sociedade que o fabricou segundo as relações de forças que aí detinham o poder. [...] O documento não é inócuo. É antes de mais nada resultado de uma montagem, consciente ou inconsciente, da história, da época, da sociedade que o produziram, mas também das épocas sucessivas durante as quais [...] continuou a ser manipulado, ainda que pelo silêncio. O documento é uma coisa que fica, que dura, e o testemunho e o ensinamento que traz devem ser em primeiro lugar analisados, desmitificando-lhe o seu significado aparente.

A partir dessa concepção do que é documento, propomos estudar o trabalho do professor de educação infantil e ensino fundamental na cidade de Cláudia entre os anos 1978 e 1988 a partir de duas fotografias, um mapa, duas Leis e treze entrevistas com professores da época.

Começamos pelas fotografias. Aqui apresento duas vistas aéreas que enfocam uma mesma área da cidade, que é a praça central, destacada pela forma geométrica circular.

Como outras cidades projetadas pela Colonizadora SINOP S.A., proprietária da Gleba Celeste 5ª. parte, onde se localiza Cláudia, há uma composição entre os ângulos retos e as curvas na distribuição setorial. O traçado da planta urbana é em forma de malha, isto é, a divisão das ruas principais e secundárias corre paralela e são distribuídas horizontal e verticalmente. Os quarteirões são formados a partir da grade de vias urbanas e divididos internamente em lotes regulares. O objetivo dessa formação urbana é padronizar a cidade, dividindo os espaços destinados ao público, ao sagrado e ao privado, favorecendo a circulação, seguindo princípios que remontam a Hipódamo de Mileto (c. séc. V a.C.) e as cidades romanas (BENEVOLO, 2005).

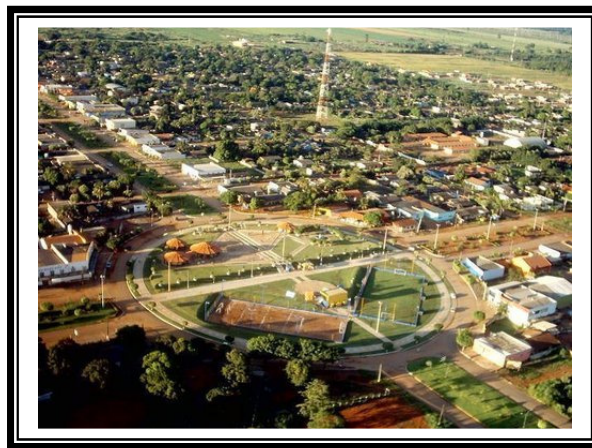
A quebra aos ângulos retos se dá da intersecção das duas avenidas principais que, sob a forma de uma circunferência perfeita, abriga em seus limites a praça central da cidade, lugar de todos, espaço dos cidadãos, local de encontros.

Na primeira fotografia, temos uma representação do início da colonização, quando as ruas e avenidas ainda estavam sendo abertas, e o espaço destinado à praça, ocupado pela vegetação nativa. Os limites da cidade eram os muros da floresta. Diferente da segunda fotografia, com a expansão da cidade, a formação dos bairros e os sítios formam um cinturão, envolvendo o espaço urbano. A praça, de forma circular, apresenta uma divisão interna em cruz que reproduz os ângulos retos da planta urbana, formando quatro ângulos de 90° graus cada, reproduzindo a continuação das avenidas principais. E como espaço destinado a promover a convivência entre seus habitantes, ela é composta por duas canchas de esporte e dois ambientes de confraternização, com edificações apropriadas para sentar, conversar, comer, brincar, entre outros.



Fotografia 1: **Vista Aérea Cláudia (Anos 80?).**

Fonte: Colonizadora SINOP S.A., Acervo Particular, s.d.



Fotografia 2: **Praça dos Migrantes (200-?).**

Fonte: GOOGLE Earth, Acervo Público, 2008.

Sob essa tradição milenar que dispõe sobre o espaço urbano, já-dado, é que nossos professores iniciaram suas atividades de docência nas escolas de Cláudia, ora no centro urbano, ora na periferia rural. O traçado em torno à cidade seguia o princípio matemático das divisões geométricas. Vias principais, as estradas, partiam da cidade em direção ao interior e circundavam as chácaras e os lotes rurais.

Fonte: MAPA GLÉBA CELESTE – 5ª. PARTE (DETALHE); VOLLBRECHT, Vilson (Depoimento Oral)
Org. e Adap.: TOMÉ, Cristinne Leus, 2008.

Continuando a reflexão sob a explanação geográfica do local e dividindo a cidade em zona urbana e zona rural, vamos para o próximo documento utilizado, o mapa.

No mapa acima, temos um núcleo urbano, retangular, em que lemos a palavra “Cláudia”, centralizada. Ali foi o ponto de referência para as questões administrativas, transações comerciais, serviços de saúde, lazer, religioso; entre 1979 e 1988, a Escola Estadual se apresentou como o único centro educacional.

Já as Escolas Municipais, entre 1982 e 1988, tiveram como espaço de atuação a zona rural. Instaladas nas estradas que formavam a rede viária, tinham como características estarem localizadas em pontos economicamente importantes para o município, isto é, em locais de sítios e fazendas ou próximas às madeireiras e serrarias. Era por esses corredores que se escoava a produção agrícola e industrial; estes também interligavam os pequenos assentamentos urbanos que se formaram nos principais cruzamentos ao núcleo urbano central.

Essas circunstâncias espaciais geográficas repercutiram nas peculiaridades próprias que definiram o papel da Escola Estadual e das Escolas Municipais Rurais. E aqui nos apropriaremos de outros documentos para compormos o quadro das escolas em Cláudia, as entrevistas.

Foram realizadas treze entrevistas com os professores, seis da Escola Estadual (professoras Aleixa Kowal de Prá, Aurora Custódio Bregolatto, Eunice Schirmer, Maria Benedita Palharim, Maria Cândida Antunes de Souza e Roseli de Moura Maldonado), seis das Escolas Municipais (professores Íris Gujahr Vollbrecht, João Olegário dos Santos, João Toninato, Lídia Mercedes Titon, Orlando de Alécio e Vilson Vollbrecht) e uma professora que atuou nas duas escolas (Leila Aparecida dos Santos). Todos eles atuaram como professores nas escolas entre 1979 e 1988 e socializaram suas experiências sobre o trabalho realizado na época.

A Escola Estadual, localizada no espaço central da cidade de Cláudia, nasceu da preocupação individual da professora Roseli, que não se contentou com a situação vivenciada naquela oportunidade. Em 1978, quando os primeiros imigrantes estavam chegando, a falta de infraestrutura era total, inclusive escolar, e fazia-se necessária uma intervenção nesse ponto. A professora Roseli, graduada em Pedagogia e tendo atuado como Secretária de Educação em Pirabiru-PR, providenciou os documentos necessários junto à Escola Estadual Nilza de Oliveira Pipino², localizada no município de Sinop, e abriu na sala de estar de sua casa, a Sala Escolar Extensão da Escola Nilza, com sistema multisseriado, de 1ª. a 4ª. série do 1º. grau, no dia 07 de março de 1979.

² **NILZA DE OLIVEIRA PIPINO** – Nome da esposa do colonizador Enio Pipino.

A Sala Escolar cresceu rapidamente. Crianças em idade escolar, cujos pais buscavam novas oportunidades de trabalho e de aquisição de terras a preços competitivos, chegavam diariamente. Entre 1980 e 1981 foram construídos três prédios pela Colonizadora e pela Associação de Pais e Mestres (APM) e a escola passou à denominação de Extensão da Escola Nilza. Em 1981, foi criada a Escola Estadual de 1º. Grau Manoel Soares Campos³, por meio do Decreto nº. 1243, de 10 de agosto de 1981, com direção de Valmir Roque Anderle⁴. Com a seriação completa do 1º. grau, a escola iniciou o processo para a composição de todas as três séries do 2º. grau. Em 1985, a Escola já contava com o 2º. grau completo e, um ano após⁵, a Escola obteve a Autorização para seu funcionamento, que levou o nº. 128 de 08/04/86.

Na zona rural, a criação das escolas teve que esperar pela emancipação do município de Sinop. Em 1978, a cidade de Cláudia pertencia ao Município de Chapada dos Guimarães; no ano seguinte, em 17 de setembro de 1979, ocorre a emancipação política de Sinop e Cláudia passa a fazer parte do novo Município. Somente em 1988 ocorre a emancipação política de Cláudia (Lei nº 5.319, de 04 de julho de 1988).

As Escolas Municipais Rurais são criadas a partir de 1982, sendo iniciais as seguintes: Dilma, Elizabeth II, Elcira (Fabiane), Magali, Marilda, Marília, Rohdenorte⁶. Em 1985, temos as escolas: Alessandra, Catarina Canozo, Dilma I, Fernanda, Iracema, Liara, Maringá, Tereza, União Madeiral e União do Sul. Em 1987, duas escolas são criadas, Nossa Senhora de Fátima e Gladys, e, em 1988, Irlani e Magali⁷.

A instalação das escolas rurais teve como origem o desejo dos moradores dos sítios, proprietários de madeireiras e de fazendas agropecuárias. De maneira aproximada como ocorreu com a Escola Estadual, o desejo dos moradores dos bairros rurais desencadeou o efeito de instalação de escolas em locais de atrativo social. A união de pais e interessados é que viabilizou o empenho em conseguir, junto ao Departamento Municipal de Educação de Sinop, a criação das primeiras escolas.

A distribuição geográfica das Escolas Municipais tendeu mais para critérios de interesses da população local, de suas reivindicações políticas, do que de um planejamento de crescimento urbano realizado pela Secretaria. Os interesses dos proprietários de terras e dos madeireiros na implantação das escolas eram o de manter as famílias apegadas ao local. A

³ **MANOEL SOARES CAMPOS** – Prefeito de Cuiabá em 1951. Prefeitura de Cuiabá, 2008.

⁴ **AUTORIZAÇÃO** para funcionamento 091 para 1º. Grau de 03/07/84.

⁵ **MATO GROSSO**. Secretaria de Educação. Assessoria Pedagógica. Município de Sinop. 2008.

⁶ **PORTARIA DE CRIAÇÃO: No. 117/82 – Cláudia-MT**. Fonte: SEC – Secretaria de Educação e Cultura - Sinop-MT.

⁷ **DECRETOS DE CRIAÇÃO: anos 1985/1987/1988 – Cláudia-MT**. Fonte: SEC – Secretaria de Educação e Cultura - Sinop-MT.

escola funcionava como um atrativo a mais para os trabalhadores que buscavam colocação em Cláudia.

Na época de criação das escolas em Cláudia, 1979 para a Escola Estadual e 1982 para as Escolas Municipais Rurais, a lei que fixava as diretrizes e bases para o ensino de 1º. e 2º. graus era a Lei nº. 5.692, de 1971. A partir dela e de sua alteração, com a Lei nº. 7.044, de 1982, estaremos tecendo algumas análises a respeito da instalação das escolas em Cláudia e do trabalho de seus professores:

Art. 1º - O ensino de 1º e 2º graus tem por objetivo geral proporcionar ao educando a formação necessária ao desenvolvimento de suas potencialidades como elemento de auto-realização, preparação para o trabalho e para o exercício consciente da cidadania.

O caráter profissionalizante da Lei era um reflexo da história política e econômica da década de 70. O milagre econômico, entre os anos 1968 e 1974, período de crescimento econômico, foi o grande impulsionador para que o ensino tivesse essa prioridade, com expectativa de formação de mão-de-obra, técnicos formados no 2º. grau, para abastecer o setor primário, secundário e terciário:

Entretanto, seja pela falta de estrutura para implantação de cursos técnicos ou pela falta de pessoal docente habilitado para lecionar nesses cursos, essa medida nunca chegou, de fato, a ser amplamente adotada, sendo alvo de inúmeras críticas e de fortes controvérsias a tal ponto que, alguns anos depois, o governo editou um outro instrumento legal, eliminando o caráter compulsório da profissionalização. (WERMELINGER; MACHADO; AMÂNCIO FILHO, 2007, p. 249).

A falta de professores qualificados para suprir as escolas que estavam se constituindo foi uma constante na década de 80. Na impossibilidade de completar o quadro docente com profissionais da educação, as escolas, tanto a Estadual quanto as Municipais, aceitaram profissionais de outras áreas para exercerem a profissão de professor, tendo ou não cursado alguma faculdade, 2º. grau ou mesmo terminado o 1º. grau. A Lei nº. 5.692 era flexível nesse ponto e dos treze professores entrevistados, temos a seguinte qualificação:

No Capítulo V, sobre *Dos Professores e Especialistas*, “Art. 30 - Exigir-se-á como formação mínima para o exercício de magistério: a) no ensino de 1º grau, da 1ª à 4ª séries, habilitação específica de 2º grau”. Com magistério, tivemos apenas a professora Aurora Custódio Bregolatto, que cursou o 2º. grau no Paraná, em Assis Chateaubriand, e lá atuou durante quatro anos em uma escola municipal multisseriada, na zona rural, chamada São Jorge.

No mesmo artigo, “c) em todo o ensino de 1º e 2º graus, habilitação específica obtida em curso superior de graduação correspondente a licenciatura plena”, tínhamos apenas Roseli de Moura Maldonado com o Curso de Pedagogia, que começou a trabalhar em 1979, e Maria Benedita Palharim, com Faculdade de Educação, que começou a trabalhar em 1988.

A falta de professores com magistério ou graduação em pedagogia era suprida de acordo com os dispositivos relacionados com o Capítulo VIII, sobre *Das Disposições Transitórias*: “Art. 77. Quando a oferta de professores, legalmente habilitados, não bastar para atender às necessidades do ensino, permitir-se-á que lecionem, em caráter suplementar e a título precário”, que apresenta três possibilidades para 1º. graus completo e incompleto e 2º grau completo:

- a) no ensino de 1º grau, até a 8ª série, os diplomados com habilitação para o magistério ao nível da 4ª série de 2º grau;
- b) no ensino de 1º grau, até a 6ª série, os diplomados com habilitação para o magistério ao nível da 3ª série de 2º grau;
- c) no ensino de 2º grau, até a série final, os portadores de diploma relativo à licenciatura de 1º grau.

Mesmo assim, com todas as brechas disponíveis, as escolas continuavam descobertas. O mesmo artigo permitia, ainda: “Parágrafo único. Onde e quando persistir a falta real de professores, após a aplicação dos critérios estabelecidos neste artigo, poderão ainda lecionar”, o que abria algumas janelas para a contratação de novos professores:

- a) No ensino de 1º grau, até a 6ª série, candidatos que hajam concluído a 8ª série e venham a ser preparados em cursos intensivos;
- b) No ensino de 1º grau, até a 5ª série, candidatos habilitados em exames de capacitação regulados, nos vários sistemas, pelos respectivos Conselhos de Educação;
- c) Nas demais séries do ensino de 1º grau e no de 2º grau, candidatos habilitados em exames de suficiência regulados pelo Conselho Federal de Educação e realizados em instituições oficiais de ensino superior indicados pelo mesmo Conselho.

Com o 1º. grau completo, tínhamos: Aleixa Kowal de Prá, que trabalhava como Técnica em Enfermagem no Paraná, Eunice Schirmer, que trabalhava de professora no Paraná, Lídia Mercedes Titon, que trabalhava de professora no Paraná, Maria Cândida Antunes de Souza, que trabalhava no sítio, Íris Gujahr Vollbrecht, que trabalhava de costureira no Paraná, João Olegário dos Santos, estudante no Paraná, João Toninato,

trabalhava no sítio e Orlando de Alécio, que era operador de instalações industriais na Usina Binacional de Itaipú. O professor Vilson Vollbrecht cursou o 2º. grau em Técnico de Contabilidade no Paraná e trabalhava como professor em escola multisseriada.

A partir de 1985, profissionais liberais com nível superior que atuavam na cidade e nunca tinham exercido o papel de professor foram convidados para lecionar no 2º. grau da Escola Estadual. Dentre as profissões mencionadas, temos as seguintes formações: medicina, bioquímica, engenharia (civil?), engenharia eletrônica, arquitetura e teologia. Essa contratação esporádica se apoiava no Artigo 78, que dispunha:

Quando a oferta de professores licenciados não bastar para atender às necessidades do ensino, os profissionais diplomados em outros cursos de nível superior poderão ser registrados no Ministério da Educação e Cultura, mediante complementação de seus estudos, na mesma área ou em áreas afins, onde se inclua a formação pedagógica, observados os critérios estabelecidos pelo Conselho Federal de Educação.

Tivemos, ainda, casos de professores que não estavam mencionados em nenhum dos artigos acima: adolescentes entre treze e dezoito anos que estudavam em um turno e lecionavam no outro, como o caso de Leila Aparecida dos Santos, que não era habilitada, mas tinha experiência e trabalhava como professora nas Escolas Municipais Rurais e, depois, na Escola Estadual. Como prevê o Artigo abaixo:

Art. 79. Quando a oferta de profissionais legalmente habilitados para o exercício das funções de direção dos estabelecimentos de um sistema, ou parte deste, não bastar para atender as suas necessidades, permitir-se-á que as respectivas funções sejam exercidas por professores habilitados para o mesmo grau escolar, com experiência de magistério.

A falta de profissionais para atuarem na educação, de professores com magistério ou com curso superior em licenciaturas requeria que os Conselhos de Educação mantivessem cursos de qualificação, assim como orientação pedagógica exercida de maneira contínua.

Para acompanharmos como se dava esse acompanhamento e orientação, as visitas às escolas de Cláudia, o programa de qualificação docente, os cursos, seminários ou mesmo as aulas em Sinop, introduziremos novos documentos, as falas dos professores entrevistados.

Novamente aparece nas entrevistas a diferenciação entre a Escola Estadual e as Escolas Municipais, que nos remete também à sua localização geográfica.

A Escola Estadual, respondendo diretamente ao Estado, tinha autonomia para dispor, dentre seu quadro docente, da melhor maneira de orientar os professores que estavam iniciando nessa atividade.

Eunice: Eu só tinha a oitava série, isso. Então, ela [Roseli] tinha, assim, sabe aquelas pessoas que tem facilidade de trabalhar com os outros, então ela passava uma energia positiva pra gente. Ela era muito enérgica. Essa pessoa assim, linha dura, que cobra, sabe, ela cobrava, mas ela, também, te dava base pra isso. Ela me ensinou muito. Tenho muito a agradecer a ela. Então, pra mim, foi assim um aprendizado muito grande, nesse período.

Nas Escolas Municipais, a orientação da Secretaria Municipal de Educação era frequente. Representantes da Secretaria iam a Cláudia visitar as escolas e acompanhar o trabalho dos professores leigos. A professora Leila, que começou a lecionar para uma 2ª. série enquanto cursava a 6ª. série, lembra da orientação recebida em sala de aula, com a presença das professoras assistindo às suas aulas.

Leila: O meu material didático, a grande maioria era Sinop que mandava. [...] Sinop dava muito apoio pra gente. Quase toda semana tinha pessoal daqui, lá. Eles sentavam lá na minha sala... ouvia... ficava lá um pouco... dava aula, sabe?

Os professores municipais se reuniam em Sinop periodicamente para buscarem o material a ser ministrado em sala de aula, assim como para elaborarem as avaliações dos alunos, tirarem dúvidas sobre conteúdos ou procedimentos legais a serem tomados, discutirem sobre métodos, enfim, para conversarem sobre o seu trabalho diário.

João Olegário: Nas visitas que a gente vinha pra Sinop, isso acontecia uma vez por mês, sempre nós vínhamos pra Sinop. Trazia o material pra cá, sentava, junto com a turma, trocava ideias. Então, sempre aprendendo coisas novas, com outros professores.

Fora as diferenças internas de assessoria - ambas as escolas tiveram como grande centralizador de atividades a qualificação em nível de 2º. Grau, que foi o LOGOS II. O LOGOS II, programa de qualificação para professores leigos, era organizado em módulos, por matérias, em que cada professor-aluno recebia seu material, estudava sozinho ou com os

colegas e tirava suas dúvidas com professores orientadores que ficavam em Sinop. Após o estudo, o professor-aluno realizava as provas, percorrendo módulo por módulo até sua finalização.

A professora Aleixa nos conta sobre o 2º. grau que cursou quando estava em Cláudia:

Aleixa: A gente estava aqui no Mato Grosso, aí eu fiz o LOGOS. [...] quando comecei a lecionar aqui eu tinha apenas de quinta a oitava, e surgiu a chance do LOGOS, né. Aí eu tinha que deslocar de Cláudia a Sinop, pra fazer as provas, porque nós recebíamos os módulos, e estudávamos em casa, e aí nós se dirigíamos a Sinop, né, ali na Escola Nilza, [...] a gente conseguiu, esse momento de profissionalização... Porque, na verdade quando eu iniciei, eu não sabia nada de escola, assim, simplesmente só aquilo que eu havia adquirido com o tempo, com os estudos de aluna mesmo, né.

Assim como a professora Aleixa, os professores Aleixa, Eunice, Maria Cândida, Íris, João Olegário, João Toninatto e Orlando cursaram o LOGOS para formarem-se no magistério. A professora Lídia fez o 2º. grau pelo Programa Alfa e a professora Leila fez o 2º. grau na Escola Estadual.

Para finalizar, gostaríamos de ressaltar que as características apresentadas até aqui refletem o fato de a cidade de Cláudia, que pertencia ao Município de Sinop, ter sofrido com os impasses presentes em uma cidade periférica. Ficando a uma distância aproximada de 100 km de Sinop, com estradas que desaparecem no período da chuva, quando a luz e a água encanada são preciosidades que não estão ao alcance de todos, com um contingente populacional de colonizadores cuja motivação é a aquisição de terras e todos com escolaridade deficiente, temos, na formação da rede escolar pública de Cláudia, um condensador de todo quadro apresentado. As más condições de vida da população, central e periférica, refletiam-se nas escolas. A Escola Estadual, na zona urbana, teve o papel fundamental de qualificar não só as crianças em idade escolar, mas também os trabalhadores por meio de cursos supletivos. FreqÜentar a escola era uma estratégia para diminuir os efeitos das más condições de vida dos menos favorecidos. Além dos estudos, a Escola garantia a alimentação, uniforme, quando não mantinha um controle sobre a saúde dos estudantes.

Aos imigrantes que chegavam, ocupando seus sítios distribuídos em torno da zona urbana, o trabalho de professor nas Escolas Municipais, de 1ª. a 4ª séries, revelou-se como uma possibilidade de ingresso no mercado de trabalho, tanto para homens quanto para

mulheres. A Secretaria de Educação, sem nenhuma possibilidade de contratação de professores qualificados, encontrava amparo legal da Lei e abria mão da exigência de uma escolaridade específica para o trabalho.

O atendimento aos alunos, o trabalho de professor, era, em sua maioria, uma reprodução das aulas que os professores tiveram quando eram alunos, adaptando os procedimentos didáticos utilizados por seus professores para a realidade que agora presenciavam. Somente quando os professores cursaram o LOGOS é que se iniciou o rompimento do modelo de aula “como eu tive” para um modelo baseado em alguns pressupostos teóricos da educação que agora eram ministrados em aula. A preparação desse profissional que atuou na educação de Cláudia foi inadequada, sem uma política de qualificação a curto prazo. O LOGOS era cursado em vários anos, dependendo de quando o professor podia estudar, dependendo das condições pessoais para deslocar-se a Sinop e realizar as provas, dependendo da viabilidade das estradas, entre outras questões. Os professores eram apenas contratados e o interesse pelo aperfeiçoamento de sua formação dependia inteiramente do próprio professor.

Esse quadro muda completamente com a Municipalização de Cláudia, no dia 4 de julho de 1988, quando se inicia o processo de seleção de professores mediante concurso público e a implantação do Plano de Carreira. A partir de então, permaneciam na educação os professores que optavam para tal, que buscavam a qualificação profissional, que se comprometiam, e não mais professores esporádicos, que buscavam um trabalho temporário de professor.

Referências Bibliográficas

ALÉCIO, Orlando de. **Orlando de Alécio**: depoimento. [03 ago. 2004]. Entrevistadora: Cristinne Leus Tomé. Cláudia, MT, 2004. 1 microcassete sonoro (1 h 08 min 13 seg). Regravado em 1 CD-ROM. Entrevista concedida para a Tese de Doutorado sobre a Educação de Cláudia-MT entre 1979 e 1988.

BÉDARIDA, François. Tempo Presente e Presença na história. In: FERREIRA, Marieta de M.; AMADO, Janaína (Orgs.). **Usos e abusos da história oral**. 6.ed. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2005. p. 219-229.

BENEVOLO, Leonardo. **História da cidade**. 4.ed. São Paulo: Perspectiva, 2005.

BRASIL. Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Fixa Diretrizes e Bases para o Ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências.

Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 12 ago. 1971. Disponível em: <http://www.presidencia.gov.br/ccivil_03/Leis/L5692.htm>. Acesso em: 19 jan. 2006.

_____. Lei nº 7.044, de 18 de outubro de 1982. Altera dispositivos da Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971, referentes a profissionalização do ensino de 2º grau. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 19 out. 1982. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7044.htm>. Acesso em: 20. jan. 2006.

BREGOLATTO, Aurora Custódio. **Aurora Custódio Bregolatto**: depoimento. [29 jul. 2004]. Entrevistadora: Cristinne Leus Tomé. Cláudia, MT, 2004. 1 microcassete sonoro (26 min 23 seg). Regravado em 1 CD-ROM. Entrevista concedida para a Tese de Doutorado sobre a Educação de Cláudia-MT entre 1979 e 1988.

BRIGMOLI, H. P.; CARDOSO, C. F. **Os métodos da história**: introdução aos problemas, métodos e técnicas da história demográfica, econômica e social. Rio de Janeiro: Graal, 2002.

COLONIZADORA SINOP S.A. História de Cláudia. **Vista Aérea Cláudia (Anos 80?)**. s.d. 1 fotografia, color. Disponível em: <<http://www.sub100.com.br/empresas/imob/gruposinop/claudia.php>>. Acesso em: 25 set. 2008.

GLEBA CELESTE – 5ª. Parte. Cidade: Cláudia. Bairros: Beatriz, Fátima, Irene, Veruska. Chácaras: Cuiabá, Brasília. Município: Chapada dos Guimarães MT. s.d. Escala 1: 50.000.

GOOGLE EARTH. Panorâmico. Fotografia de João Batista da Rádio. **Praça dos Migrantes (200-?)**.

LACOUTURE, Jean. A história imediata. In: LE GOFF, Jacques (Org.). **A história nova**. São Paulo: Martins Fontes, 1998. p.216-241.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. 5.ed. Campinas: EDUNICAMP, 2003.

MALDONADO, Roseli de Moura. **Roseli de Moura Maldonado**: depoimento. [06 jun. 2004]. Entrevistadora: Cristinne Leus Tomé. Cláudia, MT, 2004. 1 microcassete sonoro (1 h 41 min 56 seg). Regravado em 1 CD-ROM. Entrevista concedida para a Tese de Doutorado sobre a Educação de Cláudia-MT entre 1979 e 1988.

MATO GROSSO. Lei nº 5.319, de 04 de julho de 1988. Cria O Município de Cláudia, com sede na localidade do mesmo nome, desmembrado dos Municípios de Sinop, Itaúba e Marcelândia. Autor: Deputado José Lacerda. **Diário Oficial [do] Estado do Mato Grosso**, Cuiabá, 04 jul. 1988. Disponível em : <<http://www.al.mt.gov.br/Raiz%20Estrutura/leis/admin/ssl/frameset.html?page=l5319.htm>>. Acesso em: 21 jan. 2006.

_____. **Secretaria de Educação do Estado de Mato Grosso**. Assessoria Pedagógica. Município de Sinop. 2008.

PALHARIN, Maria Benedita. **Maria Benedita Palharin**: depoimento. [29 fev. 2004]. Entrevistadora: Cristinne Leus Tomé. Cláudia, MT, 2004. 1 microcassete sonoro (1 h 02 min

53 seg). Regravado em 1 CD-ROM. Entrevista concedida para a Tese de Doutorado sobre a Educação de Cláudia-MT entre 1979 e 1988.

PRÁ, Aleixa Kowal de. **Aleixa Kowal de Prá:** depoimento. [06 jun. 2004]. Entrevistadora: Cristinne Leus Tomé. Cláudia, MT, 2004. 1 microcassete sonoro (1 h 41 min 84 seg). Regravado em 1 CD-ROM. Entrevista concedida para a Tese de Doutorado sobre a Educação de Cláudia-MT entre 1979 e 1988.

SANTOS, João Olegário dos. **João Olegário dos Santos:** depoimento. [12 mar. 2004]. Entrevistadora: Cristinne Leus Tomé. Cláudia, MT, 2004. 1 microcassete sonoro (1 h 17 min 15 seg). Regravado em 1 CD-ROM. Entrevista concedida para a Tese de Doutorado sobre a Educação de Cláudia-MT entre 1979 e 1988.

SANTOS, Leila Aparecida dos. **Leila Aparecida dos Santos:** depoimento. [08 jun. 2004]. Entrevistadora: Cristinne Leus Tomé. Sinop, MT, 2004. 1 microcassete sonoro (52 min 13 seg). Regravado em 1 CD-ROM. Entrevista concedida para a Tese de Doutorado sobre a Educação de Cláudia-MT entre 1979 e 1988.

SCHIRMER, Eunice. **Eunice Schirmer:** depoimento. [27 jul. 2004]. Entrevistadora: Cristinne Leus Tomé. Cláudia, MT, 2004. 1 microcassete sonoro (1 h 18 min 39 seg). Regravado em 1 CD-ROM. Entrevista concedida para a Tese de Doutorado sobre a Educação de Cláudia-MT entre 1979 e 1988.

SINOP. Secretaria de Educação e Cultura. Município de Sinop. 2008.

SOUZA, Maria Cândida Antunes. **Maria Cândida Antunes de Souza:** depoimento. [29 jul. 2004]. Entrevistadora: Cristinne Leus Tomé. Cláudia, MT, 2004. 1 microcassete sonoro (1 h 02 min 08 seg). Regravado em 1 CD-ROM. Entrevista concedida para a Tese de Doutorado sobre a Educação de Cláudia-MT entre 1979 e 1988.

TITON, Lúcia Mercedes. **Lúcia Mercedes Titon:** depoimento. [29 jul. 2004]. Entrevistadora: Cristinne Leus Tomé. Cláudia, MT, 2004. 1 microcassete sonoro (41 min 21 seg). Regravado em 1 CD-ROM. Entrevista concedida para a Tese de Doutorado sobre a Educação de Cláudia-MT entre 1979 e 1988.

TONINATO, João. **João Toninato:** depoimento. [30 jul. 2004]. Entrevistadora: Cristinne Leus Tomé. Cláudia, MT, 2004. 1 microcassete sonoro (37 min 55 seg). Regravado em 1 CD-ROM. Entrevista concedida para a Tese de Doutorado sobre a Educação de Cláudia-MT entre 1979 e 1988.

VOLLBRECHT, Íris Gujahr. **Íris Gujahr Vollbrecht:** depoimento. [27 jul. 2004]. Entrevistadora: Cristinne Leus Tomé. Cláudia, MT, 2004. 1 microcassete sonoro (1 h 09 min 41 seg). Regravado em 1 CD-ROM. Entrevista concedida para a Tese de Doutorado sobre a Educação de Cláudia-MT entre 1979 e 1988.

VOLLBRECHT, Vilson. **Vilson Vollbrecht:** depoimento. [29 fev. 2004]. Entrevistadora: Cristinne Leus Tomé. Cláudia, MT, 2004. 1 microcassete sonoro (1 h 07 min 33 seg). Regravado em 1 CD-ROM. Entrevista concedida para a Tese de Doutorado sobre a Educação de Cláudia-MT entre 1979 e 1988.

_____. **Localização das escolas municipais rurais do município de Sinop** – localidade Cláudia. (Depoimento Oral). Cláudia, jan. 2008.

WERMELINGER, Mônica C. de M.; MACHADO, Maria Helena; AMÂNCIO FILHO, Antenor. A educação profissional no Brasil: o nó, o dilema e a formação na área da saúde. **Educere Et Educare**, Revista de Educação / Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Cascavel, v. 2, n.3. p. 243-260, jan/jun.2007. Disponível em: <<http://e-revista.unioeste.br/index.php/educereeteducare/article/view/667/559>> . Acesso em: 27 set 2008.

DENÚNCIAS DE “TRABALHO ESCRAVO” EM MATO GROSSO: MEMÓRIA E HISTÓRIA

Marciano Max Rodrigues Vieira

Lugar da memória, percurso de história

Minha pesquisa está concentrada, neste momento, no levantamento e na apuração de denúncias sobre “trabalho escravo” junto aos processos arquivados na Procuradoria Regional do Trabalho de Mato Grosso (PRT 23ª Região) na capital do Estado, Cuiabá. A consulta a esse acervo havia sido cogitada desde antes do meu ingresso no curso de pós-graduação, quando ainda desenvolvia pesquisa oportunamente através do Programa de Iniciação Científica do Conselho Nacional de Pesquisa (PIBIC), nos idos de 2007. Enveredado em outras discussões, aquela minha caminhada foi caracterizada e enriquecida pelo trabalho empírico – *in loco* – que consistiu na coleta de material iconográfico, relatos manuscritos e gravados, captação de imagens por meio do registro fotográfico e reconhecimento de campo. Foram recolhidos variados tipos de materiais referentes à ocupação e à colonização de terras, bem como a atividades que empregam mão-de-obra temporária e que são decorrentes do processo de transformação da terra em meio produtivo. Ou seja: abertura de picadas (demarcação da propriedade), levantamento de cercas, retirada de tocos e raízes após queimada e também, de um modo diferenciado, no corte de cana.

Numa célebre passagem, Michel de Certeau aponta, ao discorrer sobre o ofício de historiador, que o trabalho com as fontes em seus respectivos arquivos impele um ato fundamental a qualquer investigação histórica: o de transladar informações de uma parte da cultura (os arquivos – memória) para outra (a história) (CERTEAU, 2000, p.79). Um movimento entre o “dado” e o “criado”, convém dizer, entre a memória e a história. Esse ato é precisamente delineável no momento de inscrição da documentação em uma série – penso eu, não necessariamente linear -, devido aos recursos narrativos a que pode o historiador – em um roteiro passível de ser seguido. Em outras palavras, quando valem de justapor os vários elementos (informações) da investigação a que nos propomos. Ora, como afirma Hayden White, a análise dos acontecimentos só pode parecer encerrada quando se muda o significado, o que se faz por meio da construção narrativa de um espaço físico ou social a outro (WHITE, 1992, p.37).

É por esse ponto que gostaria de distribuir minhas considerações iniciais. A primeira delas é considerar as implicações da consulta a um acervo. Ainda que de modo incipiente, é pensar a organização/manutenção de um arquivo ante as implicações que as relações sociais impõem. Nesse caso, pensar em sua constituição como um “banco de dados” de um órgão público, mas que intermedeia relações privadas e interesses públicos, pondo em evidência conflitos, relações de força, intrínsecos e exteriores aos documentos. Em que isso incorre no tratamento da questão sobre as denúncias de “trabalho escravo” é o que tentarei indicar.

Por meio de uma solicitação a Procuradoria Regional do Trabalho 23ª região, foi colocada à minha disposição para consulta processos arquivados relacionados ao “trabalho escravo”, com o auxílio indispensável de dois de seus funcionários, a saber, a diretora do departamento processual e o encarregado de transladar os documentos. Esse material está organizado em caixas, porém, a ordenação das mesmas não é dada ao meu conhecimento por haver uma intermediação sistemática ao acervo.

Entre maio e setembro deste ano, foram levantados e registrados 475 documentos correspondentes às primeiras denúncias de “trabalho escravo” naquela Procuradoria, o que remonta a década de 1990.

A documentação é constituída e identificada por denúncias, procedimentos prévios e investigatórios e inquéritos civis. Neles encontram-se anexadas denúncias oferecidas por jornais locais e entidades ligadas a causas trabalhistas, como a Comissão Pastoral da Terra (CPT), relatórios de fiscalização, fotocópias de documentos que servem, sobretudo, como elementos comprobatórios. Nesse sentido, há cópias de “cadernos de anotações” de empreiteiros (“gato”); fichas de cadastros de trabalhadores preenchidas pelos próprios agentes de fiscalização, em que se encontram dados referentes à procedência, ao nome, à idade, ao endereço e à atividade desempenhada. Vale ressaltar que não há uma regularidade entre esses processos; cada um dos calhamaços que indiquei possui sua especificidade que impõe cautelosa leitura. Não é meu intuito proceder a uma quantificação dos elementos que indicam prática de “trabalho escravo” em Mato Grosso. Tal esforço seria tamanho que facilmente poderia perder-me nas armadilhas que incorrem em reducionismos inconciliáveis. Por isso, restrinjo-me por ora em delinear, traçar um esboço dos caminhos que hei de percorrer, de um modo ou de outro, ao longo desse meu esforço.

Todo aquele material está vinculado à ideia de existência de uma prática de “trabalho escravo” de uma forma homogeneizante, dando a entender – como próprio daquela instância – tratar-se de uma ilicitude trabalhista.

Deste ponto há uma consideração importante a se fazer. À cesta de crimes que compõe juridicamente o “trabalho escravo”, a este é atribuído um caráter de infringência ao estatuto dos direitos humanos, sobrepondo transgressões às leis trabalhistas. Isso se dá uma parte por haver uma pressão externa às diligências do Estado brasileiro que, por sua vez, faz emergir de modo a englobar práticas de atividades humanas que se dão de forma forçada – pensando, de modo sub-reptício, nos vários significados que tem o trabalho em diversas culturas. Por esse caminho, é válido tomar como referência para análise o documento produzido pela Organização Internacional do Trabalho (OIT), convenção cujo objetivo é ter efeito de tratado sobre as formas coercitivas em todo o mundo. O que dá unicidade ao problema é que:

Una situación de trabajo forzoso está determinada por la naturaleza de la relación existente entre una persona y un ‘empleador’, y no por el tipo de actividad realizada (...), la legalidad o ilegalidad de actividad en virtud de la legislación nacional tampoco es pertinente para determinar si el trabajo es o no forzoso. (2005, p.6).

Notadamente, vê-se que a cartilha que dá unicidade à questão é construída sob uma premissa de especificidade das relações humanas, como aventei acima.

As relações que organizam o trabalho braçal no campo em Mato Grosso, notoriamente, envolvem diversas formas de exploração. Acentuam-se aquelas que margeiam a legalidade, constitutivas dos processos de expropriação, capitalização e exploração agroindustrial e de deslocamentos humanos. Convém dizer que as ditas relações podem ser pensadas a partir de uma perspectiva de degradação. Uma queda na escala da dignidade humana, o que remete a uma “moralização” do trabalho, no sentido de aceitação de certas condições em detrimento de outras. Assim, chama-se trabalho em condições degradantes – trabalho degradante – evocativo a práticas não-legais de trabalho. É, sobretudo, na esfera do legal que tramitam as impugnações a elas. Dentro disso temos o que aqui é referenciado por “trabalho escravo” contemporâneo – ou sem este último adjetivo, que marca uma contraposição entre passado e presente.

Minha investigação tem por intuito estudar a atividade laboral apregoada “trabalho escravo”. É por meio da evocação a esse termo que dirijo meus esforços do seguinte modo: o regime escravagista, que findou no século XIX, legou à sociedade

brasileira chagas que a memória faz por reverberar em signos de violência, racismo, miséria e demais práticas que são legitimamente discutidas ainda hoje (na academia ou fora dela, através de organizações ligadas, sobretudo, ao movimento negro, porém, não só). Tenho por certo que as denúncias de práticas coercitivas de trabalho constituídas de violência, castigos, cativo e miserabilidade fizeram e fazem por ativar a memória sob os mesmos signos do trabalho escravo que perdurou por quase quatro séculos.

*

As primeiras denúncias referentes ao “trabalho escravo” remontam a década de 1970, com a reação de grupos ligados à Igreja Católica, sobretudo na região do Médio Araguaia (nordeste do Estado de Mato Grosso e sul do Pará). É por meio de cartas pastorais – em que se denunciavam também os conflitos pela terra – que o problema ganha paulatinamente alguma visibilidade ante a sociedade em âmbito nacional e internacional. A dedicação e militância de pesquisadores, sobretudo antropólogos e sociólogos (como José de Souza Martins¹) contribuíram para a difusão dos conflitos pela terra e do trabalho em condições degradantes. Tomado como um problema de cunho socioeconômico, o conteúdo dessas denúncias parecia não deixar dúvida de que se tratava de um “problema histórico” – um resquício da escravidão de outrora. Daí, por uma associação quase que instantânea de chamar “trabalho escravo” contemporâneo as condições a que se sujeitavam trabalhadores nos chamados “rincões” do país, a Amazônia, mas que, numa leitura mais atenta, revelam estratégias de grupos, entidades e, posteriormente, o Estado.

As denúncias não cessaram nas décadas seguintes e até o presente momento. Entretanto, é relevante marcar que o reconhecimento e a atuação do Estado brasileiro – como se depreende pela própria organização dos processos nos arquivos da PRT 23ª Região – passam efetivamente a acontecer a partir da década de 1990.

Isso se deu em Mato Grosso e também em todo o país, de modo geral, com a atuação conjunta do Ministério Público do Trabalho, da Procuradoria Regional do Trabalho 23ª Região, da Delegacia Regional do Trabalho, da Justiça Federal e – em menor medida a princípio – a Polícia Federal. A estratégia do Estado traçada ao longo das atuações fez por constituir uma espécie de “cartilha” de combate.

¹ Há, em uns dos processos que pesquisei na Procuradoria Regional do Trabalho de Mato Grosso, uma matéria efetuada pela revista norte-americana voltada para as questões dos direitos humanos *Americas Watch*, menção ao sociólogo José de Souza Martins como colaborador nas investigações feitas pelos membros da mesma. A partir dessa investigação, foi elaborada a denúncia de “condições de trabalho escravo” (conforme o próprio documento) em duas fazendas na região de Alta Floresta, em junho de 1993.

A problemática do “trabalho escravo” não se restringe somente na relação “homem-homem” ou “homem-trabalho”, mas diz respeito também à relação “homem-ambiente”. É o que se pode depreender a partir de uma denúncia oferecida pela Comissão Pastoral da Terra – CPT - em abril de 1996 que posteriormente foi anexada aos autos do processo de nº 018/96, que foi principiado por outra denúncia feita pela imprensa de Cuiabá. Nessa espécie de carta aberta da CPT, ela faz por denunciar o emprego de cerca de 280 trabalhadores em “regime de escravidão” na divisa do Estado do Pará com o de Mato Grosso (notícia que se fez saber por através de um trabalhador do município de Garantã do Norte). E ainda: os “trabalhadores foram contratados para derrubar 4.000 alqueires e agora estão sendo obrigados a derrubar 15.000 alqueires”, o que equivale acerca de 36.000 ha ou 360.000 m². Parece claro que o emprego de trabalhadores nas atividades corriqueiras ao ato da empreita temporária está intimamente ligado a atividades de degradação da própria Amazônia (como é o caso aqui especificado), seja na derrubada da mata (prática mais constante quando ainda não se empregava maquinário para fazê-lo dado os custos), seja na demarcação da propriedade com o levantamento de cercas que requer a abertura de picadas na mata, mas também na catação de tocos e raízes.

As relações socioprodutivas que configuram formas de trabalho no campo em condições adversas ao regime legal, numa primeira instância da análise, fogem à lógica da relação capital/trabalho (do paradigma decorrente do capitalismo – vale dizer, um fenômeno europeu do século XIX). A impugnação a um modelo que explique condições de trabalho arranjadas de um modo diferenciado dessa relação se dá por alguns problemas de ordem metodológica. Por exemplo, a indagação: “se trata ou não de uma relação capitalista de trabalho?”. Ou mesmo sentenças como “seria uma forma não-capitalista de trabalho, mas que por uma conformidade o capital tende a se apropriar” leva-nos a desfocar questões mais urgentes e de ordem pragmática, mas que são negligenciadas ou distorcidas em algumas análises – embora eu não desconheça a visibilidade dada a ao problema partir destas discussões.

Referências Bibliográficas

CERTEAU, Michel. A operação historiográfica. In: _____. **A escrita da História**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000. p.65-119.

CONFERENCIA INTERNACIONAL DEL TRABAJO, 93, 2005, Ginebra. **Uma Alianza Global Contra El Trabajo Forzoso**. Ginebra: Oficina Internacional Del Trabajo – OIT, 2005.

WHITE, Hayden. El valor de la narrativa en la representación de la realidad. In: _____. **El contenido de la forma: narrativa, discurso y representación histórica**. Barcelona: Paidós, 1992. p. 17-39.

Bibliografia Consultada

GUIMARÃES NETO, Regina B. Cidades de fronteira. In: SILVA, Luiz Sérgio Duarte da (Org.). **Relações cidade-campo: fronteiras**. Goiânia: Ed. UFG, 2000. p. 181-193.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Caminhos e fronteiras**. 3.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

MARTINS, José de Souza. A Reprodução do Capital na Frente Pioneira e o Renascimento da Escravidão. In: _____. **Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano**. São Paulo: HUCITEC, 1997. p. 79-144.

MEIHY, J.C.S.B. **Manual de história oral**. 4.ed. São Paulo: Loyola, 2002

MONTENEGRO, A. Torres. Ciência, história e memória: questões metodológicas. In: ERTZOGUE, Marina Haizenreder; PARENTE, Temis Gomes (Orgs.). **História e sensibilidades**. Brasília: Paralelo 15, 2006. p. 95-115.

PESAVENTO, S. J. **História e história cultural**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

PÓVOA NETO, Helion; FERREIRA, Ademir Pacelli (Orgs.). **Cruzando fronteiras disciplinares: um panorama dos estudos migratórios**. Rio de Janeiro: Revan, 2005.

RICŒUR, Paul. *Historia y narratividad*. 7ª ed. Barcelona: Paidós, 1999.

RODRIGUES VIEIRA, M. Max. Projetos de colonização em Mato Grosso. A super-exploração de trabalhadores migrantes a partir de 1970. In: JOANONI NETO, Vitale (Coord.). Mapeamentos das redes de resistência e convivência em pólos irradiadores de “trabalho escravo” no estado de Mato Grosso. **Cadernos de Graduação**, Cuiabá, n.1, p. 27-43, EdUFMT, 2008.

SILVA, José Graziano da. **O que questão agrária**. São Paulo: Brasiliense, 2001.

SAKAMOTO, Leonardo. O “trabalho escravo” no Estado de Mato Grosso. Cuiabá: UFMT – Núcleo Internacional de Estudo da Violência e da Cidadania - NIEVCI, 22 jun. 2007. I Fórum Estadual de Educação em Direitos Humanos.

SOUZA, Edison Antônio de. **Sinop: história, imagens e relatos**: um estudo sobre a Colonização de Sinop. 251f, 2001. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá.

OJEDA, Élson Bosco. **Nortão de Mato Grosso**: problemas advindos de sua ocupação no período compreendido entre os anos de 1986 a 1990. 47f, 2005. Monografia (Trabalho de Conclusão do curso de Historia) – Departamento de História, Universidade Federal de Mato Grosso.

WHITE, Hayden. **Meta-história**: a imaginação histórica do século XIX. 2.ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1995.

ZORTEA, Ivone Terezinha Quinhones. **Os trabalhadores temporários em Territórios de Colonização e Agropecuárias**. 42f, 2002. Artigo (Trabalho de Conclusão do curso de História) - Departamento de História do Campus Universitário do Médio Araguaia, Universidade do Estado de Mato Grosso.

MEMÓRIA E IMAGEM NA POÉTICA DE MANOEL DE BARROS

Maria Elizabete Nascimento de Oliveira¹
Michèle Sato²

Esta abordagem tem como premissa apresentar o percurso parcial da pesquisa - **“Educação Ambiental & Manoel de Barros: diálogos poéticos”** - que teve como foco a Educação Ambiental pós-crítica, aliada à poesia surrealista de Manoel de Barros. Os diálogos têm a pretensão de contribuir para irromper as normas e convenções que articulam o mundo, em prol de olhares que se constituem na ética da poesia ambiental. Buscamos, por meio da pesquisa qualitativa, com enfoque na fenomenologia, abordar outros saberes que apresentam mais responsabilidade humana e ecológica, primando por novas perspectivas de aprendizagens.

Importante ressaltar que embora haja, no entremeio dessa descrição, inúmeras proposições também acerca do sentido social, que emerge da literatura, em momento algum queremos abordar a poesia como explicação ou análise convencional. Muito pelo contrário, queremos suscitar a necessidade do ser humano deixar-se contaminar pela ética que emerge das palavras do poeta, inclusive, primando pelo *dessaber*, porém, percebendo que a arte também traz impregnado um apelo político/social forte, que por si só é capaz de fazer emergir a percepção revolucionária.

O conhecimento poético dos autores, envolvidos na trajetória da pesquisa, foi também implementado pela vigor que emergiu de outros saberes e, estes por sua vez, não descartaram a informação proveniente dos movimentos políticos e sociais. Porém, é com o olhar voltado para as coisas desimportantes que queremos aguçar a percepção sobre a magia e o mistério, que surge da poética ambiental e que incita o ser humano a sentir e ver a dinâmica luminosa, expressa nas coisas banais e corriqueiras.

Ao descrever a fruição poética, queremos contribuir para a emergência da amorosidade e do diálogo entre as coisas do mundo, a fim de construir teias que possam também contribuir para minimizar as calamidades e injustiças socioambientais, fortalecendo os princípios éticos e humanos suscitados pelas teorias abordadas. Como ressalta Freire (1987), somente o amor é capaz de nos mover em busca de alternativas para nós mesmos e

¹ Mestranda – Instituto de Educação da Universidade Federal de Mato Grosso/UFMT. Endereço eletrônico: m.elizabte@gmail.com

² Professora Doutora do curso de Pós-graduação/UFMT – Linha de pesquisa: movimentos sociais, política e educação popular. Endereço eletrônico: michelesato@ufmt.br

para o outro. Ou, ainda de acordo com o autor, só posso crescer na interação entre o eu, o outro e o contexto.

Para que tenhamos essa possibilidade, de reinvenção de olhares sobre o mundo, segundo Sato e Passos (2001), precisamos desbravar trilhas por outros caminhos metodológicos que se contrapõem ao “treinamento do capital humano” e trilham por alianças participativas, éticas, estéticas e democráticas. Elos que, acreditamos, poderão ser fortalecidos pela subjetividade e pela sensibilidade poética, pois os sentidos advindos da fruição da poesia poderão contribuir para fazer emergir a amorosidade fenomenológica que vislumbramos não apenas em Manoel de Barros, mas também em Freire (1987), Sato e Passos (2006), Merleau-Ponty (1999), Bachelard (1989), entre outros que lutam em prol do acolhimento das diferenças, com todas as suas idiossincrasias. Portanto, a Educação ambiental, na qual nos pautamos, toma como ambiência *as sociedades sustentáveis* em detrimento do *desenvolvimento sustentável*. De acordo com Sato e Passos (2001), enquanto a primeira prima pela mudança pessoal e coletiva, visando à justiça ambiental, a equidade social e a participação democrática, o segundo está baseado no interesse utilitário, nas leis mercantilistas e predadoras do capital.

Vale enfocar que por se tratarem de diálogos, o olhar que imprimimos sobre esta produção é movediço, podendo surtir daí outras possibilidades. Portanto, a trajetória da pesquisa limita-se ao olhar da pesquisadora. E é nessa sinestesia, presente no mundo, que se percebem quão enlaçadas estão as presenças da vida cotidiana, que surgem na mágica da linguagem, conforme nos são concedidas pelo poeta Manoel de Barros. Na sua poética, os elementos comuns aparecem alinhavados por cantos e encantos desse poeta singular, que apresenta o universo pantaneiro, entremeio a um grande bordado, tecido por intermédio das palavras. É nessa percepção que o poeta Manoel de Barros apresenta o infinito e nos reporta ao pantanal de Mato Grosso, envolto na sua capacidade de fertilidade e renovação das águas. São com essas asas, capazes de romper fronteiras, que o poeta contempla, mira e poetiza as águas do pantanal mato-grossense.

Os delírios poéticos de Barros embevecem o leitor e contribuem para que ele consiga enxergar a magia e o encanto das coisas cotidianas. São águas que recriam trastes, águas que encantam seres, águas que servem de espelho... Águas de poesias, águas de suor, águas de chuva, enfim. Com o intermédio da conotação permitida pelo deslimes de sua linguagem e pela metalinguagem criadora, o poeta reconstrói sentidos e mostra o poder transformador das águas do pantanal. Nessa perspectiva, o poeta nos reporta à valoração do elemento água na concepção bachelardiana, que está escrita como o principal elemento do cosmo, ao qual se

engendram todos os outros. Essa experiência permite ao fazedor de sonhos introjetar o sentido original das coisas e projetá-las, perante as expectativas de seu intérprete/sonhador, mostrando a poética da natureza na linguagem surreal, que oferta aberturas para que ele transgrida as percepções apresentadas e construam outras. No cerne da capacidade criadora das águas da poética barreana, subjaz a metáfora que transcende o universo pantaneiro e se entrelaça na utopia da Educação Ambiental. O poeta apresenta a natureza como algo que apresenta a dignidade das pessoas: “os homens deste lugar é uma continuação das águas” (BARROS, 2003, p. 13).

Há períodos em que tanto a seca como as águas em demasia no pantanal trazem dissabores, mas a poética de Barros nos faz compreender que são eles que permitem o ciclo da vida. A luta da Educação Ambiental pós-crítica, contra o poder hegemônico que desrespeita os direitos e valores das comunidades tradicionais, também acontece na circularidade de vitórias e conflitos, mas esta se configura cada vez mais forte no cenário mundial: “pessoas que ouvem com a boca no chão seus rumores dormidos, pertencem das águas” (BARROS, 2003, p. 44). O ser humano “pertencente de águas” compreende as mazelas com as quais convivem seus semelhantes e, desta forma, vivencia o ciclo de renovação das águas e de sua transformação pessoal.

As águas manoelinas são capazes de metamorfoses e não permitem a descrição da sua totalidade. Esse querer abarcá-las seria como *carregar água na peneira*. Portanto, é com esta incompletude que apresentamos a compreensão dessa pesquisa, em que o movimento das águas pantaneiras permite coesões com as constelações fenomenológicas que iluminam as poesias manoelinas. É possível, portanto, ver a imbricação eu/outro/mundo no respeito que o autor imprime ao lançar seu olhar sobre a circularidade do interior/exterior. Tentaremos, deste modo, apresentar o mosaico que permitiu este diálogo entre mundos sonhados. Para tal, abordamos algumas das indagações, construídas com base nas seguintes instâncias: identidade, temporalidade, espaço, poesia e educação ambiental. Nesse cenário, segue a apresentação do diálogo entreaberto, iniciado pela identidade do poeta (**figura 1**), na crença que “o que desobre o ser é ver e ver-se” (BARROS, 1998, p. 23).

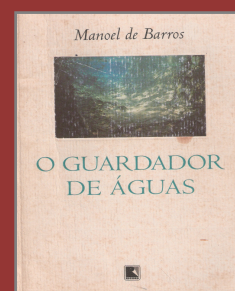


Figura 1: autorretrato
Mitita Oliveira

AUTO-RETRATO FALADO

Venho de um Cuiabá garimpo e de ruelas entortadas.
 Meu pai teve uma venda de bananas no Beco da Marinha, onde nasci.
 Me criei no Pantanal de Corumbá, entre bichos do chão, pessoas humildes, aves, árvores e rios.
 Aprecio viver em lugares decadentes por gosto de estar entre pedras e lagartos.
 Fazer o desprezível ser prezado é coisa que me apraz.
 Já publiquei 10 livros de poesia; ao publicá-los me sinto como que desonrado e fujo para o Pantanal onde sou abençoado a garças.
 Me procurei a vida inteira e não me achei – pelo que fui salvo.
 Descobri que todos os caminhos levam à ignorância.
 Não fui para a sarjeta porque herdei uma fazenda de gado. Os bois me recriam.
 Agora eu sou tão ocaso!
 Estou na categoria de sofrer do moral, porque só
 Faço coisas inúteis.
 No meu morrer tem uma dor de árvore. (BARROS, 2001a, p. 103).

A autobiografia poetizada por Barros nos possibilita perceber os sentidos sob uma ótica de polivalência da linguagem; isso pode ser percebido a partir da recorrência de elementos primitivos que compõem a identidade do autor, como o caso o pantanal de Mato Grosso. Este, por sua vez, muito bem entrelaçado ao itinerário biográfico do autor, que tem a natureza como complementar ao seu aprendizado, é o refúgio que completa as lacunas que o ter deixa no ser. A sensibilidade humanística é também algo instigante, pois o autor se apresenta fenomenologicamente onde o saber e a experiência são mobilizados pelos elementos que compõem o seu cotidiano e pelas linhas não tênues da sua imaginação criadora. Fica perceptível, por meio dos termos *me criei*, *me procurei*, que cada um constitui o seu olhar sob si próprio e sobre o mundo e que este, por sua vez, é produzido tanto pelo vivido como pelo sonhado, delirado.

O vocábulo *desonrado* sugere que, ao tornar pública a sua poesia, é como se houvesse um “estupro”, pois esta sai do âmago da sua intimidade e, portanto, só voltando às origens ele consegue se nutrir novamente. Observa-se que o autor tem conhecimento aguçado do meio em que vive e não se percebe alheio às questões ambientais. O ser humano/natureza

está inerente de maneira indissociável em seu poema, no qual o conhecimento do ser está sempre se renovando, em construção. Por mais que se procurem caminhos que favoreçam a compreensão do mundo, estaremos sempre no centro de um labirinto, em que os saberes são infinitos, incompletos e permanentes, pois “todos os caminhos levam à ignorância”. Tal noção é pertinente ao seguinte fragmento do poema: “Me procurei a vida inteira e não me achei – pelo que fui salvo. Descobri que todos os caminhos levam à ignorância”.

O poeta desfaz a teoria de que as coisas pertencem a um lugar imóvel, abalando a estrutura convencional. Sua poética é uma das vias para a (des)organização de olhares instituídos, sendo necessário descortinar muito dos olhares já produzidos e organizados. O prefixo *des* é atribuído com o sentido de (re)começo, tendo em vista a necessidade de trilhar novas possibilidades de aprendizado, que poderão ser construídas, criadas pelo ser humano de maneira livre, independente. Essa construção do saber movimenta a possibilidade de um ser humano múltiplo, num mosaico de realidades e devaneios distintos; são saberes complementares entre si que se aliam às utopias da Educação Ambiental, que visualiza uma “subjetividade orientada por sensibilidades solidárias com o meio social e ambiental [...] Tendo como horizonte uma ética preocupada com a justiça social” (CARVALHO, 2004, p. 19).

A origem/identidade do autor se fixa no pantanal mato-grossense, que é vasto, inalcançável pelas lentes humanas. Assim acreditamos ser o poeta, na sua (in)definição biográfica. Barros tem aversão às normas convencionais. Sua vida se intensifica na poética de cunho surrealista e se perde, pois “a existência comporta sentido, o sentido da situação de mundo tal como vivido pelo sujeito que percebe e dá sentido ao seu ser-no-mundo” (REZENDE, 1990, p.24-25).

Enfim, a identidade do autor pode ser percebida na identidade com outras histórias de mundos que, por sua vez, abarcam um conjunto de relações mediadas e interpretadas pela temporalidade, além da visão linear e dos espaços que a constituíram, bem como por entre as relações de poder que elas permeavam, tornando possível visualizar e sentir outros mundos (figura 2).

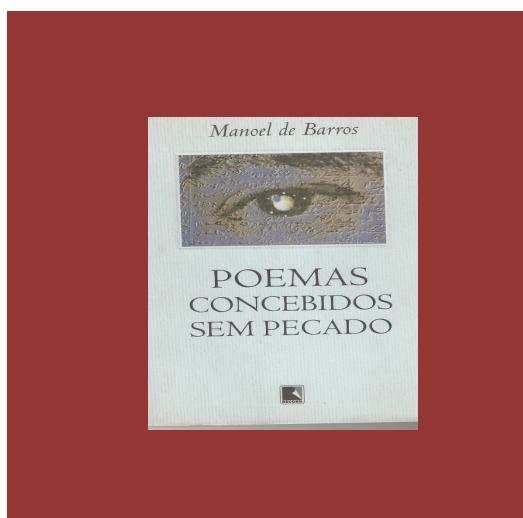


Figura 2: casacaracol
Mitita Oliveira

Que a palavra parede não seja
símbolo
De obstáculo à liberdade
Nem de desejos reprimidos
Nem de proibições na infância
Etc. (essas coisas que acham os
Reveladores de arcanos mentais)
Não.
Parede que me seduz é de tijolo,
adobe

Preposto ao abdômen de uma casa.
Eu tenho um gosto rasteiro de
Ir por reentrâncias
Baixar em rachaduras de paredes
Por frinchas, por gretas – com lascívia
de hera.
Sobre o tijolo ser um lábio cego.
Tal um verme que iluminasse.
(BARROS, 1998, p.51)

A casa representa o universo do ser, é o lugar ideal do aconchego, da contemplação, da intimidade, da plenitude; é dela que parte a energia que nos revigora após uma grande etapa de trabalho. O mundo é a casa maior que aconchega todas as coisas. A poética do autor nos afasta do sentido familiar do vocábulo casa e ao nos distanciar, permite um olhar mais pleno, mais profundo, percepção que a existência temporal, linear, da forma como foi construída ao longo de décadas, nos nega. Ao trazer novas possibilidades de releitura, o poeta nos coloca à deriva, já que transcende o sentido comum da linguagem. Essa possibilidade permite visualizar a identidade entre a vida e a arte. O pantanal, na sua dinamicidade, oferece permissão a Manoel de Barros para habitá-lo e mostrar a pulsação do cosmo. Por meio dele, o poeta expande a parede de sua casa individual e mostra a circularidade infinita das coisas do mundo, onde não se é possível dissociar pantanal/mundo. Essa casa/espço, vista sob a ótica da sensibilidade, derruba o arquétipo da casa comum, fazendo surgir um mundo/casa novo, que abriga todas as coisas.

Segundo Bachelard (2005), a casa, mesmo não mais habitável, não fica circunscrita no passado, pois a força criadora da memória permite que o ser humano a revise, trazendo-a

para o presente, ao sabor da novidade. A fenomenologia da imaginação exige que façamos essa transposição, pois a imagem nova nos permite visualizar também um mundo novo. Essa imagem dinâmica da casa integra os elementos da natureza e fornece possibilidades para ultrapassar os limites da parede, pois:

Abordando as imagens da casa com cuidado de não romper a solidariedade entre a memória e a imaginação, podemos esperar transmitir toda a elasticidade psicológica de uma imagem que nos comove em graus de profundidade insuspeitados. Pelos poemas, talvez mais que pelas lembranças, chegamos ao fundo poético do espaço da casa. (BACHELARD, 2005, p. 26).

A imagem da casa em Manoel de Barros flui por meio de sensações. É uma casa universal, que abriga todos os seres que compõem o cosmo, num processo em que as diferenças ampliam as semelhanças e os conflitos geram sementes para se pensar que um mundo sonhado é possível, pois “quando um sonhador reconstrói o mundo a partir de um objeto que ele encanta com seus cuidados, convencemo-nos de que tudo é germe na vida de um poeta” (BACHELARD, 2005, p. 82). Nesse sentido, a fenomenologia, ao abordar a poesia como objeto de estudo, não se preocupa em analisar a natureza humana, mas busca compreender aquilo que a transcende, a exemplo dos fenômenos que estão intrincados no fazer poético, como: as imagens, as expressões e impressões decorrentes da imaginação do artista. São projeções criadas pela sensibilidade de um ser humano que percebe na concretude de uma parede, a mágica que ultrapassa as barreiras e é capaz de enxergar as asas livres da imaginação, em que “a casa participa de todo um devir. Ela é vida, ‘vida não orgânica das coisas’” (DELEUZE; GUATTARI, 2007, p.233).

Segundo Deleuze e Guattari (2007), “a arte começa, não com a carne, mas com a casa; é por isso que a arquitetura é a primeira das artes” e, portanto, “se a natureza é como a arte, é porque ela conjuga de todas as maneiras esses dois elementos: a casa e o universo”, permitindo-nos viver os nossos devaneios em busca de um mundo ideal, onde seja possível nos desnudar ou fortalecer os conhecimentos que temos das coisas, compreendendo, conjuntamente, que o meio ambiente está intrínseco em nós, que é preciso perceber o encontro entre as coisas ínfimas (**figura 3**), para que a vida se torne mais plena e bela.

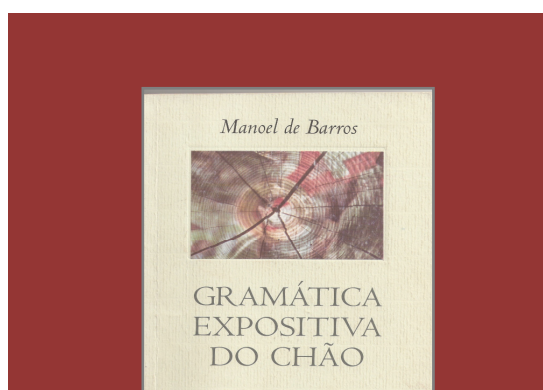


Figura 3: vitória régia
Mitita Oliveira

Nas metamorfoses, em duzentas e quarenta fábulas,
Ovídio mostra seres humanos transformados em pedras, vegetais, bichos, coisas.
Um novo estágio seria que os entes já transformados
Falassem um dialeto coisal, larval, pedral etc.
Nasceria uma linguagem madruguenta, adâmica, edênica, inaugural –
Que os poetas aprenderiam – desde que voltassem às crianças que foram
Às rãs que foram
Às pedras que foram.
Para voltar à infância, os poetas precisariam também de reaprender a errar a língua.
Mas esse é um convite à ignorância? A enfiar o idioma nos mosquitos?
Seria uma demência peregrina (BARROS, 1998, p. 64).

O ser humano é um ser inconcluso e, por assim ser, deve estar sempre se reconstruindo. Portanto, o passado é um de seus aliados para ressignificar o presente e o poeta nos instiga a voltar à fonte original para reaprender a viver. Essa aprendizagem é uma busca infindável, pois temos sempre o que melhorar, o que reconstituir. Barros, em vários momentos, instiga-nos a pensar no erro como perfeição.

A metamorfose é um componente presente, de forma efetiva, em quase toda a produção poética Manoel de Barros, que faz emergir a sensibilidade. Essa vivência possibilita que o poeta, sendo as coisas, metamorfoseie-se em linguagem e muito mais que apresentar a voz do mundo, ele se apresente como o próprio mundo: “A poesia é metamorfose, mudança, operação alquímica, e por isso confina com a magia, a religião e outras tentativas para transformar o homem e fazer ‘deste’ ou ‘daquele’, esse ‘outro’ que é ele mesmo” (PAZ, 1982, p. 137-138). Portanto, a recriação consiste em trazer à tona percepções que são inseparáveis do nosso ser.

Uma nova leitura acerca da responsabilidade socioambiental está presente na poética contemporânea que também se ergueu em meio a uma revolução, na ruptura de valores

instituídos pela burguesia. Ao tratar das metamorfoses presentes nas obras de *Ovídio*³, Barros provoca o ser humano a visualizar os elementos naturais corporificados, ou seja, se a natureza estiver protegida, o ser humano também estará. A metamorfose é um dos princípios surrealistas que amplia a possibilidade do devir, da constante transformação do mundo. A poética de Barros propõe uma retomada ao ser de cada um, para que compreendamos que os pressupostos de uma sustentabilidade planetária estão diretamente relacionados à nossa postura enquanto seres humanos. Importante frisar, ainda, que a abertura em aceitar o diferente, em Barros, abre caminhos para um reaprender, visto que seus poemas se levantam na diversidade.

A partir dessas peculiaridades, o autor mostra a unicidade entre meio ambiente/poesia com todas as suas possibilidades de aproximação. Ele nos incita à compreensão do mundo a partir das particularidades que fazem parte do estar no mundo. Em sua transmutação, o poeta imbrica na coisa cotidiana uma complexa teia de significação, que emerge da subjetividade de ser pantaneiro. Vale ressaltar, também, que a conexão entre o ser humano e a natureza é relevante nas obras do poeta para além do ambiente local, pois, em vários momentos, o autor, sem distinção ou preconceitos, narra a importância de outros conhecimentos e culturas que adquiriu em contato com outros mundos.

Portando, a poesia de Barros nos dá sustentáculo para engrossarmos a voz que canta o Pantanal mato-grossense com vistas à universalidade, na qual é possível rever o erro e reconstruir. A esperança é nos fazer ouvir em escala planetária, pois, embora na particularidade de seu substrato, a terra, os dejetos, a lama, enfim, as coisas deixadas e desprezadas pelo ser humano contemporâneo, o poeta clama e evoca a universalidade, por meio do viés pós-crítico tanto da literatura, como da Educação Ambiental, nas quais a amorosidade permita a tessitura de novas possibilidades (**figura 4**).

³ Segundo Paschoal Mota, no site do Jornal Poíesis, Ovídio era um poeta romano que viveu aproximadamente 43 a.C. Tinha sua produção voltada à subjetividade e com o intuito de conhecer a natureza e os seres que a compunha.

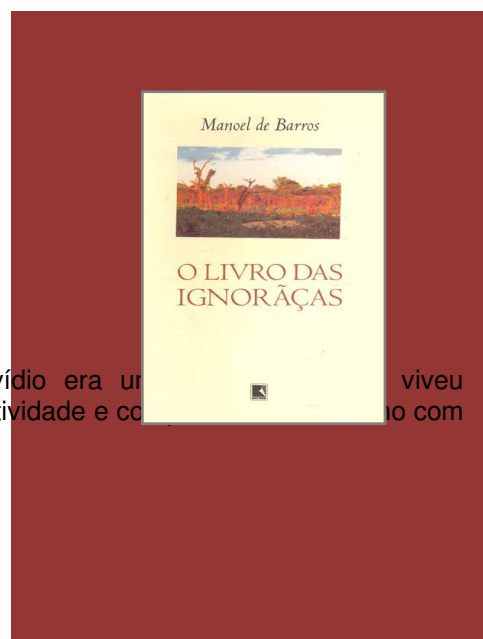
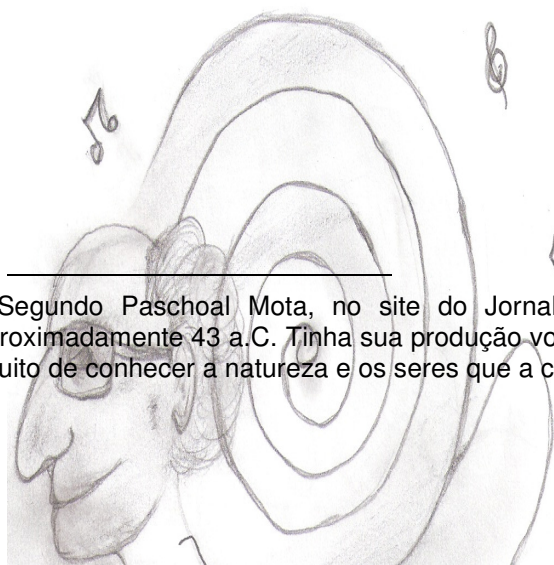


Figura 4: Manoel caracolizado
Mitita Oliveira

[...] Deus deu a forma. Os artistas desformam.
É preciso desformar o mundo:
Tirar da natureza as naturalidades.
Fazer cavalo verde, por exemplo.
[...]
Agora é só puxar o alarme do silêncio que eu saio por
Aí a desformar.
(BARROS, 2004, p. 75).

O inefável se constitui como algo que não podemos verbalizar no seu sentido literal. No entanto, é de fundamental importância para aguçar a sensibilidade humana e, por isso, é um substrato valioso para a poesia. As coisas indizíveis abrigam fabulosas jóias, em que é possível sentir a beleza da simplicidade. A poesia, ao abrigar o inefável, busca incitar o ser humano para dar visibilidade às coisas que lhe trazem prazer enquanto ser no mundo, ou seja, procura instigá-lo a sentir os elementos que poderão fazer com que ele tenha uma amorosidade maior pelas coisas do mundo.

O silêncio apresentado por Barros não é mudo ou passivo, é um silêncio que grita por significação, que na intimidade da coisa possuída vai revelando suas vozes e se desvelando. A coisa, ao ser habitada pelo poeta, obriga seu hóspede a escutá-la e, na ausência do som, torna-o capaz de sentir e aprender a ouvir, sem interrupções. Essa aprendizagem é que o possibilita a apresentar, por meio da linguagem, a dialética entre o interior e o exterior. A linguagem das coisas, portanto, constituída no silêncio, pela capacidade ímpar de um saber sentir proveniente da ética do autor, permite que as coisas lhe falem: são perfumes, formas, cores, vida... O poeta é o portador dessas linguagens: “O dizer do poeta se inicia como

silêncio, esterilidade e secura. É uma carência e uma sede, antes de ser uma plenitude e um acordo; em seguida, é uma carência ainda maior, pois o poema se desliga do poeta e deixa de lhe pertencer” (PAZ, 1982, p. 198).

Segundo Manoel de Barros (2007), “o dever do poeta é modificar o mundo através da palavra. Não existe outra maneira de mostrar o mundo”. Com esta ferramenta é que o poeta desforma o mundo, inova as linguagens e constrói teias de integração. Perplexo diante do descaso do ser humano com a natureza, o poeta mostra a magnitude do meio ambiente, a partir da trans/formação, ou seja, apresenta-se como a própria natureza, por meio de metamorfoses, contribuindo para que se torne mais efetiva essa relação unívoca. Assim, nosso poeta mergulha na fonte primordial e se mistura ao substrato pantaneiro, para germinar logo após com seus delírios verbais, na tentativa de fazer fluir uma nova visão de mundo, por intermédio das linguagens que emergem da poesia. É esse silêncio do qual jorram sentidos que encontramos na produção de Manoel de Barros, pois “o silêncio humano é um calar e, portanto, é uma comunicação implícita, um sentido latente. O silêncio de Mallarmé nos diz nada, que não é o mesmo que nada dizer. É o silêncio anterior ao silêncio” (PAZ, 1982, 67-68).

A relação entre silêncio e rumor ou silêncio e escândalo nos leva a pensar na transgressão dos sentidos da língua, pois estes aparecem como sentidos complementares, e não divergentes. Ao propor ver o interior a partir do silêncio presente nos retratos, o autor nos conduz a pensar na memória, visto que a partir desta há a possibilidade de o leitor voltar-se para o interior, o que lhe permite vislumbrar uma infinidade de sentidos. Nessa perspectiva, o rumor dos silêncios pode ser ensurdecador, já que faz submergir elementos do mundo vivido/sonhado que não precisam, concretamente, estar no presente, mas que evocam vozes que ficaram latentes no ser. O silêncio assume uma característica germinal, que busca os sentidos na própria criação. Portanto, seria um silêncio a conquistar, onde interior e exterior dialogam, num processo cíclico de aprendizagens. O sentido da coisa a habita, por isso há a necessidade do poeta voltar à origem primordial.

A poética de Manoel nos permite ver a luminosidade trazida pela palavra que fulgura nas coisas desprezíveis e nos coloca diante da plenitude da vida. Esse fator nos permite repensar na valoração extrema que dispensamos aos bens materiais e assumir uma nova postura diante das imagens ambientais, que nos fazem perceber os diversos ângulos das coisas, sem a necessidade de buscar explicações para o fenômeno. O ver, inquietante, estimula o processo criador de seres humanos em busca de conhecimentos, do devir ou das metamorfoses. Esse processo de reconstrução, ou transformação, fundamenta-se nos

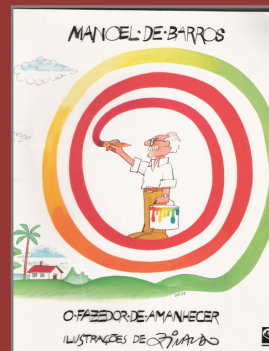
princípios da Educação Ambiental pós-crítica, em que é preciso que o ser humano se conheça para conhecer o mundo. Nesse reconhecimento, surge a necessidade de transpor barreiras, em busca de um novo amanhecer (**figura 5**).



Figura 5: o amanhecer
Mitita Oliveira

Fazer pessoas no frasco não é fácil
Mas se eu estudar ciências eu faço.
Sendo que não é melhor do que fazer pessoas na cama
Nem na rede
Nem mesmo no jirau como os índios fazem.
(No jirau é coisa primitiva, eu sei,
Mas é bastante proveitosa)
(BARROS, 2001b, p.1-2)

Nos poemas de Manoel de Barros é possível perceber a aliança entre o velho e o novo; estes se entrelaçam na subversão dos valores instituídos, pois tanto o primitivismo oswaldiano como a poética barreana sugerem que repensemos os padrões imputados pela sociedade como grau de veracidade incontestável. A dinâmica do mundo não permite a visão estática sobre as coisas e as pessoas, portanto, é imprescindível que se faça surgir a necessidade de restabelecer, de fazer reviver a sensibilidade humana, que está intrincada no nosso corpo, na nossa pele, enfim, no nosso desejo de encontrar coerência frente ao mundo



5 - O primitivismo Oswaldiano contribui para revisitar o amor e superar a visão utilitária das coisas, da vida, da poesia ou da educação ambiental? De que maneira o velho e o novo se entrelaçam?

conturbado e mecânico, no qual estamos sendo levados cada vez mais a aplaudir, mesmo não entendendo, muitas vezes, o sentido desses aplausos.

A perspectiva antropofágica, assumida por Oswald de Andrade, faz-se presente na poesia de Manoel de Barros e contribui para afirmar a alteridade brasileira, porque incita o diálogo entre culturas e tradições diferenciadas, na busca de renovação da linguagem e do olhar sobre a diversidade presente no planeta. A antropofagia oswaldiana propunha uma espécie de canibalismo; a ideia era absorver o que a literatura estrangeira tinha de relevante, deglutindo e devolvendo o que sobrava, mas fazendo uma leitura criadora, sem reproduzir. Nesse prisma, buscava-se derrubar a visão tradicional e propor uma volta à origem, ou seja, por meio da poética o autor buscava apresentar, pela linguagem primitiva, uma estética, na qual a poesia se encontrasse intrínseca à cultura brasileira. Percebemos, assim, que tanto a volta à fonte original, como o diálogo entre culturas diversas, imbricam-se com a poética de Manoel de Barros.

As características da poesia oswaldiana evidenciam traços de um escritor singular, que, complexo e contraditório, deixava perceptível que a existência do ser humano é tão importante quanto a sua obra. Além disso, deixa traços da efetividade do autor com o comunismo e a atenção extrema que o escritor dispensava às gentes, às ideias e às coisas. Nesse sentido, a amorosidade oswaldiana se associa àquela do poeta Manoel de Barros, pois os autores se distanciam do capitalismo exacerbado e voltam o olhar para o ser humano comum, para as coisas da terra, denunciando a podridão que envolve os bens acumulativos da classe burguesa. Essa é a protagonista de muitos dos escritos de Oswald, que procurava, por meio da arte, denunciar as injustiças sociais e ambientais que ocorriam no Brasil, principalmente no que se referia ao apagamento da diversidade.

Candido destaca dois traços importantes que, segundo ele, traçam a personalidade humana e literária do escritor: a devoração, que muito mais que pressuposto simbólico da Antropofagia, retratava a inteireza da vida de Oswald, pois no discurso oswaldiano era possível perceber a moagem de pessoas, fatos e valores, na tentativa de mostrar que era preciso absorver o mundo, triturá-lo para reconstruir e a mobilidade, ou seja, na abertura em apreender com o outro, com a mania de conhecer as pessoas, seus encontros com estrangeiros de passagem, o convívio com ambientes diversos, a familiaridade com argentários e políticos, mas também com motoristas e tipos de rua, vigaristas e caboclos, ou seja, seu amor extraordinário pelas novidades, sua cortesia e hospitalidade. A devoração proposta não era destruidora, mas libertadora. Talvez o propósito fosse desconstruir para construir outro mundo, com base nas utopias que delineou, primando pelo matriarcado, pois “apesar de muito

patriarcal nos gostos e na conduta, o que havia de ruim no mundo lhe parecia vir do patriarcalismo, causador da propriedade, da sociedade de classes, da exploração do homem, da mutilação dos impulsos” (CANDIDO, 1995, p. 90). Por sua vez, as descrições dos encontros fortuitos, segundo Candido, sugerem um Oswald com fome de mundo e de gente, de ideias e acontecimentos.

Esse espírito de renovação está inscrito também no jogo do mistério e da (im)possibilidade advindo da palavra poética de Barros, na qual é possível depreender diversos sentidos e imagens que subvertem a ordem estabelecida. O leitor/autor se depara com um espaço onde o velho é impregnado do novo, o que o distancia do senso comum, tira-lhe do espaço conhecido, aportando-o em um mundo mágico de novidades. No entanto, a mudança não ocorre de forma brusca, porque o poeta, por meio de elementos da dinâmica local e da sensibilidade, enreda e prepara o leitor para só depois lançá-lo num labirinto repleto de novas significações. As tramas da linguagem poética distanciam o leitor de posições dogmáticas e mecanicistas, em prol de uma percepção dialética, que contribui para que uma educação possa ser vista enquanto ato de conhecimento. Nesse contexto:

[...] o futuro com o que sonhamos não é inexorável. Temos de fazê-lo, de produzi-lo, ou não virá da forma como mais ou menos queríamos. É bem verdade que temos que fazê-lo não arbitrariamente, mas com os materiais, com o concreto de que dispomos e mais com o projeto, com o sonho por que lutamos. (FREIRE, 2004, p. 102).

Tanto Oswald quanto Barros propõem voltar o olhar à poética que veicula no primitivo, na dinâmica do saber, que faz parte integrante do senso comum, não o distanciando do saber clássico. Em Manoel, há vários momentos de descrição das aprendizagens adquiridas com escritores, poetas, artistas, em consonância com conhecimentos populares de pessoas comuns, e amigos que adquiriu em suas andarihagens. A junção desses conhecimentos pode implementar os saberes e ajudar na inclusão de novos valores, já que o conhecimento não formal não é tratado com relevância pela sociedade capitalista. As concepções oswaldianas são também defendidas na poética de Manoel de Barros, que sugere a destruição de valores mecanicistas, privilegiando as subjetividades humanas e, portanto, distanciando-se dos paradigmas que estruturam a sociedade, em prol de uma reconstrução, que se inicia pela valorização humana. Outro ponto de relevância entre Barros e Oswald articula-se no viés de que ambos apresentam-se, ao mesmo tempo que apresentam suas ideias.

A vanguarda primitiva, expressa no poema *manoelês*, carimba as inutilidades de um amor intransponível, que transgride a cultura mecanicista e reprodutiva, tal qual Baudelaire, Sato & Passos, Bachelard, Rimbaud, Oswald, Carvalho, entre outros; ousa transpor fronteiras,

viver os sonhos e utopias. Enfim, o andarinho não aporta, é um caminhante alucinado, que percorre saberes e dessaberes, na busca incessante pela reconstrução do mundo; ele vive o seu e os outros mundos e também nos convida a viver os nossos; ele reaparece sempre nas encostas do seu mundo primeiro, mostrando a espiral fértil da dinâmica da vida, por meio do *útero vegetal, insetal, natural*, pois quando os “olhos estão sujos da civilização, cresce por dentro deles um desejo de árvores e aves” (BARROS, 2003, p.12). Esse é um dos poderes cíclicos e criadores que veiculam na poética manoelina, que trazem intrincadas às suas produções, às suas/nossas utopias. É, portanto, um convite à particularidade universal de cada um.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BACHELARD, G. **A poética do devaneio**. Tradução de Antônio de Pádua Danesi. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

BACHELARD, G. **A poética do espaço**. 7. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

BARROS, M. de. **O guardador de águas**. 2. ed. Rio de Janeiro: Record, 1998.

_____. **Livro da ignoranças**. 10. ed. Rio de Janeiro: Record, 2001a.

_____. **O fazedor do amanhecer**. Rio de Janeiro: Salamandra, 2001b.

_____. **Memórias inventadas: a infância**. – São Paulo: Planeta do Brasil, 2003.

_____. **Livro sobre nada**. 11 ed. Rio de Janeiro: Record, 2004.

_____. **Gramática expositiva do chão**. 6. ed. Rio de Janeiro: Record, 2007.

CANDIDO, A. **Vários escritos**. 3. ed rev. e ampl. São Paulo: Duas cidades, 1995. p. 41-60.

CARVALHO, I. C. de M. **Educação ambiental: a formação do sujeito ecológico**. São Paulo: Cortez, 2004.

DELEUZE, G.; GUATTARI, D. **O que é filosofia?** Tradução de Bento Prado Jr. e Alberto Alonso Muñoz. Rio de Janeiro: Ed. 34, 2007.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**, 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

_____. **Pedagogia da esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido**. 15. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2004.

GUATTARI, F. **As três ecologias**. 18. ed. São Paulo: Papirus, 2007.

MERLEAU-PONTY, M. **Fenomenologia da percepção**. Tradução de Carlos Alberto Ribeiro de Moura. 2.ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

PAZ, O. **O arco e a lira**. Tradução de Olga Savary. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982.

REZENDE, A. M. **Concepções fenomenológicas da educação**. São Paulo: Cortez e Autores Associados, 1990.

SATO, M. Apaixonadamente pesquisadora em educação ambiental. **Educação Teoria e Prática**, Rio Claro, v. 9, n. 16/17, p. 24-35, 2001.

SATO, M.; PASSOS, L. A. Pelo prazer fenomenológico de um não-texto. In: GUIMARÃES, Mauro (Orgs.) **Caminhos da educação ambiental: da forma à ação**. São Paulo: Papirus, 2006. p.17-30.

www.jornalpoiésis.com.br Acesso em: 10.jul. 2008.

Bibliografia Consultada

BARTHES, Roland. **O prazer do texto**. São Paulo: Perspectiva, 2006.

BOSI, A. Fenomenologia do olhar. NOVAES, A. **O Olhar**. São Paulo: Cia. das Letras, 1998. p. 65-87.

_____. **O ser e o tempo da poesia**. São Paulo: Companhia das letras, 2000.

CASTRO, A. de. **A poética de Manoel de Barros: a linguagem e a volta à infância**. Campo Grande: FUCMT/UCDB, 1991.

GUIMARAES, M. Educação ambiental e a gestão para a sustentabilidade. In: SANTOS, J. E. dos.; SATO, M. **A contribuição da educação ambiental à esperança de Pandora**. São Carlos: RiMa, 2001. p.479-495.

GUIMARAES, M. (Org.). **Caminhos da educação ambiental: da forma à ação**. 3. ed. São Paulo: Papirus, 2008.

FURASTÉ, Pedro Augusto. **Normas técnicas para trabalho científico: elaboração e formatação**. Explicitação das normas da ABNT. 14. ed. Porto Alegre: s.n., 2008.

LOWY, M. **A estrela da manhã: surrealismo e filosofia**. Tradução de Eliana Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

SUTTANA, R. **Os deslimites da poética de Manoel de Barros**. Campo Grande: FUCMT/UCDB, 2008.

MAIS DO MESMO: **AS INVENCIONICES DE UM CERTO RENATO**

Nathália da Costa da Amedi¹

1.1. Um certo Renato

As biografias de Renato Russo, assim como de muitos personagens do Brasil do pós-Ditadura Militar, são objeto de desejo e curiosidade dos leitores, fomentados por uma indústria cultural que tem sabido, de diversas formas, transformar em mercadoria suas histórias, seu estilo, sua música. Vemos emergir nesses textos várias versões de um certo Renato Russo, invencionices aprendidas com o próprio sujeito transformado em objeto, sendo difícil separar a criação do seu criador. Temos, nesse universo de consumo, sempre marcado por diferentes apropriações, a invenção do Renato Russo que se deseja, que se quer lembrar, que se quer ser, que se quer cultivar. Muito “Mais do Mesmo”.

As biografias (como as de Renato Russo, por exemplo) são uma importante e polêmica fonte de análise para o profissional da História. Para Mairon Valério, as biografias, assim como a história, podem ser glorificadoras ou desconstrucionistas, ou podem ajudar a consolidar mitologias ou heróis, ou, ainda, os desconstrói abrindo espaço para o aparecimento de outros em cena (VALÉRIO, 2007, p. 107).

As narrativas sempre oscilam entre a exaltação e a execração pública geralmente da vida privada dos sujeitos submetidos ao olhar de quem procura, vasculha, garimpa. E as biografias de Renato Russo não fogem a essa regra. Segundo Valério, o desafio para o profissional da História está em superar os binômios e buscar o humano, fugindo do campo de batalhas em torno da biografia. Como instrumento de análise histórica:

a narrativa biográfica mais do que qualquer outro gênero, dificilmente se oculta
atrás da ilusória máscara da neutralidade. A celebração ou execração de um

¹ Licenciada em História pela Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT). Este texto é parte da monografia intitulada **Geração Coca-Cola: o ideal de juventude no Brasil pós-ditadura militar pelas composições de Renato Russo (1985-1989)**, sob a orientação do Professor Ms. Osvaldo Mariotto Cerezer.

herói/personagem é evidente na narrativa biográfica, o que clarifica ainda mais os objetivos políticos das disputas campais na história (ibidem, p. 108).

Ao longo deste texto, recuperamos algumas das imagens produzidas por e sobre o líder da *Legião Urbana*, mostrando a diversidade de informações que vão desenhando o mosaico do retrato de um certo Renato. Nesse sentido, procuramos perceber como esses discursos apresentam essa personagem como símbolo de um ideal de juventude a partir dos anos 80, seja pela sua história de vida, seja pela suas composições musicais na *Legião Urbana*. No caso, iremos explorar como as biografias² e entrevistas feitas com ele³ constroem sua imagem como um líder, um porta-voz dos dilemas de uma época, de uma juventude nascida nas “cinzas megalópoles”, como sugere Cristiano Maia (2000, p. 40-41). Para o referido autor, nesse contexto de incertezas e massificação, o *rock* da *Legião Urbana*, tendo como ícone Renato Russo, é visto como o ritmo ideal para as canções professarem sua mensagem para os jovens:

O rock é o ritmo estético da orgia cotidiana. O som, às vezes ensurdecador, que impressiona e embriaga a massa não intelectual. É o ritmo estético dos que vivem do outro lado da fronteira da linearidade narrativa. [...] o rock germina nos campos complexos semeados com a eterna dúvida misturada ao prazer dionisíaco e a aspereza nietzscheniana. Rock batalha contra o ascetismo do racionalismo descartiano em um final de século banhado em incertezas, abismos e nevoeiros. No calor dos trópicos o ritmo nascido na voz de negros padecendo no inferno recriado ao sul dos Estados Unidos, torna-se fértil. Reconstroem-se a cada geração. (ibidem, p. 139-140).

Em torno do *rock* de bandas como a *Legião Urbana*, segundo Escobar, é que a juventude irá se integrar e identificar-se:

[...] escutar rock serve de ponto de ligação. Ponto de encontro da juventude perdida. “Uma música de jovens para jovens”, crê Renato Russo. A musicalidade incorporada ao rock abusa da complexidade. A canção do não conformismo dos não-intelectuais eleva aos quatro ventos a bandeira fecunda da reprodução do mundo. Espalha o esperma da diversidade. Grávida de novos tempos, febril, dá à luz a processos a-temporais e não lineares de ritmos incultos da massa humana, perdida no universo pós-utópicas. (ibidem, p. 144).

² Biografia analisada: DAPIEVE, Arthur. *Renato Russo: o trovador solitário*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2006.

³ Livro de entrevistas: RUSSO, Renato. *Renato Russo de A a Z: as idéias do Líder da Legião Urbana*. Coord. Ed. Simone Assad. Campo Grande: Letra Livre 2000.

Para Escobar, Renato Russo, entronizado no posto de um missionário capaz de traduzir os desejos dessa juventude, seria a voz da desesperança e da desilusão. Essa perspectiva interpretativa será contestada por Luciano Alves que, embora enxergue Renato Russo como porta-voz, ícone dessa juventude, defende a sua imagem como símbolo da esperança e da utopia ao analisar as canções produzidas pela *Legião Urbana* entre 1985 e 1989:

Ao discutir as canções da Legião Urbana que compõem os quatro primeiros discos da banda [...], argumentamos que elas partem de uma vontade de ação frente à sociedade sem que, no entanto, saiba-se o que fazer, a uma proposta do que fazer. Esta proposta tem como fundamentos a valorização da individualidade e o respeito ao outro, numa busca incessante de harmonização individual e das relações cotidianas, de modo a permitir uma vida em sociedade menos conflituosa, pois quem é incapaz de harmonizar-se consigo e com aqueles que lhes são mais próximos, não conseguirá isto em dimensões mais amplas (ALVES, 2002, p. 138).

O que podemos perceber nessa discussão entre Escobar e Alves sobre as imagens de Renato Russo é que, para além da questão do pessimismo ou da esperança, ambos tentam construir uma narrativa que apresenta este como de fato o símbolo de um ideal de juventude, não problematizando a sua construção. Para os autores, Renato Russo é o símbolo consumado, o que resta saber é a sua adjetivação.

A sua biografia, assim como qualquer outra, como nos lembra Valério, oscila entre a execração e a exaltação. Acreditamos que esse tipo de abordagem é tributário justamente das representações produzidas pelas biografias e entrevistas feitas com Renato Russo, como iremos identificar neste artigo. Esses textos trazem reflexões que apontam tanto um Renato utópico quanto um Renato desiludido e defendem o seu posto como o próprio exemplo do ideal de juventude, seja como herói ou anti-herói.

Essa atividade torna-se especialmente fascinante quando temos uma personagem que tem produzido sobre si uma série de discursos, criando múltiplas representações (cf. CHARTIER, 1990, p.13-28), como é o caso de Renato Russo. Ele é sujeito e objeto de sua invenção. Afinal, ele sempre se preocupou em *fabricar* suas próprias representações (cf. DE CERTEAU, 2000). Falar dessas invencionices é também dizer sobre a época e os sujeitos que as produziram, ou seja, um Brasil do pós-Ditadura Militar, da Abertura, das *Diretas Já*, da contracultura, do *pop-rock*, das drogas, da *Aids*, da Constituinte, da Era Sarney, da irreverência, da inflação, da globalização,

da modernização etc, ou seja, da “Geração Coca-Cola”, do Brasil que busca suas identidades sempre fragmentadas.

Para compor esse retrato do transgressor utópico ou desiludido, apresentaremos os principais aspectos de sua identidade presentes nesses textos, procurando mostrar como se tem construído essa imagem do ícone Renato Russo. Inspirado no artigo “Os “maus” costumes de Foucault”, de Durval Albuquerque Júnior, em que este constrói um esboço biográfico a partir das imagens de Foucault criadas pelos seus biógrafos e por ele mesmo, iremos apresentar como se inventou o Renato Russo como símbolo do ideal de juventude (cf. ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2007, p. 113-131).

1.2. As Biografias

O jornalista e professor Arthur Dapieve é um dos principais biógrafos de Renato Russo. O seu livro, **Renato Russo: o trovador solitário**, publicado em 2000, fruto da análise de entrevistas com Renato Russo e pessoas ligadas a ele – amigos, familiares, músicos -, artigos em jornais e anotações do próprio líder da Legião Urbana, inventa uma narrativa sobre a sua história de vida, destacando aspectos pessoais e artísticos que consagram Renato Russo como o símbolo da chamada geração “Coca-Cola” dos anos 80 no Brasil.

Em linguagem coloquial, ao estilo jornalístico, o autor cria uma biografia do Renato Russo marcada por lugares comuns da sua vida e obra, oscilando entre a apologia e a crítica. Sua narrativa fabrica esta personagem como símbolo dessa juventude, reforçando imagens familiares ao vocabulário dos fãs e interessados na história do músico. A todo o momento, Dapieve trabalha com descrições e frases de Renato Russo que ajudam a consolidar um perfil ideal. Seu livro parece sintetizar uma série de adjetivos que, ao longo da trajetória desse músico, foram incorporadas à sua identidade. Vejamos a seguir exemplos de como o autor, ao longo do livro, constrói essas imagens.

Segundo Dapieve, esse rapaz era um solitário e parecia sentir prazer com essa sua faceta. A solidão sempre esteve presente na vida desse jovem moço. Sentimento que parece acompanhar muitos famosos, os *pop stars*, salvo algumas exceções. E Renato Russo não fugiu à regra. De personalidade forte, constata, era um temperamental, aliava momentos de alegria com os de extrema tristeza, que o diga os amigos e a família. Era do tipo que brigava hoje e amanhã fazia as

pazes. Na narrativa do jornalista, ele parecia ter um fascínio pela morte e um precário equilíbrio psicológico.

Em 1984, relata Dapieve, usando trecho da entrevista com Renato, numa “brincadeira” cortou os pulsos: “Eu cortei os pulsos não para me matar nem nada, foi de frescura, de babaquice, eu estava bêbado” (DAPIEVE, 2006, p. 67), contava. Essa não seria a última vez que ele cortaria os pulsos. Segundo o biógrafo, tinha uma personalidade marcadamente autodestrutiva. Uma vez botou fogo em uma clínica de desintoxicação onde tinha se internado por abuso de álcool e drogas, com a desculpa de que o tinham proibido de tocar violão para os outros pacientes. Seria internado, relata o autor, outras vezes para desintoxicação. A bebida e as drogas o acompanhariam até o final de sua vida. Chegava a passar algum tempo sem drogas, mas logo tinha recaídas. Era tido por muitos como um maluco (ibidem, p. 177).

Dapieve destaca ainda que ele era famoso por protagonizar escândalos nos bares do Rio de Janeiro por causa da bebida, ficava agitado e acabava fazendo besteira. Por vezes, era arrancado das casas de *shows* por fazer tumulto, xingar e incomodar as pessoas. Ia embora carregado por amigos, bêbado de dar pena: “Era simultaneamente infantil e assustador” (ibidem, p. 138-139).

Ao longo de sua vida, segue na narrativa o autor, teve crises constantes de depressão, associada a uma revolta quase que metafísica. Seu pai, segundo Dapieve, conta que um dia, ouvindo um barulho vindo de seu quarto, viu-o jogar pilhas e pilhas de livros no chão com raiva; ao pergunta-lhe o que estava acontecendo, ele disse: “não adianta isso tudo aí, pai, eles não tem respostas para as minhas perguntas” (ibidem, p. 68).

Nessa breve apresentação do perfil comportamental de Renato Russo, vemos Dapieve construir uma narrativa trágica, depressiva e chocante de seu mundo, consolidando a imagem de um jovem transgressor e doente. O sofrimento parece, neste tipo de relato, fazer parte da sua trajetória de vida, o que permite a muitos identificar aspectos autobiográficos nas suas composições musicais, uma vez que elas trazem uma visão dura da realidade. A loucura e o suicídio, assim como em toda história de gênios e artistas, de acordo com a biografia de Dapieve, é a marca de sua existência.

Se consultarmos *sites*, *blogs* e comunidades no *Orkut*, iremos encontrar muitos comentários e análises sobre esse aspecto autobiográfico nas composições de Renato Russo. Há sempre esse desejo de unir vida e obra nas imagens criadas do líder da **Legião Urbana**. Esta

característica de tentar fazer uma biografia do autor a partir da sua obra, tentando definir sua personalidade, é percebida por Albuquerque Júnior nos textos sobre Michel Foucault, que associam de forma automática suas pesquisas sobre loucura, sexualidade e gênero à sua identidade homossexual, depressiva, irônica e transgressora. Esse tipo de leitura, para o autor, acaba reduzindo a produção de um determinado autor à apenas um aspecto, negando o caráter múltiplo das identidades (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2007, p. 113-131).

A vida sexual de Renato Russo não fugiu a essa regra. Ao abordar seu submundo em redutos homossexuais, a coletânea **Renato Russo de A a Z: as idéias do líder da Legião Urbana**, coordenada pela jornalista Simone Assad, publicada 2000, na qual reúne trechos de entrevistas, reportagens em jornais e revistas e especiais de TV e rádio com Renato Russo, afirma que este gostava de frequentar bares *gays* em Nova York e San Francisco. Lá teria entrado em contato com *Christopher Street* e com o *Castro* (uma rua e um clube, respectivamente em NY e SF, pontos de encontro *gay*). Segundo as informações dessa coletânea, Renato Russo assumiu-se homossexual para a família e publicamente em 1979. Nas entrevistas, relata um dos verbetes, assim se apresentava o músico: “Me considero pansexual, mas sou o que as pessoas chamariam de homossexual [...] (1994)” (RUSSO, 2000, p. 182; DAPIEVE, 2006: 124).

Assim como Foucault, Renato Russo teve de lidar com a questão da sexualidade e a indigesta realidade de ser soropositivo. Nessa mesma coletânea, há um verbete que traz os comentários do músico sobre a *AIDS*, um assunto que nunca assumiu publicamente, como se pode verificar em alguns trechos selecionados pela Assad:

Era importante, como artista, eu me posicionar sobre a Aids. Sejam honestos. Há uma relação homossexual na música. Estou nos grupos de risco. Só não sou hemofílico. Não quero ser o mártir da causa gay. O preconceito vem do desconhecimento, do medo (1989, p.23).

O homossexualismo mexia muito com a minha cabeça: poxa, se não é errado, por que existe Aids? Até eu colocar em minha cabeça que a Aids não tem nada a ver com Deus (1990). (ibidem, p. 23).

Um aspecto interessante nesse tipo de coletânea, que se pretende ser uma espécie de dicionário das ideias do líder da **Legião Urbana**, é a pretensão de conseguir reunir um perfil completo dele. E afirmamos também o desejo de conseguir ser um guia para se entender o verdadeiro Renato Russo universal. É um mosaico de diferentes fases do músico que é

transformado em verdades a serem consumidas pelos leitores, na sua maioria, fãs e admiradores. Na introdução, essa pretensão fica evidente, ao se afirmar que

é este ser humano fascinante, controvertido e excêntrico que emerge das páginas de *Renato Russo de A a Z*. Organizado em 453 verbetes, o livro oferece um abrangente mapeamento de seus pontos de vista – desde a época idílica do Aborto Elétrico, em Brasília, até o culto à Legião Urbana por diferentes gerações. O mosaico acaba por revelar Renato de corpo inteiro, em seus juízos múltiplos, gostos pessoais, hábitos, irreverências e utopias neste roteiro em fragmentos, aparece ainda confidências, contradições, influências e histórias do mundo pop. Tomamos contato com um guru cult, que lê e cita Nietzsche, Walter Benjamim, Adorno, Jean-Paul Sartre, Kierkegaard, Fernando Pessoa, Bertold Brecht, W. H. Auden e Shakespeare. (ibidem, p. 13-14).

Nesse tipo de comentário, notamos a intenção de mostrar a intelectualidade e a genialidade de Renato Russo através da citação de suas leituras e ideias e, também, a mística presente nas suas falas e composições musicais. Na sua leitura, Renato Russo seria uma janela para se entender sua época, o porta-voz de uma juventude. Ele seria uma norma de comportamento, de conduta, de ideal, um misto de sofrimento e esperança.

Ao ler esses dois livros, vemos emergir a vontade de fazer do vocalista da **Legião Urbana** um ícone, um missionário, um profeta, um guru, um intelectual. Para seus autores, é incontestável sua contribuição para a geração “Coca-Cola”, quando este não é a própria síntese desta. Não há um exercício de tentar pensar essa imagem construída pelo próprio Renato e seus fãs e admiradores.

1.3. O Trovador Solitário

O “trovador solitário”, segundo Dapieve, assim passou a se identificar quando começou a tocar sozinho em bares de Brasília, na virada de 1981 para 1982. Com um banquinho e um violão, fazendo um estilo Bob Dylan, depois do fim do **Aborto Elétrico**, uma banda *punk* formada em 1977, quando Renato tinha 18 anos. Em 1982, formou a **Legião Urbana** junto com Dado Villa Lobos e Marcelo Bonfá. A **Legião Urbana**, sentencia o autor, fazendo coro com uma legião de fãs e críticos, é considerada uma das melhores bandas do *rock* anos 80 (ibidem, p. 59).

Mas de quem estamos falando até aqui? Renato Manfredini Jr., Renato Russo, ou Júnior, como era chamado pela família? Quantas personalidades ou identidades assumiu nos submundos

que frequentou? Digamos, ainda no rastro dos textos analisados, que sua personalidade parecia se metamorfosear numa espécie de “lobo da estepe” hessiano de fim de século XX, ou talvez um “lobo do cerrado”, adaptado às paisagens brasileiras, em meio a uma época de crises e descobertas de um homem marcado por uma sociedade entre as pancadas do regime militar e a delirante democracia desconfiada do Brasil da chamada Nova República.

A ideia de “lobo da estepe” ou do “cerrado” é pensada pelo fato de Renato Russo, tanto nas suas entrevistas quanto nas biografias, mostrar-se ou ser mostrado como um ser solitário, que tenta conciliar o seu lado homem civilizado com o selvagem. Esse conflito se apresenta na sua busca obsessiva de vencer sua condição de depressivo, violento e autodestruidor, simbolizado pelas drogas, as brigas, a homossexualidade. O seu lado “lobo” seria a sua decadência e o seu lado humano, a sua redenção. Ambas as imagens seriam a sua autoafirmação daquilo que ele era ou do que desejava ser.

Essas imagens são registradas pelas biografias, o homem domando o lobo. O lado homem está presente em outros traços marcantes de sua personalidade registradas por Dapieve. O Renato Russo humano é destacado pela sua mente brilhante e uma sensibilidade enorme no trato com as pessoas, especialmente familiares e amigos. Era educado e, ressalta o biógrafo, quando gostava de alguém, fazia amizade fácil. A primeira impressão que se tinha dele era de um homem extremamente inteligente; era um cavalheiro (DAPIEVE, 2006, p. 78-89).

Segundo Dapieve, seus amigos diziam que agia por impulsos; não raro quando se encantava com a atuação de alguma atriz em determinada novela mandava flores com um cartão carinhoso. Nesse sentido, relata que Renato adorava agradar os amigos e familiares, que eram normalmente soterrados por presentes ou rosas. Se passasse em frente a uma vitrine e achasse que alguma coisa combinava com algum amigo ou familiar comprava, não importando o quanto lhe custasse. Renato, afirma o autor, adorava torrar dinheiro (ibidem, p. 89).

O desejo de romper a solidão, na narrativa de Dapieve, aparece na sua relação com os amigos e familiares ou mesmo desconhecidos. De acordo com os entrevistados pelo biógrafo, sua fonte frequente de contato era o telefone. Ligava a qualquer hora, de madrugada, nas horas mais insólitas, para os pais, amigos ou colegas de trabalho, seja para discutir problemas na produção de um disco, seja para jogar conversa fora. Na maioria das vezes, segundo Dapieve, era para pedir opinião a respeito de alguma música que estava compondo. Trabalhava muito, adorava escrever, pegava frases, captava ideias e jogava no papel. Chegava a ficar dias em cima de uma

letra. Era de um senso crítico agussadíssimo. Sofria quando estava em processo de criação (ibidem, p. 89).

O seu lado criativo, como relata acima Dapieve, está sempre presente na construção de sua imagem e, em alguns momentos, assume um ar de místico. Seus dramas e a dor do mundo são marcas de suas composições. Ele seria uma espécie de antena parabólica dos problemas existenciais cotidianos. Este seria seu lado exemplar para a um ideal de juventude – o seu momento criativo, que sempre requeria uma aprovação dos outros. Ao lado do gênio musical estava o intelectual, como podemos ver na introdução do livro **Renato Russo de A a Z** e nas observações de Dapieve. Ao longo do seu livro, o autor observa que Renato consumia livros vorazmente. Grande parte era composta de livros de poesia, que serviam para afinar os versos que ele escrevia, mas não se considerava um poeta, se via como um letrista.

Ao colocá-lo ao lado dessas referências literárias e filosóficas, percebemos, por parte dos biógrafos, a necessidade de legitimar e fundamentar suas músicas como uma obra de arte e intelectual. Não estamos negando essas influências, mas percebemos uma hiper valorização destas não para uma análise das músicas, mas para a revelação de um gênio musical. Há sempre um tom de celebração ao se escrever sobre Renato Russo nesses textos.

Esse tipo de celebração que mostra seus dons literários está na explicação para a invenção do nome Renato Russo. De acordo com Dapieve, a construção da identidade Renato Russo é influenciada justamente pelas suas leituras:

Esse sobrenome, compartilhado por um de seus pensadores favoritos, o inglês Bertrand Russell, sonoramente parecido com duas outras fontes de admiração, o também filósofo Jean-Jacques Rousseau e o pintor primitivista Henri Rousseau, ambos franceses, acabou resultando no “Russo” que adotaria, alguns anos depois, como sobrenome artístico. Na verdade, Renato Russo seria mais que um sobrenome artístico. Se aproximaria de um personagem, de um heterônimo. Tanto que, no começo da carreira da Legião Urbana, Renato Manfredini Jr. era quatro anos mais velho que Renato Russo (ibidem, p.31).

Ao longo da leitura desses textos biográficos, podemos observar que há como traço importante desse tipo de narrativa a construção do *exemplo*. Renato seria a forma ideal da tradução do eterno jovem, sempre descrito como rebelde, transgressor, criativo, sensível, confuso, etc. Seus defeitos e virtudes seriam sempre um espelho, numa espécie de *pedagogia da juventude*. A sua biografia e as suas músicas educam ou desejam educar a juventude. Há sempre

nas suas ações a preocupação com a política, com a realidade social do país, com o futuro. Esses aspectos aparecem na fala dos biógrafos e do biografado. Ele, sentenciam de forma latente, é o símbolo de fato de um ideal de juventude. Através dele discute-se no que a juventude está se transformando, especialmente na questão da violência, das relações sociais e familiares em crise e da perda da ideologia. Os biógrafos, assim como alguns estudos sobre o tema, acabam por transformar o Renato Russo num padrão, numa referência, como se tudo começasse e terminasse nele. Ele seria referência mesmo pelo exemplo do que não deveria ser.

Por exemplo, a impressão que se tem, por intermédio de sua própria fala e de sua biografia, é que ele, ao falar da sua dependência química, de uma experiência negativa que são as drogas, queria servir de exemplo para as pessoas do que não deveria ser feito, especialmente para a juventude e principalmente para os seus fãs. Nas suas entrevistas, podemos perceber isso quando ele aconselha: “Você não pode ter uma boa relação com as drogas. As drogas são uma coisa muito negativa (1989)” (RUSSO, 2000, p.83). Ele sempre parecia estar reafirmando que esteve no fim do poço e voltou:

Infelizmente, a droga é como uma confraternização social. No meio artístico, quando você faz sucesso, todo mundo oferece droga. E você vai pegando porque o negócio é bom. De madrugada, no estúdio, quando você faz uma presença, você vai tomar um cafezinho? E comigo ainda tinha essa história de romantizar. E pior é que a coisa chega a um ponto vergonhoso. Eu vi que a situação estava feia quando começaram a dizer que eu armei cena em festa que eu nem fui, só porque era lugar-comum. É completamente degradante, e eu gosto de falar sobre isso porque me dá força. Faz parte da programação [12 passos, reprogramação de vida que ele seguiu para tentar se livrar das drogas], nos lembrar como era ruim. E o negócio é que não tem meio- termo (1995) (ibidem, p.85).

Ao analisarmos sua fala prescritiva, explorada pela coletânea **Renato Russo de A a Z**, percebemos a tentativa de uma redenção de Renato Russo ao relatar suas experiências. Parece-nos, a partir dessas narrativas, que ele vivia para dizer aos outros, em especial, aos jovens – porque grande parte do seu público era jovem – o que era estar no fundo do poço. Tal prática pode ser identificada no hábito do músico de contar suas experiências, dizer de seus sofrimentos e dar conselhos entre a apresentação de uma canção e outra nos seus *shows*.

Segundo Dapieve, a relação entre os fãs e a banda e, principalmente, com Renato, era de adoração. Os fãs viam nele uma aparição. A influência e o fascínio que exercia sobre os fãs passaram a criar uma aura mística em torno de Renato e da **Legião Urbana**, que, como podemos

ver neste artigo, tomou conta dos textos produzidos sobre ele e sua banda. Os fãs, que costumavam ficar em frente ao hotel em busca de algum autógrafo ou do que quer que seja, chegavam a ponto de exibir como troféu até mesmo uma quimba de cigarro jogada por Renato, relata o biógrafo. Alguém chegou a batizar isso de “Religião Urbana”. Um messianismo passou a se constituir em torno deles e perseguiu-os na sua trajetória musical, com ênfase no caso de Renato Russo (ibidem, p.96-97).

Para Mônica de Assis (2005, p.32), a relação de empatia entre fãs e a **Legião Urbana**, por exemplo, era fruto de uma identificação direta que esses fãs mantinham com o seu músico, Renato Russo. Ao compor suas músicas, ao mesmo tempo em que parecia falar de si mesmo, tinha a capacidade de ser universal. Concordamos com a autora nesse aspecto e percebemos que embora rejeitasse essa ideia de mito, Renato Russo foi sujeito nessa construção, assim como os seus fãs, admiradores, biógrafos e, recentemente, em algumas pesquisas acadêmicas. Notamos, nesse caso, o desafio lançado por Valério, quando este relata as dificuldades de se trabalhar com biografias, uma vez que estas sempre oscilam entre a apologia e a execração (VALÉRIO, 2007, p. 107). Talvez a estratégia esteja na tarefa de entender como se inventa um mito, um ideal, em vez de tentar defini-lo, adjetivá-lo.

O desafio analítico é maior ainda nesse contexto de *revival* dos anos 80, a chamada “década colorida”. Se consultarmos hoje *sites*, *blogs*, comunidades no *Orkut*, revistas especializadas, especiais de TV, almanaques e outros tipos de publicações, iremos encontrar referências quase messiânicas e apologéticas sobre a **Legião Urbana** e o seu ícone Renato Russo (ALZER, 2004, p.126). Nestes *documentos-monumentos* de uma época, eles são apresentados como o símbolo de uma década, de uma geração. Há um consumo de seus produtos como se antropofagicamente se devorasse o seu ídolo e recuperasse o “Tempo Perdido” da “Geração Coca-Cola”.

Referências Bibliográficas

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval M. de. **História**: a arte de inventar o passado. Ensaio de teoria da história. Bauru: EDUSC, 2007.

ALVES, Luciano Carneiro. Flores no deserto: A Legião Urbana em seu próprio tempo. 157f, 2002. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia.

ALZER, Luiz André. **Almanaque anos 80**. Rio de Janeiro: Ediouro, 2004.

ASSIS, Mônica Nogueira de. **Cancioneiro Transgressor**: Um estudo sobre a poética em Renato Russo e Cazuza. 104f, 2005 Dissertação (Mestrado em Letras) - Programa de Pós-graduação em Letras, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

CHARTIER, Roger. **A história cultural**: entre práticas e representações. Lisboa: DIFEL, 1990.

DAPIEVE, Arthur. **BRock**: o rock brasileiro dos anos 80. 3 ed. Rio de Janeiro: Editora 34, 2000.

_____. **Renato Russo**: o trovador solitário. Rio de Janeiro: Ediouro, 2006.

DE CERTEAU, Michel. **A escrita da história**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.

MAIA, Cristiano Escobar. **A nossa geração perdida**. Itajaí: Ed. da Univali, 2000.

RUSSO, Renato. **Renato Russo de A a Z**: as idéias do Líder da Legião Urbana. Coord. Ed. Simone Assad. Campo Grande: Letra Livre, 2000.

VALÉRIO, Mairon E. Dom Pedro Casaldáliga: biografia e ensino de História. In: JESUS, Nauk Maria et al. **Ensino de história**: trajetórias em movimento. Cáceres: UNEMAT Editora, 2007.

A ESCRITA, OS ACORDOS E AS LEIS NO MEDIEVO PORTUGUÊS

Flávio Ferreira Paes Filho¹

A escrita, os acordos e as leis no reinado de D. Dinis

Sabe-se que nos anos 70 e 80 do século que passou a produção do conhecimento histórico sofreu mudanças no aspecto teórico-metodológico. Devido à influência, sobretudo dos franceses, ocorreu a invenção de novos temas, novos objectos e novos métodos. Nas origens dessa nova história, convém destacar Marc Bloch e Lucien Febvre, os fundadores da revista dos Annales, que criticavam muito a chamada história política e/ou a história positivista.

O historiador Peter Burke dividiu a escola dos Annales em três gerações; a primeira, representada por Lucien Febvre e Marc Bloch; a segunda, representada por Fernand Braudel, e, por fim, a terceira, integrada entre outros, por Georges Duby, Jacques Le Goff.

Os investigadores, como não poderia deixar de ser, sofrem grande influência das transformações que ocorrem na história, em particular, as mudanças introduzidas pelos franceses. Esses factos levaram os historiadores, sobretudo a partir da década de 80 e 90 do século passado, a se interessarem pelo estudo biográfico, pelo estudo do Cotidiano, pela história da mentalidade, pelo imaginário e, ainda, particularmente pelos temas relacionados à arte, à cultura, a escrita, a leitura e ao lazer.

Assim, discutir a escrita e a leitura na Idade Média no reino português é compreender a dimensão sociocultural dessa sociedade no período em tela, tendo claro que a cultura é aqui compreendida em sua dimensão mais ampla, ou seja, tudo que é produzido pelo homem em sociedade.

Os monarcas se preocupam em montar uma corte composta por letrados, por juristas e por escritãs. Dessa forma, promove-se, com a intensificação da escrita e da prática da leitura, uma determinada circularidade cultural. Constrói-se, assim, ao longo de toda a chamada Idade Média Tardia, uma proposta de “sociedade”, de cotidiano e de

¹ Professor do Departamento de História da UMFT, doutorando na Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

cultura.

Com efeito, a prática da escrita no reino português, pode-se afirmar, teve início ainda no período Condal com D. Afonso Henriques (1146 - 1184), tendo tido uma certa intensificação com D. Afonso II (1211 - 1223), mormente devido à sua Chancelaria (COELHO; HOMEM, 1989, p.629). A partir dessa época, e em particular, com D. Afonso III (1248-1279) e até o momento em que as Leis do reino começam a ser sistematizadas nas Ordenações, a escrita teve um peso político importante no confronto entre as três *Ordines* do reino.

Percebe-se no reino português a produção de vários documentos oficiais (Leis, Concordatas², Carta Foral³, Cartas de Aforamentos, Cartas de Perdão, Cartas de Privilégios, entre outros) e o seu registro na Chancelaria e, concomitantemente, a sua divulgação, através da leitura em lugares públicos. Essa prática foi politicamente e administrativamente muito importante. Sobre essa questão, Gama Barros nos afirma que

a publicação das leis e de quaisquer ordens do soberano estava a cargo dos tabeliães, que, depois de as registrarem em seus livros, as deviam ler no tribunal do concelho, ordinariamente um vez em cada semana, durante um certo período que chegava não raro até um ano. (BARROS. 1945, p.137).

A necessidade do registro das cartas expedidas quotidianamente pela Chancelaria impulsionou a prática da escrita. Para além dessa questão, a adopção, no século XIII, durante o reinado de D. Dinis (1279-1325), do português como língua oficial para o registro na Chancelaria, contribuiu para o desenvolvimento ainda mais da escrita; graças a isso, toda documentação régia devia ser produzida em português. Não obstante, encontram-se documentos escritos no vernáculo desde à época de 1214, ou seja, desde o reinado de D. Afonso II (1211-1223).

² Concordatas: nome usado para designar as convenções solenes feitas entre as autoridades supramas eclesiásticas e civis, tenham esta ou não representantes diplomáticos habituais junto a Santa Sé sobre determinados assuntos, geralmente controversos, de interesse para ambas as partes, com aceitação de certos deveres e reconhecimentos dos direitos da Igreja por parte do Estado e concessão de privilégios da parte da Igreja (cf. SERRÃO, 1993)

³ Forais: foral ou carta de foral era o diploma concedido pelo rei, ou por um senhor laico ou eclesiástico, a uma determinada terra, contendo normas que disciplinavam as relações dos seus povoadores ou habitantes entre si e destes com quem o outorgava. Constitui a espécie mais significativa das chamadas cartas de privilégio. Normalmente as suas normas referiam-se às seguintes matérias: liberdades e garantias das pessoas e dos bens dos povoadores; **impostos e tributos**; composição e multas devidas pelos diversos delitos e contravenções; imunidade coletiva; serviço militar; encargos e privilégios dos cavaleiros-vilãos; ônus e forma das provas judiciárias; citações, arrestos e fianças; aproveitamento dos terrenos comuns (cf. SERRÃO, 1977).

Todavia, D. Dinis, em seu reinado de quarenta e seis anos, preocupou-se em dar continuidade ao processo de consolidação do poder da monarquia; nesse sentido, a produção de Leis e acordos com as outras *Ordines* do reino foi importante. Graças as suas acções, é considerado pela historiografia portuguesa um dos monarcas mais importantes no tocante ao processo de constituição do Estado Lusitano.

Esse monarca resolveu os problemas com o clero através de acções político-legislativa, ou seja, realizou com o clero três concordatas, duas em 1289, contendo 11 artigos e 40 artigos, respectivamente. A primeira concordata, a de 11 artigos, só foi reconhecida por D. Dinis em 1292. A terceira concordata foi feita em 1309, esta continha 22 artigos.

Além de ter resolvido as querelas com o clero, empreendeu várias mudanças no reino de Portugal: além da obrigatoriedade do uso do português na documentação do reino, organizou a marinha comercial e de guerra e, em 1317, confiou-a a Manuel Pessanha, um renomado navegador genovês com grande conhecimento e experiência marítima e comercial. Fundou várias vilas, algumas com Cartas Forais; estimulou a ocupação de espaços fronteiriços com Castela pelos camponeses sem terra e pelos cavaleiros vilões; concluiu o processo de definição da fronteira luso-castelhana, até então em litígio, mediante a assinatura conjunta com D. Fernando IV do tratado de Alcanises, em 1297: “[...] e numa altura em que o próprio vocabulário atinente (frontaria, fronteira parecia fixar-se, atingindo significados próximos dos atuais” (COELHO; HOMEM, 1996, p.144).

Com esse tratado, Portugal se tornou o primeiro país da Europa a ter o seu território totalmente definido sob o domínio de um único soberano, fato que, somado as outras políticas de diminuição do patrimônio do Clero e da Nobreza, possibilitou a D. Dinis dar continuidade ao seu projeto político. Criou ainda a primeira Universidade portuguesa através de uma Carta Régia, datada de 1 de março de 1290; emitiu um grande conjunto de leis sobre várias matérias; estabeleceu importantes medidas que contribuíram para o desenvolvimento da agricultura, para o estabelecimento de mercados e feiras, tão importantes para o comércio e, em particular, para a produção interna; incentivou, também, a exportação de produtos agrícolas para Flandres, Inglaterra e França.

Dentre as Concordatas assinadas com o clero, optamos, como nosso objetivo neste artigo, comentarmos a concordata de 22 artigos. Porém, será lembrado também

uma Carta de Lei em que o monarca reforça as sanções já estabelecidas e registradas em sua Chancelaria régia. Essa Concordata encontra-se publicada no *Livro de Leis e Posturas* e por Fortunato de Almeida. Esses documentos são fontes importantes para o estudo político-administrativo-jurídico do reino português na Idade Média.

Convém, antes de passamos a comentar o conteúdos desses documentos, explicitarmos rapidamente o processo de sistematização das *Ordenações*⁴, pois cremos ser importante para o entendimento do desenvolvimento da escrita e do seu registro no reino português. Esse processo de sistematização das leis iniciou-se, sobretudo, no reinado de D. João I e teve prosseguimento no reinado seguinte, com D. Duarte (1433-1438), que é considerado o grande responsável pelo processo de sistematização das Leis existentes no reino. Entretanto, à época do seu reinado, provavelmente já havia o *Livro de Leis e Postura*; não sabemos se efectivamente era do conhecimento do monarca esse facto, talvez o fosse⁵. Esse livro foi escrito em letra gótica dos fins do século XIV ou início do século XV. Contém várias Leis, desde o reinado de D. Afonso II até D. Afonso IV; o processo de sistematização dessas Leis em um único livro só foi possível porque desde o reinado de D. Afonso II, devido à sobretudo o seu Chanceler Durão Pais, há uma preocupação em “racionalizar” a administração e assim tem-se a preocupação de valorizar a escrita. Ocorre, então, o registro de praticamente todos os actos político - legislativos - administrativos na Chancelaria régia.

O Livro de registro da chancelaria de D. Afonso II foi o primeiro no Reino e o quarto na Europa. A chancelaria de D. Afonso II foi um serviço caracterizado pela inovação, pela competência e pelo alto nível que aí atingiu a cultura diplomática, paleográfica e até linguística (lembramos que o mais antigo documento escrito em português, datado e não literário até hoje conhecido é o primeiro testamento de D. Afonso II - ano de 1214). Tem-se a compreensão de que a escrita é uma das mais notáveis manifestação de cultura do homem, por isso é fonte de conhecimento individual e coletivo.

⁴ Ordenações: esta palavra - no seu conceito amplo, sinónimo de leis - foi tradicionalmente adoptada num duplo sentido: 1º ora significando ordens, decisões ou normas jurídicas avulsas, com carácter regimental ou não; 2º ora significando as colectâneas que dos mesmos preceitos se elaboraram, ao longo da história do direito português.

⁵ nos explica que os primeiros ensaios de compilação legislativa teriam ocorrido na época de João I (1395-1433), mas fundamentalmente a partir da segunda década de Quatrocentos (ca. 1418 ss.). O grande “protagonista” parece ser o futuro rei Duarte I (1433-1438), associado a algumas tarefas da governação a partir de ca. 1411. E o facto é que a sua livraria pessoal inclui um volume manuscrito conhecido como *Ordenações del-Rei Dom Duarte*: “[...] Ao mesmo tempo que o século XIV final vira ser elaborada, provavelmente no seio da oficialidade de justiça, uma outra compilação, o *Livro das Leis e Posturas* (LLP), p. 178.

A exigência da escrita deve-se ao facto de ela, ao contrário da oralidade, perenizar, legitimar, provar, porque usa uma linguagem formal, jurídica e técnica. Todavia, a escrita e o seu produto, o escrito, possuem em si mesmos força, autoridade e domínio.

Graças a isso, a Concordata realizada entre as autoridades, no caso, entre a Igreja e o Monarca português D. Dinis (1279-1325), e ainda Carta de Lei são consideradas documentos importantes para se compreender a necessidade de se registrar os acordos e as determinações outorgadas pelo monarca.

Esses documentos são efectivamente a demonstração de uma concepção de poder, do entendimento da importância em se escrever o estabelecido para que não se esquecesse e, acima de tudo, fosse cumprido. A Concordata de 22 artigos foi provocada porque o clero questionava: o direito de o Rei não pagar o dízimo; as Leis que impediam os eclesiásticos de adquirir herdades; as leis contra o seu privilégio de foro; as Leis contra as Inquirições⁶ e Desamortizações; a proibição impedindo os clérigos de viajarem com mercadorias e as venderem pelo caminho, a fim de poderem se manter, ou as trocarem por livros de seu interesse quando os encontrassem. (ALMEIDA, 1971, p. 76-80).

E ainda devido ao costume que havia, da parte dos grandes senhores e dos membros da família real, de pousarem em casa dos eclesiásticos, contra a vontade destes, típico caso de um *servitium* feudal. Tais reclamações, como se pode notar, estavam relacionadas com a perda de algum direito que o clero possuía e que o Rei estava disposto a suprimir, com vista a diminuir o poder e a riqueza daquela Ordem.

Entretanto, tanto o clero quanto a nobreza continuaram a adquirir propriedades, inclusive as reguengas, desrespeitando a nova legislação dionisina. Esse fato levou D. Dinis, em 1311, a outorgar uma Carta de Lei, reiterando as proibições anteriores, especialmente no tocante à aquisição das propriedades reguengas por parte das igrejas, dos fidalgos, dos clérigos e das congregações religiosas:

⁶ Inquirições: inquéritos em larga escala ao estado dos direitos reais, ordenados pelo poder central e efetuados nos séculos XIII e XIV. Podem integrar-se no conjunto de medidas de fortalecimento do poder real e da centralização administrativa que caracterizam os últimos séculos da Idade Média. Na raiz destas inquirições portuguesas estão os abusos dos senhores, laicos e eclesiásticos, e até de vilões, cometidos aos bens da coroa (cf. SERRÃO, 1993).

[...] Johane Lourenço vogado en mha casa porque foy achado que alguuns tanben eigrejas como ordiins come filhos d'algo como clerigos conpravam nos meus regaengos que eu tragia muytos deles enalheados de guisa que mi non davamendo os meus direitos [...]. (MARREIRO,1973,148).

Ainda nesse documento pudemos constatar que os castigos imputados aos infractores eram bem duros:

non possam conprar nem gaanhar per nenhua manera nos meus regaengos mando que o que vender perca o preço que receber e o que conprar perca a herdade que conprou. E porque achei ainda que avya tempo que El rey Don Afonso meu padre deffendera com conselho da sa corte que as ditas pessoas nom comprassem nos seus regaengos tenho por ben e mando aque se for achado que alguas das sobreditas pessoas conpraram”(MARREIRO,1973, p.149).

A preocupação do Rei em não perder uma parcela do patrimônio régio, por menor que fosse, explica-se não apenas pelo fato de, àquela época, a terra ser fundamentalmente a base da economia do reino, bem como do próprio poder político, inclusive aquele possuído pelo Monarca, mas também porque, dela dispondo, D. Dinis poderia vir a aforá-la e, através desse procedimento, obter mais recursos monetários para aplicar noutros negócios de interesse da monarquia. Ademais, se o clero pudesse continuar a adquirir terras, iria continuar alegando a imunidade fiscal de que gozava, para não pagar impostos e taxas sobre as mesmas, de modo que o círculo vicioso permaneceria. Por outro lado, os leigos, comprando ou arrendando uma propriedade reguenga, jamais poderiam evocar para si aquele direito, porque nunca o tinham possuído. Assim, era uma forma de romper com os empecilhos que impediam o ingresso de mais recursos no erário.

Não obstante, foi à época de D. Dinis que os impostos passaram a incidir mais fortemente sobre todo o tipo de exploração direta ou indireta da terra, sobre a criação de gado, sobre a caça e a pesca. Havia, ainda, a jugada⁷, a colheita⁸, o montado⁹, o

⁷ Segundo as Ordenações do Reino, era a jugada um direito real que os reis de antigamente ordenaram lhes fosse pago nas terras em que especialmente para si o reservaram, quando deram os **forais** a essa terras. Ordenaram ao mesmo tempo que apenas se pagasse de trigo, milho, vinho e linho. Estava este trigo relacionado com o jugo ou o singel de bois com que o lavrador agricultava a terra e, regra geral, a quantia a pagar era um moio de cereais - trigo ou milho, conforme o que tivesse semeado - por cada junta de de bois com que lavrasse” (cf. SERRÃO, 1993). Ver ainda, Marreiros (1973), p. CLXXXVIII a CLXI; Godoy e Medeiros (1983).

⁸ Contribuição devida pelos enfiteutas ao senhorio quando este visitava a terra aforada. A colheita tinha como sinônimo comedura, comedoria, collecta, jantar, procuração, parada e visitação (cf. GODOY; MEDEIROS, 1983). Ver ainda, Serrão (1993) e Marreiros (1973), p. CLXXXVIII a CLXI.

condado¹⁰, além, evidentemente, dos impostos sobre o transporte de mercadorias, a passagem ou peagem e a portagem. Com tantos impostos a receber, era importante que tais obrigações fossem, para além da prática costumeira, tornadas obrigações legais, daí a necessidade do seu registro. Encontra-se a cobrança desses impostos registrada em várias Carta de Foral.

Entretanto, o incipiente aparelho burocrático estatal não permitia que as Leis fossem aplicadas à risca e não impedia que os abusos continuassem a ser praticados. De fato:

A ausência duma efectiva centralização, que resulta da existência de escassos recursos materiais colocados ao serviço da coroa, dificultou em particular o estabelecimento de canais de circulação entre as directrizes dimanadas da estrutura do Estado e a sua transmissão junto dos sectores que a ele se encontravam directamente subordinados. (MORENO, 1990, p. 78).

Na verdade, acolhendo plenamente a opinião do Professor Baquero Moreno, este autor afirma que:

Toda esta afirmação de poder, apesar das lacunas do sistema já apontadas, traduz-se na ampla riqueza patrimonial de que dispunha a coroa. Além de o rei possuir imensas terras, eram enormes os direitos reais cobrados sobre todas as actividades económicas dos seus súditos. (MORENO, 1990, p. 78).

Em vista disso tudo, igualmente acreditamos que a luta do Rei contra os privilégios tanto do clero quanto da nobreza foram confrontos inevitáveis, face à política de centralização e/ou de disciplinarização dos poderes, que D. Dinis estava tentando implantar em Portugal, a qual passava pela propriedade patrimonial e o bom uso da mesma, principal forma de obter recursos para gerir o reino. Daí, muitas vezes, ter sido necessário e conveniente celebrar acordos com a Ordem mais importante do reino e registrá-los em sua Chancelaria do que manter uma querela permanente com a mesma, o que seria desgastante e insustentável, tendo em vista o poder que a Igreja detinha. O Rei, com certeza, também se lembrava do que havia ocorrido com seu pai, nos seus últimos anos de vida.

⁹ Imposto que recaía sobre os criadores de animais, pelo uso de pastagens régias, concelhias ou senhoriais (cf. Godoy; Medeiros, 1983, p. 91). Ver, ainda, Serrão (1993), p. 100 e Marreiros (1973), p. CLXXXVIII A CLXI.

¹⁰ Tributo cobrado nos concelhos e que recaía sobre o produto da caça e da pesca fluvial. Consoante incidia sobre a primeira ou sobre a segunda, assim recebia a designação de condado do monte ou condado do rio. A incidência deste imposto variava imenso de localidade para localidade (cf. Serrão. 1997, p. 659). Ver, ainda, Marreiros (1973) e Godoy e Medeiros (1983).

Enfim, como já dissemos antes, as Leis, em particular as Concordatas, além de terem contribuído para melhorar o relacionamento entre a Monarquia e a Igreja, demonstram a importância de registrar, através da escrita, os acordos celebrados entre as autoridades. Com isso, evitava-se também que os prelados, os demais clérigos lusitanos e as Congregações religiosas apelassem para a Sé Apostólica quando se sentiam prejudicados nos seus direitos, procedimento, muitas vezes, funesto para os leigos e àquela altura, governava a Igreja Bonifácio VIII (1294-1303) que, além de cioso do poder e dos direitos eclesiásticos, por questão semelhante com Eduardo I (1272-1307) da Inglaterra e Filipe IV (1285-1314), tinha promulgado a célebre bula *Clericis Laicos*¹¹. Era, pois, mais interessante às partes tentarem resolver diretamente os atritos que as colocavam em situação antagónica.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Furtunado de. **História da Igreja em Portugal**. Nova Edição Preparada e Dirigida por Damião Peres. Lisboa: Livraria Civilização Editora, 1971, p. 76-80. v.4.

BARROS, Henrique da Gama. **História da administração pública em Portugal nos séculos XII a XV**. 2.ed. dirigida por Torquato de Sousa Soares. Lisboa: Livraria Sá da Costa, 1945. t.1.

GODOY, José Eduardo Pimentel de.; MEDEIROS, Tarcízio Dino A. **Tributos, obrigações e penalidades pecuniárias de Portugal antigo**. Brasília: ESAF, 1983. p. 78-79.

HOMEM, Armando Luís de Carvalho. Rei e “estado real” nos textos legislativos da Idade Média portuguesa. *En la España Medieval*, Separata, Madri, número 22, 1999. p. 177-185.

LIVRO DE LEIS E POSTURAS. Lisboa: Faculdade de Direito, 1971, p. 155.

MARREIROS, Maria Rosa Ferreira. **A administração pública em Portugal no reinado de D. Dinis através do estudo de alguns documentos da sua chancelaria**. Livro III. Folhas 63-81v. 1973. Dissertação (Licenciatura em História), policopiada, Faculdade de Letras, Coimbra.

¹¹ A bula *Clericis laicos*, resumidamente, proibia, sob pena de excomunhão, aos eclesiásticos proporcionarem quaisquer espécies de auxílio financeiro aos potentados seculares, ao menos que fossem autorizados pela Cúria Romana. Proibia também aos príncipes e aos seus oficiais de imporem qualquer taxação ao clero e às suas propriedades, sob a ameaça de receberem semelhante castigo (cf. Souza; Barbosa, s/d).

MORENO, Humberto Baquero. **Exilados, marginais e contestatários na sociedade portuguesa medieval**. Lisboa: Editorial Presença, 1990.

SANTOS, Maria José Azevedo. A escrita. In: COELHO, Maria Helena da Cruz e HOMEM, Armando Luis de Carvalho (Coord.). **Portugal em definição de fronteiras. Do Condado Portucalense à crise do século XIV**: nova história de Portugal. Direção de Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques. Lisboa: Editorial Presença, 1996.

_____. **Ler e compreender a escrita na Idade Média**. Coimbra: Edições Colibri, 2000.

SERRÃO, Joel. **Dicionário de história de Portugal**. Porto: Iniciativa Editoriais, 1977, 286 p. v.1.

SERRÃO, Joel. **Pequeno dicionário de história de Portugal**. Porto: Figueirinhas, 1993. 657 p.

SOUZA, José Antônio de Camargo Rodrigues de; BARBOSA, João Morais. **O reino de Deus e o reino dos homens**: as relações entre os poderes espiritual e temporal na Baixa Idade Média (da Reforma Gregoriana a João Quidort). Porto Alegre: EDIPUCRS, s/d.

SOUZA, José Antônio de C.R. de; BARBOSA, João Morais. **O reino de Deus e o reino dos homens**: as relações entre os poderes espiritual e temporal na Baixa Idade Média (da Reforma Gregoriana a João Quidort). Porto Alegre: EDIPUCRS, s/d, 151p.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

MARQUES, Antonio Henrique de Oliveira. O Poder e o Espaço. In: COELHO, Maria Helena da Cruz e HOMEM, Armando Luís de Carvalho. **Portugal em definição de fronteira**: do condado portucalense à crise do século XIV: nova história de Portugal. Direção de Joel Serrão e António Henrique de Oliveira Marques. Lisboa: Editorial Presença, 1996.

COMUNIDADES CAMPESINAS RETOMANDO IDENTIDADES INDÍGENAS EM SAN MATIAS - BO¹

João Ivo Puhl²

Neste texto abordamos aspectos da história e da situação atual de comunidades indígenas no entorno da cidade de San Matias, capital da Província *Angel Sandoval*, do Departamento de *Santa Cruz de la Sierra*, na Bolívia. Desde 1950 até a década de 1990, quase não se falava de comunidades indígenas nesta província. Nos anos 1990 surgiram inúmeras organizações e reivindicações de comunidades, que nas décadas de 1950 a 80 eram chamadas *campesinas*. Hoje se autodenominam indígenas, apesar de seu caráter misto e mestiço em muitos casos.

Investigando algumas das 37 comunidades indígenas reconhecidas pela CIRPAS³ – Central Indígena Reivindicatória de la Província Angel Sandoval, podemos falar de um fenômeno de etnogênese ou de uma re-indianização de comunidades consideradas e designadas *campesinas*, em décadas anteriores. O fenômeno é o inverso daquele dos anos 1950, quando em todo o território boliviano comunidades indígenas se transformavam em *campesinas* para terem acesso a terras, na Reforma Agrária iniciada pelos governos nacionalistas do MNR⁴, desde 1953.

Na década de 1990 as organizações dos povos indígenas, de comunidades camponesas e suas articulações interétnicas produziram a afirmação de suas identidades *tradicionais* ou *originárias*, a consolidação de movimentos de reivindicação pela recuperação e demarcação de territórios e respeito às formas de organização e representação na sociedade e ante os Órgãos do Estado. A luta produziu uma nova

¹ O texto já é um resultado do Projeto de Pesquisa, apoiado pela FAPEMAT, apresentado no Grupo Temático V - Etnogêneses na Fronteira Brasil/Bolívia, no V Encontro da ANPHU - Regional de Mato Grosso, no Campus Jane Vanini de Cáceres da Universidade do Estado de Mato Grosso, ocorrido entre os dias 11-14 de novembro de 2008.

² Professor de História da América no Departamento de História da Universidade do Estado de Mato Grosso, em Cáceres-MT. Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em História da UFMT em Cuiabá-MT e doutorando no Programa de Pós-Graduação em História da UNISINOS - São Leopoldo - RS. Membro fundador do NECALCA – Núcleo de Estudos Científicos da América Latina e Caribe.

³ CIRPAS – Central Indígena Reivindicatória de la Província Angel Sandoval, com sede em San Matias e fundada em 1998, administra um fundo criado com os recursos da compensação ambiental pela passagem do Gasoduto San Matias – Cuiabá.

⁴ MNR – Movimento Nacionalista Revolucionário, principal partido político, articulador da chamada “Revolução Boliviana”, de 1952-1964.

legislação nacional que definiu um marco legal para esta realidade.

Utilizando basicamente fontes orais estamos desenvolvendo esta investigação na fronteira Brasil/Bolívia considerando sua dinâmica interativa sob vários aspectos das continuidades e rupturas históricas na organização e desenvolvimento político, econômico, social e cultural destas comunidades hoje *indígenas*.

O texto inicia com uma etnografia de uma comunidade situada no entorno da Cidade de San Matias em que ressaltamos alguns aspectos da trajetória histórica de sua constituição; situação legal, uso e manejo de seu território; organização e evolução das estruturas, funções e autoridades políticas e o exercício do poder; composição social e étnica da população; estruturas e atividades comunitárias; relações da comunidade com o mercado, instituições, atores da sociedade civil e órgãos do estado boliviano. No texto, buscamos um constante diálogo com a realidade de outras três comunidades.

Na segunda parte do texto estabelecemos algumas pontes entre as realidades mais amplas da chiquitania e sociedade boliviana pontuando questões sobre as diversas trajetórias históricas de comunidades e seus contextos históricos, situações que indicam continuidades históricas e rupturas nas práticas apontando para novos rumos e tendências da metamorfose e ou da etnogênese. Finalizamos com considerações sobre as metamorfoses, mestiçagens ou etnogêneses indígenas em andamento na fronteira.

1. Apresentando Comunidades Indígenas de San Matias.

Apresentamos através da comunidade *San Joaquin*, aspectos também das comunidades *Minador*, *Santa Izabel* e *San José de la Frontera* localizadas no entorno da cidade de San Matias – BO. San Joaquin está situada a 4 km de San Matias nas proximidades do local onde funcionava a Zona Franca. Formada por chiquitanos das ex-reduções de *Santo Corazon* e *Santa Ana*. Estes primeiros migrantes iniciaram a comunidade *San Joaquin*, que celebrou em 2008 seus 70 anos, portanto, fundada em 1938, três anos depois do fim da guerra do Chaco⁵.

Entrevistamos na comunidade San Joaquin as senhoras Rufina e Benedita. Ambas lembraram que fazendeiros da região traziam chiquitanos para trabalharem ali, desde a segunda metade do século XIX. Assim se estabeleceram as primeiras

⁵ Guerra que aconteceu entre Bolívia e Paraguai pelo território do Chaco, entre 1932-35.

comunidades chiquitanas. No início do século XX esta prática incentivou a instalação de múltiplas comunidades ampliadas com a Reforma Agrária, na década de 1960.

Entrevistamos Dona Rufina representante da comunidade no Comitê de Vigilância na *Alcaldia* e dona Benedita Maldonado, presidente da OTB⁶. D. Rufina é uma senhora de uns 55 anos, mãe de 15 filhos dos quais só 3 moram na comunidade e pelo menos 3 já se formaram na universidade em Santa Cruz e duas filhas estão estudando medicina em Cuba. Antes das 10,00 horas ela sai, todos os dias, de bicicleta para o trabalho na Alcaldia. Sua residência está composta por várias edificações onde se destaca a casa de alvenaria com paredes rebocadas e piso de cimento queimado, coberta de telhas de cerâmica. Ao lado desta há outras casinhas menores de adobe e cobertas de palha. Tem cozinha, sala de estar e quartos, com um banheiro a parte.

A Sra. Benedita, reside a 500 metros da praça central. Mantém um pequeno comércio onde também serve refeição típica chiquitana com carnes de caça. Ela tem 43 anos, fala fluentemente português e espanhol e é mãe de 8 filhos, entre dois e 24 anos. Destes, 5 são varões e 3 moças. Os dois mais velhos já estão casados. Um deles casou-se com uma brasileira e conforme a tradição chiquitana mora no mesmo terreno, em casa separada e já tem filhos pequenos.

Benedita nasceu em San Matias, mas já residiu em Cáceres e outros lugares fora da comunidade. Já trabalhou como professora no ensino básico mesmo só tendo feito até a sétima série escolar. Casou aos 28 anos com seu esposo que tem 49 anos e estudou até a oitava série. Hoje trabalha nas atividades domésticas, no pequeno comércio, na agricultura e criação de gado junto com o marido e familiares. Há dois anos exerce a presidência da OTB, num mandato de quatro. Considera que sua família tem ascendência dos grupos étnicos chiquitano e *chapaco*, este último também conhecido como *colha* (collas).

O lote da família da Benedita, ao contrário daquele da Sra. Rufina, está cercado, nele cria galinhas, patos e porcos soltos. Tem bastante variedade de frutíferas, flores,

⁶ A legislação federal boliviana, desde 1994, reconhece a participação social na gestão dos recursos públicos e as formas tradicionais de organização das comunidades camponesas, indígenas ou outras, respeitando-lhes as nomenclaturas como caciques, capitães, cabildos ou conselhos, alcaldes cívicos, etc.

árvores para sombra e ervas medicinais. No terreno estão construídas, no mínimo, quatro edificações das quais a casa e o bolicho estão mais próximas da entrada, são de alvenaria parte coberta de Eternit e outra de palha. As demais construções estão situadas atrás desta, edificadas em adobe e barro, cobertas de palha.

Sua jornada diária de trabalho é de 15 horas diárias, das cinco às vinte, realizada sem interrupção. Explicando esta jornada, concluiu Bendita: “*se usted supiera, la mujer no tiene descanso!*”

D. Rufina descreveu aspectos da organização e da vida da comunidade que resumimos assim: a comunidade tem o *cacique* geral que é eleito anualmente podendo ser reeleito enquanto for aceito pela maioria, isto também ocorre nas outras comunidades. San Joaquin está organizada em diversos setores tendo cada um sua liderança que é autoridade no setor e no conjunto da organização. Esta mesma organização existe nas quatro comunidades que investigamos.

Os setores organizados na comunidade San Joaquin atendem as questões da saúde, educação escolar, cultos religiosos, festas, atividades artístico-culturais, articulação com o poder público e atividades econômicas. Há também um clube de mães, cuja liderança também participa do *cabildo*⁷, mas este não está funcionando em todas as comunidades analisadas.

Representando a comunidade no Comitê de Vigilância, D. Rufina apresenta ao poder público, demandas da comunidade para que a autoridade encaminhe soluções às suas necessidades o que, às vezes, se confunde com funções da OTB. Neste aspecto em cada comunidade se organizam tantos setores quantos se considerem necessários, por isso varia o número e o nome das funções com representação no *cabildo*.

A escola da comunidade San Joaquin atende crianças e jovens até a oitava série. O que é diferente nas outras, pois tem só até a quinta série. Em todas elas há um conselho escolar formado por pais, professores e alunos. Este foi instituído pela lei federal, que lhe faculta o exercício da vigilância, controle e fiscalização sobre a

⁷Cabildo é o nome tradicional do Conselho da comunidade, que existia em todas as reduções e vilas espanholas no período colonial, modificando-se ao longo da República quando sua autoridade e funções se reduziram ao campo religioso, como auxiliares do padre e responsáveis pelos festejos do padroeiro ou festas litúrgicas. Mas, a partir da década de 1950, o Conselho recuperou funções políticas e hoje é o organismo mais importante do poder comunitário, depois da assembléia, coordenado pelo cacique geral.

estrutura escolar, mas também avalia o ensino desenvolvido pelos professores.

A comunidade San Joaquim estando próxima da cidade e os jovens tendo acesso mais fácil ao ensino de segundo grau, tem possibilitado que muitos dos filhos destes moradores tenham seguido seus estudos em cursos superiores em Santa Cruz e em Cuba, profissionalizando-se. A maioria dos que realizam esta façanha não retornam à comunidade, pois tem que buscar trabalho fora, onde será possível o exercício da profissão e a manutenção econômica. Não quer dizer que nestes casos não dêem algum retorno econômico aos seus familiares, pois os laços de parentesco e culturais se mantêm fortes. Isto também ocorre com menos frequência nas demais comunidades. Em San José inclusive o ônibus escolar transporta os alunos da quinta à oitava séries até a Escola de ensino fundamental e médio no Assentamento brasileiro de Sapiquá.

D. Rufina afirmou que a festa do padroeiro é celebrada anualmente, no dia 27 de julho em homenagem a S. Joaquim, esposo de Santa Ana que se celebra no dia anterior. Já D. Benedita informou que na Igreja o padroeiro é São Joaquim cuja festa eles celebram cada ano no dia 27 de dezembro, com três dias de festejos em que o conjunto musical tradicional da comunidade toca e anima as danças com tambor, pífanos, flauta, violinos e violão e representam também a dança dos mascarados. Vêm muitos parentes, membros de comunidades vizinhas e população de San Matias para participarem e se divertirem nesta festa. Quem das duas se equivocou? Esta informação desencontrada, passou sem questionamento no trabalho de campo.

Parece que a procissão desde Santa Ana de Velasco, de vez em quando, também chega à comunidade, pois muitos moradores provêm de lá. As festas dos patronos das comunidades religiosas católicas são muito acentuadas nos relatos, menos por uma entrevistada que frequenta a igreja Assembléia de Deus em San José, a D. Carmen. Aliás, foi a única comunidade, até agora, em que encontramos não católicos. Outra procissão que passa por ali é a de São Matias, já que sua imagem percorre todas as comunidades católicas antes da festa paroquial.

No entendimento de D. Rufina, San Joaquin se autodefine como comunidade indígena. Isto ocorre mais ou menos nas outras também, mas constata-se uma expressiva participação de não chiquitanos e não índios através de casamentos e parentesco. Hoje é bastante expressiva a população agregada de origens distintas dos

primeiros migrantes e ultrapassa o total de 400 pessoas em San Joaquim. Tem 103 casas de moradia para mais de 146 famílias. Consideram família, mães solteiras agregadas à casa dos pais ou casais de idosos que vivem com os filhos ou netos e os filhos casados.

Grande parte das moradias em San Joaquim está no entorno da pracinha central rodeada da capela, escola, centro comunitário e outras construções para o uso da comunidade, onde se celebram as festas, realizam jogos de futebol, atividades de lazer, cultura e religiosas. Esta é tradição colonial que tem continuidade nas comunidades camponesas e indígenas. Porém já há algumas famílias que construíram suas casas mais distantes deste núcleo, perto dos locais de suas pastagens e lavouras. Observa-se isto mais em comunidades que não se constituíram com um núcleo urbano como Minador, mas também nas maiores em termos de número de famílias. Os lotes ou datas ao redor das casas, em geral estão cercados com balaustres de taquara ou de madeiras roliças ou com arame, para encerrar pequenos animais ou proteger crianças e plantas da invasão do gado bovino e cavalar que, com frequência, anda solto.

Contam com energia elétrica somente as casas mais próximas da praça e as construções da comunidade em San Joaquim, mas a maioria das comunidades ainda não dispõe deste recurso. O caso mais típico é o da San José de la Frontera lindante do assentamento brasileiro da Corixinha, tem uma rede de energia para abastecer a sub-estação da Cia. Gasorient, mas a comunidade não tem acesso a ela.

Os meios de transporte mais usados para saírem das comunidades ou nelas se deslocarem são animais de montaria, carrocinhas puxadas a cavalo, bicicletas, motos, e até alguns automóveis. Em San José há 11 km de San Matias, Minador e Santa Izabel a 35 km da cidade, é comum buscarem carona ou ônibus na rodovia.

A ocupação cotidiana de muitas mulheres da comunidade San Joaquim são os serviços domésticos na casa de moradores da cidade. Como empregadas recebem um salário mensal de uns B\$ 600,00 bolivianos⁸, o que parece um pouco exagerado, sabendo-se que um motorista de ônibus ganha isto, enquanto os professores ganham entre B\$ 700,00 a 1.200,00 bolivianos, dependendo do nível de formação e tempo de

⁸ Em agosto de 2008, o câmbio da moeda brasileira, em San Matias, se fazia: R\$ 1,00 (um Real) por B\$ 3,40 (Três Bolivianos e quarenta centavos).

serviço. A proximidade da cidade oferece oportunidades de trabalho e de mercado para produtos que as outras comunidades visitadas não dispõem por causa da distância e a necessidade de transporte.

O relato de D. Benedita difere em alguns momentos e amplia informações. Exemplo, em San Joaquin funciona a OTB há uns 15 anos, isto seria desde 1994, ano de sua legalização. Afirmou que já conseguiu titular a terra da comunidade cuja área total é de 1.300 ha⁹. Benedita também confirmou o que disse Rufina, que muitos moradores da comunidade vieram de Santo Corazon e de Velasco e que foi fundada em 1938. A personalidade jurídica da comunidade foi obtida por intermédio da ajuda das autoridades da província, em 1994, quando se conseguiu a legalização das terras.

As funções da OTB são várias: levantar as necessidades da comunidade na parte social e econômica através de reuniões; formular propostas e projetos que beneficiem os membros da comunidade; encaminhar e negociar as mesmas com os poderes públicos; representar os moradores da comunidade dentro e fora perante as autoridades, órgãos públicos, empresas e outras entidades.

As outras comunidades também têm esta organização e já legalizaram os seus territórios comunais em média, uns 33 hectares por família ou um pouco mais. Tratando-se de algo novo parece que a OTB se sobrepõe a outras estruturas tradicionais e com elas concorre em funções. Trata-se de uma passagem da informalidade da norma consuetudinária para a instituição legal regida pelas normas escritas nos estatutos e reconhecida pelo Estado, como personalidade jurídica.

Entre outros benefícios já conquistados pela OTB, desde 1994, Benedita salientou a negociação de recursos financeiros para aquisição de gado bovino e o estabelecimento de parcerias com a *Alcaldia*¹⁰ para a capacitação técnica dos moradores e produtores na criação de gado e o preparo de solos com máquinas da prefeitura para agricultura.

Negociando com a *Alcaldia* local a OTB conseguiu o apoio para preparar um hectare de terras por família para o plantio de roças na próxima safra. A *Alcaldia* cedeu

⁹Hectare=ha, quadro de 100 metros por 100 metros, totalizando uma área 10.000 metros quadrados.

¹⁰ Alcaldia é o que conhecemos no Brasil como Prefeitura Municipal em que o Alcalde é o Prefeito.

máquinas, operadores, combustível e realizou a limpeza da área com destocamento, subsolagem e gradeagem, deixando o terreno pronto para o plantio. A comunidade e os moradores não deram contrapartida como nos processos de Participação Popular que observamos na Província de Velasco¹¹. Quem coordenou os serviços na comunidade foi o pessoal da OTB, que agendava com os moradores e a Alcaldia as datas, assinalava os locais a limpar, acompanhava o serviço no campo e fiscalizava a execução.

Seguindo a explicação mais detalhada da Benedita, a terra da comunidade está assim distribuída, para o uso dos moradores:

a) a área da comunidade onde está a praça, a capela, o centro comunitário, a escola, o posto de saúde, o campo de futebol, as aguadas, as áreas de reserva da mata, etc. são todas de uso coletivo e é comum a todas as comunidades visitadas;

b) a área residencial onde se localizam as moradias e outras benfeitorias como pátio, jardim, pomar, horta, encerra de porcos e galinhas, geralmente cercada com arame ou balaustres de madeiras ou taquaras, tendo o tamanho médio de 1 hectare por família e a maior parte destas estão próximas da área comunitária, são de uso familiar. Este aspecto parece um pouco diferente em comunidades como Minador e San José;

c) o *chaco*¹² varia de tamanho conforme a disponibilidade da mão de obra e interesse na agricultura, tendo em média as lavouras 3 hectares por família, sendo comum as roças de mandioca, milho, feijão, arroz, abóbora, banana, batata doce, etc. dos quais a mandioca e banana são as mais vendáveis no mercado local. Portanto, seu tamanho é menor do que Rufina salientava, mas é mais ou menos esta a situação nas demais comunidades;

d) as áreas de pastagens, ainda não são muitas porque não tem muito gado em S. Joaquin, Minador e Santa Isabel, enquanto San José esta atividade parece ser predominante pela influência brasileira. O projeto *ganadero*¹³ da CIRPAS está incentivando a criação de gado para o leite, queijo, carne e venda de bezerros o que vem ampliando as áreas de pastagens e alterando o ciclo tradicional da sucessão das culturas

¹¹ Na vizinha Província de Velasco, neste tipo de atividades, exige-se uma contraparte dos camponeses beneficiários das obras públicas. Pode ser em serviços, combustível ou outras formas conveniadas.

¹² Nome tradicional entre os chiquitanos para designar suas áreas de lavouras ou roças itinerantes.

¹³ O projeto financia lotes de gado para grupos organizados nas comunidades que se comprometem a pagar as matrizes vacas e touros durante sete anos com animais de sua cria no valor em peso recebido.

e rotação dos solos para o descanso e recuperação em S. Joaquin e Minador. Os pastos nativos são de uso comunitário e as pastagens plantadas passam a ser de uso grupal ou familiar de quem os cultiva;

e) áreas de reserva, preservação ou de manejo ambiental são mais ou menos 700 hectares em San Joaquin, em geral são só as áreas de matas primárias ou secundárias não agricultáveis porque alagadas por lagoas ou corixos¹⁴, pedregosas ou de relevo muito irregular dificultando o acesso e o manejo. Muitas vezes, cobertas por vegetação de mata do cerrado ou pantanal onde buscam caça, pesca, madeiras para construção, lenha para a combustão nos fornos e fogões e outros recursos alimentares, medicinais ou artesanais. Há variações em comunidades em função de sua localização, relevo, flora típica e tempo de ocupação e de exploração dos recursos, teoricamente acessíveis a todos os membros, seguindo determinadas normas. O que nem sempre é respeitado, como no caso de algumas pessoas que venderam madeira em benefício próprio.

Todos os lotes de moradia, pastagens e roças estão dentro da área titulada em nome da comunidade. Toda a família membro tem direito de fazer sua roça e pastagem em área definida em acordo com as demais e autoridades. Não são donos da terra de forma individual ou mesmo familiar. Só obtém o direito de uso, por isso não podem vender terra ou lote. Quando saem da comunidade apenas podem vender as benfeitorias feitas com o seu trabalho ou adquiridas de outro morador anterior, mediante pagamento.

As fazendas de gado e de agricultura moderna, na Bolívia e no Brasil, oferecem trabalho principalmente para os homens e jovens maiores, por uma diária média de R\$ 17,00 reais quando é livre de alimentação. O esposo da Benedita trabalha em fazendas no Brasil para complementar sua renda. São muitos os homens e jovens maiores que buscam ampliar sua renda e sustento trabalhando temporadas fora da comunidade. Há peões disponíveis em todas estas comunidades, principalmente quando não tem atividades no *chaco*.

Apesar disso, a agricultura de subsistência é importante para o sustento da população. Nos *chacos* trabalham os homens, jovens maiores e mulheres adultas em dois turnos e os filhos menores um período e no outro vão à escola. Além destas fontes

¹⁴ Córregos ou pequenos cursos de água corrente.

de renda como a maioria das famílias, a da Benedita ainda trabalha nos fins de semana no restaurante, em sua casa, com gastronomia ou comidas típicas, em que sob encomenda antecipada os clientes podem experimentar pratos com carnes de animais silvestres e produtos de consumo típico da comunidade. Comumente as pessoas ainda sabem produzir algum tipo de artesanato, mas não há muito a prática de sua comercialização, por isso não produzem em grandes quantidades.

Os moradores jovens constituem família e continuam morando e se apoiando na família dos pais. Foi assim que Benedita, esposo e filhos, que moravam em Cáceres, voltaram à comunidade para apoiar sua mãe que ficara viúva. Um de seus filhos se casou e permanece morando com a família. Com os recursos que Benedita tinha angariado fora, comprou gado que introduziu no lote da família. Toda a produção é familiar e o excedente é vendido no mercado local. Podem ocorrer situações em que o trabalho é comunitário em mutirão (minga) e esta é uma das propostas da Benedita a frente da OTB, pois já tem uma associação na comunidade.

2. Comparando histórias e práticas de Comunidades

Buscando entender os aspectos comuns às comunidades visitadas na pesquisa utilizamos as informações obtidas junto ao Padre Lino da paróquia de San Matias e aos diretores da CIRPAS e das fontes bibliográficas.

Pe Lino não distinguiu comunidades camponeses e indígenas. Supõem que o longo processo de mestiçagem e aculturação das populações indígenas bororo, guató e chiquitano de Santo Corazon e aqueles provenientes da província de Velasco ao longo do século XIX e XX constituíram agrupamentos de famílias em distintas situações, vivendo dispersos em vilas e cidades tanto do Brasil e da Bolívia, mantêm relações de amizade, de parentesco ou de trocas materiais e simbólicas. Constituíram redes de contatos, em que os “*nós*” representam pequenos agrupamentos de famílias rurais e urbanas que se interconectam. Assim há comunidades campesinas no oriente boliviano que hoje são mistas. Convivem nelas pessoas de origens étnicas e nacionais diferentes, passando por processos de metamorfoses intensas e profundas.

Apesar de tudo isto a maioria das comunidades indígenas ou campesinas

mantêm hoje seu cacique e muitas têm o cabildo que sob a direção do cacique, exerce a autoridade maior na comunidade. A nova legislação federal boliviana de 1994 em diante reconhece a participação popular na destinação e fiscalização dos recursos públicos. Reconheceu, também, os TCOs – Territórios das Comunidades de Origem em lei de 1996 com direitos primários ao território tradicionalmente manejado pela população indígena ou camponesa. Tornou legal a representação pelas OTBs – Organizações Tradicionais de Base nos cabildos, cacicatos, associações com personalidade jurídica.

A titulação e o reconhecimento dos territórios tradicionais das comunidades em nome da OTB, são títulos coletivos ou comunitários. A partir desta organização, reconhecida e oficializada, as comunidades tomam assento na estrutura organizacional das municipalidades escolhendo representantes da OTB junto ao poder público.

As autoridades comunitárias variam de acordo com a comunidade e suas tradições, mas elas têm um forte poder sobre a população que as consulta em situações problemáticas e acata as deliberações das mesmas em relação às questões mais conflitivas. As funções e cargos hoje podem ser exercidos, tanto por homens como por mulheres, se forem escolhidas pela maioria da população. Novas funções também podem ser introduzidas e criadas conforme as necessidades de cada OTB¹⁵.

A CIRPAS, com sede em San Matias, é uma novidade na organização das comunidades indígenas da província. Foi criada em 1998, para articular e unir as comunidades indígenas e reivindicar os direitos de compensação dos impactos ambientais do gasoduto sobre os recursos naturais e culturais das populações atingidas.

Diretores entrevistados informaram que articula 29 comunidades indígenas filiadas, de um total de 37 que há na província. Insere-se no organograma nacional das organizações indígenas. No ápice está CIDOB como articulação Central Indígena do Oriente Boliviano. Em Santa Cruz de la Sierra tem a CEPESCL – Coordenadoria de los Pueblos Étnicos de Santa Cruz e em Concepción está a sede da OICH – Organização Indígena Chiquitana da qual cada província tem sua central como é o caso de Roboré, Nuflo de Chaves -Concepción, San José, San Ignacio e Angel Sandoval que tem a

¹⁵ Informações obtidas na entrevista com o Pe. Lino da Paróquia de San Matias, dia 7 de agosto de 2008.

CIRPAS. Em nível nacional, há o PDI – Plano de Desenvolvimento Indígena, que conta com a participação e o envolvimento da população indígena de todo o país.

Cada comunidade que se filia a CIRPAS assume a organização em OTB com personalidade jurídica e negocia em nome do conjunto da população da comunidade, recebendo o título das terras coletivas, inegociável para os membros e a coletividade. As famílias membros da sociedade, têm direitos e obrigações, por isso submetem-se às normas da coletividade e constituem autoridades que devem ser respeitadas. Entrar ou sair da comunidade tem implicações das quais a organização trata. Ingressar na comunidade só se consegue com a admissão das autoridades constituídas e a saída dela também passa por elas.

Se as comunidades estão mudando, também o Estado está. Nos órgãos públicos locais já existem várias organizações em prol do desenvolvimento das comunidades indígenas a partir da legislação federal e da luta articulada das comunidades. Os dirigentes da Central ainda falaram do projeto de reintrodução da língua indígena como segunda língua a ser ensinada nas escolas a partir de 2009, por determinação federal.

O avanço recente dos interesses econômicos capitalistas produtores de gado já encontraram a maioria das terras das comunidades documentadas e demarcadas, *“porque as comunidades indígenas bolivianas estão bem organizadas e articuladas para reivindicar direitos ou negociar recursos públicos e parcerias para o seu desenvolvimento”*, afirmou Francisca Aguillar, dirigente da CIRPAS. Apesar disso as estatísticas da estrutura fundiária na Chiquitania indicam que as comunidades indígenas ocupam aproximadamente 4% do total do território, conforme informou o diretor técnico, Sr. Edmundo C. Ortiz, do Projeto Minga de café orgânico de San Ignacio¹⁶.

3. Considerações finais

Mesmo um olhar distraído e superficial sobre a fronteira internacional entre Brasil e Bolívia perceberá uma diversidade sócio-cultural que mapeada em cores

¹⁶As informações da CIRPAS foram fornecidas pelo Sr. Vitor Ramos e a Sra. Francisca Tomichá Aguillar no dia 7 de agosto de 2008 na sede da organização em San Matias.

formaria um mosaico multicolorido em termos de atividades econômicas, grupos étnicos, interações sociais, relações de parentesco, intercâmbios culturais, comerciais e religiosos entre atores sociais díspares em permanentes e cotidianos contatos.

Neste espaço, frações da população ultrapassam e cruzam a linha da fronteira política, vivida e guardada pelos militares e outros órgãos públicos de fiscalização como marco que separa¹⁷. Muitos ali negociam interesses, realizam acordos, buscam trocas materiais e simbólicas. A maioria das populações tradicionais da agricultura familiar e comunidades indígenas produzem para o consumo e a minoria altamente capitalizada, proprietária de terras extensas, com acesso ao crédito facilitado, utiliza tecnologias modernas e mão de obra abundante e barata, produz para um mercado globalizado.

Esta fronteira complexa é tecida cotidianamente como uma rede de relações que ao longo do tempo põe em contato experiências de temporalidades distintas¹⁸. Num processo de intensas transformações e metamorfoses ao mesmo tempo se superam diferenças, mas também se constroem identidades étnicas novas num processo de etnogênese¹⁹ em que novas territorialidades se constituem a partir de grupos culturais submetidos a contatos prolongados. Novas etnias manejam signos materiais e simbólicos constituídos por elementos tradicionais e novas tecnologias ressignificadas em novas práticas e estratégias, como se observa nas comunidades que ora se afirmam indígenas, quando antes eram denominadas *campesinas*.

Referências Bibliográficas

BALSA ALARCÓN, Roberto. **Tierra, territorio y territorialidad indígena**. Santa Cruz de la Sierra-Bo: APCOB/SNV/IWGIA, 2001.

BOCCARA, Guillaume.(2005). *Mundos nuevos en las fronteras del Nuevo Mundo*. .

¹⁷No lado brasileiro, os diversos destacamentos do 2º BEFRON (Batalhão de Fronteira) do Exército, o quartel e barreiras do GEFRON – Grupamento Especial da Fronteira da Polícia Militar de Mato Grosso, as barreiras sanitárias do INDEA e ANVISA, controles da Alfândega e da Polícia Federal e, do lado boliviano, o Exército e seus destacamentos RI-14 do Batalhão Florida, as barreiras dos Leopardos, a atuação da Aduana e da Migración são alguns exemplos.

¹⁸José de Souza Martins (1997) considera as fronteiras agrícolas como espaços do encontro e desencontro de realidades humanas em tempos históricos diferentes que muitas vezes se confrontam.

¹⁹Cf. Guillaume Boccara (2005), **Mundos Nuevos en las fronteras de Nuevos Mundos**.

Disponível em: <http://nuevomundo.revues.org/index426.html>. Acesso em 30.maio. 2008.

CELESTINO DE ALMEIDA, Maria Regina. **Metamorfoses indígenas: identidade e cultura nas aldeias coloniais do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003.

JANUÁRIO, Elias R. S. **Caminhos da Fronteira**. Cáceres-MT: EdUNEMAT, 2004.

MARTINS, José de Souza. **Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano**. São Paulo: Hucitec, 1997.

MOREIRA DA COSTA, José Eduardo F. **A coroa do mundo: religião, território e territorialidade chiquitano**. Cuiabá-MT: EdUFMT/Carlini Caniato, 2006.

PACINI, Aloir. Nós na cidade, índios em contexto urbano. In: NETO, Vitale Joanoni (Org.) **Política, ambiente e diversidade cultural**. Cuiabá-MT: EdUFMT, 2007. p. 233-250.

RIESTER, J. *En busca de la Loma Santa*. La Paz - BO: Los Amigos del Libro, 1976.

SILVA, Joana Ap. Fernandez. Território e Fronteiras Brasil-Bolívia no país dos Chiquitano. **Revista do Museu Antropológico**, Goiânia, v. 5/6, n. 1, jan/dez de 2001/2002, p. 179-212.

TONELLI JUSITINIANO, Oscar. *Reseña histórica social y económica de la Chiquitania*. Santa Cruz de la Sierra-BO: Editorial El País, 2004.

_____. *Santa Ana La Cenicienta Chiquitana*. Santa Cruz de la Sierra-Bo: Ed. El País, 2006.

VVAA. **La Voz de los Chiquitanos. Histórias de comunidades de la Provincia Velasco**: Guapomocito, Suponema, San Antãoito, Monte Carlo, Quince de Agosto. Santa Cruz –BO: APAC/Fundación AVINA, 2006.

Fontes orais

Diálogo com o Padre Lino pároco da Paróquia de San Matias, dia 7 de agosto de 2008

Diálogo com representantes dos sub-regionais da CIRPAS, **Sr. Vitor Ramos** de Santo Corazon e **Sra. Francisca Tomichá Aguillar** de Las Petas, no dia 7 de agosto de 2008 na sede da CIRPAS em San Matias – Bo.

Entrevista com **D. Rufina**, Comunidade San Joaquin no dia 8 de agosto de 2008;

Entrevista com **D. Benedita Maldonado**, presidente da OTB San Joaquin, dia 8 de agosto de 2008;

Entrevista com o cacique D. **Teófilo Silvestre Paina**, da Comunidade Minador, no dia 8 de agosto de 2008;

Entrevista com o **Sr. Miguel Choré (98 anos)**, pioneiro da Comunidade Minador, no dia 8 de agosto de 2008;

Entrevista com **Sr. Miguel Aguillar**, ex-cacique da Comunidade Santa Izabel, no dia 8 de agosto de 2008;

Entrevista com o cacique eleito **Sr. Sebastião Ramos** da Comunidade Santa Izabel, no dia 8 de agosto de 2008;

Entrevista com o **Sr. Rafael Aguillar**, agente de saúde do posto de Santa Izabel, no dia 8 de agosto de 2008;

Entrevista com **Dona Carmen**, da Comunidade San José de la Frontera, no dia 9 de agosto de 2008.

Entrevista com **Edmundo Castedo Ortiz**, diretor secretário da Asociación de Ganaderos de San Ignacio de Velasco e diretor técnico da Asociación Minga, em novembro de 2008.

ZUMBI E TIRADENTES: HERÓI RACIAL *VERSUS* HERÓI NACIONAL NA MEMÓRIA DIDÁTICA

Renilson Rosa Ribeiro¹

O livro didático como fonte de investimento e de preocupações tem suscitado debates dentro e fora das instituições educacionais sobre a sua relevância na construção de identidades e ideologias. É um objeto rico de pesquisa por ser um espaço privilegiado de disputas políticas, uma vez que este é sempre questionado por omissões, produção de caricaturas de personagens históricos e grupos sociais e étnicos, simplificações dos fatos históricos. Nele, existem diferentes personagens e modelos de interpretações em jogo.

O movimento negro, nessa direção, tem acusado constantemente os autores dos livros didáticos de História de oferecerem apenas uma visão branca e eurocêntrica da história do Brasil, deixando em segundo plano a história e a cultura dos povos africanos e dos afros-descendentes nas suas narrativas. Uma das figuras relegadas ao esquecimento ou à marginalização é o líder negro Zumbi dos Palmares.

Ao compararmos a trajetória da memória de Zumbi e do Quilombo dos Palmares produzidas pelos livros didáticos de História do Brasil, em um exercício de comparação com as fabricadas sobre Tiradentes e a Inconfidência Mineira, percebemos essa marginalização. A estratégia aqui é perceber como os discursos didáticos forjados ao longo dos séculos XIX e XX constituíram as imagens de Zumbi como um herói racial e as de Tiradentes como um herói nacional.

Durante o período imperial, observou-se, na história oficial produzida pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), agremiação criada em 1838 responsável pela criação de uma memória nacional, uma certa depreciação do episódio palmarino. As revoltas coloniais eram interpretadas como atentados à unidade da futura nação. Nesse caso, deu-se destaque para atuação, por exemplo, dos bandeirantes na destruição de Palmares, garantindo a integridade da Colônia.

¹ Professor Dr. do Departamento de História da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), campus universitário de Rondonópolis. Doutorando em História Cultural pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP); organizador dos livros *O negro em folhas brancas* (IFCH/UNICAMP, 2002) e *Ensino de História: trajetórias em movimento* (Editora da UNEMAT, 2007).

Assim como no caso de Zumbi e de Palmares, houve certo silêncio sobre o movimento dos inconfidentes. Procurou-se apresentar Tiradentes e a Inconfidência Mineira como uma conspiração contra a ordem estabelecida pela Coroa Portuguesa. Destacar a história dessa revolta de outra maneira seria incorrer no perigo de alimentar as ameaças republicanas ao Império, uma vez que o país tinha testemunhado uma onda de rebeliões regenciais com traços separatistas que ameaçavam a unidade territorial e o poder da Monarquia.

Joaquim Manuel de Macedo (1820-1882), professor do tradicional Colégio Pedro II, situado no Rio de Janeiro, no seu livro **Lições de História do Brasil**, ao retratar Zumbi e Palmares, privilegiou os instantes finais dos quilombos, que apareceram ao longo das guerras holandesas, na região da Serra da Barriga, em Alagoas. Na descrição das operações de ataque a Palmares, Macedo ressaltou o valor dos paulistas e a valentia dos atacados e, após muita luta, a vitória da ordem. Quanto aos líderes do quilombo, entre eles Zumbi, o autor anotou que estes preferiram a morte à escravidão, atirando-se do alto de um penhasco. Palmares e a Inconfidência Mineira representavam movimentos de ruptura e contestação do passado colonial português, do qual o Império brasileiro era descendente e tributário. Realçar as lutas da Serra da Barriga e de Vila Rica de forma negativa ou omitir sua memória era uma estratégia para se preservar o discurso de *elogio à colonização*.

A partir da Primeira República (1889-1930) foi que começou a se pensar Palmares como símbolo da liberdade e, posteriormente, o seu reconhecimento como o maior feito da raça africana no Brasil. Zumbi foi retratado como liderança negra, entretanto, representante de um movimento inexperiente de liberdade. Nesse contexto, houve uma forte leitura abolicionista pelos livros didáticos da história de Palmares e de Zumbi.

Os republicanos criaram uma nova leitura sobre a Inconfidência Mineira, elevada agora à condição de movimento símbolo da luta republicana. A figura de Tiradentes foi entronizada como seu herói e mártir, numa construção épica e nacionalista de fundamentação religiosa bastante evidente. Sua imagem heróica chegou a se aproximar da história de Jesus Cristo em relatos e imagens.

Embora próximos nas suas lutas e nos seus destinos trágicos, Zumbi e Tiradentes tiveram destinos diferentes na constituição da memória histórica a partir desse período. Sob a constelação da era republicana, Tiradentes encontraria seu lugar no panteão dos heróis nacionais como

símbolo do novo regime, enquanto Zumbi teria participação secundária, quando não omitida, no discurso histórico didático.

Rocha Pombo (1857-1933), professor do Colégio Pedro II e da Escola Normal, no seu famoso livro didático **História do Brasil (curso superior)**, nos anos 1920, ao abordar o tema da Inconfidência Mineira, num relato dramático, ampliou progressivamente o espaço dedicado a Tiradentes, cuja atuação foi narrada no sentido de torná-lo o líder da conspiração e o herói sacrificado pela pátria, o que não era feito com a figura de Zumbi, rapidamente comentado na parte sobre os quilombos de Palmares.

Mesmo valorizando a luta dos palmarinos, para o autor, o episódio de Palmares era o lamentável exemplo que poderia separar ao invés de unir por ser um conflito de uma raça. No entanto, na sua leitura, era necessário relatar eventos como esse para fazer justiça à História. Trazer a tragédia de Palmares para o palco da História era o caminho para mostrar aos seus leitores-alunos os males que a colonização portuguesa provocou com a instituição da escravidão e a ausência de uma unidade entre as partes em nome da pátria. A violência dos quilombolas, na visão do abolicionista Rocha Pombo, surgia em decorrência do mal maior, que era a escravidão. Por isso, o projeto de Tiradentes, para ele, era mais completo, uma vez que propunha a construção de um projeto nacional.

O período pós-1930 foi de consolidação do discurso da “democracia racial” pelo Estado, o que influenciou a produção didática. Houve certo silêncio sobre as revoltas populares como a de Zumbi dos Palmares. A ideia era defender o Brasil como a mistura harmônica das três raças. A ausência das revoltas populares do passado era uma forma de se calar sobre as do presente.

Foi a época de consolidação da figura de Tiradentes no panteão dos heróis nacionais como símbolo da República. Figura cultuada e amplamente representada na memória nacional, recebeu destaque nos livros didáticos, visto como o mártir da Inconfidência Mineira, defensor do projeto republicano e nacional-desenvolvimentista, retardados pela obra colonial. Sua imagem oscilava entre Jesus Cristo e um militar nos relatos e na iconografia.

Escrevendo nos anos 1940 sua **História do Brasil para a primeira série ginasial**, livro didático amplamente adotado até o período militar pós-1964, Joaquim Silva, professor dos Colégios Andrews e São Luiz, ao narrar a luta contra a Coroa portuguesa, apontou a Inconfidência Mineira como seu ápice, bem de acordo com a tradição republicana. Todo o seu

discurso caminhou para a exaltação do martírio de Tiradentes, sacrificado pela violência e crueldade da (in)justiça portuguesa.

Ao tratar da história da escravidão e de Zumbi e Palmares, Joaquim Silva afirmou que não era a escravidão que provocava a rebeldia dos negros, e sim os excessos cometidos pelos feitores a mando dos senhores. Nesse sentido, o autor tratou bem superficialmente a história dos quilombos no Brasil, em especial, Palmares. Os conflitos entre senhores e escravos apareciam de forma marginal no seu texto didático, preferindo pensar uma imagem menos nociva e pesada da instituição da escravidão. A opção por passar esse tipo de imagem estava vinculada à forte imagem do país como paraíso racial presente na cultura brasileira, em especial, nas propagandas do Estado tanto na era Vargas, quanto na ditadura militar pós-1964.

Inspirados nas lutas da militância contra a ditadura militar no Brasil e nas proposições de autores de tradição marxista, como o intelectual uruguaio Eduardo Galeano e o jornalista e professor Léo Huberman, a produção didática a partir dos anos 1980 privilegiou Zumbi como o rei palmarino, que imprimiu uma resistência quilombola contínua contra o poder colonial. Priorizou-se a história de Palmares mediante os aspectos político e revolucionário. Zumbi constituiu-se muito mais como um herói da raça negra do que nacional. Era um símbolo de uma história didática engajada e militante.

Os livros didáticos desse período trouxeram um forte discurso de exaltação do martírio de Tiradentes, sacrificado pelas atrocidades do poder colonial. Houve a construção de um herói popular nacional traduzido na figura do pobre alferes. Era o símbolo da nova República, que procurava se identificar com heróis populares. Tiradentes era restaurado como o herói da abertura e da redemocratização, traduzindo a esperança de um povo.

O livro didático **História & Vida**, dos irmãos e professores de História Nelson e Claudino Piletti, publicado nos anos 1980, lamentou a violência praticada em Palmares porque este era um exemplo de espaço de liberdade e respeito dentro da Colônia corrompida. Ao contrário de outros autores, os Piletti ressaltaram com mais detalhes a figura de Zumbi, o líder dos quilombos, reforçando sua imagem heróica, por meio de sua bravura e da forma como este morreu lutando por seus ideais. A narrativa da morte de Zumbi aproximou-se muito, em alguns aspectos, da feita sobre Tiradentes.

Na leitura dos Piletti, Zumbi e Palmares representavam exemplos de luta contra as injustiças presentes no passado colonial nacional que precisavam ser exaltados. Narrar sua história seria

denunciar o mito da “democracia racial” e a ideia da escravidão amena e benigna. Tiradentes e a Inconfidência Mineira continuariam, para eles, a ser um exemplo por excelência de luta contra a colonização portuguesa e as suas atrocidades.

Diante da exaltação da figura de Tiradentes, eleito o representante do sentimento nacional no passado colonial brasileiro, restou o silêncio ou um papel secundário ao líder dos quilombos de Palmares por parte da memória oficial nacional do século XX presente nos livros didáticos de História do Brasil.

Zumbi estaria ligado ao heroísmo de uma raça e de um modelo de rebeldia que incomodava a ordem estabelecida. Ele seria a lembrança de um passado de conflito racial, uma mácula para o mito da “democracia racial”. Zumbi e Palmares não seriam um exemplo de luta necessário à construção da ideia harmônica de nação. Eles separavam, não uniam. Tiradentes e a Inconfidência Mineira uniam, não separavam. Era o interesse nacional acima de todas as diferenças. Era a libertação da colônia do jugo da Coroa portuguesa.

Em produções didáticas mais recentes, inspiradas nas novas propostas dos **Parâmetros Curriculares Nacionais** e da historiografia contemporânea, identificamos a preocupação em trabalhar com os alunos a ideia de como os heróis e mitos são historicamente construídos. Os professores Andrea Montellato, Conceição Cabrini e Roberto Catelli Junior, na **Coleção História Temática**, no volume “Diversidade Cultural e Conflitos” (6ª série), trazem textos e atividades que ajudam os alunos compreenderem o que são os mitos e heróis e como eles são interpretados de acordo com cada época. A imagem do Tiradentes é abordada no contexto da Inconfidência Mineira, mas também como parte da invenção do panteão nacional republicano. Há um capítulo nesse volume dedicado às resistências à escravidão por parte dos escravos, com destaque para a história do Quilombo dos Palmares. A figura de Zumbi ganha relevo na narrativa e é destacado como a sua história é apropriada como símbolo da luta contra o racismo pelo movimento negro. No entanto, as disputas simbólicas não se encerram nessas páginas.

Um exemplo desses conflitos de reconhecimento pode ser percebido na polêmica sobre a oficialização ou não do 20 de novembro como feriado nacional. Não há um consenso quanto à oficialização da data dentro do calendário oficial nacional, delegando-se todos os anos o seu cumprimento ou não aos governos estaduais e municipais. Esse impasse tem sido motivo de contestação pelo movimento negro, que define o 20 de novembro e a figura de Zumbi dos

Palmares como símbolo de luta de seu povo contra a discriminação e o racismo, um legítimo herói nacional.

Referências Bibliográficas

Bibliografia Consultada

ABREU, Martha; SOIHET, Rachel; GONTIJO, Rebeca (Orgs.). **Cultura política e leituras do passado: historiografia e ensino de história**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

CARVALHO, José Murilo de. **A formação das almas: o imaginário da república no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

FONSECA, Thais Nivia de Lima e. **História & Ensino de História**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

GALEANO, Eduardo. **As veias abertas da América Latina**. 6. ed. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1979.

GOMES, Flávio dos Santos. **Palmares: escravidão e liberdade no Atlântico Sul**. São Paulo: Contexto, 2005.

HUBERMAN, Leo. **História da riqueza do homem**. 21. ed. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1986.

MACEDO, Joaquim Manuel de. **Lições de História do Brasil para uso das escolas de instrução primária**. 10. ed. Rio de Janeiro: H. Garnier, 1907.

_____. **Lições de História do Brasil para uso dos alunos do Imperial Colégio de Pedro II**. Rio de Janeiro: B.L. Garnier, 1860. v.1.

_____. **Lições de História do Brasil para uso dos alunos do Imperial Colégio de Pedro II**. Rio de Janeiro: B.L. Garnier, 1860. v.2

MICELI, Paulo Celso. **O mito do herói nacional**. 5 ed. São Paulo: Contexto, 1994.

MONTELLATO, Andréa; CABRINI, Conceição; CATELLI JUNIOR, Roberto. **História temática**. São Paulo: Scipione, 2000. (Vol. Diversidade Cultural e Conflitos” 6ª série).

PILLETI, Nelson; PILLETI, Claudino. **História & vida** – Brasil: da Pré-História à Independência. 4. ed. São Paulo: Ática, 1991. v.1.

POMBO, José Francisco Rocha. **História do Brasil**. 6.ed. rev. atual. por Helio Vianna. São Paulo: Companhia Melhoramentos de São Paulo, 1952.

SILVA, Joaquim. **História do Brasil para a primeira série ginasial**. 8. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1951.

SIMAN, Lana Mara de C.; FONSECA, Thais Nivia de Lima e. (Orgs.). **Inaugurando a História e construindo a nação**: discursos e imagens no ensino de História. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

OS “RIBEIRINHOS” DO PANTANAL NORTE NO OLHAR DOS VIAJANTES ESTRANGEIROS (1870-1930)

Ana Carolina da Silva Borges ¹

No Brasil, ao longo do século XIX até as primeiras décadas do século XX, foram intensificadas as viagens estrangeiras - científicas ou não - que tinham como um dos seus principais objetivos conhecer, identificar e mapear as potencialidades locais, incluindo as áreas então chamadas de “sertões”. Este ensaio busca fazer algumas reflexões acerca de um conjunto de *representações sociais* criadas em torno dos moradores da beira do rio São Lourenço e Cuiabá entre os anos de 1870 a 1930, por parte dos visitantes estrangeiros que percorreram a extensa área alagada. Por meio dos relatos de viagens publicados, detectamos sinais e indícios de que os trabalhadores minifundiários fixados às margens dos rios do Pantanal Norte e que possuíam autonomia em relação às fazendas de gado, usinas de açúcar e engenhos eram denominados de “ribeirinhos”. Sendo assim, pretendemos apontar o quanto as práticas discursivas dos estrangeiros se configurava enquanto uma prática legítima e de *autoridade* porque estavam imbuídos nos pressupostos do *tempo industrial*, do *progresso* e da *civilização*, diferente dos “ribeirinhos”, cujo *habitus* praticava o *tempo da natureza*.

De fato, a forma dos viajantes, tais como Karl von Steinen, Cônego Jácomo Vicenzi e Hebert Smith, dentre outros pensarem o ambiente natural não pode ser entendida sem levarmos em conta as transformações mais amplas ocorridas no pensamento científico europeu nos séculos anteriores. Em relação a essas modificações, Pelizolli (2002, p.15) aponta que:

Num entendimento minimamente profundo do que se trata em termos de crise e crítica ao tema socioecológico, do ecólogo e da ética em geral, o retorno ao clima da Revolução Científica (junto com a chamada Modernidade, séc. XVII em diante) é crucial, no sentido de rastrear como se formou padrão de visão de mundo (“paradigma”), o prisma que se guia a construção do Saber e da civilização a partir do século XVII, alterando radicalmente a própria cosmovisão, e com consequências que vem sendo questionadas.

¹ Mestre em História pela Universidade Federal de Mato Grosso. Professora da UNEMAT.

Como bem salienta esse autor, no transcurso de revolução científica ocorreu um rompimento brusco com a noção de natureza identificada e definida no mundo antigo e medieval como “questões relativas a Deus, alma e à ética” (p.15). Na linha de pensamento cientificista, a natureza perdia o seu caráter misterioso e encantado na medida em que o homem, agora vendo através dos “olhos da razão”, tinha a missão de dominá-la. Para tanto, obrigava-se a conhecê-la a partir dos instrumentos “racionais” de análise.

Nesse contexto, não só de revolução científica, mas também da revolução industrial, o meio natural e a possibilidade de explorá-lo para a produção de riquezas tornaram-se elementos centrais na “ideologia do progresso”, ideologia esta justificada não só pelos interesses econômicos, mas também legitimada pela ciência. Segundo Pelizzoli,

É sob a bandeira da certeza e do rigor científico, e da noção de *progresso*, que fez com que Revolução Industrial, que a Razão- que é cooptada pelo crivo científico- ao mesmo tempo que alarga “infinitamente” o conhecimento de todos os seres e ambientes, toma posse de todo o sentido, ou seja põe-se como fundamento racionalista último- a partir do qual se determina o destino de todos os outros seres, e mesmos dos humanos. (PELISSOLI, 2002, p.17).

A racionalidade, o progresso e a ciência, concebidos como conceito para a “verdade absoluta”, foram diretrizes que compuseram um conhecimento organizado, classificatório e experimental. Esse fato repercutiu e atingiu as distintas regiões mundiais de formas variadas, com contornos específicos. No Brasil, em um contexto de construção de um projeto de nação, os viajantes receberam grandes incentivos e até chegaram a ser financiados pelo governo central e pelos governos provinciais, tendo em vista que lhes cabia a responsabilidade de percorrer as áreas do império, inclusive os territórios mais afastados do litoral, os denominados “sertões”, apontando as riquezas locais e identificando as formas apropriadas de sua exploração com o intuito de atrair investimentos para essas regiões.

Percorridos pelos viajantes, os rios pantaneiros iam lhes revelando um leque de atividades econômicas prováveis e admissíveis. Ao navegarem o São Lourenço e o Cuiabá, as terras, as espécies de plantas e animais e o ambiente aquático expunham-lhes uma natureza exuberante, farta, e gigantesca. Aos olhos desses observadores, a necessidade da conquista e dominação sobre esse ambiente natural era “gritante”, cabendo, no entanto, ao “homem civilizado” a tarefa de submetê-la.

Os animais, descritos em função de sua cor, tamanho e quantidade eram vistos como fonte de exploração. Couros, peles e penas dos animais em seus variados tons chamavam a atenção dos viajantes e turistas. No bojo dessa grande disponibilidade de animais, eram constantemente mencionadas aves das mais distintas espécies, onças, veados, lontras, ariranhas, capivaras, peixes e mais tarde os jacarés (CASTRO; GALETTI, 1994, p.67-68). Os derivados desses animais também eram apontados como apropriados ao consumo. Como exemplos, podemos citar o caso da onça, cuja cabeça, dentes e garras poderiam ser reaproveitados, ou a gordura da capivara, que servia como remédio terapêutico (SILVA, 1927, p. 62-63).

Em relação à agricultura, a terra era considerada pelos visitantes nacionais e estrangeiros como rica em nutrientes e adequadas para a produção em larga escala, passível de transformações pela mão do homem, o que “enchia os olhos” dos observadores, que expunham enfaticamente a viabilidade do plantio naquela região.

As fazendas, usinas e engenhos, em grande parte com suas plantações nas margens dos rios, aguçavam a expectativa dos viajantes interessados em estender para outras dezenas de léguas de terra uma agricultura avançada e sofisticada, empregando instrumentos como as enxadas, pás, foices, máquinas agrícolas movidas a vapor ou carvão, sementes de alimentos específicos como o café, entre outros; assim, a economia, em vez de se voltar apenas para o mercado interno, abriria suas portas ao exterior. Em uma viagem a região pantaneira, o cônego Jacomo Vicenzi, ao se aproximar da vila de Barão de Melgaço, salienta que a terra era propícia à produção agrícola em suas redondezas. De acordo com o cônego, “os terrenos que ficam adjacentes à vila são admiráveis na sua fertilidade, prestando-se para qualquer cultura. Basta dizer que o arroz aí semeado, chega a produzir setecentos por um!” (VICENZI, 1918, p.23).

Escrita entre os meses de julho e dezembro de 1918, a obra do cônego Jácomo Vicenzi, intitulada: **Paraíso verde: impressões de viagem a Mato Grosso**, deveria ser publicada em 1919, no ano de comemoração do bicentenário de fundação de Cuiabá. Em decorrência da falta de apoio financeiro, esta obra só veio a ser impressa três anos depois, na Alemanha. Entre as inúmeras informações contidas em suas anotações, Vicenzi relata em seu primeiro capítulo a viagem que fez de Corumbá a Cuiabá e traz muitos detalhes sobre a cidade de Barão de Melgaço (SIQUEIRA, 1997, p.91). Em relação ao trecho acima transcrito, é possível perceber que o solo produtivo é uma característica enfatizada, considerando apropriado e viável para qualquer tipo de plantação.

Contudo, a terra não era descrita pelos viajantes somente como propícia à agricultura. De fato, outras atividades poderiam aí ser direcionadas, tal como a criação bovina, já que havia imensas áreas de pastos pantaneiros, formadas desde o processo de colonização portuguesa no século XVIII.

Sobre isso é oportuno o relato de Theodoro Roosevelt e sua análise em relação às terras do Pantanal. Esse visitante norte-americano, nascido em 1858, assumiu o cargo de vice-presidente daquela nação no ano de 1901, chegando ao cargo de Presidente da República de seu país cinco anos depois. Esteve no Brasil, na primeira metade do século XX, como integrante da expedição que explorou as regiões do Centro-oeste e Amazonas: Expedição Roosevelt-Rondon, deixando suas impressões de viagem na obra **Através dos sertões no Brasil**. Nesse livro, Roosevelt dedicou todo o capítulo IV a viagem que realizou de Corumbá a Cuiabá. Quando percorreu o Pantanal, salientou:

Mas, quero afirmar, com ênfase, que essas planícies pantanosas, apesar de quentes, são também saudáveis; e mais ainda, que os mosquitos em muitos lugares não chegam a constituir perigo sério, embora sejam necessários mosquiteiros durante a noite. A região é muito propícia a colonização e oferece extraordinárias possibilidades de criação de gado. Ademais é verdadeiro paraíso para as aves aquáticas e muitas outras espécies de pássaros e mamíferos [...] (ROOSEVELT, 1927, p.89-90).

Entretanto, apesar de território fértil, com boas possibilidades para o uso da pastagem, caça e agricultura e grande disponibilidade de recursos naturais, havia, como principal obstáculo para o desenvolvimento do capitalismo liberal, uma mão-de-obra “inadequada” para a exploração dos recursos naturais. Assim era descrito o Pantanal Norte em grande parte dos relatos dos viajantes. A menção à colonização indica que para os observadores nacionais e estrangeiros, a região não era apenas pouco habitada, como também carecia especialmente de mão-de-obra propícia a uma exploração rural².

Mesmo observando que os relatos eram diversos, por várias vezes contraditórios ou antagônicos, percebemos que ao longo de suas descrições, as várias análises apresentavam algumas proximidades no que tange às observações ambientais. De uma forma geral, esses atributos naturais exuberantes eram ressaltados por todos os viajantes que pela região passavam. Nesse ponto, podemos tecer alguns comentários a respeito

² Podemos citar um outro estrangeiro que também percorreu o Pantanal e que chega a seguinte conclusão sobre a província: “Não vemos [...] no mal estado presente de Mato Grosso uma garantia para seu futuro [...] o único meio de que pode servir-se o governo brasileiro para salvá-las, é abrir mão de suas riquezas as companhias estrangeiras. Se os estrangeiros [...] não vierem arrancar de abandono esses tesouro quase fabulosos, ficarão estes para sempre sepultados no esquecimento, sem que produzam os resultados que deviam produzir, e a província [...] representará um papel bem diferente daquele a que foi estimada pela beneficência da natureza”. (MOUTINHO, 1869, p. 35-36).

dos discursos utilitaristas, ao descreverem a vasta floresta do Pantanal e ao conferirem vida à natureza através de sons, gestos, cores, tamanhos, cheiros, sabores, entre outros atributos. Em relação aos animais, à terra e à água, esses relatos de viagens, por meio da influência romântica, recorriam as características próprias das sensibilidades do homem, na intenção de dar ao “mundo natural” um sentido mais “real” e atrativo.

O pequeno trecho da obra de Smith, transcrito mais abaixo, provavelmente foi elaborado a partir das observações de Karl von de Steinen, quando este percorreu o Pantanal³, já que a escrita e as observações desses dois estrangeiros são um tanto quanto parecidas (SMITH, 1922). Vale frisar que Smith, entomólogo norte-americano, integrante da Expedição Morgan, chegou a Mato Grosso no ano de 1881, vivendo aí por quatro anos. Três anos após a sua chegada, Mato Grosso recebeu outra Expedição, agora alemã, contando com a presença de Karl von de Steinen, que retornará à província em 1887, cuja viagem terá como resultado a publicação de dois livros: **Entre os naturais do Brasil Central** e **Estudos antropológicos sobre os primitivos habitantes do Brasil**. Assim aparece o Pantanal na obra de Smith:

Entre essas massas de terra alta estendem-se os pantanaes, amplo deserto de terra e água. As vezes apareciam várzeas limpas com lagoas e poços na superfície; depois tricas de mimosas e macegas léguas e léguas, enfim borões de mata, onde as margens eram mais altas./Pelo meio, esquivava-se o Paraguai; mais denteado aqui do que abaixo, a sua largura, muitas vezes de fronteira da republica do Paraguai: sempre a mesma água escura, profunda, cuja corrente rápida apenas se vê aqui e ali na superfície macia- um *rio manso*, segundo a expressão popular. Para cortar esta corrente tanto quanto possível. Nosso vaporzinho encostava-se às margens, roçando nas massas de *iguapés*, que quase as guarneceem./O *iguapé* associa-se em meu espírito a todas as pinturas do Paraguai: os canteiros brilhantes, de escuro carregado, aqui e ali pendoados de flores azul - pálidas, os insetos luminosos que cintillam por cima, as aves aquáticas que deferem o vôo à proporção que vamos passando, a água escura e mansa que afaga as raízes, onde os peixes nadam prazenteiros; tudo isso contrasta de modo estranho com os campos e os galhos das arvores que escorrem das margens das correntes. Quando as águas sobem, flutuam bancos de iguape, que vão acalmar nas ribanceiras, além; às vezes vimos superfície toda coberta com eles. (SMITH, 1922, p. 268-269).

Discorrendo sobre o rio e sua margem, tal como os animais que nos mesmos se encontravam, este fragmento de relato nos oferece elementos para compreendermos o contraste da descrição da natureza em relação aos moradores que nelas se encontravam, pois, ao conferir movimentos, ritmos e cores sobre o ambiente aquático e suas margens,

³ Não especificamente a parte norte que estudamos.

encobriam os grupos sociais que tiveram grande influência na construção da paisagem do Pantanal naquele momento.

Podemos vislumbrar a capacidade desse viajante em descrever com precisão e detalhes os aspectos físicos da natureza: cada lugar, cada oscilação era captada, nada passava despercebido no que se referisse à fisionomia do Pantanal, trabalho esse que não será despendido na descrição dos grupos rurais que ali se encontravam, pois normalmente quando citados, um espaço pequeno lhes era dedicado, com observações rápidas, desinteressantes e superficiais, revestidas por visões etnocêntricas.

Dando continuidade à descrição, quando se refere a um dos trechos correspondentes ao rio São Lourenço, Smith anota:

Pequenas porções dos Pantanaes são bastante altas para se prestarem a pasto de gado, embora durante as inundações o gado só possa alimentar-se vadeando pelos campos alagados; à noite retiram-se para poucos lugares que ficam secos. Há uma ou duas destas fazendas destas criações no baixo S. Lourenço, e até algumas roças de mandioca, embora todos os anos fiquem sobreaguados. Um *torrão* é ocupado por destacamento de soldados de misérrimo aspecto, que aqui estacionam, Deus sabe porque, pois para nada podem servir nestes rebanhos./As inundações anuais dos pantanaes variam bastante quanto a altura: em Corumbá tem se registrado 11 metros de diferença entre as águas mais altas e as mais baixas, mas em outros annos não há mais de 5 ou 6. Como a superfície geral dos pantanaes- as partes não ocupadas por lagos- não esta mais está mais de um metro ou um metro e meio acima das águas das vazantes, é claro que mesmo as menores inundações encobrem a totalidade dos pantanaes. (SMITH, 1922, p. 276).

Um espaço rural aqui é mencionado em breves apontamentos sobre o pasto do gado, algumas fazendas e roças, além dos soldados, para logo em seguida se voltar para os atributos físicos daquele meio. É interessante percebermos, nesse sentido, a disparidade atribuída ao homem e à natureza nesses dois fragmentos de relatos de Smith aqui expostos. Se o primeiro tem a atenção voltada mais especificamente para o ambiente natural, convenhamos que, ao o lermos, veremos que em vez de um simples objeto de estudo, ela (a natureza) reassume o papel de um sujeito, com atitudes próprias e bem peculiares, diferentemente desse último trecho de relato sobre o trabalhador rural, que assume papel passivo e insignificante, encobertando, dessa maneira, as relações sociais desenvolvidas no Pantanal Norte.

Sobre esse assunto, o crítico literário Alfredo Bosi (1992, p.149-175) pode nos proporcionar algumas contribuições valiosas. Esse pesquisador, analisando os escritos do padre Antonil Vieira sobre a produção de açúcar nas fábricas agrárias da Bahia, no

século XVIII, identifica aspectos bastante parecidos com esses que estamos encontrando nos relatos dos viajantes que estiveram no Pantanal. Ressaltando a peculiaridade de uma sociedade escravista e colonial, cujos escravos eram vistos como mercadorias para seus donos, Alfredo Bosi detecta, nas descrições do padre Antonil, esse caráter de passividade sobre o grupo social que estava tratando, que eram os negros escravos das fábricas de açúcar. Nas anotações do padre Antonil, de acordo com Alfredo Bosi, os escravos são construídos como seres inertes, apáticos e, conseqüentemente, indiferentes. Em contrapartida, a natureza - no caso, a cana-de-açúcar - que, transformada pela indústria, apresenta-se nessas mesmas narrativas como uma “analogia com o ser vivo, animado e humanizado”, passando de simples objeto para adquirir uma postura de sujeito.

Alfredo Bosi observa que o padre Antonil, ao construir a imagem dos escravos por meio de elementos estáticos e coisificados, encobriu propositalmente todas as relações sociais desenvolvidas nas fábricas rurais. Sobre o Pantanal, não é muito difícil identificarmos esse atributo *fetichista*⁴ sobre o “mundo natural” em detrimento dos trabalhadores agrários, sobretudo, os pequenos proprietários da beira dos rios, tendo em vista que o que interessava e orientava essas descrições de viagens, em primeiro plano, era a inserção daqueles recursos naturais no capitalismo liberal.

Lylia Galetti, ao estudar as imagens que os europeus e norte-americanos tinham sobre Mato Grosso, ressalta que esses estrangeiros reproduziam a ideia de um espaço “vazio” e “isolado”, construindo a imagem da província como um lugar remoto, cercado de terras virgens e constituído por uma riqueza inquestionável. Tendo como objeto de estudo um conjunto de *representações* construído sobre Mato Grosso, a autora observa que os relatos eram compostos de referências ligadas às ideias de “progresso” e de “civilização”. A própria menção de ambientes pouco habitados, “longínquos”, faziam parte de um conjunto de *representações* dos europeus sobre os “confins do sertão” (GALETTI, 2000, p.88).

Podemos ir um pouco mais além sobre essa questão levantada por Galetti, pois acreditamos que as imagens construídas sobre Mato Grosso e, conqüentemente, sobre o

⁴ Sobre o fetichismo, vale a pena ler a seguinte citação do velho Marx: “A mercadoria é misteriosa simplesmente por encobrir as características sociais do próprio trabalho dos homens, apresentando-as como características materiais e propriedades sociais inerentes aos produtos do trabalho; por ocultar, portanto, a relação social entre os trabalhos individuais dos produtores e o trabalho total, ao refleti-la como relação social existente, à margem deles, entre os produtos de seu próprio trabalho. Através desta dissimulação, os produtos do trabalho se tornam mercadorias, coisas sociais, com propriedades perceptíveis aos sentidos” (MARX, 1985, p.81).

Pantanal por parte dos estrangeiros tinha o objetivo de difundir não somente a ideia de um lugar pouco habitado e “isolado”, distante da “civilização”, mas que eram, acima de tudo, ambientes naturais desocupados (GALETTI, 2000). Silenciavam, dessa forma, todo o processo de fixação e formação de espacialidades rurais.

Esse silêncio construído por meio das narrativas dos viajantes não era imparcial, pois propositalmente agia deslegitimando o acesso às terras e aos recursos disponíveis por parte dos moradores que nesses espaços se encontravam, principalmente os índios, assim como os agricultores livres e também os escravos. Uma vez deslegitimado esse processo de fixação, os discursos visavam a oferecer aos grupos de investidores nacionais e estrangeiros todo um aparato que se configurava em um conjunto de ideias, pensamentos e valores necessários para a exploração econômica das florestas e do solo.

Pouco mencionados nos relatos de viagens, aos trabalhadores pobres desses ambientes e suas práticas diárias era normalmente conferida uma visão negativa, especialmente, sobre aqueles moradores localizados às margens dos rios. Segundo Aníbal Amorim (1911, p. 473), tratava-se da “mísera população ribeirinha, que vive do plantio do arroz, do milho, do feijão, e da pesca do pacu. Não é raro encontrar, dentro de uma mesma palhoça, marido, mulher e uma dezena de filhos”.

O fato de os trabalhadores locais terem sua sustentabilidade familiar garantida por meio da utilização dos recursos disponíveis era visto pejorativamente, porque tais recursos não estavam inseridos, segundo os viajantes, nos usos “apropriados” da flora e da fauna ofertadas pela natureza. Essas visões sobre a sustentabilidade familiar devem ser compreendidas no interior da relação espaço/tempo, articulada à relação sociedade/natureza, que orientava e sustentava os discursos etnocêntricos construídos nessas narrativas de viagens. A utilização local dos recursos disponíveis era criticada pelos observadores estrangeiros, porque não se enquadrava na visão utilitarista da ideologia do “progresso”.

Aos trabalhadores rurais que tinham uma situação financeira desfavorável de acordo com o padrão europeu era atribuída a ideia de que a natureza se impunha sobre suas vidas. Isso significa dizer que aquele universo natural úmido não era dominado, pelo contrário, era ele quem dominava a vida de seus poucos moradores, que ainda estariam, nesses termos, em um estágio “involutivo” e “selvagem”:

[...] Os habitantes por aqui são todos adventícios, ou melhor, vagabundos, bom sentido da palavra. Com efeito, eis como eles costumam estabelecer-se. Uma família mete-se numa canoa, desce o

rio, atraca no ponto que lhe apraz, sem indagar a quem pertence, semeia alguns cereais e, com meia dúzia de forquilhas faz uma choupana, à toa, que as águas ao engrossarem, levam por aí abaixo... É verdade, vejo em passando, essas choças prestes a serem invadidas e arrebatadas, em muito a água entrou ou está a entrar, não de surpresa, e sim maciamente. E se isto se der? Recorrem de novo a barquinha, sem motivos de lágrimas pelos edifícios que acabam de perder. (VICENZI, 1918, p.79).

Reparemos na forma como são descritos os moradores da beira do rio no Pantanal Norte. A eles é atribuída a imagem escrita de que suas vidas, suas relações sociais, suas ocupações e reproduções espaciais eram estabelecidas de acordo com um ritmo peculiar que a água lhes impunha - era o ambiente e a sua fisionomia específica que dominavam o cotidiano desses “ribeirinhos” -, determinando-lhes a maneira como deveriam compor e viver naquela região. Dessa forma, de acordo com as observações dos viajantes, a vida diária dos “ribeirinhos” estava bem próxima dos comportamentos considerados próprios ao estado de “barbárie”.

Contudo, a crítica maior de Vicenzi nesse fragmento de relato - e que permeará também outras anotações dos viajantes - recai justamente na disparidade temporal, pois o tempo que esses ribeirinhos praticavam era o “tempo da natureza”, muito bem conceituado por Edward Palmer Thompson. Como bem salienta esse historiador, no “tempo da natureza”, o homem controla seu tempo, na medida em que ainda possui seus meios de produção (THOMPSON, 1998).

Isso fica mais nítido se observamos um componente apontado por Vicenzi e que se tornava um ponto fundamental, inclusive para o projeto de colonização: a propriedade privada. O que deixava o viajante perplexo em relação aos “ribeirinhos” era a possibilidade de uma fixação territorial por parte desses indivíduos, sem reivindicá-la como uma terra particular, já que “uma família mete-se numa canoa, desce o rio, atraca no ponto que lhe apraz, sem indagar a quem pertence”.

Porém, se atributos negativos eram conferidos a esses grupos rurais, o mesmo não acontecia, porém, em relação aos grandes proprietários de terras. A visão sobre as atividades rurais e os comportamentos da elite agrária estavam longe de receberem as mesmas caracterizações despendidas aos trabalhadores financeiramente desfavorecidos, principalmente, sobre os “ribeirinhos”:

Na manhã do dia 28 alcançamos a sede da grande Fazenda de São João, de propriedade do Sr. João da Costa Marques. Ele, seu filho mais moço do mesmo nome, que era Secretário de Agricultura do Estado, sua encantadora esposa, o Presidente de Mato Grosso e vários outros cavalheiros e senhoras, vieram de Cuiabá, que ficava a uns 30

quilômetros acima, para cumprimentar-nos. Fomos, como sempre, tratados com grande cordialidade e generosa hospitalidade (ROOSEVELT, p.78).

Não era inocente a imagem construída pelos viajantes europeus e americanos sobre os trabalhadores rurais de Mato Grosso, incluindo aí o Pantanal. Nas anotações desses viajantes, havia interesses e ambições particulares que favoreciam, principalmente, seus países. A concepção disseminada de que os grupos rurais aqui presentes eram “inferiores”, “incivilizados”, “preguiçosos”, entre outras características, tinha a intenção de desqualificar as populações fixadas nessas regiões e consolidar a concepção de que as potencialidades locais não eram dignas de quem as possuíam, pois seus moradores não sabiam aproveitá-las, se quer identificá-las.

Atraídos pelas imagens de riquezas e pelo desejo de pesquisar a natureza, viajantes de países vários que percorreram o Pantanal, como pudemos observar, tiveram preocupações que iam muito além dos interesses científicos e exploratórios. Essas descrições faziam, em certa medida, parte de um corpo enciclopédico contendo informações da sociedade e do meio natural, em que mesclavam interesses pessoais com os aspectos mais amplos de caráter científico, empresarial e nacional. Seus autores, muito mais do que trazer anotações sobre o meio físico, suas atividades e populações, se preocupavam, acima de tudo, em reafirmar a superioridade ocidental sob a égide da “civilização” e da cientificidade (CASTRO, 2001, p.106).

Nesse ponto, Edward Said (1996) nos chama a atenção para o caráter de “realidade” que ideias, concepções e pensamentos contidos em documentos diversos adquiriram sobre outros territórios, após passarem por alguns processos de filtragem. Salienta que a forma como os europeus “inventaram”, ou seja, construíram, a partir de práticas discursivas, as outras áreas e seus grupos sociais estabeleceu uma “relação de força” que não deve ser ignorada, pois elas perpassaram uma “configuração de poder”, de dominação de um território sobre o outro, de “autoridade” da Europa sobre os demais países. E a esse respeito, Said explica:

Não há nada de misterioso ou de natural na autoridade. Ela é formada, irradiada, disseminada; é instrumental, é persuasiva; tem posição, estabelece padrão de gosto e valor; é virtualmente indistinguível de certas idéias que dignifica como verdadeiras, e das tradições, percepções e juízos que forma, transmite, reproduz. Acima de tudo, a realidade pode e realmente deve ser analisada. (SAID, 1996, p.31).

Assim, a representação ou a “re-presença” dos europeus sobre outras regiões, de acordo com Said, mesmo sendo algo exterior e com forte caráter de deslocamento, de desvio e de desmembramento de informações, de ideias, de pensamentos, de histórias, de culturas, adquire um sentido de “veracidade”, de “conhecimento”, ou seja, de “autoridade” dos ocidentais sobre outros países, legitimando a superioridade e a dominação européia.

Em relação ao Pantanal Norte, pode-se notar que muitas fazendas, usinas e engenhos agradavam alguns desses estrangeiros que não escondiam sua surpresa diante tantas máquinas sofisticadas e plantações avançadas. Porém, o mesmo não acontecia com os trabalhadores rurais menos favorecidos economicamente. Estes, ao serem mencionados, eram invariavelmente considerados por uma tipologia que os qualificava a partir de sua origem étnica - negros, índios, pardos, escravos ou caboclos -, atribuindo à descendência desses trabalhadores a justificativa para a forma pejorativa com que se dirigiam a esses moradores locais (MULHALL, 1998, p.42; PROENÇA, 1958, p. 11-15; SMITH, 1922, p. 279 e 281).

Referências Bibliográficas

AMORIM, A. **Viagens pelo Brasil**. Rio de Janeiro: Garnier, 1911.

CASTRO, M. I.; GALETTI, L. G. Um histórico dos usos da biodiversidade em Mato Grosso. In: CASTRO, C. F. de A. **Diagnostico do setor florestal em Mato Grosso**, Brasília: IBAMA/FUNATURA, 1994.

GALETTI, L. da S. G. **Nos confins da civilização: sertão, fronteira e identidade sobre as representações sobre Mato Grosso**. 358f, 2000. Tese (Doutorado em História Social), Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

MARX, K. **Formação econômicas pré-capitalistas**. 4. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1985.

MARX, K. **O capital**. Rio de Janeiro: Difel, 1985. v.1.

MOUTINHO, J. F. **Notícias sobre a província de Mato Grosso**. São Paulo: Henrique Schardez, 1868.

MULHALL, M. G. **Viagem a Mato Grosso**. Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso. Publicações Avulsas nº 11, 1998.

PELISSOLI, M. L. **Ética ambiental**. Petrópolis: Vozes, 2002.

PROENÇA, M. C. de. **No termo de Cuiabá**. Rio de Janeiro: MEC/INL, 1958.

ROOSEVELT, T. **Nas selvas do Brasil**. Tradução de Luiz Guimarães Junior; São Paulo: EDUSP, 1975.

SAID, E. W. **O orientalismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

SILVA, A. C. S. **Cartas Matogrossenses**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1927.

SIQUEIRA, E. M. **A ocupação pioneira da região do rio Cuiabá abaixo**. Cuiabá: Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso. 1997, 106p. (Publicações avulsas, nº 01).

SMITH, H. H. **Do Rio de Janeiro a Cuyabá**: notas de um naturalista (capítulo de Carlos Von Steinen sobre a capital de Matto Grosso). São Paulo: Companhia Melhoramentos de São Paulo, 1922.

THOMPSON, E. P. **Costumes em comum**: Estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

VICENZI, C. J. **Paraíso verde**: impressões de uma viagem a Mato Grosso em 1918. Rio de Janeiro: [s.n., s.d.].

Bibliografia Consultada

REIS, J. C. **As identidades do Brasil**: de Varnhagem a FHC. 5. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.

A DEFESA DA PROVÍNCIA DE MATO GROSSO NO INÍCIO DA GUERRA DO PARAGUAI

Ana Claudia Martins dos Santos¹

Este trabalho não tem por objetivo analisar as causas que levaram ao conflito conhecido como Guerra do Paraguai e nem analisar a política externa do Império na região do Prata. O que procuramos verificar neste trabalho é o quadro da defesa militar da província de Mato Grosso no início do conflito. Para isso, será analisado o que o vice-presidente da província de Mato Grosso, Augusto Leverger, coloca sobre a situação da província no relatório apresentado a Assembléia Legislativa em 1865, sendo comparado com a historiografia produzida sobre o período.

A Guerra do Paraguai, mesmo com vitória favorável à Tríplice Aliança, teve várias consequências no quadro político, social e econômico do império brasileiro. No que se refere a Mato Grosso, esse conflito afetou de forma significativa essa província, podendo dizer que foi a mais afetada por esse conflito, por estar em uma região de fronteira e depender da livre navegação pelo rio Paraguai para comunicação e comércio com a Corte e com outras localidades.

A questão da delimitação de fronteira e da livre navegação são dois aspectos que interferem na relação entre Brasil e Paraguai muito antes do início da guerra. O interesse do Brasil sempre foi de chegar a um acordo favorável à livre navegação do rio Paraguai, porque a província de Mato Grosso dependia da navegação por esse rio para estabelecer comunicação e comércio com outras regiões. A navegação pelo rio Paraguai era a forma mais rápida e segura de chegar a essa província. O esforço em estabelecer um acordo favorável se dá pelo fato do poder de decisão sobre a navegação nesse rio ser da República do Paraguai, pois o ribeirão inferior tinha precedência sobre o superior no que se refere à navegação pelos rios que passam pelo seu território. O acordo se torna ainda mais difícil pelo desejo do governo paraguaio em incluir, junto com essa questão, a sua reivindicação de uma área localizada no sul da então província de Mato Grosso, que os paraguaios reivindicavam como parte do seu território (COSTA, 1996).

Quando da invasão de Mato Grosso por tropas paraguaias, essa província encontrava-se sem força militar para defender sua fronteira. A invasão da província pela

¹ Acadêmica do curso de História na UNEMAT (Universidade do Estado de Mato Grosso), *campus* de Cáceres. Orientador: Prof^o Dr. Domingos Sávio da Cunha Garcia. E-mail: annaklaudia12@hotmail.com

Republica do Paraguai foi uma surpresa para o Império brasileiro, como se pode notar no relatório do vice-presidente da província Augusto Leverger:

Há quasi hum anno, o Governo do Paraguay com manifesta violação do direito das gentes, apoderou-se do paquete Marquez de Olinda que, sem desconfiança e depois de passar pela cidade de Assumpção, onde se demorara como de costume, vinha seguindo para o porto de Corumbá, com cargas de subido valor pertencentes ao Estado e a particulares. Trazia a seu bordo o Ex.mº Coronel Frederico Carneiro de Campos, Presidente nomeado para esta Província, e outros súbditos brasileiros, que forao traiçoeiramente aprisionados, e degradados para o interior da Republica.

Logo depois deste acto desleal foi invadido o Districto do Baixo Paraguay por huma esquadilha de vapores paraguayos, conduzindo força mais que decupla diminuta guarnição, que, disseminada por diversos pontos, era apenas sufficiente para a policia do mesmo Districto em tempo de plena paz. (RELATORIO de 1865, p.4-5).

Pelo que se pode perceber, não esperavam um ataque paraguaio ou qualquer atitude brusca contra o Brasil partindo do Paraguai, sendo que prender o barco Marquez de Olinda é colocado pelo vice-presidente como uma atitude traiçoeira. Mas por que traiçoeira? Que motivos asseguravam o Império brasileiro de que não ocorreria uma invasão paraguaia apesar das ameaças? Sobre esse fator surpresa, Wilma Peres Costa (1996, p.120) coloca que embora tenha a surpresa no aspecto militar, pelo fato de o Império ter o Paraguai apenas num aspecto secundário, devido às peculiaridades que vinha há muito tempo enfrentando e tinha que dar mais relevância ao conflito que envolvia o Uruguai, esse não foi o motivo de espanto. A grande surpresa veio do campo político, por ter sido o Brasil o primeiro país a reconhecer a independência do Paraguai em 1844 e buscar meios para garantir essa independência. É claro que por trás desse reconhecimento tinha todo um contexto político que pretendia evitar a vontade argentina em restabelecer o antigo Vice-Reino do Rio da Prata, o que seria um grande problema para o Império brasileiro.

Também é possível analisar nesse trecho do relatório que Augusto Leverger afirma estar a província de Mato Grosso sem homens para poder fazer a defesa desse território, que a quantidade de homens que se faz presente para esse serviço é a quantidade necessária apenas para um período de paz. Em outro momento do mesmo relatório, quando já havia acontecido a invasão por parte dos paraguaios, o vice-presidente reconhece a fragilidade da defesa da província de Mato Grosso, colocando a desigualdade de forças militares que tinha para defender a colônia militar de Dourados do inimigo:

A pequena Colônia militar dos Dourados cahio logo em poder dos invasores. O seu Commandante, o bravo Tenente de Cavallaria Antonio João Ribeiro, não obstante a enormissima desigualdade de forças, tentou resistir, e segundo toda a apparencia, succumbio com a pouca gente as suas ordens, sem arredar pé do lugar que lhe fora confiado.

Huma columna inimiga, dirigindo-se pelo alto do terreno pelos afluentes do rio dos Dourados e do Brilhante, aprisionando e alugentando os seus moradores. (RELATORIO de 1865, p.8-9).

É colocado pelo então vice-presidente da província que os paraguaios estavam percorrendo esse território sem encontrar resistência. Ou seja, não havia presença de forças armadas para resistir aos ataques e muito menos atacar o inimigo. E mesmo reconhecendo e apontando a fragilidade no sistema de defesa, Augusto Leverger não detinha poder para revolver essa situação. Mas se os paraguaios já estavam dentro do território brasileiro, percorrendo a província de Mato Grosso, por que não foram feitos esforços significativos para a chegada de homens que pudessem reforçar a força armada? E se reconheciam essa debilidade, o que justifica a atitude do Tenente de Cavalaria Antonio João Ribeiro em dar ordens para que seus homens não abandonassem o local, mesmo sabendo que iriam morrer?

Primeiramente, a atitude do Tenente de Cavalaria, que é colocada pelo vice-presidente como um ato de heroísmo, pode ser vista como um reflexo da falta de estrutura e desorganização do Exército brasileiro, ou seja, não havia um preparo militar para enfrentar aquela situação. Wilma Peres Costa (1996, p.157-158) afirma que a preocupação do Império brasileiro não era tanto com a província de Mato Grosso, mas com a província do Rio Grande do Sul, por ser considerada mais importante no aspecto econômico, populacional e estratégico, por ser uma área de fronteira conturbada com o Uruguai. Segundo essa autora, a vulnerabilidade pode ser percebida tanto na parte da província de Mato Grosso como na invasão e saque de povoações no Rio Grande do Sul. Ou seja, a fragilidade de defesa militar não estava restrita apenas a Mato Grosso, nem somente a um único momento da guerra.

Ao contrário do Brasil, que não tinha um Exército profissional formado, o Paraguai tinha um número de homens bem preparados e sempre em serviço, tendo mostrado em outros momentos a rapidez em mobilizar números significativos de homens. Um aspecto que vai ser destaque no Exército paraguaio é o espírito militar, a devoção a pátria que os soldados demonstravam. Já o Império brasileiro, além de não ter

Exército profissional à disposição, enfrentava vários empecilhos para o preenchimento das fileiras no Exército, como a escravidão e a própria Guarda Nacional.²

Wilma Peres Costa (1996, p. 51-65) defende que a Guarda Nacional era uma milícia civil, criada em 1831 para cada comarca, para poder manter a ordem pública, sendo formada por pessoas que eram possuidores de algum capital, pois, para fazer parte desse quadro, era necessário pagar seu próprio armamento e ser eleitor. A Guarda Nacional ficava sobre o comando de um integrante do poder local, ou seja, disponível para servir e fazer obedecer às ordens dos senhores latifundiários possuidores de escravos.

A Guarda Nacional era uma forma de retirar do Governo Central o controle dos instrumentos de repressão, passando para as mãos do poder local, que já era possuidor do controle econômico e político de sua região. Isso era uma forma de controlar os escravos e tudo mais que representasse perigo ao poder local, sendo que sem a Guarda Nacional, nenhum partido político se sentia seguro quanto a um resultado da eleição.

No início da Guerra do Paraguai, o vice-presidente Augusto Leverger salienta que a Guarda Nacional tem prestado ótimos serviços, mostrando-se obediente e dedicado a causa militar:

No luctuosos dias de Janeiro, em que a Capital foi preza do terror que causarão as sinistras noticias das occorrencias da fronteira, toda a nossa esperança de defesa voltou-se para a Guarda Nacional. Justiça lhe seja feita, a Guarda Nacional acudio promptamente ao brado de armas, e desde então tem se prestado com zelo e docilidade as exigências do serviço. Considerada por muito tempo, como em serviço ordinário de destacamento e sujeita por tanto a uma legislação penal em extremo branda, tal há sido o seu procedimento que raras vezes tem havido necessidade de invocar o pouco rigor dessa mesma legislação. (RELATORIO de 1865, p.16).

Antes mesmo do início da guerra, Wilma Peres Costa (1996:51) salienta que a Guarda Nacional já se revelou incapaz de ter um papel militar significativo, não conseguindo resolver nem mesmo os problemas internos, pois estes eram oriundos de disputas políticas locais entre as facções. Além de que, segundo a autora, a Guarda Nacional sempre se apresentou como um empecilho para a formação de um exército profissional, sendo uma forma de isenção do recrutamento para não servir as fileiras do exército.

Como era obrigatório a todo brasileiro do sexo masculino servir ao serviço armado, para compor o quadro de defesa do país, as pessoas que possuíam algum

² Wilma Peres Costa. A Espada de Dâmocles. P.114-116.

recurso e os demais trabalhadores livres preferiam se alistar na Guarda Nacional a ter de servir ao Exército. Nesse sentido, a Guarda se apresentava não como uma forma de formação militar, mas como um meio de resistência ao serviço armado:

Longe de ser uma força complementar ao exército, a Guarda Nacional foi criada para neutralizar o exército profissional e permaneceu durante toda a sua existência como um obstáculo a sua consolidação. Configurava-se no verdadeiro ‘serviço obrigatório’, fazendo afluir para suas fileiras não apenas os membros da oligarquia como a população trabalhadora livre que possuía renda mínima para qualificar-se como eleitora. Além de esvaziar sistematicamente o recrutamento militar, a Guarda Nacional era, ela própria, responsável pelo recrutamento das tropas de linha, que se tornava, dessa maneira, arma de perseguição político-partidária.(COSTA, 1996, p.54).

As fileiras do Exército no período da Guerra do Paraguai foram sendo formadas com a presença de negros livres e mesmo de escravos, mulatos, índios e até mesmos de homens que recebiam para estar indo no lugar de outra pessoa. A composição das fileiras do Exército é um fator a se pensar para poder explicar as condições as quais as pessoas eram colocadas, como os maus tratos e o baixo soldo.³

Diante da dificuldade do Governo em mobilizar cidadãos para prestar serviços nas forças armadas, foi criado os Voluntários da Pátria, em que cidadãos entre 18 e 50 anos podiam se alistar voluntariamente, sendo oferecidas algumas vantagens. Sobre os Voluntários da Pátria, o vice-presidente da província de Mato Grosso, Augusto Leverger afirma que:

Até Agosto, apenas se haviam alistado Voluntários da Pátria em numero sufficiente para formarem uma Companhia. Tenho-me esforçado em remover os obstáculos e desvanecer os preconceitos, que se oppunhão a esta patriótica instituição. A vista do numero dos Voluntários que diariamente se alistão, espero brevemente que se completem as seis Companhias de que provisoriamente se compõe o Corpo.(RELATORIO de 1865, p.16).

O que significa “remover os obstáculos”? A que práticas o vice-presidente estava se referindo? O que está presente na historiografia é que o sistema de recrutamento era uma verdadeira caçada aos homens livres, escapando aqueles que tinham como recorrer a alguma pessoa que fazia parte do poder local.

Os Voluntários não faziam parte das tropas de linha; possuíam alguns privilégios e tinha um período estabelecido para sua atuação. Segundo Wilma Peres Costa, da mesma maneira que a Guarda Nacional, a criação dos Voluntários da Pátria

³ Wilma Peres Costa. A Espada de Dâmocles. P.58

era uma maneira de enfrentar o conflito com a República do Paraguai sem ter de criar um exército profissional.

Ter a defesa da província de Mato Grosso, área de fronteira com o Paraguai, dependendo de um sistema de defesa militar conturbado como esse é uma forma clara de verificar a fragilidade não só na defesa militar da província, como na própria estrutura do Império. É na própria estrutura do Império que se constituíam vários empecilhos para a formação de um Exército profissional, em que a oficialidade consegue sua condição de alta patente por meio a sua formação, ou seja, por mérito, e não por hierarquia. Mas o maior problema para a consolidação de um Exército profissionalizante está relacionado ao fato de o Brasil ser uma sociedade escravista. Isso tornava difícil a tarefa de mobilizar homens para a força armada, além de que a preocupação com a segurança era voltada aos conflitos internos, ao medo das rebeliões de escravos. A força armada foi muito prejudicada pelo regime escravista e isso vai se refletir na fragilidade de defesa externa, que acarretou na ocupação da província de Mato Grosso.

FONTES E REFERÊNCIAS

COSTA, Wilma Peres. **A espada de Dâmocles**: o exército, a guerra do Paraguai e a crise do império. São Paulo: HUCITEC; Campinas: Editora da UNICAMP, 1996.

RELATORIO do vice-presidente da província de Mato-Grosso, chefe da esquadra, Augusto Leverger, na abertura da sessão ordenaria da Assembléa Legislativa Provincial em 17 de outubro de 1865. Cuiabá, Typ. de Souza Neves etc, 1865.

OS TEMPOS AO LONGO DO CAMINHO: BR-163 E OS TEMPOS NA FRONTEIRA

Arthur Bernady Santana¹
Dr. João Carlos Barrozo²

O caminho é longo e é preciso apontar o que denominamos de fronteira, tempo e sua relação com a BR-163. O intuito deste texto consiste em apontar alguns tempos que se apresentam num ambiente de fronteira, centralizado na BR-163, rodovia que liga Cuiabá-MT à Santarém, no Pará. Nessa caminhada, torna-se fundamental entendermos que a fronteira é mais que uma linha divisória, que a rodovia é mais que um lugar de passagem e que o tempo é plural.

Nas três últimas décadas do século XX, o Estado de Mato Grosso recebeu o maior fluxo de ocupantes em seu território. A partir da década de 1970, o processo de ocupação desse Estado ocorreu de forma vertiginosa. E esse processo não está dissociado da situação política do período; trata-se do período militar, quando o governo criou vários mecanismos para que a ocupação do Estado ocorresse. Um deles foi o Programa de Integração Nacional (PIN)³. Foi por meio desse programa que as políticas territoriais da ditadura militar para a Amazônia e, conseqüentemente, para o Mato Grosso foram alimentadas. Com o PIN, foram implantadas três diretrizes importantes (OLIVEIRA, 2005. p 77):

- Abertura de duas rodovias na Amazônia:

-Transamazônica, ligando o Nordeste e Belém-Brasília à Amazônia ocidental – Rondônia e Acre;

- Cuiabá-Santarém, ligando o Mato Grosso à Transamazônica e ao próprio porto de Santarém, no rio Amazonas.

¹ Aluno do Programa de Pós-Graduação de Mestrado em História da Universidade Federal de Mato Grosso.

² Professor Dr. Do Departamento de Sociologia/ICHS e membro do corpo de docentes do Programa de Pós-Graduação - Mestrado em História - da UFMT.

³ O PIN foi criado pelo decreto-lei nº. 1006, de 16 de junho de 1970. Logo após o decreto-lei que criou o PIN, foi criado o INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), como resultado da fusão econômica do IBRA (Instituto Brasileiro de Reforma Agrária) com o INDA (Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário), pelo Decreto-lei nº. 1110, de 09 de julho de 1970. O INCRA ficava encarregado de executar a colonização disposta pelo PIN.

- A implantação, em faixa de terra de 10 km de cada lado das novas rodovias, de um programa de “colonização e reforma agrária” e o início da primeira fase de irrigação do Nordeste;
- Transferência de 30% dos recursos financeiros dos incentivos fiscais oriundos de abatimento do imposto de renda para aplicação no programa.

A rodovia Cuiabá – Santarém é mais que um projeto de engenharia que o governo militar lançou mão durante sua gestão. Ela representa um fato decisivo para o processo de ocupação que ocorreu no Estado de Mato Grosso a partir da década de 1970. Nessa perspectiva, é importante ressaltar que “os fatos humanos são fenômenos delicadíssimos” (BLOCH, 1997. p 89) e que apesar de tratar-se de uma rodovia, a BR-163 é obra da ação humana, ação essa que torna o espaço cortado por essa rodovia uma área de múltiplas leituras.

Em uma visão simplória, uma rodovia é apenas uma obra de engenharia, uma via onde trafegam veículos automotivos. Entretanto, uma rodovia é muito mais que isso; é o espaço em que transitam pessoas, seres humanos que interagem com o meio, outras pessoas e outros lugares. A vida é pulsante na beira da estrada. A realidade de uma rodovia é complexa e vai além de definições da engenharia ou da matemática: “Vista por um ângulo, uma rodovia é uma intervenção do homem no meio ambiente. E, quando uma rodovia cruza a floresta Amazônica, a intervenção ganha contornos mais complexos e delicados” (TORRES, 2005. p 9). Esse é o caso da BR-163, rodovia estratégica que liga Cuiabá a Santarém no Pará.

Inaugurada em 1973, no “ufanismo desenvolvimentista”⁴, a BR-163 foi uma das medidas propostas no PIN, que tivera importância ímpar no processo de ocupação da Amazônia e, por consequência, em de Mato Grosso.

Esta rodovia tem uma importância estratégica inegável, pois a BR-163 está associada à conservação de recursos naturais e à inclusão social da população que reside às suas margens, e não apenas à questões de mercado, servindo como corredor de escoamentos da produção agrícola do Mato Grosso, produção destinada à exportação. No entanto, percebemos que a estratégia utilizada por muitas das empresas instaladas às margens dessa rodovia transmitem um discurso que denomina a rodovia como uma importante via de escoamento, o que lhes garante recursos para a conservação da estrada.

⁴ A respeito disso, ver a discussão feita por Prado e Earp (2003).

A abertura da Cuiabá-Santarém contribuiu decisivamente para o aumento da ocupação da região abrangida pelo seu traçado; 800 km em território mato-grossense, perfazendo um total de 1.777 km até Santarém. Ao longo da BR-163 foram abertas fazendas, além de projetos de colonização, agropecuárias, vilas, cidades e municípios que surgiram sob sua área de influência.

Essa rodovia foi um polêmico projeto que corta ao meio a Amazônia, passando por reservas indígenas e ambientais, áreas de garimpo e regiões de graves conflitos latifundiários. Através da BR-163 pode-se observar o processo de reordenamento do território do Estado de Mato Grosso. Ao olhar para o seu traçado, podemos perceber o processo de grilagem de terras públicas (MORENO, 2007), a expropriação de antigos habitantes e populações indígenas, a extração criminosa de madeira e minério (ARBEX, 2005), a ausência do Estado, a persistência de “trabalho escravo” (CERUTTI, 2004), o desmatamento da Amazônia, entre outras especificidades.

O que percebemos é que a BR-163 é muito mais que uma obra de engenharia, ela não é apenas o emprego de técnicas de terraplanagem e a mistura de piche e cascalho compactados por máquinas. A rodovia Cuiabá-Santarém é um organismo vivo, pulsante e visto de perto toma formas, um palco interativo, que mantém uma relação de troca com os diversos atores que por ela passa.

Para muitos migrantes que se dirigiram para Mato Grosso durante as três últimas décadas do século XX, a BR-163 representava o caminho por onde suas esperanças e seus anseios de melhores condições de vida e de sobrevivência se transformariam em algo concreto: “Entre 1977 e 1985, cerca de 200 mil pessoas instalaram-se ao longo do eixo da BR-163” (JOANONI NETO, 2004. p. 114). Isso demonstra que o território cortado por essa rodovia é, antes de tudo, uma área de fronteira.

Primeiramente é preciso lembrar que a fronteira é mais que um elemento político, marco divisor, ligado à geografia ou ao território: “Fronteira é ponte, limite de territórios que se redefinem continuamente” (MARTINS, 1997. p. 12). Pensar em fronteira é pensar em “práticas sociais e multicultural do processo de reocupação de territórios – especialmente as áreas indígenas e de posse antiga – relacionada aos constantes deslocamentos de grupos sociais” (GUIMARÃES NETO, 2003. p. 52). Portanto, o processo de abertura da BR-163 no território mato-grossense passa também por uma análise dos conflitos entre as empresas capitalistas e os habitantes desse espaço, sobretudo, o posseiro e o indígena.

“A fronteira é o pico da crista de uma onda – o ponto de contato entre o mundo selvagem e a civilização” (TURNER, 2004, p. 24). Podemos pensar que os diversos

empreendimentos capitalistas – projetos de colonização, agropecuárias, agroindústrias, entre outros – implantados ao longo da Cuiabá-Santarém fizeram com que o Estado de Mato Grosso fosse reconhecido como fronteira em expansão, com novas empresas, novas técnicas e relações de trabalho. Vale ressaltar que a partir de 1964 a Amazônia tinha se transformado num imenso cenário de ocupação territorial massivo, violento e rápido. Dessa forma “a fronteira representa e materializa um conjunto de fenômenos concretos e diferenciados, onde o Governo Federal se faz presente, direta ou indiretamente, em todos os níveis” (CASTRO, 2002. p. 47).

Nas últimas três décadas do século XX o Estado de Mato Grosso não viu expandir apenas a fronteira agrícola, mas criou novas fronteiras internas, que em grande parte são o resultado dos projetos de ocupação recente. Os novos espaços, urbanos e rurais, são reveladores do ambiente que cerca a fronteira, pois demonstram que a fronteira é

fronteira de muitas e diferentes coisas: fronteira da civilização (demarcada pela barbárie que nela se oculta), fronteira espacial, fronteira de culturas e visões de mundo, fronteira de etnias, fronteira da história e da historicidade do homem. E, sobretudo, fronteira do humano. (MARTINS, 1997. p. 13).

É especificamente nesse cenário de fronteira que percebemos que o tempo passa a ser elemento constituidor de novas realidades, pois, em torno da BR-163, os tempos históricos se encontram, o novo e o velho, o moderno e o arcaico, a alta tecnologia e o primitivo. Esses elementos são perceptíveis ao observar o quadro em torno da Cuiabá-Santarém.

O tempo nesse momento precisa ser discutido, portanto, é necessário que apontemos para as divisões que o próprio conceito de tempo possui: o tempo físico, o tempo filosófico e o tempo histórico.

O tempo físico é o que se refere “aos movimentos naturais, a um tempo exterior supralunar, imortal. Suas características são a medida, a quantidade, a abstração, a reversibilidade, a homogeneidade, a extensão” (REIS, 2003. p. 179). O tempo físico é o número dos movimentos naturais, ou, como Santo Agostinho aponta, é mais uma medida do que propriamente o tempo.

O tempo da filosofia é encarado como “as mudanças vividas pela consciência, a um tempo anterior, sublunar, mortal. Suas características são a incomunicabilidade, a qualidade, o vivido concreto, a irreversibilidade, a sucessividade, a intensidade, a curta duração” (REIS, 2003. p. 180). O tempo na perspectiva da filosofia é mais o tempo ligado ao ser.

Contudo, o tempo que se identifica na fronteira é o tempo histórico e quanto a esse é preciso que sejam feitas algumas considerações. A primeira é que ele é a junção do tempo físico com o tempo do ser:

O historiador produz um terceiro tempo, um tempo mediador entre o da natureza e o da consciência. Para dar consistência à consciência, ele de certa forma a naturaliza ou a inscreve nos movimentos naturais permanentes. [...] O tempo histórico é duplo: é a organização que a própria vida coletiva se dá, e é conhecimento desse vivido. Enquanto conhecimento, o tempo histórico seria uma solução poética, isto é, prática e imitativa e não teoria da aporia do tempo físico e da consciência. (REIS, 2003. p. 184).

José de Souza Martins ressalta que na fronteira as “faixas” se mesclam, se interpenetram, pondo em contato conflitivo populações cujos antagonismos incluem o deslocamento dos tempos históricos em que vivem. Essa realidade é percebida quando olhamos para o cenário mato-grossense em torno da BR-163; relembramos que a população indígena que pertencia ao território que fora cortado pelo traçado da rodovia foi deslocada para outras áreas.

Ao focarmos a rodovia Cuiabá-Santarém, tomamos nas mãos um amplo cenário, em que os elementos constituidores da fronteira nos saltam aos olhos e fazem com que nossa análise desse complexo quadro não fique apenas nas superfícies dos fenômenos sociais que são aparentes. Antes é preciso que a problemática do tempo se faça presente, pois é nessa maneira de abordar o objeto que se dá a legitimidade do trabalho do historiador.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGOSTINHO, Santo. **Confissões**. Tradução de J. Oliveira Santos, A. Ambrósio de Pina. Bragança Paulista: Editora Universitária São Francisco, 2003.

ARBEX JR., José. “Terra sem povo”, crime sem castigo: pouco ou nada sabemos de concreto sobre a Amazônia”. In: TORRES, Mauricio (Org.). **Amazônia revelada: os descaminhos ao longo da BR-163**. Brasília: CNPq, 2005. p 21-65.

BLOCH, Marc. **Introdução à História**. Tradução de Mira-Sintra: Publicações Europa-América Ltda, 1997.

CASTRO, Sueli Pereira, et. al. **A colonização oficial em Mato Grosso: “a nata e a borra da sociedade”**. ed. 2. Cuiabá: EdUFMT. 2002.

CERUTTI, Leandro Genoino. **Desenvolvimento social e trabalho temporário: práticas e Relatos de trabalhadores em Primavera do Leste – MT**. 2004 Dissertação (Mestrado em

História) - Instituto de Ciências Humanas e Sociais Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá.

GUIMARÃES NETO, Regina Beatriz. Vira mundo vira mundo: trajetórias nômades: as cidades na Amazônia. **Projeto História**, revista do Programa História da PUC de São Paulo, São Paulo, n.0 (198.1) São Paulo, p 49-69, 2003.

JOANONI NETO, Vitale. A Igreja Católica na Ocupação do Estado de Mato Grosso (1975-1995). **Territórios e Fronteiras**, Revista do Programa de Pós-graduação em História da UFMT, Cuiabá, v.3, n.1, jan-jul 2002.

MARTINS, José de Souza. **Fronteira**: a degradação do outro nos confins do humano. São Paulo: Editora HUCITEC, 1997.

MORENO, Gislaene. **Terra e poder em Mato Grosso**: política e mecanismos de burla - 1892 – 1992. Cuiabá: Entrelinhas; EdUFMT, 2007.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. “BR-163Cuiabá-Santarém: geopolítica, grilagem, violência e mundialização”. In: TORRES, Mauricio (Org.). **Amazônia revelada**: os descaminhos ao longo da BR-163. Brasília: CNPq, 2005. p 67-183.

PRADO, Luiz Carlos Delorme; EARP, Fábio Sá. O milagre brasileiro: crescimento acelerado, integração internacional e concentração de renda (1967-1973). In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucia de Almeida Neves (Org.). **O Brasil republicano**: o tempo da ditadura, regime militar e movimentos sociais em fins do século XX. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2003. p. 207-241. v. 4.

REIS, José Carlos. **História & teoria**: historicismo, modernidade, temporalidade e verdade. São Paulo: Ed. FGV. 2003.

TORRES, Mauricio (Org.). **Amazônia revelada**: os descaminhos ao longo da BR-163. Brasília: CNPq, 2005.

TURNER: Frederick Jackson. O significado da fronteira na história americana. In: KNAUSS, Paulo (Org.) **Oeste americano**: quatro ensaios de história dos Estados Unidos da América. De Frederick Jackson Turner. Tradução de Paulo Knauss e Ina de Mendonça. Niterói: EdUFF; 2004.

A PRESENÇA DE JOVENS NEGROS NOS PROCESSOS CRIMES À LUZ DAS CATEGORIAS DE ANÁLISES

Carla Patrícia Marques de Souza¹
Isis Sousa Longo²

I. CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES

O artigo intitulado “A presença de jovens negros nos processos crimes à luz das categorias de análises” teve como objetivo averiguar alguns processos crimes realizados entre os anos de 1890 a 1920 da cidade de Cuiabá, com a finalidade de perceber como eram representados os jovens negros dentro de um processo legal e oficial que tinha a finalidade de controlar, vigiar e punir os indivíduos que cometessem alguma ação considerada condenável.

Os processos crimes foram as fontes documentais escolhidas para este trabalho por representarem situações concretas do cotidiano das pessoas envolvidas e que por motivos diversos acabavam enfrentando problemas com a justiça. As classificações desses processos são definidas pela categoria em que o fato foi enquadrado. Os processos averiguados tinham características diversificadas, pois tratam de situações distintas, como: defloramentos, assassinatos, roubos, descumprimento da lei entre outros.

Ao longo do tratamento com as fontes percebeu-se a presença insistente de jovens negros; estes deveriam estar naquele contexto frequentando a escola ou desempenhando uma função no mercado de trabalho. Porém, em vez disso viam-se envolvidos em algum problema com a justiça.

A escolha pelo grupo de jovens pode ser explicada pelo fato de serem esses considerados, dentro dos discursos oficiais, os responsáveis pela construção de uma nova nação brasileira que surgia com o início da República.

Desta forma, os jovens deveriam ser observados e cuidados pela família e pela sociedade para serem moldados em um valioso patrimônio nacional,

¹Mestranda IE/UFMT/PPGE/REUNI-profcarladj@gmail.com

² Co-orientadora IE/UFMT-isislongo@ufmt.br

transformando-os em “seres humanos de bem” (elementos úteis para o progresso da nação), livres dos vícios sociais degenerativos.

II. A PRESENÇA DE JOVENS NEGROS NO IDEÁRIO REPUBLICANO

Os jovens passam a fazer parte importante da construção de uma nova nação por serem considerados portadores dos destinos grandiosos e progressistas do país naquele momento.

A juventude observada nos processos crimes de 1890 a 1920 é formada por jovens entre a faixa etária de 12 a 20 anos³, moradores da cidade de Cuiabá. Nesse período, o país passava por um momento em que eram tomadas medidas educacionais que previam o ingresso da população à escola. A criança e o jovem deixam nesse momento de ocupar uma posição secundária e começam a ser vistos como um bem nacional, que tinham por obrigação a sua transformação em indivíduos úteis e produtivos para a nação, livres de vícios e de ações consideradas degeneradas pela sociedade. O projeto político republicano nesse período era de formar no Brasil uma nova nação, em que a educação, o civismo, a religião e a moralidade passariam a fazer parte constante desse novo ideário.

Desse modo, procurei conhecer como foi a vida estudantil e o contexto social dos jovens negros cuiabanos entre fins do século XIX e início do XX para compreender se houve inclusão desses sujeitos históricos e como os mesmos eram representados pelos processos crimes.

De acordo com estudos realizados e publicados, o Brasil, ao longo de sua história, estabeleceu um modelo de desenvolvimento excludente, impedindo que muitos brasileiros tivessem acesso à escola ou nela permanecessem. Dentro desse processo enquadram-se os jovens negros, que por frequentarem lugares propícios para o desenvolvimento de atividades consideradas perigosas, acabavam vendo aí uma maneira de se livrar das privações.

³ A razão da escolha dessa faixa etária baseia-se na obra organizada por de Levi e Schmitt (1996), que trabalham com a perspectiva da juventude ser uma construção social e não biológica, sendo a mesma marcada pela fase de transição entre a dependência da infância e a maturidade da fase adulta.

Entre os excluídos, boa parte era formada por negros e afro-descendentes. O país possui hoje a segunda maior população negra⁴ do mundo e conseguiu, ao longo de sua história, produzir um quadro de extrema desigualdade entre os grupos étnicos – raciais, negro e branco, sendo que os negros respondem pelos mais baixos índices de desenvolvimento humano. Os trabalhos realizados comprovam que os negros do Brasil hoje ocupam a parcela mais baixa na hierarquia social, representando níveis inferiores de ocupação de renda e instalação, encontrando-se, assim, excluídos da estrutura social existente.

Segundo Florestan Fernandes (1978), o jovem negro já crescia fazendo parte de um ciclo vicioso, em que a sua instrução deveria seguir as regras comuns e conhecidas por todos dentro do meio em que viviam. As oportunidades oferecidas a esses jovens eram mínimas, o que acabava por favorecer o seu processo de interação das artimanhas organizadas pelos iguais. Nesse contexto, a malandragem e a vadiagem passaram a ser vistas como manifestações comuns e aceitáveis por esse grupo:

Quando a “vadiagem”, propriamente dita, emergiu como um comportamento sistemático e apareceu, unida a ela, a figura do “vagabundo costumaz” (ou do “negro malandro”), processou-se uma condenação formal violenta do referido padrão de relação, a qual se manteve até hoje. Parecia que se tratava de um “caso de polícia” e que esta só permanecia indiferente para “desmoralizar ainda mais o negro”. (FERNANDES, 1978, p. 185).

De acordo com Ianni (1966), a legislação do Brasil operava do lado da classe dominante, que via a questão da desigualdade social e racial como algo natural e benéfico a ela. Florestan Fernandes por sua vez, reitera:

[...] a própria situação existente nasce, em larga parte, do fato da desigualdade racial ser percebida, explicada e aceita socialmente como algo natural, justo e inevitável, como se a ordem social competitiva não alterasse o antigo padrão de relação entre o negro e o branco. A única fonte dinâmica de influência corretiva irrefreável vem a ser, portanto, a própria expansão da ordem social competitiva (FERNANDES, 1964, apud IANNI, 1966, p. 8).

⁴ De acordo com o último censo realizado pelo IBGE a população brasileira é composta por 45% de negros.

Durante o período imperial no Brasil, ocorreu, no aspecto legal, uma postura ativa e permissiva diante da exclusão que atingia a população negra e afro-descendente. De acordo com o Decreto Imperial nº 1331, de 17 de fevereiro de 1854, foi estabelecido que nas escolas públicas do país não seriam admitidos escravos e a previsão de instrução para adultos negros dependia da disponibilidade de professores. O Decreto Imperial nº 7031-A, de 06 de setembro de 1878, estabelecia que os negros só poderiam estudar no período noturno e diversas estratégias foram montadas no sentido de impedir o acesso pleno dessa população aos bancos escolares. Em tempos atuais, quando se discute a implementação da Lei 10.639/03, ainda se faz necessária a busca por respostas sobre como foi o processo de acesso do negro à escolarização. Afinal, “como o negro chegou à escola?” (MEC, 2005, p.7).

A escolha pelo tema do trabalho, **“Jovens negros: o contexto social dos estudantes negros de Cuiabá entre os séculos XIX e XX”**, do qual este artigo é parte integrante surgiu por meio de questionamentos acerca da forma de como o jovem negro recebia a instrução escolar pública e de como se dava a sua inserção no âmbito social. Assim, o estudo tenciona investigar se os jovens negros tinham oportunidades de ascender socialmente após receberem instrução escolar pública por meio da análise das formas de atividades educacionais oferecidas a eles e as suas reais condições de frequência escolar no período. Esse levantamento será realizado a partir da análise dos documentos históricos que trazem uma discussão pertinente aos dados que se quer compreender.

Com base na concepção de Florestan Fernandes (1978), compreende-se que apesar de livre, o negro não teve as mesmas oportunidades de se instruir como o branco. Segundo o autor, há uma série de justificativas que podem ser dadas para esse fato, como: a falta de habilidade do negro para se inserir em uma nova ordem social competitiva, a “família negra desestruturada”, o medo dos pais em instruírem seus filhos. Para algumas crianças e jovens negros daquele período, a educação era até certo ponto dispensável, pois não necessitavam dela para a sua entrada no mercado de trabalho.

O Brasil passava no período em estudo por um processo transformador muito importante, pois o que se buscava naquele momento era modernizar o país, deixando

para trás todas as estruturas rurais e arcaicas vigentes no período imperial. A República trazia em si a promessa de inovação e formação de uma nação importante, na qual a urbanização, a industrialização e a instalação de um Estado Liberal tornavam-se pontos fundamentais. Sendo assim, fazia-se necessária a formação de uma nova população de atitudes e pensamentos renovados. Diante disso, Rizzini (2008) declara:

A época tinha como premissa que, para a constituição de uma ‘nova nação’, fazia-se necessário a formação de um ‘novo povo’ e a criação de um ‘novo modo de vida’. Um ‘novo povo’ correspondia ao estereótipo do povo europeu: forte, claro, alto, educado, moderno; em síntese, ‘civilizado’, em contrapartida ao ‘velho’, considerado inferior, fraco, feio, escuro, raquítico, ignorante, atrasado e bárbaro. (RIZZINI, 2008, p. 12).

Romão (2005) diz que se faz necessário conhecer a história da educação do negro brasileiro em seus aspectos de inclusão, exclusão e resistência com o exercício de seus direitos para que, dessa forma, seja possível perceber o papel ocupado por esse grupo étnico dentro do contexto brasileiro.

Diante disso, o desenvolvimento deste trabalho foi orientado por discussões sobre o processo de inserção ou não do jovem negro nas instituições educacionais, bem como sua possível luta ou resistência pela igualdade de oportunidades. Segundo Florestan Fernandes (1978), existiam negros que viam a educação como uma forma de alimentar ambições de vida muito próximas às dos brancos, sendo que na maioria das vezes não conseguiam alcançar tais objetivos. Assim:

[...] os chamados “negros de elite” alimentavam ambições que não podiam concretizar. Em virtude de suas relações com os “brancos” das camadas dominantes, orientavam-se pela concepção tradicionalista do mundo e acreditavam que o importante seria “estudar para doutor”. Como encontrassem essa via bloqueada, olhavam com escasso interesse os sacrifícios por outros tipos de estudos. (FERNANDES, 1978, p. 221).

O trabalho em foco terá como referencial teórico as discussões de alguns autores sobre a exclusão desses jovens negros na sociedade. Entre esses autores, pode-se

citar Ianni (1966), que estuda a formação das classes sociais no Brasil e analisa as oportunidades oferecidas aos negros recém libertos. De acordo com seus estudos, os negros, mesmo após a sua libertação, não foram facilmente integrados como cidadãos, mas sim como mão-de-obra que deveria disputar espaço com outros grupos (nacionais e imigrantes) no processo capitalista implantado no país naquele momento. Desta forma, Ianni cita e concorda com Fernandes (1964) quando este afirma:

A sociedade brasileira largou o negro ao seu próprio destino, deitando sobre seus ombros a responsabilidade de reeducar-se e de transformar-se para corresponder aos novos padrões e ideais de homem, criado pelo advento do trabalho livre, do regime republicano e do capitalismo (FERNANDES, 1964, apud IANNI, 1966, p. 19).

Dentro desse pensamento podem ser analisadas algumas fontes documentais, como os processos crimes, em que por vezes se encontram a presença de negros envolvidos em casos diversos, servindo estes de comprovação para a ideia de que esse grupo ocupava baixos índices de desenvolvimento. Isso pode ser constatado com o atestado de miserabilidade declarado pelos envolvidos. Alguns desses documentos indicam, ainda, de forma direta, o grau de escolaridade e a profissão dos indivíduos.

Diante disso, apresentarei os dados referentes a um processo crime datado de 1917, enquadrado na série penal de defloramento e estupro, sendo João Gualberto da Fonseca o autor e o réu Arnaldo Marques Ferreira. Esse processo encontra-se depositado no Arquivo Público de Mato Grosso (APMT):

- A acusação foi feita por João Gualberto da Fonseca, pai da menor Idalina Leôncia da Fonseca, 17 anos, preta, solteira, doméstica, não sabe ler nem escrever e filha de Camilla da Costa Marques.
- A menor era moradora na casa do Major Generoso Alves da Fonseca e teria sido deflorada em um terreno que fazia fundos com sua residência; a menor não relatou o ocorrido a ninguém.
- Foi atestado o estado de miserabilidade da vítima e reconhecida a sua criação e educação na casa do major Generoso Alves.
- Passados alguns dias, a mulher do major dona Mariana da Costa Meira, começou a perceber que Idalina andava sonolenta e com desejos de comer coisas azedas, por isso convocou uma senhora que cuidava de mulheres grávidas, e a mesma constatou a gravidez da menor, que não tendo alternativa, relatou o acontecido.

- Após o atentado a vítima nunca mais esteve com o agressor e com nenhum outro homem, alegou a mesma.
- Segundo a vítima, o ato de defloração fora acompanhado de violência e ameaças de morte, para que assim a vítima não resistisse; esta ainda alegou que o réu tinha tido uma diferença com o seu protetor.
- No exame de corpo delito que foi realizado pelos médicos peritos indicados pela justiça, não foi verificado o emprego de força física para a consumação do ato de defloração.
- O acusado foi chamado para depor: Arnaldo Marques Ferreira, natural de MT, 23 anos, empregado público, solteiro, filho de Antônia Marques Ferreira, sabe ler e escrever.
- Uma das testemunhas afirmou que era pouco provável o envolvimento do acusado com a vítima “por ela ser de cor” e por “ter ele outras aspirações na vida”.
- Outra testemunha acha estranho o fato de somente agora começar a correr a notícia do defloração, visto que o boato de gravidez já existia a algum tempo.
- O próprio tutor de Idalina alegou desconhecer o fato de que sua protegida tivesse alguma relação de amizade ou envolvimento com o réu.
- O réu alega estar sendo vítima de uma acusação infundada e até certa inveja por parte do tutor da menor, o Major Generoso, pelo fato do mesmo ocupar uma boa e privilegiada posição social.

O processo em foco foi arquivado por falta de provas concretas do defloração da menor, visto não ter sido efetivamente comprovado o ato. Em uma interpretação pessoal e por vezes comprometida, pode-se defender a ideia do arquivamento desse processo por parte da Justiça pelo fato de o acusado ser branco e a vítima ser negra, consolidando, assim, a estrutura de inferiorização e desarticulação do negro na sociedade emergente.

Neste momento, faz-se necessário levantar alguns pontos trabalhados por Fernandes (1966) quando este trata da integração do negro na sociedade brasileira. De acordo com seus estudos, o negro poderia ser integrado caso tivesse assimilado os valores culturais do branco, podendo os mesmos obterem uma remota e longínqua possibilidade de mobilidade. O negro deveria se imbuir dos ideais brancos vistos por uma parcela da sociedade brasileira como sendo necessários para o progresso da nação. Diante disso:

A mobilidade eliminou algumas barreiras e restringiu outras apenas para aquela parte da “população de cor” que aceitava o código moral e os interesses inerentes à dominação senhorial. Os êxitos desses

círculos humanos não beneficiaram o negro como tal, pois eram tidos como obra da capacidade de imitação e da “boa cepa” ou do “bom exemplo” do próprio branco. Os insucessos, por sua vez, eram atribuídos diretamente à incapacidade residual do “negro” de igualar-se ao “branco”. Essas figuras desempenharam, dessa maneira, o papel completo da exceção que confirma a regra. Forneciam as evidências que demonstrariam que o domínio do negro pelo branco é em si mesmo necessário e, em última instância, se fazia em benefício do próprio negro. (FERNANDES, 1966, p. 72).

A inferiorização do negro no Brasil foi um dos aspectos marcantes dentro da história, visto que o racismo velado encontrava-se nos sussurros, nos olhares enviesados, nas comparações animais e até mesmo em comentários desnecessários. De acordo com Schwarcz (2007), essa ideia baseava-se nos conceitos evolucionistas que chegavam no Brasil naquele momento e que passavam a ser divulgadas por meio de instituições que se implantavam no país⁵, bem como pela confirmação política e econômica da elite branca.

Ao longo da história nacional, o negro foi inserido no contexto da formação de uma sociedade capitalista, baseada no trabalho assalariado e competitivo, portanto, coube ao negro a incumbência de forjar-se dentro do processo transformador.

III. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Compreende-se, por fim, que a pesquisa poderá colaborar com a reflexão e a compreensão das oportunidades oferecidas a esse grupo social, no intuito de conhecer o processo histórico vivenciado pelos jovens negros inseridos no contexto da primeira década pós-escravidão e posteriormente, quando o país passa a integrar uma política modernizadora, colaborando ou não na exclusão desses negros na sociedade cuiabana.

Para este trabalho foram analisadas algumas fontes escritas, como o recenseamento de 1890, os relatórios de instrução pública e os processos crimes do período escolhido. Esses documentos têm a finalidade de fornecer informações

⁵ Museus que desempenharam importante papel de estabelecimentos dedicados à pesquisa etnográfica e aos estudos das ciências naturais e os Institutos Históricos e Geográficos, que cumpriam o papel de construir uma história da nação.

objetivas sobre a situação dos jovens negros cuiabanos no que se refere ao contexto por estes vivenciados, procurando traçar o seu perfil.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FERNANDES, Florestan. Aspectos da questão social. **O tempo e o modo**, Lisboa, p. 77- 85, out/nov 1966.

_____. **A integração do negro na sociedade de classes**: o legado da “raça branca”. 3 ed. São Paulo: Ática, 1978.

FREYRE, Gilberto. **Casa grande & senzala**: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. 34.ed. Rio de Janeiro: Record, 1998.

IANNI, Octávio. **Raças e classes sociais no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

_____. Ministério da Educação, DCN. **História e cultura afro-brasileira e africana**. Brasília – DF, 2005.

LEVI, Giovanni; SCHMITT, Jean-Claude. **História dos jovens** São Paulo: Companhia das Letras, 1996. 2 v.

RIZZINI, Irene. **O século perdido**: raízes históricas das políticas públicas para infância no Brasil. 2. ed. Ver. São Paulo: Cortez, 2008.

ROMÃO, Geruse (Org.). **História da educação do negro e outras histórias**. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. Brasília: Ministério da Educação, 2005.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças**: cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

Bibliografia Consultada

ABRAMO, Helena Wendel. Considerações sobre a tematização social da juventude no Brasil. **Revista Brasileira de educação**, São Paulo, n. 5/6, p. 25-36, 1997.

ARROYO, Miguel. A educação de jovens e adultos em tempos de exclusão. **Alfabetização e cidadania**, São Paulo, n.11, p. 101 a 122, abril 2001.

BAIOCCHI, Mari de N. **Negros de cedro**: estudo antropológico de um bairro rural de negros em Goiás. São Paulo: Ática, 1983.

BANDEIRA, Maria de Lourdes. **Território negro em espaço branco** – estudo antropológico de Vila Bela. São Paulo: Brasiliense, 1988.

BASTIDE, Roger. **As religiões africanas no Brasil** – contribuição a uma sociologia da interpretação das civilizações. São Paulo: Pioneira, 1971.

BORGES PEREIRA, João Baptista. **Cor, profissão e mobilidade** – o negro e o rádio em São Paulo. São Paulo: EDUSP, 1967.

NOGUEIRA, Oracy. **Preconceito racial de marca e preconceito racial de origem**. In: Anais do XXXI Congresso Internacional de Americanistas. São Paulo, 1955.

QUEIROZ, Renato da S. **Caipiras negros no Vale do Ribeira**: um estudo de antropologia econômica. São Paulo: FFLCH/USP, 1983.

HASTA LA VICTORIA SIEMPRE: A ORIGEM DO MOVIMENTO GUERRILHEIRO (CONFLITO) COLOMBIANO E SEUS ATORES

Carlos Roberto Benjoi da Silva¹

No final do ano de 2007 e por todo o 2008, pode ser observada em toda a grande imprensa internacional uma grande movimentação no lado colombiano da fronteira do Norte do Brasil. A Colômbia, esse nosso ilustre vizinho desconhecido², esteve (e ainda está) na ordem do dia graças a uma série de mudanças estruturais no conflito armado que castiga o país há mais de 40 anos³. Com isso, um fator de preocupação em todas essas mudanças ocorridas na Colômbia diz respeito à forma pela qual elas foram mostradas/apresentadas pela grande imprensa. Nesse período, centenas de reportagens acerca do conflito colombiano e suas novidades apresentaram de forma simplista e generalizante uma guerra que teve início pelo menos, na sua forma contemporânea, em 1964.

Apresentando o conflito colombiano desta forma, ou seja, uma luta permanente do Estado de Direito contra os *narcoguerrilheiros* (ou *narcoterroristas*), cria-se estereótipos extremamente negativos de um movimento rural e popular que teve sua origem muito antes do tráfico de cocaína ser acolhido por uma minoria de colombianos. A guerrilha colombiana, talvez um dos últimos “filhos vivos” da Guerra Fria, foi criada como forma de defesa de grupos que eram oprimidos por um governo elitista, que além de tomar a força, dificultava o acesso à terra e ao trabalho. Assim sendo, podemos, *a priori*, acreditar que

¹ Mestre em História pela Universidade Federal de Mato Grosso/Bolsista CAPES. E-mail: benjoinohistoria@gmail.com

² Esse desconhecimento acerca do que ocorre ou ocorreu em nosso vizinho pode ser bem exemplificado por Alain Devalpo quando aponta para a falta de interesse muitas vezes dada à Colômbia. Segundo o autor, “muitas vezes sabemos de cor o nome dos rios que cruzam a América do Norte ou as Capitais de distantes países europeus, mas não temos a idéia de como são a vida e a realidade dos países do nosso continente” (DEVALPO, 2006, p.6). Sobre este apontamento do autor, a Colômbia é um grande exemplo.

³ Toda essa movimentação (como já dito, com ampla cobertura da imprensa), teve seu início com a tentativa, no final de 2007, da libertação de alguns reféns das FARC através da mediação do presidente venezuelano Hugo Chávez. Logo após a efetivação desta libertação, em janeiro de 2008, outros fatos também tiveram destaque, como: o ataque mortal do governo colombiano, que culminou com a morte de Raul Reyes em território equatoriano; a morte diante de um infarto de Manuel Marulanda e a libertação da franco-colombiana e ex-candidata à presidência Ingrid Betancourt.

No seu início a guerrilha não é originado de ninguém, aparece e sobrevive impulsionada pela necessidade vital de defesa da vida, de bens e da honra da população; enfrenta o inimigo sem nenhuma experiência, com o coração posto sobre o horizonte na luta pela terra para quem a necessita e queira trabalhá-la. (COMISSÃO INTERNACIONAL, 1998, p.9).

Desta forma, este breve artigo tem como objetivo principal fazer uma introdução e uma pequena discussão acerca das origens do conflito atual na Colômbia. Apresentando o contexto histórico de seu nascimento, este texto irá (sem, é claro, findar o assunto, e sim, introduzi-lo), discutir os principais rumos da política colombiana na primeira metade do século XX e suas consequências para o surgimento desses grupos, que, com armas em punho, voltaram-se contra a oligarquia tradicional colombiana.

Vários autores apontam a origem da violência colombiana em disputas políticas que tiveram seu início no processo de independência desse país da coroa espanhola. A consolidação da independência colombiana e o surgimento de uma elite que deteve para si o rumo das decisões do país levaram o país, já no século XIX, a enfrentar mais de 50 guerras civis. No olho do furacão dessa disputa interna estavam partidários dos dois principais partidos colombianos até os dias de hoje: o Partido Liberal e o Partido Conservador⁴. Esses dois partidos, irmãos na sede pelo poder e inimigos em suas convicções ideológicas, colocavam a política no extremo de fidelidade partidária e violência, com seus partidários digladiando-se no interior e também nas grandes cidades colombianas. Conforme aponta o pesquisador Gonzalo Sánchez:

La guerra en Colômbia durante El siglo XIX no es negación o substituto, sino prolongación de las relaciones políticas. La guerra, podría decirse, es el camino más corto para elegir a La política, y mientras las puestas que podrían considerarse como normales permanecen bloqueadas (las del sufragio, por ejemplo), ella constituye en muchos aspectos um singular canal de acceso a la ciudadanía. (SÁNCHEZ, 1991, p.17).

Assim, seguindo essa linha de pensamento, no século XIX ou se nascia liberal ou conservador e foi esta disputa partidária que, dividindo o país em dois, colocou, ao lado da política, a violência, e mais próximo ainda, a execução de uma maioria da

⁴ O programa do Partido Liberal foi apresentado em 1848 por Ezequiel Rojas; já o ideário conservador (como reação) foi apresentado em 1849 por Mariano Ospina Rodríguez e José Eusebio Caro (OCAMPO, 1997, p.241).

população que vivia afastada (geográfica e politicamente) das decisões do rumo do novo país.

Conforme aponta ainda Maria Ligia Prado, além das diferentes visões econômicas para o país, tais como: abertura ou não do comércio para o exterior e a disputa por terras férteis, o caráter religioso foi, também, de início, um dos principais diferenciadores entre liberais e conservadores, ambos católicos, mas com visões totalmente diferentes acerca da participação da Igreja nos rumos da política. Segundo a autora:

A Igreja era o marco divisor mais claro entre conservadores e liberais. Os conservadores defendiam a ordem vigente e seus interesses econômicos, apoiados numa organização social que acreditavam estar garantida pela religião e pelo exercício e efetivo da autoridade. Os liberais por sua vez, lutavam contra tudo o que a Igreja já significava, procurando limitar seu poder político e ideológico frente à sociedade e retirando-lhe o predomínio absoluto sobre a educação. (PRADO, 1986, p. 31-32).

Ainda no século XIX, liberais e conservadores foram protagonistas de uma grande guerra civil na Colômbia. O conflito, que ficou conhecido como **A Guerra dos Mil Dias** (1899 – 1902), foi impulsionado pela tentativa desesperada do partido Liberal em derrubar do poder os conservadores (que desde a independência estavam no poder). Com o fim da Guerra dos Mil Dias⁵, os conservadores se mantiveram no poder (período que ficou conhecido como “Hegemonia Conservadora”) e acabaram por privilegiar, em sua política, a exclusão de pequenos camponeses, aumentando, assim, os privilégios de grandes latifundiários – membros do partido - e a exclusão social de ampla maioria da população na Colômbia.

Diante dessa hegemonia conservadora e de sua política que ao mesmo tempo excluía o trabalhador rural e beneficiava os grande plantadores (de café, por exemplo), grupos populares rurais e urbanos passaram a se organizar em protesto contra a oligarquia conservadora no poder. Tendo a figura do caudilho liberal Jorge Eliécer Gaitán (membro de uma ala de esquerda do Partido Liberal) como referência, os trabalhadores e camponeses colombianos organizaram, entre os anos de 1946 e 1947,

⁵ A Guerra dos Mil Dias deixou um saldo aproximado de 100 mil mortes e teve ampla participação da população, que estava influenciada pelos dois partidos em combate. Dentre essas participações, podemos destacar a presença de mulheres e crianças que, de ambos os lados em guerra, jogaram-se em batalha por ideais que, muitas vezes, eram-lhes desconhecidos, ou seja, estavam lutando não por seu partido, mas pela influência de um grande plantador ou empresário que lhes impunha respeito ou por pressão política, ou, ainda, por meios violentos.

diversas formas de protesto, incluindo greves, passeatas e manifestações. Mas, em 9 de abril de 1948, Gaitan, então candidato à presidência, foi assassinado.⁶

A morte de Gaitan provocou na sociedade colombiana uma violenta reação contra militantes do partido Conservador. O episódio, conhecido como Bogotazo, é citado por alguns autores como verdadeira “uma orgia da crueldade”, devido aos altos índices de violência no período. A morte de Gaitan foi um dos episódios mais complicados na história colombiana, segundo João Batista Berardo:

Gaitan tinha despertado em seus correligionários, operários e camponeses, algo até então desconhecido entre eles: consciência de classe. Boasierra, o culpado pelo assassinato, foi convenientemente abatido no local, e nenhuma prova se conseguiu levantar contra seus mandantes.(BERARDO, 1981, p.143-144).

Mediante a revolta popular ocasionada pela morte de Gaitán e da autorização direta do Presidente da República, a policia esmagou a ferro e fogo a rebelião na capital colombiana e em outras grandes cidades por onde o bogotazo se espalhou. Mesmo assim, a Colômbia caiu na guerra civil. Em consequência do Bogotazo e da disputa político/partidária de liberais e conservadores, em 1948 iniciou-se o período conhecido como **La Violência**. Nessa fase da história colombiana, militantes liberais e conservadores se digladiavam nas ruas colombianas em defesa de seus partidos. La Violência ⁷ teve seu fim 5 anos após seu inicio, em 1953, quando um acordo entre o partido Liberal e o Conservador decretou o fim da guerra civil/partidária. O acordo, que recebeu o nome de **Frente Nacional**, representou tanto o fim de La Violência, quanto a divisão de poder entre os dois partidos, que, a partir de agora, revezariam-se no poder. A Frente Nacional considerava toda e qualquer oposição subversiva e, assim, caracterizou-se pela ilegalidade dos outros partidos colombianos, como o Partido Comunista Colombiano (PCC).

Outra característica marcante da Frente Nacional foi a perseguição aos pequenos agricultores (camponeses e indígenas) colombianos, que coagidos por homens contratados por latifundiários, perdiam suas terras, sendo obrigados a se deslocarem para o interior do país.⁸ A violência generalizada provocada pelos desmandos da Frente

⁷ Morreram aproximadamente 280 mil pessoas em *La Violência*.

⁸ A Frente Nacional encontrou seu fim no ano de 1974, quando retornaram a ocorrer na Colômbia eleições livres.

Nacional agravou ainda mais a distribuição de renda na Colômbia. Segundo José Arbex Jr:

Esse processo se combinou com o agravamento das desigualdades sociais: enquanto os 10% mais ricos dividiam 45% das riquezas nacionais, os 10% mais pobres ficavam com menos de 3%. Este foi o quadro que gerou a guerrilha. (ARBEX JUNIOR, 2005, p. 62).

Surgidos como consequência de La Violência e como uma alternativa contra os desmandos da Frente Nacional, a partir dos anos de 1950 começou a se formar, no interior do país, guerrilhas agrárias de esquerda, formadas pelos agricultores que tiveram suas terras tomadas por latifundiários, juntamente com ex-partidários do Partido Liberal que não aceitaram a Frente Nacional e os militantes do Partido Comunista Clandestino. O movimento guerrilheiro colombiano inicia, nesse período, uma das características mais marcantes da Colômbia, aquela que dura até os dias de hoje: o conflito armado entre o Estado de Direito e as guerrilhas:

Já em 1952, os camponeses, sob a liderança do PL, tinham conseguido o controle de muitos distritos rurais, mormente no interior do país e nas montanhas, e tinham formado “Repúblicas independentes” que escapavam ao controle do governo central. Surgiram as repúblicas que eram zonas de proteção, sendo Marquetália, uma das principais, nas fronteiras dos Estados de Tolima e Huila. (BERARDO, 1981, p. 144).

No ano de 1964, após um ataque de soldados colombianos à região de Marquetália⁹, surge aquele que se tornaria o principal movimento guerrilheiro colombiano. Apoiada pelo clandestino Partido Comunista Colombiano, foi formado, sob a liderança de Manuel Marulanda (o **Tiro Fijo**), as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC).

O episódio do ataque à Marquetália é marcante e é descrito por Yuri Martins Fontes da seguinte maneira:

Em 27 de maio de 1964, dezenas de milhares de soldados são enviados para o povoado de Marquetália para reprimir 48 camponeses comunistas rebelados, que fogem para as selvas e montanhas, em julho do mesmo ano, é realizado uma assembléia de guerrilheiros, em

⁹ Estima-se que foram usados 16.000 soldados no ataque de Marquetália, todos treinados pelos norte-americanos no contexto do chamado *Plano Lazo*. Esse plano de objetivo contra-insurgente foi criado para barrar a criação de focos comunistas na Colômbia, as chamadas *Republicas Independentes*, que nada mais eram do que comunidades rurais formadas por pequenos agricultores que fugiram de *La Violência*.

que se define um programa agrário que daria a primeira bandeira para revolucionários, [...]. (FONTES, 2007)

Após o ataque de Marquetália, em Assembléia, além do programa agrário, os rebeldes decidem batizar o movimento como Bloco Sul¹⁰ e tomam esse episódio como sua primeira vitória contra o Exército colombiano:

Marquetália é, portanto, o símbolo desta etapa prolongada do movimento guerrilheiro moderno em nossa pátria. Ali, a guerrilha revolucionária mostrou do que é capaz um núcleo de combatentes com consciência política, com opção de classe, ativa e beligerante, do que é capaz um núcleo de Vanguarda, um núcleo armado e valente que põe em seu acionar a arte da guerra de guerrilhas móveis e foi esse reduzido núcleo de 48 homens que enfrentou a 16.000 soldados do Exército. (COMISSÃO INTERNACIONAL, 1998, p.19).

Em seu início, as FARC tiveram o apoio institucional do ilegal Partido Comunista Colombiano e obtiveram recursos por meio de sequestros de pessoas importantes, ataques a órgãos oficiais e do “imposto” cobrado dos grandes empresários e fazendeiros das regiões onde atuava. Hoje as FARC atuam em boa parte do território colombiano, agindo em diversas frentes de combate, possuindo aproximadamente 15 mil homens.

Outra guerrilha de forte influência na Colômbia é o Exército de Libertação Nacional (ELN). Influenciado significativamente pelo sucesso da Revolução Cubana, o grupo insurgente foi formado em seu início por estudantes e sindicalistas que se encontravam à margem da Frente Nacional. O ELN foi fundado no ano de 1965 e teve suas ações iniciais focadas principalmente no ataque a pequenas cidades e a grandes empresas (principalmente norte-americanas), além de edifícios e órgãos do governo.

Tendo como fundador o guerrilheiro Fabio Vasquez Castano, o ELN se tornou conhecido realmente graças à figura do guerrilheiro/padre Camilo Torres. Camilo Torres, filho de família abastada, fora atraído para o grupo guerrilheiro graças ao seu contato com a miséria dos subúrbios de Bogotá. O padre, agora guerrilheiro, líder popular e bastante perseguido pela elite religiosa e política, foi morto em seu primeiro combate em armas no dia 15 de janeiro de 1966, um ano após a fundação do ELN. Mesmo com a morte de Torres, sua figura ainda é bastante usada pelo ELN como

¹⁰ O nome FARC só é adotado ao movimento no decorrer de sua Segunda Conferência, em 1966, sendo que na Sétima Conferência, em 1982, foram acrescentadas as letras EP (Exército do Povo).

exemplo de mito revolucionário a ser seguido pelos guerrilheiros. Hoje, o ELN conta com aproximadamente 5 mil homens.

Um outro ator presente no contexto colombiano, mas pouco citado pela grande imprensa internacional, é a grande presença de paramilitares de extrema direita no conflito colombiano. No ano de 1964, foi aprovada na Colômbia uma lei que autorizava a criação de grupos de defesa contra as guerrilhas. Esses grupos, conhecidos posteriormente como paramilitares, tinham como objetivo auxiliar as forças legais do governo colombiano na luta contra os movimentos guerrilheiros, tornando-se, assim, “[...] braços armados de ricos proprietários de terra e narcotraficantes, empregados na luta contra os guerrilheiros” (BONFIM, 2002, p. 69). Entretanto, os paramilitares tiveram seu ápice de ações no início dos anos de 1980, quando traficantes da cidade de Medellín criaram um grupo paramilitar chamado de *Muerte a los Sucuestradores*, no ano de 1982:

Esta milícia deu proteção aos ricos proprietários de terra e atuou como um esquadrão da morte contra os guerrilheiros e seus familiares, ainda que se apresentasse fortemente como um movimento contra-insurgente de caráter civil. (ALVES, 2005, p.54-55).

No final dos anos de 1980 e início dos anos 90, os grupos de paramilitares eram muitos. Mas em maio de 1997, os principais grupos paramilitares colombianos foram reunidos pelo líder Carlos Castano em um único grupo, criando-se, assim, as Autodefesas Unidas da Colômbia (AUC). O encontro em que se constituiu a AUC ocorreu no Departamento de Antioquia e segundo o autor Marcos Celso Alves, contou com a participação dos seguintes grupos:

Autodefesas de Puerto Boyacá, das Autodefesas de Ramón Isaza e das Autodefesas dos Llanos Orientales, além das Autodefesas de Córdoba e Urabá (ACCU) – estas, originalmente capitaneadas por Castanõ. Em 16 de maio realizou-se uma segunda reunião, na qual os demais grupos paramilitares aderiram às AUC, visando a fortalecerem-se no seio de uma organização guarde-chuva, que dispusesse de algum grau de coordenação central. (ibidem, p.54-55).

Dos agentes envolvidos no conflito são as ações dos grupos paramilitares acompanhadas por maior violência. Por essa razão, estes são acusados por diversos órgãos de direitos humanos de cometer os mais sérios crimes contra a vida. Um trecho

do Relatório da *Comissão de Justiça e Paz da Igreja Católica* nos dá a dimensão das atrocidades cometidas pelos integrantes da AUC em suas ações contra os camponeses que são acusados de agir junto ou auxiliar a guerrilha (o trecho a seguir relata a morte de Luis Torres):

Amarraram uma corda em seu pescoço e empurraram de um lado para o outro. Quando o rapaz já estava enforcado e já havia vomitado a língua, eles arrancaram seus olhos com uma lima. (O PERIGO MORA AO LADO, 2000, p. 86-91).

Na busca por seus inimigos guerrilheiros, esses grupos armados assassinaram centenas de civis/camponeses pobres que não estavam diretamente ligados ao conflito ou à guerrilha. Agindo dessa forma, as AUC também são acusadas de serem responsáveis por grande parte dos camponeses deslocados (refugiados) que vivem na Colômbia, como é o caso da auxiliar de enfermagem Ana Gantillo:

Me acusaram de colaboradora da guerrilha porque eu tinha minha pinça de enfermagem. Os paras matavam, só por raiva, uma amiga, Ângela, 45 anos, e seus três netos, com cinco, três e dois anos. Eles costumam cortar pessoas vivas, em vários pedaços, usando motosserras, diante de todo mundo, para aterrorizar. Eles também degolam e às vezes penduram a cabeça num poste para dar exemplo. (ibidem, p.86-91).

Essas pessoas, que muitas vezes fogem em grandes grupos, quando relatam suas histórias, colocam na guerra entre forças legais e ilegais a culpa e expressam sua revolta com grande emoção, como o depoimento de Estrela Nino, colhido em um campo de refugiados instalado na região colombiana de Cúcuta: “Diante das armas estaremos sempre humilhados. Eles deveriam brigar entre eles, e que se matem” (KOSOVO É AQUI, 1999, p. 102-104)

Findando este pequeno texto introdutório, vimos que a situação política/social na Colômbia é delicada. Ações dos grupos guerrilheiros, dos paramilitares e do próprio Exército Colombiano transformam o cotidiano do país em um caos, em que os verdadeiros prejudicados são os camponeses pobres que não mantêm nenhum vínculo oficial com esses grupos. Todo o caos a que foi apresentado os colombianos, nos vários anos de conflito armado, transformou a Colômbia em um país reconhecido pela grande mídia apenas como um poço de violência e medo. A Colômbia, lindo país andino, banhado por águas límpidas e cercado de grandes montanhas andinas, tem sua história

lembrada apenas pelos grandes massacres e pela cocaína que exporta e, infelizmente, apesar dessa constatação, esse é ainda um assunto que renderá muitas páginas, pois, conforme aponta o autor Tiago Tiburcio:

[...] a escalada de violência do conflito tornou a Colômbia um dos países mais perigosos do mundo para se viver, com quase todas as famílias a conhecerem alguém que tenha sido seqüestrado, extorquido ou ameaçado de morte. (TIBURCIO, 2006).

Assim, podemos observar que a maneira como foi colocada pela imprensa internacional o conflito na Colômbia ignorou por completo todo o contexto de nascimento do movimento guerrilheiro, além, é claro, de pouco citar a ação dos extremistas de direita (paramilitares). Desta maneira, neste pequeno texto, pode-se apontar que as guerrilhas nasceram como forma de defesa campesina ou como no caso do ELN, de movimento popular urbano, muito diferente do conceito de narcoguerrilha ou narcoterrorista usados genericamente pelos grandes e “oficiais” meios de comunicação.

Referências Bibliográficas

ALVES, Marcos Celso. **Um mandato para a paz: o acaso da negociação entre o governo de Andrés Pastrana e as FARC (1998 – 2002)**. 145 páginas, 2005. Dissertação de Mestrado em Relações Internacionais, Instituto de relações Internacionais, Pontifícia Universidade Católica, Rio de Janeiro.

ARBEX Junior, José. **Narcotráfico: um jogo de poder nas Américas**. São Paulo: Moderna, 2005.

BERARDO, João Batista. **Guerrilhas e guerrilheiros no drama da América Latina**. São Paulo: Edição Populares, 1981.

BONFIM, Luiz Otávio Sales. **A Política Externa dos EUA e o Combate ao Narcotráfico na Colômbia (1997-2002)**. 220 páginas, 2002. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais), Instituto de Relações Internacionais, Universidade de Brasília.

COMISSÃO INTERNACIONAL. *FARC-EP: Esboço Histórico*. Colômbia: S. ED. 1998.

DEVALPO, Alain. **A pesca milagrosa: a guerrilha na Colômbia**. São Paulo: Edições SM, 2006.

FONTES, Yuri Martins. FARC: 40 anos de História. Disponível em: <<http://www.piratinga.org.br/artigos/2004/03/fontes-farc.html>>. Acesso em: 12. abr. 2007.

LÓPEZ, Javier Ocampo. *Historia Basica de Colombia*. Bogotá: Plaza e Janes, 1997.

KOSOVO É AQUI. *Isto é*, n. 1561, 01 setembro de 1999.

O PERIGO MORA AO LADO. *Isto é*, 09 de agosto de 2000, nº. 1610. P. 86 – 91.

PRADO, Maria Ligia. *A formação das nações latino-americanas*. São Paulo: EDUNICAMP, 1986.

TIBURCIO, Tiago. Refugiados. Disponível em: <<http://dossiers.publico.pt/dossier.op?=375>>. Acesso em: 10 mar. 2006.

Bibliografia Consultada

CHALIAND, Gerard. *Mitos revolucionários do terceiro mundo*. Rio de Janeiro: Francisco Alves ED, 1977.

SÁNCHEZ, Gonzalo. *Guerra y política em la sociedad colombiana*. Bogotá: El Áncora Editores, 1991.

A TENTATIVA DE CONSTRUÇÃO DO PODER POPULAR NO CHILE DE ALLENDE (1970-1973)

Cátia Cristina de Almeida Silva¹

O Chile é historicamente caracterizado como um país de tradição democrática. A população chilena pôde escolher mediante eleições todos os seus presidentes ao longo dos anos de 1880 e 1970, sendo o governo do general Carlos Ibáñez (1924-1931) um dos raros momentos de quebra dessa normalidade política. O voto secreto, por sua vez, foi implantado no país em 1874 e até o ano de 1973 o sistema político vigente possibilitou a atuação legal das esquerdas, bem como permitiu a formação de coalizões de partidos. O objetivo central deste trabalho é apresentar reflexões sobre o Programa Básico de Governo da Unidade Popular e a tentativa de construção do poder popular no Chile durante os anos de 1970-1973, isto é, durante o governo de Salvador Allende Grossens.

Se durante o governo Eduardo Frei, do partido Democrata Cristão, a sociedade chilena experimentou mudanças sociais, econômicas e políticas, as perspectivas para as eleições de 1970, sobretudo para as esquerdas, eram as melhores possíveis. Como uma prévia do processo revolucionário vivenciado a partir de 1970, ao longo do governo Frei as organizações chilenas (sindicatos, universidades, partidos políticos, associações, etc) estiveram mobilizadas, o que possibilitou criar todo o quadro eleitoral e também social que se tornaria ainda mais atuante nos anos seguintes.

O desenvolvimento do processo eleitoral chileno em 1970 apresentou um alto grau de organização e de participação da sociedade. A esquerda se agrupou em meados de 1969 em torno da Unidade Popular (UP) para disputar a eleição presidencial. Assim, abandonando as divergências dos programas, objetivos e estratégias de cada uma das organizações convidadas, concordaram com a formação da UP os partidos Comunista, Socialista, Radical, o Partido Social Democrata, a Ação Popular Independente e a Esquerda Cristã. Cada partido lançou seu pré-candidato e após consulta no interior da UP, decidiram pela indicação do senador socialista Salvador Allende Grossens, que disputou com o projeto de uma via pacífica para o socialismo (FLORES, 1972, p. 381). O partido Democrata Cristão, por sua vez, indicou como candidato Radomiro Tomic, então embaixador nos Estados Unidos, cuja proposta era de uma revolução nacional, popular e democrática. Jorge Alessandri, ex-presidente do país, se fez

¹ Mestranda do Programa de Pós-Graduação em História - Mestrado em História da Universidade Federal de Mato Grosso.

conhecer por meio do Movimento Independente Alessandrista, negando enfaticamente o apoio da direita, isto é, do Partido Nacional (AGGIO, 2002, p.65).

Por meio do voto popular um presidente socialista foi eleito. Após concorrer sua quarta eleição, Salvador Allende venceu com 36,3%. A vitória, contudo, não significou assumir imediatamente a presidência. Segundo a Constituição Chilena², o resultado obtido em 4 de setembro de 1970 deveria ser homologado pelo Congresso, já que a diferença de votos entre os candidatos era relativamente pequena, representava 1,4% de vantagem de Allende sobre Alessandri. Tomic conseguiu 28% (824.849) dos votos e Alessandri obteve 34,8% (1.036,278) dos votos (PAVÓN, 2003, p.34).

O Chile viveu momentos de incertezas e insegurança até que o Congresso ratificasse o resultado do pleito eleitoral. No entanto, antes de tomar posse em 3 de novembro de 1970, teve que assinar um pacto de garantias no qual se comprometeu a respeitar a pluralidade democrática, a liberdade da imprensa e dos sindicatos, a autonomia universitária e o caráter profissional das Forças Armadas durante a reforma constitucional que seria realizada em seu governo.

A Unidade Popular: programa de governo

A campanha da UP se desenvolveu sob os pilares do socialismo e para formular o programa de governo e definir seu representante foi montado um comitê presidido pelos membros de cada um dos partidos e movimentos que compunham a UP. Esse programa, aprovado em 17 de dezembro de 1969, buscou solidificar a alternativa de uma via não armada, também chamada de via chilena, para alcançar o socialismo, mantendo, no entanto, a institucionalidade democrática.

Embora houvesse divergências ideológicas entre os integrantes da UP, o consenso estava em como todos eles compreendiam a realidade chilena. Caracterizam-na como capitalista dependente do imperialismo, dominada por setores da burguesia e pelo capital estrangeiro. Essas assertivas, assinaladas logo na introdução do Programa Básico de Governo da Unidade Popular, sustentavam a necessidade de ampliar a democracia e de construir um governo popular responsável, segundo o programa, por:

- a) Preservar, tornar efetivo e aprofundar os direitos democráticos e as conquistas dos trabalhadores;

² O artigo 64 da Constituição de 1925 previa que 50 dias após a eleição, as duas Câmaras do Congresso deveriam se reunir sob a presidência do Presidente do Senado para homologar o resultado do pleito.

b) Transformar as atuais instituições para instaurar um novo Estado onde os trabalhadores tenham um poder efetivo (CARLOS; FREITAS; VETTORI, 1970, p.96).

O objetivo fundamental era, portanto, a criação de um governo cujos protagonistas fossem os trabalhadores e o caminho escolhido garantisse o exercício dos direitos democráticos, respeitasse as garantias individuais e sociais, a liberdade de pensamento, de imprensa, garantisse o direito de organização e de sindicalização e também o pluripartidarismo (ALTAMIRANO, 19??, p.37).

O programa pontuava os principais problemas da sociedade chilena e detalhava as diretrizes para conseguir superá-los. Para operar transformações e dar fim à crise econômica, política, social e cultural, destacava a importância da unidade e da organização da sociedade chilena. Segundo o programa, somente as forças trabalhadoras

junto com todo o povo, mobilizando todos aqueles que não estejam comprometidos com o poder dos interesses reacionários, nacionais ou estrangeiros, quer dizer, mediante a ação unitária e combativa da imensa maioria dos chilenos, poderão romper as estruturas atuais (CARLOS; FREITAS; VETTORI, 1970, p.94).

Quanto à organização política, a proposta de criação do Estado Popular passava primeiro pelo processo de democratização de todos os níveis sociais e de organização e mobilização das massas. Alcançado o primeiro processo, a próxima etapa era a formação de comitês de trabalhadores e da Assembléia do Povo, que exerceriam de fato o poder popular, cuja atribuição era a mediação entre o povo e o governo.

Na área econômica, o Programa estabelecia uma nova estrutura baseada em 3 setores:

1- área de propriedade social – formada pelas empresas estatais e por aquelas que seriam nacionalizadas, como as pertencentes aos setores de extração mineral (cobre, carvão, iodo, salitre, ferro), financeiro (bancos e seguradoras), transporte (ferroviário, aéreo e marítimo), produção e distribuição de energia elétrica, siderurgia, etc;

2- área mista - empresas em que combinariam capital privado e capital estatal;

3- área privada – empresas que contariam com a assistência técnica e financeira do Estado, mas que permaneceriam como propriedade privada (CORVALAN, 2003, p.275-296).

A proposta de reforma agrária da UP, vista como profunda e extensa, passava pela reformulação da política de redistribuição e de organização das propriedades rurais. O objetivo era acelerar a produção por meio de iniciativas, como a expropriação de terras que não estivessem sendo utilizadas para a plantação e pela formação de cooperativas de trabalhadores rurais.

A perspectiva do Programa para as diferentes áreas - sistema educacional e cultural, política interna e externa, justiça e economia- refletia a lógica dos partidos majoritários da UP, os partidos Comunista e Socialista. A base estava na construção de um novo Estado. Para Allende, o socialismo não poderia ser imposto por decreto, era preciso envolver as forças populares para depois construir o Estado Popular (FLORES, 1972, p.396). Em seu primeiro discurso no Congresso, o presidente Allende reiterou os pressupostos básicos do programa da UP e deixou clara a opção pela via democrática:

O Chile encontra-se diante da necessidade de iniciar uma nova maneira de construir a sociedade socialista. As dificuldades que enfrentamos [...] residem realmente na extraordinária complexidade das tarefas que nos esperam: institucionalizar a via política para o socialismo, e consegui-lo a partir de nossa realidade presente, de sociedade esmagada pelo atraso e pela pobreza próprias da dependência e do subdesenvolvimento; romper com os fatores causadores do atraso e, ao mesmo tempo, edificar uma nova estrutura socioeconômica capaz de conduzir à prosperidade coletiva [...] criando a primeira sociedade socialista edificada segundo um modelo democrático, pluralista e libertário. (AGGIO, 1992, p.59).

De modo geral, o programa de governo da UP objetivava transformar as bases econômicas e dentro da institucionalidade intensificar o processo de democratização de todos os níveis sociais. Assim, privilegiou principalmente temas como a distribuição de renda, a nacionalização das indústrias responsáveis pelo crescimento econômico, especialmente aquelas voltadas para a mineração e para a geração de energia, nacionalização de empresas do setor financeiro.

O desafio de consolidar um programa de governo que estivesse de acordo com as diferentes matizes ideológicas das forças políticas que compunham a UP foi superado, embora as divergências sobre a etapa de transição fossem surgindo aos poucos. Faltava, então, colocar em prática a transição pacífica ao socialismo, tarefa que, desde o início, ainda durante a eleição, mostrou-se incerta.

La vía pacífica al socialismo: o governo de Salvador Allende Grossens (1970-1973)

O Chile conheceu, sob o governo da UP, um grande processo de mobilização social com a nacionalização dos principais recursos naturais e econômicos e com a democratização dos diversos setores da vida pública, sobretudo, do sistema escolar e universitário.

Salvador Allende enfrentou logo no início de seu governo uma ferrenha oposição. Segundo Flores (1972, p.372), a vitória de Allende provocou inicialmente um pânico no sistema financeiro, com a retirada de 75 milhões de dólares dos bancos. As exportações caíram e as atividades industriais aos poucos foram entrando em declínio. Além disso, uma intensa campanha propagandista foi colocada em execução, contribuindo para criar um clima de terror e insegurança. A oposição acusava o governo de entregar aos comunistas os principais ministérios, de provocar conflitos nas empresas para então executar sua política de desocupação e nacionalização dos meios de produção.

Centenas de chilenos decidiram abandonar o país após a eleição de Allende, assim como outras centenas de estrangeiros decidiram conhecer de perto a experiência chilena. A notícia da vitória da UP no Chile alimentou as esperanças daqueles que acreditavam no socialismo e que estavam fugindo da repressão comandada pelos governos militares instaurados na América do Sul.

Assim, ainda em dezembro de 1970, Allende propôs uma emenda constitucional para nacionalizar empresas da mineração, que foi aprovada por unanimidade pelo Congresso em julho de 1971. A reforma agrária foi considerada pelo governo como importante pilar para o desenvolvimento econômico e social do país. Assim, as medidas adotadas visaram a ampliar o processo iniciado durante a administração do governo Frei.

Segundo Bitar (1995, p.263), a meta da UP era efetivar o programa de reforma agrária ao longo dos 6 anos de mandato, mas foi alcançada ainda durante o segundo ano de governo. Da mesma maneira, entre os anos de 1971 e 1972, foram nacionalizadas mais de 300 empresas de diversos segmentos (PAVÓN, 2003, p.43), entre elas, 24 bancos e 4 grandes mineradoras passaram ao controle do governo (FLORES, 1972, p. 394). Estatizar a economia era a estratégia para conseguir instaurar de fato o Estado Popular.

A sindicalização, iniciada no governo de Frei, aumentou consideravelmente durante a administração da UP. Como podemos observar na tabela abaixo, ao compararmos os dados referentes aos anos de 1964 e 1972, verificamos que no decorrer de quase uma década a organização sindical, atingiu os diversos setores produtivos do país. Assim, podemos entender também que o aumento do número de movimentos grevistas está diretamente ligado ao

processo de sindicalização dos trabalhadores e consequentemente, a um maior poder de reivindicação.

O programa de governo de Allende, sobretudo no que se referia ao processo de estatização, encontrou forte oposição nos grandes proprietários de terras ou de grandes empresas. O projeto de nacionalização, visando democraticamente a atingir o socialismo, chocava-se cada vez mais com os interesses desses grandes empresários nacionais, além de desagradar também ao capital estrangeiro. A consequência foi a sabotagem do programa de congelamento dos preços dos alimentos proposto pelo governo e a criação de um “mercado negro”, que provocou a escassez dos gêneros de primeira necessidade.³

Combinados a isso, eram constantes os ataques aos órgãos públicos, greves dos trabalhadores das minas, do setor de transporte, da educação, crimes políticos, atentados à bomba a emissoras de rádio e televisão, a redações dos jornais e estações elétricas, evidenciando um contexto de extrema violência que fugia ao controle estatal. O principal problema do governo certamente estava na esfera econômica, mas a oposição ao programa da UP, comandada por diferentes grupos sociais, contribuiu para generalizar o problema.

A criação das Juntas de Abastecimento e Controle dos Preços (JAP) foi um dos mecanismos encontrados para fazer frente ao problema do desabastecimento. As JAPs surgiram com o respaldo do Governo por meio da Direção de Indústria e Comércio (DIRINCO) e foram formadas nos bairros e *poblaciones* com o objetivo de impedir a falta de abastecimento de gêneros alimentícios, para controlar o reajuste de preços e tentar impedir a especulação e a inflação.

Ambas as organizações, as Juntas de Abastecimento e Controle dos Preços e as Juntas de Vizinhos, juntamente com os Cordões Industriais⁴, encontravam-se dentro da perspectiva de criação do Estado Popular, isto é, criar mecanismos de representatividade popular, movimentos de base nos diferentes setores da sociedade. É importante destacar também o trabalho dos movimentos voluntários. Corvalán nos informa que o Movimento de Voluntários da Pátria contribuiu para abastecer a população com mercadorias de primeira necessidade. Essas organizações contaram com o apoio de destacados artistas chilenos, como o cantor

³O problema do desabastecimento de gêneros alimentícios afetou principalmente os setores da sociedade que detinham menor renda. Por esse motivo, foram criados os comitês de abastecimento para fazer frente ao “mercado negro” em crescimento. Sobre o assunto ver: CORVALÁN (2003, p. 159-176); COLLIER; SATER (1999, p.300).

⁴ Em meados de 1973, havia, nas principais cidades chilenas, 31 cordões industriais. Os cordões agrupavam diversas fábricas nacionalizadas tanto com respaldo legal ou aquelas expropriadas pelos trabalhadores; somente na cidade de Santiago, havia 8 Cordões.

Victor Jara, o ator Andrés Rojas Murphy, as atrizes Silvia Santelices e Ana Reeves, o pintor Francisco Brugnoli, o compositor Santiago Vera Rivera, entre outros⁵.

Após o chamado *Paro de Octubre*, como ficou conhecida a paralisação do setor de transportes, o problema do desabastecimento se agravou ainda mais. A greve dos transportadores demonstrou a fragilidade da economia chilena. Em Santiago, capital chilena, 70% dos transportes particulares aderiram ao movimento grevista e maioria dos trabalhadores foi trabalhar em transportes improvisados, a fim de evitar a queda na produção das indústrias nacionalizadas. A greve chegou ao fim em 10 novembro de 1972.⁶

As manifestações contrárias ao governo colaboraram para provocar grande agitação e especulação quanto ao futuro da administração Allende. Ao fazermos um balanço dos três anos de governo Allende, verificamos que desde o início do seu mandato ficou evidente que a implantação do socialismo pela via institucional não seria uma tarefa fácil.

O primeiro ano pode ser caracterizado pela efetivação de algumas propostas presentes no programa de governo. Assim, as iniciativas foram para avançar na construção do Estado Popular. Empresas chave para a economia do país foram nacionalizadas: bancos nacionais e estrangeiros, indústrias dos mais variados setores, etc. O presidente reformou a área agrícola, reajustou os salários numa média de 55% ao longo de 1971, investiu na área social, saúde, educação e habitação. Para Collier e Sater (1999, p.296), a política da UP incrementou os negócios dos setores público e privado durante o primeiro. O custo de vida aumentou numa média de 22% e a política econômica inicialmente pareceu ser lógica, sobretudo com o crescimento do PIB e com a diminuição da taxa de desemprego.

O ano de 1971 também foi o ano das eleições municipais. A UP obteve 49,8% dos votos, que somado aos votos obtidos pela União Socialista Popular (USP), dava à esquerda mais que 50% dos sufrágios, garantindo uma base de apoio para o seu projeto de transformação social (AGGIO, 2002, p.118-119). Ao findar o ano de 1971, já era possível prever que em 1972 o governo enfrentaria sérias dificuldades. No segundo ano de governo, a

⁵A revista chilena **Quinta Hueda** se autointitulava revista de cultura, mas seus artigos também tratavam de política. Sua circulação era mensal e os artistas chilenos mencionados apareceram nas reportagens nas seguintes edições: Enrique Rivera. "Para comenzar a hablar" (**Quinta Hueda**, Santiago de Chile. abr/1973); "El arte de la descarga" (**Quinta Hueda**, Santiago de Chile. n.2. nov/1973).

⁶ O documentário **A batalha do Chile** trata da ascensão e queda do governo de Salvador Allende. Encontra-se dividido em três partes. Na primeira, "A Insurreição da Burguesia", mostra a reação da direita contra a tentativa de implantação de socialismo democrático no país, com a organização de greves por sindicatos patronais e o boicote econômico imposto pelo governo americano. Na segunda, "O Golpe de Estado", enfoca a guerra civil que levou ao bombardeio do palácio presidencial e à morte do presidente em 11 de setembro de 1973, sob a liderança de Pinochet e com o apoio da CIA. Na última, "O Poder Popular", revela-se as ações coletivas realizadas pelas comunidades populares para superar a crise durante o governo Allende, como os armazéns comunitários. Considerado um dos melhores documentários políticos da história, o filme foi fruto de seis anos de trabalho do cineasta chileno e resultou em quase cinco horas de duração, divididas em três partes.

oposição comandada pela DC foi impulsionada pela aprovação das suas propostas de emendas constitucionais que regularizavam as expropriações. Protestos cada vez mais violentos ganhavam as ruas. Allende decretou estado de emergência nas cidades de Santiago e Concepción e para tentar acalmar os ânimos, aprovou, em outubro de 1972, a Lei de Controle de Armas, com o objetivo de impedir a formação de grupos armados civis. O MIR, que nunca foi membro efetivo da coalizão da UP, mas sempre apoiou o governo, rompeu com Allende. A Izquierda Radical também deixou a coligação do governo. As bases de sustentação do governo foram se diluindo. A oposição se fortaleceu e as críticas ao governo se intensificaram.

Após a greve do setor de transportes, trabalhadores de diversos segmentos produtivos também entraram em greve. A oposição conseguiu de fato paralisar a economia. Devido à inflação e à escassez de alimentos, imensas filas se formavam para conseguir comprar alimentos que chegavam em quantidade cada vez menor. A especulação, por sua vez, fortaleceu o mercado negro, no qual era possível encontrar os mais variados gêneros alimentícios. A formação de gabinetes civis-militares foi, nesse sentido, a solução encontrada para pôr fim às greves e tentar conter a oposição. Além disso, a estratégia era garantir o apoio dos militares e, a partir desse momento, estes começaram a se aproximar do cenário político.

Ao final de 1972, Allende dispunha de poucos recursos para continuar sua estratégia de governo. Os conflitos políticos não foram resolvidos e voltariam em cena no ano seguinte. Os idos de 1973 foi um ano conturbado. O crescente descontentamento militar se fez evidente em junho, quando houve uma rebelião no Segundo Regimento Blindado. O General Prats conseguiu pôr fim ao motim, mobilizando as forças disponíveis e isolando os rebeldes. A tentativa de golpe ficou conhecida como *Tancazo*. Outros segmentos também se encontravam fora do controle governamental. Os dirigentes dos cordões industriais lideraram, sem o aval do governo e da Central Única dos Trabalhadores (CUT), a expropriação de mais de 350 fábricas. (COLLIER; SATER, 1999, p.303).

A estabilidade buscada por Allende não foi alcançada e mesmo tendo falhado a primeira tentativa de golpe em 1970 para impedir sua posse, o Chile teria seu processo para o socialismo interrompido por um Golpe de Estado. A oposição, fortalecida e composta por integrantes das Forças Armadas, partidos políticos, como a Democracia Cristã – que em um primeiro momento esteve próximo ao governo- o Partido Nacional, o grupo paramilitar *Pátria y Libertad* e com o apoio intenso dos Estados Unidos, conseguiu desestabilizar e derrubar o governo.

As Forças Armadas, com apoio dos Carabineiros, deram o ultimato ao presidente, iniciando em seguida o bombardeio ao Palácio La Moneda na manhã de 11 de setembro de 1973. Após o golpe, uma Junta Militar, composta por 4 representantes das Forças Armadas e dos Carabineiros, pronunciou-se oficialmente como novo governo. Sob a liderança do General Augusto Pinochet, teve início uma intensa campanha repressiva no país. O Congresso foi fechado, os partidos políticos, assim como as organizações representativas de classes, foram colocadas na ilegalidade. As garantias individuais foram suspensas e, com o toque de recolher, o país passou a viver sob clima de constante terror. Era o fim da experiência socialista chilena.

Referências Bibliográficas

AGGIO, Alberto. **Democracia e socialismo: a experiência chilena**. São Paulo: Annablume, 2002.

_____. Experiência chilena e via chilena ao socialismo: um estudo crítico da cultura política da unidade popular no Chile (1970-1973). **História**, São Paulo, n. 11, p. 57-76, 1992.

ALTAMIRANO, Carlos. **A dialética de uma derrota: Chile 1970-1973**. São Paulo: Brasiliense, 1977.

BITAR, Sergio. **Chile (1970-1973): asumir la historia para construir el futuro**. Santiago: Pehúen, 1995.

COLLIER, Simon; SATER, William. **História de Chile (1808-1994)**. Madri: Cambridge University Press, 1999.

CARLOS, Newton; FREITAS, Galeano de; VETTORI, Márcia. **Chile com Allende: para onde vai?** Rio de Janeiro: Edições Gernasa, 1970.

CORVALÁN, Luis. **El gobierno de Salvador Allende**. Santiago: LOM, 2003.

FLORES, Alberto Baeza. **Radiografía política de Chile**. México: Costa-Amic Editor, 1972.

PAVÓN, Héctor. **El 11 de septiembre... de 1973**. Buenos Aires: Libros Del Zorzal, 2003.

Documentário

A Batalha do Chile (*La Batalla de Chile*). Direção: Patricio Guzmán. Distribuição: Videofilmes. Cuba/Chile/França/Venezuela, 1975, 1977 e 1979. Duração: 272 minutos, preto e branco, legendado.

O ENSINO DE HISTÓRIA, TECNOLOGIA E MÉTODO

Chirley Gomes de Alcântara Rocha¹
Osvaldo Mariotto Cerezer²

No pós-guerra, com o desenvolvimento do capitalismo, não só as atividades, mas também o espaço e, principalmente, a história começaram a se modificar, daí a necessidade de ampliação da ciência para explicar essas transformações.

A história passou por várias mudanças. O seu ensino, que era firmado em um método tecnicista, também experimentou mudanças consideráveis, cruzando com outros campos do saber, até chegar aos dias atuais. Contudo, o ensino de história continua sendo criticado por possuir em suas propostas curriculares e, conseqüentemente, nas escolas, a mesma forma de ensino de anos atrás.

É nesse sentido que a formação de professores é a melhor maneira de melhorarmos a educação no Brasil. E é investindo em capacitação para os profissionais que melhoraremos a qualidade do ensino brasileiro.

Considerando a Lei de Diretrizes e Bases em seu capítulo II da Educação Básica, Seção IV do Ensino Médio, Artigo 36 sobre o currículo do Ensino Médio, em seu inciso II reza: “adotará metodologias de ensino e de avaliação que estimulem a iniciativa dos estudantes” e em seu parágrafo I enfatiza que os conteúdos e metodologias devem propiciar o aprendizado que, ao concluírem, os alunos estejam aptos para interagirem com os princípios científicos e tecnológicos; ter conhecimento e domínio dos usos atuais de linguagem, de sociologia e filosofia necessárias ao exercício da cidadania.

Ora, para que os alunos saiam do Ensino Médio aptos ao que foi dito acima, o professor tem de estar apto também para transmitir, interagir e mediar esse conhecimento para o aluno. O profissional terá que levar em conta as idiossincrasias de cada um, o conhecimento cognitivo e afetivo, para que ocorra o que Thaís Fonseca chama de “transposição didática”, ou seja, a interação entre professor, aluno, conhecimento adquirido e as vivências dos indivíduos envolvidos no processo ensino-aprendizagem.

O professor Flávio Antonio Barbosa Moreira, em **O campo do currículo no Brasil: os anos noventa**, afirma que há pouco interesse na formação de professores;

¹ Licenciada em História pela Universidade do Estado de Mato Grosso – UNEMAT Campus de Cáceres.

² Prof. MSc. do Departamento de História da Universidade do Estado de Mato Grosso – UNEMAT.

assim sendo, torna-se minúsculo o dedicar-se à elaboração de currículos e, como consequência, o ensino fica deficitário.

Maria Auxiliadora Schmidt (1998) afirma que as discussões sobre a formação do professor de história e o cotidiano da sala de aula já ocorrem há uma década e fazem parte destas a modernização dos currículos e a qualificação e atualização dos professores de história.

Em uma análise comparativa do ensino com outros países, perceberemos que no Brasil muito se fala e pouco se faz em relação ao assunto. Admite-se “a necessidade de formação profissional docente desde a Educação fundamental até a formação peculiar para o magistério do nível superior” (NETO, 2002, p.9), reconhecendo ser essa a melhor forma de qualificação e construção do perfil do professor. A discussão alcança a ordem de formação específica e continuada e em se tratando de Ensino de História, tais medidas resultariam em um ensino de qualidade capaz de desenvolver uma educação transformadora, considerando que, sem método, é quase impossível a resolução das dificuldades que envolvem as aulas de História.

Nesse contexto, o trabalho pedagógico requer redobrado empenho para a construção de uma identidade social e de uma independência intelectual capacitada para a formulação de uma metodologia conveniente e que alcance as várias faixas etárias e leve em conta as condições histórico-sociais e ideológicas dos alunos, pois “ensinar requer bem mais o que muitos supõem. [...] Requer grande habilidade. Os professores devem levar os alunos a pensar (WHITE, 1900, p.153-154)”. E continua: “[...] Por isso cada professor deve esforçar-se por possuir crescente conhecimento, [...] precisam aprender constantemente (WHITE, 1900, p.434).

Ou seja, a graduação é apenas o início desse processo preparatório do profissional da educação. Os cursos de formação continuada oportunizam aos profissionais da Educação o momento propício para essa qualificação docente.

Para Tardif (2002), os saberes dos professores não se resumem apenas ao conhecimento acadêmico, mas provêm de outras fontes “exteriores”, como família, da escola que o formou, da sua cultura pessoal, enfim,

O desenvolvimento desse saber profissional é associado tanto às fontes e lugares quanto aos seus momentos e fases de construção. [...] Boa parte do que os professores sabem sobre o ensino provém de sua própria história de vida, principalmente de sua socialização enquanto alunos. (p.68).

Schmidt (1998, p.56) nos adverte, ainda, de que “cada aula é uma aula”³ e a relação pedagógica, então, necessita que seja de forma interagida, plural. Além disso, o fazer histórico e o fazer pedagógico devem ser enfrentados pelos educadores em sala de aula como um desafio, pois é aí que se trava o embate, é nesse recinto que se devem concretizar de maneira bem articulada os saberes.

Em face do avanço tecnológico, é proveitoso ao professor transpor conhecimentos “científicos” de forma acessível à compreensão dos alunos, interagindo com eles, para que a explicação histórica perca o “mofo e o amarelecido” e adquira o “cheiro bom do fresco” (ibidem, p.54)⁴, e não cristalice na mente dos aprendizes como algo enfadonho, deixando-os apáticos à história:

Nesse sentido, ser professor pressupõe mais do que o domínio dos conhecimentos específicos em torno dos quais deverá agir, (...) é ainda exercer mediação coordenadora das relações, na construção de uma solidariedade social de conquista conjunta de conhecimento e percepção da realidade. (Revista Formação 2002, p.7).

Segundo o filósofo alemão Friederich Nietzsche⁵, uma boa educação deveria contemplar uma formação em que o estudante pudesse ter, além do conhecimento técnico, uma ampla formação filosófica e cultural, no intuito de desenvolver apurado senso crítico diante do mundo. De acordo com De la Roca, “Nietzsche entende que a educação tem de levar ao desenvolvimento harmonioso de todas as capacidades do indivíduo”.

Assim, buscando tornar o estudante culto por intermédio da reflexão, combater-se-ia a tendência de tornar o estudante de todos os níveis um mero especialista, dotado apenas de habilidades técnicas, utilitaristas, resultado de uma formação uniformizadora que cerceia a criatividade (SCHMIDT, 1998)⁶. Segundo Schmidt (1998), o sistema educacional tem utilizado as tecnologias de maneira contraditória, pois, por um lado, tenta neutralizá-las, mas, por outro, utiliza-se dessas tecnologias para preencher ausências de professores ou para tornar as aulas menos enfadonhas. A referida autora nos orienta que é preciso valer-se das novas tecnologias como forma de melhorar o ensino em qualquer esfera e, para tanto, é preciso enfrentar os desafios que a educação

⁵ Friedrich Wilhelm Nietzsche (1844-1900)

⁶ Este parágrafo foi elaborado tendo como base a leitura da obra “**Nietzsche educador**” da historiadora Rosa Maria Dias publicado pela Editora Scipione em 1991.

nos impõe. Assim, convém o professor oferecer um leque de percursos possíveis, na verdade, procurar mecanismos que estimulem o aluno a um trabalho de colaboração, co-criação do conhecimento.

Nessa incessante busca por uma educação de qualidade, temos que levar em consideração a questão da cibercultura, que, segundo Pierre Lévy (1999), está posta e não temos como fugir desta realidade. Lévy nos orienta que dado o fluxo de conhecimento advindo dos meios de comunicação em massa, isto é, a *Internet* e outros similares, como: “Listas de Discussão, E-mail, Bases de dados bibliográficos, conversação On-line, WWW e Home-Page” (FERREIRA) surgem várias formas de ensinar e aprender. Nesse sentido, a função do professor não será mais o de propagador de conhecimentos, mas sim, o de “animador da inteligência coletiva” (p.158) dos educandos e disso procederá automaticamente em estímulos e troca de conhecimentos entre alunos e professores, tal qual entre os próprios alunos.

Inserir o computador como ferramenta pedagógica no processo de ensino-aprendizagem se tornou interessante por se tratar da busca da construção do seu próprio conhecimento histórico por meio da informática, mudando os horizontes do ensino. Contudo,

A relação que há entre o professor e a máquina é muito variada ainda. Há professores que não se arriscam a mudar de metodologia e encarar a máquina como um auxílio, por medo de [...] não conseguir lidar com a nova ferramenta. Já outros ficam entusiasmados com o pensamento de que usando a máquina não necessitarão mais conhecer o conteúdo, mas que o computador fará todo o serviço. Pensamento errôneo, pois a máquina nada faz sozinha nem tampouco substituirá o material humano, ou seja, o professor na tarefa de ensinar. Apenas se presta como auxílio para uma relação interativo-construtiva entre o que ensina e aquele que aprende. (GOMES, 2007, p.14)

Partindo do pressuposto de que a educação é “um processo de desenvolvimento da capacidade física, intelectual e moral do ser humano” (FERREIRA, 2001, p.272), faz-se mister uma atitude coerente às necessidades da sociedade. Para Nietzsche, educar consiste numa experiência única em que as potências originais do indivíduo são acordadas, são convocadas. Nesse sentido, a formação dos profissionais da Educação e Professores se torna uma necessidade urgente.

Pensarmos a formação do professor como um projeto único, englobado a formação inicial e continuada, envolve um duplo processo, sendo este o de autoformação. Esta se dá a partir da reelaboração constante dos saberes que são realizados em sua prática e confronta suas experiências nos contextos escolares, haja

vista que é no ambiente escolar que se propiciará um espaço de pesquisa por excelência. É esse espaço um local de produção de conhecimento. E a sala de aula, por sua vez, segundo Cerezer (2007, p.30),

Precisa ser concebida não como um simples espaço de ensinar e aprender, mas como lócus privilegiado onde atuam as mais diferentes valorações que passam a atuar na constituição de novos pensamentos, significados, valores, saberes e competências em todos os envolvidos nesse ambiente.

Portanto, “todo saber implica num processo de aprendizagem e de formação” (TARDIF, 2002, p.35); para tanto, os saberes renovados sofrem constante atualização, para aperfeiçoamento da formação profissional, preparando um todo adequado para a melhoria educacional. Assim, o agente da educação competentemente formado atua como articulador dos saberes na produção de conhecimentos tão eficazmente e primordial quanto é a pesquisa científica.

Como observou Ferreira (1999, p.26), vários trabalhos se têm realizado em História, no intuito de construir conhecimento; vários temas históricos são estudados e pesquisados, todavia, o ensino de História fica à margem. Ferreira menciona que dos 3.248 artigos produzidos em quase cinco décadas de pesquisas, apenas 11 são dedicados ao ensino de História, ou seja, 0,33% dos trabalhos buscam o aprimoramento para uma educação de qualidade.

A professora Thais Nívea de Lima e Fonseca, a partir das pesquisas realizadas na área do ensino de História, tendo por base a historiografia do ensino de História no Brasil, afirma que até meados dos anos 1980, a temática dos trabalhos realizados neste campo não abrangia a formação docente. (FONSECA, 2007).

Até 2001, nota-se que as mudanças experimentadas no ensino de História sugerem novas temáticas para discussão, nesse sentido, acrescem-se aos temas já discutidos em seminários anteriores outros direcionados à pesquisa e à formação profissional, dentre os quais a formação de professores (ibidem, p. 16).

Embora tenha havido mudanças e o ensino de História tenha progredido em muitos sentidos, como, por exemplo, na formação profissional complementar ou continuada, todavia deixa a desejar a pesquisa histórica e sua aplicabilidade em sala de aula.

Foi possível essa constatação durante o estágio de observação, no ano de 2007, ao ouvir das crianças de 5ª série de uma escola pública “não gosto de história”. E por

que não? Responderam: “ah é chato”. Tais palavras proferidas por crianças ainda em início de uma formação escolar despertaram em mim o interesse para uma pesquisa em descobrir se tais inquietações partiam também de outros alunos que partilhavam de situações escolares como aqueles.

A experiência obtida nos períodos de estágio, tanto em observação como em regência, permitiu-me uma análise comportamental do aluno e do professor no processo de ensino aprendizagem. Contudo, ao entrar em contato com os alunos do Ensino Médio como pesquisadora, pude perceber o desejo explícito, em cada rostinho, de expressar, talvez em momento único, aquilo que gostariam de dizer em alta voz.

Dentre os entrevistados, por meio de questionário pré-elaborado, em sua maioria explicitaram gostarem da disciplina de História por se tratar de uma História do passado e, por conseguinte, oferecer conhecimento de povos e culturas os quais não puderam presenciar. Outros disseram não gostarem exatamente por se tratar de uma história do passado, *que não tem nada haver com o presente*.

Nessas declarações está implícita a prática pedagógica desenvolvida pelo professor que ao apresentar o conteúdo à classe, conserva a ideia de uma História do passado sem fazer uma conexão com o presente, oportunizando ao aluno desprender-se de ideias pré-fixadas e construir um pensamento lógico e crítico sobre a História. A “História é uma construção” [...] “podemos dizer então que a História não é o passado, mas um olhar dirigido ao passado” (BORGES, 1993, p.45). Se a História não é passado, o seu ensino também não o pode ser, mas, como diz Borges, “é uma construção”, e como tal deve ser apresentada. É a partir de fontes, documentos, com ideias e com imaginação que o ensino de História ganha vivacidade e se faz aprazível e de melhor compreensão. Outros gostam da disciplina porque possibilita conhecer o Brasil, o Mato Grosso e civilizações antigas como Grécia e outras.

Quanto à metodologia do professor, alguns disseram que preferem uma aula mais dinâmica e interativa, em que os alunos também possam falar e não apenas o professor, já que esse tipo de aula torna-a enfadonha e “dá sono”:

Não gosto quando nas aulas o professor, somente ele fala duas aulas seguidas. Gosto quando é proposto aos alunos para fazer pesquisas, pois assim quem está interessado em aprender, enriquece cada vez mais seus conhecimentos, sendo este tipo de atividade mais atraente, na minha opinião deveria haver mais pesquisa, deveriam ser usados recursos como vídeo, T.V. etc, para não deixar a aula tão cansativa. (estudante do 3º ano Ensino Médio).

O que deveria ser mudado é interagir mais nas aulas, e mudar a rotina. Gostaria que mudasse a atitude do professor para ser mais espontâneo. Aulas mais dinâmicas. (Estudantes do 2º e 3º ano Ensino Médio).

É interessante observar que a questão metodológica vem preocupando educadores em todas as áreas do conhecimento humano. Na primeira metade do século XX, Ellen Gould White ⁷ percebia essa questão como parte fundamental para que o ensino aprendizagem se pudesse concretizar com prazer e melhor aproveitamento, proporcionando crescimento aos aprendizes:

A sala de aulas não é lugar para trabalho superficial. Nenhum professor que esteja satisfeito com um saber superficial atingirá um elevado grau de eficiência. A utilidade do professor não depende, porém, tanto das aquisições intelectuais que possua, como da norma que ele tenha por objetivo. (1913, p.196).

Ao perguntar sobre os recursos utilizados em sala de aula, a resposta obtida foi:

Na minha opinião a professora não traz para nós nenhum recurso. Deveria ser mudado muitas coisas.

O que não gosto, é a falta de argumento da professora **que insiste** em nos apresentar apenas o que está no livro. [grifos nossos].

“O livro e a inteligência dela”. (Estudante do 1º ano Ensino Médio).

A professora usa apenas o livro e a inteligência dela, mas a falta de argumento é o que enfada as aulas de História; logo, falta à professora informação/formação que satisfaça as expectativas dos alunos para um aprendizado melhor.

A relação forma/conteúdo, ou a sua união harmônica, tem sido o núcleo das atenções para a direção do ensino/aprendizagem. Nesse sentido, Candau (2005) nos convida a olharmos mais criticamente e ressalta que todas as correntes pedagógicas seguem uma visão formalista de ensino. Estas se fecham em um único meio e o qualifica como estruturante do método didático.

Como a didática vê essa questão? Podemos fazer uma reflexão em Rosseau até Piaget, que afirmam ter sido a produção de conhecimento, a forma como se aprende e os níveis de aprendizado de grande contribuição para melhor entendermos essas técnicas.

⁷ Educadora Cristã (1827-1915).

Em se tratando de método, não posso deixar de mencionar Sócrates, o fundador da filosofia humanista e criador da Maiêutica. Método de reflexão que consistia em multiplicar as perguntas para obter a partir da indução de casos particulares um conceito geral do objeto, por isso mesmo seu método ficou conhecido como “parto das ideias”. Sócrates reflete bem o desejo de um aluno que expressa ser essa metodologia bem apreciada caso fosse praticada.

À pergunta: Quais os recursos que o professor de história utiliza em sala? Em sua opinião, o que deveria ser mudado? É dito:

Deveriam fazer mais perguntas aos alunos, dar o máximo de explicações possíveis, etc. (estudante do 1º ano Ensino Médio).

No ensino de História vem a ser bem vindo o método praticado por Sócrates, uma vez que ao se questionar o aluno, força-o a buscar, pesquisar, problematizar até chegar à resposta desejada, sem, contudo, recebê-la do professor. Nesse aspecto, o professor exerce a sua verdadeira função, a de orientador, auxiliador na construção do saber, tornando a aula mais dinâmica, afugentando o sono, proporcionando aprendizado. Nessa direção, afirma Ribeiro (2007, p.108):

Os conteúdos podem ser excelentes, democráticos, revolucionários, críticos e tolerantes como hoje anseia o mundo da pós-modernidade, mas se não chegarem aos alunos, então todo o significado se perde. Para que a recepção possa ser bem sucedida, o conhecimento deve ser minimamente atrativo, cabendo ao professor essa tarefa hercúlea.

Foi possível notar ainda o desejo que os alunos têm de ampliarem os seus conhecimentos por meio de aulas práticas. Sair da mesmice dos livros didáticos e exercícios pré-elaborados apresentados nos manuais escolares. Estar em contato com documentos históricos, fontes arqueológicas ou históricas, empreenderem viagens a lugares históricos e construir o seu potencial cognitivo na prática, ao vivo e em cores. Ainda sobre a pergunta acima, obtêm-se as seguintes respostas:

Poderíamos procurar novos recursos, visitar propriedades e lugares históricos [...]. Eu acho que deveria sair visitar museus fazer pesquisa. (Estudantes do 1º ano do E.M.).

Meu professor usa seminários, trabalhos e redações, mas gostaria que fizéssemos mais passeios a lugares históricos. A História é teoria pura. Acho que de vez em quando sair da rotina do livro é bom. (Estudantes do 2º ano E.M.).

O que deveria ser mudado que os professores levassem alunos para conhecer o centro cultural e pesquisa em campo.
O que deveria ser mudado é interagir mais nas aulas e mudar a rotina; menos aulas teóricas. (Estudantes do 3º ano E.M.).

O anseio dos alunos vem a calhar com o pensamento dos grandes filósofos como Nietzsche e Edgar Morin. Eles enfatizam que a educação escolar deve ser preparatória para a vida prática, conhecimento que traga crescimento e independência intelectual. De acordo com Morin, “instigar a curiosidade é a melhor forma de despertá-la para o saber” (2003, p.20). Instigar é também a proposta de Sócrates, como já vimos anteriormente. Portanto, desenvolver essa prática torna-se vital para que a educação básica escolar se faça a contento de uma juventude sedenta de saber e de uma sociedade capitalista que exige cada vez mais de seus concorrentes ao mercado de trabalho.

Curioso é que há, por parte dos alunos, o desejo de mudança, de serem despertados para a pesquisa e, contudo, não apreciam a prática de seminários utilizada com frequência pelos professores, prática essa que exige pesquisa e, conseqüentemente, leitura. Eis aqui o fator de desgosto pelas apresentações em seminários. A questão então é: Como exercitar a pesquisa histórica para a produção do conhecimento em alunos que não gostam de ler? Como desenvolver o senso crítico em alunos que rejeitam a prática da leitura, sem a qual não há progresso intelectual? Foi essa preocupação que levou professores de História a desenvolver métodos que proporcionassem mais satisfação durante suas aulas. Estamos falando da inserção digital na educação escolar.

Realmente, o século XX chega trazendo novidades. A tecnologia da informação e informatização é realmente algo que em comparação ao século XIX, quando na Inglaterra ocorreu a Revolução Industrial, podemos chamar de a segunda revolução industrial, agora não mais sobre modos de produção, mas tecnológica.

Com o mundo assim informatizado, a educação não poderia ser retrógrada. A informatização deve ocupar não apenas as atividades burocráticas da instituição escolar, mas a educação em si: “O intuito de se utilizar o computador é de se enriquecer o ambiente de ensino, fazendo da máquina uma ferramenta na construção do conhecimento” (GOMES, 2007, p.14).

Experiências realizadas com o uso do computador em sala de aula em vários estados do País, conforme mostra o caderno especial da Revista Nova Escola, de setembro de 2006, tem demonstrado que as crianças aprendem, desenvolvem-se e

acentuam a curiosidade a partir de jogos, alfabetização com o teclado, pesquisas e até criação e montagem de slides sobre determinada temática.

“O papel do professor, portanto, é dar um sentido ao uso da tecnologia, produzir conhecimento com base em um labirinto de possibilidades” (MENEZES, 2006, p.31). Além disso, “trabalhar com a informática possibilita compartilhar conhecimentos com crianças e jovens de outras localidades. Estimula o raciocínio lógico e [...] facilita atividades de pesquisa” (ibidem). Portanto, assim como os currículos escolares já contêm as disciplinas de inglês e/ou espanhol, é interessante pensar, de forma urgente, em quão proveitoso seria se fosse inserida também a disciplina de iniciação à informática, uma vez que os alunos das escolas públicas já desfrutam do sistema de computadores no ambiente escolar para o uso e exploração do conhecimento.

A Escola Estadual Onze de Março em Cáceres, Mato Grosso, já contempla um laboratório de informática. Nessa Escola, ao proceder a aplicação do questionário aos alunos, as respostas em relação à pergunta sobre a influência dos recursos tecnológicos como TV, Vídeo, Computadores e Internet no aprendizado, a maioria dos alunos respondeu positivamente quanto aos benefícios destes na apreensão do conhecimento. Consideremos alguns pareceres como resposta à pergunta:

Precisamos de várias fontes de estudos para definir determinado assunto. Pesquisa em internet, filmes e outros somam conteúdo ao aprendizado. Sim porque além de ajudar, ainda incentiva mais. Faz com que os alunos interessem mais pela matéria. podemos pesquisar ou ficar informado sobre coisas que não podemos encontrar em um livro. (Estudante do 2º ano do E.M.).

O uso das tecnologias computacionais para o ensino de História desperta nos alunos o interesse pelas aulas, estimulando-os na busca por conhecimento e consequentemente, a um aprendizado com qualidade. Os livros, fiéis companheiros para todo tempo e todos os níveis, trazem em si conteúdo restrito sobre determinado assunto; com o uso da internet, isso amplia consideravelmente:

Temos que sair da rotina dos livros e um autor só; devemos ir além. (estudante do 1º ano do E.M.).

Utilizando esses recursos as aulas não ficam tão cansativas, além de nos trazer mais conhecimento além do que é explicado em sala de aula. Assistindo filmes nós aprendemos muito mais, pois vemos os acontecimentos, serve para que compreendamos melhor as explicações. (Estudante do 3º ano do E.M.).

Sair da rotina, ampliar conhecimentos, ir além é também o desejo registrado nesse depoimento. Contudo, há alguns que não veem esses recursos tecnológicos em grau de virtude para que se possa deles fazer uso para galgar melhores conhecimentos. É o que vemos nestes registros:

Não sei se ajuda por que já está tudo pronto e acha que sabe. não é muito bom. Porque se o professor passa um trabalho é só ir lá que tá tudo pronto. (estudante do 2º ano E.M.).

Sim e ao mesmo tempo não, claro que quando temos computador com acesso a internet é mais prático e rápido, pois ajuda em consideração ao tempo. Mas não sou muito a favor por que nos distancia dos livros, expressões e conteúdos verídicos e reais contados e a todos através dos livros. (estudante do 1º ano do E.M.).

De fato, as observações apontadas por esses alunos merecem cautelosa atenção, visto que o pouco hábito de leitura e o conforto de encontrar um trabalho pronto levam, certamente, os alunos à acomodação de apresentarem um trabalho ao estilo Ctrl-C/Ctrl-V, como bem observou este aluno:

Podem até ajudar. Mas só que quando você vai procurar na internet a gente só escreve o que viu, e não tem capacidade de ler, na verdade o que aconteceu. (Estudante do 2º ano do E.M.).

Isso não significa, porém, que não seja oportuno e proveitoso o uso de tais tecnologias. O que deve ser feito, portanto, é uma orientação condizente à necessidade do aluno, de modo que ele se sinta sempre mais estimulado à pesquisa e responsável pelo desenvolvimento de seu trabalho, capacitando-o, através do senso crítico, a transformar os conhecimentos obtidos por meio da rede mundial em conhecimento prático.

Outro importante comentário está relacionado à fala do estudante do 1º ano ao destacar seu descontentamento ao uso da internet, pois esta causaria o distanciamento dos livros que apresentam “conteúdos verídicos e reais”. Como diz Vavy Pacheco Borges (1993, p.45), “a história é uma construção” e, portanto, uma interpretação de fatos que se ajustam ao critério de cada pesquisador/historiador.

Percebe-se nitidamente o pensamento tradicional ligado à fala desse aluno, em que somente o “livro” teria a possibilidade de informar o “real”. Sabemos que jamais alcançaremos a verdadeira história, pois a historiografia reflete e reage ao interesse de

seu propagador, como dito por Vavy Pacheco, e o que vem até nossos dias são apenas fragmentos de história, que narradas do presente, por vezes, distorcem o passado.

No mais, o professor especialista em História da leitura, Roger Chartier, protesta salientando que “os livros resistirão às tecnologias digitais”. Nesse sentido, a internet tão somente servirá de suporte para a leitura ainda mais ampla. Diz o professor em entrevista cedida à Revista Nova Escola do mês de Agosto de 2007:

A pergunta que devemos fazer é: o que é um texto? O que é um livro? A tecnologia reforça a possibilidade de acesso ao texto literário, mas também faz com que seja difícil apreender sua totalidade, [...] é função da escola e dos meios de comunicação manter o conceito do que é uma criação intelectual e valorizar os dois modos de leitura, o digital e o papel. É essencial fazer essa ponte nos dias de hoje. (p.26).

Segundo Chartier, a rede mundial de comunicação amplia em larga escala e de forma plural a leitura de textos que antes de estarem na telinha, estão nos livros. Contudo, é necessário critério, pois “uma informação histórica publicada num livro de uma editora respeitada tem mais chance de estar correta do que uma que saiu numa revista ou num site” (ibidem, p.26). Assim sendo, deve o professor pesquisar antecipadamente os sites, preparando as aulas de modo que ao distribuir as atividades aos alunos, estes tenham em mãos mais seguros endereços eletrônicos para a pesquisa. No contexto da busca e sede de saber sempre mais apresentado pelos alunos é que as escolas montam o seu laboratório de informática. Aquelas que já o possuem, os alunos deles usufruem regularmente para execução de pesquisas e trabalhos. O que vemos ainda é, como já citado, o despreparo de professores que ainda não se sentem à vontade para com a máquina:

[...] Percebe-se que a grande maioria ainda se reveste de um aspecto puramente tecnicista, mostrando que existe um longo caminho teórico ainda a ser percorrido entre o acesso físico ao recurso tecnológico, a competência para a busca de informações na rede e a elaboração do saber. (PAIS, 2005, p.53).

Nesse caso é preciso entender a didática não como um conjunto normativo de técnicas absolutas e regras, mas flexibilizá-la de modo a afluir “aspectos teóricos e práticos” (Ibidem, p. 52). Ou seja, a prática docente exige que o professor associe os recursos tecnológicos e os saberes, acadêmicos ou pedagógicos, que, combinados, construirão o conhecimento.

Urge nesse caso a premente necessidade de uma formação capacitada para que tais professores possam seguramente trabalhar com os seus alunos de forma interativa. É o caso da Escola Estadual Natalino Ferreira Mendes e União e Força, no município de Cáceres: “Temos o laboratório”, no entanto, “o que falta são professores capacitados para operar as máquinas com o programa Linux”, explica a professora Rosilaine, coordenadora da Escola.

Para atender essas necessidades, o CEFAPRO, Centro de Formação e Atualização dos Profissionais da Educação Básica, órgão extensivo da SEDUC, visa ao aperfeiçoamento dos profissionais da educação. Nessa direção, têm oferecido cursos de formação continuada em computação.

Conhecendo a necessidade de dinamizar as aulas de História, o professor Carmelito Alcinha, da Escola Onze de Março, já realiza um trabalho que tem despertado o interesse nos alunos. Estes são orientados pelo professor, recebem os sites de pesquisa e, a partir de então, em grupos de até três pessoas para cada máquina, ampliam o tema sugerido. Segundo Alcinha, os resultados dessa prática são surpreendentes, pois torna os aprendizes mais participativos na busca e na produção do conhecimento histórico.

Importa dizer ainda que todas essas técnicas, que podemos chamar de práticas pedagógicas, exigem coordenação e orientação para que os educandos não se tornem relapsos e se enveredem pelos caminhos do lazer virtual.

Portanto, ao longo da trajetória do ensino de História no Brasil, são notórias as várias mudanças ocorridas no mesmo. Talvez estejamos no âmago de todas elas. A história mudou e chegamos ao auge do conhecimento em que se faz praticamente por si, como quer, quando quer. A educação escolar, nesse sentido, depara-se com um grande desafio: despertar os alunos para um desejo de aprender e encontrar no ambiente escolar o lugar de socialização desse aprendizado.

Deste modo, é a formação de professores o meio primordial para que tal desafio possa ser encarado com mais segurança e habilidade, no propósito de atingir o máximo possível o preparo de cidadãos aptos para a independência intelectual e profissional.

Sabendo que num mundo interligado por fios de um mecanismo inteligentemente elaborado para se comunicar e relacionar não poderia também o preparo educacional escolar ficar à margem de tal tecnologia. A partir dessa concepção é que se apresenta uma proposta de trabalho conjunta a esses procedimentos. Tomando como referência

algumas experiências já em andamento é que se enfatiza a possibilidade de ampliar e dinamizar o ensino de História desde as primeiras séries até as finais.

Fontes Orais

ALCUNHA, Carmelito. Entrevista concedida a Chirley Gomes de Alcântara Rocha, Cáceres, MT, 07 jul. 2008.

CAMPOS, Valter Santana de. Entrevista concedida a Chirley Gomes de Alcântara Rocha, Cáceres, MT, 14 jul. 2008.

CARVALHO, Rosilane S. Entrevista concedida a Chirley Gomes de Alcântara Rocha, Cáceres, MT, 16 jul. 2008.

CONTIN, Rita de Cássia. Entrevista concedida a Chirley Gomes de Alcântara Rocha, Cáceres, MT, 15 jul. 2008.

FERREIRA, Eliane M^a Viana da Costa. Entrevista concedida a Chirley Gomes de Alcântara Rocha, Cáceres, MT, 15 jul. 2008.

SILVA, Erasmo Matteus da. Entrevista concedida a Chirley Gomes de Alcântara Rocha, Cáceres, MT 16 jul. 2008.

SILVA, Mauricélia Medeiros. Entrevista concedida a Chirley Gomes de Alcântara Rocha, Cáceres, MT, 07 jul. 2008.

Referências Bibliográficas

BORGES, Vavy Pacheco. **O que é História**. 2.ed. rev. São Paulo: Brasiliense, 1993. (Coleção Primeiros Passos).

BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais História e Geografia**. Brasília, 1997.

CANDAU, Vera Maria. A didática e a relação forma/conteúdo. In: _____. (Org.). **Rumo a uma nova didática**. 16.ed. Petrópolis: Vozes, 2005. p. 29-37.

CEREZER, Osvaldo Mariotto. Estágio supervisionado e formação em História: entre incertezas e possibilidades. In: NAUK, Maria de Jesus; CEREZER, Osvaldo; RIBEIRO, Renilson Rosa (Orgs.). **Ensino de História: trajetórias em movimento Cáceres-MT**: UNEMAT Editora, 2007. p.21-31.

FONSECA, Thaís Nívia de Lima e. **História & ensino de História**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

GOMES, Daniela Dias. **Informática na educação: uma visão construtivista**. 2007. Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso), Departamento de Licenciatura em Computação, Universidade do Estado de Mato Grosso, Alto Araguaia.

FERREIRA, Carlos Augusto Lima. **Ensino de História e a incorporação das novas tecnologias da informação e a comunicação: uma reflexão.** Disponível em: <<http://www.rhr.uepg.br/v4n2/carlos.htm>>. Acesso em: 10.jul.2008.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Mini-dicionário da língua portuguesa.** 5.ed rev. e ampl. Edição Especial para o FNDE/PNLD 2004. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, Rio de Janeiro 2001. p.272.

GENTILE, Paola. Fala mestre: a escola mata a curiosidade. **Nova escola: a revista do professor**, São Paulo, n.168, p. 20-22, dez 2003.

LÉVY, Pierre. **Cibercultura.** São Paulo: Editora 34, 1999.

MENEZES, Débora. Tecnologia ao alcance de todos. **Nova escola: a revista do professor**, São Paulo, n. 195, p. 31-37, set.2006.

MOREIRA, Flávio Antonio Barbosa. O campo do currículo no Brasil: os anos noventa. In: CANDAU, Vera Maria (Org.). **Didática, currículo e saberes escolares.** 2. ed. Rio de Janeiro: DP & A, 2002. p. 35-49.

PAIS, Luiz Carlos. **Educação escolar e as tecnologias da informática.** Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

TARDIF, Maurice. **Saberes docentes e formação profissional.** 4. ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

SCHMIDT, Maria Auxiliadora. A formação do professor e o cotidiano da sala de aula. In: BITTENCOURT, Circe. **O saber Histórico na sala de aula.** 2. ed. São Paulo: Contexto, 1998. p. 54-66.

ZAHAR, Cristina. Fala mestre: os livros resistirão as tecnologias digitais? **Nova escola: a revista do professor**, São Paulo, n.204, p.22-26, ago 2007.

WHITE, Ellen G. **Conselhos para pais, professores e alunos.** 5.ed. São Paulo: Casa Publicadora Brasileira, 1913.

Bibliografia Consultada

BAGNO, Marcos. **Pesquisa na escola: o que é e como se faz.** 5.ed. São Paulo: Loyola, 2000.

CARNEIRO, Moacir Alves. **L.D.B. Fácil.** Petrópolis: Vozes, 1998.

GENTILE, Paola. Fala mestre: a escola mata a curiosidade. **Nova escola: a revista do professor**, São Paulo, n.168, p. 20-22, dez 2003.

_____. **A formação do professor de História no Brasil:** novas diretrizes, velhos problemas. Disponível em: <<http://www.anped.org.br/reuniões/>>. Acesso em: 10.jul.2008.

PAIS, Luiz Carlos. **Educação escolar e as tecnologias da informática.** Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

PIMENTA, Selma G.; LIMA, Maria S.L. Estágio e construção da identidade profissional docente. In: _____. **Estágio e docência.** São Paulo: Cortez, 2004. p. 61-79.

Webgrafia

www.anped.org.br/reuniões/.

www.rhr.uepg.br/v4n2/carlos.htm.>

www.unirio.br/morpheusonline/Maria_Eug%C3%AAnia.htm>

ENTRE O ESCRITÓRIO BAR E O BAR LAGO DAS ROSAS: PALCOS DAS PAIXÕES E ILUSÕES DE PUTAS, SOLDADOS, SERINGUEIROS, MOTORISTAS E SERVIDORES PÚBLICOS NA CIDADE DE CUIABÁ (1950-2003)

Clementino Nogueira Sousa¹

Uma das cenas que mais ganhou visibilidade na cidade Cuiabá², no século XXI, foi às tentativas da Secretaria de meio ambiente municipal e a polícia militar de retirar do “Centro histórico³ da cidade” alguns prostíbulos que colocavam em risco o comércio local, a segurança e fundamentalmente a memória da cidade. Assim, é a partir do fechamento de alguns prostíbulos no centro histórico da cidade de Cuiabá; principalmente o “*Escritório Bar*”, que funcionava na Rua Ricardo Franco que começa a minha trama⁴. A questão que me interessa nesse episódio é pensá-lo como efeito discursivo de uma política de subjetividade produzida pelo Estado e pela mídia que fabrica sujeitos, identidades, subjetividades, memória, história conectado a sociedade de controle (Pelbart; 2003; p.22). Pensar em tramar a história a partir dessas conexões, significa pensá-la enquanto um acontecimento que nos remete para outras possibilidades de leitura

¹ Prof. Do Departamento de História da Universidade do Estado de Mato Grosso – UNEMAT.

² No final da década de 1990, começou a ganhar visibilidade através dos jornais: A gazeta e o Diário de Cuiabá, reportagens sobre a repressão da Secretaria do Meio Ambiente e a Polícia Militar em tentar fechar prostíbulos, no centro histórico da cidade, no bairro do porto e outros espaços da cidade.

³ Em agosto de 2003, houve algumas reportagens dos jornais da capital informando que a Secretária de Meio Ambiente da Prefeitura Municipal de Cuiabá e quando a Polícia Militar do Estado fizeram uma blitz no Centro histórico de Cuiabá, fechando prostíbulos que não tinham licença para funcionar como, entre eles, o “Escritório Bar

⁴ -O processo de tombamento do Centro histórico da cidade de Cuiabá-Mt deu início em 1987 e concluído em 1993. Ver Arruda, Marcia Bonfim- As engrenagens da cidade- Centralidade e poder em Cuiabá-MT na segunda metade do século XX. Dissertação de mestrado defendida em março/2002. no programa de pós graduação da Universidade Federal de Mato Grossos

dessas experiências enquanto um discurso que constitui limite, singularidades, descontinuidades (Foucault; 1995; p.10) a partir do ato subjetivo do historiador em operar com as inversões das evidências (Foucault; 2008; p.51)

São esses postulados de constituir a história da subjetividade a partir da experiência de nós mesmo e não mais a teoria do sujeito que Foucault nos ensina que uma atitude genealógica, começa sempre a partir do presente e que o mais importante numa pesquisa é investir nas conexões (Foucault; 1996: p.15), mesmo que seja em temporalidades diferentes, com objetivo de analisar as formas de subjetivação e das técnicas de si das prostitutas na cidade Cuiabá, que marcaram a cidade através de suas heterotopias espaciais (Foucault; 2001: p.15) Para tanto, elegi duas cenas em temporalidades diferentes: o primeiro ocorreu em 2003, quando a Polícia Militar e a Secretaria de Meio Ambiente, fizeram uma blitz no Centro histórico de Cuiabá, fechando prostíbulos; a segunda cena, o assassinato na porta do Bar Colorido em 01 de junho de 1946, de uma prostituta. É importante salientar que o historiador ao construir a sua narrativa a partir de uma leitura crítica do documento, inventa muito mais o seu objeto em dispersão, do que revela uma verdade (**Durval; 2007: p.153**)

Este artigo, portanto, parte desses dois fatos que explodem em temporalidades históricas diferentes. Assim, o objetivo fundamental não é estabelecer uma narrativa linear entre os dois acontecimentos. Ao contrário, trata-se de produzir outro acontecimento⁵, capaz de provocar rupturas e descontinuidades entre esses dois acontecimentos,⁶ dando visibilidade e dizibilidade às formas de subjetividade produzidas por essas figuras femininas e masculinas que caminharam e caminham pelos garimpos, pelos rios, pelas ruas, pelos becos, pelas travessas e mais travessas. A cada deslocamento, iam desenhando e redesenhando múltiplos espaços, múltiplas máscaras, que não aparecem nas novelas, nos romances, nas obras de arte, mas nos noticiários e nos registros policiais e judiciários.

Cada notícia policial, cada processo de homicídio, tentativa de homicídio, estupro e defloramento ressurgirão como um acontecimento único e singular, carregado de experimentações e desterritorializações, forjadas nas experiências de vida dessas figuras ordinárias que constituíram e constituem, por meio de suas práticas, uma cartografia do desejo na cidade de Cuiabá no período proposto.

Eis, portanto, o desafio para o historiador: como montar uma trama que dê conta dessas proposições e de pensar a história como um acontecimento? Como conectar esses eventos genealogicamente? Como produzir a singularidade dos acontecimentos? Como problematizar as formas de subjetividade e as práticas de si, nesse caso, das figuras feminina e masculina, que caminharam pela cidade de Cuiabá no período que se estendeu de 1946 a 2003? Como operar com esses deslocamentos dos espaços desejantes da cidade de Cuiabá nesse período? O que é uma história da subjetividade? Como operar genealogicamente essa documentação? Como operou a transição do enunciado *prostituta* para o de *garota de programa*? Como explicitar a mudança de designação dos nomes de *Maria Machadão*, *Maria Quatrocentos*, *Maria Peixeira*, *Nega Carabina* e *Márcia Boca Suja* para *Bruna Surfistinha*, *Vanessa*, *Gisele*, *Priscila* e *Samanta*? Por que, em nome de que e para que essas figuras foram, assim, denominadas? Como historicizar essas classificações?

O primeiro passo nessa operação genealógica é historicizar essas afirmações, desconstruir e desnaturalizar essas nominações sobre os corpos que deslizam pelos becos, pelas ruas e pelas avenidas. Aparentemente corpos infames, sem história e sem memória que constituíram, ao longo desses anos e constituem até hoje, um estilo de vida que sempre foi associado à lógica do negativo (RAGO, 1990, p. 243; KEHL, 2003, p.257).

Por outro lado, trata-se de inverter as evidências da lógica do negativo dando positividade a essas formas de subjetivação, cartografando movimentos heterotópicos de criação de outras máscaras dessas figuras verbais que ganham visibilidade e dizibilidade a partir das suas práticas desejantes.

Ao eleger a temática relativa à produção de subjetividade dessas figuras femininas e masculinas aproximo-me da historiografia feminista que me levou a refletir sobre a genealogia de Michel Foucault. Segundo Rago (2006, p.105), a influência de Foucault na epistemologia feminista foi de fundamental importância pela maneira como repensou a história, isto é, a partir das técnicas e das práticas de si que nos possibilitam, hoje, escrever a história de nós mesmos, e não mais produzir a história do sujeito da teoria.

II - Lago das Rosas: palco de encontros e desencontros (década de 1940/1950)

À noite, reinava calma e tranquilidade nesse lugar⁷. No entanto, a partir do momento que dois jovens adentraram ao recinto para comer pão com salame e beber, tudo mudaria. Após comerem, convidaram o proprietário para tomar, juntos, uma bebida: CONHAQUE. A resposta do proprietário do bar foi sarcástica: “[...] que ele não ia tomar bebida de pobre”⁸. Tal ironia acabou provocando uma briga entre o proprietário e alguns clientes presentes. No entanto, um detalhe me chamou atenção: foi o interrogatório de Waldemar, que revelou alguns detalhes importantes:

[...] que no fundo do mesmo existe um salão que o depoente alugou para a prostituta Brasília do Nascimento por dois mil cruzeiros e que ali explora prostituição; que andando para esse salão existe aproximadamente onze quartos, todos ocupados por meretrizes, todas pagando aluguel a Brasília⁹.

Esse bar era denominado de *Lago das Rosas*¹⁰: na primeira sala, tem um balcão para servir bebida aos frequentadores; mais adiante, existe um salão para os encontros com as prostitutas. Ao fundo, existiam 11 quartos, todos alugados pelas mulheres para seus encontros eventuais. Há uma série de questões que posso explorar nessa documentação, evidentemente, não como um reflexo do real, mas como uma construção discursiva. A idéia, então, é interrogar essas evidências e conectá-las a outros acontecimentos.

A primeira questão que gostaria de trabalhar nesse processo é o silêncio produzido pelas técnicas discursivas presentes nessa construção. Em primeiro lugar, devo marcar que o acontecido foi narrado somente pelas figuras masculinas. As figuras femininas aparecem no relato apenas como peças de decoração do bordel. As referências são “elas se encontravam no salão”¹¹, alugavam os quartos, porém, somente foi citada por Brasilina (responsável pela exploração do bordel). Por que Brasilina não foi convidada a depor? Por que nenhuma delas foi convidada a depor sobre o ocorrido? Talvez a questão seja analisar somente os discursos em sua materialidade e dar visibilidade e desabilidade a todas as formas de controle de discurso presentes nesta construção discursiva. Nesse sentido, as reflexões de Foucault sobre as condições de produção de discurso: quem determina quem pode falar? Quem tem direito à fala?

⁷ APMT- Cartório do Sexto Ofício- Sumário Crime - Lesão Corporal, 1952 – caixa-11.

⁸ Ibidem p.10

⁹ Ibidem, p.14.

¹⁰ Bar Lago das Rosas - bordel localizado a partir da década de 1950 na rua 27 de dezembro (Beco do Candieiro) na cidade de Cuiabá-MT.

¹¹ APMT- Cartório do Sexto Ofício - sumário crime - lesão corporal, p.16.

Quem não tem direito à fala e, conseqüentemente, qualifica que sujeito tem direito a pertencer a esta ordem de discurso?

É importante destacar que a maioria dos seus freqüentadores era motoristas, comerciários, mascates, soldados. Personagens que ganharam visibilidade após do levantamento da documentação da década de 1930, 1940 e 1950 foram os motoristas, tendo em vista que, a partir da década de 1920, a cidade começou a receber vários carros e caminhões. Um detalhe: a maioria dos motoristas dirigia caminhão, destacando, assim, que o Lago das Rosas, bem como outros bares, eram o ponto de chegada e o ponto de saída desse grupo social. Desta forma, nas cenas de bordéis aparecem, em maioria, duas figuras: motorista e soldado. Dois personagens imprescindíveis nesse palco da vida.

Ao cruzar esses fatos com outras documentações, emergem duas questões fundamentais: como se operavam as relações nesses bares? Qual a relação com a polícia? Conectando os dois depoimentos de Waldemar Martins, percebe-se uma série de lacunas presentes em seu discurso. No primeiro, ele cita apenas a existência de algumas mulheres no salão; no segundo, ele já revela que aluga o salão e os 11 quartos para uma cafetina¹². Na verdade, o que quero investigar são essas construções discursivas que acabaram produzindo toda uma forma de controle. Ou seja, a polícia estabelecia, por meio de suas práticas, formas de silêncio sobre a exploração da prostituição na cidade, haja vista que tal prática comercial era proibida pelo código penal. Desta forma, emerge dessa leitura genealógica um jogo de relações entre a polícia, o dono do Bar e as prostitutas. Percebiam, então, outro acontecimento discursivo sobre as práticas policiais com a prostituição em Cuiabá.

Maria José dos Santos e suas companheiras saíram de sua casa, na Rua Governador Rondon, em direção ao Bar do Araguari, no Beco do Candeeiro, para jantarem¹³. Entretanto, antes de chegarem ao referido Bar, Maria José dos Santos encontrou-se com alguns membros da patrulha que faziam ronda na zona de baixo meretrício¹⁴. Detalhe: nesse caso específico, de controle da zona de baixo meretrício, sem exagero, era lugar com maior presença policial. Diria, também, que era o lugar mais bem protegido do Estado de Mato Grosso naquele período. Esse aspecto torna-se importante para começar a pensar constituição de determinados espaços, bem como

¹² APMT - Sumário Crime - Lesão Corporal, p.18.

¹³ APMT - Cartório do Sexto Ofício – Sumário Crime - Tentativa de Homicídio, 1950.

¹⁴ Ibidem, p.20.

estudar como, efetivamente, a função policial funcionava nesses espaços desejastes. No caso específico, Maria José dos Santos, que era amante de um dos policiais, sentiu ciúmes de Juvenília, que permitia ser cortejada pelo seu amante e com olhos de fúria e com algumas cervejas na cabeça, ela deu uma facada nas costas da Juvenília.

Será que a relação de Juvenília e de Maria José dos Santos, dona de uma casa de Bordel, com o comandante da patrulha, era, de fato, resultado de uma grande paixão? Pode até ser, mas existe a possibilidade de ser uma estratégia das duas figuras, a fim de estabelecer uma rede proteção.

Seguindo as pegadas dos sujeitos nômades, estas me levaram novamente para o Beco do Candieiro, onde estão localizados alguns bares importantes como o Lago das Rosas, Bar Conquista e o Bar Café Globo, pertencentes ao baixo meretrício da cidade de Cuiabá. Muitas coisas aconteciam nessa rua: vida, morte, traição, ilusão, desilusão, encontros e desencontros. Diria mais ainda: o beco da ilusão representava, no imaginário masculino, o lugar de encontros e sociabilidades das figuras femininas e masculinas da cidade.

Foi nessa rua que algumas pessoas testemunharam Benjamim correndo atrás de Paulina, para tentar esfaqueá-la. Atingira a dama duas vezes, mas conseguira escapar do seu agressor. Assim, o beco era um palco e, a cada instante, apresentava-se uma cena. Entretanto, essa cena que mencionei tem outros desdobramentos que preciso explorar. Por exemplo, Paulina era dona do Bar Café Globo e alugava dois quartos a duas amigas, para exploração da prostituição¹⁵. Além disso, Benjamim fora amante de Paulina alguns anos, mas já havia chegado ao fim.

Apesar de o processo oferecer inúmeras possibilidades de montar uma teatralização da vida, o que me chamou atenção foi o seguinte detalhe: “que nesse momento a declarante viu em cima de uma penteadeira uma lata de fornecida tatu aberta pertencente ao acusado que ali tinha posto¹⁶”. Interessante esse detalhe, uma vez que era comum, conforme a documentação levantada, ter nas casas *Fornecida Tatu*¹⁷. Mais interessante é quando cruzo essas informações com outras documentações e percebo que o suicídio de algumas mulheres teve como causa o uso desse veneno.

¹⁵ Esse espaço – Rua 27 de Dezembro ou Beco do Candieiro – começou ganhar visibilidade de acordo com os processos crimes a partir da década de 1950.

¹⁶ APMT - Sumário crime - lesão corporal, 1950, p.18.

¹⁷ Localizei mais de 15 processos de suicídio; em todos eles, as vítimas utilizaram desse veneno – Fornecida Tatu.

O suicídio sempre é algo que exige explicações racionais como forma de dar conta dessa atitude. Geralmente, explica-se tal atitude pela falta de uma estrutura psicológica ou de uma estrutura social, econômica e até mesmo como fruto do alcoolismo. São esses pilares racionais que a sociedade utiliza para explicar o suicídio. , Nesse caso, objetivo, é não buscar uma explicação racional como causa do ato, mas explorar a documentação para eu possa desconstruir a imagem das prostitutas, tal como constituídas pelo discurso policial e médico. Elas aparecem de forma homogênea nos processos-crimes como uma única figura, igual a todas.

É o caso de Virgília Isaura da Silva¹⁸, que buscou, no suicídio, uma fuga para os seus problemas. Ela trabalhava num bordel, no Beco do Candieiro, cujo dono era um senhor chamado Solano. Consta no relato desse proprietário que, por volta das 15h, algumas mulheres que alugavam o seu bordel estavam festejando, estavam todas alegres. No entanto, havia uma única totalmente triste: era Isaura, que sempre alegava desgosto da vida, aborrecimentos e doença. Por essa razão, saiu do baile por alguns instantes, dirigindo-se ao seu quarto e lá ficou por alguns minutos. Retornou gritando, anunciando que havia tomado fornecido tatu.

Apesar das múltiplas possibilidades que o documento oferece, outro detalhe me chamou muita atenção; foi o fato de o Sr.Solano justificar o suicídio de Isaura em função de um débito de R\$2.280,00, referente à alimentação e moradia, sem acréscimo; são claro, as despesas do funeral¹⁹. Ou seja, a justificativa ancorava-se na falta de perspectiva, por parte da vítima, de pagar a dívida, razão que a teria levado a tomar tal atitude.

É evidente que está presente, nesse tipo de justificativa, toda uma forma de exploração dessas figuras. Porém, tal pista precisa ser mais explorada, como demonstra o relato da Cândida (testemunha): “Virgília costumava falar que estava desgostosa da vida, que devia muito e não conseguia pagar as suas dívidas²⁰”. Outro detalhe destacado pela depoente é que a vítima a chamou de lado, pedindo que ela se apoderasse de seus pertences e pagasse as suas dívidas porque iria embora. Analisando os dois depoimentos, verifico uma série de coincidências, por exemplo: Cândida foi orientada pelo senhor Arcanjo sobre a forma pelo qual deveria proceder na hora do depoimento²¹.

¹⁸ APMT - Cartório do Sexto Ofício – Sumário Crime - Inquérito Policial.

¹⁹ Ibidem, p.11.

²⁰ Ibidem, p.13.

²¹ Ibidem, p.15.

É evidente que ela seguiu fielmente as determinações do proprietário e até inventou uma cena para justificar a dívida. É interessante a forma de exploração que o dono de Bar efetuava com as mulheres que alugavam os seus quartos. O Bordel do senhor Solano funcionava da seguinte maneira: a bebida, ele a oferecia, e os quartos onde elas atendiam seus clientes eram pagos por elas. Não resta dúvida, que elas atendiam seus clientes no mesmo quarto em que dormiam. Outro aspecto importante nesse relato é o esclarecimento do motivo que a levou ao suicídio, isto é, não se tratava da dívida que tinha com o proprietário.

Em suma, são essas experiências de vida e morte dessas prostitutas que compõem esse palco de ilusões, iluminado pelas suas práticas de perambular, pelos garimpos, pelo cinema, pelo circo, pelo parque de diversão e pelos rios e córregos da cidade. Nesse sentido, essas práticas de espaço desenham e redesenham a cidade, constituindo uma cartografia do desejo que emerge entre a paixão, o amor e a morte de homens e mulheres sem rostos, que perambularam pelos lugares não visíveis, afirmando a cada instante o seu estilo de vida.

Por outro lado, a geografia da moral ou a da zona de baixo meretrício ganhou visibilidade pelas técnicas racionais de espaço a partir da demarcação que aconteceu em 1931 e durou até 1967. Esses bordéis foram transferidos para outros bairros e desapareceram, de forma mais visível, no final da década de 1970 e início da década de 1980. Entretanto, a partir do tombamento do centro histórico da cidade de Cuiabá, em 1987, retornou, para centro da cidade, alguns prostíbulos, compondo, assim, um novo cenário, que possibilita compreender essa transição da sociedade disciplinar para a sociedade de controle, com suas ambigüidades, com suas singularidades que são comuns nas capitais.

III- Escritório Bar: palco de novas encenações e novas definições entre o público e o privado na cidade de Cuiabá (década de 1990/2000)

A mídia brasileira vem dando destaque, em suas manchetes, à prostituição nos centros das cidades e a publicações autobiográficas. Destaco daí, dois casos. O primeiro foi noticiado pela mídia cuiabana no dia 23 de agosto de 2003, referente a uma ação da polícia que fechara alguns prostíbulos no centro de histórico da cidade de Cuiabá; o

segundo caso trata da publicação do livro de Bruna Surfistinha²², que atingiu um grande sucesso de vendas ao narrar a sua experiência sexual enquanto garota de programa.

A questão do mercado global do sexo seja tráfico de mulheres, das publicações de experiências sexuais ou da condição atual do centro histórico da cidade de Cuiabá, são efeitos discursivos de uma sociedade de espetáculo que produz formas de subjetividades e separa a noção de tempo e espaço como primeiro sinal de um poder extraterritorial. Essa sociedade, que ora se implanta no século XXI, não é tão diferente daquela que iniciamos o século XX. O que distingue, fundamentalmente, uma da outra, são a forma compulsiva e obsessiva de competitividade e produtividade da sociedade atual. A marca dessa sociedade líquida é o colapso gradual da sociedade, assim como a privatização e a desregulamentação das tarefas e deveres modernizantes do indivíduo. A reflexão de Bauman (2001, p.70) ajuda-me a entender a enunciada garota *de programa*, bem como o efeito-leitor que a obra busca atingir. Assim, diz ele:

O que está em jogo não é simplesmente outra renegociação da fronteira notoriamente móvel entre o privado e o público. O que parece estar em jogo é uma redefinição da esfera pública como um palco em que dramas privados são encenados, publicamente expostos e publicamente assistidos. A definição corrente de "interesse público", promovido pela mídia e amplamente aceita por quase todos os setores da sociedade, é o dever de encenar tais dramas públicos e o direito público de assistir a encenação. As condições sociais que fazem com que tal desenvolvimento não seja surpreendente e apareça como natural devem ficar evidentes as luzes do argumento precedente; mas as consequências desse desenvolvimento ainda não foram inteiramente exploradas. Pode ter maior alcance do que em geral se aceita. (2001, p.73).

Portanto, essa reflexão auxilia-me a desconstruir, desnaturalizar e desestruturar esses dois enunciados: 1) *uma puta, sem esperança, que vira bagaça e acaba fazendo ponto numa calçada ou dependurada num casarão velho*; 2) *Já fiz e vi de tudo nesta vida*. Assim, essas construções discursivas visavam muito mais a consolidar e a sacralizar a memória do baixo meretrício que foi constituída ao longo desses anos e sempre associada à violência, à depravação, à bestialidade do sexo, do gozo irrefreável, dos corpos exalando cervejas e cigarros, reafirmando, assim, a lógica do negativo (RAGO, 1990, p.243, 244). Nega, assim, toda outra possibilidade de vida, de memória e história. Portanto, a nomeação desses espaços não só revela uma tecnologia de gênero que estabelece normas e padrões de comportamento higiênico e

²² SURFISTINHA, Bruna. *O doce veneno do escorpião*: diário de uma garota de programa, 2005.

sexual de uma *trabalhadora do sexo*, como produz um silêncio sobre o mercado do sexo nesse novo momento do capitalismo cultural.

O segundo enunciado - já viu e fez de tudo nesta vida - faz parte de alguns sentidos que constitui a obra *O doce veneno do escorpião: diário de uma garota de programa*. A primeira observação diz respeito à imagem com a qual se confeccionou a capa do livro: cor preta reluzente, contendo, nas últimas páginas, mais ao menos de 30 a 35, um título muito instigante: *As histórias proibidas de Bruna Surfistinha*. A idéia central da utilização dessa cor é a de criar uma expectativa no consumidor de que a personagem revelaria toda a sua intimidade enquanto profissional do sexo.

Minha questão é historicizar a experiência narrada pela personagem da obra, não como a evidência de uma experiência, tampouco como um reflexo do real. Segundo Joan Scott (1999, p.20), a experiência precisa ser problematizada pelo historiador enquanto uma construção discursiva. Portanto, nessa perspectiva, a experiência nunca será a origem da explicação e nem a *reprodução e transmissão de conhecimento do qual se chegou pela experiência*, mas sim, desnaturalizar, desconstruir, desnomear a produção desse conhecimento que produz sujeito para o assujeitamento.

Referências Bibliográficas

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade líquida**. Tradução de Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

KEHL, Maria Rita. As máquinas falantes. In: NOVAES, Adauto (Org.). **O homem máquina: a ciência manipula o corpo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

RAGO, Margareth. **Os prazeres da Noite**: prostituição e códigos da sexualidade feminina em São Paulo, 1890-1930. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1991.

_____. Foucault, a subjetividade e as heterotopias feminista. In: SAVONE, Lucila et al (Orgs.). **O legado de Foucault**. São Paulo: Editora UNESP, 2006.

SCOTT, Joan. Experiência. In: SILVA, Alcione Leite; LAGO; Maria Coelho de Souza; RAMOS, Tânia Regina de Oliveira (Orgs.). **Falas de gênero**. Florianópolis. Ed. Mulheres, 1999.

Bibliografia Consultada

FOUCAULT, Michel. **A hermenêutica do sujeito**. Tradução de Márcio Alves da Fonseca e Salma Muchail. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

_____. **Ética, sexualidade, política.** Tradução de Elisa Monteiro e Inês Autran Dourado Barbosa. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004.

_____. **O que é um autor?** Tradução de Antonio Fernando Cascais e Eduardo Cordeiro. São Paulo: Passagens, 2000.

_____. **O cuidado de si.** Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque. Revisão técnica: José Augusto Guilhaon Albuquerque. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1985.

LAQUEUR, Thomas. **Inventado o sexo:** corpo e gênero dos gregos a Freud. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.

SOUSA, Clementino Nogueira. **Entre a vida e morte no jogo das paixões:** mulheres e homens caminhando pela cidade de Cuiabá no século XIX (1850-1888). , 2001. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal de Mato Grosso-UFMT, Cuiabá.

VOLPATO, Luiza Rios Ricci. **Cativos do sertão:** vida cotidiana e escravidão em Cuiabá. Cuiabá/MT: UFMT. (1850-1890), Ed.UFMT, 1990

Fontes

1- SURFISTINHA, Bruna. **O doce veneno do escorpião.** São Paulo: Panda Book ,2005.

2-Jornal A GAZETA de Cuiabá, 23 de agosto de 2003.

3- APMT. A Gazeta Oficial do Estado de Mato Grosso, 1931.

4- APMT. Cartório do sexto oficia. Sumário crime- tentativa de homicídio. Caixa 08/1957.

A FUNDAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO SOBRE UMA PERSPECTIVA HISTÓRICA

Débora Roberta Borges^{1*}

Vitale J. Neto²

O país passava por significativas transformações no momento da instalação da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT) no ano de 1970. Vigorava no Brasil o regime militar, caracterizado pelo autoritarismo, pela suspensão dos direitos constitucionais, pela perseguição policial e militar, prisão e tortura dos opositores, inclusive censura aos meios de comunicação.

A fundação da Universidade contou com um movimento político em prol da construção da sede em Cuiabá, com a participação de estudantes e da sociedade cuiabana por meio de abaixo-assinado e manifestações, pois a sede Universidade Federal seria instalada em Campo Grande, visto que o Estado de Mato Grosso ainda não era separado. A Universidade originou-se a partir da união entre a Faculdade de Direito – a primeira instituição de ensino superior em Mato Grosso, criada em 1934 – e o Instituto de Ciências e Letras de Cuiabá (ICLC). O ICLC começou a funcionar em 1966, com os cursos de Educação, Economia e Engenharia Civil, juntamente da Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Mato Grosso, com os cursos de Matemática, História Natural, Geografia e Letras.

Em 1972 foi lançado o projeto Aripuanã, que visava à extensão da pesquisa científica da Universidade para a cidade Aripuanã em Mato Grosso. O projeto idealizado pelo alemão Alexandre von Humboldt, ficou conhecido também como cidade científica de Humboldt. Segundo Borges (2006), o projeto tinha como objetivo estudar as especificidades do Estado de Mato Grosso, formar profissionais que atendessem os problemas da região e fazer uma colonização diferente da colonização européia, ou seja, pensando na preservação do meio ambiente. A partir desse contexto, a UFMT passa a ser denominada Universidade da Selva (Uni-Selva).

OBJETIVO

Esse estudo visa a compreender o motivo da instalação da Universidade Federal em um Estado que por muito tempo foi considerado isolado geograficamente dos grandes centros urbanos do país, que a partir daquele momento recebeu um novo olhar do Governo Federal.

A Universidade instalou-se em um ambiente de profundas transformações na sociedade.

¹ Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal de Mato Grosso, graduanda em História.

² Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal de Mato Grosso, prof. Dr. Departamento História.

Cabe a este estudo compreender a fundação da UFMT dentro do cenário nacional, verificar se essa medida pretendia atender o interesse de algum grupo e o significado da implantação da Universidade para a comunidade local.

Nesse momento em diante, o Estado passou a ser visto com outro aspecto diante o Governo Federal. Mas é necessário saber o que impulsionou essa mudança de perspectiva em relação ao Estado de Mato Grosso.

FONTES E METODOLOGIA

O estudo iniciou-se com levantamento bibliográfico em torno das temáticas: golpe militar, segurança nacional, políticas de integração e a história de Mato Grosso. Pretende-se averiguar documentos institucionais sobre a fundação da UFMT no Arquivo Público de Mato Grosso (APMT) e no Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional (NDIHR). Serão realizadas entrevistas com professores que participaram desse momento histórico da fundação.

A história oral é uma metodologia de pesquisa e de construção de fontes que passa a ser utilizada mais frequentemente após a invenção do gravador a fita em meados do século XX, um instrumento de pesquisa nas disciplinas de Ciências Humanas. Utilizado na ausência ou na indisponibilidade de documentos, permite conhecer como a realidade se apresentou naquele momento para o indivíduo e conhecer também experiências e modos de vida diferentes. É relevante considerar que o relato é influenciado a partir das teias de relações sociais e, principalmente, do lugar em que o sujeito entrevistado ocupa na sociedade. A utilização de fontes orais é um relato de como a realidade se apresentou para um determinado indivíduo. Pesavento (2005, p. 41) traz sua relevante contribuição:

As representações são também portadoras do simbólico, ou seja, dizem mais do que aquilo que mostram ou enunciam, carregam sentidos ocultos, que, construídos social e historicamente, se internalizam no inconsciente coletivo e se apresentam como naturais, dispensando reflexão. (PESAVENTO, 2005, p. 41).

Para Alberti (2006), história oral é uma metodologia que trabalha com a memória do entrevistado, que está vinculada à construção da identidade. Um relato está, portanto, carregado de sentimento e opiniões: um mesmo acontecimento pode ser representado de inúmeras perspectivas, não podendo ser usado como um único tipo de fonte; como qualquer outra fonte, a oralidade deve ser discutida e analisada no trabalho.

Para a realização das entrevistas, é necessário entender o conceito de memória, pois quando o sujeito é entrevistado, contribui para pesquisa a partir da sua memória pessoal:

A memória aqui se mobiliza para explorar o que mais a interessa do passado, lembrando que há sempre uma escolha consciente e inconsciente, seja por quaisquer razões ou pressões, para que os acontecimentos façam parte de uma vida [...] assim as reminiscências expressam um ponto de vista criador sobre todas as coisas, tornando o que é lembrado não só diferente para cada um de nós, mas original. (GUIMARÃES NETO, 2006, p. 128).

DESENVOLVIMENTO

No contexto internacional acontecia a Guerra Fria, uma disputa pela hegemonia mundial entre Estados Unidos (EUA) e União Soviética (URSS). Suas origens podem ser encontradas nas ideologias da Revolução Soviética e no pós-guerra. A Guerra Fria é caracterizada como uma guerra econômica, diplomática e ideológica. De um lado, os soviéticos tentavam estabilizar-se na economia mundial e propagar suas ideologias. De outro, os Estados Unidos buscavam conter essa onda revolucionária e garantir seu mercado consumidor. Dessa forma, o golpe de 1964 pode ser entendido como uma tentativa dos militares para conter o avanço comunista no país, com o apoio do governo dos EUA.

O Brasil passava por uma instabilidade política, momento em que os militares deram o golpe no governo do presidente João Goulart – acusado de comunista pela direita e pela embaixada norte-americana. O Brasil recebeu investimentos dos EUA e em troca deveria manter o sistema capitalista vigente. Qualquer relação diplomática com países de sistema socialista era motivo de alerta.

A ditadura militar sustentou-se porque buscou realizar alianças eficazes; no auge do milagre econômico, pôde atender partes das necessidades das camadas médias e proporcionou à população urbana mais emprego, mesmo com salários baixos. A ditadura militar estendeu-se até 1984, quando ocorreu eleição indireta para a presidência, ou seja, quando o colégio eleitoral elegeu o presidente da república.

O país passava por uma transformação significativa como, por exemplo, a industrialização, a concentração de renda e a integração no conjunto econômico capitalista mundial; a população deslocou-se do campo para a cidade, provocando o êxodo rural, aumentando, assim, a população operária.

O Estado de Mato Grosso também se inseriu nesse processo de transformações. Com a política de ocupação do Estado, chegaram os primeiros fluxos migratórios. Segundo De Lamônica Freire (1997, p. 125), a estrutura da cidade não acompanhou a nova dinâmica social, entrando em cena o discurso de modernização. A demolição da antiga Catedral Bom Jesus é considerada o marco da modernização em Cuiabá. Os aspectos arquitetônicos da sociedade cuiabana podem ser entendidos através da leitura da obra de Júlio Freire de Lacônica **Por uma poética da Arquitetura**,

mostrando as significativas transformações ocorridas na cidade de Cuiabá na década de 1970, inclusive do discurso da elite pelo anseio da modernidade, mirando-se nos grandes centros urbanos do país.

Esse estudo contou com leituras de obras referentes à ditadura militar em um contexto nacional e leituras que trata da história de Mato Grosso em um contexto regional. A obra de Caio Navarro Toledo, intitulada **O governo Goulart e o golpe de 64** contribuiu para esclarecer o momento político em que aconteceu o golpe militar no Brasil, sua situação política, econômica e suas transformações sociais. Uma análise iniciada no governo de Jânio Quadros em 1961, sua renúncia após sete meses de um governo ambíguo, a posse tumultuada do seu vice João Goulart, finalizando sua análise com o golpe de 64 pelos militares brasileiros amparados pela política internacional dos Estados Unidos de proteção contra os comunistas.

O autor Roberto Martins, em sua obra **Segurança Nacional**, trata do instrumento de repressão que os militares construíram para “proteger os cidadãos de bens” do perigo comunista, garantido a segurança da nação para a manutenção do sistema capitalista vigente, contribuiu para entender como se sustentou o aparelho repressivo de segurança do Estado. O conceito de Segurança Nacional esteve presente na ditadura militar como órgão repressor e “protetor”; envolve os problemas da guerra e da paz; os problemas da política, da economia e psicossociais. Enfim, envolve tudo que diz respeito à sociedade brasileira e sua base física; o território, os recursos naturais, etc., a partir de duas preocupações básicas: com os problemas da guerra e com o fortalecimento do Estado (MARTINS, 1986.p.8)

A “abertura” ou transição democrática iniciou-se em meados da década de 1970. Vieira (2000, p. 125) aponta a redemocratização brasileira como uma transação, ou seja, uma suposta redemocratização que efetivamente não aconteceu, pois continuou na presidência um antigo aliado militar, no novo governo “democrático”:

As “conciliações” ou as “transações”, como se queira, têm composto a base dos continuísmos e da inércia de cada momento da vida política e social do Brasil, encobertos pela voragem das “reformas necessárias” e das “modernizações obrigatórias”, que a custo de enorme sacrifício da maioria da população mudam substancialmente muito pouco ou quase nada [...]. (VIEIRA, 2000, p. 125).

Para a compreensão da história de Mato Grosso, utilizou-se o autor Jovam Vilela da Silva **A divisão do Estado de Mato Grosso: uma visão histórica**, resultado de uma Dissertação de Mestrado em história no ano de 1996, contribuindo para entender a discórdia entre as regiões Sul e Norte do antigo estado de Mato Grosso antes da sua divisão em 1977.

Direcionar o campo de pesquisa não significa reduzir o trabalho em virtude do campo escolhido. É necessário que se tenha uma visão dos principais aspectos do trabalho sem fechar para as vertentes relacionadas.

O campo relacionado com essa pesquisa é o campo político e o campo social, abrangendo a História da Educação, a História da Segurança Nacional, a História das Universidades e a História Oral. A subdivisão de campos históricos deve servir para localizar o trabalho e os conceitos a serem abordados; assim, fica mais fácil saber sobre qual aspecto o autor está analisando a pesquisa.

PRESSUPOSIÇÃO

Com a implantação da ditadura militar o Governo Federal criou planos de desenvolvimento econômico para o país e a ditadura deveria ser o modelo econômico. Com o desenvolvimento veio também a crescente inflação, o fechamento de pequenas indústrias, o aumento da desigualdade social e o congelamento de salários, além de ser um período caracterizado por grande repressão contra a sociedade civil brasileira.

Pressupõe-se que com preocupação da redução das disparidades regionais e a preocupação com a integração nacional, era interesse do Governo Federal criar uma Universidade em Cuiabá para trazer o desenvolvimento para essa região considerada isolada.

Referências Bibliográficas

ALBERTI, Verena. História dentro da História, fontes orais. In: PINSKY, C.B. (Org.) **Fontes históricas**. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2006.

BARROS, José D' Assunção. **O campo da História: espacialidades e abordagens**. Rio de Janeiro: Vozes, 2004. p.7-25.

BORGES, Fernando T. O sonho da cidade científica de Humboldt da Uni-Selva Amazônica. In: BORGES, F. (Org.). **Sonhos e pesadelos na História**. Cuiabá: EduUFMT, 2006.

CARVALHO, J. M. de. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

DE LAMONICA FREIRE, Júlio. **Por uma poética da arquitetura**. Cuiabá: EdUFMT, 1997.

FREITAS, R. T. B. **Veredas da memória: a conquista do ensino superior em Mato Grosso**. Cuiabá: EduUFMT, 2004.

GUIMARÃES NETO, Regina Beatriz. **Cidades da mineração**: memórias e práticas. Cuiabá: Ed. EduUFMT, 2006. p.181-231.

HOBBSAWM, Eric. Guerra Fria. In: _____. **Era dos extremos**: o breve século XX (1914-1991). Tradução de Marcos Santarrita. São Paulo: Cia das Letras, 1995. p.223-252

MACHADO, F. Q. **“Nós Somos Jovens”**: um problema no presente e uma esperança de futuro na Cuiabá dos anos 1950 e 1960. Dissertação (Mestrado em História), 175f. Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá.

MARTINS, Roberto R. **Segurança Nacional**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História & história cultural**. 2.ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

RÉMOND, René. A Guerra Fria. In: _____. **O século XX de 1914 aos nossos dias**. Tradução de Otávio Mendes Cajado. São Paulo: Cultrix, 1993. p.143-155.

RODRIGUES, Marly. **O Brasil da abertura**: de 1974 à Constituinte. São Paulo: Sônia Junqueira, 1990.

SILVA, Carlos. T. da. A modernização autoritária: do golpe militar à redemocratização. In: LINHARES, Maria Y. (Org.). **História geral do Brasil**. Rio de Janeiro: Campus, 1990.

SILVA, Jovam Vilela da. **A divisão do Estado de Mato Grosso**: uma visão histórica. Cuiabá. EduUFMT, 1996.

TOLEDO, Caio Navarro. **O governo Goulart e o golpe de 64**. 4.ed. São Paulo: Brasiliense, 1984.

VIEIRA, Evaldo. **Brasil**: do Golpe de 1964 à redemocratização. São Paulo: SENAC, 2000.

VIZENTINI, Paulo G. F. A Guerra Fria. In: REIS FILHO, Daniel A. et al. (Orgs). **O século XX**: o tempo das crises, revoluções, fascismos e guerras. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000. p.195-225. v.2.

MULHERES CHIQUITANAS: IDENTIDADE E MEMÓRIA NA FRONTEIRA

Eliane Pedrosa França Silva¹

A região da fronteira Brasil/Bolívia correspondente à cidade de Cáceres é de 250 km, contendo uma população caracterizada por uma miscelânea de culturas diversas entre si; entre eles, encontram-se os chiquitos, constituídos por uma junção de vários grupos indígenas aldeados/reduzidos no século XVII pelos jesuítas, que foram compulsoriamente envolvidos em conflitos políticos e diferenças culturais decorrentes de uma divisão territorial que não lhes dizia respeito.

A palavra chiquito significa “pequeno” e designa os vários grupos localizados na zona de transição entre o Chaco Boreal, região pertencente ao Oriente boliviano, e às selvas pantanosas que se estendem desde o Amazonas. Chiquitos, povos do planalto, foram assim chamados devido à suposição de que se tratava de uma povoação de pessoas pequenas, devido a pouca altura das entradas das casas, o que, na verdade, era para evitar a entrada de mosquitos.

Na Bolívia, é provável que o chiquito seja a quarta língua indígena mais falada, depois do quéchua, do aimara e do chiriguano, com estimativas que variam entre 40 a 60 mil falantes, dependendo das fontes. A língua chiquito é resultado de um complexo processo histórico em que falantes de várias línguas indígenas conviveram nas reduções jesuíticas entre 1680 a 1787.

Vários foram os aldeamentos/reduções que compuseram as Missões de Chiquitos: San Xavier, San Rafael, San Jose, San Miguel, San Ignacio de Zamucos (depois San Ignacio de Loyola), Santa Ana, Santo Coración de Jesus, Santiago de Chiquitos, San Juan Batista e Concepción de Chiquitos.

No Brasil, parte da área onde vivem os Chiquitanos foi inicialmente posse da coroa Espanhola. Consequentemente, esse povo, muitas vezes, era, e ainda é, considerado boliviano (ou castelhano). Devido à divisão do território, esse povo foi dividido e, conforme Moreira da Costa (2006), fazendo que, muitas vezes, componentes de uma mesma família ficassem em territórios diferentes, o que acarretou no fato de que muitas famílias ficassem divididas e que

¹ Universidade do Estado de Mato Grosso, Graduanda em História, bolsista do projeto A dinâmica socioeconômica na faixa de fronteira Brasil/Bolívia: uma pesquisa interativa.

habitasse tanto os ambientes físicos brasileiros quanto os bolivianos, podendo interagir com os dois lados da fronteira, onde encontram abrigo e proteção.

Podemos perceber que além dessa situação, há também uma situação identitária mais complexa, que é compartilhada por um povo que vive nas bordas de um sistema cultural e econômico, constituindo seu próprio sistema cultural.

Segundo Silva (2005), esse povo, que é herdeiro de vários processos históricos, em que jesuítas deixaram marcas indelévels com relação à língua, às crenças e à própria história vivida por eles, que circulam há séculos por essa região e que por motivos alheios a causalidade de sua história essas pessoas foram obrigadas a receber o rótulo de “boliviano” ou de “brasileiro”, e por ser considerado estrangeiro em sua própria pátria, muitos o consideram estrangeiro. Afirmamos que existe, portanto, uma situação identitária muito complexa, que é compartilhada por esse povo que vive nas bordas de um sistema cultural e econômico, constituindo seu próprio sistema cultural.

Nossa pesquisa tem o intuito de observar como se constitui a identidade das mulheres chiquitanas, analisando como elas compreendem sua identidade tanto individual quanto a coletiva. Enfatizamos na análise as práticas culturais que essas mulheres desenvolvem cotidianamente e que são constantemente examinadas e reformadas à luz das informações recebidas sobre aquelas próprias práticas.

Nesse mundo instituído por representações, a identidade é o maior paradoxo de nosso tempo; não há mais cópias, pois os modelos se esgotaram em sua busca de essência e significação. Assim, as representações do mundo social são construídas, determinadas pelos interesses dos grupos que as forjam, ao utilizarem os discursos que mais lhes convêm.

Mas não devemos imaginar que esses discursos são neutros; na realidade, eles produzem estratégias que tendem impor uma autoridade, ou justificar para os próprios indivíduos as suas escolhas e condutas. Dessa forma, a identificação não é automática, pode ser conquistada ou perdida, é moldada pelas circunstâncias, ela é politizada. Hall (2005, p.11) afirma que “[...] a identidade torna-se uma celebração móvel: formada e transformada continuamente em relação às formas pelas quais somos representados ou interpelados nos sistemas culturais que nos rodeiam”. Isso faz com que a identidade seja então baseada em práticas, representações e apropriações da memória e da cultura tornando-se um espaço marcado pela ambigüidade.

Nossa pesquisa, até o momento, indica que a identidade muda de acordo com a forma como o sujeito é interpelado ou representado, mas a identificação não é automática. Ela pode ser assumida ou perdida, pois se tornou politizada. No mundo de hoje, instituído por

representações, a identidade tornou-se uma ficção. Isso pôde ser constatado quando realizamos entrevistas com mulheres da comunidade São Jose da Fronteira/Bolívia. Ali percebemos como o discurso muda por meio das práticas pessoais de cada uma das mulheres, ainda que inseridas na mesma coletividade.

Evidenciamos isso na fala de duas mulheres, mãe e filha, que compartilham das mesmas práticas culturais. Ao serem indagadas sobre como se identificam, obtivemos duas respostas diferentes e interessantes quando se pergunta: Você é brasileira ou boliviana? Dona Maria (a mãe) disse: *“olha minha filha, apesar de ter documentos brasileiros e até mesmo receber ajuda do governo brasileiro, eu me considero boliviana, pois desde criança moro nessa região, porque meu pai trabalhava cuidando gado desses fazendeiros daqui da fronteira e por causa disso eu me considero boliviana”*.

Já a sua filha Rosiane, diante da mesma pergunta, afirma *“oia, a bem dizer da verdade, eu sou brasileira. Nasci na fronteira do lado boliviano, mas meus documentos são brasileiros e as pessoas falam assim, que eu sou mesmo brasileira, porque eu falo português e os meus documentos são brasileiros, então eu sou brasileira”*.

A partir dessas duas falas podemos perceber que a representação a que se referem os documentos é validada ou não através das práticas cotidianas de cada uma. Dona Maria é categórica em dizer que é boliviana, mesmo tendo os documentos e recebendo ajuda do governo brasileiro, mas as suas práticas e lembranças registradas pela sua memória moldam o seu discurso identitário de uma forma que, para muitas pessoas, tornam-se até mesmo contraditórias.

Devemos lembrar que as circunstâncias e o meio social onde vivem D. Maria são formados e modificados num diálogo contínuo com os mundos culturais “exteriores”. Assim, toda vez que é interpelada a respeito da sua identidade, o sujeito, e nesse caso, a mulher fronteiriça, acaba agregando valores culturais que até então eram desconhecidos e que acabam fazendo com que a mesma utilize o discurso identitário que lhe for mais “interessante” naquele momento, criando para si uma dimensão da verdade.

Referências Bibliográficas:

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Tradução de Tomas Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. 10.ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

MOREIRA da COSTA, Jose Eduardo Fernandes. **A coroa do mundo**: religião, território e territorialidade chiquitano. Cuiabá: Editora da Universidade Federal de Mato Grosso, 2006.

_____. **O manto do encoberto**: identidade e território entre os chiquitanos (MT). 2000. Monografia (Curso de antropologia: teoria e métodos). Departamento de Antropologia, Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá.

SILVA, Joana Aparecida Fernandes. Fronteira compartilhada território fragmentado: os chiquitanos no Brasil e na Bolívia. In: Orgs. SALOMON, Marlon; SILVA, Joana Fernandes e Rocha; MENDES, Leandro Rocha. (Orgs.). **Processos de territorialização**: entre a História e a Antropologia. Goiânia. Ed. Da UCG, 2005.

Bibliografia Consultada

ALBERTI, Verena. **Ouvir contar**: textos em História Oral. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

SWAIN, Tânia Navarro. Identidade nômade: heterotopias de mim. In: RAGO, Margareth; ORLANDI, Luiz B. Lacerda; VEIGA-NETO, Alfredo (Orgs). **Imagens de Foucault e Deleuze**: ressonâncias nietzschianas. 2. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

_____. **O que é lesbianismo**. São Paulo: Brasiliense, 2000.

HISTÓRIA AMBIENTAL E O ENSINO DE HISTÓRIA: UMA DIFÍCIL APROXIMAÇÃO

Ely Bergo de Carvalho¹

A História Ambiental é uma clara reação aos problemas ambientais da atualidade que lançam uma incerteza sobre o futuro da própria espécie humana. O conceito de História Ambiental foi criado nos EUA na década de 1970 e hoje há associações de História Ambiental em todos os continentes ou subcontinentes, contando com revistas internacionais. Em 2009, haverá o primeiro encontro mundial de História Ambiental. Todavia, mesmo nos Estados Unidos, a História Ambiental é um grupo secundário da historiografia. No Brasil, foi somente no XXIII Simpósio Nacional de História (da ANPUH) de 2005 que se conseguiu promover simpósios temáticos voltados para problemática ambiental. Deve-se, portanto, considerar que os atuais debates da questão ambiental pelos historiadores são respostas bastante tardias da “corporação” às demandas da época atual.

Também nos últimos trinta ou quarenta anos criou-se um aparato institucional para a Educação Ambiental. Todavia, a adoção do meio ambiente como um tema transversal nos Parâmetros Curriculares Nacionais repercutiu, relativamente, pouco na prática do professor em sala de aula, sendo que, no caso do ensino de História, isso foi mais grave, pois, muitas vezes, o “meio ambiente” foi/é entendido como um problema dos professores de Biologia e Geografia, e não do de História.

No presente ensaio procura-se compreender algumas injunções que levam a esse afastamento entre a questão ambiental e os historiadores, tendo como foco, principalmente, mas não exclusivamente, a sala de aula. Inicia-se com algumas considerações sobre a visão de mundo mecanicista moderna, para depois situar alguns elementos da emergência da História Ambiental e da Educação Ambiental nessa tradição mecanicista, para finalmente, abordar a sua crítica que levaria para além da atual disjunção história *versus* natureza.

A visão de mundo moderna mecanicista

O mundo moderno é marcado pelo mecanicismo. Desde, pelo menos, a chamada Revolução Científica do século XVI, a máquina se tornou a grande metáfora para se entender

¹ Professor Adjunto do Departamento de História da Universidade Federal de Mato Grosso – UFMT.

a natureza. Como afirma Edgar Morin (1999), a lógica das máquinas artificiais, as quais são incapazes do desvio, do erro, tem como pressuposto que a realidade é simples, ou seja, que ela é objetiva e contém um conjunto de leis que podem ser formalizadas e que permitiriam controlar o objeto estudado, pois possibilitam a previsão de seu funcionamento. Mas a lógica da máquina artificial foi aplicada não apenas na relação dos seres humanos com a natureza, mas entre os próprios seres humanos. Dessa forma, tanto o Estado como a sociedade civil moderna se pautam em esquemas da máquina artificial, baseiam-se em uma racionalidade sustentada na centralização, na especialização e na hierarquia, ou seja, baseiam-se no que outros autores chamam de uma racionalidade burocrática-técnica, o que forma uma visão de mundo fundamentada na lógica da máquina artificial, ou seja, em uma racionalização.

Entende-se que racionalização

é a construção de uma visão coerente, totalizante do universo, a partir de dados parciais, de uma visão parcial, ou de um princípio único, assim, a visão de um só aspecto das coisas (rendimento, eficácia), a explicação em função de um fator único (o econômico ou o político). (MORIN, 1999, p. 155).

Com seu conceito de racionalização, Morin lembra que “o real excede o racional” (p.169). Afinal, por exemplo, uma breve incursão pela história do pensamento científico ocidental mostra os mitos sobre os quais tal visão de mundo se constrói: o mito de que o mundo é simples e controlável. Dessa forma, ressalta-se que tal visão totalizante, pautada em um elemento parcial, implica não na eliminação dos “mitos”, mas apenas na sua reelaboração e na criação de novos “mitos” (DIEGUES, 1998, p. 54). Assim, felizmente, não se está, necessariamente, condenado a uma visão de mundo racionalizadora, simplificadora e *maquínica* do mundo, como afirma Simon Schama:

[...] se toda a história da paisagem no Ocidente de fato não passa de uma corrida insensata rumo a um universo movido a máquina, sem a complexidade de mitos, metáforas e alegorias, no qual o árbitro absoluto do valor é a medição e não a memória, no qual nossa inventividade constitui nossa tragédia, então realmente estamos presos no mecanismo de nossa autodestruição (SCHAMA, 1996, p. 24).

Apesar do processo de racionalização da natureza procurar transformá-la em um depósito de recursos, a natureza nunca foi só isso. Como argumenta Jacques Revel, não se pode considerar que as “máquinas do poder” funcionam perfeitamente, porque, em geral, elas assim “funcionam” justamente porque os historiadores as entendem como máquinas, e não como um conjunto de relações, e “mesmo se admitir a hipótese de uma eficácia global dos aparelhos e das autoridades, falta entender inteiramente como essa eficácia foi possível, - ou

seja, como foram retranscritas, em contextos indefinidamente variáveis e heterogêneos, as injunções do poder” (REVEL, 1998, p. 29). Ou, para seguir o raciocínio de Edgar Morin, a lógica das máquinas artificiais não suporta a desordem, que, se por um lado, é fonte de destruição, por outro é fonte de liberdade. Como a criação pressupõe uma desordem criadora, a autoprodução permanente da sociedade não é comportada pela lógica da máquina artificial. Dessa maneira, os “processos de criatividade e de invenção não são redutíveis à lógica da máquina artificial” (MORIN, 1999, p. 110-111).

Além de simplificação do mundo, tal paradigma tem como uma de suas principais características a disjunção. O paradigma moderno foi fundado sob o princípio da redução-disjunção, o que leva à “grande disjunção natureza-cultura, objeto-sujeito” (MORIN, 1999, p. 30).

Esta questão se situa na fundação das ciências modernas:

O problema metodológico enfrentado por Descartes é o seguinte: se existe uma unidade da razão, deve haver algo que necessariamente não seja uno e, portanto, seja divisível. Este algo é o mundo, a natureza, tornada objeto da razão. [...] A questão é simples: Como posso dominar alguma coisa da qual faço parte? A resposta é que não posso; conseqüentemente, não posso fazer parte da natureza. Se pretendo dominá-la, preciso me situar fora dela. Assim, Descartes consegue legitimar a unidade da razão às custas da objetificação da natureza. [...] É na base desse dualismo que encontramos a gênese filosófica da crise ecológica moderna [...]. A natureza e a cultura passam a ser duas coisas muito distintas (GRÜN, 2000, p. 34-35).

Tal disjunção, bem como a simplificação, são princípios fundamentais de explicação. Formam um paradigma geral das ciências que não é formado apenas com elementos “científicos”, pois faz parte desse paradigma uma enorme parte imersa, tal como um *iceberg*, não científica. Assim, mudar um paradigma é mudar pressupostos da própria ciência, que fazem parte da forma como se apreende o mundo no dia-a-dia, ou seja, significa mudar a visão de mundo.

Tais pressupostos de uma visão mecanicista de mundo estão na base da atual crise ambiental. E é por esse motivo que autores como Edgar Morin afirmam que a primazia deve ser dada a uma reforma na forma de como se pensa o ser humano e a natureza, pois é necessário reformar a forma como se entende a problemática ambiental para se poder agir, não a partir do *modos operandi* que gerou a crise ambiental, mas de uma forma nova (MORIN, 2000).

Da “história ecológica” à história ambiental

Não é consenso entre os praticantes o que é a História Ambiental. Todavia, um dos historiadores ambientais consagrados internacionalmente, Donald Worster, afirma que no início do século XX, a história se restringia à “política do passado”. No decorrer do século, os historiadores duvidaram que poucos homens ocupados com o poder do Estado poderiam ter tal controle sobre o passado e passaram a fazer de toda a sociedade objeto da História:

Agora chega um novo grupo de reformadores, os historiadores ambientais, que insistem em dizer que temos de ir ainda mais fundo, até encontrarmos a própria terra, entendida como um agente e uma presença na história (WORSTER, 1991, p. 198-199).

Assim, deve-se levar em conta esses outros “sujeitos da história”, os “elementos naturais” que têm a capacidade de condicionar significativamente a sociedade. Não mais se busca explicar os fatos sociais exclusivamente pelos fatos sociais, como fazia Durkheim, não mais explicar a sociedade pela sociedade e a “natureza” pela “natureza”, e sim procurar entender a interação entre ambos, que gera a sociedade e a “natureza” tal como se conhece, unindo, assim, o que jamais esteve separado, salvo nas análises humanas.

Logo, a proposta é entender a antropossociedade dentro do ecossistema do qual faz parte e, assim, entender melhor ambos.

Desta maneira, é necessário escrever e contar uma outra história para as “crianças”, a fim de contribuir para a construção de uma nova memória social, na qual os seres humanos lembrem que são partes da natureza. Essa é uma nova demanda que está diante do historiador em suas pesquisas, seja em sala de aula, seja nos “arquivos”. É preciso (re)contar a história das cidades, Estados, biomas, continentes por essa outra perspectiva, para se construir um outro olhar sobre o meio em que se vive (CARVALHO, 2007).

Todavia, a História Ambiental, em especial a estadunidense, na ânsia de incorporar a história na natureza, acabou, por muitas vezes, não se afastar dos pressupostos e da visão disjuntiva que formam a relação moderna com a natureza. Simon Schama (1996, p. 24) já criticou a História Ambiental norte-americana por enfatizar o processo de destruição da natureza e não perceber os diferentes mitos e representações que envolvem a relação dos seres humanos com o mundo natural.

Muitas vezes, quando a natureza é incorporada na historiografia ou em materiais para a Educação Ambiental, parte-se de uma concepção de natureza como algo ainda separado dos seres humanos. A natureza é tratada como um vestígio do Éden original, a partir do qual as ações humanas são entendidas como intervenções destrutivas (DIEGUES, 1998). O ser humano

é pensado como um *Homo devastans* e a História do Brasil é reduzida a quinhentos anos de destruição da natureza por homens gananciosos e perdulários. Tal perspectiva esquece as diferentes racionalidades que orientaram os seres humanos em suas relações entre si e com o ambiente, apaga os saberes produzidos por grupos como os seringueiros da Amazônia, que desenvolveram formas mais sustentáveis de viver.

No Brasil, o livro de Warren Dean (1996) é o melhor exemplo dessa problemática. Movido pelas preocupações ambientais contemporâneas, Dean abarcou o desafio de fazer uma história das florestas, produzindo uma narrativa de como a Mata Atlântica brasileira, com cerca de um milhão de quilômetros quadrados, ao longo de “dez mil anos de ocupação humana”, chegou à atual situação, com a pequena porção da floresta ainda existente, formando um dos ecossistemas mais ameaçados do Brasil. Todavia, tal obra não se constituiu em um modelo de História Ambiental das florestas. Sua abordagem foi fortemente criticada, por homogeneizar a história das florestas, pois é como se partisse da “perspectiva da floresta”, diante da qual toda intervenção humana seria negativa, não percebendo as discontinuidades que formam a história da relação das sociedades humanas com o bioma da Mata Atlântica (CARVALHO, 2005). Reforça-se, assim, a dicotomia social *versus* natural, em um tipo de História Ambiental que Enrique Leff denomina “história ecológica”:

Nesta visão não se consegue conceber a complexidade ambiental, como um processo enraizado em formas de racionalidade e de identidade cultural que, como princípios de organização social, definem as relações de toda sociedade com a natureza; a história ambiental se limitaria a estudar as formas como diversos modos de produção, formações sociais e estruturas de classe, se apropriam, transformam e destroem os recursos do seu entorno (LEFF, 2005, p.13).

Leff afirma que o elemento que falta nessa “história ecológica” é o tempo. Esses historiadores ambientais ou ecológicos teriam ignorado o tempo e buscavam narrar a história da relação entre sociedades humanas e seus ambientes como um *continuum* temporal, sem cortes, sem diferença. E, em contraposição, propõem que a História Ambiental deveria ser uma hermenêutica do *ser*.

Expresso de outra forma, o pensamento social ocidental ainda está demasiadamente preso a uma concepção de ser humano como um *Homo economicus*, movido por uma racionalidade mercantil individualista. E não é estranho que uma parte dos estudos das ciências ambientais atuais compartilhe uma visão de *Homo devastans*, ou seja, uma visão de que toda interação com o ambiente feita pelo ser humano vai gerar uma redução na biodiversidade, “destruindo” a natureza (BALÉE, 2003).

Diogo Cabral, em contraposição a Dean, por exemplo, aborda essa questão no período colonial no Brasil e argumenta que Dean (2007, p.2) desenvolve a ideia de que "a taxa de conversão da floresta em capital (fixo e de giro) foi irrisória ao longo de todo o período de domínio português". Assim, Dean espera um capitalismo que maximize a produção e a eficiência e não percebe que no Brasil colônia há uma “matriz cultural” diferente. A extração do sobre-trabalho era investido, em grande parte, não na reprodução ampliada do capital, e sim na reprodução da hierarquia social. Desse modo, Cabral, apoiado em uma dada interpretação sobre a socioeconomia colonial, afirma

[...] que a questão não é, absolutamente, se a economia brasileira produziu capital internamente ou não, mas sim como esse capital era ‘aplicado’ ou, em outras palavras, como a renda era alocada. Dependendo das motivações sociais e políticas dos agentes gerenciadores dos mecanismos de acumulação, uma floresta pode se transformar numa estrada ou num pelourinho, num moinho ou numa Igreja – todas estas incontestes manifestações de riqueza, a única diferença sendo a matriz cultural a partir da qual elas são percebidas e valoradas (CABRAL, 2007, p.9).

E isso não se limita ao período colonial. Recorrentemente, em nome de critérios de eficácia econômica a-históricos, condena-se como irracionais as práticas socioculturais e ambientais enraizadas do Outro. Tal condenação, em geral, é feita a partir de uma homogeneizadora racionalidade econômica que se subtrai de indagar o tempo.

Quando se transforma a história em uma linha contínua e homogênea de destruição ambiental, na verdade, mata-se a história, pois se acaba com a diferença.

A história de interação com a natureza não é apenas a crônica de como diferentes formações sociais se apropriaram e destruíram os recursos naturais. A história da expansão do capitalismo é, certamente, a história da transformação do mundo natural em recursos naturais, ou seja, em mercadoria, mas também comporta muitas relações diferenciadas. Um bom exemplo é a coivara. Uma prática que consiste em queimar a floresta, cultivar a terra e, quando a área da “roça” é infestada por “pragas” e a produtividade se reduz pela degradação do solo, a área é entregue à floresta para sua recomposição e se avança sobre uma nova área florestal. Tal forma de cultivo, quando exercida em certas condições, é considerada, hoje, não prejudicial ao ecossistema como um todo, ou pelo menos causadora de menor impacto ambiental do que a agricultura “moderna”, feita à base de monoculturas cultivadas com máquinas e agroquímicos. Porém, foi em nome desse tipo de agricultura “moderna” que se condenou ou se condena a coivara (CARVALHO, 2008).

Hoje essa e outras práticas tradicionais são recuperadas por pesquisadores como parte de um saber que pode contribuir para a produção de modelos agrícolas alternativos. O saber

tradicional, rejeitado no passado, é recuperado como uma pedra angular para a produção de um agroecossistema que seja mais sustentável e justo.

A atenção a essas diferentes racionalidades permite pensar para além da racionalidade produtivista, consumista e predadora que caracteriza a sociedade moderna e separa os seres humanos da natureza.

Do “adestramento” à educação ambiental

Houve um esforço para que a questão ambiental penetrasse os muros escolares. A Educação Ambiental é outra reação a essa crise ambiental atual. A Conferência Internacional fomentada pela ONU, em Tbilizi, 1977, já estabelecia em seus princípios que a Educação Ambiental não era repassar informações sobre o ecossistema e seu funcionamento, mas deveria ser um questionamento ético e político ao que se prefere chamar de racionalidade moderna, de domínio da natureza e de ampliação *ad infinitum* do consumo. A partir de Tbilizi, com pressões internas e externas do movimento ambiental, entre outros fatores, foi construído um aparato institucional para viabilizar a Educação Ambiental no Brasil, a exemplo da maioria dos países no mundo. A Política Nacional do Meio Ambiente (PNMA), de 1981, entendia o meio ambiente como um bem público, atribuindo ao Estado a responsabilidade por um meio ambiente ecologicamente equilibrado e a promoção da Educação Ambiental em todos os níveis de ensino. Com a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação, de 1996, o meio ambiente passou a ser um dos Temas Transversais nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN).

Os temas transversais devem ser abordados pelas disciplinas convencionais em seus conteúdos e objetivos, pois são linhas do conhecimento que atravessam e se cruzam entre as diferentes disciplinas, atuando como fator estruturador e fio condutor da aprendizagem, potencializando valores, fomentando comportamentos e desenvolvendo conceitos, procedimentos e atitudes, que respondem às necessidades pessoais e da própria sociedade. E, ainda, pouco depois em 1999, foi instituída, pelo Governo federal, a Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA), determinando a obrigatoriedade da Educação Ambiental em todos os níveis de ensino. Todavia, a experiência em Educação Ambiental ainda é precária e nova no Brasil (SOARES; NOVICKI, 2006; BRÜGGER, 2004).

Há pelo menos três ordens de fatores que levam a relativa pouca da Educação Ambiental nas escolas brasileiras: a) a falta de uma “consciência ambiental” por parte de gestores e educadores, ou, dito de outra forma, a não priorização dessa temática por parte

desses agentes; b) a crônica carência material e de condições de trabalho, em especial nas escolas públicas: baixos salários, salas super lotas, que dificultam em muito, por exemplo, um trabalho interdisciplinar nas escolas; e c) a estrutura fragmentada do conhecimento moderno, voltado para o controle e não para o diálogo com a natureza, o que é reproduzido nas escolas.

Os professores de História, além dos problemas práticos de aplicação dos temas transversais em sala de aula, têm aí uma dificuldade extra: os profissionais da área de História, em geral, estão mal preparados para enfrentar o debate ambiental.

O pensamento ocidental separa fortemente a sociedade e a natureza, como já se argumentou. Por exemplo: entregue uma câmera fotográfica para um estudante e peça para ele fotografar a “natureza”. A tendência será fotografar plantas e animais silvestres, o ser humano fica separado da natureza. Sendo a História uma disciplina voltada para o ser humano no tempo, aparentemente, o mundo natural estaria fora de seu escopo (CARVALHO, 2002).

Em tal perspectiva reducionista e disjuntiva, a Educação Ambiental seria um tema para as áreas de Geografia e Biologia, de forma que não é coincidência que sejam os professores dessas disciplinas que organizam, prioritariamente, os trabalhos de Educação Ambiental nas escolas e que sejam tais disciplinas que hoje formam os paradigmas transdisciplinares que colonizam os estudos das relações sociedade-natureza.

Em tal perspectiva reducionista, a inclusão do meio ambiente como tema transversal nos Parâmetros Curriculares Nacionais pode ser entendido como um novo conjunto de informações que devem ser “passadas” para os alunos. Mas é uma ilusão pensar que apenas informações descontextualizadas alteram o comportamento dos alunos. Para além de repassar informações, o trabalho com tal tema em sala é uma oportunidade de construção de novos valores e de incentivo à produção de modos de vida que sejam mais sustentáveis. Daí a necessidade de participação de todas as áreas de conhecimento (VIEIRA, 2002), levando a uma reflexão sobre a inserção de professores e alunos no ambiente.

Todavia, tal autocrítica em geral não é feita. Por exemplo, a incorporação do meio ambiente nos livros didáticos de História, muitas vezes, é feito apenas para atender a demanda de avaliadores do Ministério da Educação e é feita de forma superficial, apenas acrescentando “informações ambientais” nos livros de História, sem a proposta de uma reflexão sobre a questão ambiental (SOARES; NOVICKI, 2006).

Quando se reduz a Educação Ambiental ao repasse de informações técnicas, segundo Paulo Brügger (2004, p. 36), o que se tem é um “adestramento ambiental”. E tal reducionismo pode continuar a se reproduzir mesmo em atividades de “Educação Ambiental”, como por exemplo, na elaboração de gincanas para recolher material reciclado. Nessas atividades,

alguns professores notaram que, algumas vezes, os alunos, no esforço de demonstrar que são “os melhores”, acabam incentivando suas famílias a consumirem mais produtos, a fim de conseguirem mais material para reciclagem. Desta forma, uma atividade que deveria questionar o consumismo desenfreado do mundo moderno acaba por entrar em sua racionalidade, amplia ainda mais o consumismo.

Considerações finais

Os pontos de convergência da trajetória e aporias da Educação Ambiental e da História Ambiental mostram um terreno comum, dado em parte por pressupostos comuns: a visão de mundo mecanicista moderna.

É a disjunção história/cultura e natureza, tão típica do mundo moderno, que permite entender o relativo silêncio em relação ao mundo natural no trabalho dos historiadores. Mas a incorporação da temática ambiental, seja no trabalho de pesquisa científica, seja em sala de aula, não implica na superação dessa disjunção. Ainda ocorre uma homogeneização das racionalidades e, conseqüentemente, das relações das sociedades humanas com a natureza, seja na forma de um *Homo devastans*, quando se percebe a ação humana unicamente como destruidora do ambiente, seja na forma de um *bom selvagem ecológico*, quando se imagina a natureza como um resquício do paraíso, no qual alguns seres humanos poderiam viver em perfeito equilíbrio com o mundo natural. De toda forma, ainda se parte de uma natureza humana *a priori*, em vez de entender a multiplicidade das condições humanas e ambientais.

E é fundamental se perceber essas diferentes racionalidades, pois, se não houvesse tais racionalidades diferenciadas, então o ser humano estaria preso nos mecanismos da própria autodestruição. Mas se os seres humanos percebessem essas diferentes racionalidades no passado e no presente, então, isso abriria uma esperança para o futuro. É possível que a humanidade adote racionalidades diferentes da atualmente hegemônica, permita construir um futuro ecologicamente mais equilibrado e socialmente mais justo.

Referências bibliográficas

BALÉE, William. Diversidade amazônica e a escala humana do tempo. In: SIMPÓSIO DE ETNOBIOLOGIA E ETNOECOLOGIA DA REGIÃO SUL, 1., 2003, Florianópolis. **Anais**. Florianópolis: UFSC, 2003. p. 14-28.

BRÜGGER, Paula. **Educação ou adestramento ambiental**. 3. ed. rev. e ampl. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 2004.

CARVALHO, E. B. **A modernização do sertão**: terras, florestas, estado e lavradores na colonização de Campo Mourão, Paraná, 1939-1964. 344f, 2008. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

_____. A História ambiental e a crise ambiental contemporânea: um desafio político para o historiador In: ARRUDA, Gilmar; et. al. (Orgs.). **História, natureza e território**. Governador Valadares: Ed.UNIVALE, 2007. E-Book. p.1-17.

_____. **Os historiadores e as florestas**: dez anos depois de *A ferro e fogo*. **Esboços**, Florianópolis, v.13. p.107-124, 2005.

_____. História ambiental: muitas dúvidas, poucas certezas e um desafio epistemológico. **Semana de Iniciação Científica**, Faculdade Estadual de Ciências e Letras de Campo Mourão, v. 2, p.165-181, 2002.

CABRAL, Diogo de Carvalho. Teorias da devastação ecológica colonial na historiografia brasileira contemporânea: algumas notas críticas. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 24., 2007, São Leopoldo – RS. **Anais eletrônicos**. São Leopoldo: Unisinos, 2007.

DEAN, Warren. **A ferro e fogo**: A história e a devastação da Mata Atlântica brasileira. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

DIEGUES, Antonio Carlos Sant’Ana. **O mito moderno da natureza intocada**. 2. ed. São Paulo: HUCITET, 1998.

FERNANDEZ, Brena. **O dever das ciências: isenção ou inserção de valores humanos?** Por uma ciência econômica ética, social e ecologicamente comprometida. 254f, 2004. Tese (Doutorado Interdisciplinar em Ciências Humanas) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

GRÜN, Mauro. **Ética e educação ambiental**: a conexão necessária. 3. ed. Rio de Janeiro: 2000.

LEFF, Enrique. Construindo a História Ambiental da América Latina. **Esboços**, Florianópolis, v.13, p. 11-30, 2005.

MORIN, Edgar. **Ciência com consciência**. 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

MORIN, Edgar. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

REVEL, Jacques. (Org.). Microanálise e construção do social. In: _____. **Jogos de escalas**: a experiência da microanálise. Tradução de Dora Rocha. Rio de Janeiro: FGV, 1998. p. 15-38.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Um discurso sobre as ciências**. 7. ed. Porto: Afrontamento, 1995.

SCHAMA, Simon. **Paisagem e memória**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

SOARES, Andréa de Almeida Rosa; NOVICKI, Victor. Educação ambiental através de livros didáticos de história do segundo segmento do ensino fundamental. In: ENCONTRO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM EDUCAÇÃO, 29., 2006, Caxambu. **Anais...** Caxambu: ANPED, 2006. Disponível em <<http://www.anped.org.br/reunioes/29ra/trabalhos/trabalho/GT22-2378--Res.pdf>>. Acesso em: 23 jan. 2008.

WORWTER, Donald. Para fazer história ambiental. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 8, p. 198-215, 1991.

VIEIRA, Paulo Freire. Repensando a Educação para o Ecodesenvolvimento no Brasil. Encontro Nacional de Ensino Agrícola. Camboriú, 31 out. 2002.(xerox).

TRANSCULTURAÇÃO E RELIGIOSIDADE

Gimerson Ferreira de Souza¹

A produção deste trabalho, elaborado como atividade de pesquisa do curso de Monografia III na faculdade de Licenciatura Plena em História, da Universidade do Estado de Mato Grosso, campus de Cáceres, tem como meta – ou modestamente – um “propósito” de fornecer aos leitores uma possibilidade de reflexão – embasada nas questões da História Cultural acerca de “transculturação e religiosidade”, que, a propósito, é o tema deste trabalho. Penso com vários autores sobre esta temática que está tão impregnada em nosso convívio. Fazendo uma ponte com tais autores e sobre a ótica de suas ideias, analiso como essas práticas religiosas transculturadas chegam a Cáceres, que é a cidade de meu espaço sociocultural.

A dinâmica social se tornava cada vez mais complexa e a condenação das matrizes de explicação que permearam a modernidade não eram mais suficientes para explicar o real. Como resultado, surgiu um espírito de renovação e a inauguração de uma nova corrente historiográfica, conhecida como História Cultural ou Nova História Cultural.

Entre os autores que se enveredaram por esse caminho e que neste trabalho faço uso de seus escritos temos os olhares transdisciplinares que são importantes referenciais desta reflexão: do indo-britânico Homi Bhabha, **O local da cultura**, que versa sobre o tema das diferenças; Serge Gruzinsk, em **O pensamento mestiço**, ao falar sobre mestiçagem, o historiador demonstra tratar-se de um fenômeno que desencadeava a globalização já no século XVI; Carlo Ginzburg, entre **Relações de força** e seus **Olhos de madeira**, ajudando a pesar a questão da História Cultural.

Ainda para pensar esse hibridismo cultural ajudado pelas leituras de Ginzburg – **Lapso de Wojtyla** – faço um paralelo com a fala de Joseph Ratzinger, quando pronunciou que a Igreja Católica é a única verdadeira, o que causou comoção e revolta pelos demais ramos do cristianismo.

Busco, para uma melhor compreensão, visualizar práticas transculturadas em nossa cidade, tecendo comentários sobre uma visita feita a uma festa de santo junino, em que vários tipos de culturas ali se encontraram e estavam mescladas de tal maneira que parecia ser uma coisa única, quando, na verdade, era a junção de vários momentos culturais.

¹ Gímerson Ferreira de Souza. Graduado em História pela UNEMAT em 2007. Onde também se graduou em Ciências Contábeis em 2002, e atualmente cursa o 2º Semestre de Ciências Jurídicas – *Campus* Universitário “Jane Vanini”, da Universidade do Estado de Mato Grosso.

E refletindo sobre o “Anjo da Ventura”, uma figura emblemática localizada em uma das esquinas de nossa cidade, que recebeu o “título” de “Anjo protetor de Cáceres”, mas embasado nos questionamentos e as abordagens do Prof. MSc. Montecchi, vemos que de anjo – uma figura sacra – a estatueta está bem distante. Outrossim, faz apologia a deuses pagãos, como a deusa Nike e ou Vitória da Samotrácia.

Ressonâncias de uma História do Oriente

Naquela noite, 25 de dezembro, num templo religioso, na cidade de Cáceres, Mato Grosso, um pastor profere o sermão. Visivelmente emocionado, faz uma narrativa, conta a história do nascimento de uma criança e com ele todos se emocionam, escutando atentamente suas explicitações.

A meia noite se aproxima, absortos em celebração, aguardam o dia 25, contando, assim, mais um ano da morte e ressurreição do Messias.

Seria mais uma data, mais um momento de confraternização dos povos que comungam das mesmas crenças, mas, devido às leituras da graduação em História como um redemoinho, levam-me a pensar em outras possibilidades de compreensão daquele momento... Seriam as comemorações deste dia apenas uma trama discursiva?

Com essa interrogação e pensando com vários autores da corrente historiográfica denominada de História Cultural, que tentam compreender as relações de significados e cultura impregnada nas sociedades espalhadas pelo mundo, começo então este embrionário estudo.

Selecionando dois momentos para pensar “misturas culturais”, vamos enveredar pelas análises das culturas, enfocando a questão religiosa. O primeiro momento trata-se da questão do natal; já no segundo momento, vamos pensar também a fala do Sumo Pontífice, intitulada: “Respostas a questões relativas alguns aspectos da doutrina sobre a Igreja”, divulgada no dia 10 de julho de 2007, por Joseph Ratzinger – atual papa Bento 16 – em que a Igreja Católica faz uma afirmação categórica que é a única igreja verdadeira e representante de Deus na terra.

Misturas culturais

O cubano Fernando Ortiz, na década de 40, em sua obra **Contrapunteo cubano del tabaco y el azúcar**, usa o termo “transculturação”, sendo a obra correlacionada ao universo das

trocas culturais². A partir de então, o termo passaria a figurar no discurso de vários pensadores, sobretudo os intelectuais da América. A noção de transculturação será empregada neste trabalho para pensar a questão religiosa. Será que fundamentos religiosos podem ser transculturados? Podemos, em determinados momentos, perceber a presença de elementos possivelmente trazidos de uma outra cultura religiosa?

A utilização do conceito de transculturação refere-se aqui à definição original dada por Fernando Ortiz: "a transculturação é um conjunto de transmutações constantes; é criadora e nunca concluída; é irreversível. Sempre é um processo no qual dá-se alguma coisa em troca do que se recebe: as duas partes da equação encontram-se modificadas. Surge dela uma nova realidade que não é um mosaico de caracteres, mas um fenômeno novo, original e independente." Segundo Ortiz, a transculturação descreve o processo em cuja base se encontra uma "cultura nativa" e uma "cultura conquistadora". (GIRA – Pesquisado no dia 24 de julho de 2007).

Enquanto categoria analítica, o fenômeno da transculturação é a mistura de uma “cultura nativa” e uma “cultura conquistadora”, como Ginsburg nos faz refletir nos livros **Olhos de Madeira** (2001) a questão da imagem e em **Relações de forças** (2002) a questão da retórica e do discurso usado para apropriar ou imitar – mesmo que velado – uma outra cultura ou modo de vida.

As culturas são passíveis de misturas, disso nenhuma ideologia por mais “pura” e “original” que seja está livre.

Analisando a questão da transculturação aqui proposta, tal nomenclatura foi e é usada por vários pensadores, tanto da história, quanto da política, sociologia e campos afins, como nos conduz a pensar o escritor Gruzinski no que tange aos estudos pluridisciplinares – aqueles que incorporam diferentes possibilidades disciplinares.

O que Ianni evoca como *a superioridade incontestada do “ocidentalismo*, neste trabalho, uso como paráfrase para desenvolver minhas ideias, uma vez que na transculturação religiosa também temos aqueles que tomam para si o direito de ser superior aos demais, propagando que a cultura, os ritos e as tradições são melhores do que a do outro. Neste ínterim, lidamos com um paradoxo, pois todos rezam obedecer a uma mesma diretriz – a Bíblia – e os fins não justificam os meios pelos quais tiveram origem tais mesclagens dogmáticas dentro do seio cristão.

Faz-se necessário tratarmos um pouco do chamado hibridismo para entendermos o que foi dito acima, bem como aprofundar um pouco mais nossas discussões.

² Estes detalhes foram colhidos da versão impressa da Revista Brasileira de História, numa resenha da professora Maria Helena Pereira Machado. Sobre o livro Os Olhos do Império. Relatos de viagem e transculturação. <http://www.scielo.br> Pesquisado no dia 24-07-07.

Na regras de gramática, o “hibridismo consiste na formação de palavras pela junção de radicais de línguas diferentes”³ Partindo desse pressuposto, temos também o hibridismo biológico, que é o cruzamento de dois seres gerando um terceiro; temos, ainda, a questão do hibridismo de valores, culturais, alimentares e afins.

Nessa conjectura, mencionamos o hibridismo religioso, que consiste no encontro de duas ideologias religiosas distintas, culminando numa terceira vertente, criando, assim, significados diversos para um mesmo referencial – como é o caso o Anjo da Ventura, que veremos mais adiante.

Gruzinski nos dá um ótimo exemplo desta mesclagem, desta transculturação que ele chama também de mestiçagem. No livro **O pensamento mestiço** ele aborda a história de 4 índios da cidade do México, frente a um juiz espanhol; estas personalidades indígenas, os mais sábios e qualificados daquela província, queixando sobre a destruição de seus ídolos pelos espanhóis, disseram: “os cristãos também tinham as mesmos ídolos e as mesmas imagens” (GRUZINSKI, 2001, p.87).

Os nativos também tinham seus ídolos e o juiz pasmou diante da fala dos mesmos, haja vista que de alguma forma os índios – com razão – interpretaram que as imagens dos cristãos não eram diferentes das deles e a desculpa do juiz foi que os cristãos não adoravam “as imagens pelo que elas são, mas aqueles que elas representam” (ibidem, p.87), tentando convencer os índios largarem de suas práticas pagãs. Eis aí um paradoxo.

Gruzinski nos relata a mesclagem cultural religiosa do “sacro” e do “profano” dentro das Igrejas cristãs; nas pinturas, nas imagens, vê-se claramente a presença de contornos e adornos de cultura que não expressam o pensamento judaico cristão. Nos afrescos e quadros, percebe-se a figura do amálgama – cruzamento de seres humanos com animas – do tipo centauros e sereias, figurando juntamente com os santos e outras figuras tidas como sacras.

Quando do encontro de tais cruzamentos, geralmente apenas um é o dominante, ou seja, aquele que sobrepõe, com sua cultura, ideologia, DNA, etc, fazendo-se representante maior do hibridismo fim, pois a tendência a qual já estudamos é que sempre uma vertente tenta suprir outra, ou abarcar em si todos as culturas de outrem os fazendo como suas.

A religião muitas vezes assemelha-se a um jogo – por vezes mesquinhos – de interesses puramente egocêntricos, que satisfaz os interesses de uma minoria frente à maioria. E podemos perceber esses fragmentos discrepantes em qualquer vertente ideológica que tange à religião, ou não!?! Depende do referencial adotado.

³ www.portugues.com.br/morfologia/formacao/hibridismo.asp. Acesso em: 24. jul.2007.

A religião é algo importante, algo necessário para a sobrevivência de toda uma sociedade, seja ela qual for; todos buscam conforto e alento para o cansaço físico ou espiritual e isso é notório e algo inclusive homogêneo nas obras pesquisadas.

Ginzburg nos apresenta a seguinte afirmação: “A religião é efetivamente necessária tanto para introduzir novas estruturas, como fizera Numa, quanto para consolidar as antigas”, (GINZBURG, 2001, p.63).

O que importa neste trabalho discutir? O que foi dito é algo rotineiro, algo emblemado e aceito pelo senso comum. Digo, porém, a respeito do ser humano que tem uma tendência natural de procurar algo para trilhar, alguma coisa que o faça sentir aceito e inteirado a sociedade, um grupo qualquer. Logo, tudo isso é ou faz se numa representação, numa vontade de ser, de estar interligado a uma cultura, a um status.

Discutir religião e não voltar o olhar para o lado sociocultural seria algo incoerente e débil e, neste contexto, Carlo Ginzburg nos dá uma ampla visão em seus escritos, relatando que a questão sociocultural diz muito de uma sociedade e “é de fato impossível contar a história da civilização européia sem contar as histórias de seus contatos com outras civilizações” (GINZBURG, notas de capa – *Olhos de Madeira*).

Claro que o autor aqui relatado escreve sobre um espaço geográfico diferente, mas nos dá um embasamento para podermos pensar o que é ou o que seria da religião sem os enfrentamentos socioculturais, bem como as tradições ao longo de vários anos a uma determinada religião incorporada. E esse embasamento servirá para defrontarmos e confrontarmos tradições incorporadas ao seio do cristianismo. Neste contexto, vamos analisar algumas retóricas, todas enfeitadas e criadas para dar sustentação aos discursos hodiernos.

Será que teríamos um cristianismo ou judaísmo ou islamismo, budismo, hinduismo ou qualquer ideologia religiosa livre de algum contato e impregnações de sociedades não comungantes? No caso específico estudado aqui – o Cristianismo Nominal – será que está livre de interferências extrabíblicas?

Podemos entender por interferências extrabíblicas contatos e adoções de modos e costumes de outras civilizações, isso nos campos culturais e tradicionais; quanto aos costumes, que tange aos ensinamentos e leis, estatutos e ordens emanadas, como por exemplo, adoção de filosofias e pensamentos não judaicos, ou seja, pensamentos não bíblicos dentro do seio cristão, pois é sabido que as regras aplicadas ao cristianismo atual – pelo menos em seus manuais – dizem ser unicamente a Bíblia e esta é um compêndio dado aos judeus⁴.

⁴ Independente de crer ou não ser verdade os relatos bíblicos, tanto a Tanah e os escritos da Nova Aliança (Velho e Novo Testamento, respectivamente) foram dados e usados pelos judeus. Pois Jesus e todos seus discípulos eram judeus.

Ainda tomando o pensamento de Ginzburg expresso no livro **Olhos de madeira**, temos o seguinte relato: “Gregos e judeus, de modos diferentes, procuram elaborar instrumentos para encarar criticamente a realidade, sem se deixar tragar por ela. O Cristianismo se opôs a ambos, aprendeu de ambos” (GINZBURG, 2001, p.12).

Que as culturas e ideologias religiosas devem com mais ou menos ênfase algo a uma ideologia similar ou mesmo ambígua, isso deve. Que algumas ideologias – por assim dizer – tentam permanecer puras, sem introdução de filosofias estranhas dentro de seu ser, disso todos sabemos. E entre estas encontramos algumas religiões tribais que o professor Hans Kung nos dá a conhecer com muita propriedade e um requinte historiográfico riquíssimo, bem como as monoteístas judaica e islâmica. Se bem que estas duas, por mais que tentem em seu cerne serem puras, livres de impregnações, encontramos, por vezes, sinais e traços de outras culturas, e para exemplificar a respeito do assunto, observando o calendário judaico⁵, encontramos o mês de Tamuz, um nome de um deus pagão, pelo qual Deus ordenou no livro do profeta Jeremias o não contato com ele.

É importante frisar o pensamento de Ginzburg, bem como aprender e analisar com ele, pois, para ele relacionar o Velho ao Novo Testamento, foi uma necessidade para adequar a vida e a paixão de Cristo (GINZBURG, 2001, p.113-115), em que textos de profecias foram incorporados à figura de Jesus. E como ele mesmo afirma no prefácio, muito do que ele diz é emprestado de outros pesquisadores, como Crossan e Krister Stendahl, para compor e expor suas ideias.

O cristianismo nominal sentiu falta de muitos ritos e costumes e foi buscar em outras sociedades ou trouxe de outras civilizações – para dentro do cristianismo – algumas ideologias chamadas pagãs. E, como no caso acima – e neste instante não busco questionar se falso ou verdadeiro o pensamento de Ginzburg – o cristianismo busca todos os métodos para incorporar a cultura, a ideologia ou mesmo a filosofia de outra sociedade no seio bíblico, e mais ainda, tenta fixá-las como verdades supremas e de autoridade celestial, como é o caso da tão discutida doutrina da “Trindade⁶”, aceita por muitos e contestada por poucos e compreendida por ninguém⁷.

“O historiador não tem que provar nada...” (GINZBURG, 2002, p.13) e tal atitude nos dá um aval maior para podermos avançar dentro de uma pesquisa, pois não necessariamente

⁵ Calendário do ano 5767, publicado pela Congregação Israelita da Nova Aliança.

⁶ Uma doutrina incorporada ao seio cristão apenas no IV século da era comum.

⁷ Tal vez fui taxativo e generalizador, mas o fiz para dar um impacto maior ao leitor. Lembro da música “Índios” do grupo Legião Urbana, que tem um refrão mais ou menos assim: “Quem me dera ao menos uma vez, entender como um só Deus ao mesmo tempo é três”... Bem como de um jargão utilizado no meio religioso em se referido a esta doutrina que diz: “O mistério da Santíssima Trindade”, ou seja, algo enigmático que foge a compreensão.

devemos estar preocupados com provas ou contraprovas, devemos apenas olhar com olhos acusadores de um historiador ávido por uma boa leitura e uma excelente pesquisa.

Devemos procurar ler os espaços que dividem os capítulos, romper com a mesmice e trazer um outro olhar sob o mesmo referencial. Isto é o que nos ensinam as leituras das obras de Ginzburg, nos remetendo a um grau maior de maturidade historiográfica, pois, para ele, temos que além de tudo, ler o inverso, olhar outras possibilidades de leituras de um mesmo objeto.

Ensinam-nos escritores tal como Foucault que temos que procurar o não lido, procurar por aquela impressão que ninguém percebeu ainda. Tentar quebrar regras faz parte o cotidiano daquele que quer melhorar e ampliar seu campo de visão sócio cultural.

Indagar sobre um determinado objeto ou mesmo sobre a ideologia tende a ser uma prática dos historiadores hodiernos, pois, para ter se uma melhor noção de sociedade, é preciso conhecê-la melhor, analisar e tentar compreender seus discursos, ponderando sobre que perspectiva um texto foi escrito, para quem foi escrito e qual o contexto que naquele momento norteavam as ações de um determinado escritor.

Com esse intuito, sigo problematizando no campo da História Cultural e tentando compreender como o cristianismo incorpora filosofias e culturas de vários povos, essas diferentes possibilidades filosóficas e práticas culturais difundidas como suas.

A última badalada

Um exemplo típico dessa mistura é a questão do natal, um evento religioso cristão que se espalhou por todo o mundo em que pese influências pagãs em suas origens. Tal evento religioso, fortemente influenciado pela cultura capitalista, ganhou dimensão universal, por isso mesmo, em 25 de dezembro, mesmo as civilizações que não professam o cristianismo celebram o natal.

Em 2005, no transcurso da graduação, redigi um ensaio problematizando a celebração do natal na perspectiva de uma mistura cultural: Como fazer para explicar ao peru o sentido do natal⁸?

Ao agregar novas possibilidades de compreensão às questões colocada naquele ensaio, faço um paralelo com Roger Chartier. Em entrevista concedida à revista **Presença Pedagógica**, Roger Chartier, ao analisar as práticas culturais, afirma: “A prática constitui as representações em ação, captadas nas condutas do cotidiano ou no ordenamento dos rituais sociais”.

À religião judaico-cristã foram introduzidas crenças de outros povos desde a Roma Pagã com Constantino⁹, que “em 313 legaliza o cristianismo como religião do Império Romano”

⁸ Um ditado popular.

(CARDOSO, 1999, p.170) – tudo isso para não perder ou tentar manter-se no poder frente às divergências entre romanos e cristãos. E, para agradar a todos, incorporou a figura de Yeshua (Jesus) ao dia comemorado pelos pagãos como o dia do nascimento do deus Sol Tamus, que era dia 25 de Dezembro: “Em 319 o Cristianismo incorpora ritos e costumes pagãos. O Natal passa a ser celebrado no dia 25 de dezembro, dia do deus Sol, e o culto à Virgem Maria substitui o de Cibele, mãe dos deuses romanos” (ibidem, p.170).

Como vemos, não somente a questão da Natal foi arquitetada pela cúpula de Roma, temos uma gama delas, ou seja, temos aqui um típico exemplo de incorporação de culturas. Que dia ele nasceu, não se sabe! E também não vem ao caso, a questão aqui é que ele não nasceu em dezembro e muito menos no dia 25 deste, configurando aqui um exemplo original de mesclagem cultural.

Transcorrido tanto tempo deste acontecimento (nascimento de Yeshua), vemos na atualidade o pouco caso dado ao personagem, suas “reais” razões e é dada notoriedade a tradições populares e pagãs¹⁰, sem ser questionado o motivo de tais práticas, e é isso que nos instiga. Com ajuda de pensadores tais como Ortiz, Grunziski, Ginsburg, Bhabha, entre outros, vamos visualizar e analisar os procedimentos culturais.

Pela História Cultural proposta por Chartier, que pretende romper com as distinções primordiais tidas como evidentes – eruditas / popular, esta postula identificar o modo como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade é construída, pensada, dada a ler. Várias verdades temos do Jesus bíblico e em diferentes lugares e momentos uma verdade, uma prática, uma significação dEle foi construída.

Claro está que além de um evento da cristandade, o Natal ganhou adornos e conotação capitalistas, digo, de ordem consumistas, em que o evento é mascarado com o intuito de se obter lucros econômicos (e não de reflexão). Mas discutir aqui essa vertente dada a tal data, não é a proposta deste trabalho. Quero com esse exemplo apenas apontar diretrizes para que o leitor pense comigo e os demais autores aqui utilizados que dentro da Religião ou em qualquer outro meio sociocultural a transculturação permeia e muitas vezes dita as regras do jogo.

Muitos dos que não professam uma fé judaico-cristã vivem impregnados da prática e do discurso natalino. Encontramos nos comércios destes, por ocasião desta data, uma variedade enorme de enfeites e todo tipo de apologia ao Natal, mostrando, assim, que de uma forma ou de outra, as culturas estão se mesclando e assumindo os discursos e práticas umas das outras.

O culto ao natal ganhou contornos exorbitantes, e paradoxais, como é o caso do desenho animado Flintstones, que num dos episódios a família se encontra toda reunida para cear a

⁹ Constantino foi Imperador de Roma por volta do IV século.

¹⁰ Tais como papai Noel, árvore de natal, troca de presentes e afins, todas estas praticas foram incorporadas ao longo do tempo.

ocasião. Mas como eles comemoram Natal se viveram antes de Cristo? Temos aí mais um jogo de marketing “religioso” de seus produtores.

Nesta mesma direção, vimos, nos telejornais, os presépios todos enigmáticos com figuras regionalizadas encenando o nascimento do ‘menino Jesus’, como no Nordeste brasileiro, em que os camelos sendo substituídos por muars, e no Mato Grosso, os personagens ali representados, todos sendo da flora e fauna do Pantanal.

Essa mistura de cultura é evidenciada no texto de Gruzinski, quando nos relata sobre a região do Algodão na Amazônia, um lugar remoto, onde os moradores choraram a morte de Lady Day. Ou seja, uma cultura sendo assimilada ou incorporada por outra, seja onde estiver.

Gruzinski em sua obra **O pensamento mestiço** nos traz uma abordagem fantástica de como se configura a questão multicultural impregnada nas civilizações, mostrando como a cultura de um determinado momento sobrepõe-se a outra, fazendo aí uma mesclagem de culturas. O autor aborda em seus primeiros capítulos a chegada dos europeus ao continente conhecido hoje como América.

É evidente que uma cultura sempre perde para aquela convencionada a se chamar de “mais forte”, mas, na verdade, o que há entre o encontro de culturas é uma associação, uma assimilação de partes uma das outras, constituindo uma outra cultura, ou seja, a soma de primeira com a segunda dentro de um mesmo povo, resultando numa terceira, que fica impregnada pelas duas primeiras.

Tentar livrar-se deste axioma é em vão lutar, pois uma cultura, por mais isolada que seja, em contato com outra, causará uma mesclagem, devido à incorporação de ritos e costumes. Como então abordar esses mundos mesclados? É a pergunta que Gruzinski faz e ao longo de seus escritos tece comentários sobre como tratar desse tema, por vezes tão ambíguo e quando não muito com uma gama de conceitos díspares entre os pensadores.

O autor defende que “aceitar em sua globalidade a realidade mesclada que temos diante dos olhos é um primeiro passo, ou seja, oscilar entre as culturas e pertencer a todas” (GRUZINSKI, 2001, p.26) seria uma das saídas, como no exemplo citado de Macunaíma¹¹, que vivia entre o ser conquistador, o europeu – pois ele tocava um instrumento deste continente – e o ser conquistado, pois é representado como um nativo. Assim, ele trafega livremente por entre as culturas.

Assim ocorre com o Natal, uma cultura incorporada na jornada do cristianismo de outras culturas pagãs, tida como verdadeira no seio cristão e assimilada hoje por uma dimensão enorme de povos, religiões e credos, em que apenas trafegar pelas suas veredas, mesmo sem contestar ou ao menos indagar, tem sido a opção de muitos.

¹¹ Da obra de Mario de Andrade.

Eu sou a Verdade

Os primeiros embates ideológicos travados dentro da religião cristã foi justamente aqueles que Ginzburg trata quando discorre sobre a polêmica do pedido de perdão da Igreja Católica aos judeus. Tecendo comentários sobre o apóstolo Paulo, Ginzburg expressa seus pensamentos em relação a essa milenar intriga judaica x cristã.

Durante o apogeu da Igreja de Roma, que trouxe para si o primado de tudo, coube a ela fazer os cristãos do primeiro século se desvencilhar de seu judaísmo e os discursos ideológicos foram se tornando cada vez mais rudes, que passam do campo das ideias ao campo do massacre físico.

Nos textos de Ginzburg são evidenciados acontecimentos tais como a Segunda Guerra Mundial, a Inquisição, que também nos instiga a pensar em outros determinismos que estiveram em cena a Igreja Católica e a “velha” nação judaica.

O primeiro século da Igreja era composto, em sua maioria, de judeus; basta analisar que o próprio Jesus, tão ovacionado pelos cristãos, era um autêntico judeu, bem como todos seus discípulos e seguidores.

A prática judaica de não trabalhar aos sábados, de feriar nos dias de festas rituais, de não obedecer a um outro tipo de governo a não ser aquele que por via de regra estava escrito em seu código de postura – a chamada Torah¹² – levou o governo de Roma, que na época detinha o domínio e o poder sobre toda aquela região, a tomar medidas drásticas, que culminaram com a proibição de certas práticas dos judeus.

Entre tais práticas, temos a questão já citada do sábado, a questão da não crença em mais de um Deus¹³, que os romanos tanto cultuavam e adoravam; dentro desse pormenor, ainda temos contemplada a questão da crença tão difundida no meio Católico e protestante que é a Trindade¹⁴. Não é de hoje que intrigas permeiam o seio do cristianismo e o judaísmo.

O judaísmo sofre um duro golpe com a queda de Jerusalém e do Templo no ano 70 de nossa era e os judeus começam a ser espalhados por toda a superfície da terra. Depois, temos as Cruzadas, a Inquisição, a Primeira e Segunda Guerra Mundial e em tudo isso as duas “religiões” estiveram de lados opostos (ALMEIDA, 1982): a Católica, atacando aquele povo de quem eles selecionaram um de seus filhos para seguir, e a maior parte dos judeus rejeitando a

¹² Torah é o compendio dos 5 primeiros livros – Pentateuco. A Torah esta contida dentro da Tanah – ou seja os 39 livros do Velho Testamento.

¹³ Judeus crêem no D'us Um. Não em varias entidades divinas como as demais nações, excetua-se o Islamismo.

¹⁴ Crença na existência e três deuses regendo o universo, personificado em Deus Pai, Deus Filho e Deus Espírito Santo. Crença essa introduzida no seio cristão a partir do Concílio e Nicéia 325 e confirmada pelo de Constantinopla em 381.

figura de um Messias europeizado, pois, claro, esta que cuidaram em tirar dEle - Jesus - todos os traços de sua nação, de sua cultura, em que Roma Pagã cuidou em usar desse personagem para construir seu discurso de unificação, fato esse a cargo de Constantino.

Quando Ginzburg traça seus comentários a respeito do lapso de Wojtyla em relação ao pedido de perdão pelas atrocidades cometidas ao povo de Israel, o faz com muita propriedade. Faz uma bela análise do discurso do Papa dentro de uma Sinagoga na Itália, quando retrata o povo judeu usando um texto de Paulo aos Romanos 9:12,13 que diz: “já fora dito a ela: O mais velho será servo do mais moço. Como está escrito: Amei a Jacó, porém me aborreci de Esaú”. E a fala do papa é essa: “Vocês são nossos irmãos prediletos e, de certo modo, poderíamos dizer, nossos irmãos mais velhos” (GINZBURG, 2001, p.220).

Ginzburg, traçando um paralelo entre a fala do papa e do versículo bíblico, relata a supremacia evocada pela Igreja Católica frente aos judeus, referindo-se a estes como “irmãos mais velhos” e concomitantemente execrados por Deus, criando e consolidando uma identidade mesmo que forjada para postular uma superioridade, ou seja, mesmo no pedido de perdão, fica evidenciada a superioridade de um sobre os outros: te perdão, mas reclua-se em sua insignificância.

Continuando as considerações, Ginzburg faz uma análise do verso supracitado e diz que “se há um texto fundador do antijudaísmo cristão, é esse” (GINZBURG, 2001, p.221). Se me é permitido discordar de tão ilustre autor e pensador o faço agora, não com arrogância, mas como quem sempre está disposto a aprender, pois discordar faz parte do aprendizado. Não vejo Paulo como um cristão!... O vejo como um judeu praticante e zeloso¹⁵, agora a conotação e o discurso que sobre ele fizeram, durante todos esses séculos, sobretudo, a Igreja Católica, no afã de criar uma identidade, mudaram – sem ele consentir – totalmente o legado de Paulo e sua cultura judaica.

O que percebemos nitidamente em tudo isso é a tentativa de ambos firmarem (judeus e cristãos) suas identidades, seus discursos e buscarem salvaguardar suas ideologias em determinados momentos da história.

Fazendo um contra ponto nesta fala, podemos observar o ocorrido no mês de julho de 2007, quando uma encíclica do Vaticano, outrora defendida por Joseph Ratzinger enquanto Cardeal, veio a tona com toda veemência possível.

O texto trata da afirmação da Igreja Católica como única verdadeira e representante de Deus na Terra, o que causou comoção e manifestações em contrário por toda gama de protestantes, que, como o nome já sugere, o fazem muito bem.

¹⁵ Para tanto, basta uma leitura em Romanos 11 e Filipenses 3.

“Segundo a doutrina católica, tais comunidades não têm a sucessão apostólica no sacramento da Ordem e, por isso, estão privadas de um elemento essencial constitutivo da Igreja”¹⁶ Ou seja, as “igrejas surgidas depois da Reforma Protestante teriam quebrado essa sucessão apostólica e deixado de lado os sacramentos tradicionais, elas não poderiam ser consideradas igrejas verdadeiras, mas simples ‘comunidade cristãs’”¹⁷.

Tudo isso é uma busca por (re)afirmar a identidade da Igreja Romana frente às demais instituições religiosas.

Um comentário pertinente ao assunto é expresso pelo jornalismo da Revista Veja; ao intitular uma reportagem como “A verdade sou eu”, faz considerações a respeito da carta resposta divulgada pela Igreja Católica:

A declaração causou protestos entre os protestantes e os ortodoxos. Acusa-se o papa de dificultar o diálogo ecumênico. Mas bancar as madalenas enganadas não passa de jogo de cena dos cristãos não-católicos. Afinal de contas, em mais de 2000 anos de história, a Igreja Católica nunca relativizou essa posição. O próprio nome da Igreja expressa como ela sempre se enxergou única. A Igreja é Católica (palavra de origem grega que significa ‘universal’), Apostólica (fundada por Pedro e Paulo, herdeiros diretos da verdade de Cristo) e Romana (não há legitimidade fora do âmbito papal). (LOPES, 2007, p.97).

O que temos neste contexto são filhas reclamando da mãe, procurando herdar com ela as heranças que todos querem usufruir, mas sem querer comungar com ela de seus ideais. Isso num primeiro momento, pois já dissemos que muitas ideologias foram incorporadas ao seio do cristianismo e as filhas (igrejas protestantes) comungam de igual teor dessa transculturação religiosa ocorrida ao longo dos tempos – lógico, com mais ou menos ênfase.

É sabido que as escrituras sagradas foram dadas aos judeus, escritas por judeus, interpretadas e cumpridas por judeus. É o caso de lembrar que o próprio Yeshua (Jesus) é cidadão judeu e cumpriu todos os ritos e mandatos judaicos, ou seja, cumpriu a Bíblia. Logo, temos que a essência da interpretação dos ensinamentos Bíblicos são deles, tudo o que se sabe hoje aprendemos com eles e foram passados por eles; são eles os “guardiões” de tais preceitos. Isso para todos, creio ser um axioma.

O fato é: Se as escrituras sagradas foram dadas aos Hebreus, por que a vemos hoje impregnada de filosofias e pensamentos gregos, babilônicos, romanos – essa transculturação que tanto nos instiga como nos envolve – enfim, de filosofia que não condiz em nada com os textos sagrados originais¹⁸ nem com as práticas judaicas? Por que a filosofia de Platão, conhecida pela Escola Patrística, tendo como seu mais audaz defensor “Santo Agostinho” e a

¹⁶ g1.globo.com/Noticias/Mundo/0,,MUL66958-5602,00.html. Acesso em: 30. jul. 2007.

¹⁷ g1.globo.com/noticias/0,,MUI66655-602,00.html. Acesso em: 10. jul. 2007.

¹⁸ Refiro aos escritos primitivos, pois sabemos que os originais não existem mais. Ehrman, Bart D. ‘O que Jesus disse? O que Jesus não disse? Quem mudou a Bíblia e porque’, 2006.

Escolástica com bases nas teorias de Aristóteles defendidas por “Tomas de Aquino” permeia o seio das religiões chamadas cristãs tanto de índole Católica como as protestantes? Por que os protestantes que se dizem representantes de Deus na Terra são defensores ferrenhos e audazes de filosofias incorporadas ao longo dos séculos no seio religioso? Não seria isso um sacrilégio às escrituras, dando a elas outra interpretação e fazendo justamente o oposto do que foi pedido ao longo das escrituras para não se alterar nada do que nela há? Está escrito em Mateus 5:18, que nem um tio ou um jota se omitira da lei, e ainda Apocalipse, 22: 18,19 relatando que se alguém tirar ou acrescentar alguma coisa do que foi escrito, Deus cobrará tudo no juízo final.

Para termos uma ideia do que estou dizendo dessa transculturação incorporativa, vamos analisar o seguinte depoimento de Bertrand Russel, em sua **História da filosofia ocidental**:

“O Deão Inge, em seu valioso livro sobre Plotino, ressalta acertadamente, o que o cristianismo lhe deve. ‘O platonismo – diz ele – é a parte da estrutura vital da teologia cristã, com a qual nenhuma outra filosofia, ousa dizê-lo, poderia funcionar sem atritos’ há, diz, uma extrema impossibilidade de extirpar-se o platonismo do cristianismo, sem que ao cristianismo se faça em pedaços. Assinala que o Santo Agostinho se refere ao sistema de Platão com o mais puro e brilhante de toda a filosofia.” (grifo nosso). (RUSSEL, 1957, p. 330).

Como que o cristianismo nominal alardeia dizendo ser o remanescente, ser o que deu prosseguimento aos ensinamentos de Yeshua e seus apóstolos e no seio das religiões que vemos hoje que não se pode tirar as filosofias de Platão sem que caia tudo por terra?

As religiões de índole católico / protestante, que vemos hoje, construíram suas bases, seus alicerces, os sustentáculos de suas doutrinas sobre uma fundação duvidosa, sobre um contexto que nada tem a ver com o que foi legado aos que receberam em primeira mão as chamadas Sagradas Escrituras. Cuidaram em mudar os tempos e as leis, adequando suas doutrinas aos seus *modus vivendi*, afastando ao máximo do cristianismo original, do cristianismo apostólico, incorporando filosofias que agradavam a “gregos e troianos”. Logo, podemos observar que as transculturações são patentes.

Um olhar cacerense

Historicamente, Cáceres constituiu-se em território habitado inicialmente por indígenas e posteriormente por outros elementos, ou seja, com a chegada das bandeiras, ou simplesmente dos “conquistadores”, sejam eles espanhóis ou portugueses, juntamente com negros, possibilitando que sua população fosse composta a partir da miscigenação cultural, ou como Gruzinski relata, de mestiçagem.

Aqui temos um encontro de culturas diferentes que num dado momento acabam sendo incorporadas umas às outras, dando um significado às ações e ao mundo que os rodeiam. A cultura é compartilhada pelos indivíduos, portanto, não se refere a um fenômeno individual. Desse modo, podemos entender a cultura como um código simbólico, código que possui uma dinâmica e uma coerência interna, compartilhada pelos membros de uma dada sociedade ou grupo social, ou, simplesmente, uma transculturação.

Não podemos generalizar as religiões, certo estamos que em determinados pontos existem semelhanças, mas dizer que uma denominação explica o todo é ser incoerente, pois as diversas nomenclaturas religiosas foram constituídas dentro de uma ideologia – por mínima que seja – diferente.

Cáceres, apesar de ser bicentenária, apenas abarca as influências transculturadas das religiões, ou seja, é feita uma importação. Em tese, as religiões protestantes aqui chegadas não recebem anexos que as conduzem a esse patamar de agregação cultural. Já numa análise um tanto criteriosa, a religião romana recebe uma pitada de absorção da cultura local, ou mesmo de pensamentos ideológicos alhures à doutrina católica, como é caso das representações regionalizadas do presépio natalino de Cristo.

Dois exemplos clássicos em nossa cidade e a presença do folclore – e isso não é novidade no seio católico - comungando junto nos eventos religiosos, como é o caso do Cururu e Siriri, que são danças típicas e se unem – em dados momentos – com a Igreja para celebrarem as festas aos santos. Nesses eventos, todos, sem questionar tais práticas, alegram-se, festejam e adoram.

Tais práticas, apesar de serem hodiernamente corriqueiras, foram incorporadas, importadas, emprestadas de outras culturas e aparentemente não há um estranhamento entre ambas. Os grupos de violeiros ali presentes tocavam e cantavam com todas suas forças, expressando com danças e afins sua felicidade em estar presente em tão sagrado ato.

Ao final de toda a cerimônia sagra, vem a parte “profana”, em que acontece o bailão e são servidas variedades de bebidas e a festa se arrasta pela noite adentro. Estas práticas transculturadas, como já discutidas neste trabalho, permeiam os povos em geral e, na nossa cidade, não é diferente.

O segundo exemplo refere-se ao “Anjo da Ventura¹⁹”, exposto numa esquina do centro da cidade de Cáceres, que foi incorporado ao discurso – por assim dizer – religioso, haja vista a estatueta ter aparência e representação de um ‘Anjo’. Assim nos diz Montecchi:

¹⁹ Uma figura mitológica elevada a categoria de “Anjo protetor da cidade”, Montecchi.

É importante, desde já, situar a probabilidade de a escultura ter sido trazida num navio vapor, cruzando o Atlântico, no último quartel do século XIX para compor a fachada da casa comercial Ao Anjo da Ventura, localizada em um espaço citadino que vai se configurando como “lugar de negócios”, que no ano de 1942, com a instalação da agência do Banco do Brasil, consolidou-se como o centro financeiro e monetário da cidade portuária de Cáceres no cruzamento das ruas Comandante Balduino, antiga Travessa da Cadeia, e Coronel José Dulce, antiga Rua Augusta, nome recebido em 7 de julho de 1921 em homenagem a um negociante genovês. (MONTECCHI, 2006, p.2)

No trabalho de Montecchi, fica evidenciado que o discurso não condiz com o título dado – provavelmente por populares – ao anjo, que passou a ser conhecido como “O Anjo Protetor de Cáceres”, pois a estatueta, ao que tudo indica, faz-se apologia a Vitória da Samotrácia e ainda à deusa Nike:

Inferimos que a escultura apresenta alguns elementos que a afastam da representação tradicional-cristã de um Anjo. A representação de Anjo, na tradição judaico-cristã, é de um ser assexuado, geralmente expresso em formas masculinas. O Anjo da Ventura apresenta contornos nitidamente femininos e pagãos. Os seios em relevo, a perna descoberta, demonstram sensualidade, os cabelos são longos e estão presos para trás. Quando comparado a outras representações fomos levados a pensar que, possivelmente, O Anjo da Ventura tenha sido inspirado em uma obra de arte que representa a Vitória de Samotrácia. Encontrada numa ilha da Grécia, a escultura Vitória de Samotrácia, esculpida em mármore cerca de 190 a.C., com altura de 275 cm., hoje, encontra-se exposta no Museu do Louvre, Paris. Supõe-se que a mesma estivesse presa à proa de um navio que conduzia uma grande frota naval. Esta peça pertence a uma tendência do período helenístico que buscava através da Arte expressar movimentos, mobilidade e figuras que pudessem ter sua beleza apreciada de todos os ângulos. A Vitória de Samotrácia, ou Nike, geralmente acompanha a Zeus e a Atena e como Deusa da Vitória, é a representação da glória aos vencedores. É representada como uma figura alada, sentada ou em pé sobre um globo, segurando em suas mãos uma folha de louro e um galho de palmas, ou ainda, em algumas representações, uma guirlanda ou uma espada. Presidia as competições atléticas e o desejo da vitória, da fama e das conquistas. (MONTECCHI, 2006, p.12).

Assim, podemos pensar as práticas culturais dos cacerenses quanto à figura do Anjo da Ventura. Devido à identidade religiosa a ela dada, a população a cultua enquanto figura sacra, dando a ela o legado de “protetor” da cidade. Essa mestiçagem transculturada provoca esses discursos que dá vida à História Cultural, pois, analisando e pensando essas práticas, podemos compreender um pouco sobre as culturas que regem nossa vida.

É interessante ver como essas práticas permeiam nossas vidas e muitas vezes não nos damos conta de que elas estão arraigadas no nosso cotidiano. Essas práticas culturais são incorporadas ao silêncio de um ritual, penetram no cerne e dá vida à cultura, como se fosse um hospedeiro que carrega sobre si a carga de outra cultura, dizendo ser sua.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BHABHA, Homi K. **O local da cultura**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998.

CARDOSO, Maurício, Jesus 2000: os desafios do cristianismo às portas do novo milênio. **Revista Veja**, 15 de dezembro de 1999, p. 168 – 175.

GINZBURG, Carlo. **Relações de força**: história, retórica, prova. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

_____. **Olhos de madeira**: nove reflexões sobre a distância, São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

_____. **O queijo e os vermes**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

GRUZINSKI, Serge. **O pensamento mestiço**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

LOPES, Adriana Dias – A Verdade Sou Eu. **Revista Veja**, edição 2017 – ano 40 – nº 28, 18 de julho de 2007. Editora Abril.

MONTECCHI, Acir Fonseca. Cáceres: a cidade no Espelho. 2006. O texto ainda não foi publicado.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

ALMEIDA, Abraão de. **Israel de Herodes a Dayan**. Rio de Janeiro, CPAD, 1982.

BÍBLIA SAGRADA. Tradução de João Ferreira e Almeida. São Paulo: Sociedade Bíblica do Brasil, 1995.

_____. Tradução de João Ferreira de Almeida. Barueri: Sociedade Bíblica do Brasil, 1993.

CALENDÁRIO do ano 5767, publicado pela Congregação Israelita da Nova Aliança.

EHRMAN, Bart D. ‘O que Jesus disse? O que Jesus não disse? Quem mudou a Bíblia e por quê. São Paulo, Prestígio, 2006.

KUNG, Hans. **Religiões do mundo**: em busca dos pontos comuns. Tradução de Carlos Almeida. Campinas – SP, Verus Editora, 2004.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História e história cultural**. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

SIDUR Completo, Organização, edição e realização Jairo Fridlin, São Paulo: Sêfer, 1997.

TORA, A lei de Moisés, Idealização Jairo Fridlin. São Paulo: Sêfer, 2001.

ACESSOS A INTERNET

http://www.caceres.mt.gov.br/index2.php?cod_sec=4&cod_sub=70
<http://autenticaeditora.tempsite.ws/livros/item/153>

http://www.vatican.va/roman_curia/congregations/cfaith/documents/rc_con_cfaith_doc_20070629_responsa-quaestiones_po.html
<http://www.scielo.br>
<http://www.gira.info/po/presentation-problematique.asp>
<http://www.scielo.br> e http://pt.wikipedia.org/wiki/Oct%C3%A1vio_Ianni
<http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.jsp?id=K4798380J8>
<http://www.scielo.br/pdf/ln/n64/a06n64.pdf>
<http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.jsp?id=K4798380J8>
<http://www.portugues.com.br/morfologia/formacao/hibridismo.asp>
<http://g1.globo.com/Noticias/Mundo/0,,MUL66958-5602,00.html>
<http://g1.globo.com/noticias/0,,MUI66655-602,00.html>

OS REFLEXOS DA LEI Nº10.639/03 NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: UM ESTUDO SOBRE HISTÓRIA E DIVERSIDADE ÉTNICO-RACIAL

Jaqueline da Silva Alencar¹

Este artigo é fruto de uma pesquisa que ainda se encontra em desenvolvimento. Refere-se a um projeto de pesquisa que está sendo elaborado como trabalho de conclusão de curso na área de História, da Universidade Federal de Mato Grosso.

O objeto deste trabalho é o estudo da viabilidade da lei nº 10639/03, que regulamenta o Ensino de História e Cultura Africana e Afro-brasileira na rede básica de ensino, tendo como foco compreender as relações sociais e culturais por meio da análise do ambiente da escola Estadual André Avelino Ribeiro, mais especificamente, o Programa de Educação de Jovens e Adultos (EJA).

Para que possamos compreender o atual contexto das relações étnico-raciais e sociais na escola, é necessário traçarmos um panorama das transformações pelas quais passou o ensino de história ao longo do século XX, bem como apresentarmos um breve histórico do EJA, haja vista que a pesquisa de campo ocorrerá com professores e alunos desse programa.

Para Selva Guimarães Fonseca (2006, p.16), “discutir o ensino de história hoje, é pensar os processos formativos que se desenvolvem nos diversos espaços, é ponderar sobre fontes e formas de educar cidadãos numa sociedade complexa marcada por diferenças e desigualdades”. De acordo com a autora, as mudanças que ocorreram no ensino de história no Brasil do século XX, especialmente nas últimas décadas, foram realizadas de maneira articulada com as transformações sociais, políticas e educacionais pelas quais o Brasil passou, mais especificamente, após o regime militar (1964-1985). Sendo assim, a educação estava ligada ao ideário de segurança nacional e desenvolvimento econômico.

Entre as décadas de 70 e 80, o ensino de história volta a sofrer mudanças significativas, porém, mais especificamente nos anos 80, vivenciamos uma realidade dupla e contraditória. Por um lado, um amplo debate em torno da necessidade de mudanças para a melhoria da educação, por outro, a legislação elaborada na ditadura ainda permanecia. Com o processo de redemocratização política, houve muitos movimentos também no setor educacional, como greves de professores, lutas por eleições diretas e a reformulação dos

¹Jaqueline da Silva Alencar é acadêmica do curso de História, do Instituto de Ciências Humanas e Sociais, da Universidade Federal de Mato Grosso. Esse trabalho refere-se a um projeto de pesquisa que está sendo produzido como Trabalho de Conclusão de Curso. E-mail: jaquesalencar@hotmail.com.

currículos na maioria dos estados brasileiros. Com esses movimentos e a aprovação da constituição de 1988, cresceram os investimentos para a educação.

A partir dos anos 90, no contexto neoliberal-conservador de globalização econômica, disputas e lutas em torno de uma nova política educacional e da nova Lei de Diretrizes de Bases da Educação Nacional (LDBN), o ensino de História tomou outras dimensões. A disciplina tornou-se autônoma e foi ampliada no ensino médio. Os conteúdos ensinados passaram a assumir diferentes espaços, sendo fundamental para os debates e discussões, visando a valorizá-la ainda mais como campo de saber autônomo fundamental para a formação do pensamento humano. Em 1994, foi instituída a reformulação dos livros didáticos e em 1997 foram publicados os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs). Apesar de muitas mudanças sofridas ao longo do século XX, o ensino de história mostra, ainda hoje, muitas deficiências. Uma das heranças que se mostra como um verdadeiro entrave à educação foi, sem dúvida, os efeitos que causou o período escravocrata. Os preconceitos de cunho social e étnico são percebidos nos dias atuais na escola. Trazer discussões que possam contribuir no sentido de mudar essa realidade é muito importante, bem como considerar as contribuições de todas as classes e culturas existentes no Brasil, por meio de um sistema de ensino eficaz, com profissionais preparados e alunos conscientes.

A Educação de Jovens e Adultos também tem sido muito discutida entre estudiosos de todo o mundo, inclusive, nas conferências mundiais. No Brasil, esta começou a delimitar seu lugar nos anos 1930, porém, ganhou destaque apenas após 1945, quando a educação foi enfatizada dentro da preocupação com a universalização da educação elementar. Nos anos 60, os principais programas de alfabetização e educação popular foram inspirados na pedagogia de Paulo Freire. Antes disso, o analfabetismo era apontado como causa da pobreza e marginalização e, após o surgimento dessa nova visão, foi interpretado como o efeito da situação de pobreza gerada pela estrutura social.

Com o golpe militar em 1964, os programas de alfabetização foram vistos como uma grave ameaça à ordem, e então, seus promotores foram duramente reprimidos. O governo só permitiu a realização de programas de alfabetização assistencialistas e conservadores. Em 1967 foi lançado O Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL); com isso, o próprio governo controlava o programa de alfabetização, já que o MOBRAL foi lançado pelo Ministério da Educação.

Com a redemocratização política do país (1985), o Sistema MOBRAL foi extinto, dando lugar ao Programa Fundação Educar. Com o fechamento da Fundação Educar, em

1990, o Governo Federal ausenta-se desse cenário educacional. Houve, portanto, um esvaziamento constatado pela inexistência de um órgão ou setor do Ministério da Educação voltado para esse tipo de modalidade de ensino.

A educação de jovens e adultos chega aos anos 90 com a necessidade de reformulações pedagógicas, inclusive para discutir questões como diversidade étnico-racial e discriminação na escola.

Após apresentar esse breve histórico do contexto educacional, dando ênfase ao ensino de história e ao programa de educação para jovens e adultos, pensamos que os objetivos que estão norteando esta pesquisa são fundamentais para compreendermos a importância da mesma. A seguir, elencaremos os referidos objetivos, explicitando as ideias que nortearão a pesquisa.

Objetivos gerais

- 1) Analisar os reflexos da lei nº10.639/03 no Programa de Educação para Jovens e Adultos por meio do estudo sobre História e diversidade étnico-racial na escola;
- 2) Estudar quais os meios utilizados pela escola Estadual André Avelino Ribeiro para abordar as relações raciais na educação;
- 3) Estudar de que maneira a lei 10639/03, que regulamenta o ensino de história e cultura africana e afro-brasileira, está sendo viabilizada na rede básica de ensino, tendo como parâmetro a escola Estadual André Avelino Ribeiro, a fim de observar se essa lei tem contribuído para o combate do racismo na escola. Faremos isso por meio de entrevistas que serão realizadas com o corpo institucional da mesma;
- 4) Observar se os professores da referida escola estão aptos a ministrar aulas sobre a temática “história e cultura africana e afro-brasileira”, verificando quais métodos esta utiliza para ensinar a temática no programa de educação para jovens e adultos.

Ao me deparar com o cotidiano escolar, pude perceber como as diferenças culturais das pessoas influenciam nas relações sociais que desenvolvem nos espaços que socializam.

Essas diferenças foram o ponto central da construção do meu problema. Foram surgindo questionamentos que me fizeram pensar no porquê as diferenças existem e geram discriminações e de que maneira os profissionais que atuam na escola podem agir no sentido de minimizar os conflitos que surgem.

Foi então que após algumas leituras realizadas refleti sobre a importância da lei nº10639/03. Porém, mais indagações foram aparecendo e pensei que em torno desse ponto estava meu objeto de estudo. Mas que dimensão da referida lei eu iria estudar? Sabemos que leis por leis são desnecessárias, estas precisam e devem ser implementadas e viabilizadas, pois somente dessa forma podem constituir-se em iniciativas válidas para melhorar a educação.

Estudar a viabilidade e a aplicação dessa lei nos leva a refletir sobre a necessidade de investir na formação dos professores e na produção de métodos pedagógicos que contemplem a legislação criada para melhorar a educação básica e também, no caso dessa lei, para minimizar os preconceitos e discriminações de cunho social e étnico na escola.

Daí advém a importância e a pertinência da temática. Temos o direito e o dever de cobrar para que a legislação não fique apenas no papel e uma maneira de fazermos isso é através de discussões e reflexões realizadas por meio da produção científica. A pesquisa se mostra importante por dois aspectos fundamentais: sua relevância acadêmica em função da contribuição que traz para discussões no campo histórico educacional e a relevância social, pois discute a especificidade da realidade social dos educandos afro-descendentes da referida escola.

A pesquisa se mostra viável, pois existe um cabedal de fontes e bibliografias para a realização da mesma e estas são disponíveis. Porém, a priori, estamos utilizando fontes oficiais que se referem aos documentos do Ministério da Educação, ou seja, as leis e diretrizes que mencionaremos a diante, e fontes orais, que dizem respeito às entrevistas que serão realizadas posteriormente na escola Estadual André Avelino Ribeiro.

A presente pesquisa se situa no âmbito da Nova História Cultural, em que a educação, o ensino de história e as práticas educacionais serão o foco. Esta se insere também na linha de pesquisa Relações Raciais e Educação, pois se refere a um estudo sobre diversidade étnico-racial no contexto educacional.

Ao optarmos por afunilar nosso trabalho no programa EJA, objetiva-se compreender como a educação contribui para a desconstrução de uma visão estereotipada e preconceituosa, visão esta que foi construída numa sociedade escravista e que apesar de estarmos hoje em uma sociedade democrática, o racismo ainda é muito presente na sociedade brasileira e

consequentemente, no ambiente escolar. Partindo do pressuposto de que os atores sociais são alunos e alunas que possuem conhecimentos acumulados ao longo da vida e que estão relacionados às práticas sociais, são estas que norteiam não somente o dia-a-dia, mas também o cotidiano escolar.

Para a construção do referencial teórico desse trabalho, teremos como base Sandra Pesavento, autora da obra **História e História Cultural**. Para definir a cultura, Pesavento nos traz uma afirmação bastante relevante:

A cultura é uma forma de expressão e tradução da realidade que se faz de forma simbólica, ou seja, admite-se que os sentidos conferidos às palavras, às coisas, às ações, e aos atores sociais se apresentam de forma cifrada, portanto já um significado e uma apreciação valorativa. (PESAVENTO, 2005, p. 15).

Para Pesavento, é fundamental antes de fazer qualquer conceitualização, pensar a cultura como um conjunto de significados partilhados e construídos pelos homens para explicar o mundo. O conceito de representação, fundamental para compreensão da história cultural, permeará este estudo, sobretudo porque este se trata de estudar as formas de discriminações como representações de uma época marcada por diferenças e que portanto deixou o racismo de “herança”. O período a que nos referimos trata-se do escravismo que esteve presente na história do país durante séculos e que na atualidade ainda persistem resquícios.

Após realizar um amplo levantamento bibliográfico, verificamos que existem muitos estudos voltados para as temáticas: educação, relações raciais e também sobre o Programa de Educação para Jovens e Adultos, o que demonstra a importância do tema. As discussões sobre educação aumentaram consideravelmente nas últimas décadas do século XX e continuam nesse início do século XXI. Porém, muito ainda se tem a estudar, pois a temática é ampla e necessita cada vez mais de discussões que possam contribuir para melhorar a educação. Apesar de a lei nº10639/03 ser recente, já há várias publicações a esse respeito, principalmente porque tem gerado um grande movimento nas academias e no sistema de ensino, tanto no sentido da formação de professores, quanto de produção de materiais didáticos pedagógicos que contemplem a referida lei.

Para esse momento da pesquisa, elenquei, dentre as obras levantadas, algumas que têm sido muito importantes para desenvolver o presente trabalho.

A obra **Prática de Ensino de História**, da autora Selva Guimarães Fonseca (2006) é um estudo muito importante sobre como trabalhar a disciplina de história na escola. A autora

nos apresenta inicialmente um panorama da educação no século XX que se mostrou muito importante para que se entendesse o contexto da educação no país durante as transformações significativas que ocorreram na disciplina de história e que proporcionaram hoje uma nova abordagem da prática do professor. Importante também é a discussão acerca da formação de profissionais da educação e da necessidade da formação continuada para todos os professores. Fonseca traz contribuições incalculáveis para essa pesquisa, pois sua discussão encontra-se com um dos objetos desse trabalho, que é a formação de professores e o ensino de História.

Selma Garrido Pimenta (2005) desenvolveu um estudo tendo como base uma pesquisa de campo que realizou em dois Centros de Formação e Aperfeiçoamento do Magistério (CEFAM) da cidade de São Paulo. O objeto de estudo da autora é a unidade teoria e prática na formação de professores. A autora justifica a escolha da temática estudada pela “necessidade de mais prática” nos cursos, de acordo com pedidos de professores e alunos ouvidos na referida pesquisa de campo. O estágio torna-se, portanto, um instrumento de acesso à prática educacional. O objetivo do trabalho foi o de identificar possíveis avanços na unidade teoria e prática e de buscar alternativas para a redefinição do estágio como componente curricular na formação de professores. O principal conceito trabalhado por Pimenta em seu estudo refere-se ao conceito de prática. A autora trata no livro da preocupação existente nos cursos de formação de professores sobre a prática docente e o componente estágio. Esse estudo mostrou-se importante, pois discute as dificuldades que existem nos curso de nível superior e as deficiências que muitas vezes causam uma lacuna na relação posterior de ensino-aprendizagem que é fundamental para a prática docente.

O artigo escrito por Maurício Pedro da Silva (2007) que tem como título **Novas Diretrizes Curriculares para o Estudo da História e da Cultura Afro-Brasileira e Africana: A lei 10639/03** e discute aspectos importantes da referida lei. O autor, ao realizar sua análise no contexto das relações raciais e educação, trata o processo de ensino-aprendizagem nas disciplinas de cultura e história africana e afro-brasileira, procurando novos métodos e caminhos da pesquisa teórico-acadêmica, ou seja, modelos de práticas pedagógicas para trabalhar esse assunto em sala de aula.

Para Silva, a referida lei trata-se de um resgate da autoestima, dos valores culturais, dos direitos, da memória e da identidade do negro. O artigo mencionado é importante para esta pesquisa, pois trabalha com modelos e práticas pedagógicas acerca da temática e atende aos objetivos deste trabalho que é estudar a viabilização da referida lei 10639/03.

A obra intitulada **Trajetórias de professores universitários Negros: a voz e a vida dos que trilharam**, cuja autoria é de Tereza Santos (2007), procura fazer uma discussão acerca do preconceito racial e o conceito de racismo. Analisa como esses professores universitários se relacionam com os demais pares e o reconhecimento de sua posição dentro do ambiente profissional. De acordo com as entrevistas realizadas pela autora, os professores em questão sentem que não são bem aceitos, mas que procuram manter um bom relacionamento em virtude da exigência da profissão em ter uma boa relação, visando a um bom desempenho profissional. De acordo com pesquisas realizadas em sociedades nacionais distintas, menciona a autora, é evidente que uma das maiores dificuldades que os negros encontram no caminho da educação é o racismo, ou a discriminação racial. No decorrer do capítulo I, a autora nos apresenta vários exemplos de discriminação sofrida dentro do ambiente educacional.

Esta obra serviu como parâmetro para que pudéssemos analisar como a questão da diversidade étnica tem sido tratada no ambiente escolar. Observamos que se no nível superior de ensino o preconceito racial ainda é uma realidade vivida e sofrida por muitos afro-descendentes, na rede básica de ensino não pode ser diferente, pois se pessoas que estão sendo formadas para ensinar ainda reproduzem esse tipo de preconceito, quando forem para as escolas não será diferente, e é justamente por esse motivo que enfatizamos a necessidade de uma melhor formação dos profissionais da educação, pois será a partir daí, mas não só, que poderemos combater o racismo que ainda é muito presente na educação do nosso país.

Muito relevante para essa pesquisa foram as contribuições de Andréia Maria da Cruz Oliveira Amorim (2007) em seu livro **Cor e ensino superior: trajetórias e sucesso escolar de universitários negros na UFMT**. Esta obra tem como objeto de estudo o negro em situação de mobilidade ascendente, via educação. O objetivo é o de analisar o processo de educação de estudantes negros na UFMT e de como constituíram suas trajetórias escolares. Pretendeu-se conhecer os aspectos socioeconômicos, os projetos de estudo ao longo do processo educacional, o tempo que os alunos levaram para concluir o ensino fundamental e médio, de qual rede de ensino advêm, além de verificar de que maneira a família e outras redes de apoio contribuíram no processo de ascensão social. Este trabalho traz uma abordagem sobre identidade, mobilidade e ascensão social do negro no universo escolar.

As inovações da historiografia relativas à teoria e aos métodos proporcionam, na atualidade, uma diversidade de documentos e métodos para realizarmos análises. Uma inovação do século XX refere-se ao método da História Oral, que constitui importante

ferramenta para o trabalho do historiador e não só, pois as diversas áreas do conhecimento estão utilizando, com muita eficácia, esse método. Para Thompson (1992), o mérito principal desse tipo de metodologia é o fato de ela possibilitar uma amplitude e permitir recriar uma multiplicidade original de pontos de vista, uma vez que a realidade é complexa e multifacetada. Segundo o mesmo autor, “a história oral implica em busca de compreensão dos vários ângulos do objeto pesquisado” (THOMPSON, 1992, p.49).

Na realização do presente trabalho, a história oral se mostra importante porque, através de entrevistas, será possível obter informações acerca da aplicação da lei nº 10.639/03 e das questões étnico-raciais na educação. As entrevistas serão realizadas com professores e alunos da Escola Estadual André Avelino Ribeiro, situada no Bairro CPA, região periférica de Cuiabá. O objetivo da aplicação dessas entrevistas é o de analisar como a referida lei está sendo viabilizada no Programa de Educação para Jovens e Adultos (EJA) e com isso perceber de que maneira essa lei tem contribuído para o combate ao racismo e a consequente valorização da diversidade étnica que constitui a população brasileira.

Para a preparação das entrevistas, estamos utilizando o **Manual de História Oral**, de Verena Alberti (2004). Esse livro está sendo fundamental para que as entrevistas possam ser realizadas de maneira correta dentro do método da história oral. Alberti nos proporciona com a leitura de sua obra um verdadeiro manual de procedimentos de como fazer história oral. O livro abarca todas as etapas de preparação, realização e tratamento de entrevistas, é, portanto, um guia seguro e abrangente.

O conjunto de fontes documentais selecionadas para o desenvolvimento deste trabalho refere-se aos Parâmetros Curriculares Nacionais de História (PCNs); as Diretrizes Curriculares para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana; a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBN); as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e adultos e as entrevistas a serem realizadas com professores e alunos da escola Estadual André Avelino Ribeiro.

A análise das referidas fontes se mostra muito importante para essa pesquisa, pois nos possibilita observar de que maneira a educação acerca da diversidade étnica e a educação de jovens e adultos estão sendo contemplada na legislação nacional. E por meio das entrevistas que serão realizadas poderemos constatar se as mencionadas leis estão sendo viabilizadas na prática do cotidiano escolar e o que tem contribuído para o combate ao racismo e ao preconceito de cor na escola.

Algumas considerações

Pensamos que a lei nº 10639/03 é, sem dúvida, um passo importante na democratização do ensino e que contribui e muito para a educação brasileira. Porém, é preciso que essa lei seja viabilizada para que se transforme em uma eficiente ferramenta de combate às discriminações que ainda existem na escola. Para que esses objetivos sejam alcançados, faz-se necessário o investimento nos profissionais da educação, bem como na criação de novos materiais didáticos que contemplem efetivamente a referida lei. E é justamente essa questão que norteia nosso estudo, ou seja, como a lei está repercutindo na prática do cotidiano escolar?

Referências Bibliográficas

ALBERTI, Verena. **Manual de História Oral**. 2. ed.rev.e atual. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

AMORIN, Andréia da Cruz Oliveira. **Cor e ensino superior: trajetórias e o sucesso escolar de universitários negros na UFMT Cuiabá**: EdUFMT, 2007. (Coleção Educação e Relações Raciais). v. 10.

BARROS, José D'Assunção. **O campo da história: especialidades e abordagens**. Petrópolis: RJ: Vozes, 2004.

Cadernos NEPRE-Revista de Estudos e Pesquisas Sobre Relações Raciais em Educação da UFMT, Cuiabá, nº04 jul-dez 2006. Cuiabá: EdUFMT, 2006.

FURASTÉ, Pedro Augusto. **Normas técnicas para o trabalho científico: elaboração e formatação: explicitação das normas da ABNT**. 14. ed. Porto Alegre: s.n., 2006.

FONSECA, Selva Guimarães. **Didática e prática de ensino de história**. 5.ed. Campinas: Papirus, 2006.v.1.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, SECRETARIA DE EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL. Parâmetros Curriculares Nacionais: História, Geografia / Secretaria de Educação Fundamental. - Brasília: MEC/SEF, 1997.

_____. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, 2005. Folhetos/Brasília [s/n] 2005.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos, 2000.

Disponível em: <http://www.ensinodehistoria.com.br/arquivos/parecer>. Acesso em: 15/08/2008

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. LDBN nº9394/96.

MUNANGA, Kabengele (Org.). **Superando o racismo na escola**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História e história cultural**. 2.ed. reimp. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

PIMENTA, Selma Garrido. **O estágio na formação de professores: unidade teoria e prática?** 6.ed. São Paulo: Cortez, 2005.

RIBEIRO, Vera Maria Masagão. (Coord). **Educação para jovens e adultos: ensino fundamental: proposta curricular 1º segmento**. São Paulo: Ação Educativa; Brasília: MEC, 1999.

SANTOS, Tereza. **Trajetórias de professores universitários negros: a voz e a vida dos que trilharam.** Cuiabá: EdUFMT, 2007. (Coleção Educação e relações Raciais).v.2.

SILVA, Maurício Pedro da. Novas diretrizes curriculares para o estudo da história e da cultura afro-brasileira e africana: a lei 10639/03. **Eccos**, São Paulo, v. 09, p. 39-52, jan./jun. 2007.

THOMPSON, Paul. **A voz do passado: história oral.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

GETÚLIO VARGAS: A PRIMEIRA VISITA PRESIDENCIAL A CUIABÁ, REPRESENTAÇÕES DA IMPRENSA NO ESTADO NOVO

Jéssica Santos Costa ¹

No prefácio de sua obra, **A escrita da História**, Certeau, ao “reviver” o cenário do primeiro contato entre adventício - o conquistador - e os nativos habitantes da América, chama a atenção para o que ele diz ser o discurso do poder por uma colonização do corpo e afirma destacadamente: “é a escrita conquistadora. Através dela o colonizador utilizou o novo mundo como uma página em branco – o selvagem – para nela escrever o querer ocidental” (CERTEAU, 2006, p.9-10).

Esse enunciado, sem dúvida, é significativo: é a escrita conquistadora, de certo modo, que nos leva a refletir sobre a produção dos discursos e, inerentemente, as relações de poder imbricadas nesse processo de construção. Nas palavras de Foucault, o discurso não é simplesmente aquilo que manifesta o desejo, é também objeto do desejo; não é só aquilo que traduz as lutas de dominação, mas aquilo por que e pelo que se luta, poder do qual todos querem se apoderar. Discurso é prática.

É nesse universo da análise dos discursos que se pautarão as abordagens do texto aqui apresentado, sobre a primeira visita presidencial à Cuiabá. Abordagens que estarão centradas no conjunto das práticas discursivas legitimadoras das ações político-ideológicas do Estado-Novo e, portanto, do culto à personalidade de Getúlio Vargas. Nesse sentido, inserem-se os estudos acerca dos inúmeros discursos veiculados na imprensa cuiabana acerca da visita de Getúlio Vargas a Cuiabá. O que se propõe, a partir da análise dos periódicos em circulação no período, sob um olhar atento aos eventos que marcaram a cidade de Cuiabá, entre os dias seis a oito de agosto de 1941 – período de estada do Sr. Presidente na cidade – é identificar e analisar as múltiplas representações criadas sobre esse acontecimento, no sentido de investigar e compreender as razões dessa ação política, isto é, suas intencionalidades, seus desdobramentos e sua repercussão na imprensa local, principalmente, sua recepção pelos representantes políticos e pela elite local, considerando, é claro, o contexto histórico nacional – *Marcha para Oeste* – no qual esses acontecimentos estavam inseridos.

¹ Universidade Federal de Mato Grosso, Mestranda em História, Bolsista FAPEMAT

A Nova História Cultural nos permite entender que cada jornal trata de uma fonte de representações e estas terão características político-cultural-ideológicas de uma determinada classe ou grupo social, do qual este fazia parte ou estava vinculado. Afirma Pensavento (2004, p. 40) que “as representações são também portadoras do simbólico, apresentam múltiplas configurações, e pode-se dizer que o mundo é construído de forma contraditória e variada, pelos diferentes grupos do social.”

É importante lembrar que, no ano de 1941, momento histórico marcado pela ditadura do regime de Vargas, os veículos de comunicação no Brasil, imprensa, rádio, televisão e cinema estavam sob censura e, por isso, tudo o que era divulgado pela imprensa (isso vale para imprensa cuiabana) deveria passar antes pelo aval do DIP.

A revolução de 1930, que levou Getúlio Vargas ao poder, pôs fim ao período conhecido como República Velha, caracterizado principalmente pelo governo das oligarquias regionais. Após a revolução, o destino político do Brasil se viu dividido entre os que defendiam medidas mais centralizadoras e autoritárias e outros que pregavam medidas liberais e federativas e lutavam por uma autonomia regional. Contudo, esse impasse seria resolvido a favor da primeira corrente, com a instalação do Estado Novo, em 1937, por Getúlio Vargas, governo caracteristicamente autoritário, antidemocrático e centralizador.

Em 1937, Getúlio Vargas se projeta como grande chefe do Estado, totalmente comprometido em realizar uma verdadeira integração política e econômica e em promover uma administração forte e segura, protegida dos que pretendiam acabar com a ordem e segurança nacional. Os agentes responsáveis pela propaganda estadonovista, com o auxílio da psicanálise, comprometeram-se a construir a imagem de Vargas e optaram pela construção do mito de Getúlio Vargas, pai dos pobres, líder político e construtor da Nação. São recorrentes as apelações à imagem do líder carismático e eloquente, guia espiritual, representante direto dos anseios do povo e curador dos males da nação. Sobre essa excessiva valorização do executivo, concentrada na figura do governante, explica Murilo de Carvalho:

Os direitos sociais foram implantados em períodos ditatoriais, em que o legislativo ou estava fechado ou era apenas decorativo, criando-se a imagem da eficácia do executivo. A orientação para o executivo dá continuidade à longa tradição portuguesa, ou ibérica, de patrimonialismo. O executivo é visto como todo poderoso, como grande dispensador paternalista de empregos e favores [...]. Ligada a preferência do executivo está a tendência à busca de um messias político, de um salvador da pátria. (CARVALHO, 2001, p.2-4).

Temos, na figura de Getúlio, pode-se dizer, um exemplo de messias político de que fala Carvalho. No Jornal **O Estado de Mato Grosso**, do dia 6 de agosto de 1941, data da chegada de Getúlio a Cuiabá, o ditador é assim representado: “O magnetismo messiânico e irresistível, de irradiante simpatia e atraente bondade, de Getúlio Vargas atrai e envolve a todos. Diante de seu sorriso inconfundível, desaparecem as filas” (p.1). A configuração de um poder pessoal centrado na figura do presidente, segundo Cotrim², é característico do Populismo. Portanto, considera-se a posição ocupada por Getúlio Vargas semelhante a de um líder populista, carismático e potencialmente responsável por intermediar o diálogo entre as classes dominantes e os populares, possível conciliador dos interesses desses setores sociais, papel fundamental para a implementação e sustentação das políticas do novo regime.

O governo de Vargas fora porta-voz de um projeto de nacionalização e integração econômico-nacional, a Marcha para Oeste, programa político lançado em 1938. A escolha seletiva da palavra *Marcha* remete à ideia de uma participação militar, em que a ação de *marchar* compreende um movimento orientado, cadenciado e, sobretudo, disciplinado. Vargas defendia a importância de se construir um Brasil unido e integrado, política e economicamente, e para isso era preciso preencher os “espaços vazios” do “sertão”, desenvolvendo suas potencialidades econômicas:

Segundo Alcir Lenharo, a proposta da ‘Marcha para o Oeste’ era de instalar ‘pontos avançados de colonização’ dirigidos pelo Estado. Vargas formulou diretrizes, administrativamente centralizadas, inspiradas na ótica nacionalista, com o objetivo de ocupar os ‘espaços vazios’ do Oeste e da Amazônia, para criar no ‘novo espaço’ a ‘nova ordem social’. Na sua visão, as fronteiras econômicas deveriam coincidir com as fronteiras políticas. (LENHARO, 1986, apud SOUZA, 2001, p. 26).

É à luz desse contexto acima exposto que poderá se compreender a importância da visita de Getúlio Vargas a Mato Grosso e, especialmente, à cidade de Cuiabá, entre os dias 6 a 8 de agosto de 1941. Dias antes de sua chegada em Cuiabá, o Exmo. Presidente esteve em Corumbá e no Paraguai. Nessas localidades, estavam sendo construídas obras com recursos e incentivos do Governo Federal, como por exemplo, a Estrada de Ferro de Porto-Esperança a Corumbá, o porto

² COTRIM, Livia Cristina de Aguiar. Retirado de sua dissertação de mestrado intitulada: O ideário de Getúlio Vargas no Estado Novo. Campinas, 1999.

de Corumbá, a ponte sobre o rio Paraguai e a tão almejada Ferrovia de Corumbá a Santa Cruz de La Sierra, na Bolívia.

Getúlio Vargas chega a Cuiabá no dia 6 de agosto de 1941. Ao desembarcar de seu avião “Lockeed”, às 10h45min, no aeroporto da capital, toca o Hino Nacional, os militares perfilam em continência e logo depois as autoridades locais fazem os devidos cumprimentos. Na saída do aeroporto, a caminho da Praça da República, formou-se um cortejo de automóveis. Estava, a partir de então, proibida a posse de armas a qualquer cidadão durante a estada do presidente na capital e ao longo de todo o percurso que este fosse percorrer. Tendo chegado a Praça, ao lado do

Interventor Julio Muller, do General Mario Pinto Guedes e demais autoridades, o presidente fez a pé o percurso até a residência dos governadores [...]. [Então] tomou lugar no palanque, para assistir o grande e imponente desfile das tropas do Exército e da Polícia, dos tiros de guerra, de todos os colégios e da incalculável massa popular. [...] a multidão [...] prorrompeu em entusiásticos vivas a S. Excia., vivas que eram seguidos, sempre, de gloriosos títulos como ‘o salvador do Brasil’, ‘descobridor do Oeste [sic], ‘Reconstrutor da nacionalidade’, etc. (O Estado de Mato Grosso, 06 de Agosto de 1941, p. 1e 4).

Essa visita não por acaso consistiu uma via de mão dupla de interesses entre governo federal e estadual. Sem dúvida, Getúlio fora muito bem recebido e aclamado na capital do Estado pela população cuiabana (segundo os jornais, a multidão chegava a quase 50 mil pessoas), afinal, ao seu regime eram creditadas todas as realizações e transformações ocorridas em prol da modernização de Cuiabá durante a gestão do interventor Júlio Muller, responsável pela implantação de um conjunto de obras oficiais, das quais destaco: a residência dos governadores, inaugurada em janeiro de 1940 (local de hospedagem do presidente e sua comitiva); a Av. Getulio Vargas em abril e o prédio da Secretaria Geral do Estado em novembro do mesmo ano; o Grande Hotel em julho de 1941 e o Centro de Saúde.

Ainda como parte desse plano oficial foram inaugurados pelo próprio presidente no primeiro dia de sua visita o quartel do 16º Batalhão de Caçadores e no dia 7, o Palácio da Justiça. Tais eventos tiveram significativa importância política para Cuiabá nesse momento. Essas obras modernizadoras e representativas de uma nova configuração do espaço tinham como objetivo equipar melhor a cidade para sediar o aparelho do Estado e, desta forma, consolidar e firmar Cuiabá como “eterna” capital de Mato Grosso, o que seria uma reposta “direta” às críticas e às pretensões divisionistas perpetradas pela região sul-mato-grossense, que pleiteava com

veemência a mudança da capital para Campo Grande. Portanto, Getúlio Vargas veio pessoalmente, como líder da Nação, divulgar, reforçar e consolidar os ideais proclamados pelo Estado Novo e demonstrar seu apoio à Cuiabá e à figura de Júlio Müller, que juntamente com seu irmão Filinto Müller, Chefe de polícia do Distrito Federal entre os anos de 1933 e 1942, constituíam peças fundamentais na engrenagem da máquina Estado-novista.

Nos discursos de Getúlio nota-se, além da enorme gratidão por Cuiabá, que o apoiara na Revolução de 1930, suas intenções políticas, essencialmente nacionalistas e patrióticas, imbricadas na tentativa de disseminar, no plano político-ideológico, a *Marcha para o Oeste*.

Nas palavras do próprio Presidente da República, em um discurso proferido a todos os presentes no banquete realizado no Palácio do Governo (dia 06/08/1941):

O problema da ocupação econômica do nosso território é um postulado da própria criação do Estado Nacional. Estamos fazendo a estruturação dos núcleos básicos do nosso crescimento, não apenas ao largo da faixa marítima, mas abrangendo a totalidade do país. E essa obra [...] retomou o sentido dos paralelos e renovou o lema bandeirante da marcha para o Oeste [sic]. A minha visita a Mato Grosso, como a outras regiões centrais do Brasil, revela a ação essencialmente nacionalizadora do novo regime. (O Estado de Mato Grosso, Cuiabá, 07 de Agosto de 1941, p.4).

Nos discursos veiculados pela imprensa, é marcante a tentativa de despertar na alma do brasileiro o apego a elementos patrióticos, o sentimento de orgulho nacional, de superioridade e, principalmente, o sentimento de identidade, de pertencimento à Nação brasileira: “A edificação de uma ‘história pátria’ e a delimitação das fronteiras culturais e humanas da nacionalidade se misturavam como um mesmo projeto de construção da Nação” (CUNHA, 1999, p. 273). Nas palavras do colunista do Jornal **O Estado de Mato Grosso**, Amaro Falcão, numa matéria denominada, “A Vanguarda dos que pensam e agem brasileiromente pelo Brasil”, temos um primordial exemplo de reprodução e repercussão desses elementos:

Getúlio Vargas creou [sic] um pensamento, isto é, um modo brasileiro de pensar. Pensar brasileiromente é pensar com elevação, com grandeza, com amplitude, nobremente, patrioticamente. [...] O que, porém, me parece oportuno é assinalar que em Mato Grosso, a sementeira de brasilidade e patriotismo do presidente Getúlio Vargas já floriu e anda lourejando [sic] nas personalidades marcantes de Eurico Dutra, Filinto Muller e João Ponce de Arruda. (O Estado de Mato Grosso, Cuiabá, 16/07/1941, p. 2).

Durante a estada do Sr. Presidente em Cuiabá, um itinerário de comemorações, jantares, desfiles (de escolas religiosas e militares), paradas cívicas (Parada Trabalhista realizada dia sete) em homenagem e culto à sua personalidade pôs-se em prática. Nesse sentido, temos um exemplo do que o Prof. Ms. Carlos Américo Bertolini denomina de encenação política, teatralização da política e estetização das massas, noções utilizadas por ele na sua Dissertação de Mestrado **Encenações patrióticas: a educação e o civismo a serviço do Estado Novo**, a qual serve para se pensar as múltiplas formas de exercício do poder:

O termo encenação política designa qualquer aparição política das autoridades ou qualquer manifestação de apreço dos subalternos pelas primeiras. [...] A teatralização da política refere-se ao mise-en-scène das comemorações, englobando as encenações [...] envolve a trama, o enredo, o cenário, as músicas e as relações com os espectadores [...] A estetização das massas é revelada pela seleção dos figurantes, os quais desempenham algum papel durante as encenações. [...] a magnificação das celebrações, com grande estardalhaço em torno dos monumentais contingentes de figurantes e de espectadores reforçavam, pela quantidade, a suposta mudança qualitativa que se processava nas grandes cidades brasileiras: as massas foram estimuladas a ocupar o espaço público, com o beneplácito da sociedade e o patrocínio do Estado Novo. (BERTOLINI, 2000, p. 16 e17).

Diante disso, é importante ressaltar que o regime de Vargas e a Marcha para Oeste contava com fortes aliados em Cuiabá, entre eles, destaca-se o Arcebispo Dom Aquino Corrêa, importante e respeitado membro da sociedade cuiabana, tanto no sentido religioso quanto no âmbito político; por isso, obteve enorme repercussão o solene “Te Deum”, realizado na catedral, em homenagem a Vargas, no dia 7, às 19:00h, onde Dom Aquino profere “As homenagens do clero local ao chefe da Nação”. Célio Pedraça³ assim esclarece:

A marcha para o Oeste foi um projeto que esteve muito além da simples efetivação de algumas ações práticas para o desenvolvimento das regiões interioranas. Tendo encontrado no universo retórico de Dom Aquino, um terreno fértil para se expandir e aparecer no cenário nacional, como uma alternativa para parte dos problemas que assolavam o Brasil na época. (PEDRAÇA, 2007, p.117).

³ A dissertação de Mestrado Célio Pedraça, em resumo, trata do âmbito das relações entre o arcebispado de Cuiabá, Dom Francisco de Aquino Corrêa e sua importância para a legitimação do governo de Vargas durante o Estado Novo.

O programa *Marcha para Oeste* conquistara a mente, e porque não dizer, os corações e os desejos da população e, principalmente, da elite cuiabana, que viam nesse projeto uma esperança de desenvolvimento, progresso e de saída da situação de “isolamento” na qual se encontravam. Por isso, nos discursos cotidianamente veiculados na imprensa mato-grossense do período, a palavra *Marcha* normalmente estava associada e/ou ligada à palavra progresso. Nesse sentido, pode-se observar que o discurso jornalístico se comporta como uma prática social produtora de sentidos, como também veicula as várias vozes ou representações constitutivas daquela sociedade. Nas palavras de Chartier, “a História cultural tem por objetivo identificar o modo como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade social é construída, pensada e dada a ler” (CHARTIER, 1990, p. 16).

O Estado Novo, pois, tenta justificar sua força e centralização de poder em função da ameaça que representava a existência de classes e/ou partidos opositores no regime anterior. Para se legitimar, ele irá interferir vorazmente na esfera cultural, usando recursos avançados – os meios de comunicação – para convencimento e mobilização das massas, buscando quase sempre demonstrar que a sociedade se configura apenas pelo poder do Estado.

Em suma, a visita de Getúlio Vargas à Cuiabá, um acontecimento histórico inédito para a sociedade cuiabana, representa a notável e desmedida concentração de forças do ilustre representante do novo regime em levar a cabo suas pretensões políticas e ideológicas, de se projetar como o grande líder capaz de realizar a união e integração nacional, de preencher os vazios demográficos e levar o desenvolvimento econômico ao sertão, para finalmente integrá-lo à prosperidade da região litorânea. Assim, com o programa *Marcha para o Oeste*, a tentativa de fortalecimento da memória nacional se faz presente na busca das origens e das raízes brasileiras localizadas no sertão, ainda intocado por imperialismos estrangeiros e, portanto, possuidor do verdadeiro sentido de “brasilidade”.

FONTES E REFERÊNCIAS

Fontes Impressas

Arquivo público do Estado de Mato Grosso (APMT):
Jornal O Estado de Mato Grosso 1941, Prat. 01-A Caixa 006.

Núcleo de Documentação Histórico e Regional (NDHIR)

Jornal: A Cruz 1941, Microfilme: Rolo 78.
Jornal: A Violeta 1941, Microfilme: Rolo 104.
Jornal: O Estado de Mato Grosso 1941, Microfilme : Rolo 156.

Referências Bibliográficas

BERTOLINI, Carlos Américo. **Encenações patrióticas**: a educação e o civismo a serviço do Estado Novo (1937-1945). 247f, 2000. Dissertação (Mestrado em História), Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá.

CAPELATO, Maria Helena. O Estado Novo: o que trouxe de novo? In: DELGADO, Lucília de A . N. e FERREIRA, Jorge (Orgs.). **O tempo do nacional estatismo**: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p.107-143.

CARVALHO, Murilo de. **Cidadania no Brasil**: o longo caminho. 6 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

CERTEAU, Michel de. A operação historiográfica. In: _____. **A escrita da história**. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense universitária, 2002. p. 65-119.

CHARTIER, Roger. **A história cultural**: entre práticas e representações. Lisboa: DIFEL, 1990.

CHARTIER, Roger. **Cultura escrita, literatura e história**. Porto Alegre: ARTEMED, 2001.

COTRIM, Livia Cristina de Aguiar. **O ideário de Getulio Vargas no Estado Novo**. 314f, 1999. Dissertação (Mestrado em Ciência Política). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

CUNHA, Olívia Maria Gomes da. Sua alma em sua palma: identificando a “raça” e inventando a Nação. In: PANDOLFI, Dulce (Org.). **Repensando o Estado Novo**. Rio de Janeiro: FGV, 1986. p.257-288.

DE LUCA, Tânia Regina. Fontes impressas: história dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). **Fontes históricas**. São Paulo: Contexto, 2005.

GALLETTI, Lylia S. Guedes. **O poder das imagens**: o lugar de Mato Grosso no mapa da civilização. Goiânia: UFG. 2000.

JUCÁ, Pedro Rocha. **Júlio Muller, um grande estadista**. Cuiabá: Memórias Cuiabanas, 1998.

LENHARO, Alcir. **Sacralização da Política**. 2.ed. São Paulo: Papirus, 1986.

PEDRAÇA, Célio Marcos. **O universo ideológico de Dom Aquino e os anos Vargas: entre a Igreja e o Estado (1930-1945)**. 149f, 2007. Dissertação (Mestrado em História), Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História e história cultural**. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

SIQUEIRA, E. M. et al. **O processo histórico de Mato Grosso**. 3 ed. Cuiabá: Guaicurus-UFMT, 1990.

VELLOSO, Mônica Pimenta. Cultura e poder político: uma configuração do campo intelectual. In: OLIVEIRA, Lucia Lippi et al. **Estado Novo: ideologia e poder**. Rio de Janeiro: Zahar, 1982. p.70-100.

A ESCRITA DA HISTÓRIA EM FLÁVIO JOSEFO

Joabson Xavier Pena¹

O historiador judeu Flávio Josefo, ou Yosef ben Matitiah ha-Cohen, nasceu em 37 d.C., de família de origem sacerdotal, foi doutor da lei, general governador da região da Galiléia, intérprete e historiador.

Em 64 d.C., Josefo participa de uma importante embaixada que é enviada a Roma, tendo como objetivo a soltura de alguns sacerdotes. Segundo Lamour,

essa viagem teve uma importante consequência: completamente fascinado por Roma, Josefo ficou convencido de que os romanos eram os senhores do mundo, tanto pela organização militar - cuja apologia fará mais tarde - quanto pela irradiação intelectual. (LAMOUR, 2006, p.21).

Na volta de sua missão, Josefo encontra uma Jerusalém em efervescência contra o jugo romano, a guerra desencadeada num contexto urbano havia se estendido a toda região da Judéia, com diferentes grupos dilacerando-se entre si. Pela leitura de sua obra, compreende-se que o autor estava pouco disposto a participar desse confronto. Ele diz:

Lá [em Jerusalém], eu encontrei um movimento revolucionário já em pé e um orgulho difundido para uma perspectiva de revolta contra Roma. Eu, portanto esforcei reprimir esses patrocinadores da sedição e trazer-los para um outro estado de espírito. (*Vita*, I, 17).

No entanto, poucos meses mais tarde, Josefo se encontrava não só envolvido na guerra contra Roma, mas também estava investido do comando de toda a região da Galiléia. Pouco tempo depois, estando ele já no comando da região da Galiléia, os romanos cercam a cidade de Jotapata (pertencente à região da Galiléia), ao fim da qual, Josefo, comandante da fortaleza, rende-se ao general romano Vespasiano.

A guerra dos judeus contra o poder romano inicia-se no ano 66 d.C., estendendo-se até o ano 73 d.C., com a queda de Massada (fortaleza que estava situada no sul da Judéia), foco da última resistência.

Josefo, que havia se tornado prisioneiro de Vespasiano, foi libertado graças a uma revelação divina a respeito do general que se tornaria imperador (68-69 d. C.). Com a sua

¹ Graduando em História/Universidade Federal de Mato-Grosso. Este texto faz parte de um projeto desenvolvido junto ao Núcleo de Pesquisa do ICHS/UFMT, sob orientação do professor Dr. Marcus Cruz.

libertação, Josefo acompanha as tropas romanas, servindo de intérprete em uma fracassada negociação sob as muralhas da Jerusalém sitiada. Com a derrota dos judeus na guerra contra a dominação romana, Flávio Josefo vai para Roma, cidade essa que ele passou a viver sob a proteção e patrocínio dos imperadores flavios. Ele termina seus dias em Roma, onde de 70 d. C. até o fim do século ele dedica-se à história e à apologética.

Em Roma, o imperador Vespasiano lhe concedeu inúmeras vantagens pessoais, dentre elas, destaca-se a cidadania romana e uma pensão anual. De seu estabelecimento em Roma pouco se sabe, o que sabemos é que ele foi aceito na corte romana e que teve seus privilégios assegurados pelos três imperadores flavianos (Vespasiano, Tito e Domiciano). Mas mesmo sendo aceito pela corte, Josefo foi visto com certa desconfiança pela elite local, que via com maus olhos a ascensão de um ex-prisioneiro de guerra judeu; já a comunidade judaica de Roma o via como traidor.

Foi em Roma que Josefo, sob o patrocínio dos imperadores, escreveu o relato da guerra dos judeus, adquirindo, segundo Lamour, “o estatuto de historiógrafo dos Flávios, como fica demonstrado pelo ponto de vista pró-romano adotado em todas as suas obras.” (ibidem, p.29)

A respeito de suas obras é de suma importância entender que o historiador Flávio Josefo as escreve dentro de uma visão particular da história por parte dos judeus. Flávio Josefo foi um dos únicos, se não o único judeu, a ter sucesso na publicação e na aceitação de suas obras por parte da intelectualidade greco-romana.

Segundo o historiador Arnaldo Momigliano, a historiografia judaica nunca fez parte do modo de vida dos judeus e a prática da mesma foi abandonada quase que por completo entre os séculos II e XVI d.C.

Uma das perguntas a serem respondidas é: Por que os judeus tinham pouco interesse pela escrita da história? Momigliano explica o pouco interesse pela escrita da história:

Por um lado, os judeus que vieram depois da Bíblia pensavam. Que este livro continha toda a história que realmente importava: a supervalorização de um certo tipo de história implicava em uma subvalorização de todos os demais eventos. Por um lado, todo o desenvolvimento do judaísmo conduziu a algo que não era histórico, que era eterno, a lei, a Torá. O sentido que os judeus acabavam dando a Torá, matou o seu interesse por uma historiografia mais geral. (MOMIGLIANO, 2000, p. 44).

Para o judeu que meditava na Lei “dia e noite”, a história pouco tinha a mostrar e nada a explicar. A história e a religião eram vistas como uma única coisa. É interessante

entendermos que a história nunca foi parte importante da educação judaica e um judeu culto era um comentador dos textos sagrados, e não um historiador.

A historiografia judaica produzida no período helenístico, período esse considerado rico pela produção historiográfica, não foi diferente. Alguns dos escritores judeus desse período confundiam-se com os pagãos. Momigliano afirma que “alguns judeus se disfarçaram de pagãos de modo a tornar a sua propaganda mais eficaz [...] Outros judeus foram verdadeiro sincretistas que misturavam livremente elementos pagãos e judaicos” (ibidem, p.47).

Flávio Josefo se caracteriza nesse período pela produção de um volume considerável de obras, sendo que as mesmas estavam perfeitamente inseridas no âmbito do mundo greco-romano. Ele escreveu uma monumental obra transmitida em língua grega, que engloba a **Bellum Judaicum** (7 tomos), **Antiquitates Judaicae** (20 tomos), **Contra Apionem** (2 tomos) e **Vita** (1 tomo).

Para a elaboração de sua extensa obra, Josefo obteve ajuda de vários assistentes, já que sua volumosa obra foi escrita em uma língua que não era totalmente dominada por ele e nem sequer era de uso corrente no mundo mediterrâneo, o grego ático. Segundo esse historiador, “durante meu tempo livre em Roma, e depois de ter concluído inteiramente a preparação de minha história, pedi a ajuda de algumas pessoas em relação ao grego, e foi assim que relatei os acontecimentos para a posteridade” (**Contra Apionem**, I, IX, 47).

Não há dúvida de que escrevendo dessa forma ele estava querendo se igualar aos maiores historiadores. Hadas-Lebel afirma que ele recorre a esses assistentes para que eles “corrijam seus rascunhos e o ajudem a redigir sua história da guerra em puro dialético ático” (HADAS-LEBEL, 1992, p.239).

Para a redação de sua obra, Flávio Josefo teve a possibilidade de consultar os arquivos imperiais, já que ele tinha o apoio dos imperadores. Para o período da guerra, “sua qualidade de historiador foi complementada pela de testemunha ocular, o que, na historiografia antiga, correspondia a um argumento inapelável” (LAMOUR, 2006, p.38).

Qual era o objetivo de Flávio Josefo em redigir essas obras? Segundo Momigliano, Flávio Josefo não escreveu suas obras para propriamente um público de judeus helenizados: “Ele escrevia para pagãos. Ele queria apresentar a história judia para leitores gregos educados e relatar a guerra judaica de um modo que enaltecesse a todos, inclusive a ele próprio, com exceção feita a uma minoria de judeus fanáticos” (MOMIGLIANO, 2000, p.48).

As obras de Josefo chegaram até nós de forma praticamente intacta, diferente de alguns historiadores do mesmo período; isso se deve praticamente a dois fatores: primeiro,

sua obra teve sobrevivência ao fato de ter sido escrita em grego, com sua repercussão pelo mundo greco-romano; segundo, pela sua posterior preservação pela tradição cristã.

Para a escrita de sua história, Josefo adotou os princípios seguidos pelos historiadores greco-romanos do seu tempo, relatando

os acontecimentos do passado apoiando-se em documentos – e sempre que possível, na *autópsia** -, sem excluir de modo algum o que, à sua volta, era designado por *exornatio* (ornamento oratório) porque, além de ser um trabalho de escrita, a história é uma obra de arte e visa à edificação dos leitores. (LAMOUR, 2006, p.63).

Josefo escreve suas obras em nome da “verdade”, utilizando todos os recursos da retórica e obedecendo aos critérios estéticos, Fazendo de tudo para agradar o seu público. O modelo a qual Flávio Josefo segue – particularmente em **Bellum Judaicum** – é, sem dúvida, o historiador grego Tucídides. Segundo Mireille Hadas-Lebel, a “mesma técnica de exposição, com um primeiro livro analisando as causas da guerra, mesma construção da obra como uma tragédia, mesma utilização dos discursos [...]” (HADAS-LEBEL, 1992, p.241).

Segundo o historiador Vicente Dobroruka,

As apropriações da obra de Tucídides por Josefo são muitas e de natureza muito variada. Na verdade, o historiador da Guerra do Peloponeso parece ter sido, em termos gerais, o autor mais apreciado na Antiguidade dentro do seu gênero. O recurso aos discursos de personagens em especial foi amplamente imitado, sendo encontrado praticamente em todos os historiadores antigos. (DOBRORUKA, 2001, p.4-5).

Mesmo tendo assumido o papel, de um historiador greco-romano, Flávio Josefo em alguns pontos diferencia-se de seus modelos. Seu universo, segundo Hadas-Lebel (1992, p.242), “não é regido unicamente por uma causalidade humana, mas também pela Providencia”. Seu contato com os escritos sagrados ensina-lhe que Deus interfere nos assuntos humanos. A concepção de que “Deus preocupa-se com os homens” faz com que Josefo não escreva simplesmente uma história, e sim uma História Santa.

Essa concepção por parte de Josefo não significa uma transgressão das regras do gênero histórico, já que, para ele, o modelo de história é aquela que está escrita nos livros sagrados.

A primeira obra que ele se dedicou a escrever é a dos acontecimentos recentes, portanto, a **Bellum Judaicum**. Antes da elaboração dessa obra em grego, ele escreveu uma

* *Autópsia*: palavra de origem grega, cujo significado é “ver com os próprios olhos”.

versão em sua própria língua. A primeira versão da **Bellum Judaicum** foi escrita em aramaico e era dirigida, segundo ele, “aos partos, os babilônios, os árabes mais distantes, assim como nossos compatriotas do outro lado do Eufrates, os adiabenos, conhecem com precisão, graças a meus trabalhos, as origens dessa guerra, as aprovações que marcaram seu desenrolar, o modo como terminou” (**Bellum Judaicum**, I, 6). Infelizmente, essa versão desapareceu sem deixar vestígios.

A versão grega dessa obra foi publicada sob o reinado de Tito; nesse primeiro trabalho, Josefo utilizou-se de um elemento para convencer o seu público, *autópsia*, elemento esse que na Antiguidade era garantia de capacidade absoluta.

Devido ao sucesso da primeira obra, Josefo concebe outro projeto, de maior dimensão, que ocupara vários anos de sua vida, uma obra que continha uma história dos judeus de cinco mil anos. A **Antiquitates Judaicae**, uma obra monumental de mais de vinte livros, foi concluída no décimo terceiro ano de reinado do imperador Domiciano. Sobre a escrita dessa obra, ele nos informa: “Empreendi a presente obra, traduzida dos livros hebraicos, pensando que ela seria digna de atenção de todos os gregos: minha intenção é contar toda a nossa história antiga, além de expor nossas constituições” (**Antiquitates Judaicae**, I, 5).

É interessante analisarmos a dualidade de iniciativa da publicação dessas duas primeiras obras: A **Bellum Judaicum** foi publicada por uma necessidade de restabelecer a verdade; já a **Antiquitates Judaicae** é uma obra de interesse geral.

Na seqüência, tem-se o **Contra Apionem**, uma obra que foi escrita em resposta às acusações de Apião contra os judeus; a obra contém a apologia para o judaísmo com uma demonstração da antiguidade do povo judeu. Nesse trabalho, encontramos nomes de escritores egípcios e gregos que nos são desconhecidos, ou que chegaram até nós de forma fragmentaria.

A última obra **Vita**, é um apêndice da **Antiquitates Judaicae**. Foi escrita, segundo Thackeray, em resposta a uma publicação rival da “*Guerra dos Judeus*”, pelo seu compatriota Justo. Segundo Hadas-Lebel, a **Vita** “nos traz sobre a vida de Josefo um certo número de informações preciosas, como não possuímos sobre nenhum outro escritor na Antiguidade.” (ibidem, p.251).

Sendo um dos mais brilhantes historiadores do judaísmo, tributário de fontes bíblicas e pagãs, Flávio Josefo é, em particular, uma rica fonte para o estudo não somente dos judeus, mas também dos romanos. Ele nos fornece informações que não são encontradas em nenhuma outra documentação do período, como por exemplo, a descrição do funcionamento do exército romano. Ele também foi o único historiador do período que chegou até nós completo.

Flávio Josefo, segundo as palavras de Lamour (2006, p.15), fez “uma tentativa original de conciliação entre dois mundos – o judeu e o romano – para culminar em uma visão única da história”.

Referências Bibliográficas

DOBRORUKA, Vicente. Historiografia helenística em roupagem judaica: Flávio Josefo, história e teologia. In: JOLY, Fábio (org.). **História e retórica: ensaios sobre historiografia antiga**. São Paulo: Alameda / FAPESP, 2007.

_____. Considerações sobre o conceito de stasis na obra de Flávio Josefo. **Boletim do centro de pensamento antigo**, Campinas, v. 12, p.1-9, 2001.

HADAS-LEBEL, Mireille. **Flávio Josefo: o judeu de Roma**. Rio de Janeiro: Imago, 1992.

JOSEPHUS, Flavius. **The complete works of Flavius Josephus**. Cambridge: Harvard University Press, 1998. (The Loeb Classical Library). v.10.

LAMOUR, Denis. **Flávio Josefo**. São Paulo: Estação Liberdade, 2006.

MOMIGLIANO, Arnaldo. **Raízes clássicas da historiografia moderna**. São Paulo: EDUSC, 2000.

THACKERAY, H. St. John. **Josephus, the man and the historian**. New York: Hebrew Union College, 1929.

Bibliografia Consultada

GOODMAN, Martin. **A classe dirigente da Judéia: as origens da revolta judaica contra Roma, 66-70 d.C.** Rio de Janeiro: Imago, 1994.

_____. **Rome & Jerusalem: the clash of ancient civilizations**. London: Penguin Books, 2008.

OTZEN, Benedikt. **O judaísmo na antiguidade: a história política e as correntes religiosas de Alexandre Magno até o imperador Adriano**. São Paulo: Paulinas, 2003.

A CONSTRUÇÃO E REPRESENTAÇÕES DO E SOBRE O TRABALHADOR INFORMAL NA FRONTEIRA (CÁCERES MT/BOLÍVIA)

Juliana Ferreira da Silva¹

Apresentação

O projeto que oferecemos - A construção e representação do e sobre o trabalhador informal na fronteira (Cáceres MT/Bolívia) – está pautado na seguinte problemática: discutir a formação do sujeito, analisando os discursos, a partir da construção das representações desses trabalhadores informais, pensando os sujeitos que se deslocam do espaço urbano para buscar recursos econômicos no trabalho informal no campo na região de fronteira. Buscando entender as diversas representações e valores que trabalhadores informais enquanto funcionários de empresas agropecuárias atribuem ao trabalho informal no campo, propomos analisar o que pensam do que fazem, bem como entender como se constituem e se subjetivam os sujeitos que se manifestam fora das normas trabalhistas sociais vigentes, inscrevendo-se num padrão de irregularidade, quer seja pela necessidade, quer seja pela opção.

Pretende-se historicizar o conceito de trabalho e a construção do trabalhador brasileiro enquanto inserido no mundo capitalista e suas transformações ao longo do século XX, considerando as mudanças políticas, econômicas e sociais como componente de peso nas construções das representações, atribuídas ao trabalho informal em Mato Grosso nos anos de 1980 aos nossos dias.

Nesse sentido, consideramos, nas palavras de Certeau (2002), que o exercício de escrever não é uma oposição entre o sujeito que fala e o objeto falado. Na verdade, ao escrever, o historiador constrói uma narrativa, recortando o tempo e o lugar, de acordo com seus interesses. Dessa forma, quando escreve, causa a morte de antigas representações por meios teóricos e metodológicos, substituindo-as por novas que buscam atender aos anseios do homem de seu tempo.

Portanto, propomos analisar a contribuição do trabalhador brasileiro, construído a partir de conceitos capitalistas nos fins do século XX, na consolidação do espaço mato-grossense, que hoje é representado pela imprensa como pertencente a um grupo de Estados que mais crescem e apresentam altos índices de produtividade, apoiado em um aparato tecnológico altamente sofisticado.

¹ Graduada em História pela Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT) em 2007. Atualmente atua como professora da rede estadual na Escola José “Bejo”, em Glória D’Oeste - MT.

Foi a partir dessas representações atribuídas por instituições públicas e privadas, que se encontram interligadas a uma rede de interesses mercadológicos, girados em torno do trabalho e do capital desejado, que automaticamente notamos que existe aí um paradoxo, pois paralelamente a essa representação “progressista”, deparamo-nos com a classificação de Mato Grosso na mídia como, por exemplo, um dos primeiros colocados na utilização do trabalho escravo e com alto índice de trabalho informal. Como pensar esse paradoxo? Mais do que procurar respostas a essas questões, analisa-se como os discursos atuam para que o trabalho informal seja aceitável em nosso meio como uma realidade que não causa inquietação.

Diante da realidade descrita, recorremos a Chartier (1990, p.16-17) para compreender alguns elementos desse paradoxo e vimos que, de acordo com o autor,

[...] a representação do mundo social vista dentro da história cultural, que busca identificar o modo como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade social é constituída, pensada e dada a ler; embora aspirem à universalidade de um diagnóstico fundado na razão, são sempre determinadas pelos interesses de grupo que as forja.

Na perspectiva de Chartier, trata-se de compreender e problematizar o processo pelo qual passa a construção dessas representações, refletindo também sobre as formas de aversões no processo de construção de subjetividades dos sujeitos, permitindo a hierarquização sobre construções de fatos pelos saberes e domínios, pensando também as maneiras de resistência às mesmas.

Justificativa

Diante do fato descrito, a indiscrição em trabalhar as apropriações dos discursos e o uso do poder pelos mesmos, motivou-me a problematizar os sujeitos criados a partir de visões diversas que se tem quanto ao trabalhador informal de fronteira. Nesse sentido, interrogaremos:

Como é possível que os discursos possam ser construtores de representações? Por que criamos e aceitamos hierarquias que excluem os seres humanos para níveis de contradições, tais como o “coitadinho”, o “pobre sem opção”? Em que momento essas representações aparecem como condição para uma classificação? Como as relações entre empregado e patrão e a tentativa de domínio pelos discursos, atravessam o cotidiano nessas construções de representações? E como um espaço tido como

“esquecido”, basicamente pacato quando comparado aos espaços urbanos, como se comportam com a presença desses trabalhadores informais? Por que o silêncio dessa população frente a tais acontecimentos? Por que a mídia regional não faz menção de tais atos? Como se portam as Leis do trabalho nesse espaço? Que discursos interferem na constituição desses atos e faz com que se permitam tais feitos? Como Mato Grosso, que hoje é um Estado de destaque de produção e exportação, pode, por meio das leis que amparam os trabalhadores, interferirem na regularização de tais atos?

Os questionamentos apontados são intrincados, mas foram as linhas do projeto. São espelhos das inquietações que suscitam, exatamente por estarem em um jogo de fatos discursivos, que nos expede a questões como: Quem estabelece os fatos sobre os sujeitos?

Infundida na leitura de Certeau (2000, p.9), quando menciona o fato de Américo Vespúcio ficar diante da *América Índia*, nua e que após a admiração, começa a descrever o corpo do outro e nele traça sua própria história, fazendo do corpo do outro uma colonização do discurso do poder que lhe era assegurado no momento, essa descrição permite nos dar visibilidade às redes discursivas que constroem os trabalhadores informais, mostrando as diversidades sobre um mesmo sujeito de acordo com o olhar e o meio social que possa ser lançado sobre ele. Pretendemos utilizar a ideia de discurso de poder e colonização do corpo do outro para descobrir as multiplicidades de sujeitos e representações destes, que possam ser construídas a partir dos saberes e poderes da sociedade e pelos próprios sujeitos de si mesmo. Dessa forma, Deleuze (2005, p.35), ao mencionar o sentido atribuído por Foucault em Vigiar e punir, ao termo poder, não mais como uma série dos postulados tradicionais do pensamento de esquerda, mas sim no sentido de:

[...] poder, que é menos uma propriedade que uma estratégia, e seus efeitos não são atribuídos a uma 'apropriação', 'mas a disposições a manobras, táticas, técnicas, funcionamentos, ele se exerce mais do que se possui, não é o privilégio da classe dominante, mas o efeito de conjuntos de suas posições estratégicas.

O pensamento de Deleuze e Foucault permite-nos perceber que o conceito de poder enquanto estratégico contém o de singularidade. Assim, a análise pretende mostrar como diferentes práticas representativas de grupos mais “privilegiados” pelo uso do poder possuem pontos singulares entre o trabalhador e o patrão, em que o trabalhador informal elabora suas representações, mesmo desprovidos do poder

controlador, e encontra modos de fazer uso dele em seu benefício e para atender seus interesses.

O argumento apresentado não pode ser o meio pelo qual se explicam os atos de informalidades na região de fronteira recortada para análise, mas é necessário lembrar que é nesse espaço que se torna mais concentrada a pesquisa, com a preocupação em entender a construção desses sujeitos. Vale destacar que não é nesse local onde mais se vê essas práticas de informalidades. O recorte não se limita à região em que se praticam tais atos informais, pois essa realidade vai além da região da Grande Cáceres. Apenas a retratamos como mais uma das regiões do Brasil em que ocorrem tais práticas, seja no campo, seja na cidade.

Os trabalhos informais mais comuns na região rural da Grande Cáceres são os dos trabalhadores autônomos, assalariados sem carteira assinada, recebendo salário não correspondente às horas trabalhadas. Assim, o projeto segue no sentido de não apresentar uma totalidade dos tipos de trabalho informal nessa região; limitamo-nos apenas aos trabalhadores que se deslocam do meio urbano para buscarem recursos econômicos no trabalho informal no campo na região de fronteira e empregam sua força de trabalho sem contrato formal ou carteira assinada e com “horas extras”, sem renumeração.

O historiador, de acordo com Veyne (1998, p.28) é, “livre para em cada época recortar a história a seu modo seja ela política, econômica ou social, por ela não possuir articulação natural”. Assim como no conceito de trabalho informal, nossa intenção não foi apegar-nos a um conceito histórico específico, e sim a de acolher as possíveis contribuições que cada corrente historiográfica pode possibilitar para o melhor entendimento das representações.

A narrativa considera na história a noção de *não-factual*, apresentada por VEYNE (1998, p.188), *no sentido de que os não factuais são os eventos ainda não consagrados como tais*. Neste caso, pretende-se analisar os sentidos dos discursos de sujeitos que passam “despercebidos” enquanto ser históricos pelo fato de fazerem parte de um grupo de indivíduos socialmente marginalizados. Assim, a escrita se desenvolve por meio de “diálogo” com as fontes escritas face à problemática do espaço mato-grossense e do Brasil, como também obras de autores que buscam uma teorização a respeito do fazer história.

As informações mais precisas sobre o cotidiano dos trabalhadores informais foram obtidas pelo contato direto com as fontes por meio da oralidade. O uso da história

oral como fonte foi demandada pela carência de documentos escritos que retratem essa realidade na região e da possibilidade de riqueza de depoimentos, devido ao fato de convivermos com as testemunhas.

A oralidade assume o papel de acolher as experiências vividas por pessoas “marginalizadas” que quase não produzem fontes ou registros da sua memória. Assim, no sentido atribuído por Silva (2005, p.188), o historiador, na análise de *toda a sua funcionalidade, como ferramenta de transmissão de valor, sentimento, visão de mundo* atua de forma que o entrevistado transmita pela fala forma ao que foi vivido. Dessa forma, será possível fazer uma análise desses discursos visando a uma melhor compreensão dos sentidos e sentimentos que esses sujeitos possam transmitir.

Nesse sentido, os discursos servirão para analisar o que pensam os trabalhadores do que efetivamente fazem de si mesmos. Que papel possui esses sujeitos? Que valores estão presentes? E que tipo de integração social que se pretende fazer? Frente a esses questionamentos de si, ou seja, do que pensamos ser, do que efetivamente fazemos. Concordamos com Tony Hara (2005, p.31) quando menciona que “[...] é nesse abismo que mora o controle, é nele que nos afundamos e nos perdemos de nós mesmos [...]”.

Assim, inspirando nesses escritos de Hara (ibidem, p.14), faz-se necessário uma rememoração quanto a éticas antigas, tais como as apresentadas por Foucault em suas últimas aulas, e mencionado por Frédéric Gros (2004), quando se refere à *Parrésia*, (que seria o fato de enunciar uma verdade constituída numa convicção pessoal) e a *retórica* (que seria fazer acreditar em algo), no sentido de entender os que querem dizer algo verdadeiro e os que de fato criam alguma coisa, construindo uma precisão de se delinear numa ascendência capaz de servir à elaboração de uma ética contemporânea e de contribuir para o reconhecimento de novas práticas de si.

Tais reflexões dessas práticas trouxeram contestações que propõem uma visibilidade, capaz de “desnaturalizar” discursos que trazem a noção de verdade total sobre a construção do trabalhador informal na fronteira, possibilitando diversas interpretações de um mesmo fato, proporcionando entender as mudanças no conceito histórico ao longo dos séculos, suas transformações teóricas e metodológicas, que ora ficaram sendo atrofiadas pelo ideal de uma história científica.

Objetivos

O que interessa é refletir justamente sobre as composições das representações, as constituições discursivas, a edificação das subjetividades das falas e não a explicação delas, confirmando, assim, o que Foucault garante sobre os discursos que eles próprios são fatos históricos. A finalidade do projeto é problematizar um conjunto de produções de subjetividades e construções discursivas que permitem que os sujeitos sejam enleados por suas redes e tramas, possuindo sua subjetividade estabelecida a partir dos diversos discursos do conhecimento-domínio, privilegiando os grupos estrategicamente classificados enquanto “detentor” do uso do poder controlador.

Discutir as construções de subjetividades é elevar a positividade dos formatos de aversões, a presença de fronteiras de evasão e táticas de sobrevivências executadas pelos trabalhadores, como por exemplo, o fato de justificar a prática do trabalho informal como a de estar conservando uma moral enquanto sujeito que trabalha, a defesa do patrão como meio de agradecer o emprego.

A imprensa, como já foi dito, apresenta-se como mais uma modalidade de controle social sob o pretexto da informação, mas, nesse espaço onde se pretende a pesquisa, temos uma contradição no que se refere à mídia: ela se mantém calada frente tais atos, ou seja, menciona-se o fato de Mato Grosso ser um Estado onde se tem alto índice de trabalho informal, mas não atua nas especificidades, enquanto denúncia. Nesse sentido, podemos perceber um silenciamento dos discursos, que nesse ponto nos remete a pensar no discurso proferido por Deleuze, ao mencionar que na sociedade de controle, quem está no poder quer manter-se no poder, então, criam-se teias de conexões e influências que criam barreiras para se veicular este tipo de notícias, pois sabe-se bem que se alguma ponta de teia quebrar, o resto se desfaz.

Nesse contexto, não poderia deixar de mencionar que a imprensa também não é apenas essa máquina de controle, ela também é uma máquina comercial, que se sustenta de casos bizarros e que ora desvia atenção da população a outros acontecimentos, o que poderia ser usado como explicação para o papel da mídia. Contudo, só dizer que a mídia provoca ações de controle por estar envolvida no mercado de capital seria reducionista e simples de mais.

Entendo que a imprensa tem se desenvolvido como instrumento de controle na medida em que a sociedade tem deixado de participar ativamente da vida política e não são só ações políticas; apropriando-se de saberes e poderes, formulando subjetividades, enfim, a mídia “instala os outros em mim”, por isso, a mídia, ao não mencionar tais

casos de trabalho informal, vai expulsá-los do universo social e transportá-los ao patamar dos esquecidos, enfim.

A relevância desta pesquisa se encontra justamente nisso: por meio do objeto a ser pesquisado, compreender o campo de influência que a imprensa e os discursos subjetivos e próprios têm tido na nossa sociedade. Mas uma vez, pensando essas produções discursivas como acontecimentos que merecem ser vistos como constituidores das subjetividades e representações dos sujeitos.

Referenciais teóricos e metodológicos

Não é objetivo da pesquisa revelar quem são, para quem trabalham, qual o endereço de onde trabalham, gerando algum tipo de verdade sobre os trabalhadores, ou uma denuncia pelo tipo de trabalho que praticam, mas o de permitir analisar as formas de se construir representações que envolvem sujeitos. Pensar os modos de subjetivação tanto do trabalhador quanto do patrão e Jurisprudência é uma tarefa difícil. Não pretendo fazer história pautada no aspecto dualístico; minha proposta não é fazer uma defesa do trabalhador e uma acusação do patrão, nem uma cobrança da lei. Quero pensar essa construção de representações discursivas que enredam os sujeitos, tanto os patrões, quanto os empregados, em que discursos constituem um real, pois infelizmente a mídia não atua na divulgação dessas construções discursivas, deixando perceber a presença de uma sociedade de controle nessas regiões.

Nesse sentido, discutir e problematizar apenas as constituições discursivas acerca da figura do trabalhador não seria suficiente, muito menos problematizar o conceito de trabalho informal, inspirada nos escritos de Deleuze. Busquei ir além da discussão acerca do trabalhador, problematizando os meios pelos quais a sociedade e sua organização passam e passaram ao longo dos séculos. Assim, Deleuze (1992, p.220), ao mencionar a presença e a persistência de uma sociedade disciplinar, mencionada por Foucault nos séculos XVIII e XIX, por uma sociedade de controle no século XX, em que os modos de funcionamento dos meios de confinamentos passam por uma crise e “são” substituídos por práticas diferenciadas, não mais aquela que pune os corpos, mas sim as mentes, em que os indivíduos passam a ser escravos de suas próprias vontades num jogo de liberdade e sujeições.

Essas técnicas de controle ao ar livre, como os meios de comunicação, a televisão e o rádio e internet, jornais dentre outros, assume uma total importância para a

implantação de uma autoridade social, no sentido de que há, nesses condutores de informação, a tentativa de persuasão e monitoramento do sujeito e dos agrupamentos. A concepção de controle da sociedade desenvolvida por Deleuze cogita sobre uma aparência política para as ações humanas dentro dos fatos históricos, no sentido de dar visibilidade a uma sociedade que busca desesperadamente meios de manter-se no topo de uma hierarquia social.

Essas ações políticas que visam a um controle passaram do coletivo que se presenciava nas fábricas do século XIX para a particular, o sujeito passa ser por si só uma obra política, estando ele de acordo disso ou não. Ainda nesse ponto de vista, Foucault (2001) menciona o fato de um sistema de ideias marxistas, que advertia uma única nascente construtora de história, tendo o poder como num dualismo metafísico, entre o bem e o mal, ou entre o proletariado e a burguesia. Foucault trouxe o poder para as analogias, eliminou algo que era envolvido como permanente para ações mais coloquiais, refletindo, dessa forma, um constante combate de um sujeito para com o outro, em nosso caso, do trabalhador com seu patrão ou vice versa.

A tentativa de construção do conhecimento científico do pós- modernismo tem por finalidade a interpretação e a subjetividade. Nessa expectativa, a proposta é que os fatos absolutos sejam desconstruídos e desnaturalizados. Pensando ainda com Foucault, achei importante mencionar o fato de que entre os sujeitos entrevistados para a pesquisa, nota-se uma sujeição aos discursos de verdades que lhes são atribuídos. Nesse sentido, os escritos de Foucault servem para pensarmos como esses discursos ganham sentidos de verdades. vimos que nesse mundo pós-estruturalista sua miragem epistemológica de um procedimento genealógico trata desses acasos, que desnaturaliza- se o natural, e não hierarquiza as fontes, em que os discursos também são um evento, confirmou em seus trabalhos arquétipos de irregularidades, construídas pelos conhecimentos que determinam sujeitos que diariamente reproduzem aquilo que lhes foi atribuído como correto, como natural. Esses modelos foram construídos para controlar todos os sentidos dos sujeitos, no objetivo de classificar e normatizar aqueles que tentar resistir a esse modelo de princípios.

BIBLIOGRAFIAS E FONTES

CERTEAU, Michel de. A operação historiográfica. In: _____. **A escrita da história**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

_____. **A escrita da história**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.

CHARTIER, Roger. **A história cultural**: entre práticas e representações. Tradução de Maria Manuela Galhardo. Rio de Janeiro: Editora DIFEL, 1990.

DELEUZE, Gilles 1942, **Foucault**. Tradução de Claudia Sant'Anna Martins; revisão da tradução Renato Ribeiro. São Paulo: Brasiliense, 2005.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**: Michel Foucault. Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. 9. ed. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

_____. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. Tradução de Raque Ramallete. Petrópolis: Vozes, 1987.

GOMES, Ângela de Castro. **Invenção do trabalhismo**. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora. FGV, 2005.

GUIMARÃES NETO, Regina Beatriz. **A lenda do ouro verde**: política de colonização no Brasil contemporâneo. Cuiabá: UNICEN, 2002.

HARA, Tony. **Foucault e História Múltiplas maneiras de ensinar história**. Texto 01: A sociedade da comunicação: controle e domesticação das singularidades. 2005.

MACHADO, Ilma Ferreira. O impacto das transformações no mundo do trabalho na subjetividade da classe trabalhadora. **Caderno Fênix: ciência, trabalho, identidade e natureza**, Cáceres: UNEMAT Editora, n. 1, 2004.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **Agricultura camponesa no Brasil**. 4. ed. São Paulo: Contexto, 2001. (Caminhos da Geografia).

SILVA, Kalina Vanderlei; SILVA, Maciel Henrique. **Dicionário de conceitos históricos**. São Paulo: Contexto, 2005.

SENNETT, Richard. **A corrosão do caráter**: as consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo. Lisboa: Terra Mar, 2001.

VEYNE, Paul Marie, **Como se escreve a história**: Foucault revoluciona a história. Tradução de Alda Baltar e Maria Auxiliadora Kneipp. 4. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998.

UM NOVO PERSONAGEM: REYES MALDONADO SALACHI

Karina Aparecida Geraldo¹

As memórias de uma vida, seus sonhos e decepções, o interpretar de um mundo, na maioria das vezes, vivido no isolamento da alma daquele sujeito que narra suas verdades. Narrativa que funciona como um túnel do tempo, que o remete a alegria daquela cena perdida na linearidade do tempo.

Maldonado utiliza-se da escrita para concretizar sensações e sentimentos gozados nos momentos inesquecíveis de sua infância e juventude. Em sua profunda interiorização, busca detalhar minuciosamente fatos que marcaram uma vida sonhada e transformada pelo “destino”. Nosso “personagem” passa pelo processo de reviver ocasiões importantes de sua construção individual, anexando em seus comentários sua visão sobre si, o meio e o outro.

Nessa revelação de seus sentimentos mais profundos, Maldonado aparece como um sujeito poético, sonhador, idealista e observador. Qualidades citadas por ele como primordiais para o sucesso pessoal. Apesar de aparentar facilidades de falar em público e de estabelecer laços de amizade por onde passava, Maldonado aparece em suas narrativas como um sujeito solitário, mesmo tendo amado profundamente e construído uma família numerosa.

Sua decepção diante do mundo e seus sonhos frustrados o fazem escrever, aos 60 anos de idade, as memórias que ele quer representar. Dá início com o título **Maldonado Velho** e sua narração é ouvida e escrita por sua secretária. As confissões realizadas nas linhas solitárias de um papel ganham o olhar do outro e sua representação diante desse segundo sujeito, construindo-se sobre a manipulação da construção de si mesmo para o outro.

¹ Acadêmica do Curso de História pela Universidade do Estado do Mato Grosso/UNEMAT.

Neste artigo, tenho como objetivo compreender a escrita do senhor Reyes Maldonado Salachi, nascido em Santiago, Bolívia, e que viveu um tempo com os pais em Puerto Soarez, Bolívia, fronteira com Brasil por Corumbá, Mato Grosso do Sul. Estudou e morou, ainda quando criança, em Buenos Aires (Argentina), com a avó Dona Nicásia Gutierrez. Com a morte da mesma, ele regressa a Bolívia, onde já encontra seu pai casado com outra mulher.

Ao se reinventar o senhor Maldonado, tentamos abordar seus sentimentos de dor e suas memórias políticas que, segundo ele, queria vê-las na história. Sua autobiografia é escrita quando ele estava com 60 a 70 anos e encontra-se esparramada em vários escritos fragmentados e em quatro cadernos tidos como manuscritos.

Num de seus escritos, em que ele se denomina como “Maldonado velho”, as narrativas contam vários fatos de contexto histórico e particular. Cito sua “velhice” devido a essa necessidade de expor suas memórias, quando este já se encontrava viúvo, em forte solidão e desilusão.

As ambições e reflexões políticas também são idealizadas por Maldonado, mas quando jovem, tendo em parte significativa de suas narrativas um sentimento de repúdio ao imperialismo norte-americano que ganha terreno na América Latina:

Ojala que este escrito seja benéfico para a juventude atual que é diferente a que eu tive, não é com isto que eu queria criticar a atual modalidade da juventude que infelizmente acompanha, com bastante frenesi os hábitos dos norte americanos que estão absorvendo até na sua soberania. (MANUSCRITOS DO SENHOR MALDONADO n.4, 1985, p.5)

Observamos um momento de transição na realidade política vivida na América Latina e a revolta de Maldonado, que vê na sociedade a negação de suas origens, assumindo um discurso moldado, contribuindo para que o imperialismo americano adentre-se nos mecanismos da política, absorvendo até mesmo nossa soberania. Minuciosamente ele tece sua história e relata sua participação na vida política Boliviana, que tem início com a sua volta de Buenos Aires para Puerto Soaréz, com a idade de quase vinte anos, iniciando seu trabalho como secretário do Major Francisco Barros, sub-comandante do Batalhão de Puerto Soaréz (Bolívia).

Na confecção de suas imagens, Maldonado se constrói para o outro como um homem íntegro e reconhecido pelo bom trabalho que exerce, como um homem de responsabilidade,

sendo elevado de cargo e mandado para San Mathias (Bolívia) em 1925, com a missão de reorganizar a situação da alfândega que, segundo ele, encontrava-se em terrível desorganização. Narrando de forma épica sua chegada a essa cidade,

[...] cheguei em San Mathias no dia 25 de Março de 1925, era um dia maravilhoso poderiam ser às cinco ou seis da manhã, o sol se levantava com todo o seu furor, com seus raios dourados num céu azul e limpo, havia uma praça rodeada de ranchos de palha com exepcao de dois ou três que tinham teto de cinza, um esqueleto formado por madeiras grossas que estava destinado a construção da igreja paroquial, no centro um coreto rusticamente construído e também coberto com palha em roda haviam bonitas lagoas rodeadas por verdes gramas. Animais bovinos e cavalos pastando pacificamente, grandes pés de mangueira e laranjas, davam a harmonia de paz, abundancia e alegria entoado pelo canto e gorjeio de aves, dava a impressão de estar ouvindo uma musica celestial. (MANUSCRITOS DO SENHOR MALDONADO, n.4, 1985, p.25).

Ao utilizar a escrita como (re)memorização de momentos vividos e sensações anteriores, Maldonado vê a necessidade de relatar cada detalhe, talvez com a esperança de viver a alegria perdida. Pierre Ansart, a reflexão torna-se necessária sobre as bases dos ressentimentos, da história e da memória, sugerindo o estudo das relações tecidas entre elas e as influências das mesmas nas narrativas de nosso personagem, que o envolvem em certa sequência de composições simbólicas verdadeiras, levando-o a reviver superficialmente, por um momento, em um mundo afastado de sua realidade, presente somente em seu íntimo solitário. Para isso, passa a caminhar sobre feridas cicatrizadas pelo tempo, porém, mal curadas. Para Michel Foucault, a loucura designa o “vazio” que a linguagem localiza em si mesma, instituindo-se como ser.

Maldonado chega a um momento de linearidade e, muitas vezes, acaba escrevendo de maneira confusa; mostra-se como o herói de uma causa revolucionária, quando narra sua autoridade de Cônsul Boliviano; assume para si o papel de sentinela da fronteira, sentinela esse que em um longo período nem mesmo o reconhecimento presidencial ganhou. Primeiro o discurso poético torna-se uma coisa ao ser escrito como conjunto de signos; em seguida, ao se vincular à rede de ligação mental que estabelecemos com o ontem e o presente, criamos um quadro de isolamento social, levado, muitas vezes, por um quadro de frustrações por ver, no passado, a fraqueza e os sonhos que não foram possíveis de realizar. Transferindo para o momento preciso dada informação, a visão daquele sujeito que a escuta, assumimos para nós e para o outrem o cenário que queremos, criando verdades a nós mesmos, dando início à criação de um universo de condições de existência que não são limitadas ou confinadas ao

social, ao político ou a formações históricas. Esse conjunto de signos tenta trazer de volta a imagem daquele momento, guardado nas páginas da memória, em que o outro é convidado a entrar no mundo das sensações levado pela descrição dos signos e recomposição dos fatos.

Para Maldonado, o ano de 1927 aparece como um dos anos decisivos de sua vida. Nesse período ele contava com o cargo de chefe da alfândega em San Mathias, dando início à sua construção de homem indispensável para a manutenção da ordem naquela zona de fronteira tão desorganizada, devido à corrupção e a má administração, além das corriqueiras intervenções políticas que vinham sofrendo Bolívia e, principalmente, seu vizinho Brasil.

O Brasil passava por um momento de crise interna: o governo de Getúlio Vargas era acusado de ser um governo fascista, autoritário e populista, sofrendo a sociedade brasileira uma série de transformações, ocorridas, muitas vezes, por enfrentamentos civis com o Estado. Uma onda “subversiva” tomava conta das ruas brasileiras; a ideia de pátria socialista ou comunista alarmava grande parte dos políticos brasileiros e latinos, mas também conquistava uma série de jovens e idealistas de ideias marxistas, recebendo fortes influências estrangeiras. Surge, nesse período, uma série de enfrentamentos entre revolucionários, o Movimento Tenentista e Governo brasileiro.

No ano de 1927, a Coluna Prestes, que vinha de uma campanha exaustiva e longa no Nordeste brasileiro, entra na região Centro-Oeste do país, tratando de chegar à zona de fronteira para escapar das investidas de Getúlio Vargas e seu escudeiro, Filinto Muller. A coluna Prestes busca pedir exílio ao Governo boliviano. Maldonado narra o momento em que observa os primeiros sinais que provam a presença do Exército revolucionário na fronteira:

[...] com orgulho e satisfação, recordo que o mês de fevereiro, de 1927 era um domingo me desponia a fazer um passeio ao campo juntamente com Don Celso Perrogón e um refugiado brasileiro Don Benedito Torquatro. Quando vi um cavalheiro baixo a casa de Don José Rapp, este de imediato me avisou para acompanhá-lo até um lugar denominado “San Manuel” distante mais ou menos 10 kilometros, onde haviam sido visto uma patrulha da celebre Coluna Prestes. (MANUSCRITOS DO SENHOR MALDONADO, n.4, 1985, p.54).

Para Maldonado, o encontro com a Coluna Prestes lhe evoca a memória, com orgulho de estar participando de um momento histórico desses países, em que sua postura e submissão à soberania boliviana se apresentam confusas diante da palavra “célebre”. Maldonado apresenta-se querer cumprir todos os dispositivos da lei, conservadora, mas não esconde sua simpatia pelos revolucionários.

Levi Strauss aponta que se os fatos históricos são constituídos, e não dados, na mesma forma são escolhidos e não são fornecidos apoditicamente como elementos de uma narrativa (HAYDEN, 1928, p.71). Diante disso, nossa escolha tenta analisar os motivos de Maldonado escrever suas memórias, narrando minuciosamente os acontecimentos em que ele está envolvido no caso da Coluna Prestes.

Maldonado busca analisar e demonstrar sua simpatia por esse movimento que lutava por um Brasil livre, honesto e soberano, mas que devido à forte propaganda do governo contra os revoltosos, criava para a população a imagem que estes eram subversivos e simplesmente baderneiros. Isso causava na população um verdadeiro pânico, pois esta não conhecia os ideais revolucionários, apenas recebia informações vindas do governo. A ideia da aproximação daquela tal falada Coluna causava, nos moradores das imediações, o sentimento de pânico. No reinventar de suas lembranças, Maldonado aparece como peça fundamental e uma cabeça pensante do exército boliviano, assumindo posição de destaque entre seus colegas:

Se juntaram a nós Perrogón, Torquatro, e outros que estavam a cavalo e seguimos para São Manoel, no trajeto eu falei para o Major Carmona que era bom ele se resguardar porque ante uma emergência San Mathias podia ficar cabeça em caso de uma eventual emergência para a defensiva da mesma. (MANUSCRITOS DO SENHOR MALDONADO, n.4, 1985, p.55).

Apesar de não exercer o cargo de Major ou Capitão, Maldonado (re)cria o momento e assume o papel de autoridade indispensável, criando e/ou imaginando uma rede de poder ao seu redor. Dessa forma, Maldonado narra suas ambições políticas, o que remete à ideia de que eram muitas e que ele mantinha em si o desejo de tornar-se um político influente no quadro político nacional, assumindo, assim, um certo poder da situação.

Maldonado segue para a fronteira, mas retorna a San Mathias, pois não se encontrava com os revolucionários. Em San Mathias o alerta é dado e o pequeno exército boliviano entra em vigília para defesa da soberania de seu país. Devido à falta de armas e um bom aparelhamento do exército, a negociação se apresenta como melhor caminho. O capitão Lourenço Moreira Lima, integrante da Coluna, convida o Major Carmona para uma entrevista e Maldonado o acompanha para “maior segurança do Major”:

Chegando no rancho de Mister Hill encontramos o capitão Moreira Lima que era um, homem de porte respeitável, os soldados em descanso debaixo das árvores nas sombras, os animais que ocupavam, estavam pastando

soltos no alpendre, um ferido que estava em combate na fazenda Banheiros. (MANUSCRITOS DO SENHOR MALDONADO, n.4, 1985, p.57).

Iniciam-se aqui as negociações para a passagem da Coluna pelo território boliviano. Maldonado constrói em suas memórias o retrato de um homem indispensável nessas negociações, visto que contava com o cargo de Cônsul e era homem de confiança do Major Carmona. Suas narrativas demonstram que apesar de sua pouca idade, sua capacidade e seriedade faziam dele um negociador excelente e bem sucedido, pronto a servir a Pátria. Apesar da posição elevada do Major Carmona, Maldonado assume a responsabilidade de apaziguar a situação; com o uso da palavra, toma a liberdade de tomar decisões de suma importância:

[...] a seguir o Capitão Moreira Lima expôs os seus desejos de passar por San Mathias com seus homens armados [...] o que de imediato com toda suavidade eu tomei a palavra e indiquei que isso não era possível, permitir a passagem de forças subversivas que combatiam o governo legal. (MANUSCRITOS DO SENHOR MALDONADO, n.4, 1985, p.58).

Maldonado transmite a seu leitor o poder das negociações, conduzindo a Coluna por caminhos que não ofuscassem a diplomacia boliviana com a brasileira, buscando um caminho alternativo para a solução do problema. Ele se descreve como um homem de pensamento rápido e prático, um homem disciplinado, bem vestido, trabalhador e honesto, ou seja, possuidor de qualidades indispensáveis a um homem público.

Diante da passividade da conversa, Maldonado e Carmona regressam a San Mathias, recebendo no dia seguinte uma carta firmada pelo Major Luiz Carlos Prestes², tratando da intenção de entregar as armas para poder cruzar por terras bolivianas. Segundo Maldonado, o oferecimento da deposição das armas causa surpresa no Capitão Moreira Lima e no General Isidoro Dias Lopes, componentes importantes da Coluna. Como a situação se agravava, pois o governo brasileiro já tinha conhecimento dos planos da Coluna Prestes, são mandadas para o Centro-Oeste brasileiro mais tropas do exército, com missão de capturar os revolucionários. Diante da situação, o Major Carmona decide ir ao encontro do grosso da Coluna, que se encontrava na fazenda Capim Branco, município de Cáceres-MT. Maldonado narra seu encontro com Carlos Prestes e Miguel Costa:

² Luiz Carlos Prestes, apesar de possuir menor patente frente a Miguel Costa, dentre os revoltosos, era liderança pública do movimento. Esse status foi garantindo durante o transcorrer da marcha da Coluna, que havia percorrido anteriormente cerca de 25 mil quilômetros pelo interior do Brasil.

[...] uni formado com faguí , um chapéu de aba comprida ele era baixo, barbudo e não olhava de frente enquanto que o General Miguel Costa era de uma estatura de um metro e 70 ou 80. Vestia um terno de civil de linha pardo bem barbeado e falava fluentemente o espanhol”. (CADERNOS DE MALDONADO n.4, 1985, p.60)

Apesar da conduta revolucionária e de todas as propagandas criadas pelo governo denegrindo a imagem da Coluna Prestes, Maldonado tenta, de certa forma, desmentir essa imagem construída de homens sujos e mal educados, com a preocupação de narrar detalhes vivos a seus olhos, como um presente que pode ser invocado ao se peregrinar pela memória.

Deparamo-nos com um Maldonado que constrói suas verdades, sendo que além de narrar para um futuro leitor, narra também suas lembranças a sua secretária que as transcreve, jogando com suas imagens, selecionando as que certamente lhe agradava.

Naquele momento, sentindo a tristeza e nutrindo os ressentimentos de não ter conseguido alcançar o futuro que ele idealizava quando jovem, em seu sangue nutria o fervor da política, queria uma Bolívia livre e, sem dúvida, o papel desempenhado em relação às negociações da Coluna Prestes o ajudaria a crescer sua popularidade e o conhecimento de sua pessoa.

É interessante observar como ele dialoga com a Coluna; sua voz de comando é dada como o desenrolar fundamental das negociações:

Ai entramos em detalhe se considerou que a deposição das armas seria no dia seguinte 04 de fevereiro de 1927, entregaria a mim mediante a um recibo e que ele de imediato seguiria para Salto Coração. (Manuscrito de Maldonado n° 04.)

A construção de si dá a ele o direito de construir a sua história; ao se moldar para o outro, materializamos nossa memória, junto a isso, materializamos a nossa verdade, na maioria das vezes, apagando acontecimentos desagradáveis e esse jogo nos dá esse direito. É como se Maldonado se reinventasse junto aos revolucionários. Ele relata esse contato e vê nos revolucionários brasileiros a esperança que Bolívia se torne um país forte e digno para seu povo, visualizando nos revolucionários e no sentimento nacionalista as soluções para problemas antigos da sua nação, nutrindo uma postura de admiração pela Coluna: “Eu fiquei admirado da organização da Coluna Prestes porque chegavam de cinco em cinco minutos um soldado dando novidades dos seus respectivos setores” (1927).

Foi designado a Maldonado o dever de elaborar a ata de deposição das armas que tinha ficado para a manhã seguinte; mais uma vez ele aparece como eixo fundamental,

assume o discurso de guardião da soberania nacional. No momento esperado ele é procurado por Carlos Prestes, para receber as armas: “[...] as seis horas da manhã fui procurado pelo General Prestes para me entregar as armas que já estavam expostas no terreiro da fazenda” (1927, documentação avulsa.).

Observamos que ele assume esse papel de liderança, sendo citado poucas vezes o nome do Major Carmona. Com a deposição das armas, a Coluna tinha livre passagem para terras bolivianas, acontecendo, dessa maneira, a separação dos revolucionários. Miguel Costa, com destino a Santa Cruz de la Sierra (Bolívia), pegando caminho para Argentina, e Carlos Prestes para Porto Gaíra, sendo que os outros integrantes alguns permaneceram um tempo em San Mathias e outros voltaram para o Brasil. Essa cena é narrada por Maldonado como um momento de grande emoção pra todos os integrantes da Coluna. Um outro episódio marca as relações criadas entre Maldonado e os revolucionários, em que Carlos Prestes presenteia Maldonado: “[...] quero deixar meu agradecimento ao General Luís Carlos Prestes, que me presenteou com uma espingarda de caça calibre 765”. (MANUSCRITOS DO SENHOR MALDONADO, n.4, s/d, p.70).

Os laços tecidos acabam penetrando no ponto íntimo de cada, criando uma simpatia mútua, busca-se no outro o desejo escondido. Buscar se mostrar ou se deixar abrir ao outro tenta, de certa forma, a valorização de si próprio, “ a mostrar-se para ser valorizado e, além disso e fundamentalmente, para existir” (HAROCHE, 2005, p.35).

A existência dessa amizade e desses momentos intensos vividos por Maldonado fazem com que nasça nele a necessidade de se reescrever para o outro como prova permanente de existência e aceitação do outro sobre sua postura íntegra, importante, afirmando para si a verdade dos acontecimentos ocorridos, não permitindo que os mesmos caíam em esquecimento.

Maldonado admira os revolucionários por sua liberdade e ideologia, em seguir crendo em seus ideias e não deixando as dificuldades ofuscar os sonhos. Sonhos esses que Reyes Maldonado por muito os guarda, mas diante do “sepulcro” de seus ideais, narra que levado pelos seus devaneios e solidão, vê na reconstrução de sua memória algo para não passar somente como mas um habitante desse planeta.

Referências bibliográficas

ANSART, Pierre. As humilhações políticas. In: MARSON, Isabel; NAXARA, Márcia. (Orgs.). **Sobre a humilhação**: sentimentos, gestos, palavras. Uberlândia: EDUFU, 2005.

_____. História e memória dos ressentimentos. In: BRESCIANI, Stella; NAXARA, Márcia (Orgs.). **Memória e (res)sentimento**. Campinas: Editora da UNICAMP, 2001.

BURKE, Peter. **A escrita da história, novas perspectivas**. São Paulo: Editora da UNESP, 1992.

JACY, Alves de Seixas. Percursos de memórias em terras de história: problemáticas atuais. In: BRESCIANI, Stella; NAXARA, Márcia. (Orgs.). **Memória e (res)sentimento**. Campinas: Editora da UNICAMP, 2001.

MARILDA, Ionta. Aescultura de si nas cartas de Anita Malfatti, Oneyda Alvarenga e Heriqueta Lisboa. **Associação Brasileira de História Oral**, v. 8, n.2, julho/dezembro de 2005.

TRONCA, Ítalo. Foucault: a doença e a Linguagem Delirante da Memória. In: BRESCIANI, Stella; NAXARA, Márcia (Orgs.). **Memória e (res)sentimento**. Campinas: Editora da UNICAMP, 2001.

A FORMAÇÃO DO EXÉRCITO EM MATO GROSSO DURANTE O IMPÉRIO

Leonice Bazzi do Nascimento¹

Este trabalho tem por objetivo analisar como se encontrava a organização da força militar em Mato Grosso, verificando a estrutura do Exército e da Guarda Nacional, por meio do presidente da Província, Augusto Leverger, em 1851, sendo comparado com a historiografia produzida sobre esse período.

Durante o período do Império brasileiro, o Exército sofreu com a falta de estruturação, pois não havia interesse por parte da elite política em organizar a força militar regular. O presidente da província de Mato Grosso, Augusto Leverger, coloca em seu relatório, em 1851, que a força militar tinha a seguinte composição:

A guarnição militar desta província compõe-se de bum Corpo Fixo de Artilharia, outro de Caçadores e outro de Cavalaria ligeira. Esta Força eleva-se presentemente a 1147 praças, faltando 327 para inteirar o seu estado completo.

Se atenderdes à extensão da nossa fronteira, e ao numero e importância dos pontos que se deve conservar guarnecido, concebereis que só a mais imperiosa necessidade pode autorizar o governo a distrair do seu verdadeiro destino qualquer parte da mencionada força, para empregá-la em diverso serviço embora seja de reconhecida utilidade publica. (1852, p.9).

Pelo que se pode perceber, havia, por parte do presidente da província, a preocupação com o número de praças do Exército disponível para a defesa da extensa linha de fronteira que o mesmo era responsável por proteger. Que serviços o Exército prestava que não se referia à defesa da província? Esses homens tinham outras tarefas além da prestada no serviço militar?

Com relação à composição do Exército, John Schulz (1995) coloca que havia uma diferenciação de status dentro do Exército, em que os membros da elite ocupavam os mais altos cargos, estabelecendo sua hereditariedade. Com relação ao recrutamento dos praças, este ficava geralmente composto por homens pobres, que eram obrigados ao serviço militar por meio do recrutamento feito a força, sendo que a população tinha grande temor ao recrutamento, já que eram tratados como animais e recebiam castigos.

¹ Acadêmica do curso de História na UNEMAT (Universidade do Estado de Mato Grosso) – campus de Cáceres. Orientador: Profº Dr. Domingos Sávio da Cunha Garcia. E-mail: leonice.bazzi@hotmail.com

Muitos ex-escravos eram alistados como praças no Exército, como é colocado por Augusto Leverger:

Considerando-se que essa força, quasi toda, se recruta voluntaria ou forçadamente na Província, vê se que a relação entre o numero de praças de pret e o de indivíduos livres de nossa população está pelo menos na razão de 1 para 20; facto que talvez não se dê em outro qualquer pais, ainda dos mais *militarizados*; porem que he há consequência necessária da situação da província do vasto desenvolvimento da sua fronteira e da pouquidade da população. (1851, p.10).

A criação da Guarda Nacional foi efetuada em 22 de março de 1831, para proteger os interesses da elite política que acreditava que o Exército era um obstáculo para a manutenção do sistema imperial. A Guarda Nacional tinha tarefa de agir dentro da província como força auxiliar do Exército e principalmente coagir os escravos. Como era subordinada às elites, cabia ao presidente da província mantê-la ou suspendê-la, caso julgasse necessário.

Como relação à Guarda Nacional, Augusto Leverger coloca que

Quanto a Guarda Nacional, expor vos o estado de desorganização em que se acha desde alguns annos, fora repetir o que em anteriores relatórios disseram os presidentes não só desta como de quase todas as províncias do Império. (ibidem, p.10).

O problema com a desorganização da Guarda Nacional não era algo restrito a Mato Grosso, mas estava presente em todas as províncias, por serem frutos dos interesses das elites locais. Essa desorganização, de acordo com Augusto Leverger, deveria ser revertida com a Lei de 1850, que por meio de reformulações, esperava a possibilidade de uma nova organização, estabelecendo melhor regularidade e disciplina:

Devemos esperar que melhore este importante ramo da força publica, com a execução da Lei n. 602 de 19 setembro de 1850, que lhe dá nova organização. Está-se, em virtude della, procedendo a qualificação em quasi todas a freguesias, e em algumas o processo já está acabando.

Quando, porem, a Guarda Nacional se ponha no devido pé de regularidade e de disciplina, e em estado de preencher dignamente os grandes fins da sua instituição, isto he, defender o territorio contra aggressão do estrangeiro e manter no interior a ordem legal, ainda a sim não será sem inconveniente e repugnância, que se prestara ao serviço ordinário da policia, guarda dos presos, captura, e condução dos criminosos, e outras semelhantes diligencias. (ibidem, p.11).

Pelo que se pode perceber, Augusto Leverger coloca que os guardas exerciam com repugnância o serviço militar, pois seus objetivos eram fugir das fileiras do Exército. Dessa forma, não tinham a pretensão de exercer serviço de guarda. Leverger aponta a reformulação da Lei de 1850 como responsável por melhoras dentro da Guarda Nacional, estabelecendo mais disciplina e regularidade. Ao contrário do que é posto por Eurípides Simões de Paula, que considera a Lei de 1850 responsável por tornar a Guarda Nacional como uma milícia eleitoreira, à disposição de interesses políticos partidários:

Assim, em 1850, foi finalmente promulgada a primeira reforma da Guarda Nacional pela Lei 602, de 19 de setembro do mesmo ano, modificando substancialmente o espírito e a letra da legislação anterior. Tem início o processo de afirmação do caráter aristocrático de seus quadros dirigentes e a sua transformação gradativa em milícia eleioeira, aspecto pelo qual até hoje é associada. Distanciando-se do povo, foi cada vez mais objeto de críticas, inclusive do próprio Imperador, certamente esquecido do papel saliente que representara na sustentação do trono nos tempestuosos tempos da minoridade. (1995, p.282).

Pode-se dizer que a Guarda Nacional e o Exército eram duas forças a se defrontarem. O surgimento da Guarda Nacional agiu como elemento de oposição à estrutura militar, já que era vista como uma corporação formada de cidadãos que visava à liberdade, sendo considerada uma tropa econômica. Ao Exército restava a falta de interesse pelo qual os parlamentares brasileiros tinham com a força regular, deixando com um baixo número de homens:

A tradição brasileira do século XIX baseava-se na idéia de que as milícias eram a melhor corporação de defesa interna e o Exército era o mais adequado ao ataque e à defesa externa. Era generalizada a convicção de que o fortalecimento das tropas regulares representava um perigo para as liberdades civis, ao contrário da Guarda Nacional formada de cidadãos soldados armados para a preservação da liberdade. (ibidem, p.292).

Desta forma, a não formação de um Exército profissional e forte se dá devido aos desinteresses das elites que temiam a expansão do Exército e o poder que poderia representar, sendo que as rendas e a profissionalização do Exército foram escassas durante quase todo o Império.

Fontes e Bibliografia

RELATÓRIO do presidente da Província de Mato Grosso, o capitão de fragata Augusto Leverger na abertura da sessão ordinária da Assembléa Legislativa Provincial em 10 de maio de 1851. Cuiabá, Typ. do Echo Cuiabano, 1852. Disponível em: <http://www.crl.edu/content/brazil/mato.htm>. Acessado em 20/11/2008.

HOLANDA, Sergio Buarque de (Org.) **História geral da civilização brasileira**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

PAULA, Eurípides Simões de. Guarda Nacional. In: HOLANDA, Sergio Buarque de (Org.). **História geral da civilização brasileira**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995. p. 274-298.

SCHULZ, John. O Exército e o Império. In: HOLANDA, Sergio Buarque de (Org.). **História geral da civilização brasileira**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995. p. 235-258.

VILA MARIA DO PARAGUAI: A DEFESA MILITAR E O COMÉRCIO COM A BOLÍVIA DURANTE A GUERRA DO PARAGUAI

Luciel Evanino Oliveira da Silva¹

Vila Maria do Paraguai: a defesa militar e o comércio com a Bolívia durante a Guerra do Paraguai

Este texto é o início de um projeto de pesquisa de conclusão de curso que comecei a desenvolver como acadêmico do 6º semestre do curso de História da UNEMAT. O objeto por mim proposto requer o levantamento de uma extensa documentação e leitura de uma vasta bibliografia que discute as questões que norteiam a fronteira oeste no período da Guerra do Paraguai.

Ao delimitar uma temporalidade e escolher o objeto de estudo, procurei algo que estivesse próximo de minhas percepções historiográficas. Coloquei, então, a seguinte questão: Por que não trabalhar com as questões que envolvem a fronteira oeste, considerando que esta faz parte de todo um contexto histórico que envolve várias percepções, interpretações, construções e desconstrução de relações políticas, de poder, econômicas e sociais?

O trabalho procura estudar a fronteira oeste em um período considerado um marco na historiografia regional e nacional, de 1864 a 1870, quando transcorre a Guerra do Paraguai. Esta pesquisa, que está em andamento, procura tratar das relações comerciais e fronteiriças de bolivianos com a província de Mato Grosso, principalmente na região de Vila Maria do Paraguai (atual Cáceres).

A fronteira oeste

Em 1864, com o início da Guerra do Paraguai, as preocupações com a fronteira oeste na província de Mato Grosso aumentaram, pois a mesma representava para o Império do Brasil um ponto sensível. Com os conflitos que vinham ocorrendo, o governo imperial buscou a demarcação territorial com os países da Bacia da Prata (Argentina, Paraguai, Bolívia e Uruguai).

Os relatórios de 1864 a 1870 evidenciam que o Brasil, durante o período da Guerra do Paraguai, mantinha uma relação de desconfiança com a Bolívia. A assinatura do tratado de

¹ Acadêmico do curso de História da UNEMAT (Campus de Cáceres). Orientando do Prof.º Dr. Domingos Sávio da Cunha Garcia.

1867 entre o Brasil e Bolívia representa bem a preocupação com a questão de limites territoriais e possíveis complicações em suas relações futuras.

A preocupação com a fronteira na região de Vila Maria

Com a eclosão da Guerra da Tríplice Aliança, as preocupações já existentes na província de Mato Grosso em relação à Bolívia voltam a fazer parte dos relatórios dos presidentes da província, dando ênfase à região de Vila Maria do Paraguai, uma vez que a referida vila ficava na fronteira com a República da Bolívia. Mesmo com a assinatura do tratado, a relação de desconfiança se mantinha, agravando-se no período de Guerra.

Vila Maria do Paraguai, fundada em 1778, ainda no período colonial, pelo então governador da capitania de Mato Grosso, capitão-general Luiz de Albuquerque de Mello Pereira e Cáceres, representava para o governo provincial um ponto sensível na fronteira oeste, diante de possíveis ações da República da Bolívia na expansão de seus territórios. A demarcação dos limites territoriais na região de Vila Maria, assim como a navegação fluvial pelo rio Paraguai e pelos rios da região amazônica, que eram comuns aos dois países, foi fixada pelo tratado de La Paz de Ayacucho, assinado 1867 entre o Império do Brasil e a República da Bolívia. A respeito desse tratado, o relatório de 1869 menciona que a divisão territorial entre os dois países era:

Incertos ou contestados, há mais de um século os limites ocidentais das freguesias de Albuquerque, Poconé, Vila Maria e Mato Grosso que são também limites do império da república da Bolívia [...] foram definitivamente fixados pelo supro mencionado Tratado de 1867, que define a fronteira do seguinte modo: Partirá do rio Paraguai, na latitude de 20°10' onde deságua a Bahia Negra; seguirá pelo meio desta até seu fundo e daí em linha reta até a Lagoa Mandioré e a cortará pelo seu meio, bem como as Lagoas Gahiva e Uberaba, em tantas retas quantas forem necessárias, de modo que fiquem do lado do Brasil as terras Altas da Pedra de Amolar e de Ínsua. Do extremo norte, a Lagoa Uberaba irá em linha reta ao extremo sul da Corixa grande, salvando as povoações brasileiras e bolivianas, que ficarão respectivamente do lado do Brasil ou do extremo sul da Corixa grande irá em linhas retas ao Morro da Boa Vista e aos Quatros Irmãos. (LEVERGER, 1869, p. 9).

A assinatura dos tratados representava para o governo da província de Mato Grosso e para o Império do Brasil a manutenção das boas relações com a Bolívia, enfatizando também as preocupações com a fronteira na região de Vila Maria, quando menciona o extremo sul da Corixa Grande como marco divisor dos limites territoriais.

Para Maria de Lourdes Fanaia Castrillon, a assinatura desse tratado se deve a boatos que corriam de que a República Boliviana estaria fazendo acordos com o Paraguai. Para se prevenir, o governo provincial agilizou a defesa dessa “fronteira”, que esteve sob a responsabilidade da Guarda Nacional.

Essa agilidade na defesa da fronteira oeste fica evidente somente com as assinaturas dos tratados, pois a província encontrava-se desprovida de guarnições militares, principalmente do fator soldado, e as guarnições existentes, principalmente as de Vila Maria, encontravam-se com número de soldados insuficiente.

A abertura pelos paraguaios de uma estrada de Corumbá à Bolívia reforçou os boatos de possíveis acordos entre paraguaios e bolivianos, deixando em alerta o Comandante da Guarnição de Vila Maria.

A fragilidade na defesa da fronteira

Mato Grosso era insuficientemente guarnecido, o que leva a crer que a ocupação da região sul por tropas paraguaias, logo no início da Guerra do Paraguai, deve-se à incapacidade e despreparo das guarnições existentes para a defesa da fronteira.

A fragilidade militar na fronteira de Mato Grosso era marcada pela insuficiência no número de soldados necessários para a guarnição de extensa fronteira, bem como pelos problemas de recrutamento e organização militar que se ligavam às próprias características das forças armadas no conjunto do Império (GARCIA, 2001, p.62).

Sobre a deficiência da província na defesa da fronteira oeste, o relatório de 30 de agosto de 1865, apresentado pelo então Brigadeiro Alexandre Manoel Albino de Carvalho ao presidente substituto da província de Mato Grosso, Coronel Manoel Pedro Drago, por ocasião da chegada deste, destaca:

Isto quer dizer a Província estava desarmada ou indefesa, sendo certo que esse estado e suas conseqüências não podem atribuir-se á falta de previsão e energia do Governo local, por que muitos fatos oficiais arquivados na Secretaria da Presidência, de mais de uma administração [...]. (LEVERGER, 1865, p.7).

A fala de Alexandre Manoel Albino de Carvalho, presidente da província, mostra que além da deficiência de forças militares, a falta de dinheiro nos cofres do governo contribuía para a falta de manutenção da tropa existente. Os presidentes da província, em seus relatórios, pediam constantemente ajuda de dinheiro e de soldados ao Governo Imperial.

Assim sendo, Vila Maria era também atingida pela insuficiência das forças militares na defesa da fronteira oeste, diante de uma possível invasão boliviana pela Corixa Grande.

Em sua fala de 1865, o presidente da província demonstra preocupação com Vila Maria do Paraguai:

[...] recebi do Capitão Comandante do distrito militar de Vila Maria as duas participação inclusas por copia sob ns. Datada de 28 e 31 do mês próximo passado, as quaes dão idéia das providencias que se tem tomado para defesa d' aquele ponto. Nesta data remeto para ali 80 espingardas de percussão [...]. Não é possível enviar as 4 bocas de fogo que pede o referido comandante por não tê-las aqui disponíveis. (p.18).

Um outro fator que aumentou a preocupação com a fronteira oeste foi a ocupação da região sul de Mato Grosso, mais precisamente, de Corumbá, Coimbra, Albuquerque, Miranda e Dourados. Segundo Domingos Sávio (ibidem, p.75) com a guerra, Mato Grosso teve um terço de seu território ocupado por tropas paraguaias por três anos. A região sul da província esteve em mãos dos paraguaios até meados de 1868.

Essa ocupação na região sul fragilizou ainda mais a defesa da fronteira, pois as guarnições de linha que se encontravam nessa região foram destroçadas e as que permaneciam em Cuiabá, Vila Maria e Poconé eram insuficientes diante de um avanço das tropas paraguaias em direção à capital.

A junção dos distritos militares de Vila Maria e Mato Grosso e a criação de um corpo destacado em 1869 foram atitudes tomadas pelo governo da província para reforçar a defesa na região de Vila Maria do Paraguai.

O comércio com a República da Bolívia

Com a ocupação paraguaia do sul de Mato Grosso e a interrupção da navegação fluvial pelo rio Paraguai, vários produtos que chegavam pelo rio, advindos da Corte e de outras províncias, começaram a faltar, como o sal, um dos principais produtos consumidos na província. Com isso, o preço dos alimentos começou a aumentar. O resultado foi o aparecimento da fome, que atingiu amplos setores da população da província (Relatório de 1868, p.3).

A situação da falta de gêneros na província agravou-se, como consta o relatório de 1864:

[...] a excessiva carestia dos gêneros alimentícios, que tem por principal causa além da imundação, a circunstância de acharem-se aglomeração nas fileiras da Guarda Nacional aquartelada quasi todos os habitantes livres das povoações e estabelecimentos mais deste município [...]. (p.13).

O estado de fome da província, principalmente em Cuiabá, aumentou com a chegada de forças expedicionárias da província de São Paulo, Minas Gerais e Goiás, que vieram reforçar a defesa da cidade. A essas forças somaram-se habitantes da zona rural, que se acumularam no centro urbano com receio de possíveis ataques dos paraguaios. Esses dois fatores favoreceram, em 1865, um aumento da população, com o consequente aumento no consumo de gêneros alimentícios, ocasionando a falta destes e a elevação dos preços.

No relatório de 1868, o presidente da província aponta que a guerra foi um fator determinante para a falta de alimentos, pois a província era abastecida, em sua grande maioria, por produtos vindos da Corte e de outras províncias que chegavam via rio Paraguai, que foi interrompida pela interdição da navegação fluvial. Por outro lado, esse mesmo relatório aponta que essa falta era somente de alguns gêneros. Em consequência disso, surgiu uma relação comercial entre comerciantes bolivianos e de Vila Maria, chegando até a capital, Cuiabá: “Alguns bolivianos tem vindo à esta Capital, trazendo diversas mercadorias, como sal, calçados, chapéus, alguns tecidos e outros gêneros” (Relatório de 1868, p. 5).

A falta de gêneros foi um fator determinante para o surgimento dessa relação comercial, mesmo no estado de guerra que se encontrava a província, pois a relação entre comerciantes bolivianos e de Vila Maria se enquadra como uma forma alternativa de abastecimento, já que a vila dependia também da navegação fluvial, interrompida pela guerra para abastecer-se de gêneros alimentícios.

É importante frisar que Vila Maria do Paraguai possuía algumas das atividades mais importantes para economia da província, como a agricultura, a pecuária e o comércio. Este desenvolveu-se com a abertura da navegação pelo rio Paraguai, sendo posteriormente afetado com a paralisação da navegação fluvial, que comprometeu também a atividade econômica de Vila Maria.

Outro fato que nos chama atenção com relação ao comércio estabelecido entre Vila Maria e os bolivianos era a falta de controle provincial, gerando um comércio que se baseava na ilegalidade, sem arrecadação de impostos para os cofres da província. A falta de atitude do governo da província em relação à comercialização ilegal devia-se ao fato de haver a necessidade dos habitantes de Vila Maria em relação aos referidos gêneros e, em contrapartida, o fato de o governo provincial não conseguir suprir tais necessidades por meios legais, considerando a interrupção da navegação fluvial pelo rio Paraguai.

A Guerra do Paraguai e a consequente paralisação da navegação pelo rio Paraguai foram fatores determinantes para que o Império agilizasse a defesa da fronteira oeste, bem como para a manutenção de sua supremacia sobre os países da Bacia da Prata e o estabelecimento de novas rotas de comércio. Considerando que a província de Mato Grosso,

principalmente Vila Maria do Paraguai, dependiam do abastecimento de gêneros alimentícios advindos da corte e de outras províncias, nesse sentido, o comércio com bolivianos sem nenhum controle por parte do governo provincial enquadra-se como uma forma alternativa de abastecimento, necessário no período de guerra, mesmo com o Brasil mantendo uma relação de desconfiança com a Bolívia.

Fontes e Bibliografia

CASTRILLON, Maria de Lurdes Fanaia. Guerra do Paraguai e navegação fluvial: Vila Maria do Paraguai. **Ágora Revista Eletrônica**, ano 3, n.6. Acesso em: 29.set.2008.

RELATÓRIO do presidente da província de Mato Grosso, o brigadeiro Alexandre Manoel Albino de Carvalho, apresentado à Assembléia Legislativa Provincial na abertura da sessão ordinária de 3 de maio de 1864. Cuiabá, Typ. de Souza Neves e Comp.a, 1864.

RELATÓRIO do vice-presidente da província de Mato-Grosso, chefe da esquadra, Augusto Leverger, na abertura da sessão ordinária da Assembléia Legislativa Provincial em 17 de outubro de 1865. Cuiabá, Typ. de Souza Neves etc., 1865.

RELATÓRIO apresentado ao Ilmo. e Exmo. Sr. Doutor Vieira Couto de Magalhães, Presidente da Província de Mato Grosso, pelo Vice- Presidente Barão de Aguapey, ao entregar a administração da mesma, em 8 de julho de 1868. Cuiabá, Typ. de Sousa N.es & Comp.a [n.d.]

RELATÓRIO do presidente da província de Mato-Grosso, o chefe de esquadra barão de Melgaço, na abertura da sessão ordinária da Assembléia Legislativa Provincial, em 20 de setembro de 1869. Cuiabá, Typ. de Sousa N.es & Comp.a [n.d.]

GARCIA, Domingos Sávio da Cunha. **Mato Grosso (1850-1889):** uma província na fronteira do Império. 142f, 2001. Dissertação (Mestrado em História Econômica) - Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

_____. **Território e negócios na “era dos impérios”:** os belgas na fronteira oeste do Brasil.250f, 2005. Tese (Doutorado em Economia Aplicada) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas. 2005.

PROJETO DE COLONIZAÇÃO DE CANARANA, EM MATO GROSSO, NA DÉCADA DE 1970

Luciene Aparecida Castravechi¹

A partir da década de 1970, o governo militar implanta no Brasil uma política de colonização nas terras públicas. Essa política veio atender os pequenos agricultores do Sul que passavam por conflitos, devido à incorporação da pequena propriedade pelo grande capital. O governo militar utilizou o slogan de progresso que os projetos de colonização iriam trazer para o Mato Grosso, pois eles iriam gerar para o Estado o desenvolvimento através da ocupação da área considerada espaço vazio e pelo emprego das agroindústrias, assim, possibilitando o progresso social e econômico.

A colonização privada obtinha incentivos do governo por meio dos órgãos como a SUDAM (Superintendência de Desenvolvimento Amazônia) e a SUDECO (Superintendência para o Desenvolvimento do Centro-Oeste) e programas governamentais, como o PIN (Programa de Integração Nacional) e o PROTERRA (Programa de Redistribuição de Terras e Estímulos a Agroindústria do Norte e Nordeste), que disponibilizavam aos empresários incentivos fiscais, linhas de financiamentos, juros subsidiados e prazos longos, o que despertou o interesse em muitos empresários para a implantação de projetos agropecuários, agroindustriais e, conseqüentemente, a colonização da região.

Os projetos de colonização tanto privados como oficiais tinham por objetivos: selecionar os agricultores atendidos pelo projeto, fornecer-lhes registro e transporte, implantação de núcleos de colonização em regiões consideradas “vazios demográficos”, proporcionando à região o desenvolvimento através da expansão das fronteiras agrícolas, possibilitando, desse modo, o progresso social e econômico da região.

Para atrair os camponeses Sulistas, as empresas de colonização usavam de propagandas que difundiam nos agricultores a ideia da Amazônia como uma terra farta e produtiva, que seria a solução dos seus problemas de terras. O governo caracterizou a colonização como sendo uma reforma agrária que tinha por objetivo a ocupação das áreas tidas como espaço vazio por meio da redistribuição de terras para os camponeses, oferecendo-lhes o acesso à terra a preços baixos e apoio financeiro dos programas de crédito para o

¹ Universidade Federal de Mato Grosso. Graduanda em História. Projeto de Pesquisa: Integrar para não Entregar. A política de integração territorial para a Amazônia do regime civil-militar e suas implicações para o estado de Mato Grosso (1964-1984). Bolsista BIC/FAPEMAT sob a orientação do Prof^o Dr. Vitale Joanoni Neto

pequeno agricultor, inserindo, também, a ideia de modernidade e progresso, através da agricultura mecanizada, difundida por meio das propagandas das colonizadoras:

A propaganda levada a efeito pelas empresas tomava várias formas. Cartazes afixados nas Associações e Sindicatos Rurais, palestras, reuniões, nas quais os corretores expunham as vantagens da região, propagandas de rádio e jornais informativos. Havia também a propaganda indireta. Os próprios migrantes ou membros da família divulgavam o projeto em sua cidade de origem. (JOANONI NETO, 2007, p. 31.).

Podemos observar que o governo ditatorial utilizou a política de colonização para desviar e diminuir as tensões por terras pelos agricultores do Sul, atribuindo à colonização o caráter de reforma agrária, quando, na realidade, foi um mecanismo de acumulação de terras no Sul, inserção de mão-de-obra especializada para a região colonizada e introdução de uma economia capitalista na região.

Este trabalho faz-se pela verificação desse fenômeno, tendo em vista a disposição de fontes e um amplo referencial bibliográfico sobre a temática da ocupação do Norte de Mato Grosso na década de 1970. Propõe-se relacionar o processo nacional de estímulo à migração para a Amazônia e a proposição do Projeto Canarana, tendo como objetivos específicos identificar os motivos que levaram à realização do Projeto Canarana, analisar a atuação de Norberto Shwantes na proposição do projeto e identificar o perfil dos colonos atendidos pelo projeto.

O Projeto de Colonização de Canarana foi executado pela Cooperativa de Colonização 31 de março – COOPERCOL no ano de 1972 e se estabeleceu na área do município de Barra do Garças, no leste de Mato Grosso, no km 335 da BR 158 não asfaltada. A área do projeto abrangia um total de 39.851 há, com lotes divididos entre 450 a 600 ha para 81 unidades destinadas à agricultura familiar. O projeto previa a criação de 79 lotes rurais, área que variava entre 475 a 485 ha, destinados à agricultura e a pecuária. O núcleo urbano dispunha de 924 lotes para fins residenciais, comerciais, industriais e serviços comunitários. Foram destinados 98 lotes para a criação de chácaras, com uma área média de 2 ha, com a finalidade de criação de animais de pequeno porte – suinocultura e avicultura, horticultura para subsistência familiar e, opcionalmente, para comercialização do município.

O custo do lote no Projeto Canarana estava avaliado em CR\$ 48.480,00 para o conjunto familiar, e a COOPERCOL alegava que agia no intuito de “defender” o agricultor da especulação imobiliária, que já estava bastante acelerada na região, e que a colonizadora não

visava ao lucro, e sim buscava proporcionar condições financeiras de compra de terras, com um modelo exclusivo no país, pois ela é uma cooperativa de colonização.

O Projeto Canarana surgiu pela necessidade de terras agricultáveis no Sul do país, precisamente na cidade de Tenente Portela, no Rio Grande do Sul. No ano de 1955, instaura no município uma crise na pequena propriedade, que afeta a agricultura. Por essa razão, os camponeses invadem as terras dos índios da etnia Kaingang, tomando posse de uma área de 23.187 ha da reserva. Os camponeses permaneceram na área por mais de vinte anos, até serem expulsos pelos índios Kaingang. Ao ver a crise pela qual os camponeses estavam passando, o pastor luterano, Norberto Shwantes, mobiliza-se para solucionar os problemas do meio rural. Para isso, ele viaja à Europa e obtém verba das Igrejas Luteranas da Alemanha e do Brasil para a instalação de uma rádio local, que daria apoio técnico aos camponeses.

A Rádio Municipal de Tenente Portela foi inaugurada em 11 de outubro de 1970. A rádio contava com uma pequena equipe de agrônomos e veterinários que transmitiam aos camponeses informações agrícolas. Depois de várias análises, chegaram à conclusão de que o problema estava no grande número de minifúndios e que era preciso diminuir esse número de explorações mínimas. A solução encontrada foi transferir metade da população para outras áreas, com isso, aumentaria o tamanho das terras daqueles que ficariam. O Projeto Canarana I nos deixa bem claro que o objetivo era diminuir a tensão social na região do Alto Uruguai, na cidade de Tenente Portela, ocasionada pelo minifúndio e a expulsão dos agricultores da reserva indígena, transferindo os agricultores para a Amazônia, com o objetivo de preencher o “vazio demográfico”.

A equipe da rádio começa a busca por novas terras fora da região Sul do país, pois a região já não disponibilizava de terras devido à sua ocupação por imigrantes europeus desde o século XIX. A primeira região visitada pela equipe foi a cidade de Dourados, no Mato Grosso do Sul, que na época, em 1971, ainda pertencia ao Estado de Mato Grosso. Ao retornar a Tenente Portela, a equipe da rádio organizou várias reuniões com os lavradores que manifestaram interesse em partir em busca de novas terras. A equipe da rádio levou sua proposta de colonização ao INCRA em Porto Alegre, que lhes orientou que organizassem uma cooperativa de colonização. No dia 31 de março de 1971, foi fundada a “Cooperativa de Colonização 31 de março” – COOPERCOL, dia que coincide com a comemoração da “Revolução” de 31 de março de 1964. Como alega Norberto Shwantes, isso foi apenas uma tática que a cooperativa usou para que os militares aprovassem o projeto.

A COOPERCOL volta a Dourados para efetuar a compra das terras para a implantação do assentamento dos camponeses de Tenente Portela, mas foram surpreendidos pelo aumento

do preço das terras, o que inviabilizou a compra. Diante desse acontecimento, o INCRA sugere à cooperativa que implante seu projeto de colonização na Amazônia Legal, assim, o Estado poderia disponibilizar para a empresa os créditos agrícolas. Por essa razão, a COOPERCOL, em conjunto a 14 associados, buscam terras na área amazônica de Mato Grosso e chegam, no início de 1972, na região de Barra do Garças, onde encontraram terras privadas à venda.

No seu retorno a Tenente Portela, a colonizadora reuniu seus associados e expôs seu projeto de colonização em Barra do Garças, que consequentemente provocou a desistência da maior parte dos associados, pois acharam as terras muito distantes do Sul; desta forma, apenas 81 famílias continuaram no projeto. Então, para atrair novos colonos para o Projeto Canarana, a cooperativa utilizou do mecanismo da propaganda que tinha por objetivo difundir uma mensagem favorável do seu projeto. A COOPERCOL, junto à Rádio Municipal de Tenente Portela, passou a transmitir programações sobre os projetos de colonização na Amazônia, informações sobre Mato Grosso e leitura das cartas de colonos que estavam assentados nos projetos da Amazônia. A colonizadora fixava cartazes nas Associações Rurais, organizava reuniões com os colonos utilizando de aparelhos audiovisuais, que ajudavam a propagar imagens positivas das áreas dos projetos de colonização.

A recepção das mensagens transmitidas pelas propagandas tinha um ambiente favorável devido às condições sociais dos camponeses, marcadas pela crise fundiária e pela falta de terras na região do Alto Uruguai, caracterizada por um grande número de minifúndios, com famílias numerosas sob regime de agricultura familiar. Essas propagandas despertaram o interesse nos camponeses pelas áreas de colonização, que também viam nessas áreas um futuro melhor para os seus filhos através da aquisição de terras maiores, cultivadas pela agricultura mecanizada. O sociólogo José Vicente Tavares dos Santos, ao situar seu objeto dentro das estratégias de colonização de Canarana, escreve:

A propósito da situação social de origem, falava-se de velhos tempos, em que o minifúndio era a base do êxodo rural e da existência de colonos sem terra; e a modernização agrícola reluzia ainda mais as possibilidades de emprego no meio rural. Então, era premente evocar o tradicional sistema de migração dos colonos do Sul. O segundo tema era o dos tempos novos, em que os pioneiros ocupariam a fronteira despovoada do país: poderiam encontrar nessas novas terras, a abundância, porque lá haveria progresso, modernidade e evolução. Seria a terra prometida. (SANTOS, 1993, p. 85.).

O colono atendido pela COOPERCOL passava por um processo de seleção; a colonizadora impunha ao associado do projeto ser alfabetizado e ter condição financeira para

adquirir propriedade na área do projeto, o que significa dizer que o perfil do colono atendido pela COOPERCOL era o pequeno produtor capitalizado. Então, esse produtor disposto a migrar se viu obrigado a vender suas terras para adquirir verba para poder se associar à colonizadora e partir para o Mato Grosso. A venda das terras era destinada preferencialmente ao seu vizinho, o “lindeiro”, que por meio desse mecanismo pôde aumentar o tamanho de suas terras e praticar uma agricultura mais moderna, através da implementação da agricultura mecanizada. Essa prática provocou nos migrantes uma perda de lucro, primeiro ocasionada pela urgência da venda de suas terras para poderem partir brevemente para o Mato Grosso, e, com isso, aumentando o número de terras disponíveis à venda; conseqüentemente, foram obrigados a vender suas terras a preços inferiores aos do mercado.

Esta pesquisa mostrou que a política empregada pelo governo militar de colonizar as “terras devolutas” de Mato Grosso foi apenas uma estratégia para aliviar as pressões exercidas por lavradores do Sul que tiveram suas pequenas propriedades incorporadas ao grande capital. Essa política também contribuiu para a imagem do governo militar, que assimilou o processo de colonização como sendo uma reforma agrária que tinha por objetivo a ocupação das áreas tidas como espaço vazio através da redistribuição de terras para os pequenos agricultores, quando, na realidade, reforma agrária não implica em transferir agricultores de suas terras onde habitavam para lugares distintos, e sim quando feita no lugar o qual está inserido esse agricultor.

No Projeto de Colonização de Canarana, podemos observar que a COOPERCOL, ao executar seu projeto, propôs atender os agricultores que foram expulsos das terras na reserva indígena dos Kaingang, mas a nossa pesquisa mostrou que a proposta não foi realmente executada, pois o perfil do colono atendido pela colonizadora era o pequeno agricultor capitalizado, ou seja, aquele que tinha recursos para se associar à cooperativa e condições de partir para o Mato Grosso. Dessa forma, a política de colonização contribuiu para acumulação de terras na cidade de Tenente Portela, de onde foram aliciados os colonos para o Projeto de Colonização de Canarana, o que pode ser verificado através da prática de vendas de terras pelo migrante para o seu vizinho, o “lindeiro”, que através desse mecanismo, pôde aumentar o tamanho de suas terras e praticar uma agricultura mais moderna, com uso da agricultura mecanizada.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

COOPERCOL. **Projeto de Colonização de Canarana**. Barra do Garças, mimeo, 1972.

COOPERCOL. **Projeto de Colonização de Canarana**. Barra do Garças, mimeo, 1972/1973.

COOPERCOL. **Projeto de Colonização de Canarana: Greba Canarana II**. Barra do Garças, mimeo, 1975.

COOPERCOL. **Projeto de Colonização de Canarana III**. Barra do Garças, mimeo, 1975.

JOANONI NETO, Vitale. **Fronteiras da crença**: ocupação do norte de Mato Grosso após 1970. Cuiabá: Carlini & Caniato; EdUFMT, 2007.

SANTOS, José Vicente Tavares dos. **Matuchos**: exclusão e lutado Sul para a Amazônia. Petrópolis: Vozes, 1993.

SCHWANTES, Norberto. **Uma cruz em terra nova**. São Paulo: Scritta Oficina, 1989.

Bibliografia Consultada

KNAUS, Paulo (Org.). **Oeste americano**: quatro ensaios de história dos Estados Unidos da América de Frederick Jackson Turner. Niterói: EDUFF, 2004.

MORENO, Gislaene. **Terra e poder em Mato Grosso**: política e mecanismos de Burla: 1892 – 1992. Cuiabá: Ed UFMT, 2007.

“ARTE”, LIVRO DIDÁTICO E ENSINO DE HISTÓRIA

Luis Mendes Castrillon

Seja como for, diante de qualquer obra, o olhar que
interroga sempre me pareceu mais fecundo do que o conceito
que define.
(COLI, 2001, p. 376)

Na área de Ensino de História, as pesquisas sobre concepções e usos dos livros didáticos são de grande expressividade em número e possibilidades interpretativas. Eles, assim como os Currículos, constituem objetos de intensos e polêmicos debates dentro e fora da esfera da pesquisa histórica. Trabalhos recentes, especialmente em relação aos livros didáticos, têm se voltado para o estudo das representações da cultura e da história dos povos ou grupos sociais excluídos e estigmatizados (negros, índios, mulheres, trabalhadores, crianças dentre outros) pela chamada “História Tradicional”, denunciando os silêncios, preconceitos e estereótipos produzidos pelo discurso histórico escolar.

De acordo com a historiadora Circe Bittencourt, o livro didático é, antes de tudo, uma mercadoria, um produto sujeito às técnicas de fabricação e comercialização inerentes à lógica do mercado, sofrendo interferências de vários indivíduos. É um instrumento pedagógico inscrito em uma longa tradição, produzindo uma série de técnicas de aprendizagem; ele apresenta não apenas o conteúdo da disciplina, mas como esse conteúdo deve ser ensinado, tornando-se um importante veículo de um sistema de valores, de uma ideologia, de uma cultura, permanecendo como o principal instrumento de trabalho de professores e alunos (BITTENCOURT, 2008, p.69-73).

Este ensaio objetiva analisar comparativamente duas imagens relacionadas ao processo de independência política brasileiro, cujo ato simbólico se deu no dia sete de setembro de 1822. Acredito que possamos enriquecer nossas aulas analisando um outro discurso visual acerca do tema que consagrou a figura de Pedro I como principal, senão único, protagonista do acontecimento: a primeira delas trata-se do já consagrado pelos manuais didáticos, **O brado do Ipiranga**, ou **Independência ou morte**, de Pedro Américo (1843-1905). A segunda obra, bem menos conhecida, é a **Sessão do Conselho de Estado**, de Georgina de Albuquerque (1885-1962).



Pedro Américo. Independência ou Morte, 1888. Museu Paulista, USP, São Paulo.

O tela de Pedro Américo, Brado do Ipiranga, insere-se num momento histórico do pós-guerra contra o Paraguai. A iconografia imperial, antes baseada em representações do monarca, ou nas paisagens que objetivavam idealizar ou representar fielmente a natureza exuberante dos trópicos, cederia espaço para as cenas históricas, eventos e heróis que seriam bem-vindos ao panteão nacional em formação. A produção pictórica, a partir dos anos de 1870, passava então a substituir a lógica do nome imperial pela do feito glorioso. Nas palavras de Cláudia Valladão de Mattos, a cena constituía-se em uma espécie de ritual de iniciação de um império que então se afirmava. A obra passava a ser um cenário com uma estrutura narrativa e o artista sobrepunha sentimentos patrióticos às qualidades particulares da paisagem paulista (MATTOS, 1999, p. 79-117). A paisagem, de acordo com Pesavento, (2004), seja ela idealista ou realista, constituía-se em uma construção da natureza pelo olhar do artista, sensível e conhecedor de uma técnica que lhe permitia produzir uma imagem esteticamente aceitável.

Essa produção artística teria que vir ao encontro de um projeto de legitimação monárquica perante as inúmeras Repúblicas na América do Sul, durante o segundo reinado, bem como de uma necessidade de se integrar o vasto território

brasileiro. Duas instituições se destacaram nessa configuração histórica: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, fundado em 1838, e Academia Imperial de Belas Artes, inaugurada em 1826, dez anos depois da vinda da Missão Artística Francesa aos trópicos. Verificar a circulação dessas imagens entre a historiografia e as artes plásticas através dos livros didáticos, observando as representações no e do ensino de história, articuladas ao ideário da construção de uma história para a jovem nação em formação poderia tornar-se, como nos lembra Michel de Certeau, uma interessante *operação historiográfica*, nos contextos propiciados pela sala de aula (CERTEAU, 2002, p. 65-66).

Opondo-se ao modelo pictórico androcêntrico ilustrado pelo renomado pintor de **O brado do Ipiranga**, Georgina de Albuquerque, em 1922, apresenta o seu óleo sobre tela **Sessão do conselho de Estado**. Desta vez, as protagonistas, tanto na tela quanto na vida real, são mulheres. A obra revela um papel decisivo nos rumos da colônia lusitana na América do Sul, desempenhado pela princesa Leopoldina no movimento de independência.

A proposta dialógica entre história e iconografia tende a render bons frutos na sala de aula, por meio da qual, a partir das imagens, sejam elas artes ou não, veiculadas nos livros didáticos, podem-se apreender significados, representações, novos sujeitos, enfim, alguns aspectos da configuração histórica da complexa realidade nesse momento de transição política.

Uma preocupação que se deve ter em utilizar didaticamente fontes imagéticas é como torná-las acessíveis aos diversos níveis e às condições de escolarização dos alunos. A historiadora Circe Bittencourt, ao elaborar alguns procedimentos metodológicos para se abordar livros didáticos em sala de aula, nos inspira a estendê-los para um possível e necessário tratamento de imagens. Critérios de seleção, adequação à idade dos alunos, clareza de informações, articulação entre os métodos do historiador e os pedagógicos, além de elaborações de críticas formais e de conteúdo serão fundamentais na prática do manuseio imagético (BITTENCOURT, 2004, p.331-33). Seria também altamente recomendável a realização de breves contextualizações contemplando os diferentes tempos históricos envolvidos na aula, a época da confecção da obra, a época de fabricação do livro didático e o tempo e ritmo da sala de aula.

Eduardo França Paiva observa os cuidados em se trabalhar com iconografia: a imagem, segundo ele, não é a realidade histórica em si, mas porções dela, traços,

aspectos, símbolos, representações, dimensões ocultas, perspectivas, induções, códigos, cores e formas nela cultivadas. Ela não é o retrato de uma verdade, nem a representação fiel de eventos ou de objetos históricos, visto que representam escolhas, seleções e olhares de seus produtores e dos demais agentes que influenciaram essa produção. Ele insiste que a História é sempre uma construção do presente e que as fontes, sejam elas quais forem. (PAIVA, 2006, p.17-20).

No Brasil, a implantação do sistema “acadêmico” se deu com a vinda da missão francesa em 1816. Jean Baptiste Debret (1768–1848) inaugurou a pintura de gênero histórico, seguindo os padrões de seu mestre, Jacques Louis David (1748-1825), um dos maiores expoentes da pintura neoclássica napoleônica, tendo o desenho impecável, a sobriedade dos tons e o vigor masculino das personagens como principais características. Dessa academia saíam inúmeros pintores de gênero históricos, como Dominique Ingres (1780-1867) e Jean Gross (1771-1835) na França e aqui, Victor Meirelles (1832-1903) e Pedro Américo (1843-1905), os mais renomados.

Porém, para Jorge Coli, mais interessante que classificar as obras e definir conceitos, é o compromisso com o olhar que as interroga. Se rotularmos, segundo ele, Victor Meirelles de romântico ou Pedro Américo de acadêmico, projetamos sobre eles conhecimentos, critérios e preconceitos que dão segurança ao espírito, coloca-nos em parâmetros seguros e confortáveis, mas profundamente limitados. É preciso afastar o véu das “tirantias classificatórias” para que as telas se revelem ricas, sutis e fascinantes. (COLI, 2001, p.375-404).

Segundo a socióloga Ana Paula Cavalcanti Simioni (2002, p.143-185), o “atrevimento” de Georgina ao pintar o gênero histórico estava intimamente ligado à sua carreira de prestígio. Em 1907, havia recebido a sua primeira menção honrosa; em 1912 e 1914, obtivera medalhas de prata nos salões nacionais, e, em 1919, a premiação máxima: a medalha de ouro. Em 1920, tornou-se a primeira mulher a participar de um júri acadêmico. Essas credenciais propiciaram a ela uma atitude de ruptura com a tradição androcêntrica em firmar-se como pintora de História ao lado dos grandes nomes, responsáveis pela criação de uma memória para a nação.

No seu estilo nota-se a predominância do Impressionismo¹, movimento que provocara a derrocada definitiva do sistema acadêmico na França, desafiando a própria noção de Arte tradicional. O colorido intenso predominando os tons laranja e amarelo

¹ Sobre o movimento impressionista, conferir ARGAN (1992).

supera em muito a sobriedade de tons do neoclassicismo histórico. As pinceladas vigorosas, sem a preocupação em delimitar o acabamento, evidencia o estilo. Porém, com relação ao tema, às dimensões da tela e ao tratamento das personagens, estes remetem-nos às grandes obras dos mestres da pintura histórica convencional francesa, como David e Ingres. Parece-me que a artista brasileira tenta, numa espécie de sincretismo plástico, conciliar a praticidade da técnica impressionista aos cânones neoclássicos. Diz a legenda da tela:

Georgina de Albuquerque. Sessão do Conselho de Estado, 1922. Museu Histórico Nacional.

Convocou-se ao Conselho de Estado para o dia primeiro de setembro (ou dois), às 10 horas da manhã. Já estavam todos os ministros presentes no Paço. Fez José Bonifácio a exposição verbal do estado em que se achavam os negócios públicos, e concluiu dizendo que não era mais possível permanecer naquela dubiedade e indecisão, e que para salvar o Brasil cumpria que se proclamasse imediatamente a sua separação de Portugal. Propôs então que se escrevesse a D. Pedro que sem perda de tempo pusesse termo ali mesmo em São Paulo a uma situação tão dolorosa para os brasileiros. Todos os ministros aplaudiram o alvitre e com eles emulou no entusiasmo a Princesa Real. (SIMIONI, 2002, p.154).



Como se pode perceber, através dos discursos verbal e imagético contido na tela, Georgina construiu a cena da independência, elegendo como protagonista do acontecimento a princesa Leopoldina, enfatizando seu papel de articuladora política.

Leopoldina é, ao contrário de Pedro I, serena, e sua força não vem dos músculos, mas do intelecto. Ela não é representada acima dos homens e eles não são ignorados, porém, eles rendem homenagens à princesa. Ela é representada como uma mulher real, inédito até então, e não como uma imagem feminina de alegoria à República, como tão bem analisou José Murilo de Carvalho (CARVALHO, 1990).

No ano do centenário do grito do Ipiranga, Georgina aborda um evento diplomático, dentro de um gabinete, em vez de cenas heróicas ou gestos triunfais. Desta forma, pode-se abordar o acontecimento que resultou na formação do Império brasileiro segundo não apenas fontes documentais, e sim imagéticas, mas sem ficar restrita a apenas uma delas, tornando a aula de História bem mais interessante para os alunos com enxertos de novas imagens, novos objetos, propiciando novas reflexões acerca do processo de independência e de outros acontecimentos de nossa História.

Problematizar a produção imagética desse episódio pode significar um início de superação de certas distorções, homogeneizações e generalizações, além do fato de não se ignorar aspectos e sujeitos históricos como a participação feminina. Pesquisar a vida e a obra de Georgina consiste em vislumbrar um universo cultural apreendido desigualmente pelas mulheres. A memória visual nacional pode comportar mais de um trabalho artístico sobre a ruptura da colônia com a metrópole lusitana. Essas abordagens facilitariam muito na desconstrução do mito do herói como único protagonista dos eventos históricos. Na tela de Pedro Américo, vê-se a realização simbólica da ruptura de laços; na de Georgina, a sua articulação. Acredito que ambas podem colaborar para uma apreensão pluralizada acerca desse tema, assim como o exercício de se explorar imagens proporciona uma maior riqueza interpretativa, seja nessa ou em outras temáticas, durante a tentativa e o compromisso de se produzir conhecimento nas aulas de História.

Não podemos ignorar que imagem é um conceito bem mais abrangente e “descompromissado” do que arte, já que este envolve critérios de eleição, seleção ou interdição de algumas obras em detrimento de outras, dependendo de interesses, instituições e contextos históricos, enquanto que aquele dispensa tais preocupações.

Podemos contemplar a produção imagética contida e contada nos livros didáticos sem a necessidade de utilização das tais “tirantias classificatórias”. Vamos privilegiar o olhar investigativo em vez dos conceitos definidores e hierarquizadores.

Referências Bibliográficas

ARGAN, Giulio Carlo. **Arte moderna**. Tradução de Denise Bottmann e Frederico Carotti. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. Usos didáticos de documentos. In: _____. **Ensino de História: fundamentos e métodos**. São Paulo: Cortez, 2004. p. 325-350

_____. Livros didáticos entre textos e imagens. In: _____. **O saber histórico na sala de aula**. 11. ed. São Paulo: Contexto, 2008. p. 69-90.

CERTEAU, Michel de. Operação Historiográfica. In: _____. **A escrita da História**. Tradução de Maria de Lourdes Menezes. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002. p. 65-106.

CARVALHO, José Murilo de. **A formação das almas: o imaginário da República no Brasil**. São Paulo, Companhia das Letras, 1990.

COLI, Jorge. A pintura e o olhar sobre si: Victor Meireles e a invenção de uma história visual no século XIX brasileiro. In: FREITAS, Marcos Cêzar. **Historiografia brasileira em perspectiva**. São Paulo: Contexto, 2001. p. 375-404.

MATTOS, Cláudia Valladão de; OLIVEIRA, Cecília Helena de Salles (Orgs). **O brado do Ipiranga**. São Paulo: Edusp/Museu Paulista da Universidade de São Paulo, 1999.

PAIVA, Eduardo França. **História e imagens**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. A invenção do Brasil: o nascimento da paisagem brasileira sob o olhar do outro. **Revista de História e Estudos Culturais**, v.1, n.1, p.1-34, out/dez 2004. Disponível em: <<http://www.revistafenix.pro.br/pdf/Artigo%20Sandra%20J%20Pesavento.pdf>>. Acesso em: 07.set. 2008.

SIMIONI, Ana Paula Cavalcanti. Entre convenções e discretas ousadias: Georgina de Albuquerque e a afirmação da pintura de história feminina no Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v.17, n.50, p.143-185, out. 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010269092002000300009&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 07.set.2009.

Bibliografia Consultada

FONSECA, Thais Nívia de Lima e. Ver para compreender: arte, livro didático e a história da nação. In: SIMAN, L. M. de Castro, FONSECA, T. N. de Lima e. **Inaugurando a História e construindo a nação: discursos e imagens no ensino de História**. Belo Horizonte: Autêntica, 2001. p. 91-121.

UM BUQUÊ DE IDEIAS PARA O REINO DA MULHER: CULTURA MATERIAL E AUTOMATIZAÇÃO DO ESPAÇO DOMÉSTICO

Márcia Bomfim de Arruda¹

Este ensaio resulta da pesquisa de doutorado que desenvolvo atualmente e refere-se ao modo como um novo espaço doméstico vai sendo constituído no Brasil, principalmente no período posterior a Segunda Guerra, no qual os eletrodomésticos são elementos articuladores desse espaço.

As mudanças no modo de representar o espaço privado da casa com a valorização do uso de aparelhos elétricos podem ser percebidas através da imprensa, principalmente em revistas especializadas em arquitetura e decoração, como **Casa e Jardim** e **Acrópole**, mas também em matérias e na publicidade veiculada em outras revistas, como **O Cruzeiro** e **Novo Hotel**. A publicidade de eletrodomésticos e equipamentos para a casa é uma fonte importante de informações, pois ela é uma das responsáveis por criar desejos de consumo em uma sociedade que até então havia prescindido desses objetos na composição do espaço doméstico.

No Rio de Janeiro e São Paulo, foram produzidos materiais publicitários e primeiramente circularam em revistas, jornais e no cinema as imagens de um modelo ideal de moradia representado como moderno. Nesses grandes centros, instalaram-se os primeiros escritórios de representação dos grandes fabricantes de eletrodomésticos e, posteriormente, as primeiras fábricas. Por consequência, nas lojas dessas cidades, os equipamentos domésticos propostos como ideais para a organização de um lar moderno estavam mais disponíveis, formando um público consumidor para esses produtos.

Na década de 40 do século XX, os eletrodomésticos se tornaram mais acessíveis ao grande público, em virtude da redução dos preços que um processo de fabricação nacional tornou possível. A veiculação de propagandas em diversas mídias se intensificou a partir dessa década e o consumo cresceu. Por outro lado, nos anos 60, as bases que constituíam

¹ Doutoranda no Programa de Estudos Pós Graduação em História da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC/SP. Projeto de doutorado intitulado “Objetos turbulentos, territórios instáveis: uma história das representações dos aparelhos elétricos no espaço doméstico (1940-1960), orientado pela professora doutora Denise Bernuzzi de Sant’Anna. Agradeço a Ana Maria de Souza pela leitura e sugestões feitas a este texto.

esse processo de mudança estavam dadas. Os eletrodomésticos se tornaram mais populares e ganharam características novas. O design, caracterizado pelo estilo aerodinâmico nos aparelhos nacionais, passou a dividir espaço com o estilo moderno de linhas retas. Surgiram no mercado aparelhos miniaturizados e portáteis e alguns eletrodomésticos deixaram de ter uma localização fixa dentro da casa. Em função disso, novas configurações para o espaço doméstico foram produzidas.

* * *

No Brasil, entre as décadas de 40 e 60 do século XX, houve um aumento no número de revistas especializadas em arquitetura e decoração, além de uma intensa publicidade de produtos e equipamentos para uso doméstico fabricados com os modernos recursos técnicos disponíveis na época. A arquitetura moderna foi apresentada como o modelo ideal de construção. A utilização do aço como suporte para a estrutura das edificações implicou em habitações sustentadas por colunas e que não precisavam mais das grossas paredes. O vidro usado para separar ambientes trouxe a ideia de amplidão, unindo o interior com a parte externa, na qual o jardim era elemento fundamental.

Leveza e funcionalidade, flexibilidade, beleza, resistência eram ideais buscados tanto por meio da arquitetura, como da decoração, dos equipamentos elétricos e dos novos materiais como o plástico e a fórmica. Móveis de linhas retas, com os famosos pés palito, prateleiras separando ambientes, substituição da madeira pela fórmica, mais leve e que permitia uma limpeza mais eficiente são alguns dos exemplos. Sant'Anna (1994) coloca que as revistas da época afirmavam que na casa moderna era preciso permitir a circulação de gente, de luz e do ar em todas as peças. Nas reportagens sobre decoração, insistia-se para que fossem abandonados os móveis rústicos ou no estilo Luís XVI e que deviam ser retirados todos os objetos supérfluos e antieconômicos da casa (SANT'ANNA, 1994, p.352).

Uma infinidade de utensílios de plástico compôs o repertório de novos materiais que adentraram gradativamente o lar: garrafas, caixas para mantimentos, lixeiras, açucareiros, bacias, baldes, banheiras para bebês. Incentivou-se o uso do plástico na decoração: cortinas, capas para enceradeira, botijões de gás, liquidificadores e cadeiras. O plástico era

apresentado como um material que não manchava e nem desbotava, que era resistente e flexível ao mesmo tempo.

Nesse ambiente representado como moderno, os eletrodomésticos também deviam cumprir uma função utilitária, além de decorativa. A publicidade os representava como belos e úteis, como grandes aliados da dona-de-casa, capazes, inclusive, de tornar as árduas tarefas em um prazer constante. As modificações introduzidas pelo design nesses aparelhos com o uso de materiais como o aço, o vidro e posteriormente o plástico visavam a casar melhor a forma com a função.

Essa transformação do espaço doméstico ocorre juntamente com a emergência de novas sensibilidades. Os modos tradicionais de realizar as tarefas e o lazer passaram a ser depreciados em nome de uma economia doméstica que valorizava a velocidade, que buscava diminuir o tempo gasto nas tarefas do lar, que se ocupava do corpo feminino, aproximando-o das máquinas na busca por maior rendimento, maior produtividade.

Uma nova paisagem doméstica começava a se delinear, na qual os elementos mais valorizados eram aqueles que expressavam a tecnologia mais avançada. Nesse sentido, o espaço da cozinha torna-se uma plataforma privilegiada de observação das mudanças em curso. O que se nota é que esse espaço foi sendo constituído como local de experimentações, tal qual um laboratório. Os saberes de engenheiros, arquitetos e decoradores foram acionados, visando a racionalizar o seu uso. Os preceitos utilizados na indústria para se conseguir maior produtividade do trabalhador em menor tempo se estenderam ao lar. Aliado a isso, uma intensa publicidade de aparelhos elétricos prometia que esses trariam maiores facilidades e prazeres à dona de casa na execução das tarefas do lar.

A racionalização da cozinha

Na segunda metade do século XX, surgiram revistas especializadas em arquitetura e decoração como **Casa e Jardim**, lançada em 1954, e aumentaram os anúncios publicitários de equipamentos para o lar propondo que a cozinha, assim como todo o espaço doméstico, fosse reinventado com novos contornos, novas atribuições, novas características em relação ao período imediatamente anterior. Do mesmo modo e, por consequência, exigiu-se da

“rainha do lar” que ela se re-configurasse segundo novos critérios que a habilitassem a governar uma casa em transformação.

As revistas especializadas eram a grande porta de entrada de um ideal de vida doméstica inspirado no estilo americano. Apesar do conteúdo das revistas e da publicidade ser dirigido às classes média e alta, havia a preocupação na sua difusão para todos os estratos da sociedade. A revista **Casa e Jardim** publicava um suplemento especial que, nas palavras do seu editor, continha “indicações e conselhos sobre como erigir com pouco dinheiro um verdadeiro lar, e como dotá-lo de um autêntico jardim” (REICHENBACH, 1955, p. 7). E pedia aos seus assinantes que presentearassem com o suplemento as pessoas que apesar de não disporem de grandes recursos monetários, tinham o senso do lar e que deviam ser favorecidas em suas aspirações. Algumas matérias procuravam mostrar adaptações que podiam ser feitas na mobília e decoração de casas mais modestas que aquelas das fotografias publicadas.

“Um buquê de idéias para o reino da mulher” é o sugestivo título de uma matéria publicada em **Casa e Jardim**, em 1955. O conteúdo dessa matéria, ricamente ilustrada com fotos e desenhos, mostrava um modelo ideal de cozinha denominado de cozinha americana. Esse modelo, que representava o que era mais moderno na época, era oferecido conforme o título como um presente para a mulher; comparado a um buquê, pretendia-se que fosse algo que a agradasse, que ela desejasse receber.

A cozinha apresentada na matéria tinha a mobília arranjada segundo critérios considerados racionais, porque estes visavam a transformá-la em um espaço que atendesse a necessidade de economia de passos e de movimentos ao usuário. O que se via nas inúmeras fotografias eram prateleiras embutidas com compartimentos específicos para os eletrodomésticos, compactação e disposição dos móveis em forma de I, U ou de L contornando as paredes e criando um espaço vazio no meio da cozinha. Os benefícios dessa cozinha denominada de americana para o cotidiano das mulheres seriam: economia de energia, mais saúde, encanto e bom-humor. O caráter de obrigatoriedade do trabalho doméstico desaparecia diante da positividade dos estados da alma que a ele eram relacionados.

A ideia da cozinha moderna que a publicidade vendia como capaz de transformar o trabalho em prazer era fruto de estudos de engenheiros e técnicos que buscavam a melhor

maneira de fazer render o tempo e alcançar maiores índices de produtividade. No Brasil, na década de 30, os princípios que regiam o trabalho na fábrica se voltaram para o lar. Uma mesma instituição, como o Instituto de Organização Racional do Trabalho – IDORT, criado em 1930 por empresários para organizar a indústria de forma a combater o desperdício de tempo, de material e de energia humana, princípios formulados por engenheiros norte-americanos, visava também aos lares. A revista do IDORT, em 1938, propunha uma cozinha clara, de aspecto agradável, bem iluminada durante o dia através de grandes janelas e à noite por focos de luz bem distribuídos. Devia ser facilmente limpa, os móveis bem distribuídos, no sentido de reduzir a fadiga e a perda de tempo do usuário (HOMEM, 1990, p.126).

Dos institutos como o IDORT e das escolas Politécnicas dos anos 30, a ideia de uma cozinha racional difundiu-se e popularizou-se nas décadas posteriores pela imprensa por meio de inúmeros artigos e propagandas de aparelhos elétricos e móveis que prometiam as consumidoras facilidades na execução de suas tarefas. A questão de poupar a dona de casa de esforços desnecessários, de criar um espaço mais confortável era repetida em revistas que tratavam da organização da cozinha. Nas propagandas de aparelhos elétricos para serem usados na preparação dos alimentos, uma ideia sempre presente era que seu uso seria um prazer para a mulher. Facilidade e conforto eram transformados em bens de consumo e vendidos em forma de mercadorias.

Sem dúvida a proposta de ter uma cozinha americana estava intimamente implicada com o ato do consumir. Prateleiras de aço, eletrodomésticos, móveis de fórmica, utensílios de plástico eram ofertados em anúncios publicitários, ricamente ilustrados que mostravam mulheres bem vestidas, maquiadas, unhas pintadas, reforçando a ideia de que se tratava de objetos que visavam a facilitar, dar conforto e bem-estar.

No entanto, esses preceitos preconizados em revistas como **Casa e Jardim** e outras publicações pareciam fora de lugar, em um momento no qual a valorização da dona de casa brasileira estava em deter um saber fazer, aprendido com a mãe, de que cozinhar devia ser “a mão” e sem pressa. Inclusive, o uso de aparelhos elétricos para cozinhar era visto como desonroso. A presença de eletrodomésticos nas imagens apresentadas também não combinava com o medo de que os aparelhos elétricos causassem acidentes até levando a morte, provocada por choques elétricos. As imagens de uma amplidão, dada pelo espaço

vazio apresentado no meio da cozinha, não se adequavam ao gosto estético de muitas brasileiras. Apesar disso, inúmeras matérias publicitárias foram publicadas com o mesmo discurso e apresentando as mesmas imagens. O que se colocava naquele momento era, sem dúvida, uma tendência, a criação de desejos de consumo, um convite à mudança.

A publicidade era um elemento de educação de uma nova sensibilidade, pois os novos objetos e um novo modo de organizar o espaço implicavam uma mudança nos modos de saber-fazer tradicionais e exigiam novas habilidades. Tal problemática encontra forte ressonância nas análises feitas por Sant'Anna (1994) em sua tese de doutorado sobre as representações do embelezamento feminino no Brasil no século XX. Conforme a autora, a publicidade proclamava largamente a derrota das mulheres que não sabiam manipular um aspirador ou que se recusavam a deixar a máquina de lavar trabalhando sozinha. Os robôs domésticos se tornam o signo maior da modernidade sonhado pelas donas de casa das grandes cidades. “No entanto, tanto como as máquinas industriais, eles implicavam em um saber-fazer que as mulheres como os trabalhadores, não dominam” (SANT'ANNA, 1994, p. 350).

A autora nos mostra também como as condutas femininas vão se transformando junto com as novas ofertas do comércio e da indústria nas grandes cidades. Nos contos em revistas femininas, as mulheres começavam a se interrogar sobre sua imagem e associar um corpo gordo e lento a móveis maciços e sombrios, bem diferentes daqueles considerados modernos estampados nas revistas. A mulher moderna era aquela que acelerava seus movimentos corporais, que se desembaraçava dos gestos e atitudes considerados lentos e ineficazes. Aversão aos gestos que não resultavam de uma ligeireza e de uma agilidade nova, repulsão às atitudes que denunciavam fadigas acumuladas, intolerância aos espaços que não manifestavam a positividade que se queria buscar em uma vida ativa e excitante (SANT'ANNA, 1994, p.365).

Economizar tempo, trabalhar mais

O tempo como um fator importante na execução das tarefas domésticas estava colocado pelo discurso publicitário que afirmava, por exemplo, que “usando os aparelhos

domésticos Arno o tempo agora sobra para a mamãe”². A questão da economia de tempo, possível de ser alcançada imprimindo-se maior velocidade na execução do trabalho doméstico, implicada no modelo de uma cozinha racional, estava presente nas características dos eletrodomésticos que a iriam compor: motores possantes, ultrapotentes, que podiam ser graduados entre 3 mil e 14 mil rotações, corpo de liquidificadores desmontáveis para facilitar o manejo, de vidro e, posteriormente, de plástico, para ajudar na limpeza, formas aerodinâmicas.

O estilo aerodinâmico de vários eletrodomésticos vendidos no Brasil entre as décadas de 1940 e 1950, que se define por formas que não oferecem resistência do ar ao movimento, trazia a ideia de velocidade, de aceleração, de potência, imprimindo essa imagem ao espaço doméstico. Os refrigeradores das marcas *Frigidaire* e *Coldspot*, bastante populares no Brasil, possuíam gabinetes de metal com raios de curvatura das arestas amplos e suaves que eram os mesmos dos automóveis. Aspiradores de pó em forma de foguete compunham um conjunto com batedeiras e enceradeiras com formas aerodinâmicas.

Assim como o homem dentro de um automóvel tinha sua força de locomoção potencializada pelo motor, criando um híbrido de homem-máquina, esperava-se que as mulheres adquirissem perícia no uso de seus eletrodomésticos de tal forma a imprimir maior velocidade às tarefas domésticas. Velocidade e economia de energia eram preconizados como valores a serem atingidos tanto pelo corpo da mulher como pelo das máquinas.

Nas representações produzidas pelo discurso publicitário, o desempenho esperado de uma batedeira de bolo era o mesmo daquele que estava proposto para as mulheres: “trabalhar muito com o mínimo de dispêndio de energia”³. Ou, então, colocava-se a inferioridade do corpo diante da potência da máquina: “não é só tempo que você ganha! Suas mãos não conseguem a eficiência e precisão de um liquidificador Walita, extraordinária velocidade e rotação uniforme”⁴. Os aparelhos elétricos exigiam o domínio de uma habilidade no seu manuseio voltada para um maior rendimento do trabalho doméstico que os fazia funcionar como próteses tecnológicas do próprio corpo feminino.

² Propaganda de liquidificador Arno, **O Cruzeiro**, ano XXV, n. 15, 24/01/1953, p. 65.

³ Propaganda de batedeira elétrica Walita, **O Cruzeiro**, ano XXIV, n. 36, 21/06/1952, p. 138.

⁴ Propaganda de liquidificador Walita, **O Cruzeiro**, ano XXV, n. 20, 28/02/1953, p. 31.

Redobradas exigências foram criadas para as mulheres na produção de uma subjetividade moldada e modulada pelo ritmo das máquinas.

A positividade preconizada na automatização do espaço doméstico por tornar mais leve o fardo e poupar tempo em certas tarefas também foi responsável por permitir que se atingissem padrões mais elevados no trabalho (FORTY, 2007, p.284). As intolerâncias cresceram, qualquer traço de pó deixado para trás no uso do aspirador ou evidenciado na brancura de um refrigerador podia se converter em um tormento para a dona de casa. O tempo poupado era tempo aproveitado para execução de outras tarefas que nunca tinham fim. O tempo liberado pelas máquinas não era para o lazer, mas para a execução de mais serviços.

Sant'Anna (1994) também se refere a uma série de constrangimentos e novas obrigações para as mulheres que se impõem em razão do desenvolvimento de produtos e da utilização dos aparelhos eletrodomésticos. Como afirma a autora, mais do que as emancipar, os aparelhos domésticos colocaram as mulheres sempre em novas dependências, seja em relação aos fabricantes, seja em relação aos novos produtos domésticos com os quais ela os devia utilizar (SANT'ANNA, 1994, p.358 e 360).

É importante lembrar que, no Brasil, a realidade era bem diferente da americana, que servia como modelo para a publicidade veiculada lá e que foi copiada aqui. As donas de casa brasileiras da classe média e alta, a quem eram dirigidas as propagandas, não executavam os trabalhos domésticos elas mesmas, como era o caso das norte-americanas no mesmo período; por aqui, não havia falta de empregadas domésticas. Sendo assim, a liberação de tempo implicada no uso de equipamentos elétricos e racionalização do espaço da cozinha pode ter trazido consequências para as mulheres das classes mais baixas que trabalhavam como empregadas domésticas. A possibilidade de alcançar maior produtividade em menor tempo no trabalho de cozinhar as liberava para executar outras funções, permitindo, assim, um acúmulo de trabalho.

A ideia de economizar tempo com a automatização e a racionalização do espaço doméstico não foi exatamente um presente para as mulheres, como sugeriu a mídia. Na invenção de um espaço doméstico organizado por princípios científicos e racionais, as mulheres foram elementos constitutivos desse processo. As imagens publicitárias exerceram atração sobre elas, capturaram sua atenção. Crenças e desejos foram mobilizados

e uma nova forma de representar o espaço doméstico tornou-se possível, ora se adaptando, ora se confrontando com hábitos e costumes estabelecidos.

Referências Bibliográficas

FORTY, Adrian. **Objetos de desejo**: design e Sociedade desde 1750. São Paulo: Cosac Naify, 2007.

HOMEM, M. C. N. O princípio da racionalidade e a gênese da cozinha moderna. **Revista do Programa de Pós Graduação em Arquitetura e Urbanismo da FAU-USP**, São Paulo, p. 124-153, junho de 2003.

REICHENBACH, Carlos. Prezado Leitor, **Casa e Jardim**, n. 1, p. 7, 1955.

SANT'ANNA, Denise Bernuzzi de. **La Recherche de la beauté**: une contribution à l'histoire des pratiques et des représentations de l'embellissement féminin au Brésil – 1900 a 1980. 657f, 1994. Tese (Doutorado em História e Civilizações), Universidade de Paris VII, Paris.

Um buquê de idéias para o reino da mulher. **Casa e Jardim**, Rio de Janeiro, n. 16, agosto de 1955, p. 31-36.

A ESCRITA DA HISTÓRIA NO FINAL DO IMPÉRIO ROMANO: O DISCURSO HISTORIOGRÁFICO PAGÃO E CRISTÃO NO IV SÉCULO

Marcus Cruz¹

Este texto que iremos apresentar é o resultado dos primeiros meses do projeto de pesquisa intitulado “Pagãos e cristãos na Antiguidade Tardia: a questão da identidade no discurso histórico do IV século”. Nesta oportunidade é nosso objetivo discutir a relação entre a escrita da história produzida ao longo do IV século e as profundas transformações que marcam a sociedade romana deste momento, na medida em que entendemos que a partir do discurso historiográfico, podemos perceber tais mudanças, mas também as características deste resultam da interação com estes processos históricos.

O período que se estende do III ao V século é marcado por profundas e aceleradas transformações no âmbito do mediterrâneo. Observa-se a progressiva substituição das estruturas sociais, políticas e mentais clássicas.

O ponto de ruptura que marca o início dessas transformações é, sem dúvida, a chamada “*crise do III século*”. O Império Romano atravessou neste momento um período particularmente difícil, marcado por inúmeros e diversos problemas, dentre os quais podemos destacar: dificuldades monetárias, inflação, usurpações, guerras civis e pela constante pressão de povos hostis junto ao “*limes*”.

Na verdade, as dificuldades enfrentadas nas fronteiras apenas aceleram um conjunto de problemas internos vividos pela sociedade tardo-romana. Nessa crise, o aspecto religioso assume uma importância fundamental. Para Peter Brown (1972), nada demonstra melhor o irrefutável fato de que a vida nos moldes e critérios clássicos havia se tornado intolerável, em decorrência dos problemas enfrentados pela sociedade imperial ao longo do III século, do que o desenvolvimento e consolidação, no seio desta estrutura social, de um conjunto de crenças diverso da religiosidade clássica (cf. BROWN, 1972, p. 51-118).

O mundo romano passa por um período de insegurança, uma época de angústia na qual os problemas de ordem material acentuaram o ritmo das transformações religiosas. Ocorre, então, uma redistribuição, um reordenamento tanto do elementos presentes há muitos séculos na bacia do mar Mediterrâneo, quanto da estrutura social.

¹ Universidade Federal de Mato Grosso – Doutor em História Social.

Essa reorganização da religiosidade tornará algumas crenças, até então restritas a certos grupos ou regiões, elementos hegemônicos e constitutivos de uma nova sensibilidade religiosa que caracterizará a Antiguidade Tardia, ao passo que a reorganização social fará com que grupos anteriormente subalternos da pirâmide social ascendam à condição de estrato hegemônico.

A crise do III século marca um momento de transformação na composição da elite senatorial romana. Observamos a progressiva integração dos equestres e dos altos funcionários da burocracia estatal tanto civil quanto militar na ordem senatorial, acarretando, com isso, uma mudança na composição desse grupo.

Devemos salientar, entretanto, que a tradição continuava a ser um dos elementos fundamentais do prestígio social dessa ordem senatorial. Tal fato é relevante, na medida em que a preservação dessa tradição possui como um fator fundamental o conhecimento da história romana.

Esse processo de constituição de uma nova elite senatorial é aprofundado a partir das reformas de Constantino, uma vez que houve um aumento no número de senadores, bem como a constituição do Senado da nova Roma, Constantinopla. Esse aumento da ordem senatorial aconteceu sob controle do imperador por meio da *adelectio*, que faz ingressar no grupo senatorial um conjunto de *homines novi*, oriundos da burocracia, do exército, das províncias menos romanizadas.

Tal processo significou o estabelecimento de diferenças e fraturas importantes no seio da ordem senatorial. De um lado, observamos senadores oriundos de famílias tradicionais; de outro, esses *homines novi*, vindos de diversas regiões do império e de outros estratos sociais.

Essa é uma questão relevante na medida em que a identidade desse grupo será construída a partir do princípio da tradição e esta, como já afirmamos, encontra-se fortemente ancorada na história romana. Nesse sentido, o discurso historiográfico do IV século necessitou construir um discurso capaz de incorporar a tradição romana essa nova aristocracia senatorial.

No que concerne à questão da religião, a principal manifestação que observamos no mundo tardo-romano é o triunfo do cristianismo, que ao longo do IV século torna-se a religião hegemônica da sociedade baixo-imperial, tanto numérica quanto culturalmente. Na medida em que este consegue atender as necessidades espirituais do homem tardo-romano, isto é, diante das transformações ocorridas no campo da religiosidade e do universo mental, a religião cristã acaba por constituir-se como a

principal expressão dessas mudanças profundas transformações ocorridas na sociedade romana a partir do III século.

O primeiro elemento a ser analisado acerca da religiosidade tardo-romana é a importância crescente que adquirem os problemas religiosos. A partir de então, as questões referentes à religião assumem um lugar de destaque, um papel primordial na vida dos homens da Antiguidade Tardia.

É relevante ressaltar também que durante a Antiguidade Tardia, o debate acerca das questões religiosas é mais frequente e profundo do que poderíamos imaginar. Na verdade, a religião fornece para esse momento uma linguagem para as discussões e debates muito elaborada e acessível a todos. Essa função desempenhada pela religião também demonstra, por seu turno, a crescente importância assumida pelas questões ligadas à religiosidade na estrutura social tardo-romana.

Por outro lado, seria errôneo pensar que essa preocupação com as questões religiosas fosse exclusiva dos cristãos. Os pagãos compartilhavam das mesmas preocupações, pois o ambiente religioso era idêntico para ambos os grupos, como afirma Henri Marrou (1980, p.45): “[...] la diferencia entre paganos y cristianos de la Antigüedad Tardia estaba en la verdad de sus respectivas elecciones, pero hay coincidencias en la actitud ante la concepción general de la vida, del hombre y del mundo.

Outro elemento constitutivo da religiosidade tardo-romana é o crescimento da crença no sobrenatural e de sua presença na vida dos homens, isto é, para o imaginário da Antiguidade Tardia, o mundo invisível era uma realidade tão concreta quanto o mundo visível.

A sociedade tardo antiga estava permeada pela crença de que o universo era partilhado por seres invisíveis, mais poderosos do que os homens, e com os quais estes tinham que manter relações, que eram encaradas como uma obrigação inevitável, como demonstra o testamento de uma cristã egípcia que distribuiu seus bens entre beneficiários visíveis e invisíveis, acreditando estar cumprindo o seu dever de ser humano.

Os homens da Antiguidade Tardia julgavam ser “servos de deus”, recorrendo constantemente ao sobrenatural em busca de orientação e auxílio em uma época marcada pela insegurança e pela incerteza. Nesse momento, a vida humana torna-se um campo de batalha para a luta entre as forças invisíveis maléficas e benéficas, a noção de pecado amplia-se, pois é entendido não somente como o erro, mas também é entendido como deixar-se levar pelas forças do mal.

O papel desempenhado pelos demônios no imaginário da sociedade tardo antiga demonstra o crescimento da presença e da crença no sobrenatural. A partir de então, as doenças deixam de ser oriundas da desarmonia dos humores corporais e passam a ser fruto da ação dos demônios. Como afirma Peter Brown (1972, p.57), “daqui a revelação crucial destes dois séculos (III e IV século): aparecimento definitivo dos demônios, forças ativas do mal, contra as quais os homens tinham que lutar”.

O problema dos demônios não se restringe a uma questão apenas de cunho religioso, pois estes agentes do mal introduzem um elemento de constante indeterminação na estável estrutura das esferas celestes concebidas pelos clérigos, isto é, os demônios introduzem no mundo invisível todas as indeterminações e tensões existentes no mundo visível. Em outras palavras, estamos diante de um evidente paralelismo entre a estrutura religiosa e mental e a estrutura social, na medida em que ambas compartilham um mesmo código que organiza e expressa as suas manifestações.

Por outro lado, podemos observar um novo paralelo, ou melhor, uma nova mútua interdependência entre a religiosidade e a sociedade nas relações sociais e de poder existentes no sobrenatural que reproduzem os modelos de dominação e de dependência existentes na sociedade tardo antiga, ou seja, o mundo celeste configura-se como uma reprodução das relações sociais e de poder vividas no mundo terreno e estas encontram sua legitimação nessas origens sobrenaturais.

O terceiro elemento constitutivo da religiosidade tardo-romana é a concepção acerca da divindade que se torna hegemônica. A partir de então, Deus passa a ser entendido como sendo único, absoluto, eterno, onipresente, porém, principalmente é percebido como um Deus pessoal que inspira não somente adoração, mas também amor, porque Ele próprio possui amor e misericórdia pelos homens, ou seja, é um “*philanthrôpos*”.

Essa concepção acerca da divindade é essencialmente uma contribuição do pensamento semítico oriental, especialmente da teologia judaica, na qual o antecedente mais antigo do monoteísmo encontra-se na religião de Abraão.

É preciso ressaltar, no entanto, que a concepção de um Deus único não era uma exclusividade judaico-cristã, encontrava-se espalhada por todas as tendências religiosas existentes na Antiguidade Tardia, evidentemente com matizes diferenciados entre os diversos grupos e doutrinas.

Não podemos deixar de salientar mais uma vez a íntima relação entre a estrutura social e a religiosa-mental que podemos perceber nesse aspecto da religiosidade tardo

antiga romana, ou seja, o desenvolvimento e a consolidação da concepção monoteísta da divindade e simultaneamente a centralização do poder na figura do imperador, com a constituição de uma verdadeira monarquia no Baixo Império.

O último aspecto a ser destacado da religiosidade tardo-romana é a importância crescente que adquire as questões ligadas à salvação e à vida após a morte.

A preocupação dos homens volta-se para a outra vida, que é entendida como sendo feliz e bem-aventurada, desde que se consiga obtê-la através da salvação. É significativo que a palavra latina “*salus*”, que designa para os romanos antigos a saúde física, passe a ser utilizada pelos autores cristãos para denominar a salvação eterna.

A “*brevis lux*” da qual nos fala Catulo é substituída pela “*lux perpetua*”, como o aspecto mais real e mais importante da existência humana. Por isso, o lugar central que a questão da salvação assume para os homens do mundo tardo antigo romano.

Em uma sociedade em que as tensões sociais se acumulam, em que a mobilidade é reduzida, marcada por uma profunda hierarquização e concentração da riqueza, em que o Estado tem por objetivo primordial a sua própria sobrevivência, a esperança em uma vida *post-mortem* feliz e bem-aventurada apresenta-se como uma solução bastante atrativa para as angústias e necessidades do homem tardo-romano.

É esse ambiente religioso que caracteriza a Antiguidade Tardia, que cria as condições para o crescimento da popularidade e da importância dos cultos de mistério de origem oriental. É incontestável, no entanto, que a principal manifestação da religiosidade tardo-romana é o triunfo do cristianismo, que, ao longo do IV século, torna-se a religião hegemônica da sociedade baixo imperial tanto numérica quanto culturalmente, a ponto de constituir-se na religião oficial do Império sob a égide do imperador Teodósio.

Como afirmou Arnaldo Momigliano (1983, p.102), “la revolucion del siglo IV, que trajo consigo una nueva historiografia [...] En general, los cristianos emprenden su escritura creativa antes que los paganos. Los cristianos atacan. Los paganos están a la defensiva”. Apenas para exemplificar e corroborar as afirmações do historiador italiano, podemos citar que a História eclesiástica de Eusébio de Cesaréia, em sua primeira versão, surge por volta de 312, enquanto as História de Amiano Marcelino surge no final do século. A questão não é apenas de ordem cronológica, mas também, e principalmente, pelo fato de que a obra de Eusébio inaugura um novo campo historiográfico, assim como novos procedimentos metodológicos. Já a obra de Amiano Marcelino apresenta-se como um epígono da tradição tucidídeana de escrita da história.

Uma obra que nada deve à tradição historiográfica romana e mesmo grega, mas que não encontrou seguidores entre os historiadores tardos antigos e da primeira Idade Média.

Outro aspecto que gostaríamos de salientar acerca da escrita da história no IV século é que o discurso historiográfico teve que se adaptar à realidade surgida após as dramáticas transformações ocorridas no mundo romano a partir do III século, ou seja, o surgimento de um novo grupo dirigente que tinha dificuldade para recordar e se identificar com os fatos da história romana.

Os homens novos, oriundos das fileiras do exército, das províncias menos romanizadas como a Germânia ou a Trácia, estavam ascendendo socialmente, adquirindo riqueza e poder e precisavam possuir algum conhecimento do glorioso passado romano. Por outro lado, esse grupo social estava se integrando e se fundido com a aristocracia tradicional romana para qual o conhecimento da história e das antiguidades romana era um componente essencial da sua formação e da sua identidade.

Essa situação explica o surgimento dos *breviaria*, isto é, uma obra de recompilação de fatos e datas históricos de pequenas dimensões. A obra de Eutropio possuía 77 páginas e a de Festo, apenas 20.

É interessante destacar que a historiografia cristã não produziu nenhum *breviaria* comparável aos de Eutropio e Festo ao longo do IV século; teremos que esperar a Sulpício Severo no início do V século para que encontremos uma obra que ao fazer a combinação entre os cronógrafos cristãos e o texto bíblico, por um lado, e os historiadores pagãos, de outro, aproxima-se da proposta do *breviaria*.

Podemos entender essa lacuna na medida em que o problema que se colocava aos cristãos era de outra espécie, qual seja, a conversão significava o descobrimento de uma nova história, que se iniciava com a criação do mundo adâmico. No entanto, essa nova história não podia suprimir a antiga, isto é, era necessário, de alguma forma, conciliar Adão e Enéas, Abraão e Rômulo, Moisés e Tarquíneo, o soberbo.

Tal operação, segundo Momigliano, passava por três momentos. Primeiro, apresentar aos pagãos a versão da história criada pelos judeus. Segundo, refutar a objeção de que o cristianismo era algo novo e, por conseguinte, não respeitável. Finalmente, introduzir no imaginário pagão o plano cristão da redenção. (cf. MOMIGLIANO, 1983, p. 95-100).

Nesse sentido, foi essencial para o pensamento cristão elaborar uma cronologia que possibilitasse atender tanto as necessidades elementares do ensino cristão quanto a interpretação histórica mais refinada.

Para tanto, os cronógrafos cristãos tinham por tarefa construir uma cronologia que permitisse: condensar a nova história que os conversos assumiam como sua; demonstrar a antigüidade e a legitimidade da doutrina cristã e elaborar um modelo de história providencial.

O resultado desse processo é que a cronologia cristã acabou por constituir-se como uma filosofia da História, na medida em que diferentemente da historiografia pagã, a historiografia cristã não podia negligenciar a questão do destino do homem.

Na tradição dos cronógrafos cristãos, Eusébio de Cesaréia representa um dos pontos fundamentais. Em sua Crônica, Eusébio não apenas corrige obras antecedentes, especialmente a de Júlio Africano; como exemplo, podemos citar a redução da prioridade dos personagens bíblicos sobre os pagãos, mas também avança, melhora a cronologia cristã ao introduzir um cálculo a partir de Abraão e não tendo como momento axial o Gênesis. Além disso, foi o primeiro a utilizar o método de colunas paralelas. A obra de Eusébio contribui para manter a cronografia como a principal forma de instrução dos cristãos no IV século.

Para concluir, gostaria apenas de retomar algumas questões pertinentes ao nosso trabalho. O IV século é um momento de intensas transformações no mundo tardo antigo romano. Dentre essas mudanças, duas são especialmente relevantes para este estudo: a nova composição da ordem senatorial e a emergência de uma nova religiosidade que permite o triunfo do cristianismo.

Estes processos acabam por impactar a escrita da história; discutimos, nesta oportunidade, esse impacto no que concerne aos *breviaria* e à cronologia cristã e assim podemos perceber o quanto o discurso historiográfico, por um lado, é tributário dos processos sociais, como também a partir da historiografia podemos perceber e refletir acerca desses mesmos processos.

Referências Bibliográficas

BROWN, Peter. **O fim do mundo clássico**. Lisboa: Verbo, 1972.

MARROU, Henri. **Decadencia romana o antigüedad tardía**: siglos III-VI. Madrid: Ediciones Rialp, 1980.

MOMIGLIANO, Arnaldo. **Ensayos de historiografía antigua y moderna**. México: Fondo de Cultura Económica, 1983.

Bibliografia Consultada

BROWN, Peter. **Gênese de l'Antiquité Tardive**. Paris: Gallimard, 1994.

_____. **Authority and the sacred**. Cambridge: Cambridge University Press, 1995.

_____. **The rise of western Christendom**. Cambridge: Blackwell, 1996.

CHUVIN, Pierre. **Chronique des derniers païens**. Paris: Les Belles Lettres, Fayard 1990.

FRAKES, Roberte; DIGESER, Elizabeth DePalma. (Ed). **Religious identity in Late Antiquity**. Ontário: Edgar Kent Publishers, 2006.

GRANT, Michel. **Historiadores de Grécia y Roma**. Madrid: Alianza, 2003.

LANÇON, Bertrand. **O estado romano**. Lisboa: Publicações Europa-América, 2003.

MACMULLEN, Ramsay. **Christianizing the Roman Empire A.D. 100-400**. New Haven: London: Yale University Press, 1984.

_____. **Changes in the Roman Empire**. New Jersey: Princeton University Press, 1990.

MAIER, Franz Georg. **Las transformaciones del mundo mediterráneo**: siglos III-VIII. 11.ed. Madrid: Siglo XXI, 1972.

MARKUS, Robert. **O fim do cristianismo antigo**. São Paulo: Paulus, 1997.

MOMIGLIANO, Arnaldo. **Raízes clássicas da historiografia moderna**. São Paulo: EDUSC, 2004.

REMONDON, Roger. **La crisis del Império Romano : de Marco Aurélio a Anastásio**. Barcelona: Labor, 1967.

VEYNE, Paul. **Quand notre monde est devenu chrétien (312-394)**. Paris: Albin Michel, 2007.

A MILITANCIA CATÓLICA NA PRELAZIA DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA NO PERÍODO DA DITADURA MILITAR

Maria Henriqueta dos Santos Gomes¹

No ano de 1970, momento em que a Igreja erigia oficialmente a Prelazia de São Félix, com a chegada de um padre espanhol chamado Dom Pedro Casaldáliga, o qual foi enviado à região, no final de julho de 1968, para ser o responsável pelas diligências religiosas, é nesse período que a Igreja Católica avançava em seu processo de aggiornamento, especialmente na América Latina, com a Conferência dos bispos em Medellín. Nessa conjuntura, a Igreja decide estar ao lado dos pobres² e explorados, em defesa dos direitos humanos.

O Brasil, no final da década de 1960, era um país pobre, governado por um regime militar. Uma combinação ideal para a injustiça social e política. Na região do Araguaia, havia um contraste brutal: de um lado, uma natureza incrível; de outro, uma sensação de abandono total, pois esta não tinha infra-estrutura adequada para os moradores. Não existia lá nem correio, nem telefone, nem energia elétrica. Não havia um único médico em toda a região. O povoado de São Félix era somente um punhado de casinhas à beira do rio.

O grande problema da região era o latifúndio e a única solução para essa esfinge seria a reforma agrária. Nessa comarca retirada do Brasil, os latifundiários faziam e desfaziam a bel-prazer, sem precisar dar explicações a ninguém, já que tampouco ninguém os cobrava: “Aqui, quem tinha dinheiro comprava o silêncio, e os latifundiários, apoiados pela ditadura militar, tinham terra, dinheiro e pouca vontade de dar explicações sobre a origem de sua riqueza” (ESCRIBANO, 2000, p.24).

A partir do engajamento de grupos cristãos na luta pela transformação social, surgiu a Teologia da Libertação, a qual Dom Pedro Casaldáliga era simpatizante. Essa nova corrente teológica de interpretação do cristianismo visava à busca da mudança para uma

¹ Graduanda em História na Universidade Federal de Mato Grosso. E-mail: nina_gomes@hotmail.com

² Ao contrário do que afirmam alguns cientistas sociais preocupados com o rigorismo acadêmico, o termo “pobres” não sofre nenhuma deficiência analítica, pois não foi cunhado para ser base de reflexão sociológica. Cunhado para uso político e religioso, o termo, além de carregar uma importante carga moral de tradição cristã, ainda pode ser usada com certa flexibilidade que acampa diversas categorias de excluídos sociais. Realmente o termo “pobres” se enquadra na categoria de *useful word*, sendo palavra apropriada para diversos usos políticos e religiosos, além de ser portadora da simpatia de um público que sabe muito bem o que ela quer dizer e é simpático a ela.

sociedade mais igualitária, o que significou nova forma de pensar a religião, que tinha como objetivo uma ruptura com a longa tradição conservadora.

Dom Pedro procurou sanar os problemas da região do Araguaia, negou-se a fechar os olhos para as crueldades, foi contra os latifundiários e os representantes do governo militar e começou a ganhar a confiança dos moradores da localidade, tais como os índios, peões e camponeses sem-terra, em nome da igualdade social e de uma sociedade mais justa:

[...] Casaldáliga redigiu um relatório em que denunciava a situação de escravidão e exploração a que era submetido o povo da Prelazia. O relatório se intitulava Escravidão e Feudalismo no norte do Mato Grosso, e ele enviou as principais autoridades do país, à presidência da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil e à Nunciatura Apostólica”. (ESCRIBANO, 2000, p. 28).

Com essas atitudes, Casaldáliga, juntamente com a sua equipe pastoral, sofreu fortes repressões por parte dos latifundiários e grandes empresários da região. Segundo os seus inimigos, era um agente estrangeiro que queria introduzir a revolução comunista no Brasil. Centenas de militares cristãos foram sequestrados, torturados e até assassinados, em razão da nova doutrina social que a Igreja estava pregando, a qual tentava alertar os indivíduos sobre os direitos que cabiam a cada um, tornando-se pessoas esclarecidas; por esse motivo, os cristãos foram duramente perseguidos durante o Regime Militar.

Os progressistas iniciaram uma caminhada para a tomada de consciência social e política através de discussões e debates com embasamento na Bíblia. A nova corrente teológica de interpretação do cristianismo, que era a Teologia da Libertação, enfatizava a atuação dos cristãos na luta pelas transformações das estruturas de exploração da sociedade capitalista causadora de injustiça, miséria, violência e desigualdade. As CEBs (Comunidades Eclesiais de Base) foram responsáveis por profundas transformações na forma de organização dos movimentos sociais, tanto no campo quanto nas cidades. Incorporou-se um novo vocabulário, novas posturas diante da Igreja e do cotidiano do cristão, de modo que mesmo não sendo católicos atuantes, as pessoas passaram a se considerar “em comunidade” e assumiram a nova forma de ser Igreja.

Como podemos perceber, a Igreja Católica presente no Araguaia mato-grossense lutava junto ao povo, para que houvesse melhorias na região. As práticas religiosas presentes nas Igrejas da Prelazia encorajavam os cristãos a entrarem em diálogo com o mundo, não somente na vertente religiosa, mais também na esfera política, tornando-se um exercício reflexivo da religião, ou da doutrina católica mais racionalizada, já que tal prática

tornava as pessoas menos apegadas a certos fatalismos. Isso foi possível em razão de uma tendência à secularização do homem do meio rural, que fez com que ele se colocasse no centro dos acontecimentos, responsabilizando-se pela solução dos problemas que o envolviam.

Os religiosos analisavam os problemas e as dificuldades do local, tais como o trabalho no campo e a situação de alguns peões, que trabalhavam nas fazendas em condições desumanas. A instituição reivindicava uma sociedade mais justa e essas atitudes nos mostram que houve, por parte da comunidade envolvida e da Igreja, empenho e muita força de vontade, seguidas por lutas dessa classe desprovida de bens materiais e até mesmo desconsiderada no meio social, enquanto trabalhadores e cidadãos.

No altar da catedral de São Félix do Araguaia e nas outras Igrejas, Sedes e Paróquias da Região, existem gravuras, conhecidas como “Murais da Libertação”, de autoria do pintor espanhol Maximino Cerezo Barredo, produzidas entre os anos de 1977 e 2001. Os murais são apresentados cada um com uma identificação, totalizando onze, espalhados pelas cidades de São Félix do Araguaia, Luciara, Santa Terezinha, Ribeirão Cascalheira, Vila Rica, São José do Xingu e Querência:

Na gravura do altar da catedral de São Félix, Cristo guia seu povo, rompe as cercas do latifúndio e abre as terras devastadas para que os seus filhos possam nela viver. Eles vêm logo atrás, carregando a pesada cruz, uma única levada por todos, homens, mulheres e crianças, pés descalços confiantes e aplicados na tarefa. (JOANONI NETO, 2007, p.108).

As imagens retratam muito bem o sofrimento das pessoas do Araguaia, os aspectos que evidenciam o dia-a-dia e integram a fé e a vontade de viver e serem reconhecidas como cidadãos, sendo que estes têm direitos iguais na sociedade. É uma mescla de motivos religiosos e crítica social, denunciando os sofrimentos e as dificuldades que os posseiros, peões e índios tiveram com o apoio da Igreja que enfrentar.

Os murais veiculam todo o conteúdo teológico-político fundamental para a consolidação do processo de re-significação bíblica e religiosa dos conflitos e histórias do Araguaia, ficando nítida, também, a identidade da Prelazia como “Igreja dos oprimidos”.

Mostrando como o sagrado está presente no cotidiano do Araguaia e de sua gente, com seus personagens (peões, posseiros, índios, mulheres e crianças) presentes na maioria das imagens, a igreja representa o povo, sendo que todas essas informações estão evidentes nos painéis.

O mural leva à abertura dos fiéis ao sentimento de comunidade fraterna, independente do lugar que ocupa a sociedade e ressalta a presença de Deus nessa comunhão. Uma maneira de mostrar que todas as causas podem estar submetidas a uma causa comum. A união em torno da fé. Por se uma representação ideal de uma comunidade harmônica, o mural indica aos fiéis o caminho a ser seguido para a superação dos males e dos conflitos: a unificação em torno da fé. O ideal fraternal é exposto como algo a ser alcançado, mas só se realizando debaixo do poder pastoral. (JESUS,2007, p.117).

A figura de Jesus Cristo, que aparece na iconografia como caboclo, induz a um processo de identificação de sua figura com a do homem simples do Araguaia. Estão presentes, também, as figuras de índios, posseiros, homens, mulheres, negros, gaúchos, todos representando a base da Igreja, partilhando de um mesmo sentimento de fraternidade.

Podemos perceber que essa nova Igreja Progressista era prudente em sua atuação. A nova instituição renovou seus compromissos e isso significou a crise do modelo da nova cristandade e os primeiros passos de uma Igreja dos pobres.

CEBs e a Teologia da Libertação significaram a renovação da religião e foram ao encontro de um processo de ruptura com a longa tradição conservadora Católica. A Igreja progressista teve um papel importantíssimo na sociedade brasileira e latino-americana, apoiando os desprovidos e, acima de tudo, esclarecendo a vida política no meio das comunidades cristã que, até então, não poderiam se envolver nas questões políticas.

Os cristãos passaram a ter mais conhecimento dos fatos relativos à sua vida e à vida de seu país, tornaram-se esclarecidas e tomaram consciência dos seus direitos que envolvem a vida em sociedade, não se apegando somente à religião, atentando-se também às questões políticas.

Os trabalhadores do campo, as pessoas que vinham do Sul e do Nordeste brasileiro e chegavam ao Nordeste de Mato Grosso estavam amparadas pela Igreja Católica; suas conquistas somente foram possíveis graças à união com a Instituição, ali representada pela Prelazia de São Félix do Araguaia.

Através de muita luta, mortes e injustiça, a população local da Prelazia conseguiu importantes vitórias, tais como: a conscientização de boa parte do povo, com espírito crítico e consciente dos próprios direitos; a preservação de seu espaço de vida e trabalho; conquistas em matéria da educação, construção de infraestruturas, como, por exemplo, postos de saúde, centros comunitários e escolas.

Em suma, a mudança de postura ideológica da Igreja Católica contribuiu para o melhoramento da região e das pessoas que ali habitavam, pois era uma Igreja que estava voltada para os carentes e que não aceitava a desigualdade social e a injustiça.

Referências Bibliográficas

ESCRIBANO, Francesc. **Descalço sobre a terra vermelha**. São Paulo: EDUNICAMP, 2000.

JOANONI NETO, Vitale. **Fronteiras da crença**: ocupação do Norte de Mato Grosso após 1970. Cuiabá: Ed. UFMT/Carlini Caniato, 2007.

Bibliografia Consultada

COSTA OLIVEIRA, Fabrício Roberto. Poder eclesiástico, idéias progressistas e estratégias para a emergência das Comunidades Eclesiais de Base na Arquidiocese de Mariana. **LPH Revista de História**, Departamento de História da UFOP, Mariana, n. 14-15, p.65-91, 2004-2005.

D' ASSUNÇÃO BARROS, José. A história social: seus significados e seus caminhos. **LPH Revista de História**, Departamento de História da UFOP, Mariana, n.14-15, p.235-256, 2004-2005.

D' ANGELA, Ana Cristina. O nosso DNA mais profundo é a esperança. **Revista Fórum**, Cuiabá, n. 57, p.10-13, dez 2007.

DELUMEAU, Jean ; MELCHIOR BONNET, Sabine. **De religião e de homens**. Tradução de Nadyr de Salles Penteado. São Paulo: Edições Loyola, 2000.

DUSSEL, Enrique (Org). **História liberationis**: 500 anos de história da Igreja na América Latina. Tradução de Rezende Costa. São Paulo: Ed. Paulinas, 1992.

JESUS BORGES, Laudimiro de. **Murais da Libertação na Prelazia de São Félix do Araguaia, MT, Brasil**: fotografias de José María Concepción. São Paulo: Edições Loyola, 2005.

JESUS, Nauk Maria de; CEREZER, Osvaldo Mariotto; RIBEIRO, Renilson Rosa (Orgs.). **Ensino de História**: trajetórias em movimento. Cáceres: UNEMAT Editora, 2007.

IDENTIDADE ROMANA NO IV SÉCULO: A HISTORIOGRAFIA CRISTÃ DE EUSÉBIO DE CESARÉIA

Mariana de Assunção Rodrigues¹

Como parte de uma pesquisa dedicada ao estudo da questão da identidade romana no discurso historiográfico do IV século, este trabalho pretende mostrar os elementos que ajudam a construir tal identidade conforme o discurso historiográfico cristão, tendo como principal fonte a **História Eclesiástica** (doravante HE), de Eusébio de Cesaréia.

Eusébio, também chamado de Eusébio de Pânfilo, nasceu entre os anos de 260-265, provavelmente em Cesaréia, Palestina. Começou seus estudos com um sacerdote de Antioquia, chamado Doroteu, depois recebeu ensinamentos de Pânfilo, um dos seguidores de Orígenes, que propiciou a ele uma formação intelectual, além de despertar em Eusébio grande admiração pelo mestre, pois por veneração e gratidão aos ensinamentos, Eusébio se faz chamar de Eusébio de Pânfilo, dizendo-se filho espiritual de tal mestre.

Depois do martírio de Pânfilo, o bispo escreve uma biografia de seu mestre, incorporando-a ao livro escrito por ambos. Durante a perseguição feita por Diocleciano (284-305), refugiou-se em Tiro e depois no Egito, só retornando à Palestina após a promulgação do edito de pacificação feito por Galério (305-311). Quando retornou a Cesaréia, tornou-se sacerdote e, logo após, bispo. Na época em que o bispado chega a suas mãos, a discussão ariana se faz presente e “como obispo se viu pronto envuelto em la controversia arriana, que él esperaba resolver sugiriendo mutuas concessiones a los dos partidos contrarios, sin percatarse de la importancia que tenía la doctrina que estava em litígio” (QUASTEN, 2001, p. 345).

Contudo, escreve várias cartas em favor da doutrina de Ário, exercendo, assim, grande influência no sínodo de Cesaréia, 334, em que declara que a profissão de fé ariana deveria ser considerada ortodoxa.

Por ser considerado simpatizante e partidário de tal doutrina, foi excomungado pelo Sínodo reunido em Antioquia em 325, já que se recusou a aderir a uma fórmula de fé que condenava os ensinamentos dessa seita. Entretanto, em 325, no Concílio de Nicéia, reabilitou-se e tomou a frente de um grupo que assumia uma posição de centro quanto à

¹ Graduanda em História da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT).

discussão acerca do reconhecimento da verdadeira divindade de Cristo, o qual propunha uma conciliação entre as discussões reconhecendo a consubstancialidade do Verbo apenas com termos bíblicos: “Seu símbolo fora reconhecido ortodoxo, mas não solucionava as questões suscitadas pela cristologia de Ário. Contudo, ele servirá de base para a elaboração do símbolo de Nicéia.” (HE, 2000, p. 11). Porém, assinou com certo mal grado o “símbolo-credo de Nicéia”, que continha a expressão “consubstancial ao Pai”, para não descontentar o imperador Constantino, o qual era contrário ao arianismo. Entretanto, após o concílio, manteve-se ao lado de Ário quanto à ideia de consubstancialidade do Verbo com o Pai proposta por ele.

O bispo possuiu, ainda, além de uma admiração, uma ligação com o imperador Constantino muito forte, chegando até a escrever uma biografia sobre este, com intuito de contrapor acusações feitas por parte de não-cristãos. Intitulada **Vita Constantini**, tal obra apresenta-se mais como um panegírico que como uma biografia propriamente dita. É possível pensar, ainda, que o Eusébio teve influência nas decisões adotadas pelo imperador em relação aos bispos ortodoxos, pois, ao que parece, ocupava um cargo de conselheiro para assuntos teológicos (QUASTEN, 2001, p. 346).

Sobre sua morte pouco se tem escrito, porém, esta é recordada no **Breviário Siríaco** e citada no **Martirologio Jeronimiano** (HE, 2000, p. 13).

Eusébio começa a escrever durante um momento que marca o fim das perseguições aos cristãos:

A principios del siglo IV, el cristianismo era aún una de tantas religiones de salvación de origem oriental. Pero, hacia la mitad del siglo. La Iglesia, a través de su influencia espiritual en la población del império, así como por su posición social e econômica, se había convertido em uma de las fuerzas vivas de la época, de extraordinaria influencia em la sociedade [...]. (MAIER, 1972 p.38).

Nessas condições, a Igreja, nesse período, ascende vitoriosa, o que acarretou um sentimento na cristandade de busca pela estabilidade e legitimação de sua religião perante o mundo romano, além de diminuir a sensação de inferioridade quanto às religiões pagãs. O momento propiciou a escrita das primeiras obras historiográficas cristãs, as quais “são anteriores ao que poderíamos chamar de suas correspondentes na historiografia pagã” (MOMIGLIANO, 1993, p.96). Eusébio é um desses primeiros autores que relata o sentimento cristão da época, “a vingança divina contra quem havia perseguido a Igreja” (ibidem, p.95).

Sua atividade como pesquisador e escritor é relevante, ao passo que inicia uma forma de escrita nova, a qual utiliza uma metodologia baseada em fontes documentais e transcrições, além de relatar a partir do ponto de vista do cristão, o que faz com que ele se diferencie de escritores pagãos. Eusébio cria um laço com aqueles que leem sua obra primeiramente, pois compartilham da mesma fé. É partir dele e de sua **História Eclesiástica** que se têm os elementos essenciais à historiografia da Igreja:

A inter-relação continua entre dogma e fato; o significado transcendental atribuído ao período das origens; a ênfase na documentação factual; a necessidade sempre presente de relacionar os acontecimentos das Igrejas locais ao corpo místico da Igreja Universal. (MOMIGLIANO, 2004, p.194).

Como estudioso, ele tem consciência de que está escrevendo um novo tipo de história. Ele sabia que a história empregada até o momento era fundamentada basicamente em obras retóricas, que continham mais discursos inventados que documentos autênticos. O fato de ele utilizar-se de transcrições e extratos para legitimar o que escreve deve-se à intenção de escrever uma história diferente da ordinária. Além disso, para ele, os cristãos eram tidos como uma nação, vitoriosa, a qual teria uma origem transcendental, “era ao mesmo tempo contemporânea da criação do mundo e do nascimento do Império romano sob o domínio de Augusto” (ibidem, p. 196). Assim, por escrever uma história da doutrina de fé, escrevia também uma história nacional.

O propósito de apresentar provas objetivas sobre o passado e o caráter da Igreja perseguida leva a uma combinação de métodos de uma historiografia filosófica que possibilita um enfoque na historiografia judaico-helenística, funcionando de fontes para seu pensamento. Perante isso, deve-se citar a influência do escritor judeu Flávio Josefo, estudioso da história hebraica baseada na Bíblia, propagador da ideia de “uma nação santa”. Ele é um dos escritores sem o qual Eusébio teria tido grande dificuldade ao escrever a História Eclesiástica (HE, doravante). Observa-se que ao longo da obra do bispo são utilizadas em abundância fontes desse pensador:

[...] seria conveniente conhecer [...] este Josefo, que de tal forma contribuiu para a história que temos entre as mãos. [...] foi o mais ilustre dos judeus, não somente entre os compatriotas, mas também ao lado dos romanos, de tal sorte que, na cidade de Roma, teve uma estátua erguida em sua honra e suas obras foram tidas por dignas de figurar nas bibliotecas. (HE, 2000, p.131).

Outras fontes que podem ser citadas são as relacionadas ao Antigo Testamento e aos Atos dos Apóstolos. Este é usado ao longo de toda a **História Eclesiástica**, com intuito de mostrar a difusão do cristianismo: “[...] os judeus desencadearam a primeira perseguição contra a Igreja de Jerusalém e os discípulos, exceto os doze, se dispersaram através da Judéia e Samaria [...]” (At. 8,1 apud HE, 2000, p. 73); “[...] do qual afirma Lucas em *Atos*, em seguida ao discurso de Paulo aos atenienses [...]” (At. 17,34 apud HE, 2000, p. 117).

A intenção que se teve ao basear a escrita nessas condições deveu-se, dentre outros fatores, ao fato de o cristianismo, por ser uma religião recente aos indivíduos do momento, necessitar de uma história que ligasse tradições antigas à contemporaneidade, criando uma identidade comum a ser respeitada. Como os pagãos, educados pelo império, não possuíam conhecimento sobre a história judaico-cristã - os conhecimentos eram tidos a partir de especulações de historiadores pagãos como Tácito (55-120 d.C.). O conhecimento desta possibilitaria a adesão ao cristianismo. As pessoas aprenderiam uma história nova por aderir a uma nova religião. Porém, esta nova história não poderia anular a história antiga que tinham aprendido e isso acarretava certos problemas ao cristianismo, pois, desta forma, deveriam apresentar aos pagãos, além de uma versão judaico-cristã da história, uma constatação de que o cristianismo não era uma religião nova, como se pensava no momento, mas que possuía uma tradição.

Para resolver esse problema, foi necessário elaborar uma cronologia que satisfizesse tanto os conceitos cristão, quanto os pagãos. Nesse contexto, a **História Eclesiástica** é escrita. Provavelmente iniciada em 312, é uma obra de extrema importância para compreender a história dos primeiros séculos do cristianismo, bem como para analisar os processos de formação da identidade. É composta por dez livros, os quais constituem uma coleção de trechos históricos, documentos e extratos de um grande número de escritos da Igreja primitiva.

Ao escrevê-la, Eusébio faz uma espécie de melhoramento de obras de seus antecessores, como Julio Africano, um cronógrafo do II século que, pelos fragmentos, parece ser um “apologista anti-gnóstico” (MOMIGLIANO, 2004, p.195). Além dele, pode-se citar Clemente Alexandrino e Hipólito de Roma, que se ligam no que diz respeito à transformação da cronologia helenística em ciência cristã posteriormente ligada à ideia escatológica:

Los calculos sobre el regreso de Cristo y el fin ultimo nunca habían sido

ajenos a la Iglesia. [...] Una cronologia universal en el sentido cristiano tenía que tomar en cuenta no sólo el principio sino también el final; tenía que aceptar la creencia en el milênio o bien combatirla. La cronologia se fundió con la escatologia. (MOMIGLIANO, 1993, p.99).

Eusébio introduz nesta obra um cálculo cronológico a partir de Abraão, evitando, assim, cometer equívocos ao começar uma cronologia fundamentada nos primeiros capítulos do livro de Gênesis. Com base em fontes judaicas, tal forma de escrita torna-se a forma cronológica utilizada durante o século IV.

O autor deixa claro, no primeiro parágrafo da obra, qual seu objetivo ao escrever tal livro:

[Meu propósito foi o de registrar por escrito a] sucessão dos santos Apóstolos, assim como o intervalo de tempo ente o Salvador e nós; a enumeração de tantos e tão importante eventos no curso da História Eclesiástica; quantos [...] presidiram e governaram [...] as dioceses mais ilustres; [...] quantos foram deputados para ministrar a palavra divina oralmente ou por escrito; quantos e quando os que, arrastados a erros extremos [...], anunciaram e introduziram uma falsa ciência [...] e [...] cruelmente dizimaram o rebanho de Cristo. (HE, 2000, p. 29).

Ainda na apresentação da obra, Eusébio explicita ser o primeiro a escrever esse tipo de narrativa, mesmo tendo fontes precedentes a sua abordagem, as quais não conseguem fazer o que ele se propõe. Entretanto, tem consciência da dificuldade que se tem ao fazer esta abordagem:

O assunto, porém, requer indulgência benevolente em meu favor. Confesso ser tarefa acima de minhas forças o cumprimento íntegro e perfeito de meu compromisso. Sou [...], o primeiro a empreender tal iniciativa [...]. De meus predecessores nesta estrada [...] apenas descubro poucas informações, [...] indicações parciais de sua época. [...] respigarei entre as suas referências o que me parecer proveitoso ao fim proposto. (HE, 2000, p.30).

Depois de apresentar o propósito inicial da obra, o autor mostra uma história sumária de Cristo, abordando assuntos que dizem respeito à divindade, às profecias, ao tempo do Cristo entre os homens, bem como aos testemunhos acerca dele. Continua, ao longo da obra, a indicar a sucessão dos bispos das principais igrejas, mostrando as dificuldades pelas quais a Igreja vai passando devido às perseguições, ao diálogo ou ao enfrentamento verbal com os pagãos e com os judeus, bem como o surgimento das heresias e dos heréticos. Assim, ela acompanha as etapas da Igreja desde o nascimento de Cristo até a dupla vitória de Constantino sobre Maxêncio, em 312, e sobre Licínio, em 324.

A obra difere-se de outras pelo fato de ter sido elaborada junto a fontes constatadas posteriormente em forma de extratos, visto que sua intenção é de se diferenciar da história ordinária. Para tanto, enumera os escritos e escritores que conheceu e cita amplas passagens da maior parte deles; como exemplo, menciona-se Fílon:

[...] Fílon faz exegese variada e múltipla das palavras sagradas. [...] existe dele tratados particularmente elaborados sobre algumas questões. [...] são de sua autoria: A emigração; A vida do sábio perfeito segundo a justiça e Leis não escritas [...]. Tais são as obras que chegaram até nós entre aquelas relativas ao Gênese [...]. (HE, 2000, p.98).

Tal obra torna-se, assim, importante para o estudo desse período histórico, bem como para os anteriores, ligados ao cristianismo. Isso porque vários escritos que foram citados se perderam ao longo do tempo, permanecendo o extrato, deste modo, como única fonte de informação para outros autores e pesquisadores.

Ao apresentar a relação dos bispos mais importantes, relatar os escritos dos mestres e pensadores precedentes, citar heresias e hereges, bem como as consequências divinas destinadas ao povo judeu, as perseguições aos cristãos, os martírios e a vitória final da religião cristã sob o Império de Constantino, Eusébio demonstra sua intenção apologética: provar que foi Deus quem verdadeiramente fundou a Igreja e a acompanhou ao longo de sua luta até a vitória final sobre os não-cristãos.

No entanto, uma das críticas que é feita sobre a **História Eclesiástica** gira em torno das inclinações e simpatias que o autor deixa transparecer. Assim, Eusébio muitas vezes deixa a narrativa parecer tendenciosa por conta de certas omissões. Nota-se isso, por exemplo, quando o bispo relata a pregação de Pedro em Roma, embelezando os primeiros tempos cristãos, omitindo de certo modo as discordâncias, divisões e disputas entre as igrejas:

A graça divina e supraceleste, [...], veio em auxílio de seus ministros extinguindo [...] as chamas do maligno [...]. O fulgor da verdade tudo vencia e dominava de modo geral, assim como o próprio Verbo divino que de data recente brilhava divinamente diante dos homens, florescia na terra e habitava nos próprios apóstolos. (HE, 2000, p.90).

Mesmo assim, o bispo pode ser considerado como o precursor de um novo capítulo da historiografia não só pelo fato de idealizar uma história eclesiástica, mas pela forma de escrita, baseada numa documentação, que difere daquela feita pelos historiadores pagãos até o momento. Nenhum dos escritores posteriores ao bispo conseguem fazer um trabalho

análogo ao que ele fez com a **História Eclesiástica**. Dos quatro pensadores considerados sucessores de Eusébio, Sócrates, Sozomeno, Teodoreto e Rufino (tradutor da **História Eclesiástica** para o latim), referentes à história da Igreja, nenhum foge de sua linha historiográfica.

Sendo assim, Eusébio é considerado, mesmo que com algumas críticas quanto a seus escritos, o “pai da história eclesiástica”.

Referências Bibliográficas

EUSÉBIO, Bispo de Cesaréia. **História eclesiástica**. São Paulo: Paulus, 2000.

MOMIGLIANO, Arnaldo. **As raízes clássicas da historiográfica moderna**. São Paulo: EDUSC, 2004.

MAIER, Franz Georg. **Las transformaciones del mundo mediterraneo**: siglos III/VIII. México: Siglo Veintiuno, 1972.

Bibliografia Consultada

MAIER, Franz Georg. **Ensayos de historiografia antigua y moderna**. México: Fondo de Cultura Económica, 1993.

QUASTEN, Johannes. **Patrología**: la edad de oro de la literatura patrística griega. Madrid: Biblioteca de Autores Cristianos, 2001.

1808- A TRANSFERÊNCIA DA CORTE PORTUGUESA PARA O BRASIL: MATO GROSSO NA FORMAÇÃO DA NAÇÃO BRASILEIRA

Marilaine Suellen de Carvalho¹

Este trabalho partiu do fato de que em 2008 se completa 200 anos que a Corte Portuguesa chegou ao Brasil, e mais ainda, porque os meios de comunicação (livros, revistas, programas de rádio e televisão) e os eventos acadêmicos estão fazendo questão de evocar esse “fato memorável”. Dois séculos atrás, os habitantes do Brasil tinham motivos para comemorar a chegada da Família Real, pois ainda se sentiam “portugueses”; em outros casos, autodenominavam-se “pernambucanos”, ou “baianos”, porém, sem sentido político: “Estivessem onde estivessem, todos os vassalos do monarca português faziam parte da mesma nação portuguesa, referência que organizava outras de caráter mais específico e geralmente desprovidas de sentido político, como pernambucanos, paulista ou filhos das minas” (SLEMIAN; PIMENTA, 2003, p 12).

A partir disso, eu me perguntei: o que hoje se comemora? Algumas tradições historiográficas concordam que a presença e as consequências da Corte no Brasil serviram como pontapé para o processo de independência, a começar pela abertura dos portos em 1808.

O início do século XIX foi, sem dúvida, decisivo para o destino de Portugal, de seus domínios ultramarinos e das demais nações envolvidas na geopolítica européia, entre elas, destacam-se a Inglaterra e a França. Durante a Época Moderna, devido à concorrência colonial, essas duas potências sempre estiveram de lados opostos. Em agosto de 1761, França e Espanha se unem contra a força naval inglesa (Pacto de Família).

Portugal, que até então tinha conseguido uma política de neutralidade, viu-se obrigado a agir, pois a Espanha pretendia ocupar os portos lusitanos, com objetivo de impedir um possível desembarque inglês. Os portugueses não permitiram isso e ainda requisitaram reforços britânicos. A situação foi tão grave que se chegou a cogitar a transferência da corte portuguesa para o Brasil. Terminada a Guerra dos Sete Anos, a Inglaterra saiu vitoriosa e Portugal preservou suas colônias. Os lusitanos sempre tentaram manter segredo sobre a tutela da Inglaterra, ensaiaram uma aproximação com a França, mas, em casos extremos, reforçava a aliança com os ingleses. Foi

¹ Graduanda em História pela Universidade do Estado de Mato Grosso.

assim que atravessou os piores momentos no contexto europeu, enquanto no Brasil, a expansão de dominação e exploração prosseguia.

O imperativo da preservação do ultramar, por seu turno, inspirava a nação por uma política de neutralidade, observada em todo o período e só abandonada in extremis; assim, dependia-se menos da Inglaterra, e esta menos podia exigir pela proteção. Nos confrontos globais, porém era pela solução inglesa que se optava, pois só esta – dada a crescente superioridade marítima da Inglaterra – podia garantir a preservação das colônias. (NOVAIS, 1995, p 49).

Essa situação se sustentou até 1807, quando Napoleão Bonaparte, na sua onda revolucionária, decretou o Bloqueio Continental, medida que previa o fechamento dos portos europeus ao comércio dos produtos britânicos. Isso colocou a pequena monarquia ibérica em apuros:

Ficava claro que posicionar –se sob a tutela britânica implicava imposição à França, e que enfrentar diretamente os exércitos de Napoleão era muito arriscado para um Estado que não tinha forças militares suficientes. Assim, ao optar pela partida para o Brasil sob proteção britânica, Portugal conquistava importantes pontos a seu favor: evitava as possíveis desgraças de um confronto militar com a França, garantia a segurança da Família Real durante a perigosa travessia do Atlântico e afastava a possibilidade de uma invasão do Brasil pela “rainha dos mares”, que já dera demonstrações de sua cobiça pela América do Sul ao invadir as colônias espanholas de Buenos Aires e Montevideú, em 1806 e 1807. (SLEMIAN; PIMENTA, 2003, p. 16).

Segundo Fernando Novais, a vinda da Corte para o Brasil foi explicada pelo Estado metropolitano português, baseada na expressão do “bem comum”, ou seja, uma ação benéfica aos “vassalos deste Reino e daqueles Domínios”. Quando, na verdade, agia por interesses próprios. Porventura, não foi justamente em busca da conservação da unidade do Império português e da monarquia que a Família Real se transferira para o Brasil? No dia 29 de novembro de 1807, a Família Real e boa parte da Corte portuguesa embarcaram rumo a sua mais rica colônia. Diante desse quadro, cabe a seguinte pergunta: qual foi a reação dos habitantes das diferentes capitanias do Brasil ao receberam essa notícia?

Após quase dois meses no oceano, as naus que levavam o Príncipe Regente D.João, a princesa Carlota Joaquina e a Rainha D.Maria I desembarcam em Salvador, onde foram recebidos da seguinte forma:

Salvas de canhões disparadas das fortalezas e gritos de saudação aos ilustres visitantes se misturavam ao incessante badalar dos sinos das inúmeras igrejas da capital baiana. Ao chegar em terra firme, a família real entrou nas carruagens que estavam a sua espera e seguiu pela Rua da Preguiça e pela Ladeira da Gameleira, até o Largo do Teatro (atual Praça Castro Alves). Ali, D.João e

comitiva foram recebidos pelos representantes da Câmara Municipal, que os convidaram a seguir a pé, sob um pátio púrpura, até a Igreja da Sé, onde o arcebispo celebrou um *Te Deum Laudamus*, em agradecimento pelo sucesso da travessia do oceano. Ao longo do caminho, alas de soldados faziam continências, enquanto os sinos de todas as igrejas continuavam a repicar. À noite, a comitiva real se recolheu ao Paço do Governo. Seguiu-se uma semana de música, dança, espetáculos luminosos pelas ruas da cidade e longas cerimônias de beija-mão, nas quais o príncipe regente recebia, pacientemente, filas intermináveis de súditos. Eram usineiros, agricultores, comerciantes, padres, militares, funcionários públicos e pessoas humildes que vinham prestar sua homenagem ao soberano. (GOMES, 2007, p 111-112).

No dia 28 de janeiro, ainda em Salvador, D.João assinou a primeira medida régia, a qual decretava a abertura dos portos brasileiros às nações amigas, fato que não pode ser entendido como um simples ato de caridade aos fiéis vassalos. Veja bem: o comércio em Portugal estava paralisado devido à ocupação francesa e a liberação do comércio internacional na colônia era uma dívida que o Príncipe Regente tinha com a Inglaterra, portanto, foi uma decisão inevitável. Além disso, escreve Fernando Novais, o fim do exclusivo metropolitano não implica o fim da colônia. No entanto, as consequências causadas com a abertura dos portos serviram como pontapé inicial para pensar na Independência, ou seja, na formação da nação brasileira, pois, de acordo com a historiadora Andréa Slemian, a abolição da exclusividade metropolitana permitiu, a várias regiões do Brasil, uma maior participação e privilégio no conjunto do Império português.

Terminados os festejos no seu primeiro refúgio d' além mar, a comitiva real embarca novamente, dessa vez, para o seu destino final, o Rio de Janeiro (até então capital da colônia e sede do vice-rei, que logo se transformou na nova sede do Império português), onde parte dos navios que saiu de Lisboa já a esperava. Lília Schwarcz revela que os baianos não queriam que D.João partisse; na rua, o povo cantava: “Meu príncipe regente, não saias daqui, Cá ficamos chorando, por Deus e por ti [...]” (SCHWARCZ, 2002, p 234).

Ao desembarcarem no dia oito de março, a recepção não foi menos calorosa: “A cidade parou. Lojas e repartições públicas foram fechadas. Residências ficaram vazias” (SCHWARCZ, 2002, p.239):

A multidão que aguardava na rampa do cais, em frente a atual Praça 15 de Novembro, incluía vereadores, padres, cônegos, fidalgos, magistrados, e a tropa com os estandartes portugueses. Ali, a família real foi aspergida com água benta, em meio à queima de incensos e rezas. D.João beijou a cruz e recebeu as bênçãos do bispo. [...] As ruas foram cobertas de fina e branca areia, folhas, ervas odoríferas e flores, segundo a descrição do padre repórter Perereca. Da fachada das casas pendiam cortinados de damasco carmesim; das janelas, ricas e vistosas tapeçarias de lindas e variadas cores, umas damasco, outras de cetim

e outras de sedas ainda mais preciosas. A música jorrava dos coretos nas ruas vizinhas. (GOMES, 2007, p.146).

Acrescenta-se ainda:

O Senado da Câmara houve por bem decretar a programação dos festejos religiosos e civis, a iluminação da cidade por oito dias consecutivos, assim como promover danças e diversões populares. [...] Além da procissão, do te-déum, das luminárias, das alegorias e das janelas enfeitadas, o povo esperava ansioso pelas touradas, cavalcadas, foguetórios, récitas, conjuntos musicais e danças” (SCHWARCZ, 2002, p.239).

A cidade fervilhava, os moradores estavam alegres, apesar de a maioria ter sido obrigada a desocupar suas casas para os ilustres recém-chegados. Todavia, as comemorações pela transferência da Família Real não se restringiram a Salvador e Rio de Janeiro. A notícia se espalhava e chegava a outras capitanias:

Ainda em janeiro de 1808, em São Paulo, antes mesmo do desembarque, o comerciante inglês John Mawe presenciou as orações diárias, feitas na catedral da cidade pelo bispo d. Mateus de Abreu Pereira, para que a travessia do soberano ocorresse a salvo e pelo pronto estabelecimento do Império brasileiro. No Recife, o frade Bento da Trindade, do púlpito da igreja do Sacramento, manteve o mesmo tom de enaltecimento ao monarca, além de exaltar a honra de abrigar a sede do Império. A ilha de Santa Catarina, já em abril de 1808, realizou uma homenagem ao príncipe regente. Na missa rezada no dia 24, um orador atreveu-se a compará-lo ao mítico rei d. Sebastião, felicitando-o por sua melhor fortuna. Nesse mesmo dia um espetáculo pirotécnico encheu os olhos do povo. (SCHWARCZ, 2002, p.242-243).

Embora distante do Rio de Janeiro, a Capitania de Mato Grosso não ficou alheia aos acontecimentos. É inegável que a notícia demorou chegar, aproximadamente oito meses depois que a família real atracou em Salvador. Porém, isso não significa que a Capitania vivesse isolada do litoral em termos políticos, econômicos e culturais. Só para ter uma noção, em 1817, o jornal Correio Brasiliense escrevia que havia “[...] no Brasil capitanias cujo acesso à Corte do Rio é mais difícil do que lhe era a Lisboa” (SLEMIAN; PIMENTA, 2003, p.20). Uma viagem do Rio de Janeiro a Goiás, por exemplo, durava três meses, pelo menos um a mais do que o traslado Rio de Janeiro-Lisboa.

O historiador Alcir Lenharo, procurando destacar as ligações internas entre Mato Grosso e o conjunto da colônia, afirma que

mitos tipo isolamento mascaram a falta de discurso histórico, para não dizer que, na realidade, constituem a sua própria negação. Esse tipo de produção mitológica dispensa a pesquisa, breca a reflexão crítica; as explicações são dadas num plano supra-racional que bloqueia a possibilidade de seu questionamento”. (LENHARO, 1982, p.11).

Ele acrescenta ainda que o “mito do isolamento” relacionado a Mato Grosso foi elaborado ideologicamente a partir de uma reprodução parcial da tradição “quatrocentã” dos paulistas, que tinha por objetivo atribuir a figura de heróis, desbravadores, aos representantes do poder local.

A título de esclarecimento, em 1808, a capital da Capitania de Mato Grosso era Villa Bella da Santíssima Trindade, sendo o seu governador o Capitão General João Carlos Augusto de Oeynhausem Gravemburg. Na Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuyabá, havia o Senado da Câmara, instituição local que normatizava o espaço urbano e o território municipal (termo). Os homens eleitos para as câmaras gozavam o direito de serem tratados como nobres, por ocuparem os cargos de juiz ordinário, vereador, procurador e almotacé.

Isso posto, veremos a seguir como os fiéis vassallos, habitantes do Cuyabá, receberam a feliz notícia da vinda da Corte para o Brasil e qual foi a reação dos mesmos:

Havida por este Sennado a prospera noticia da felis chegada de S. A. R. o Principe Regente N. Snr. q. D.s concerve sempre p.a amparo de seus fieis vassallos, a corte do R.º de Jnr.º, que foi dada pelo Nosso Ex.mo Ger.al, e participada pelo nosso Prezidente, em q.’, nos dispunha p.ª as publicas, e solennes demonstraçoens do nosso jubilo nas festa q.’ deveriamos fazer em acção de graças, logo q.’ assim nos fosse ordenado, cheio do maior gosto e patriotismo se propôs immediatam.te o Sennado a fazer aquellas mayores festas que permittissem as forças do Paiz, e assim o afirmarão ao Nosso Gn.al.

Eis que no dia 10 de 8br.º recebe o Sennado a gostosa determinação de S. Ex.cia no officio da data de 24 de 7br.º concebida nostr.os seguintes:

‘Recebi o seu officio, em q.’ não resplandecem menos os briozos sentimentos de Fieis l vassallos do que a energia com que essa Camara segundando os Meus desejos, se mostra disposta a dar provas, que mostrem ao Brazil, que os Povos desta Capitania a nenhuns outros cedem em amor, veneração, e respeito ao seu Amado Soberano’.

‘Excusado hé louvar lhe agora semenlhantes sentimentos, de q.’ S.A.R. mesmo deve ja estar tambem persuadido, como Eu: E por hora só trato de cumprir o que prometti no Meu officio particular dirigido ao seu Prezidente, convidando a V. M.ce, p.ª q.’ dipois de recebido este (officio) fação celebrar a Festivid.e que em Acção de Graças se deve solemnizar na Igreja Matris dessa V.ª assim como no dia 18 do corr.e se practicou na desta Capital. Dezejo que p.ª esse effeito essa Camara com aquella civilidade que lhe hé natural se dirija ao Ex.mo Prelado, convindo com S. Ex.cia no tempo e dia em q.’ a referida solennid.e deve ter

Lugar, e confio que nisso assim como em tudo o mais medem aquella mesma satisfação, q.' constantem.te tenho experimentado desde que governo esta Capitania D.s. guarde a V. M.ce Villa Bella 24 de 7br.º de 1808 = João Carlos Augusto de Oyenhausen = Senhores Juis Presidente, e mais officiaes do Sennado da Camara do Cuyaba'.

Immediatam.te a recepção abertura, e leitura deste referido officio se botou o Sennado ao Palacio de S. Ex.cia R.ma a participar lhe o seu contheudo, foi tal o alvorosso de gosto com que este Santo Prelado com veio nas pertençaens do Sennado, q.' parece se assim se pode dizer que mais o afervorizou p.^a a sua execução. Concederão em q.' se fizessem as Festas da Igreja com o Snr.' exposto no 1º dia de 9br.º em q.' elle Prelado havia Pontificar, e pregar de manha, e pregaria de tarte o M.to R.do Provizor e Vigr.º Gr.al da Prelazia, e dipois, Te Deum, e Procissão em q.' sahiria em Andor o Senhor Bom I Jezus Padroeiro desta Freguezia.

Disposto tudo como fica dito fes o Sennado publicar por hum seu Edital ao Povo as Festas q.' se tinhão de fazer em Acção de Graças a Deos Nosso Senhor p.r haver prezervado das garras do mayor Tiranno do Mundo, e trazido felism.te a Corte do R.º de Janr.º do Nosso Amado Principe Regente com toda a Real Familia, cujo Edital foi publicado no dia 14 com a obstentação possivel, pois erão Actores nesta acção o Escr.m do Sennado, o da Real Faz.da o Tab.am do Publico Judicial, e Notas, o Escr.m, da Provedoria dos Auz.es e o da Orphaons, o Alcaide da Camara, e seu Escr.m o Meirinho da Guarda Moria, e o Porteiro do Sennado todos vestidos de Corte com Capas abandadas de seda branca, chapéos com plumas, e montados em soberbos cavallo ricam.te ajaezados, e no fim da pr.a publicação, q.' foi a Porta dos Passos do Sennado immediatam.te repicou o sino da Camara, e se dispararão tres tiros de roqueiras, e dali prosseguirão a sua publicação pelas ruas da V.^a.

Para q.' esta acção fosse mais luzida marchava adiante a Muzica do Regim.to Meliciano desta V.^a que a hia annunciando com todo o seu instrumental, e tambem Caixas Militares, com quem se hião correspondendo emporfiar reciprocam.te.

Neste Edital se facultava licença sem reserva p.^a danças, bailes, representações, e mascarar thé o dia da festa da Igreja com a decência devida a hum tal festejo. Nelle se annunciavão três noites de illuminação [-----] 30 l."

(ANNAES DO SENNADO DA CAMARA DO CUYABÁ, 2007, p 186-187, edição paleográfica digital).

Ao analisar esse documento, pode-se constatar que não houve diferenças entre Mato Grosso e as demais Capitânicas do Brasil com relação às comemorações da vinda da Família Real. Logo que receberam a notícia, no dia 10 de outubro de 1808, através de um ofício enviado pelo governador João Carlos Augusto de Oeynhausen, o Senado da Câmara do Cuyabá fez publicar um edital, no qual incitava o povo a demonstrar o espírito de patriotismo e lealdade ao augusto e afável príncipe regente. No dia 1º de novembro, o senado, o clero, a nobreza, o Exm. prelado e o povo se reuniram na igreja, oraram e cantaram músicas. Já pelas quatro e meia da tarde,

retornaram à igreja com a mesma formalidade com que haviam ido de manhã, entoaram com muita satisfação o hino *Te-Deum* e saíram em procissão, levando em andor a imagem do Senhor Bom Jesus. A procissão foi a maior que se já tinha visto naquela vila. Ao escurecer da noite, as luminárias das casas se juntaram às da procissão. Durante todo o dia foram permitidos muitos tiros de roqueiras e repiques de sinos. Às oito da noite, enfim, recolheram-se o prelado e o senado, mas o povo continuou em festa, “com gostoso alvoroço a correr as ruas para gozar da vista das luminárias e de música, que tocava os seus instrumentos às portas dos paços do conselho, cuja frente estava grandiosa e brilhantemente iluminada” (ANNAES DO SENNADO DA CAMARA DO CUYABÁ, 2007, p 189, edição paleográfica digital).

No dia 15 do mesmo mês, havendo a certeza de que o capitão general chegaria em Cuyabá, o Exm^o e Rm^o. Prelado, os magistrados eclesiásticos e seculares e os chefes militares foram encontrá-lo no sítio chamado do Pary. No dia seguinte, o governador foi recebido e cumprimentado pela câmara, clero e toda a nobreza da terra. No 17^o dia, festejaram novamente na igreja matriz, agora com a presença de João Carlos Augusto de Oeynhausem, que deu um grandioso banquete no seu palácio, onde se acharam as pessoas mais distintas: “Houveram muitas saúdes, sendo as primeiras a S. ^aA. R. e á augusta Soberana e mais familia real”. (ANNAES DO SENNADO DA CAMARA DO CUYABÁ, 2007, p 189, edição paleográfica digital).

Andréa Slemian e João Paulo G. Pimenta, ambos historiadores, asseguraram que as consequências advindas da transferência da Corte, entre elas, podemos citar a Abertura dos Portos, a criação da Imprensa Régia, a criação do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves em dezembro de 1815, a revolução em Portugal, entre outras trouxeram transformações em termos políticos, econômicos e culturais, contribuindo, assim, com o processo de independência do Brasil. Os historiadores indicam ainda que nenhuma capitania, posteriormente província, ficou alheia a essas transformações; sendo assim, é possível afirmar que Mato Grosso, juntamente com as demais regiões do Brasil, participou da formação da nação brasileira.

Referências Bibliográficas

GOMES, Laurentino. **1808**: como uma rainha louca, um príncipe medroso e uma corte corrupta enganaram Napoleão e mudaram a história de Portugal e Brasil. São Paulo: Planeta do Brasil, 2007.

LENHARO, Alcir. **Crise e mudança na frente oeste de colonização**. Cuiabá: UFMT; Imprensa Universitária; PROEDI, 1982.

NOVAIS, Fernando A. **Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)**. 6. ed. São Paulo: HUCITEC, 1995.

SCHWARCZ, Lilia Moritz; AZEVEDO, Paulo Cezar de; COSTA, Ângela Marques da. **A longa viagem da biblioteca dos reis: do terremoto de Lisboa à independência do Brasil**. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

SLEMIAN, Andréa; PIMENTA, João Paulo G. **O “nascimento político” do Brasil: as origens do Estado e da nação (1808-1825)**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003. (Passado Presente).

SUZUKI, Yumiko Takomoto (Trad e Org.). **Annaes do Sennado da Camara do Cuyabá: 1719-1830**. Cuiabá: Entrelinhas; Arquivo Público de Mato Grosso, 2007. CD-ROM. Edição Paleográfica digital.

A MULHER NOS LIVROS DE HISTÓRIA DO BRASIL ENTRE A DÉCADA DE 80 E 90

Marineide de Oliveira Silva¹

Débora Roberta Borges²

Mary da Silva Miranda³

A discussão sobre o papel da mulher na sociedade não é nova, vem sendo historicamente relatada por diversos autores, de diversos campos científicos. Nos livros de história do Brasil, estas são mencionadas em sua maioria como coadjuvante e raramente como protagonista da história, isto talvez se deva ao fato de que até hoje a sociedade brasileira, conserva ranços da sociedade patriarcal. Por isso, mesmo hoje no século XXI, a mulher em muitas situações, continua sendo deixada em segundo plano. Apesar de algumas conquistas, é difícil para muitas mulheres se colocarem em posição de igualdade de direitos com os homens. Diante desse contexto, realizou-se um estudo que desvelasse as conjunturas sociais que renegaram historicamente a mulher a viver a sobra de um homem, em muitos casos, seu marido.

A fundamentação teórica pautou-se nos estudos de Roger Chartier (1990, 17) que aponta para a não neutralidade de alguns discursos sociais. Ressalta ainda que “as representações do social produzem estratégias e práticas (sociais, escolares, políticas) que tendem a impor a autoridade à custa de outros, por elas menosprezados, a legitimar um projeto reformador ou a justificar, para os indivíduos, as suas escolhas e condutas”. O trabalho pautou-se em pesquisas bibliográficas e análise de 04 (quatro) livros de história do Brasil entre as décadas de 80 e 90: Maluf e Mott (1998), Beiguelman (1987), Carvalho (1990) e Castro (1997). Foram escolhidos, de cada livro, capítulos que referenciavam a mulher, a fim de estabelecer um parâmetro comparativo de como os autores (as) ressaltavam a participação da mesma em seus escritos.

Para Chartier (1990) através da noção de representação, os sujeitos podem apreender e entender a realidade social em que está inserido. É neste sentido que as análises dos textos supracitados tentam caminhar, “dialogando” entre os assuntos relatados nos livros de história do Brasil e seus respectivos olhares sobre mulheres.

¹ Pedagoga, Graduanda do Curso de Serviço Social e Bolsista de Iniciação Científica do Grupo de História e Memória/IE/UFMT- E-mail: mary.os@uol.com.br

² Graduanda do Curso de História e Bolsista de Iniciação Científica do Grupo de História e Memória/IE/UFMT.

³ Mestranda em Educação/IE/UFMT.

CARVALHO (1990) em seu texto: “Bandeira e Hino: o peso da tradição” procura mostrar os acontecimentos que antecederam a escolha da bandeira oficial do Brasil. Em todo capítulo a mulher é referenciada no momento em que surgem os conflitos gerados pela escolha do modelo de bandeira republicana, na qual trazia uma figuração feminina da República, sendo esta, a primeira representação da República em forma de mulher. Esse fato foi motivo para duras críticas, em alguns casos, retratado por meio de charges, como a de Ângelo Agostini no D. Quixote de 25 de novembro de 1885, que pintou a República, como mulher, cavalgando em direção oposta ao progresso, em contraste com os Estados Unidos e outras repúblicas latino-americanas. No lugar da frase “*Ordem e Progresso*”, a bandeira trazia o seguinte escrito: “*Desordem e Retrocesso*”.

Em outro trecho do livro, o citado autor utiliza um quadro intitulado “a Pátria”, deixa transparecer traços da ideologia que permeava a sociedade naquele período e que delegava a mulher somente o papel de mãe, esposa e dona de casa.

Um grupo de mulheres de todas as idades, filhas, mães, avós confecciona a bandeira. É uma exaltação tanto da bandeira e à pátria quanto ao papel moral da mulher na educação dos filhos e no culto dos valores morais família e da pátria. O símbolo materno é também óbvio na mulher que amamenta e na outra que abraça e beija uma criança (CARVALHO, 1990, p.119).

A descrição desta obra tem muito em comum com a maneira em que os escritos de Maluf e Mott (1998) explicitam a vida cotidiana das mulheres dentro de seus lares e no convívio social. As autoras ressaltam que no final do séc. XIX e começo do séc. XX, as mudanças ocorriam em ritmo acelerado e com as estas, esperava-se que a mulher, considerada agora mais moderna, começasse a reivindicar seus direitos e um lugar no mercado de trabalho.

Não faltaram vozes nesse começo de século para entoar publicamente um brado feminino de inconformismo, tocado pela imagem depreciativa com que as mulheres eram vistas e se viam e, sobretudo, angustiado com a representação social que lhes restringia tanto as atividades econômicas quanto as políticas (MALUF e MOTT, 1998, p.370).

Esta situação conflituosa deixou os conservadores atemorizados, pois acreditavam que a revolução feminina traria a destruição dos costumes. Nesse sentido, acredita-se que o inconformismo feminino que possuía como principal reivindicação a mudança que restringia a mulher ao tripé, mãe-esposa-dona-de-casa, abalariam as estruturas sociais.

Baseado na crença de uma natureza feminina, que dotaria a mulher biologicamente para desempenhar as funções da esfera da vida privada, o discurso é bastante conhecido: o lugar da mulher é o lar, e sua função consiste em casar, gerar filhos para a pátria e moldá-los para serem bons cidadãos (MALUF e MOTT, 1998, p.374).

Os papéis que os homens e as mulheres deveriam desempenhar na sociedade e no lar eram bem definidos, sendo que ao homem, chefe da família e provedor do sustento familiar, deviria ser como “a árvore poderosa arraigada ao solo, imutável, idêntica a ela mesma, procuremos no lar o ser estável que nenhum acontecimento pode abalar” (MALUF e MOTT, 1998, p.375), não poderia permitir que a mulher, “dependente e subordinada ao homem, sendo este como senhor de suas ações” (idem, p.375), se rebelasse ou desempenhasse papéis que não lhe pertencia. A ela era ainda destinada a incumbência de adivinhar os desejos do marido.

A esposa, a boa dona de casa sabe perfeitamente quais gostos de seu marido, seus pratos preferidos e a maneira pelo qual os quer arranjados. Ela sabe tudo: o lugar que o marido gosta mais de estar, a cadeira escolhida, o descanso para pôr os pés [...] quando o marido lê não o interrompe, nem deixa perturbá-lo sem motivos. Mas se ele lhe fala do que a leitura sugere, a esposa mostra-se interessada - ou procura interessar-se pelo assunto-porque em tudo quer ser agradável ao marido, e isso agrada - lhe sem dúvida [...] (MALUF e MOTT, 1998, p. 389).

Del Priori (1997, p. 229) ressalta que o casamento entre famílias ricas era usado para se atingir, em muitos casos, a ascensão social e que as mulheres recém casadas tinham suas funções bem definidas.

Mulheres casadas ganhavam uma nova função: contribuir para o projeto familiar de mobilidade social através de sua postura nos salões como anfitriãs e na vida cotidiana, em geral, como esposas modeladoras e boas mães. Cada vez mais é reforçada a idéia de que ser mulher é ser quase integralmente mãe dedicada e atenciosa, um ideal que só pode ser plenamente atingido dentro da esfera da família [...].

A visão de Castro (1997) em seu texto: “Laços de família e direitos no final da escravidão” que envolviam questões ligadas às famílias que possuidoras de escravos, não se diferem das demais citadas acima, quanto ao fato do papel da mulher ser o de mãe, dona-de-casa e esposa. A mulher quase sempre é retratada no ambiente doméstico, mas ocorrem vezes em que a autora apresenta de modo enfático o fato de algumas delas não serem casadas e terem amásios. Infere-se que está prática, viver com um homem sem ser casada, era

repugnada na época e acontecia freqüentemente com os escravos, perceptível neste trecho nos textos abaixo: “Bernadino, escravo em São Fidélis [...] escravo em Pernambuco, onde ele próprio nascera. Dizia ter trinta anos de idade e cerca de seis na fazenda. Era *amásio* de Ana, também escrava” (CASTRO, 1997, p.357).

Habitava com sua mulher Custódia numa casa em separado, onde além da roça própria, possuía um cavalo. Era irmão de Manuel, forro, que vivia no bairro rural de Várzea Grande, não muito longe das terras do Sertãozinho, com casa, roca e a família. Era ainda *amásio* de Cadinha, moça livre, de dezesseis anos, afilhada de Bernadinho, homem livre e *amásio* de uma afilhada livre do mesmo Pedrinho (CASTRO, 1997, p.361).

Diante do contexto acima explicitado, o que chama atenção é fato da autora não mencionar o contexto em que estas escravas viviam e nem o fato de muitas delas não poderem escolher entre ser ou não amásia de seu dono. Para Del Priori (1997, p.73) a mulher poderia “ser mãe, irmã, filha, religiosa, mas de modo algum amante. O desejo muitas vezes rebentava o grilhão das convenções e das imposições, e aí mesmo, no momento de transgressão, é que o historiador pode aproximar-se do sentido que, em peças incriminatórias, sobreviveu aos séculos”.

Castro (1997) ressalta ainda a história de Justina (segunda metade do séc. XIX) que cometeu um crime para qual não se encontrava justificativa. Ela matou cada um dos seus três filhos menores e depois tentou se matar. As hipóteses para tal barbárie se pautaram na desconfiança de Justina. Ela achou que iria ser vendida pelo seu senhor na viagem que este faria ao sertão do Morro Coco-MG. A escrava Justina não cogitava sequer a idéia de se separar de seus filhos e do lugar que sempre vivera. “Justina chegara a lhe pedir que pelo menos vendesse ela por ali mesmo”. Imaginação ou não, o fato que ela desesperou-se e matou os filhos.

Outra hipótese é que ela estaria com ciúmes de Bibiana, recém casada com o patrão, pois achava que a mesma roubara o lugar na casa. Os cuidados e a supervisão do lar começaram a ser desempenhado por Bibiana e talvez esta não quisesse que seus futuros filhos tivessem influência de umas negras e de seus filhos, pois pairava também a hipótese dos três filhos de Justina também serem filhos do patrão.

Não importa a hipótese que justificaram este crime, o que importa é que em todo relato, Justina tem uma conduta depreciativa aos padrões morais e sociais. Em nenhum momento leva-se em consideração sua situação: escrava e mãe preste a viver longe de seus

filhos, provável amásia do patrão, recém casado com uma senhorinha da sociedade. Tanto é verdade que não deram a Justina a chance contar o seu lado da história.

Beiguelman (1997) em mais de trinta páginas, somente comenta a participação da mulher como cooperadora do marido entre os imigrantes que vieram para o Brasil substitui a mão-de-obra escrava.

[...] a introdução de imigrantes em famílias permitiria ao fazendeiro obter um suprimento de trabalho suplementar barato, fornecido pelos membros femininos e infantis, enquanto ao colono se tornava possível, através da cooperação da unidade familiar, um melhor aproveitamento das oportunidades de ganho (BEIGUELMAN, 1997, p.10).

Como pode o trabalho das imigrantes ser tratado tão de maneira superficial, elas tiveram participação maciça na colheita do café e na história do Brasil. Tinham jornadas triplas, além de labutar nas plantações, eram mães e esposas. Nessa perspectiva, o trabalho da mulher se resume a apenas, como uma “ajuda”, sendo que suas atribuições eram desde cuidar da família até ajudar no roçado e no plantio. Ficando para o homem, considerado como trabalhador principal, a comercialização dos produtos e o dinheiro da comercialização.

Eluf (2006) ressalta que durante um longo período histórico as vozes femininas nunca foram ouvidas, suas reivindicações como mulheres, trabalhadoras e mães, não foram atendidas, seus direitos como cidadãs não foram respeitados, como ficavam em casa, o poder se concentrava nas mãos daquele que era considerado o provedor do sustento da família, os homens.

Até hoje, século XXI, a evolução profissional da mulher no campo, ainda sofre muitos preconceitos. Essa negação do valor do trabalho feminino trás inúmeras consequências, pois aos olhos das políticas, esse trabalho não é reconhecido e não gera valores econômicos, dificultando assim, sua participação nas atividades remuneradas e na obtenção de créditos rurais. Esse fato talvez se paute na crença de que a mulher não conseguiria viver e gerenciar as atividades relacionadas com a agricultura, por não ser dotada de força física igual ao homem. Falcão (2003) ressalta alguns aspectos dessa divisão do trabalho no campo, ao pontuar que o lugar destinado as mulheres é cuidado do lar.

Nesta divisão, as mulheres foram as mais prejudicadas, pois o papel feminino tradicional estabeleceu a maternidade como a principal atribuição da mulher. Suas atividades restringem-se ao âmbito doméstico, e o homem é tido como o provedor e que traz o sustento da família. [...] às mulheres no campo “o trabalho dito reprodutivo, cuidar da casa e dos filhos, pequenos animais, horta. Em outras palavras, o trabalho “improdutivo”, segundo a ótica capitalista, que é tudo aquilo que é feito para uso e consumo da

família, sendo pouco valorizado devido a escassa ou nenhuma participação na geração de renda” (FALCÃO et al, 2003, p. 02, 03).

Essa situação deveria ter mudado, já que com a Constituição Federal de 1988, as mulheres garantiram o direito de ser igual ao homem perante a lei e essa aprecia ser a chance que as agricultoras esperavam para se tornar visíveis “aos olhos” das políticas públicas.

Percebe-se que os autores possuem poucas diferenças ao retratarem a mulher, mesmo que os contextos históricos de cada texto seja diferente, sempre é delegado a ela os afazeres domésticos, não se valoriza, em algumas situações a capacidade da mulher em desempenhar outras funções fora do tripé; mãe-esposa-dona-de casa.

Acredita-se que subestimar a capacidade da mulher é contribuir para que a mesma permaneça invisível, ignorando que seu trabalho seja produtivo. A mulher tem que deixar de ser uma “sobra” do homem e deve ser levada em consideração como ser humano de direito, principalmente no que diz respeito ao direito de se expressar, direito à educação e o direito a uma vida sem submissão e discriminação.

REFERÊNCIAS:

ARAÚJO, Lindomar. **Projeto semear**: educação e profissionalização de dos agricultores familiares visando ao desenvolvimento sustentável. In Educação de jovens e adultos, Brasília: MEC, Boletim de 15/09/2006.

BEIGUELMAN, Paula. **A Crise do Escravismo e a Grande Imigração**. SP: Editora Brasiliense, 1987.

CADENGUE, Hersilia M. *et al.* **Agricultura familiar**: estudo de caso nos assentamentos rurais da mata sul. In. www.alasru.org/cdalasru2006. Acesso em 28/07/2007.

CARVALHO, José Murilo de. **A Formação das Almas**: o Imaginário da República no Brasil. SP: Companhia das letras, 1990. 176p.

CASTRO, Hebe M. Mattos. Laços de Família e Direitos no Final da Escravidão. In: SEVCENKO, Nicolau. (org.) **História da Vida Privada no Brasil – República**: da Belle Époque à Era do Rádio. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. Vol. 3, p. 337-384.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural - entre práticas e representações**. Lisboa, Difel, 1987, pp. 69-89.

DEL PRIORE, Mary (Org.). **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1997.

ELUF, Luiza Nagib. Lugar de mulher é na cozinha. In: PINSKY, Jaime (Org.). **12 Faces do preconceito**. São Paulo. Contexto, 2000.p. 13 -18.

FALCÃO, Roberta Borges de Medeiros *et al.* **A Mulher do Semi-Árido Nordestino, a Agricultura Familiar e o Sindicalismo**: Uma Discussão em Seminário. Caraúbas/RN, 2003. In. www.ceplac.gov.br/radar/semfaz/agriculturafamiliar. Acesso em 02/08/2007.

GAMA, Cyrene Dantas da. **A mulher do campo**. Núcleo Operacional Mulheres na Defesa da Água e da Vida/MUDEAVIDA. In <http://www.serrano.neves.nom.br>. Acesso dia 11/08/2007.

MALUF, Marina & MOTT, Maria Lúcia. Recônditos do Mundo Feminino. In: SEVCENKO, Nicolau. **História da Vida Privada no Brasil**;República da Belle Époque à era do rádio.São Paulo: Cia. das Letras, 1998, p.393.

MELO, Lúgia Albuquerque de. **Injustiças de Gênero: o trabalho da mulher na agricultura familiar**. Trabalho apresentado no XIII Encontro da Associação Brasileira de Estudos Populacionais, realizado em Ouro Preto, Minas Gerais, Brasil de 4 a 8 de novembro de 2002. In. www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/pdf/2002/GT_Gen_PO9_Albuquerque_texto.pdf. Acesso em 27/07/2007.

SILVA, José Graziano da. **Tecnologia e agricultura familiar**. Porto alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 1999.

NA TRILHA DO SILÊNCIO: PRÁTICAS PEDAGÓGICAS DE PROFESSORES DE HISTÓRIA EM CÁCERES DURANTE O REGIME MILITAR (1964-1985)

Mirelly Felisberta de Souza¹

Osvaldo Mariotto Cerezer²

Nas últimas décadas, a História da Educação no Brasil tem suscitado análises e interpretações salientando suas rupturas e continuidades. Nessa direção, esta pesquisa refere-se ao ensino de História em Cáceres durante o Regime Militar (1964-1985), considerando que o presente e o futuro nos levam a olhar para o passado, para entendermos as constantes transformações na sociedade.

Partindo da concepção de que a educação é uma ação social e que sua organização se dinamiza de acordo com o processo histórico, nosso objetivo é analisar o desenvolvimento do ensino de História em Cáceres após o golpe militar de 1964, enfatizando a condição profissional do professor no ambiente escolar diante da pressão e resistência do poder autoritário.

Nesse sentido, a problemática inerente a essa investigação refere-se à necessidade de compreender os limites de natureza política impostos à práxis pedagógica do professor de História no município de Cáceres durante o regime militar. Esse problema dimensiona todo o trabalho, pois pensar na ação docente durante a atuação dos governos militares é pensar nas limitações que articularam o conjunto de ações do processo educativo.

No âmbito do desenvolvimento da educação e especificamente do ensino de História, o “poder” é um fator determinante, a intervenção de instituições dominantes, particularmente o Estado, define os saberes, os valores e as práticas que interessam a inserção humana na sociedade que a circunda.

Nessa perspectiva, o regime militar, um dos períodos de maior interferência estatal na educação, tem provocado inúmeros questionamentos devido à complexa relação de poder construída nessa época. As reformas e transformações, espelhando-se no caráter antidemocrático, buscavam ajustar o sistema educacional aos objetivos políticos e ideológicos advindos pelo golpe de 64, subordinando as diretrizes e as práticas pedagógicas

¹Graduada em Licenciatura Plena em História pela Universidade do Estado de Mato Grosso – UNEMAT.

² Prof. MSc. do Departamento de História da Universidade do Estado de Mato Grosso – UNEMAT/Cáceres.

aos ideários dos setores político dominante, sendo ensinado em sala de aula somente o que era de interesse e favorável ao Estado.

Percebe-se que o saber e o poder caminham juntos, ou seja, o contexto educacional varia muito com o contexto histórico. Dessa forma, colocar em pauta a sistematização do ensino no período autoritário brasileiro é de extrema relevância, pois possibilita compreender a sociedade como consequência das ações de grupos sociais em tempos e espaços diferentes.

Este trabalho está fundamentado teoricamente em autores como Ivani Catarina Arantes Fazenda (1985), autora que considero indispensável devido à sua vasta investigação dos processos de ações e limites estabelecidos na educação nos anos 60; José Geraldo Vasconcelos (2000), abordando o autoritarismo no Brasil; José Willington Germano (1993), responsável pela significativa análise da política educacional implantada após o golpe militar; Nilson Borges (2003), expondo a base ideológica utilizada pelos militares para a legitimação do poder; Osvaldo Mariotto Cerezer (2002), que em sua Dissertação de Mestrado analisou a constituição das relações de poder entre regime autoritário e práticas pedagógicas de professores de História; Paulo Ghiraldelli Jr. (1990), o qual apresenta a trajetória da educação no Brasil articulada a aspectos políticos e econômicos, enfatizando os ajustes estruturais do sistema brasileiro; Paulo Knauss (1999), enfatizando a questão da normatização do saber; Renilson Rosa Ribeiro (2008), autor de importantes análises sobre discursos e projetos educacionais; Selva Guimarães Fonseca (1993, 2003), que proporciona reflexões valiosas sobre o ensino de História e práticas pedagógicas desde os anos 70; Suzeley Kalil Mathias (1995), refletindo sobre a transição do regime autoritário no Brasil; Thaís Nivia de Lima e Fonseca (2004), abordando a temática da história do ensino de História no Brasil, expondo o seu trajeto enquanto disciplina escolar até as últimas décadas do século XX, entre outros, como Antonio Torres Montenegro (2003), Eclea Bosi (1994), Loraine Slomp Giron (2000), José Carlos Sebe Bom Meihy (1996) e Paul Thompson (1992), os quais buscam desmistificar a concepção de sujeitos históricos autênticos através da valorização da memória individual e coletiva.

A construção da pesquisa deu-se por intermédio da memória de duas professoras de História da rede estadual de ensino no município de Cáceres e atuantes no período abordado. Os relatos da vida profissional dessas colaboradoras durante o regime militar no

Brasil constituem o eixo central deste estudo, possibilitando uma reflexão sobre as interferências do poder ditatorial na conjuntura educacional brasileira.

A utilização da história oral na construção deste trabalho fez-se necessário por serem os oprimidos e silenciados nesse período, ou seja, os professores, seus personagens principais. Portanto, em contrapartida, tem-se a apropriação da História em benefício dos vencedores, a qual se pauta na desvalorização dos menos favorecidos, por meio de modelos homogêneos e autoexcludentes. Este estudo, ao possibilitar a valorização da palavra do outro, das pessoas que foram silenciadas nesse contexto histórico, proporciona-nos esclarecimentos quanto à relação entre regime militar e as práticas pedagógicas desses professores construídas nesse momento, pois, como afirma Thompson,

A história oral é uma história construída em torno de pessoas. Ela lança a vida para dentro da própria história e isso alarga seu campo de ação. Admite heróis vindos não só dentre os líderes, mas dentre a maioria desconhecida do povo. [...] traz a história para dentro da comunidade e extrai a história de dentro da comunidade. Ajuda os menos privilegiados, e especialmente os idosos, a conquistar dignidade e confiança [...]. Em suma, contribui para formar seres humanos mais completos. Paralelamente, a história oral propõe um desafio aos muitos consagrados da história, ao juízo autoritário inerente a sua tradição. E oferece os meios para uma transformação radical do sentido social da história. (THOMPSON, 1992, p.44).

Utilizada com o objetivo de alterar a forma na qual é focalizada a História, o campo investigativo da história oral propicia novas abordagens reflexivas, incorporando ações e sujeitos até então marginalizados na construção histórica.

Nessa perspectiva, os depoimentos de ambas as profissionais são de grande valia, pois “à medida que os depoimentos populares são gravados, transcritos e publicados, torna-se possível conhecer a própria visão que os segmentos populares têm das suas vidas e do mundo ao redor” (MONTENEGRO, 2003, p.16).

A memória das colaboradoras desta pesquisa nos revela os significados, as influências e as consequências do poder autointituído na vida dos envolvidos no processo ensino-aprendizagem. Assim, os depoimentos orais, com sua “dimensão singular” (MONTENEGRO, 2003), são de fundamental importância para descobrirmos como a sociedade viveu o tempo passado.

Segundo Loraine Slomp Giron (2000, p.23), “a memória é a matéria prima para quem trabalha com a História, tanto no ensino como na pesquisa”. Essa afirmação demonstra o grande valor que as experiências vividas exercem na produção historiográfica, cabendo ao historiador respeitar suas particularidades, transformando-as em possibilidades de romper com os determinismos e com o caráter ideológico dominante da historiografia oficial, proporcionando esclarecimentos sobre a “teia” de signos produzidos pelas contínuas lutas pelo poder e refletidas na sociedade.

As mudanças consolidadas no ensino de História durante o regime militar, incorporando paradigmas os quais culminaram na sua descaracterização, consolidaram a subordinação do processo ensino-aprendizagem aos interesses particulares da burocracia-administrativa centralizada, não permitindo, em hipótese alguma, admiti-lo como meio de transformação social. Esse controle refletiu de forma direta na ação pedagógica do professor através do seu não reconhecimento como produtor de saberes, impedindo-o de desenvolver sua própria identidade profissional.

Evidentemente, o ato de controlar, uma das características principais da política autoritária, estrategicamente foi uma maneira de obter legitimidade e hegemonia. Entretanto, a lapidação de todos os componentes envolvidos na prática educativa garantiu, em grande parte, a perpetuação do poder.

Os sucessivos governos autoritários, pautados na coerção dos indivíduos, utilizaram-se da práxis docente por meio da sua significação e ressignificação como um eficiente instrumento para reprodução de uma imagem homogênea sobre o Brasil. Nesse contexto, podemos perceber nitidamente a responsabilidade da instituição escolar de introduzir o ser humano na sociedade que a edificou. Cerezer afirma que

A apropriação da atividade docente, como mecanismo de imposição de determinadas concepções que procuram incorporar elementos da cultura dominante sobre o contingente social, explica-se pela importância da instituição escolar na produção e formação cultural de significados que constroem formas de poder e identidades, em seu sentido político/cultural mais abrangente, influenciando assim, na produção de significados que vão nortear essas identidades sociais particulares, de modo a obter o silêncio das vozes conscientes que possam contrapor-se às formas de imposição do arbitrário cultural dominante. É o poder da doutrinação dos sujeitos, que tenta manter os indivíduos dentro de determinadas formas de atuação político-social. (CEREZER, 2002, p.94).

As palavras de Cerezer salientam o papel político, social e cultural que a escola representa. Ao mesmo tempo, mostra-nos que a mesma esteve subordinada a um poder maior, o qual considerava deter os requisitos básicos para a formação humana, visando ao desenvolvimento pleno da cidadania, ou seja, a reprodução, a disciplina, a obediência e consequentemente a manutenção do poder instituído.

Nesse jogo de interesse, o compromisso do professor de História era com o Estado e a sua função restringia-se à disseminação das ideologias dominantes, devendo considerar apenas a concepção de ensino imposta pelo regime. As representações e significados produzidos pelo estado militar e transmitidos pelo educador deveriam proporcionar aceitação e conformidade do quadro político vigente.

Essas questões perpassam todas as constatações apresentadas pela professora Ana e pela professora Leny, as quais, por meio de seus depoimentos, possibilitaram-me refletir sobre as concepções, os desafios, as angústias e os medos que envolveram a ação pedagógica do professor de História no contexto ditatorial na cidade de Cáceres.

Durante as entrevistas, os limites de natureza política constituíram-se como o cerne da memória de ambas as professoras, pois pensar nas práticas pedagógicas em meio a esse cenário é pensar nos limites estabelecidos entre a relação professor de História e regime militar.

Desta forma, a singularidade da atuação docente nesse momento expressa a realidade da sala de aula como uma dinâmica compreendida numa abordagem tradicional e repleta de interesses. Segundo a professora Leny:

Ser professor de História nessa época de ditadura militar era ser um professor tradicional, que trabalhava apenas aquilo que estava na ementa, que era um programa que vinha de cima para baixo, não podendo conversar muito com o aluno sobre o que estava acontecendo em âmbito nacional. (01 de junho de 2008).

A necessidade de sustentação das ideologias do governo autoritário, definindo saberes capazes de servir de alicerce aos objetivos vigentes, restringiu o processo educativo às regras aplicadas por ele, possuindo como essência os ideários da classe dominante, excluindo e subordinando os valores da população à lógica política do governo. O saber regido pela não representatividade cultural, sob a égide de uma forma intensamente

autoritária do exercício do poder, fundamentada em nome da ordem e do progresso, direcionou a ação docente à construção de corpos e espíritos dóceis. Nas palavras da professora Ana:

A função do professor de História era trabalhar o civismo, ensinar hinos, ensinar a postura de ouvir um hino, era isso, o que agente via e ouvia na sala de aula, prevalecia-se a disciplina. Isso era trabalhado em educação moral e Cívica e estudos sociais. [...] Todos os dias nós cantávamos o hino nacional e ateávamos a bandeira, e todos os alunos portavam daquela forma mais correta possível que era tida daquela época. (05 de junho de 2008).

O agudo processo de subordinação social aos objetivos do Estado, consolidando o ensino como veículo propagador de uma ideologia pautada na dominação histórica, calou as vozes conscientes e críticas através de elementos persuasivos e coercitivos, para a disseminação e legitimação da cultura dominante.

Nesse sentido, sem atender os critérios dos direitos humanos, a legalidade autoritária almejando construir um país homogêneo e evolutivo, encontrou-se na figura do professor e, principalmente, do professor de História, um elemento adequado para a difusão de seus objetivos político/ideológicos. Essa utilização contribuiu intensamente para a formação de sujeitos alienados, pois a manipulação e a modelação dos indivíduos fora função do saber escolar.

No decorrer deste estudo, embora tenham sido ouvidas apenas duas professoras, pudemos constatar que a ação pedagógica dos professores de História esteve sob o domínio ditatorial, constituindo o ensino e a aprendizagem, simultaneamente, dilema e desafio.

Portanto, as limitações ideológicas ancoradas a diferentes maneiras e graus no transcorrer do governo militar, produzindo representações nitidamente perceptíveis pelas professoras como prejudiciais à plena realização da cidadania brasileira, colocaram-nas entre a vontade de propor novas abordagens do fazer histórico e o receio de contrapor as práticas autoritárias. Obviamente, nem todos os professores tiveram essa mesma percepção, mas, como diz a professora Leny, “a grande maioria tinha noção do que estava acontecendo, calavam-se por interesses próprios”.

As reflexões feitas pelas colaboradoras sobre suas práxis pedagógicas durante o regime militar demonstram que apesar de estarem conscientes sobre as reais circunstâncias

nas quais a sociedade estava inserida, procuravam não afrontar direta e explicitamente as regras impostas pelo poder autoritário. Segundo os depoimentos de ambas as professoras, isso se devia, em grande parte, a suas experiências adquiridas anteriormente no seu convívio sociocultural. A ação limitada das mesmas na sala de aula justifica-se pela formação positivista e o medo da violência praticada contra os que não concordavam com a elite pensante. Esse último foi a principal causa para o silêncio da professora Ana, que tendo como exemplo os cidadãos torturados, optou por transmitir as ideologias e intencionalidades dominantes que fundamentavam as disciplinas.

Já a professora Leny, apesar da insegurança, ancorou-se nas concepções socialistas e tentou, mesmo que de forma camuflada, introduzir os alunos no processo de conscientização social, mostrando os possíveis caminhos para entender a situação vivida pela sociedade nacional.

Diante dos depoimentos, constatamos que as professoras sempre estiveram cientes das manipulações concretizadas pelo regime. Eram profissionais detentoras de espírito crítico, mas cada uma com suas particularidades, foram intimidadas pelas táticas coercitivas, cujo princípio era o aniquilamento das vontades e inquietações individuais e coletivas.

Referências Bibliográficas

BORGES, Nilson. A doutrina de segurança nacional e os governos militares. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Orgs.). **O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX**. 2.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p. 13-41.v.4.

BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade: lembranças de velhos**. 3.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

CEREZER, Osvaldo Mariotto. **Práticas pedagógicas de professores de História durante o regime militar em Santa Maria, RS, (1964-1985)**. 135 f, 2002. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Santa Maria, Rio Grande do Sul. **QUAL É O ANO CORRETO?**

FAZENDA, Ivani C. **Educação no Brasil, anos 60: o pacto do silêncio**. São Paulo: Edições Loyola, 1985.

FONSECA, Selva Guimarães. **Caminhos da história ensinada**. Campinas: Papirus, 1993.

_____. **Didática e prática do ensino de história**: experiências, reflexões e aprendizados. Campinas: Papirus, 2003.

FONSECA, Thaís de Lima e. **História & ensino de História**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

GERMANO, José W. **Estado militar e educação no Brasil (1964-1985)**. São Paulo: Cortez, 1993.

GHIRALDELLI, Jr. Paulo. **História da educação**. São Paulo: Cortez, 1990.

GIRON, Loraine Slomp. Da memória nasce a História. In: LENSKEI, Tatiana; HELFER, Nadir (Orgs). **A memória e o ensino de História**. Santa Cruz do Sul: Edunisc e Anpuh, 2000.

LUCKESI, Cipriano Carlos; PASSOS, Elizete Silva. **Introdução à Filosofia**: aprendendo a pensar. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

LUDWIG, Antonio CARLOS Will. **Democracia e ensino militar**. São Paulo: Cortez, 1998.

KNAUSS, Paulo. Sobre a norma e o óbvio: a sala de aula como lugar de pesquisa. In: NIKITIUK, Sônia M. Leite (Org.). **Repensando o ensino de História**. 2. ed. São Paulo, Cortez, 1999. p.26- 46.

MATHIAS, Suzeley Kalil. **Distensão no Brasil**: o projeto militar: 1973-1979. Campinas: Papirus, 1995.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. **Manual de História Oral**. São Paulo:Loyola, 1996.

MONTENEGRO, Antonio Torres. **Historia oral e memória**: a cultura popular revisitada. 5. ed. São Paulo: Contexto, 2003.

PIMENTA, S. G.;LIMA, M. S. L. **Estágio e docência**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2004.

RIBEIRO, R. R.. O saber em discursos, projetos e leis: A História ensinada no Brasil entre o II pós-guerra e a ditadura militar. **Revista Online da Biblioteca Prof. Joel Martins**, Campinas/SP, v.4, n. 2, p. 17-34, 2003. Disponível em <[http://www. google.com](http://www.google.com) >. Acesso em: 4. jun. 2008.

THOMPSON, Paul. **A voz do passado**: história oral. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

VASCONCELOS, José G. **Memórias da saudade**: busca e espera no Brasil autoritário. São Paulo: Annablume; Fortaleza: Secretaria de Cultura e Desporto de Estado do Ceará, 2000.

ESCRAVOS NEGROS NA CAPITANIA DE MATO GROSSO NO SÉCULO XVIII: FUGAS, CAPTURAS E FORMAÇÃO DE QUILOMBOS NA FRONTEIRA OESTE

Monique Cristina de Souza Lordelo¹

O presente estudo trata das fugas de escravos negros da repartição de Mato Grosso na segunda metade do século XVIII e tem como base documental os “Anais de Vila Bela”, que abrangem os anos 1734-1789, Os Anais, organizados pelas professoras Janaína Amado e Leny Caselli Anzai (2006), é um registro elaborado cronologicamente pelos vereadores do Senado da Câmara de Vila Bela, capital da capitania de Mato Grosso.

Para tratar do tema, a discussão está dividida em duas partes. Na primeira, o objetivo é trazer os resultados obtidos até o momento, pois se trata de uma pesquisa em andamento, e na segunda parte analisamos as fontes documentais utilizadas e explicitamos a metodologia de trabalho.

Vila Bela estava localizada na repartição do Mato Grosso, diferente da Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá, mais desenvolvida na época, que ficava na repartição do Cuiabá. A repartição do Mato Grosso limitava-se, ao norte, com as capitanias do Estado do Grão-Pará e Maranhão, a oeste com as missões jesuíticas de Moxos e Chiquitos, e a leste e ao sul limitava-se com o rio Paraguai. Para trazer moradores dos arraiais vizinhos para o novo local, a Câmara de Vila Bela incentivou o comércio na vila e o proibiu nos arraiais, estimulou a construção de melhores casas na vila e proibiu a construção de novas casas nos arraiais ² e a Coroa portuguesa garantia isenções fiscais para os novos moradores.

Ao redor de Vila Bela da Santíssima Trindade desenvolveram-se arraiais dedicados à mineração e para trabalhar nas minas, foram adquiridos escravos negros. De acordo com Nathália Dorado Rodrigues (2005, p.17), o povoamento da região não girava apenas ao redor do ouro, pois havia uma produção que mantinha um comércio local, em que circulavam produtos como milho, feijão, farinha, toucinho, aguardente de cana, açúcar, melado, galinhas, patos, peixes, porcos e bovinos. De fora da capitania vinham sal, ferramentas, armas, pólvora, tecidos e louças, dentre outros.

Mesmo com a criação da Companhia de Comércio do Grão-Pará e Maranhão (1755), a repartição de Mato Grosso, como a repartição de Cuiabá, mantinha um intenso intercâmbio

¹ Mestranda do Programa de Pós-graduação Mestrado em História da Universidade Federal de Mato Grosso. Orientadora Prof^a. Dr^a Leny Caselli Anzai.

² Estatutos Municipais ou Posturas da Câmara de Vila Bela da Santíssima Trindade para o Regimento da República nos casos em que não há lei expressa segundo o Estado do País (ROSA; JESUS, 2003, p.208).

comercial com as capitanias da Bahia, do Rio de Janeiro e de São Paulo. Os Anais de Vila Bela comprovam essa atividade com os comerciantes do Rio de Janeiro, que traziam para Vila Bela, entre outras mercadorias, escravos:

No dia 26 de 1789, chegou o comerciante Domingos José Viana, vindo da praça do Rio de Janeiro, com 37 escravos novos e fazenda seca; chegando também, no dia 28 o tenente-de-auxiliares Antônio Coelho da Costa, com avultada carga de fazendas e escravatura. (AMADO; ANZAI, 2006, p. 284).

Nos domínios do Estado do Grão-Pará e Maranhão, governado por Francisco Xavier de Mendonça Furtado, irmão do Marquês de Pombal, foi fundada, em 1755, a Companhia de Comércio do Grão-Pará e Maranhão, que apesar de extinta em 1778, continuou a funcionar com o nome de “Extinta Companhia do Grão Pará” até 1803 (FERNANDES, 2003, p. 45). De acordo com Rodrigues (2005, p.20), “à empresa foi concedido o monopólio de navegação, comércio e tráfico de escravos destinados ao Maranhão e Pará”.

As capitanias do Grão-Pará e Maranhão eram compostas pelos atuais Estados do Pará, Maranhão, Amazonas, Piauí, Acre, Amapá e parte setentrional de Mato Grosso. Formavam o Estado do Grão-Pará e Maranhão” e à época as cidades de Belém e São Luís “funcionavam como pólos comerciais e administrativos” (RODRIGUES, 2005, p. 14). Essa Companhia percorria a rota Lisboa - Angola - Cabo Verde - Cacheu - Bissau - Maranhão - Pará ³.

Atuando nessa rota da Costa africana,

[...] a Companhia comprava escravos que seriam conduzidos para venda no Grão-Pará e Mato Grosso. Essa mão-de-obra escrava africana seria encaminhada tanto para a mineração quanto para as lavouras na capitania de Mato Grosso. Muitos escravos também foram utilizados como remeiros, para ajudar a transpor os obstáculos naturais nas viagens do Grão-Pará ao Mato Grosso. (RODRIGUES, 2005, p. 38).

Nota-se na documentação analisada um intenso comércio de escravos negros, feito tanto pelas chamadas “monções do norte”, navegação entre os rios Madeira - Mamoré – Guaporé, quanto pelas “monções do sul”, saindo de São Paulo pelo rio Tiête, ou adentrando na bacia hidrográfica do Alto Rio Paraguai, ou pelo caminho de terra, via Goiás, chegando a Cuiabá, e daí a Vila Bela (SILVA, 2006, p. 53-54).

O alto preço dos escravos vindos pelas “monções do norte” era uma queixa frequente, conforme registrado nos Anais de Vila Bela no ano de 1755:

³ Ver FEITOSA (1998, p.12); RODRIGUES (2005, p. 21). Sobre o tráfico negreiro para o Estado do Maranhão e Pará, ver, entre outros, CHAMBOULEYRON (2006).

Em 28 de janeiro de 1775 se publicou o bando que, conforme as ordens de sua Majestade, se prescreveu preço certo aos gêneros e escravos do comércio do Pará, porque constou ao mesmo senhor que os comerciantes arruinavam nos preços, excessivos e exorbitantes, os moradores destas minas. (AMADO; ANZAI, 2006, p. 196).

A partir de 1755, com a promulgação da lei que dava fim ao trabalho compulsório indígena⁴, a mão-de-obra escrava negra passou a ser a mais requisitada. O Estado português oferecia respaldo aos donos de escravos, garantindo a marcação de sua “mercadoria” a ferro, assim como estabelecia punições aos escravos que expressassem qualquer forma de rebeldia ou desordem, tais como fugas, furtos, desrespeito às posturas municipais ou porte de armas.

Punições como o corte de orelhas eram frequentes nesse período. Podem ser encontradas nos Anais de Vila Bela referências a esse ato. Quando saíram soldados e oficiais à captura de escravos fugidos para o quilombo Grande (Quariterê), em 1770, retornaram com a notícia de que da parte dos “infiéis” — os escravos — “morreram a tiro nove, dos quais foram apresentadas ao Senado 18 orelhas” (AMADO; ANZAI, 2006, p. 139). Nesse mesmo documento encontramos detalhes do processo de destruição do quilombo Grande, sobre a organização do espaço, e o modo como seus habitantes, os “inimigos” haviam sido capturados. O discurso negativo usado para classificar a rainha (Teresa, “de nação Benguela”) fica claro na documentação; esta foi denominada “maldita”, “desaventurada” e cruel. O escrevente registrou a morte da rainha, sua decapitação e a exposição pública de seu corpo no meio da praça do quilombo para servir de exemplo.

Há registros nos Anais de Vila Bela também sobre enforcamentos de escravos negros: “A 3 de fevereiro (1771) se enforcaram os três padecentes, José Coelho e os dois negros”. E, ainda, punições como açoites e trabalho em galés, pena que condenava o réu a trabalhar nas embarcações a remo. Esse tipo de trabalho persistia desde a Antiguidade e exigia grande força física dos remadores. No século XVIII, dado o pequeno número de galés em uso, a pena referia-se a trabalhos forçados em geral (AMADO; ANZAI, 2006, p. 219).

Os escravos estavam sujeitos a uma dura legislação, cujo objetivo era controlar e coagir suas manifestações (VOLPATO, 1993, p. 155). Para escapar dessa repressão e punição, os cativos encontraram diversas formas de luta para adquirir sua liberdade, tais como fugas, formação de quilombos, suicídio e assassinato. A fuga para os quilombos foi a forma de luta mais frequente para escapar da escravidão e os fugitivos tomavam todo o cuidado para não

⁴ Ver BLAU (2007).

serem recapturados. Em Mato Grosso, no século XVIII, houve diversos quilombos, como o do Quariterê ou Grande, governado pela já citada rainha Teresa de Benguela. Houve também o quilombo do Rio Sepotuba e o quilombo do Rio Porrudos ⁵. Nos Anais de Vila Bela há diversas menções a quilombos e além dos citados acima, mencionam-se:

Na distância de sete léguas e meia, até o ribeirão das Pedras de Amolar, havia 22 saltos ou cachoeiras; o dito ribeirão trazia águas turvas, o que tem feito suspeitar haver por ele quilombo de escravos fugidos que mineravam, por ser aurífero aquele continente. (AMADO; ANZAI, 2006, p. 238).

As características gerais desses quilombos eram a vida em comunidade, com a economia baseada na produção agrícola com roças de milho, feijão, carás, batatas, amendoins e algodão que o escravo usava para fiar e tecer, para se vestir e cobrir. Os refugiados também se preocupavam com a defesa do local e ainda respeitavam as regras disciplinares e a hierarquia da comunidade (AMADO; ANZAI, 2006, p. 141).

Os escravos também alcançavam as missões jesuíticas do outro lado da fronteira, nos domínios espanhóis, mas ainda são poucos os estudos sobre o tema. Possivelmente os jesuítas os utilizavam como mão-de-obra. Havia um acordo entre Espanha e Portugal que visava à devolução de escravos fugidos, mas isso nem sempre era cumprido, conforme registro nos Anais de Vila Bela: “Não se entregaram todos os escravos, porque alguns se tinham entranhado no Reino do Peru. Outros se achavam casados; enquanto destes se ordenou muito poucos foram lá vendidos, a benefício de seus senhores” (AMADO; ANZAI, 2006, p. 189).

Essas fugas também representavam riscos aos transgressores, que muitas vezes foram recapturados. Porém, o acordo poderia não ser cumprido, já que era de interesse dos jesuítas a presença daquela mão-de-obra. O Anal de 1786 destaca:

Em 4 de outubro chegou das missões de Espanha o cabo-de-dragões Jorge Pompeu, com três escravos, dizendo que os padres curas lhe prometeram entregar quantos por ali aparecessem fugidos desta Capitania, o que é bem para duvidar, pelo que temos experimentado. (AMADO; ANZAI, 2006 p. 258).

Ao fazer uma análise quantitativa nos Anais sobre informações referentes à quantidade de escravos negros fugidos da região de Vila Bela para terras castelhanas, encontramos dificuldades em relação aos números, já que os casos de fugas são citados de forma generalizada. São poucas as informações sobre o número exato de escravos fugidos, na maioria das vezes, são destacadas as quantidades de negros recapturados, que foram trazidos de volta para o lado português da fronteira.

⁵ No século XIX, outros quilombos foram formados, como Roncador, Jangada, Serra Dourada e Rio Manso.

A documentação também levanta pistas sobre o fato de que escravos poderiam ser levados para o lado espanhol da fronteira por contrabandistas espanhóis e portugueses. Nessa linha de interpretação, pode ser que parte das informações registradas nos Anais como fugas podem ter sido contrabando. Há um registro no Anal de 1776 que noticia a presença destes contrabandistas e ainda a necessidade que tinham os espanhóis da mão-de-obra escrava negra:

Tendo Sua Excelência notícia que os contrabandistas espanhóis que vinham trocar as mulas que haviam introduzido no fim do ano próximo passado por escravos, considerando que eles, nestas colônias, são da primeira necessidade, proibiu que se executassem tão prejudiciais convenções, impondo graves penas aos portugueses que as celebrassem, para o que se afixou e publicou um bando em 13 de março do presente ano. (AMADO; ANZAI, 2006, p. 204).

O que se observa na documentação dos Anais de Vila Bela é que havia grande preocupação com essas fugas, principalmente nos anos que coincidem com a administração de Luís de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres (1772-1789). Apesar desses registros terem sido feitos em maior quantidade durante o governo de Luís de Albuquerque ⁶, há também informações dessas fugas nas administrações anteriores, como a de João Pedro da Câmara ⁷, e a de Luís Pinto de Sousa Coutinho ⁸.

Para o desenvolvimento do objeto de nosso estudo, os Anais de Vila Bela constitui-se em fonte preciosa, pela riqueza das informações que contêm sobre os negros quilombolas e a fuga destes para domínios espanhóis. O registro elaborado pelos vereadores do Senado da Câmara de Vila Bela, mesmo que silencie sobre diversos aspectos da escravidão, oferece-nos pistas que outra documentação pode esclarecer, principalmente no que se refere às fugas para o outro lado da fronteira e as negociações entre as duas Coroas para a devolução dos fugitivos.

Os Anais representam uma fonte oficial e as memórias dos primeiros 21 anos foram redigidas por Francisco Caetano Borges, escrivão da Câmara de Vila Bela da Santíssima Trindade. Os registros das memórias dos trinta e quatro anos seguintes foram elaborados por diferentes vereadores.

A importância dos Anais de Vila Bela para a historiografia é muito grande. Primeiro, pela surpresa da descoberta dos originais da maior parte dessa documentação (1756-1789), na Newberry Library, em Chicago. O manuscrito revelou dados surpreendentes sobre aspectos

⁶ Anais de Vila Bela, anos de 1773, 1775, 1776, 1779, 1781, 1782, 1784, 1785, 1786.

⁷ Anais de 1766.

⁸ Anais de 1768 e 1771.

ainda pouco conhecidos da história da capitania de Mato Grosso no século XVIII. Há registros sobre os indígenas da região, negros escravos, forros e quilombolas, economia, lutas e negociações na fronteira entre portugueses e espanhóis e ainda sobre cotidiano, experiência e cultura da fronteira oeste. Os registros contidos nos Anais permitem estabelecer ligações da capitania de Mato Grosso a uma história regional, atlântica e mundial.

Embora o presente estudo tenha se prendido mais aos Anais de Vila Bela, para a análise da escravidão na capitania de Mato Grosso lançamos mão também da documentação do “Projeto Resgate”, material digitalizado de documentação existente no Arquivo Histórico Ultramarino, de Lisboa⁹. Além de fontes manuscritas, será analisada bibliografia especializada em escravidão no período colonial, sobre fronteira e sobre conceitos teóricos ligados à História Cultural.

Também estamos levantando fontes no Arquivo Público de Mato Grosso, como os Livros de Correspondências, sempre tendo como norteamento as informações contidas nos Anais de Vila Bela, e cotejadas com as informações contidas nos Annaes do Sennado da Camara do Cuyabá, de 1719 a 1830.

Os “Annaes do Sennado da Camara do Cuyabá 1719-1830” foi recentemente publicado (2007), organizado e transcrito por Yumiko Takamoto Suzuki. Sua apresentação foi redigida por Carlos Alberto Rosa, que traz uma breve história sobre a elaboração dos registros, ainda no século XVIII, por vereadores da câmara da Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá, a partir do ano 1786.

De acordo com Carlos Alberto Rosa, estes Annaes resultaram, inicialmente, da combinação dos Estatutos ou Posturas da Vila Bela da Santíssima Trindade, que determinavam que houvesse um Livro de Anal no qual se escrevessem todos os “sucessos pertencentes a estas Minas e Vila, desde o seu descobrimento”. Resultou também do trabalho individual do advogado licenciado José Barbosa de Sá, dono de uma das bibliotecas particulares da vila, e da “carta proposta” do provedor da Fazenda Real, Felipe José Nogueira Coelho, doutor em leis pela Universidade de Coimbra. Nogueira Coelho dirigiu-se ao então governador Luís de Albuquerque demonstrando grande interesse no livro, que deveria ser “rubricado, grande, digno de obra, e escolhido para a duração”.

Havia também uma Ordem Régia de Dona Maria I, expedida pelo Conselho Ultramarino em 20 de julho de 1782, para “efetivamente fazer todos os anos as memórias

⁹ Além de constar em CD roms, o material digitalizado está disponível em www.resgate.unb.br, acessado no dia 21 de novembro de 2008.

anuais dos novos estabelecimentos, fatos, e casos mais notáveis e dignos de história que tiverem sucedido desde a fundação dessa capitania”¹⁰.

A narrativa dos *Annaes do Cuyabá* foi, até 1765, feita por: José Barbosa de Sá, Pedro Taques de Almeida Paes Leme, Joaquim da Costa Siqueira e Diogo de Toledo Lara Ordonhes. A partir de 1766 até 1786, Siqueira foi escrevente exclusivo. Depois vieram outros segundos vereadores¹¹:

Em junho de 1786, Diogo de Toledo assinava o Termo de Abertura de Livro, que deveria conter a Relação Cronológica dos estabelecimentos, fatos e sucessos mais notáveis que aconteceram nestas Minas do Cuiabá desde o seu estabelecimento. Dava início, assim, ao cumprimento da Ordem régia de 1782. Em dezembro de 1786, o Senado da Câmara aprovava a Relação Cronológica concluída, cobrindo 67 anos e incluindo anotações de Diogo de Toledo (Juiz de Fora, de família paulista e com laços de parentesco entre os membros da “elite” do Cuiabá).¹²

A publicação dos “*Annaes do Sennado da Camara do Cuyabá 1719-1830*” contribuirá sobremaneira com os estudos que desenvolveremos. Contém diversos registros sobre a escravidão negra na capitania de Mato Grosso que, no entanto, serão analisados mais detalhadamente ao longo da pesquisa.

A análise dos registros referentes à escravidão existentes tanto nos *Anais de Vila Bela* como nos *Annaes do Cuyabá*, fundamentais para a produção historiográfica mato-grossense, realizada concomitantemente com estudos referentes à escravidão em outras partes da colônia, irá contribuir para inserir a capitania de Mato Grosso na rede de pesquisa sobre a escravidão no império português.

Com o andamento desse estudo, pudemos compreender que essa fronteira oeste não significava exclusivamente uma demarcação geográfica, nem somente um espaço de conflito; além de todos os aspectos citados, constituía-se em um “espaço de convívio, onde as diversas identidades das populações fronteiriças convivem, repelem, aceitam e descartam práticas” (ANZAI, 2004, p. 18).

A prática de fuga desses escravos representa mais uma forma de resistência escrava negra no período colonial. Estavam sujeitos a uma dura repressão, mas não ficaram passivos diante dela, reagindo com fugas, formações de quilombos, suicídios, roubos, assassinatos, entre outros.

¹⁰ ROSA (2007).

¹¹ Ibidem, p. 30.

¹² Ibidem, p. 29.

Referências Bibliográficas

AMADO, Janaína; ANZAI, Leny Caselli (Org.). **Anais de Vila Bela 1734-1789**. Cuiabá: Carlini & Caniato: EdUFMT, 2006. (Coleção Documentos Preciosos).

ASSIS, Edvaldo de. **Contribuição para o estudo do negro em Mato Grosso**. Cuiabá: EdUFMT, 1988.

CANAVARROS, Otávio. **O poder metropolitano em Cuiabá e seus objetivos geopolíticos no extremo oeste (1727-1752)**. Cuiabá: EdUFMT, 2004.

CHAMBOULEYRON, Rafael. Escravos do Atlântico equatorial: tráfico negreiro para o Estado do Maranhão e Pará (século XVII e início do século XVIII). **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 26, n. 52, p. 79-114, 2006.

EVANGELISTA, Suelme Fernandes. **Vida cotidiana no Real Forte Príncipe da Beira (1776-1796)**. Cuiabá: UFMT. Projeto de Pesquisa, 1999.

FEITOSA, Elias Alves. **A Companhia de Comércio do Grão Pará e Maranhão e as diferenças entre o Cuiabá e o Mato Grosso (1755-1778)**. Cuiabá. Projeto de Pesquisa, 1998.

FERNANDES, Suelme Evangelista. **O Forte do Príncipe da Beira e a produção da fronteira Noroeste da América Portuguesa (1776-1796)**. 169f, 2003. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá.

RODRIGUES, Nathália Maria Dorado. **A Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará e Maranhão: produtos comercializados em Vila Bela (1755-1778)**. 168f, 2004. Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso em...) – Instituto de Ciências Humanas e Sociais Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá.

ROSA, Carlos Alberto; JESUS, Nauk Maria de (Org.). **A terra da conquista: história de Mato Grosso colonial**. Cuiabá: Adriana, 2003.

ROSA, Carlos Alberto. **Ruralidades e continentalidade no termo da Vila Real**. Cuiabá, 2006. (digitalizado).

SILVA, Jovam Vilela da. **Mistura de cores: política de povoamento e população na capitania de Mato Grosso século XVIII**. Cuiabá: UFMT, 1995.

VOLPATO, Luiza Rios Ricci. **Cativos do sertão**: vida cotidiana e escravidão em Cuiabá em 1850-1888. São Paulo: Marco Zero; Cuiabá: EdUFMT, 1993.

A MÚSICA COMO DOCUMENTO EM SALA DE AULA: CULTURA E IDENTIDADE

Nathália da Costa Amedi¹

Nos últimos anos tem sido cada vez mais corrente o uso de “novas linguagens” em sala de aula não só para motivar os alunos, mas também para tentar “atualizar” a concepção de documento histórico. Na sua ânsia contemporânea por novos objetos e novas fontes, a história tem-se debruçado, por exemplo, sobre o fenômeno da música popular.

Nesse sentido, o professor de História interessado em utilizar uma “nova” linguagem precisa fazer *a priori* uma reflexão acerca da noção de documento histórico e sua importância para o ensino e a pesquisa (NAPOLITANO, 2005, p.149). Recorrer ao uso de documentos nas aulas de História pode ser importante, segundo Circe Bittencourt (2004, p. 333), por favorecer a introdução do aluno no pensamento histórico, ou seja, a iniciação aos métodos de trabalho do historiador. O uso de documentos na sala de aula justifica-se pelas contribuições que pode trazer ao desenvolvimento do pensamento histórico de forma crítica, reflexiva e participativa.

Um delas seria facilitar a compreensão do processo de produção do conhecimento histórico pelo entendimento de que os vestígios do passado se encontram em diferentes lugares, fazendo parte da memória social, necessitando ser preservados como patrimônio da sociedade.

Nas aulas de História, as músicas têm sido utilizadas frequentemente como recurso didático. Dentre os gêneros musicais mais adotados no repertório dos professores, destaca-se a música popular, como o samba, o forró e sertanejo. Os regimes políticos ditatoriais, à guisa de ilustração, têm sido abordados por meio da música, como o samba na era Vargas e a MPB no período militar pós-1964. Este último tem sido estudado com o apoio das músicas engajadas ou de protesto de Geraldo Vandré, Chico Buarque de Holanda, Caetano Veloso, entre outros. Além da temática política, os relatos de experiências com música em sala de aula mostram a sua utilização para se discutir aspectos relacionados à vida dos trabalhadores ou da vida cotidiana.²

A partir dessas questões, este texto pretende fazer uma reflexão – um diálogo – entre história, ensino e música, tomando como ponto de análise a canção *Tropicália*, de Caetano

¹ Licenciada em História pela Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT).

² A utilização da música no ensino de História aparece em publicações iniciadas na década de 1980. A partir da década seguinte, verifica-se a divulgação de experiências com o uso da música em sala de aula em publicações especializadas de laboratórios de ensino de História (cf. BITTENCOURT, 2004, p. 378-379).

Veloso, tida como uma espécie de matriz estética do movimento tropicalista. A intenção aqui é apontar estratégias de como essa canção pode ser utilizada como material didático em sala de aula. Para isso, será necessário abordar o contexto de sua produção dentro do movimento tropicalista, nascido em meio à ditadura militar no Brasil pós-1964.

Os anos 1960 e 1970 ficaram marcados como um período de confluência das aspirações coletivas, de ideais compartilhados e de grandes sonhos imaginados. Em todo o mundo, observou-se a consolidação de movimentos sociais emblemáticos, que alteraram os padrões de comportamento e modos de pensar. Foram movimentos “revolucionários”, como o Maio de 68 francês, a Primavera de Praga, o movimento *hippie*, lutas das feministas, homossexuais e negros e a contracultura, apenas para citar alguns casos. Essa “utopia” estava também presente no Brasil, mesmo sob as pesadas botas dos “anos de chumbo”, principalmente no movimento estudantil e nas vanguardas culturais (ALMEIDA, 2004, p.25).

Nesse período, o Brasil experimentou um momento de grande efervescência política e cultural; havia um amplo movimento social pelas chamadas “reformas de base” e as ideias progressistas tomavam corpo nas iniciativas de cultura popular (os CPCs da UNE), bem como na difusão de movimentos de alfabetização pelo método Paulo Freire. Além disso, a música, o teatro e o cinema ganhavam impulsos. O resultado é uma fase singular na expressão da cultura nacional (ALMEIDA, 2004).

Até que veio como um relâmpago o golpe militar de março de 1964 e o Brasil teve que amargar vinte anos de ditadura militar, dando início a um momento de arrefecimento nos avanços culturais e institucionais, em que o diálogo passou a ser a radicalização política.

Seus eventos fundadores são localizados em 1967, embora o Tropicalismo, como evento, assim nomeado, tenha surgido no começo de 1968, sendo a música sua maior vitrine, com Caetano Veloso e Gilberto Gil, no *III Festival de Música Popular* da TV Record de 1967 (ALMEIDA, 2004).

No teatro, o Tropicalismo emerge com as experiências do *Grupo Oficina*, nas montagens de **O Rei da Vela** e de **Roda Viva**. No cinema, acompanha a radicalização das teses do *Cinema Novo*, em torno do lançamento de **Terra em Transe**, de Glauber Rocha. Nas artes plásticas, o movimento se faz presente, sobretudo nas obras de Hélio Oiticica – área menos reconhecida pelo grande público, campo em que a *Tropicália* ganhou significado inicial, adquirindo posteriormente as feições gerais que mais tarde a consagrariam.³

³ A ambiência *Tropicália* foi apresentada no MAM/ RJ, em 1967. Foi batizada por Luís Carlos Barreto (fotógrafo de **Terra em Transe**). De qualquer forma, a *Tropicália*, ao que parece, foi inspirada, em parte, pelo trabalho e pelas proposições de Oiticica, e em parte, pelo filme **Terra em Transe**.

Esse roteiro histórico nos mostra um movimento que surgiu das radicalizações da década de 1960, na sua vinculação com a vanguarda mundial e com a indústria cultural brasileira⁴, influenciando na *crise terminal do nacional-popular* como eixo para se pensar a cultura e a política. Apesar da sua crítica ácida, a *Tropicália* seria a fase positiva e culturalmente inovadora do processo histórico marcado pelo impasse do golpe militar de 1964.

As criações dos tropicalistas configuraram-se como uma desarticulação das ideologias que procuram interpretar a realidade nacional, sendo objeto de diferentes análises em diversas áreas – musical, literária, sociológica, política. Os tropicalistas assumiram as contradições da modernização, sem esconder as ambiguidades implícitas em qualquer tomada de posição e procuraram articular uma nova linguagem da canção a partir da tradição da música popular brasileira (cf. FAVARETTO, 2007, p.25).

A mistura tropicalista ficou conhecida como uma forma *sui generis* de inserção histórica no processo de revitalização cultural que se desenvolvia desde o início dos anos 1960. Os temas básicos seriam a redescobertas do Brasil, a volta às origens nacionais, a internacionalização da cultura e o consumo. O *Tropicalismo* nascia dessas discussões, mas propunha outro tipo de leitura de mundo como proposta ideológica e relacionamento com o público.

Ao rearticular uma linha de tradição deixada para trás desde o início da década, retomando pesquisas do modernismo, quando aproxima elementos diversos da cultura, o *Tropicalismo* obtém um resumo cultural de caráter antropofágico, em que contradições históricas, ideológicas e artísticas são arroladas para sofrer uma operação desmistificadora. Essa operação, segundo a teoria Oswaldiana⁵, efetua-se por intermédio da mistura dos elementos contraditórios – compreendidos basicamente nas posições arcaico-moderno, local-universal – e que ao inventariá-las, as devora. Procedendo dessa forma, o *Tropicalismo* privilegia o efeito crítico que deriva da justaposição desses elementos. Era uma posição

⁴ “O tropicalismo surgiu mais da preocupação entusiasmada pela discussão do novo do que propriamente como um movimento organizado” (cf. entrevista de Gilberto Gil a Augusto de Campos, 1974, p. 193).

⁵ O poeta Oswald de Andrade teve muita influência no Tropicalismo. Em seu “Manifesto Antropofágico”, propunha uma experiência de contaminação entre as culturas que nos cercam, condizentes com a prática tropicalista (que em vez de pensar o nacionalismo, sugeria pensar a cultura local em diálogo permanente com a cultura universal). Em seu **Manifesto da Poesia Pau-Brasil**, Oswald já recusava o entendimento linear, fechado, para interpretar o país, em que colaboram o erudito e o popular, o elevado e o carnavalesco, propondo uma linguagem fragmentada, e não erudita, da tradição bacharelesca. A alquimia tropicalista da união dos contrários já se encontra presente no projeto modernista de Oswald, que reúne o primitivo (“Bárbaros, crédulos, pitorescos e meigos”), “floresta e a escola”, o “dorme nenê que o bicho vem pegá” e as “equações” (cf. **Revista de História da Biblioteca Nacional**. n. 1, p.25-30, 2005).

artística e musical, como podemos perceber na música *Tropicália*, objeto de nosso olhar de *historiador-professor*:

Tropicália

Composição: Caetano Veloso

sobre a cabeça os aviões
sob os meus pés os caminhos
aponta contra os chapadões
meu nariz

eu organizo o movimento
eu oriento o carnaval
eu inauguro o monumento
no planalto central
do país

viva a bossa sa-sa
viva a palhoça ça-ça-ça-ça.(2x)

o monumento é de papel crepom e
prata
os olhos verdes da mulata
a cabeleira esconde atrás
da verde mata
o luar do sertão

o monumento não tem porta
a entrada é uma rua antiga
estreita e torta
e no joelho uma criança
sorridente, feia e morta
estende a mão

viva a mata ta-ta
viva a mulata ta-ta-ta-ta. (2x)

no pátio interno há uma piscina
com água azul de amaralina
coqueiro, brisa e fala nordestina
e faróis

na mão direita tem uma roseira
autenticando eterna primavera
e no jardim os urubus passeiam
a tarde inteira
entre os girassóis

viva Maria ia, ia
viva a Bahia ia-ia-ia-ia(2x)

no pulso esquerdo o bang-bang
em suas veias corre
muito pouco sangue
mas seu coração
balança um samba de tamborim

emite acordes dissonantes
pelos cinco mil alto-falantes
senhoras e senhores
ele põe os olhos grandes sobre mim

viva Iracema ma-ma
viva Ipanema ma-ma-ma-ma (2x)

domingo é o fino-da-bossa
segunda-feira está na fossa
terça-feira vai à roça
porém

o monumento é bem moderno
não disse nada do modelo
do meu terno
que tudo mais vá pro inferno
meu bem
que tudo mais vá pro inferno
meu bem

viva a banda da-da
Carmem Miranda da-da-da-da (3x)

Como metodologia para trabalhar com a música popular, utilizamos as sugestões de Marcos Napolitano (2005, p.77), que podem também ser utilizadas pelo professor que deseja fazer uso desse documento-canção em sala de aula. Segundo o autor, é fundamental a articulação “texto” e “contexto” para não se reduzir a análise, assim como o objeto analisado: “O grande desafio de todo pesquisador em música popular é mapear as camadas de sentido embutidas numa obra musical, bem como suas formas de inserção na sociedade e na história

[...]”, evitando simplificações que possam *prejudicar* as características polissêmicas e complexas de qualquer documento de natureza estética (NAPOLITANO, 2005, p.77-78).

A canção *Tropicália*, composta por Caetano Veloso e gravada em 1968, pretendia ser *uma espécie de manifesto* – uma síntese pessoal das conversas e discussões sobre os novos rumos estéticos da música popular brasileira. A inspiração surge em uma série de imagens e referências, que de alguma maneira ligavam-se ao clima poético de *Terra em Transe*. Entre imagens de monumentos, aviões e chapadões e uma coincidência de palavras, como as rimas de *A Banda*, de Chico Buarque, passando por Carmem Miranda ou referências a Roberto Carlos e à Bossa Nova, emergia uma espécie de colagem cinematográfica, compondo uma espécie de *retrato poético do Brasil*, uma *alegoria*, uma *metáfora* de um país repleto de contrastes.

Na primeira estrofe, o nariz que se intromete em meio aos chapadões, referência ao centro oficial do país, de forma metafórica ao “coração do Brasil”, mediatiza a oposição ou sobreposição do arcaico e do moderno. O *jogo de contrastes* está nas criações do movimento que alude ao carnaval (a festa) e no monumento cidade (institucionalização). A referência ao “planalto central” do país é uma clara alusão à Brasília (símbolo do moderno), que emerge no interior (símbolo do sertão, do arcaico): a ostentação na velharia; a bossa e a palhoça, uma contendo a outra, a bossa é o novo jeito brasileiro que, no entanto, pressupõe o velho e o contém e vice-versa.

Na segunda estrofe, o choque entre o arcaico e o moderno passa pela *paródia* do nacionalismo sentimental, fazendo referências literárias. O artificialismo do monumento-cidade Brasília é representado por meio da sua composição “de papel grepon e prata” e a carnavalização contrapõe-se ao arcaico da “rua antiga estreita e torta”. A repetição antropofágica é sempre os tons dos *contrastes*.

Na terceira estrofe, por exemplo, o contraste aparece nos signos: os elementos naturais são indícios da nacionalidade e os artificiais, da modernização burguesa. É o movimento das engrenagens do nacional-desenvolvimentismo devorando a *cena do paraíso natural*, criando uma nova simbologia para o *Brasil moderno*.

A *brincadeira* – jogo de palavras – com outras composições na quarta estrofe mostra com quem se quer *dialogar* ou *provocar*. Ela incorpora *antropofagicamente* e transforma, fazendo das partes das outras músicas a sua, o novo (o moderno), nasce do banquete do velho (o arcaico) - devora, devora, devora - a cidade que devora o cerrado. A *Tropicália* que devora o samba, a Bossa, a Jovem Guarda.

[...]
domingo é o fino-da-bossa
segunda-feira está na fossa
terça-feira vai à roça
porém!
o monumento é bem moderno
não disse nada do modelo
do meu terno
que tudo mais vá pro inferno
meu bem
que tudo mais vá pro inferno
meu bem

A letra da canção é um repertório rico de possibilidades para se entender o mundo da cultura do Brasil dos anos 1960 e 1970 e como esta lida com as questões políticas, econômicas e sociais do Brasil que se quer moderno, que se quer reinventado. A música não é aqui apenas reflexo da realidade, mas também criadora desta, protagonista na fabricação das imagens da nação, de seu povo, de seus dilemas e de seus destinos. Há a necessidade de se romper com a velha ideia da arte alheia ao intelecto, ao político. Tropicália não é reflexo, não é mera ilustração. É *invenção*, uma maneira de perguntar e responder sobre questões de um tempo – o nacional desenvolvimentismo, a interiorização do país, a cultura popular e a indústria cultural. A música faz metalinguagem, fala de si, ou melhor, devora a si e se deixa devorar.

Em termos da maneira como lidavam com a “realidade nacional”, diferentemente dos demais movimentos de seu tempo, que abordavam referencialmente o tema, os tropicalistas, segundo Campos, acabaram por esvaziá-la

enquanto operavam uma descentralização cultural. Realidade nacional não passava, no entanto, de uma expressão abstrata, codificação ideal de uma situação histórica heteróclita, construída para alimentar uma utopia em que se desfariam as contradições de toda ordem, ou, pelo menos, o desejo de uma ordem justa. (CAMPOS, 2007, p. 36).

Os livros didáticos, sejam os de História, sejam os de Língua Portuguesa, por exemplo, incorrem nessa relação *causa-consequência* (reflexo). Geralmente apresentam as letras das músicas como apenas uma leitura do texto, ou seja, da letra analisada como uma manifestação de setores populares, vinculada a determinado contexto histórico. Há um aprisionamento da criação a um quadro fixo, chamado *contexto*, como se a música só transparecesse aquilo que entendo como dado, instituído, naturalizado.

Aqui propomos como estratégia em sala de aula, a partir da canção *Tropicália*, que se busquem outras possibilidades de usar a linguagem musical, com abordagens que levem em conta a música como um discurso criador de interpretações e representações de mundo.

A linguagem musical não é universal e a-histórica. Ela é fluida, contingente, fragmentária. As populações indígenas, por exemplo, pensam a música sempre associada à dança e como uma atividade grupal. O isolamento para ouvir música é uma concepção ocidental, urbana e industrial de separação entre música e dança (cf. BITTENCOURT, 2004).

Problematizar essa canção em sala de aula é muito produtivo na medida em que foge a certas generalizações e homogeneizações sobre esse período. É pouco discutida nos livros didáticos a produção musical desse período e quando discutida, restringe-se às músicas de protesto ou as músicas engajadas, ou então a canção é pensada como um reflexo da sociedade.

Seria interessante fazer um contraponto entre Tropicália e outras manifestações musicais desse período, por exemplo, alguma música de protesto, para entender as diferentes interpretações e criações do período, que mesmo com uma censura ferrenha na imprensa e principalmente nas artes, foi possível a sua produção e articulação.

Isso é interessante também porque se pode fazer um diálogo com as variadas interpretações sobre o país, permitindo aos alunos perceberem que a história é feita por diferentes sujeitos e que pode ser vista de múltiplas formas. Da mesma forma que a história é permeada por variados olhares, a linguagem musical também traz consigo diversas concepções de artes.

Ao trabalhar música em sala de aula, precisa se considerar o exercício intelectual que se realizará, não simplesmente ouvir, mas pensar música; isso é interessante para que o aluno aprenda a estabelecer relações entre música e indústria cultural ou entender sua produção como mercadoria inserida na lógica do consumo capitalista, sendo interessante situá-lo diante de outras formas de “ouvir música”, remetê-los a outros tempos.

Referências Bibliográficas

ALMEIDA, Gisele. **Esperanças do passado**. 154f, 2004. Dissertação (Mestrado em Sociologia), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **Ensino de História: fundamentos e métodos**. São Paulo: Cortez, 2004.

CAMPOS, Augusto de. **Balanço da bossa e outras bossas**. São Paulo: Perspectiva, 1974.

FAVARETTO, Celso. **Tropicália**: alegoria, alegria. São Paulo: Ateliê, 2007.

NAPOLITANO, Marcos. **História e música**. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

Bibliografia Consultada

CALADO, Carlos. **Tropicália**: a história de uma revolução musical. Rio de Janeiro: Editora 34, 1997.

MONTEIRO, Ana Maria et al (Orgs.). **Ensino de História**: sujeitos, saberes e práticas. Rio de Janeiro: Maud, 2007.

NAPOLITANO, Marcos; ILLACA, Mariana Martins. Tropicalismo: as relíquias do Brasil em debate. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 18, n. 35, pp. 53-75, 1998.

NAVES, Santuza Cambraia; COELHO, Frederico Oliveira. Os olhos cheios de cores. **Revista de História da Biblioteca Nacional**, Rio de Janeiro, n. 1, p. 29-30, jul. 2005.

FORTIFICAÇÕES PORTUGUESAS NA FRONTEIRA OESTE DA AMÉRICA DO SUL (CAPITANIA DE MATO GROSSO, SÉCULO XVIII)

Otávio Ribeiro Chaves¹

A arte em edificar fortalezas no mundo português sempre esteve associada às atividades de expansão além-mar. Os portugueses, durante um longo período, adquiriram vasta experiência na construção de feitorias, fortins e fortalezas no reino e em territórios no ultramar, procurando assegurar os seus interesses nos mais distantes continentes. Estudos recentes vêm demonstrando que as fortalezas erguidas no Oriente, no continente africano, nas ilhas atlânticas, na costa litorânea e às margens dos rios no interior da América portuguesa diversificaram as suas atividades, além das puramente militares, servindo de importantes entrepostos comerciais articulados com sofisticadas redes mercantis, que proporcionaram à Coroa portuguesa acumulação de capitais, com base na comercialização de produtos oriundos dos mais longínquos recantos do seu império.

A edificação desses monumentos de pedras tem historicidade que ultrapassa as fronteiras do Reino português. Na Itália do século XV, teóricos renascentistas se inspiraram nos clássicos gregos e latinos para reformularem as formas de se fazer a guerra, aprimorando as técnicas de construção de fortificações, visando a torná-las mais resistentes ao impacto dos armamentos. Pensadores, como Maquiavel, participaram de um amplo debate sobre “a superioridade do homem e do armamento”, que aparece na obra *Arte della Guerra*, de 1520, na qual foram discutidos, principalmente, os modos de construir fortificações. Além desse estudo, outros renascentistas se envolveram nesse movimento, como o matemático N. Tartaglia, autor da *Nuoveva Scientia* (1537), que tratou sobre “os tipos de acampamentos e formaturas”, e V. Birineucci, que publicou, em 1546, *Pirotechinia*, que tratava sobre o aprimoramento da fundição de canhões. Em Portugal, somente a partir do reinado de D. Sebastião (1557-1578) é que “surgirá um novo

¹ Professor Doutor. Área Brasil-colônia. Curso de História, campus de Cáceres. Universidade do Estado de Mato Grosso. Email: marogab@hotmail.com

entusiasmo pelos assuntos militares, e com ele o ensino teórico da fortificação ministrado no Paço da Ribeira pelo arquitecto-mor António Rodrigues” (MOREIRA, 2005, p. 143).

Os portugueses souberam aproveitar dos avanços da era renascentista para introduzir uma cultura de fortificações não somente direcionada à proteção do Reino, mas que servisse como base de apoio ao expansionismo colonial em diferentes continentes. Através da edificação de uma rede de fortalezas no Oceano Índico, os portugueses se estabeleceram em diferentes territórios, sem efetivamente ocupá-los; primeiro, promoveram relações mercantis com as populações nativas, estabelecendo vínculos com as principais lideranças, e, posteriormente, foram erguidas as muralhas de pedra, visando à fixação e o estabelecimento de redes comerciais mais extensivas. (BRANDÃO, 2005, p. 159; DORÉ, 2002). Essa forma de ocupação já vinha sendo utilizada no Norte da África e na costa da Mina, com a finalidade de manter o “controle marítimo por meio de armadas. Os enclaves no litoral funcionavam como pontos de apoio para o comércio das especiarias monopolizado pela Coroa e para a cobrança de direitos alfandegários” (DORÉ, 2002, p. 125).

No território da América portuguesa, a edificação de fortificações ocorreu em fases distintas: a primeira foi desde os primeiros anos da chegada dos portugueses até o ataque holandês à capitania de Pernambuco em 1639; a segunda fase se estendeu durante todo o período da União Ibérica e grande parte da permanência dos holandeses em Pernambuco (1639 a 1654); a terceira etapa foi durante a edificação de fortificações na bacia amazônica, que teve início em fins do século XVII e prolongou-se até o fim do século XVIII, cujo propósito foi evitar o acesso de ingleses, franceses e holandeses ao Estado do Grão-Pará e Maranhão; e a quarta fase foi quando os espanhóis do Vice-reinado de Buenos Aires ocuparam o “litoral sul de Cananéia, já que eram nebulosas as divisas entre os domínios de Castela e Portugal antes do Tratado de Madri, de 1750, e do Tratado de Santo Ildefonso de 1777”. Segundo Carlos Lemos, arquitetos espanhóis planejaram a construção de fortificações visando a impedir o acesso de tropas estrangeiras ao litoral do Atlântico Sul. O responsável pela elaboração desse projeto foi o espanhol Tibúrcio Spanochi, cujo estilo arquitetônico ancorava-se na “experiência italiana de fortificações [...] abandonando totalmente as maneiras transitórias baseadas na antiga tradição medieval das altas muralhas e das ostensivas torres de defesa” (LE MOS, 2005, pp. 252-253).

Essa nova arquitetura era considerada mais apropriada para resistir ao impacto dos projéteis lançados pelos canhões, pois as muralhas levantadas eram de menor estatura e consideradas bem mais resistentes. Fortificações com frentes abaluartadas foram edificadas, a partir desse período, na Bahia, Pernambuco, Rio Grande do Norte e no Estado do Maranhão e Grão-Pará. Um dos engenheiros mais atuantes nesse período foi Francisco Frias de Mesquita, que trabalhou na edificação da Fortaleza dos Reis Magos, em Natal, em 1614. Edificou, no Maranhão, o Forte de Santa Maria de Guaxenduba; no Rio de Janeiro, em 1618, o mosteiro de São Bento, e em 1622, com base nos projetos arquitetônicos de Spanochi, construiu o Forte do Mar na cidade de São Salvador. Certamente que os trabalhos realizados por esse engenheiro no litoral da América portuguesa não se restringiram somente a essas obras, mas essas observações possibilitam percebermos o imenso esforço por parte das Coroas ibéricas em impedir o acesso de tropas inimigas a esse importante domínio colonial.

No século XVIII, antes da assinatura do Tratado de Madri, outras fortificações foram erigidas na região sul do território da América portuguesa. Em 1737, Gomes Freire de Andrada, governador do Rio de Janeiro e Minas Gerais, propôs à Coroa a organização de “um comando único a toda a costa sul-brasileira, até a Colônia do Sacramento, e de fortificar a Ilha de Santa Catarina” (CABRAL, 1972, pp. 11-15), cujo propósito era impedir as possíveis investidas espanholas em direção à capitania do Rio de Janeiro e às ricas jazidas de Minas Gerais. D. João V, através da Carta Régia de 14 de agosto de 1738, autorizou que o governador enviasse o Brigadeiro José Pais da Silva para assumir o governo da Ilha de Santa Catarina, que junto com a capitania do Rio Grande de São Pedro, ficaram subordinadas à sua administração. O Brigadeiro Silva Pais tomou posse em 7 de março de 1739, dando logo início à construção da fortaleza de Santa Cruz, na Ilha de Anhatomirim; São José (1740), em Ponta Grossa, ao norte da Ilha; Santo Antonio (1740), localizada na Ilha de Raton Grande, Baía Norte; Nossa Senhora da Conceição (1742), na Ilha de Araçatuba. Para Lemos,

José da Silva Pais, talvez tenha sido melhor arquitecto do que fortificador, porque imaginou, em 1739, um sistema triangulado de fortalezas situando duas delas nas ilhas Anhatomirim e Raton Grande e a terceira na ponta Grossa da Ilha de Santa Catarina, onde se situava a cidade do desterro, a actual Florianópolis, capital do estado daquele nome. Tais fortalezas

foram ineficazes, permitindo, por exemplo, que em 1777 os espanhóis, sob o comando de D. Pedro Ceballos, ocupassem a ilha. Essas três fortalezas foram Santa Cruz de Anhatomirim, São José de Ponta Grossa e Santo Antônio de Raton Grande, ou Fortaleza dos Ratonos. As três fortalezas foram organicamente adequadas às configurações topográficas de seus sítios de implantação, de modo que não apresentam nas suas plantas nenhuma ordenação geométrica. Os seus perímetros são sinuosos e irregulares, permitindo grandes terraplenos, onde o arquitecto, ao longo de uns dez anos, foi dispondo edifícios necessários e normais às praças de guerra assim fortificadas (LEMOS, 2005, pp. 252-253).

No entanto, cabe considerar que a preocupação da Coroa não se restringia somente em garantir a fortificação de pontos estratégicos do litoral sul, pois a possibilidade de invasão espanhola do território da América portuguesa constituía-se em perigo eminente, motivado pela instável política europeia, que em momentos de conflitos no velho continente as Coroas de Portugal e da Espanha se posicionavam em posições opostas, atrelando-se às suas antigas aliadas, a Inglaterra e França, o que acabava gerando conflitos nas áreas de fronteiras de suas possessões coloniais na América do Sul.

Como vimos, após a assinatura do Tratado de Madri, a Coroa procurou fortificar pontos estratégicos da capitania de Mato Grosso, nos limites com os domínios do Vice-reinado do Peru. Em 1766, o governador João Pedro da Câmara transformou, por ordem de Lisboa, o fortim de Nossa Senhora da Conceição em uma fortaleza e, mais tarde, na administração de Luiz de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres, deu-se início à edificação do Forte Príncipe da Beira (1775). Com essas medidas, a Coroa visava a garantir a posse e a defesa político-territorial dessa região frente às investidas de tropas espanholas oriundas de Santa Cruz de La Sierra e das Províncias de Moxos e Chiquitos. Essas fortificações encontravam-se situadas à margem direita (oriental) do rio Guaporé e integravam-se a uma ampla rede de fortificações existentes no Estado do Grão-Pará e Maranhão, como as fortalezas de São José do Macapá, São Joaquim, São José de Marabitanas, São Gabriel da Cachoeira e Tabatinga (CAMILO, 2003).

Partindo, assim, de uma tradição portuguesa em relação às fortificações, o foco desta comunicação trata de discutir aspectos da arquitetura dos fortes de Nossa Senhora da Conceição (em 1769, batizado pela Coroa como forte Bragança), construído à margem direita do rio Guaporé, nas décadas de 1760 e 1770, na capitania de Mato Grosso. Enfocamos as técnicas construtivas e “tecnologias” utilizadas, bem como estivemos atentos

às formas de sociabilidades entre os diferentes personagens que participaram do processo de construção dessa fortaleza.

A fortaleza de Nossa Senhora da Conceição

Como já destacamos, em 1757 foi criado, no governo de D. Antonio Rolim de Moura, um posto militarizado em que se encontrava instalada a antiga aldeia jesuíta castelhana de Santa Rosa. A Guarda de Santa Rosa, como foi denominada pelo governador, foi construída no alto de um penhasco próximo a uma cachoeira, o que permitia ampla visão da movimentação de pessoas que navegavam o rio Guaporé. Estudos realizados por Cláudia de Oliveira Uessler sobre as fortificações erigidas nas fronteiras luso-espanholas do Rio da Prata apontam que, desde o início do século XVIII, a Coroa portuguesa procurou estruturar guardas militares, fortins, fortes e fortalezas na região, visando a fiscalizar o comércio regular e o contrabando, como também manter a defesa dessas fronteiras, não diferentemente do que vinha ocorrendo no distrito do Mato Grosso:

Os estabelecimentos denominados de guardas poderiam estar associados a mais de um tipo de obras de fortificações passageiras, como a um fortim, a uma bateria e a barreiras. Esse conjunto de fortificações, geralmente temporárias, ou de campanha, é comumente designado pelo termo de entrincheiramento [...] Consideramos a designação do termo fortim a um pequeno assentamento fortificado de campanha utilizado para a defesa e vigia de pontos estratégicos, ou ainda como ponto de apoio de tropas. Desse modo caracterizamos como fortim uma pequena obra de defesa e/ou abrigo provisório de um pequeno contingente. Diferenciando dos fortes pelo tamanho, forma e características do sistema defensivo. (UESSLER, 2006, pp. 52-55).

Sobre a arquitetura da fortaleza de Nossa Senhora da Conceição, o historiador português Miguel Faria ressalta que existe, no Arquivo Ultramarino, uma planta intitulada “Projecto da Fortaleza que se quer fazer no Prezídio denominado Nossa Senhora da Conceição, na margem do rio Guaporé que extrema com as Missoens de Hespanha do Reyno do Peru” (FARIA, 2005, p. 58). Essa planta foi feita pelo Sargento-Mor de Infantaria, com exercício em engenheiro, José Mathias de Oliveira Rêgo. Como autor do “risco” da nova fortaleza, Rêgo colocou em prática os conhecimentos adquiridos em instituições militares de engenharia que existiam no Reino e na América portuguesa. Era

através das plantas, desenhos e mapas realizados pelos engenheiros portugueses e estrangeiros contratados pela Coroa que os monarcas tomavam as decisões de construção de fortalezas, vilas, abertura de estradas, construção de aquedutos, igrejas, conventos etc.

Com base no croqui da planta da fortaleza de Nossa Senhora da Conceição, apresentada por Miguel Faria, percebe-se que esse estabelecimento militar foi construído em formato pentagonal, de forma regular, com quatro pontas denominadas de polígonos. Na legenda existente na parte esquerda da planta existem especificações sobre os edifícios intramuros a serem construídos: 1) corpo da guarda e calabouço; 2) “quartel de pólvora”; 3) “quartel” de infantaria subterrâneo; 4) armazéns; 5) casa de armas; 6) hospital; 7) “quartéis”; 8) senzala de pretos; 9) “quartéis” novos. São também apresentados outros dados sobre a localização dos baluartes construídos no alto das muralhas, permitindo que a artilharia se posicionasse em caso de ataques inimigos. Consta uma informação no croqui da planta dessa fortaleza que essa ainda não tinha sido edificada. Mas a sua edificação, como vimos, foi concluída em novembro de 1766, conforme informações prestadas pelo governador João Pedro da Câmara a Martinho de Melo e Castro.

Interessante observar que a organização do espaço interno dessa fortaleza se baseava em diferentes níveis hierárquicos, não somente o militar, mas também com base na condição jurídica e origem étnica dos indivíduos. Os escravos, por exemplo, tinham um espaço separado, agregado à parte interna do forte, o que permitia maior controle e vigilância por parte de feitores ou algum militar. São apresentados os “quartéis” destinados a oficiais e demais militares menos graduados, o que geralmente podem ser observados nas plantas dos fortes e fortalezas construídos pelas Coroas ibéricas na América do Sul. (UESLLER, 2006, p. 63). O corpo da guarda e o calabouço se situavam em frente ao portão principal da fortaleza, o que possibilitaria o acesso às muralhas com maior rapidez no caso de ataques de tropas inimigas, como também facilitaria na troca de militares durante os diferentes turnos de vigilância. No calabouço, encontrava-se a prisão, onde os “infratores” eram detidos, o que demonstra que nesse espaço hierarquizado, normatizado e disciplinado as transgressões ocorriam, não diferentemente dos povoados da América portuguesa.

O “quartel” de pólvora se encontrava nos fundos (lado esquerdo), distante do alojamento dos militares, o que, provavelmente, estava instalado nesse ponto do forte

devido à necessidade de manter a pólvora protegida, evitando que houvesse acidentes, o que poderia ferir e matar militares e escravos instalados na parte interna dessa fortificação.

Referente à existência de um “quartel” de infantaria subterrâneo, indicado na planta de 20 de junho de 1766 (quando ainda era o fortim de Nossa Senhora da Conceição), havia uma população de 284 militares e 215 escravos, totalizando 499 pessoas. População armada para dar combate a um possível ataque espanhol à capitania de Mato Grosso. Essa população encontrava-se distribuída em distintas companhias militares: Dragões, Pedestres, Ordenanças dos Brancos, Ordenanças dos Pardos, Ordenanças dos Pretos e Aventureiros. No entanto, no mapa das forças militares da capitania de Mato Grosso, feito em 1773, percebe-se a existência de somente duas companhias militares atuando no forte Bragança (denominação que passou a ser conhecida a fortaleza de Nossa Senhora da Conceição, a partir de 1769, por ordem da Coroa): uma companhia de Dragões com setenta e seis homens e uma companhia de pedestres com sessenta. Não há referência a uma companhia de infantaria alojada nesse estabelecimento, o que sugere que nem sempre os prédios ou “quartéis”, como eram chamados pelos engenheiros da época, tenham servido para os fins planejados.

Em Guardiões da Fronteira, Denise Maldi Meireles (1989, p.174) apresenta um desenho do forte Bragança assinado por João Batalha Reis. O original foi feito por Francisco Xavier de Oliveira e se encontra no acervo da Mapomoteca do Itamaraty, no Rio de Janeiro. O forte é desenhado a partir da margem esquerda do rio Guaporé. Com base na cópia feita por Reis, percebe-se a sua arquitetura pentagonal, com frente abalaustada e torres de vigias colocadas nos quatro cantos das muralhas da fortificação, o que possibilitava a instalação de artilharia e permitia aos militares obter ampla visão do que acontecia na parte exterior do forte. O formato pentagonal da fortificação prevaleceu desde a construção do fortim de Nossa Senhora da Conceição. Na legenda existente à esquerda do desenho são apresentadas algumas informações, dentre elas, a existência de um pequeno povoado ao redor do forte. Ao fundo, são destacados dois morros. Além do curso do rio Guaporé, vê-se o acesso à fortificação através de um caminho tortuoso que levava a um pequeno povoado.

A edificação de fortalezas com povoados nos seus arredores pode ser considerada como uma “longa” tradição portuguesa, ou seja, as praças fortificadas dependiam de

habitantes para provê-las e defendê-las de ataques inimigos. Cidades-fortalezas foram fundadas no império português desde o século XV nos continentes asiático, africano e americano, assegurando a conquista de vários territórios e rotas comerciais.

Desde a era renascentista, pode-se afirmar:

O desenho e a forma das fortalezas haviam passado do empirismo para a pura especulação matemática. Ao buscar a melhor conjugação dos ângulos para as suas fortificações, os engenheiros do renascimento envolveram-se num exercício formal de larga escala, do qual todo o urbanismo moderno foi o beneficiário. Os problemas propostos pela nova *cidade-fortaleza* serviram de base para os estudos acerca do espaço urbano, que geraram a maioria dos modelos de cidade que durante a Idade Moderna se foram aplicando por todo o mundo. Apropriando-se do objectivo dos utopistas, os engenheiros militares sugeriram o desenho da 'cidade ideal', em que conjugavam as aquisições formais do classicismo com a lógica geométrica da fortificação. Nos seus tratados, divulgados a partir do século XVI, indicavam os planos de cidade que julgavam melhor conciliar-se com o pragmatismo da guerra. A maioria propunha desenhos radioconcêntricos, a maneira de Vitruvius, com ruas que ligassem rapidamente a praça de armas central aos baluartes angulares. Outros preferiam os planos em xadrez, de mais fácil execução, ou sugeriam conjugações dos dois tipos. (ARAÚJO, 2005, p. 258).

Na planta do forte Bragança, em sua parte interna, são representados edifícios construídos em formato xadrez, geometricamente bem traçados, em que cada "bloco" de "quartéis" representava uma quadra. A disposição dos edifícios seguia uma lógica hierarquizada, normatizada, disciplinarizada. Um povoado militarizado, porém, em miniatura. As casas construídas no entorno do forte não ficavam fora da influência da vida intramuros; faziam parte dela, no entanto, tratava-se de uma população civil que dependia da "proteção" dos militares aquartelados.

Desde o período em que o governador João Pedro da Câmara deu início à construção da fortaleza de Nossa Senhora da Conceição (1765) um dos maiores problemas enfrentados durante as obras foi a falta de pedras e cal, matérias-primas essenciais para a edificação de fortificações nos mais diferentes cantos do Império português. Nem sempre essas matérias-primas eram encontradas em áreas próximas às fortificações, o que levava a Coroa a importá-las de regiões distantes, acarretando demora na execução das obras. Com base na informação dada pelo mestre de obras José Gonçalves Gago de que havia abundância de um determinado tipo de barro em áreas próximas e que era muito utilizado

na construção de casas, o governador autorizou a edificação da fortaleza de Nossa Senhora da Conceição, com barro, taipa e madeira.

Devido a uma enchente provocada pelo rio Guaporé, as frágeis muralhas do forte Bragança ficaram seriamente arruinadas, o que fez com que seu sucessor, o governador Luis Pinto de Souza Coutinho, em 1771, formasse uma comissão de militares e membros da Provedoria da Fazenda para avaliar os problemas que tinham surgido em sua infraestrutura. Considerava o governador que os reparos daquela fortificação deveriam ser feitos com urgência, devido ser aquela praça a mais bem guarnecida de toda a capitania de Mato Grosso.

A vistoria do forte Bragança foi feita por uma comissão constituída pelo comandante do forte, Marcellino Roiz, o Tenente de Dragões Antonio José de Figueiredo Tavares, o Furriel Mathias Ribeiro da Costa, o escrivão da Fazenda Real Gregório Pereira de Souza, o tesoureiro da Fazenda Real Joaquim de Mattos e o Mestre carpinteiro Agostinho José Botaffogo. Além desses, participaram o Sargento-Mor Engenheiro José Mathias de Oliveira Rêgo e o mestre de obras José Gonçalves Gago, com a responsabilidade “de fazer exame e vistoria da dita Praça, tanto dos materiais com que foi fabricada, como o terreno em que está fundada. Antonio Ferreira Coelho, escrivão do Ponto e Forte”.²

Em 09 de maio de 1771, foi entregue a Souza Coutinho o relatório da “vistoria ocular que se fez no Forte Bragança fundada sobre a margem ocidental do Rio Guaporé na capitania de Mato Grosso”. Feita a vistoria, constatou-se a precariedade da estrutura da fortificação que, segundo o relatório da comissão, estava sujeita a desabar, pois a sua construção, feita de barro tipo “areia amanteigada”, permitia que as paredes sofressem infiltrações, devido ao contato com a água. Recomendava a comissão que mesmo sendo feitos os devidos reparos, aquela praça militar não resistiria por muito tempo. Não satisfeito com essa vistoria, o governador Souza Coutinho solicitou uma nova averiguação, como também que se avaliasse um outro terreno para a construção de um novo estabelecimento militar. Procurou manter José Mathias de Oliveira Rêgo na nova comissão, mesmo

² 1771, Junho, 18, Vila Bela. Ofício de Souza Coutinho a Martinho de Melo e Castro com que envia auto exame do Forte Bragança (Projeto Resgate, Mato Grosso, caixa 15, documento 935, Cd 04).

duvidando da sua capacidade profissional, pois o mesmo tinha sido o responsável pela edificação da fortaleza de Nossa Senhora da Conceição em 1765:

Não me parece conveniente ouvir neste particular unicamente o Sargento-mor José Mathias que dirigiu aquela obra, por poder parecer suspeito, e nem mesmo julguei indispensável conservá-lo aqui mais tempo, tanto por me parecer igualmente hábil Ajudante que o acompanhou e de gênio menos difícil, como por se lhe ter acabado o tempo restrito do seu provimento sem mais dependência algum deste Governo.³

Ao comentar sobre a atuação de Oliveira Rêgo, o governador fez referência ao ajudante de engenharia Domingos Sambucetti, que tinha ido para a capitania de Mato Grosso do Estado do Grão-Pará e Maranhão designado para fazer uma vistoria do forte Bragança.

Os pareceres finais foram dados em 22 de fevereiro de 1772. Oliveira Rêgo voltou a confirmar o seu parecer anterior, porém, apresentou informações adicionais sobre o terreno onde poderia ser construída a nova fortificação. No entanto, Sambucetti, em seu parecer, considerou que se fossem feitas as reformas naquela fortificação, a Fazenda Real teria de desembolsar grande soma de recursos. Além disso, considerava que aquela praça poderia ser facilmente atacada a partir da outra margem do rio Guaporé, por estar situada em um terreno baixo, o que a colocava na mira da artilharia inimiga. Essa informação difere da existente no desenho feito por João Batalha Reis, em 1769, pois aparece o forte edificado em um barranco alto, o que aparentemente encontrava-se de acordo com as instruções existentes nos tratados de engenharia do período.

Seguindo as ordens de Souza Coutinho, Sambucetti examinou o terreno junto com Oliveira Rêgo, constatando que a nova localização proposta situava-se exatamente a um quarto de légua do forte Bragança (cerca de dois quilômetros e duzentos metros) e que a nova área era mais apropriada para a construção da fortaleza por situar-se em uma parte elevada, sem possibilidade de sofrer com as enchentes do rio Guaporé. Possuía o terreno duzentas braças de frente e de fundos e espaço suficiente para dar início a uma reforçada fortificação. O terreno firme poderia garantir a edificação da nova fortificação com

³ 1772, Fevereiro, 28, Vila Bela. Ofício de Souza Coutinho a Martinho de Melo e Castro com que informa o parecer de dois engenheiros do Grão Pará sobre o Forte Bragança (Projeto Resgate. AHU. Mato Grosso, caixa 16, documento. 975, Cd 04).

segurança, diferente do que ocorreu com o forte Bragança, que tinha sido construído em uma área não tão elevada, porém, insalubre, o que acabava provocando doenças nas pessoas que moravam no interior do forte e em seus arredores. Verificou também que havia pedras suficientes para dar início a uma nova fortificação, que poderia vir a ser “de primeira classe”, bastante sólida. Dois aspectos relatados por Sambucetti destoaram do parecer de Oliveira Rêgo: a) feito um minucioso levantamento entre uma margem e outra do rio Guaporé, verificando onde poderia ser colocada a artilharia inimiga, no caso de um ataque à nova fortaleza, considerou que as táticas militares poderiam ser utilizadas, tendo em vista que a posição do novo forte, similar às existentes na costa litorânea, deveria se encontrar sempre em partes elevadas para manter o controle da ofensiva inimiga; b) ao medir a extensão de uma margem a outra do rio, constatou que tinha 215 braças, largura necessária para estabelecer baterias de artilharia nos barrancos, além das existentes no forte, pois, com o alcance dos tiros, poderia atingir as forças inimigas com maior facilidade.⁴

Interessante observar que o parecer de Sambucetti apresenta maior rigor na avaliação do terreno escolhido para ser edificada a nova fortificação, procurando se pautar por critérios “científicos”, baseados nos tratados da época sobre fortificações. Esses tratados versavam sobre hidrografia, topografia, pirobalistica, enfim, conhecimentos que eram essenciais à formação de engenheiros militares.

Na obra *Arquitectura militar ou fortificação moderna*, de 1743, de autoria de Diogo Silveira Velloso, que foi mestre de fortificações na Aula do Recife, constam aspectos teóricos que um engenheiro deveria aprender durante a sua formação. Entre a teoria propagada por Velloso e o trabalho prático exercido por Sambucetti ao fazer a avaliação sobre a melhor área e como deveria ser construída a nova fortificação, percebe-se que o genovês detinha os conhecimentos necessários que o habilitavam no seu ofício, experiência essa que os italianos, como vimos, foram pioneiros desde a Renascença.

Sobre o papel dos engenheiros no período moderno, sua atuação no Império português, durante a segunda metade do século XVIII, foi marcada por uma dimensão política que entendia as cidades “como a corporificação no espaço do organismo estatal, da clareza das suas leis e dos seus princípios racionais” (ARAÚJO, 2005, p. 269). Quer dizer,

⁴ 1772, Fevereiro, 28, Vila Bela. Ofício de Souza Coutinho a Martinho de Melo e Castro com que informa o parecer de dois engenheiros do Grão Pará sobre o Forte Bragança (Projeto Resgate. AHU. Mato Grosso, caixa 16, documento. 975, Cd 04).

os engenheiros eram recrutados pela Coroa tanto para construir estabelecimentos militares, como também para desempenhar atividades urbanísticas e de ensino, além de atuarem na administração política. Esses profissionais tinham uma posição de prestígio no Reino e nos territórios de além-mar e devido aos serviços prestados, procuravam obter privilégios e mercês do Rei. Como bem destacou Renata Araújo, o engenheiro consistia “num modelo de profissional polivalente, sempre requisitado: eram um misto de intelectuais, cientistas e técnicos, o que desde há muito já os fazia integrantes da elite cultural do País” (ARAÚJO, 2005, pp. 269-270.) Sambucetti não foge a esse perfil, conforme relatava a sua vasta folha de serviços prestados à Coroa portuguesa.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAÚJO, Renata Malcher de. Engenharia Militar e Urbanismo. In: MOREIRA, Rafael. (Dir.) **Portugal no mundo: História das Fortificações Portuguesas no Mundo**. Lisboa: Publicações Alfa, 2005, pp. 255-282.

BRANDÃO, Augusto Pereira. O Oriente. In: MOREIRA, Rafael. (Dir.) **Portugal no Mundo: História das Fortificações Portuguesas no Mundo**. Lisboa: Publicações Alfa, 2005, pp. 86-112.

CABRAL, Oswaldo R. **As defesas da Ilha de Santa Catarina no Brasil-Colônia**. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1972.

CAMILO, Janaina Valério Pinto. **Homens e pedras no desenho das fronteiras: a construção da Fortaleza de São José de Macapá (1764/1782)**. 242 ff. 2003, Dissertação (Mestrado em História), Instituto de Ciências Humanas e Filosofia. Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

DORÉ, Andréa Carla. **Império sitiado: as fortalezas portuguesas nas Índias (1498-1622)**. 320 fls. 2002. Tese (Doutorado em História), Instituto de Ciências Humanas e Filosofia. Universidade Federal Fluminense, Niterói.

FARIA, Miguel. **Príncipe da Beira: a fortaleza para além dos limites**. **Revista Oceanos** n° 28, outubro/dezembro de 1996. Fortalezas da Expansão Portuguesa.

LE MOS, Carlos. O Brasil. In: MOREIRA, Rafael. (Dir.) **Portugal no Mundo**. História das Fortificações Portuguesas no Mundo. Lisboa: Publicações Alfa, 2005, pp. 249-261.

MEIRELES, Denise Maldi. **Guardiães da fronteira**: rio Guaporé, século XVIII. Petrópolis: Vozes, 1989.

MOREIRA, Rafael. Arquitectura militar do Renascimento. In: MOREIRA, Rafael (Dir.). **Portugal no Mundo**: História das Fortificações Portuguesas no Mundo. Lisboa: Publicações Alfa, 2005, pp. 115-131.

UESSLER, Cláudia de Oliveira. **Sítios arqueológicos de assentamentos fortificados Ibero-Americanos na região Platina Oriental**. Porto Alegre, RGS, 2006. Tese (Doutorado em História), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

POÉTICAS DE ESPAÇO: HISTÓRIA E LITERATURA NA ESCRITA DE ALFREDO TAUNAY

Olga Maria Castrillon-Mendes¹

Trazer discussões sobre a obra de Alfredo Taunay supõe tentar compreender o processo de construção das imagens de Mato Grosso que se colocam entre a história e a literatura. Como diria Silviano Santiago (1982), no *entrelugar* de criação e nos espaços carregados de contradições e do sentimento de não estar de todo, caracterizado por Cortázar, espaço este em que se pode entender metaforicamente a coexistência poucas vezes pacífica entre as culturas.

Mato Grosso constitui-se, por essas diferenças, pelo (des)encontro de culturas (i)migrantes que não se entendem no limite geográfico, mas no amálgama que definiu, no século XIX, as lutas pela institucionalização do estado-nação, ao lado das repúblicas latino-americanas.

Tem-se presente, além da construção do próprio sistema e da tradição, que definem a cultura e a literatura de uma região, a fusão de elementos de que Mário de Andrade irá se ocupar nas primeiras décadas do século XX e já preconizadas nas “impressões dolorosas” dos “ignotos trechos de sertão” de Euclides da Cunha.

Pensa-se, assim, numa elaboração dos objetos essenciais da representação regional no conjunto – e na disputa – do discurso nacional que, por seu turno, elege e cria determinadas regiões como legítimas representantes do nacional (LEITE, 2005, p. 221 e 223). Nesse aspecto, a obra de Antonio Candido (1997, p. 10) é basilar, quando, ao referir-se à fase de formação da Literatura Brasileira, diz que, comparada às grandes literaturas, “a nossa é pobre e fraca, mas é ela e não outra que nos exprime”. O olhar de fora contribuiu numa fase da construção dessas imagens; hoje, outros paradigmas de criação literária têm-se colocado como fundamentais para se pensar esses lugares e seus (des)limites.

Sem perder de vista essa ideia norteadora, que pressupõe a existência de uma produção literária ligada ao conjunto das manifestações nacionais, pensar a obra de Alfredo Taunay faz emergir elementos da diversidade regional, os aspectos literários e extraliterários, colocando-os em sintonia (ou confronto) com o tempo e a história de que fala Mário César Leite (op. cit., p. 223) ao tratar do regionalismo e identidades de uma cartografia mato-grossense, apoiado na ideia de *elaboração* (e não *mistificação*) de produção de uma diferença cultural do mesmo modo que é produto dela.

¹ Professora de Literatura do Departamento de Letras - UNEMAT/Cáceres. Dra. em Teoria e História Literária (IEL/Unicamp).

Desta forma, a ligação de Taunay com as discussões *sobre* Mato Grosso recria a experiência da prática social dos objetos de representação que fez, do Romantismo brasileiro, uma estética que contribuiu para construir um modo particular de ver e de sentir o mundo. Pode-se dizer que, a partir de uma experiência frustrada de imitar o europeu, o brasileiro encontrou, no Romantismo, uma forma de pensar a sua própria identidade, desvencilhando-se de uma fidelidade imposta. Assim, falha na cópia e tem início uma certa invenção do Brasil, fortalecida pelos movimentos culturais que se seguiram, principalmente aquele eclodido na Semana de 1922.

Geograficamente, a região *estranha, distante, desconhecida*, repleta de *fatos lendários* que povoaram o imaginário de muitos viajantes e estudiosos foi, significativamente, foco e palco de discussões das fronteiras definitivas do Brasil. Um caso de fronteiras do imaginário, que acompanha o movimento da viagem e liga-se ao sentido do político e das relações de poder que traçaram os limites da soberania portuguesa, pelos balizamentos dos rios Guaporé e Paraguai, dois ícones da paisagem que compõem a moldura e a cena da obra de Taunay². O primeiro está ligado ao nosso autor por acontecimentos familiares, em que a memória do tio Aimé-Adrien Taunay é lida e interpretada como documento (registra e enaltece a figura do biografado). O texto de memória é construído sobre outra memória, num encadeamento de situações narrativas e o lugar – Vila Bela – é palco e cenário de uma tragédia familiar, como ficou dito nos períodos iniciais da obra *A cidade do ouro e das ruínas*: “razões de ordem mui particular pessoalmente me prendiam, e ainda hoje me prendem, a essa *desolada* parte de Matto-Grosso e ao *moribundo* povoado de Villa-Bella” (TAUNAY, 1923, p. 13, grifos meus).

O segundo ícone da paisagem mato-grossense liga-se a Taunay pelo ciclo das águas que formam a bacia do pantanal sul-matogrossense, local das experiências pessoais que foram responsáveis por grande parte do *caráter* da escrita de Taunay. Ambos os rios entram na composição narrativa, fundamentando os modos de articulação dos vários elementos naturais que, a partir das “camadas da memória” (SCHAMA, 1996), compõem imagens, criteriosamente elaboradas pelo exercício narrativo, formando o quadro” imagético que veicula uma ideia de lugar e discute gêneros e mitos, como o das águas e do isolamento, responsáveis pelos estereótipos criados ao longo dos tempos sobre o interior brasileiro³.

² Adriano Metello, em artigo sobre o sul de Mato Grosso, publicado na Revista Brasil n. 77, maio de 1922, faz uma análise das terras, campos nativos, sub-solo e aguadas para demonstrar o futuro promissor dessa região no processo de desenvolvimento nacional, no momento em que os interesses do país e do mundo se voltam para ela: *é a Canaã, que promete – mais que os nossos fallaciosos ‘El-dorados’ do ouro e da borracha – uma riqueza sólida, estabelecida em bases múltiplas e racionais* (p. 45-53).

³ Sobre o “mito” do isolamento, cf. Lenharo (1982) e Garcia (2003) e sobre os mitos das águas, ver Leite (2003).

As imagens construídas nos (tortuosos) caminhos da ficção

As descrições da paisagem brasileira feitas por Alfredo Taunay, em especial, da paisagem mato-grossense, que propomos a analisar, ganharam dimensão a partir da sua primeira obra *Scenas de Viagem* (1868), cujos manuscritos foram “lidos e corrigidos a lápis pelo Imperador” (TAUNAY, 1948, p. 154, 301 e 302). Nela, há uma tentativa não só de registrar as impressões do olhar-viajante, mas de sintetizar muito do que escreveu em seguida.

Nessa obra, nota-se forte vinculação com as anotações do *Relatório Geral*, redigido durante a participação na guerra, em 1865. O relato encontra-se dividido em dois itinerários, do Rio de Janeiro ao Coxim, e do rio Taquari à Vila de Miranda, constituindo-se em um diário minucioso da “saída da corte” (p. 81), em 1º de abril de 1865, a 16 de outubro de 1867, quando “muitos dos nossos companheiros retiram-se de fadiga a buscarem em outros climas o único meio para lutar com tão medonha enfermidade, isto é, um ar mais puro, uma atmosphaera menos corrupta e cheia de miasmas paludosos” (TAUNAY, 1867, p. 276-277).

Publicado em 1867, é reimpresso com retificação, notas e cuidadosa revisão pelo próprio autor na Revista Trimensal do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. A presença das notas, nesta Revista, dá ao *Relatório* uma abrangência significativa pelos ingredientes informativos, críticos e, principalmente, pelo que considero *desvios oficiais*, em que é possível perceber os detalhes particulares do autor que servem não só para ampliar a compreensão dos dados, mas para marcar, pausadamente, as impressões e sensações que aqueles fatos deixaram na memória. Memória que é indicadora de um grupo em suas diferenças com relação a outros, reforçando os sentimentos de pertencimento e as fronteiras socioculturais.

O fato de determinados elementos da obra de Taunay pertencerem a uma região específica não quer isso dizer que ela (a obra) se regionaliza, mas acentua a noção de que a memória nacional (pretendida por Taunay) constitui a forma mais completa dos anseios nacionais.

Desta forma, pode-se dizer que as notas marginais do *Relatório* ampliam, num outro momento (o da revisão), os dados coletados em *primeira mão*, constituindo paratextos de outras anotações ou da própria memória. Pressupõe-se que foram reutilizados em variados momentos da sua obra, como dados *reais* ou como elemento ficcional: o caminhar da força expedicionária, a transposição dos pantanais em meio à lama visguenta que sepultou muita gente, tudo isso, representa em Taunay um sentimento de certo *heroísmo* dos soldados brasileiros, que estará presente na obra *A Retirada da Laguna*, tanto nos momentos da

caminhada em direção ao cenário da guerra, como no retorno forçado. O estilo narrativo da nota interrompe a descrição, expandindo-a. O leitor, acostumado ao tom oficial do relato, é absorvido pelo espetáculo dramático, ficando entregue à “pausa” colocada pelo texto (HAMON, 1976, p. 60). Neste caso, o diário visto como *relação* do acontecimento, ou como memória, *relato* e crônica – seriação datada dos fatos cotidianos – remete a *pequenas histórias (prolongamentos)*, implicando, portanto, uma subjetividade, em que o sujeito “constitui o seu traço distintivo”, porque a enunciação é que interessa em primeiro plano, inscrevendo o processo de produção e a forma como o sujeito se insere naquilo que diz (ibidem, p. 13).

Assim, à necessidade de contar, aliada ao prazer da história, junta-se o “prazer do discurso”, que gera o prazer do conhecimento (ibidem, p. 15). De certa forma, é como Taunay buscava compor as imagens narrativas, mesmo no calor do registro na caderneta de campo. Vê-se, no roteiro percorrido pela Comissão, as diversas imagens que se configuram, ora em harmoniosa sintonia do homem com a natureza, ora em inquietantes descrições da “influência lethal dos pântanos” (TAUNAY, 1874, p.277). As imagens são sempre fiéis ao observado e ao vivido: o registro, os estudos e as virtudes que imperam no soldado brasileiro, deixando bem patentes o seu “caracter eminentemente soffredor e resignado e a subordinação e disciplina que lhe são naturaes” (ibidem, p.278). De certa forma, são características do brasileiro que tudo faz em prol de um ideário pátrio e de fervorosa devoção ao monarca.

Ambas as “fidelidades”, ao objeto observado e à postura dos homens recrutados para a guerra, serão componentes dessa imagem de que tratamos: “Em Uberaba comecei a redigir o *Relatório Geral da Comissão de Engenheiros*, reunindo as notas que os colegas me entregavam e afinal deixaram de ministrar-me, o que se tornou mais cômodo para mim e para eles. Aos meus cuidados ficou tudo entregue” (TAUNAY, 1948, p. 132).

Nesse panorama, a escrita é produzida sob o efeito direto do acontecimento histórico (a guerra). Ou seja, de 1865 a 1868⁴, surgem quase que concomitantemente três obras: (a)*Relatório Geral da Comissão de Engenheiros junto às forças em expedição para a Província de Matto-Grosso*; (b) *Scenas de Viagem* e (c) a primeira parte, em francês, de *A Retirada da Laguna*.

Essas obras terão em comum, além do cenário da guerra, sentimentos semelhantes, porque foram frutos dessa experiência-limite do jovem escritor tomado pelo clima de tensão e

⁴ Taunay retorna do conflito em terras mato-grossenses em 01/08/1867. Voltará ao cenário da guerra em 1869, desta feita em terras paraguaias (Campanha da Cordilheira), acompanhando o Conde d’Eu como relator do *Diário do Exército*, publicado em 1870. Nessa época, o IHGB lança *Viagem de Regresso*, na Revista Trimensal, Tomo XXXII, parte segunda.

pelas marcas indelévels deixadas pela vivência e pelo exercício estético. Quando Taunay registra o cenário da guerra, comporta-se como relator do diário – anotações que dão origem ao *Relatório* - e como reinventor desses fatos (recriador e ficcionista) nas outras duas obras:

Tantos choques, porém, tantos e tão duros trabalhos deviam ter consequências que mais vieram fazer resplandecer o espirito de resignação e dedicação já tão experimentado da columna expedicionária. Moléstia terrível e desconhecida até então n'esses lugares grassa mortífera entre os officiaes e soldados. A paralyisia dos membros inferiores rouba-nos vidas preciosas, e em menos de quarenta dias oito officiaes succumbem. Muitos soldados morrem (TAUNAY, 1867, p. 267).

As mil difficuldades que embaraço a marcha das forças, a peste, a fome que acoommeterão os nossos infelizes soldados, o fallecimento de officiaes e afinal do commandante o bravo general Galvão, erão as causas d'essa demora desesperadora que, retendo a expedição em mortíferos paúes, ia, mezes depois, produzir a medonha enfermidade, - a paralyisia reflexa -, adquirida n'aquelle período fatal (TAUNAY, 1868, p. 107).

Seguiu-se a este dia cruel uma noite tal como temíamos. No dia 20, pela manhã, o tempo, a princípio chuvoso, clareou, e o sol logo se tornou ardente; os animais avançavam pouco, os homens se arrastavam, com a morte sob os olhos e dentro do coração (TAUNAY, 1997, p. 190).

Nos três fragmentos é marcante a imagem da destruição e da morte, vista como símbolos da situação política pela qual passava a própria nação. Essa imagem produz ainda uma forma de dominação: a passagem do imaginário *fantástico* para o imaginário científico que dispersam os sentidos e ao mesmo tempo impedem que eles signifiquem além de certos limites. O tom mais oficial do primeiro fragmento mostra o “narrador descritivo” (ALPERS, 1999), que olha os fatos *de dentro*, portanto, expectador e participante. Nos outros dois as impressões particulares são mais fortes, porque o narrador está tomado pelos acontecimentos num processo de recriação. O cenário passa para o primeiro plano, pois há interrupção na narrativa. Aos olhos do leitor, as circunstâncias se pormenorizam (choques, resignação, moléstias, paralisia, morte...), numa gradação que vai do movimento à inércia, da vida à morte, como é o próprio movimento da guerra.

Entre as obras, há certa tendência de esboço de um projeto literário⁵ voltado não só para a necessidade de cumprir a tarefa a que se viu destinado, mas de construir uma imagem do interior brasileiro. Projeto que, infelizmente, não foi observado pelo filho durante a

⁵ Lúcia Maretti (1996, p. 1) diz que as obras de Taunay sugerem “de um lado, a construção progressiva de um grande *projeto nacional-monarquista*, logo frustrado pela história e, de outro, a constante presença da prodigiosa memória”. Há os que leem o conjunto da sua obra a partir de um *projeto político* de difusão de ideais civilizatórios (cf. FONSECA, 2001, p. 237).

publicação dos inéditos⁶. No conjunto da obra de Taunay, postumamente publicada, a linha desse pretense projeto se perde pela repetição dos textos e pela não observância à cronologia.

Nessa proliferação de escritos, Taunay posiciona-se como um escritor em exercício. Recria suas *impressões e lembranças*, relê seu contexto e revisita a memória. Neles, privilegia a construção de uma imagem de Brasil. Imagem, muitas vezes, repetitiva, mas que recompõe quadros de um tempo, de um lugar e de um ideário de época, com pouca renovação do tema. Um trabalho de depuramento da memória e da reelaboração constante dos dados coletados.

Como franco-brasileiro, Alfredo Taunay ampliou a noção de paisagem, não nos desenhos, pois pouco se exercitou no pincel, mas nas descrições transformadas em narrativas, como se viu. Em sua obra caracteristicamente de cunho nacional, a natureza adquire estatuto de personagem. Pode-se dizer que são representações de práticas culturais que produzem imagens simples na complexidade das experiências intersubjetivas. Portanto, forças díspares e singulares que fazem parte de mecanismos de articulação do poder em configurações que extrapolam a mera composição decorativa. Não há interesse em emocionar o leitor, mas pela sensibilidade da percepção dos olhares diferenciados em diferentes espaços temporais, objetiva-se imprimir a noção de um Brasil possível para os interesses da época; aos olhos de hoje, a (im)possibilidade da unidade na diversidade, pela qual se compreenderá um (novo) conceito de Mato Grosso.

Tal interpretação liga-se não só ao que a obra traz de paisagem brasileira, mas de como Taunay reorienta a visão da natureza no século XIX e registra a contemplação romântica como expressão subjugada à emoção estética.

Visto desta forma, Taunay estaria exercendo um papel preponderante nas (re)discussões do Romantismo nacional, visto em confronto com suas fontes e suas referências no Romantismo internacional, formando o complexo de ordenação estrutural dos processos de composição histórico-literária.

Com isso explica-se a reflexão de Schama (1996) sobre a capacidade que o artista tem de reproduzir, no quadro, o pitoresco de uma cena que está sendo narrada. Quem vê ou ouve dá conta de construir imagens em que vários elementos inconscientes estão envolvidos no processo das lembranças. O motivo de um quadro (ou de um texto escrito) é fruto de superposição de imagens, ou seja, construtos imagéticos anteriormente dominados. Imagem e representação são espaços simbólicos impossíveis de “pureza”, mas na posição bipolar

⁶ Matos (1991) comenta, no entanto, que os escritos pertencentes aos últimos anos de vida do escritor (*O grande Imperador e Império e República*) foram “edições uniformes e bem cuidadas” datadas de 1932 e 1933, respectivamente, pela Melhoramentos, de São Paulo.

associação/dissociação de pontos de vista e de posição ideológica do artista. Diferentes olhares que dividem e reordenam a paisagem.

Nessa ótica, natureza e percepção são inseparáveis, pois o mundo é modificado pela ação humana, que estabelece a diferença entre a matéria bruta e a paisagem. Portanto, a “cultura, a convenção e a cognição”, pelo gesto do pintor (ou do escritor), formam o desenho (do que se experimenta como beleza) captado pelas impressões na retina. Se a tradição da paisagem é produto de uma cultura, trata-se, pela análise de Schama (ibidem, p. 26-28), de uma “tradição construída a partir de um rico depósito de mitos, lembranças e obsessões”.

E é desta forma “civilizada” que Mato Grosso vai se constituir dentro de uma imagem configurada pelo político, social e econômico, passando a significar para o Brasil pelos efeitos de sentidos gerados por essas relações de poder. Os efeitos do jogo imagético fundam o espaço de representação artística e historiográfica, ao mesmo tempo em que dá visibilidade a uma região.

Assim, o movimento desses (des)limites cria a imagem de/sobre Mato Grosso no discurso do acontecimento. Esse movimento de delimitação e de posse apaga os sentidos já existentes e constrói os “lugares de memória” que se estabelecem e se transformam, possibilitando perceber especificidades do lugar e do modo de significação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALPERS, Svetlana. **A arte de descrever**: a arte holandesa no século XVII. Tradução de Antonio de Pádua Danesi. São Paulo: Editora da USP, 1999.

CANDIDO, Antonio **Formação da literatura brasileira**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1997. 2v.

FONSECA, Sílvia Cala Bito. Monarquia e razão vigilante: o pensamento político na literatura do Visconde de Taunay. In: ALMEIDA, A. M. (Org.). **De sertões, desertos e espaços incivilizados**. Rio de Janeiro: FAPERJ/MAUAD, 2001. p. 229-242.

GARCIA, Romir Conde. **Mato Grosso (1800-1840): crise e estagnação do projeto colonial**. 2003. Tese (Doutorado em História), Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. 2003.

HAMON, Phillipe. O que é uma descrição? In: ROSSUM-GUYON et al. **Categorias da narrativa**. Lisboa: Vega, 1976. p.56-75.

LEITE, Mário César Silva. **Águas encantadas de chacororé**: natureza, cultura, paisagens e mitos do pantanal. Cuiabá: Cathedral Unican, 2003.

_____.(Org.). Literatura, regionalismo, identidades: cartografia mato-grossense”. In: _____. **Mapas da Mina**: estudos de Literatura em Mato Grosso. Cuiabá: Cathedral Publicações, 2005. p. 219-254.

LENHARO, Alcir. **Crise e mudança na frente oeste de colonização**: o comércio colonial de Mato Grosso no contexto da mineração. Cuiabá-MT: Imprensa Universitária, 1982.

MARETTI, Maria Lúcia Lichtschdl. **Um polígrafo contumaz**: o Visconde de Taunay e os fios da memória. São Paulo: Editora UNESP, 2006.

MATOS, Odilon Nogueira de. **Afonso de Taunay, historiador de São Paulo e do Brasil**: perfil biográfico e ensaio bibliográfico. São Paulo: Fundo de Pesquisa do Museu Paulista, 1977. (Coleção Ensaio). v.1

_____. A retirada da Laguna. **Diário do Povo**, Campinas, 25 jan. 1991. Seção Idéias.

MATOS, Odilon Nogueira de. Heróis da Laguna. **Diário do Povo**. Campinas-SP, 8 de fevereiro de 1991a.

SANTIAGO, Silviano. **Vale quanto pesa (a ficção brasileira modernista)**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982, p. 25-40 (mimeo).

SCHAMA, Simon. **Paisagem e memória**. Tradução de Hildegard Feist. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

TAUNAY, Alfredo. **A retirada da Laguna**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

_____. **Relatório geral da comissão de engenheiros**. RJ: Garnier, 1874. tomo Tomo XXXVII, Parte Segunda.

_____. **Scenas de viagem**: exploração entre os rios Taquary e Aquidauana no districto de Miranda. Memória descriptiva. RJ: Typ. Americana, 1868.

_____. “Irecê a guaná” (seguido de Os índios do districto de Miranda e vocabulário da língua guaná ou chane´). In: **Histórias brasileiras** (Edição da Biblioteca Nacional – RJ). RJ: B>L. Garnier, 1874.

_____. **A cidade do ouro e das ruínas**. São Paulo: Melhoramentos, 1923.

_____. **Memórias do Visconde de Taunay**. São Paulo: Melhoramentos, 1948.

WIMMER, Norma. **Marcas Francesas na obra do Visconde de Taunay**. 1992. Tese (Doutorado em Letras), Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

COSTA, Maria de Fátima. **A história de um país inexistente**: Pantanal entre os séculos XVI e XVIII. São Paulo: Estação Liberdade; Kosmos, 1999.

A CIDADE E A INVENÇÃO DE SEUS “OUTROS”¹

Rachel Tegon de Pinho²

Encontro de História... que coisa boa é essa que a História nos proporciona, como encontrar velhos amigos, velhos e novos problemas, novas perguntas...

Isso me faz pensar em Spinoza, que dizia que temos bons e maus encontros e penso ser este **um bom encontro**. Afinal, um Encontro cujo tema é a **Escrita da História** nos remete a outros bons encontros, como, por exemplo, o da história com a Literatura, com a Filosofia, com a Antropologia, Sociologia...

Mas penso que alguns encontros rasgam uma espécie de clarão no pensamento e isso ocorre quando nos dispomos a virarmos pássaros, alçando voos para lugares ainda pouco visitados e não nos contentamos a breves sobrevoos. Realizamos loopings, razantes olhando/ cheirando/ ouvindo/ sentindo e quase tocando singularidades, subjetividades, revelando aquilo que está encoberto, desnudando camadas sobrepostas de práticas, pessoas e lugares de esquecimento.

Foi nesse ambiente que ocorreu o meu contato com o tema da loucura e os estudos de Michel Foucault. Lembro-me da primeira vez que entrei no Hospital Psiquiátrico Adauto Botelho, em 1989, para entrevistar um médico da instituição³. Era final de uma manhã de verão amazônico, quente e úmida. O mau cheiro do pátio central e as imagens que flagrei permanecem até hoje na minha memória e suscitaram algumas questões: Como seres humanos podiam ser tratados daquela forma? Quem os enclausurou? Quando surgiu o hospício em Cuiabá? Que práticas adotadas e/ou interditas contribuíram para a institucionalização da loucura em Cuiabá? Quem eram, afinal, os loucos e quando estes se tornaram problemas? Para quem? Diante de quê?

¹ Texto baseado na obra *Cidade e Loucura* (PINHO, 2007).

² Bacharel e Mestre em História. Professora da UNEMAT.

³ Esta entrevista foi realizada com o Dr. Zanizor Rodrigues da Silva em 1989, para atender às exigências da disciplina Antropologia I, do curso de História da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), ministrada pela antropóloga Joana Fernandes. Um dos seus desdobramentos foi o trabalho de conclusão de curso *A institucionalização da loucura em Cuiabá na primeira metade do século XX* (1993) e posteriormente minha dissertação de mestrado em História pela UFMT, sob a orientação da Prof^ª Dr^ª Ludmila de Souza Brandão.

Convido-os então para uma espécie de voo pensarem comigo no próprio processo de constituição da nação e, mais ainda, na dimensão civilizatória desse processo. Estou aqui para lhes contar de forma sintetizada a história da constituição da loucura como um problema da cidade em fins do século XIX e início do XX e quero esclarecer que não trato da história de um período, e sim de um problema, valendo-me para isso da distinção estabelecida por Foucault entre uma coisa e outra em seu texto **A poeira e a nuvem**.

Muitos de vocês podem estar se perguntando: Por que me interessei por loucos e pela loucura do século XIX na aurora do século XXI? A loucura nos fala de muitas histórias que nos ajudam a lembrar de nossa intolerância e de nossa resistência em relação à heterogeneidade.

Assim, esta comunicação vai percorrer o nexos entre loucura e modernidade, não a partir do interior de seu espaço disciplinador institucional - o hospício -, mas tomo-a no âmbito do espaço público da cidade e da problematização de uma por outra, ou seja, da loucura pela cidade.

Mas que cidade é essa? Sem delongas, rejeito o eterno retorno de fundação de Cuiabá, por compreender que isso simplesmente não interessa, porque torna a história dura demais e demasiadamente chata. A Cuiabá que me interessa é a cidade do final do século XIX, que converteu a cidade em questão e a loucura em problemática frente ao projeto de construção da nação, desejada por governantes e intelectuais.

Como ponto inicial, tomo o recenseamento urbano realizado em Cuiabá em 1890 e vejo no censo a consolidação do processo de urbanização da cidade e a elaboração de sua urbanidade, que fez ecoar todo um imaginário em torno da questão da fronteira. Fronteira real, com outro país, com outra língua, com outra cultura, fronteira imaginária que separa civilização e barbárie e estabelece os limites entre razão e desrazão.

O censo de 1890 é uma grande medida que se opera no projeto de civilização inscrito na cidade de Cuiabá. E, por isso, quando olho o censo, busco não ver apenas o registro burocrático de uma sociedade que começa a se pensar à luz de certa racionalidade, mas opero sobre essa fonte, desnaturalizando-a, fazendo desse registro “documento histórico”, que fundamentará todo o percurso.

A partir do recenseamento, vislumbra-se então aquilo que ao longo do século XIX foi um dos fatores estruturados da urbanização e da constituição da urbanidade: o medo. Medo da peste, medo da contaminação, que se desdobra no medo do outro, no medo do pobre, do trabalhador, convertidos sob a égide desse medo em vadios, vagabundos, preguiçosos, loucos-alienados, idiotas e dementes.

Travestido de objetividade, cientificidade e neutralidade, portanto, sem conotação político-partidária, o censo se impõe como índice de modernidade, na medida em que funciona como um diagnóstico do estado da cidade e, por conseguinte, do país.

A partir dos dados do censo, de uma maneira objetiva e racional, a cidade e o país poderiam saber suas carências, seus excessos. Dentre as fontes consultadas, o recenseamento urbano de Cuiabá de 1890 adquiriu grande importância, já que nele eu podia ver uma espécie de radiografia da cidade, com alguns dos estriamentos existentes, considerados, naquele contexto, como as suas principais fissuras.

O recenseamento funcionou como guia e, como *flâneuse* imaginária, conduzi-me por alguns dos trajetos percorridos pelo recenseador José Barnabé de Mesquita e comitiva. Nesse caminho, visitei lugares da cidade, mas este não foi um simples caminhar por ruas, travessas, praças e largos. A comitiva, ou o mapa por ela produzido, proporcionou-me mais do que andar pela cidade, mais do que seguir seus passos pelas ruas de Cuiabá. Com os recenseadores, uma a uma, vi abrirem-se as portas de todas as casas e casebres da cidade, talvez sem a menor cerimônia, afinal, eles — os recenseadores — não eram pessoas quaisquer: eram funcionários públicos, dispunham da autoridade conferida pelo Estado para, por exemplo, entrar na casa das pessoas, interrogá-las/observá-las e classificá-las segundo diversas categorias, na maioria das vezes, indicando juízo de valor, e, desse modo, exteriorizando (para felicidade do historiador) algumas das ideias veiculadas no período.

Fonte preciosa que possibilita inúmeras reflexões - considerando a variedade de temas nela contidos-, para este trabalho, o censo indicou que a loucura em Cuiabá, a partir de 1890, passou a ter nome, idade, endereço, estado civil, raça, entre outros aspectos, codificada como alienação mental, demência e idiotia, todos esses inscritos na seguinte categoria: defeitos físicos.

Mas a eleição dos critérios utilizados no censo de 1890 apontava, também, para o que estava em jogo naquele momento: a construção da nação e a cidade adquire aí grande importância, já que foi o lugar escolhido para veicular essa ideia. Todavia, a cidade que se tem em fins do século XIX, no Brasil, é marcada pela rusticidade e pela “quase” ausência de delimitações entre o ambiente rural e urbano. Outro problema se apresenta nesse sentido: o das populações da cidade. Era preciso civilizar esta população, torná-la cidadã, distanciando-a o máximo possível da imagem de atraso, de rusticidade, estabelecendo, dessa forma, as diferenças entre o ambiente urbano e o rural, entre o homem da cidade e o homem do campo.

Assim, a ideia de cidade vai tomando conta de tudo: da higiene pessoal; da higiene da casa; das relações pessoais e familiares; do indivíduo que vai se tornando cidadão; da percepção do espaço público, que deixa de ser visto como quintal das casas de moradia, etc.

A partir dessa experiência de vivência urbana, a cidade ganha um novo sentido para seus moradores e velhos problemas – problemas da cidade –; estes passam a ser pensados por outro ângulo – o dos problemas urbanos.

Nada do que era urbano era estranho às autoridades da cidade, daí a loucura, a higiene, a sexualidade, a moradia, os comportamentos. Daí o insólito e patético **Os Dez Mandamentos da Saúde**, publicados no Jornal **O Mato Grosso**, de 1922, que sugeria que a população dormisse 8 horas por dia e tivesse vida sexual moderada, que se alimentasse sem exageros, que varresse a casa, que dormisse de janela aberta, que cuidasse das latrinas, que tomasse banho todos os dias e não abusasse do ópio, do éter e da cocaína.

E aqui tomo por empréstimo uma observação feita por Robert Moses Pechman em relação às minhas incursões sobre as práticas de higienização inscritas em Cuiabá, que diz algo mais ou menos assim: “Cidade sã...Quem em sã consciência pode pensar que existe uma cidade sã. A cidade sã, deve ser muito chata, tipo o paraíso celestial...”.

É assim que compreendo a cidade como o local escolhido pelo Estado - nunca ela em si mesma - para interditar práticas tidas como atrasadas ou práticas que tendem a escapar a qualquer controle (em geral, umas e outras acabam sendo coincidentes), além de identificar, isolar, classificar e finalmente livrar-se de seus bárbaros, de seus escolhos, de seus restos imperfeitos.

Não há, portanto, porque suspeitar do censo como instrumento, ainda que não o único, como meio para que o país se constitua numa verdadeira nação que pudesse ombrear com aquelas mais desenvolvidas, mergulhando fundo na elaboração de práticas disciplinadoras, na expectativa de gerar uma nova ordem social, em que as múltiplas cidades que pululavam sob o título da capital de Mato Grosso irão se transformar numa única Cuiabá, a Cuiabá republicana de ordem e progresso.

A cidade emergirá então como espécie de texto...

Disciplina, normatização, biopoder...

Tarefa difícil esta de construir uma nação num país onde havia tanto “atraso”, segundo os governantes e outras autoridades da época, na comparação que se fazia, sobretudo, com a Inglaterra e a França - as grandes referências do Brasil em fins dos oitocentos, para

designar avanços, desde o final do período colonial. Tarefa difícil também esta de civilizar um povo com tantas práticas arraigadas, tantos vícios, conforme os “conhecedores” da lei e da disciplina; tantos maus hábitos, segundo os preceitos da higiene e da ciência. E já que não havia ainda uma nação, nem cidade que pudesse ser assim designada, muito menos o povo desejado, era imperativo construí-los.

Lançando mão de teorias científicas em voga e experimentos diversos, inúmeras medidas foram tomadas para a realização desse ambicioso projeto. Adotaram-se tecnologias de poder de disciplinarização, estabelecendo, assim, o Estado de polícia, como denominou Michel Foucault (1987), o conjunto de práticas de interdição e vigilância permanente sobre os indivíduos. E foi sobre isso que os relatórios, ofícios, entre outras tipologias documentais da Chefatura de Polícia de Mato Grosso nos foram revelando, tirando as camadas encobertas da cidade, tornando visível aquilo que ela própria queria esconder. Resistentes ao estabelecimento dessa nova ordem, os loucos, pouco a pouco, são encarcerados, isolados e retirados da cena urbana. Se, em alguns casos (talvez os primeiros), isso se deu com certa cerimônia, em outros, possivelmente não, já que muitos dos alienados encarcerados na cadeia pública da capital nem registro sobre os motivos do seu recolhimento mereceram: estavam presos na cadeia e pronto; por ora, isso bastava.

Mas a constituição do louco como problema urbano, ou, ainda, a percepção do louco como um perigo social iminente vai alicerçar-se em outras bases, quando entram em cena o projeto de construção da nação e a constituição de uma população civilizada. Para realização de tamanho projeto, o Estado lança mão da ciência, pela utilização tanto das disciplinas quanto de outras tecnologias de poder, não mais voltadas apenas para o indivíduo ou para o detalhe. População, relação homem e ambiente - ambiente compreendido como produzido pela ação humana -, endemias, sexualidade e raça são os temas dos quais a nova tecnologia de poder utilizada, o biopoder, vai ocupar-se.

Mais do que uma simples dicotomia entre normal e anormal, a loucura é aquilo que subverte a ordem, a regulamentação que o Estado, por meio das tecnologias de poder em uso, estabelece. Subvertendo, subvertido, espelho distorcido da imagem na qual o homem quer se ver, a loucura sai dos campos da desrazão e é classificada, codificada e aprisionada. Não faltará quem a queira ter como seu domínio, para fazer dela o seu objeto. Assim, um novo campo de saber é constituído para lidar com isso que, dizem, escapa à compreensão, como os demais conjuntos de coisas imediatamente explicáveis. E se uma ciência é, com esse fim, inventada - a psiquiatria —, seu objeto, a loucura, para e por ela é reinventada. Engana-

se, entretanto, quem pensa que essa invenção tenha significado o fim do aprisionamento dos loucos na cadeia da capital, nem mesmo no momento imediatamente posterior ao da inauguração do Asilo dos Alienados - que se deu pouco mais de vinte anos depois da primeira tentativa, em 1915, de se criar um lugar especialmente destinado aos loucos —, nem na atualidade:

O Asilo dos Alienados foi fundado em 1931, quando foram para lá transferidos todos os alienados da cadeia pública⁴. Sua localização, na saída de Cuiabá, e a topografia do terreno, próximo às margens do Rio Coxipó, “quase” nos remetem a outros tempos. Tempo em que uma grande nau ia navegando ao longo de águas calmas, levando sua carga insana. Mas, estes são outros tempos e, ao contrário da Nau dos Loucos, a cidade desse tempo não escorraçará mais seus loucos. Ela os aprisionou... (PINHO, 2007, p.116).

Referências Bibliográficas

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: História da violência nas prisões**. 8. ed. Petrópolis: Vozes, 1987.

PECHMAN, Robert Moses. **Cidades estreitamente vigiadas: o detetive e o urbanista**. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2002.

PINHO, Rachel Tegen. **Cidade e loucura**. Cuiabá-MT: EdUFMT; Entrelinhas, 2007.

Bibliografia Consultada

DE CERTEAU, Michel. **A escrita da história**. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 2002.

DELUMEAU, Jean. **História do medo no ocidente: 1300–1800**. São Paulo: Companhia da Letras, 1989.

FOUCAULT, Michel. **História da loucura na Idade Clássica**. 3. ed. São Paulo: Perspectiva, 1991.

_____. **História da sexualidade: a vontade de saber**. São Paulo: Graal, 1993. v.1.

_____. **Em defesa da sociedade: curso no Collège de France (1975-1976)**. Martins Fontes: São Paulo, 2002.

⁴ Isso não significa que a prática policial de recolher os loucos na cadeia tenha cessado com a inauguração do Hospício de Cuiabá.

_____. **Os anormais**: curso no Collège de France (1974-1975). Martins Fontes: São Paulo, 2002.

PELBART, Peter Pál. **A nau do tempo rei**: 7 ensaios sobre o tempo da loucura. Rio de Janeiro: Imago, 1993.

SEVCENKO, Nicolau. **A revolta da vacina**: mentes insanas em corpos rebeldes. São Paulo: Scipione, s/d.

A REVISTA DO IHGB E A HISTÓRIA DO SEGUNDO REINADO: MEMÓRIA, HISTÓRIA POLÍTICA E IDENTIDADE.

Renilson Rosa Ribeiro¹

Luis César Castrillon Mendes²

“Art. 1º O Instituto Historico e Geographico Brasileiro tem por fim colligir, methodisar, publicar ou archivar os documentos necessarios para a historia e geographia do Imperio do Brazil; e assim tambem promover os conhecimentos destes dous ramos philologicos por meio do ensino publico, logo que o seu cofre proporcione esta despesa”.

[“Extracto dos Estatutos”. **Revista do IHGB** (1), 1839, p. 18]

Introdução

No ano de 1838, em meio ao conturbado período regencial, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) foi criado sob o patrocínio da sociedade Auxiliadora da Industrial Nacional (SAIN), na cidade do Rio de Janeiro. Ali se instauraria a escrita institucional da história do Brasil a partir da ação de letrados como Januário da Cunha Barboza, Raimundo da Cunha Mattos, Francisco Adolfo de Varnhagen, Gonçalves Dias, entre outros.

Segundo Neuma Brilhante Rodrigues (2001, p.28), o ano de 1838 vislumbrou a fundação de duas importantes instituições que tinham por fim a organização de arquivos que autorizassem a escrita futura de uma grande e completa história da nação recém-independente – o Arquivo Público e o IHGB. Ao tomar como referência Pollak, a autora destaca que a constituição desses dois órgãos com os mesmos objetivos “demonstra a percepção, por parte de alguns grupos brasileiros”, das “[...] funções positivas desempenhadas pela memória comum, a saber, de reforçar a coesão social, não pela coerção, mas pela adesão afetiva ao grupo [...]” (POLLAK, 1989, p.3).

Em síntese, Rodrigues propõe que se evite uma visão do IHGB como uma instituição desvinculada das questões políticas de sua época. Para Lúcia Guimarães (1995), é necessário que

¹ Professor Dr. do Departamento de História da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT) – Campus Universitário de Rondonópolis; doutorando em História Cultural pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP); organizador dos livros *O negro em folhas brancas* (IFCH/UNICAMP, 2002) e *Ensino de História: trajetórias em movimento* (Editora da UNEMAT, 2007).

² Professor do Departamento de História da Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT); Licenciado em História pela Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT).

se pare de reproduzir versões românticas que tomam a criação do IHGB como uma obra de meramente acadêmica, fruto de um desprendido amor ao Brasil e às letras, ou mesmo como a única versão possível dada pela elite política da época. Outro ponto a ser registrado nessa revisão é a necessidade de se romper com uma leitura que pense o Instituto como um lugar de pensamento homogêneo e totalizante, silenciando-se, diante das diferenças, conflitos e negociações.

A historiografia produzida pelos membros do IHGB, ao longo do século XIX, teve como característica principal a proximidade com a política centralizadora do Estado durante o Segundo Reinado e com a problemática da invenção da nação. Nas suas sessões, políticos, funcionários públicos e intelectuais reuniam-se para pesar e debater questões que envolviam a história antiga e moderna do Brasil.

Nesse sentido, o presente texto procura analisar as possibilidades temáticas de estudo sobre a história cultural e política do Segundo Reinado a partir das páginas da **Revista do IHGB**, publicação oficial do grêmio, apresentadas pela historiografia brasileira nos últimos anos. A **Revista**, de acordo com os pesquisadores, constitui *locus* privilegiado de pesquisa por apresentar reprodução de documentos históricos, artigos, biografias e juízos sobre obras, bem como a transcrição das atas das sessões que contemplam discursos, pareceres e leituras de trabalhos, relatórios de atividades, discussões e propostas da história do país.

Enredos temáticos para uma história do IHGB: olhares historiográficos

Em **Historiadores do Brasil**, por exemplo, Francisco Iglésias (2000) elegeu como marco na história da historiografia brasileira o ano de 1838, momento da criação do Instituto. Para o autor, o órgão criou uma maneira de fazer pesquisa no Brasil pautada no pragmatismo da história e no cuidado com a documentação.

Ao refletir sobre a produção historiográfica brasileira entre 1838 e 1931, o autor percebeu que a maioria dos historiadores teve como referência de centro de pesquisa o IHGB, seja auxiliando na tarefa de coleta, seleção e conservação de documentos, seja na produção de trabalhos vinculados ao Instituto ou independentes. Para ilustrar sua afirmação, ele trouxe referências comentadas sobre a produção de muitos autores que tiveram sua trajetória intelectual ligada ao Instituto, como, por exemplo, Francisco Adolfo Varnhagen, Gonçalves Dias, João

Francisco Lisboa, Joaquim Norberto de Souza Silva, Joaquim Caetano da Silva, José Maria da Silva Paranhos Júnior – o barão do Rio Branco, entre outros.

O discurso de Iglésias sobre a relevância do Instituto para a escrita da história do Brasil corroborou as afirmações tecidas por José Honório Rodrigues (1978, p. 37) no livro **A pesquisa histórica no Brasil**, publicado nos anos 1950, no qual este afirmava que “a pesquisa histórica no Brasil nasceu da fundação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro”.

Esse autor ressaltou as iniciativas da instituição na criação de uma metodologia de pesquisa fundada na busca incessante de fontes documentais para a formação de um arquivo sobre a memória nacional. Para ele, em síntese, o Instituto, por meio de rigoroso procedimento de coleta, seleção e arquivamento de fontes, foi o responsável pelos fundamentos de um sistema de investigação histórica no Brasil.

Ao analisar a produção do Instituto durante um centenário (1838-1938), Rollie E. Poppino observou a importância da sua **Revista** como relevante veículo de divulgação dos saberes produzidos pelos seus historiadores. Na sua leitura, a história da trajetória das revistas históricas na América Latina era necessária para se entender o desenvolvimento intelectual dos países.

Para escrever a história do Instituto pela sua **Revista**, o autor adotou dois objetivos: indicar as suas contribuições para a história do país e das outras ciências sociais e descrever, em linhas gerais, as tendências e o desenvolvimento da escrita histórica no Brasil para o período entre 1839 e 1938 (POPPINO, 1953, p. 312). A partir de uma pesquisa estatística, o autor produziu um levantamento das periodizações e temáticas exploradas pela **Revista** do IHGB ao longo do período estudado. Apontou que esta deu primazia para a área de História (45%), em especial, sobre o passado colonial, e enfatizou uma história política. Assim como Rodrigues, Poppino apontou os méritos do Instituto como pioneiro na pesquisa histórica, ressaltando a importância da publicação de documentos feita pela sua **Revista** como fonte rica de trabalho para os estudantes. Contudo, seu trabalho restringiu-se apenas ao levantamento estatístico dos temas e períodos privilegiados pelo IHGB nas páginas de sua **Revista**.

Ao elaborar um estudo sobre o IHGB dentro do projeto de construção da ideia de nação e civilização no Brasil Imperial, Manuel Luís Salgado Guimarães (1988, p.14) foi o primeiro a traçar com clareza os fios temáticos condutores sobre esta instituição de pesquisa.

De acordo com o autor, a fisionomia criada para a nação que os letrados do Instituto cuidaram de reforçar visou a produzir uma homogeneização da imagem do país entre as elites

brasileiras. Foi, na sua leitura, uma certa atitude iluminista³ – o esclarecimento, em primeiro lugar, daqueles que estão no topo da pirâmide social, que, por seu turno, encarregaram-se da tarefa de esclarecimento do resto da sociedade – que presidiu o pensar a questão da nação no espaço brasileiro do século XIX (ibidem, p.6).

Em relação à **Revista**, Manoel Guimarães afirmou que ela se constituía em espaço privilegiado para se rastrear o projeto ambicioso do IHGB, pois além de registrar as suas atividades através de seus relatórios, divulgar cerimônias e atos comemorativos diversos, suas páginas se abriram à publicação de fontes primárias como forma de preservar a informação nelas contidas – aliás, parte representativa de seu conteúdo nos primeiros tempos – de artigos, biografias e resenhas de obras (ibidem, p.20). Numa análise do conteúdo do periódico, o autor identificou a incidência de três temas fundamentais, que chegaram a absorver 73% do volume de publicações e trabalhos: 1) a questão indígena; 2) as viagens e explorações do território brasileiro; 3) a história regional (ibidem, p.22-29).

Ao debruçar-se sobre as relações entre cientistas, instituições e questão racial no Brasil entre 1870 e 1930, Lilia Schwarcz (1993) dedicou especial atenção para a produção dos institutos históricos como *locus* de produção de saberes para elaborar um projeto de reconstrução da história do país.

Para a autora, na esteira de Manoel Guimarães, a ideia de criar um grande projeto de reconstrução da história do país proposta pelos institutos históricos em meados do século XIX parecia vincular-se a uma perspectiva nacional em processo de criação (ibidem, p.99).

Ao pretender fazer uma história social das ideias, ou uma história construtivista da ciência, “na qual tenham lugar tanto a dinâmica de reconstrução de conceitos e modelos como o contexto em que essas teorias se inserem, que lhes confere ainda novos significados” (ibidem, p. 17), a autora adentrou os salões documentais do IHGB para compreender como se fazia uma história do Brasil, dando destaque à organização das comissões, dos estatutos e das hierarquias internas.

Um aspecto que saltou aos olhos da autora, fazendo coro com as afirmações de Rollie Poppino, foi a quantidade de trabalhos sobre história colonial. Essa tendência, na sua leitura,

³ Ao longo do artigo, Guimarães destacou a presença da tradição historiográfica iluminista na concepção de história do Instituto, tanto pelo tratamento linear dado ao desenvolvimento da história, quanto por sua instrumentalização como “mestra da vida”: “É a tradição particular do iluminismo português, marcadamente católico e conservador, que deixará suas marcas na geração fundadora do Instituto Histórico” (IDEM: 14).

estaria ligada à concepção de história difundida no local, que interessada em buscar eventos conformadores de uma identidade nacional, encontrava em momentos remotos da história do país seus episódios ideais (ibidem, p.113).

Escrever história para o IHGB constituía uma atividade de garimpagem, de quem recolhe documentos assim com se achavam preciosidades. O ato de selecionar fatos supunha a mesma ideia de isenção encontrada no especialista que, consciente do seu ofício, separava as boas pedras das más, ou mesmo daquelas que ofereciam pouco brilho aos olhos. Nas mãos dos senhores da memória, no IHGB começou a se conformar uma história que se pretendia única, apesar de marcadamente regional; uma utilização parcial e seletiva de fatos e documentos a despeito de sua falsa neutralidade na seleção (cf. SCHWARCZ, 1998).

Embora tivessem destacado essa presença de compilação de documentos e textos historiográficos sobre o período colonial, Manoel Guimarães e Schwarcz não se detiveram na análise desse material, em especial, no processo de sua constituição metodológica pelos membros do Instituto.

Numa perspectiva comparativa, Cláudia Regina Callari (2001, p.59) analisou a trajetória do IHGB e do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais (IHGMG) observando-os no contexto de sua formação e atuação. A produção do saber e a elite política confundiam-se nos dois momentos, sendo que, no período imperial, a leitura da história reiterava a existência da Monarquia. Após os eventos de 1889, caberia ao IHGMG a recuperação da Inconfidência Mineira, sob o aspecto de modelo republicano fundador da História do Brasil. A produção, segundo a autora, reforçou, nos dois casos, a orientação oferecida pelos Institutos Históricos.

Para Callari, a historiografia brasileira ainda tem apresentado uma visão preconceituosa sobre o trabalho realizado pelo IHGB na escrita da história do Brasil e na constituição de uma área de saber. Lembrou, assim como havia feito José Honório Rodrigues e Rollie Poppino, que os institutos históricos foram os pioneiros na coleta e sistematização da documentação histórica, em levantamentos geográficos e em estudos etnográficos e linguísticos.

Ao destacar a importância do IHGB no panorama cultural do Império, Lúcia Guimarães (1995) procurou analisar a instituição por outra perspectiva, que até bem pouco tempo permaneceu no limbo da historiografia, escondido pelo escudo do discurso da pretensa imparcialidade do ofício do historiador. Ela tratou da trajetória do Instituto à luz da conjuntura política da época, articulando-a ao processo de consolidação do Estado monárquico e seus

desdobramentos ao longo do Segundo Reinado. O Instituto assumia, nessa leitura, a dupla função de construir uma memória de Estado que defendesse a continuidade da história nacional – da colônia para o império – e criar uma memória sobre o Segundo Reinado – exigência do próprio imperador D. Pedro II, na cerimônia de inauguração das novas instalações do Instituto, no terceiro andar do Paço Imperial, em 15 de dezembro de 1849.

Nas páginas da **Revista**, por exemplo, ou em outras publicações e eventos comemorativos e solenidades, passado e presente se conjugavam na figura do único monarca nascido em terras americanas. Por um lado, recordava-se a sua origem, descendente das mais tradicionais linhagens européias. Por outro, colocava-se em relevo, em seguida, sua condição de natural da terra de Santa Cruz. O que significava, ainda, ressaltar uma outra peculiaridade, comum ao país e seu governante: *a juventude*.

Amparado numa perspectiva de interpretação pós-colonial e nas proposições de Michel Foucault e Dominick LaCapra, Lúcio Menezes Ferreira (2002) realizou uma reconstituição dos processos pelos quais os pensamentos, dialogando entre si e com o seu mundo, formularam a Arqueologia Imperial no IHGB. Com base nessa reconstituição, sua pesquisa explorou a emergência de uma *geoestratégia*, que tomava conta de boa parte do campo discursivo da Arqueologia Imperial entre 1838 e 1877.

Segundo o autor, a Arqueologia mundial, como saber integrante das Humanidades, declinou historicamente com o discurso imperialista e colonialista. No Brasil, as pesquisas arqueológicas realizadas pelo IHGB flexionaram-se também nos modos de prática coloniais. Assim, esse trabalho procurou mostrar, por meio de uma reflexão arqueológica, que o Instituto incentivou os ímpetus de um imperialismo interno, tecendo representações dos grupos indígenas que, de um lado, estipularam uma política de identidades para a jovem nação que então se criava, impulsionando, de outro, projetos de colonização dos territórios mais afastados, dos sertões distantes da sede do centralizado poder Monárquico, situado no Rio de Janeiro (ibidem, p.2).

Ao se debruçar sobre os números da **Revista** e outras publicações do órgão e de seus sócios, o autor pesquisou como se constituíram os debates sobre a questão indígena no Brasil Imperial. Sua pesquisa foi um mergulho temático e problematizado na produção do IHGB, uma instituição que também produziu um saber sobre e para o Estado. Além disso, aprofundou a dimensão arqueológica e etnológica do IHGB, áreas do saber não tão privilegiadas pelos estudiosos do tema aqui analisados. O Instituto, na leitura do autor, aparecia como instrumento

para conformar uma rede de saberes que envolvia a História, a Geografia, a Arqueologia e a Etnografia.

Neuma Brilhante Rodrigues (2001, p.8), trilhando também as páginas da **Revista**, procurou compreender como a historiografia produzida pelo grêmio, durante o Segundo Reinado, teve um íntimo contato com a política centralizadora do Estado e com o delicado processo de fabricação da nação. Segundo a autora, entre os diversos temas presentes nas atas das sessões do IHGB, podia-se “destacar a preocupação em relação às origens da nação, assim como a descoberta – ou mesmo a construção – de experiências comuns que permitissem concretizar essa mesma nação”.

Em sua pesquisa, Neuma Rodrigues observou que a busca obsessiva pela identidade brasileira adotou um duplo movimento: de um lado, procuraram aqueles elementos que aproximassem o Brasil independente das demais nações civilizadas (européias), de outro, demarcaram as características singulares do país com a finalidade de diferenciá-lo dos conjuntos dos outros povos. Em síntese, os letrados do IHGB tentavam desenhar o molde do tipo ideal nacional – *o ser brasileiro*. Nesse sentido, a autora elegeu como objeto de análise alguns temas chave presentes na **Revista**, como (1) as consequências da colonização brasileira pelos portugueses; (2) o uso do trabalho escravo e (3) os papéis da miscigenação e do indígena na formação da nação brasileira (ibidem, p.16).

Já o estudo de Edney Sanchez (2003) enveredou-se pela análise da produção e circulação da **Revista do IHGB** no período entre 1839 e 1889. O autor, dialogando com os pressupostos da crítica e história literária, destacou que a **Revista** atravessou o século XIX como porta-voz de um grupo de intelectuais brasileiros próximos ao poder imperial e reunido em torno do Instituto. A partir de informações a respeito de sua *materialidade* – tais como tiragem, locais de impressão, alcance e forma de distribuição – foi possível reconstruir o itinerário histórico dessa revista. O objetivo de seu trabalho foi analisar, tendo como referência principal o periódico, o mundo letrado no Brasil do século XIX, especialmente na cidade do Rio de Janeiro durante o Segundo Reinado, partindo do conceito de *cidade letrada* proposto por Angel Rama para compreender a presença dos intelectuais na sociedade latino-americana.

Para Janaina Zito Losada (2007, p.10), “a experiência humana de refletir, registrar e observar a natureza tornou-se uma intensa paixão para homens e mulheres do científico século XIX”. A partir dessa afirmação e da leitura dos relatos de viagens publicados na **Revista do**

IHGB entre 1839 e 1889, ela propõe o estudo da relação entre paixão, natureza e pensamento histórico no século XIX brasileiro. Para a autora, sua pesquisa constituiu-se em

uma aproximação ao pensamento que se debruça sobre a natureza, mas não o pensamento mítico ou perdido nas antigas civilizações, sequer ao pensamento do verdadeiro ou do falso, que traria um outro tipo de reflexão. Aqui, o pensamento histórico oitocentista é o espaço do qual emergem afetos dominadores, idéias que deixam ver e pensar uma natureza determinada, na maior parte das vezes romântica, quase sempre nacional. Nosso desejo aqui, é refletir a produção de uma determinada história, produzida pelo discurso oficial e imperial do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro – IHGB. Uma história que vai buscar no discurso dos naturalistas, viajantes e cientistas do seu tempo o apoio para a sua própria construção discursiva. É justamente aí que notamos um explodir da natureza, isolada e antiga, percebida no conjunto das páginas de uma publicação que é fruto das preocupações do próprio Império com as dimensões de sua extensão seus passados e de suas riquezas. (ibidem, p.11).

Direcionando a pauta dos estudos sobre a produção do IHGB e as suas articulações com a história do Segundo Reinado, Francisco Gouvêa de Sousa (2008, p.6) propôs ao estudo da sua **Revista** desde o fim da guerra no Paraguai até a proclamação da República, resultando, entre outros aspectos, “numa reflexão acerca do tempo histórico, esboço de uma extensão e uma intensidade particulares aos textos e autores publicados nesse periódico”.

Segundo Sousa, na medida em que os textos e autores apresentavam uma nova era pós-Guerra do Paraguai para o Instituto e o Império, delimitavam um período cujo ponto de partida foi a participação do Imperador em uma sessão do grêmio. O compromisso e lealdade para com o monarca e com a ordem que ele simbolizava – Monarquia Constitucional – ganham tonalidades fortes a partir da proposta dos sócios do IHGB de ampliação desse período. Nesse sentido, mantinham-se fiéis a um conjunto de debates anteriores à guerra que tratava especialmente de fronteiras e nações, ao passo que do lado de fora das sessões do Instituto, a República era uma ideia consentida.

Nessa pesquisa, Sousa deteve-se com especial atenção nos textos e autores como Visconde de Taunay e Couto de Magalhães, que tratavam de temas relacionados às fronteiras e às nações, em um debate em que a questão do território se misturava com uma discussão sobre os *selvagens* – seus habitantes.

Fazendo uso de vasta documentação do acervo do IHGB, Renato Amado Peixoto (2005, p.12) aborda em sua tese a construção do espaço brasileiro por meio da corografia e da

cartografia do século XIX. O autor analisa o surgimento de uma nova forma corográfica, que foi, a partir da segunda metade do século XIX, financiada pelo Estado monárquico. Essa nova corografia constituía-se enquanto um esforço ordenador e normatizador que pretendia mais subornar que informar. As partes e regiões eram designadas pelo seu pertencimento a uma unidade histórica e territorial. Nesse sentido, a nação teria o seu reconhecimento em sua descrição física e em relação às suas divisões políticas, compondo parcelas de uma unidade administrativa, eclesiástica e judiciária.

Essas novas propostas conviveriam com as narrativas do velho estilo até se constituíram em predominantes na década de 1880, quando se tornaram materiais didáticos nos Liceus e no Colégio Pedro II. Dessa forma, conclui Peixoto, as antigas narrativas descritivas e pictóricas iniciais transformaram-se em exposições sistemáticas e mnemônicas.

O autor observa, também, por intermédio da cartografia, o “ato de se mapear um território” um feito permeado pela cultura – impressões e descrições são participantes de um mesmo processo de fabricação da identidade coletiva: “Os mapas e as corografia, enquanto instrumentos dessa intervenção cultural são construídos a priori, no conjunto das representações de seus narradores e estão sujeitos, por conseguinte, a constantes reelaborações da mesma identidade coletiva” (ibidem, p.35).

Ao analisar as demarcações de fronteira, seja no extremo oeste da região amazônica, seja na fronteira oeste mato-grossense ou na da região do Prata, o autor propõe possíveis pesquisas acerca das articulações envolvidas nas demarcações de linhas fronteiriças, tratados e negociações diplomáticas.

Em linhas gerais, percebemos como os autores aqui considerados, conquanto falem de lugares teóricos e institucionais diferenciados, têm apresentado conclusões semelhantes sobre as particularidades do Instituto: 1) o seu pioneirismo como instituição de pesquisa histórica no país; 2) a sua importância para constituição de um projeto de nação no Brasil Imperial; 3) o seu compromisso de escrita de uma história brasileira, como palco de atuação de um Estado iluminado, esclarecido e civilizador; 4) o seu papel no processo de exclusão dos outros internos (índios e negros) e externos (repúblicas formadas nas antigas colônias espanholas na América); 5) as consonâncias de sua historiografia com os projetos de centralização política do Segundo Reinado.

Pesquisas mais recentes tendo o IHGB como objeto de estudo têm procurado fazer uma história intelectual dos seus sócios, percebendo sua atuação na esfera das ações do Instituto como *locus* privilegiado de confecção de uma memória nacional. Figuras como Januário da Cunha Barboza, Karl F. Phillip von Martius, Francisco Adolfo de Varnhagen, Joaquim Norberto de Souza e Silva, Joaquim Manuel de Macedo, Gonçalves Dias entre outros têm suas trajetórias perseguidas nas páginas da **Revista**, bem como em outras esferas de atuação intelectual e política do Segundo Reinado. Para além de biografias ou ensaios bibliográficos, essas pesquisas apresentaram novos encaminhamentos para pensar a história e memória política do Brasil no século XIX, restituindo o debate sobre os sujeitos da história, bem como sobre os modos de escrever a história do Brasil (cf. SOARES, 2002; CÉZAR, 2002; SILVA, 2006; GUIMARÃES, 2006).

Referências Bibliográficas

CALLARI, Cláudia Regina. Os Institutos Históricos: do patronato de D. Pedro II à construção do Tiradentes. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 21, n. 40, p. 59-83, 2001.

CÉZAR, Temístocles. **L'écriture de l'histoire au Brésil au XIX^e siècle** : Essai sur une rhétorique de la nationalité : le cas Varnhagen. 450f, 2002. Tese (Doutorado em História) – Centre de Recherches Historiques, École des Hautes Etudes en Sciences Sociales, Paris, 2 v.

FERREIRA, Lúcio Menezes. **Vestígios de civilização**: a arqueologia no Brasil Imperial (1838-1877). 177f. 2002. Dissertação (Mestrado em História Cultural) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas.

GUIMARÃES, Manoel Luis Salgado (Org.). **Estudos sobre a escrita da história**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2006.

GUIMARÃES, Manoel Luís S. Nação e civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, n.1, p. 5-27, 1988.

GUIMARÃES, Lúcia Maria P. Debaixo da imediata proteção de Sua Majestade Imperial: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1838-1889). **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, Rio de Janeiro, ano 156, n. 388, p. 459-613, jul/set. 1995.

IGLÉSIAS, Francisco. **Historiadores do Brasil**: capítulos de historiografia brasileira. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; Belo Horizonte: Ed. da UFMG/IPEA, 2000.

LOSADA, Janaina Zito. **A paixão, a natureza e os ritmos da história:** o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro no século XIX. 241f, 2007. Tese (Doutorado em História), Setor Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, Curitiba.

POPPINO, Rollie E. A Century of the *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. **The Hispanic American Historical Review**, LOCAL, v. XXXIII, n. 2, p307-332, may 1953.

RODRIGUES, José Honório. **A pesquisa histórica no Brasil**. 3 ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1978.

RODRIGUES, Neuma Brilhante. **“O amor da pátria, o amor das letras”:** as origens da nação na Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1839-1889). 149f, 2001. Dissertação (Mestrado em História), Instituto de Ciências Humanas, Universidade de Brasília, Brasília.

SANCHEZ, Edney Christian T. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro:** um periódico na cidade letrada brasileira do século XIX. 221f, 2003. Dissertação (Mestrado em Teoria e História Literária), Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas

SCHWARCZ, Lilia M. **As barbas do imperador:** Dom Pedro II, um monarca nos trópicos. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

_____. **O espetáculo das raças:** cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930). São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SILVA, Taíse Tatiana Quadros da. **A escrita da tradição:** a invenção historiográfica na obra *História Geral do Brasil*, de Francisco Adolpho de Varnhagen (1854-1857). 213f, 2006. Dissertação (Mestrado em História), Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

SOARES, Sônia Regina Pinto. **Joaquim Norberto de Souza Silva – historiador:** um olhar sobre Minas Gerais Colonial. 267f, 2002. Dissertação (Mestrado em História Social), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

SOUSA, Francisco Gouvêa de. **Entre fronteiras e nações:** Um estudo sobre a revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro desde 1870 a 1890. 112f, 2008. Dissertação de Mestrado em História Social da Cultura - Centro de Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

Bibliografia Consultada

KODAMA, Kaori. **Os filhos das brenhas e o Império do Brasil:** a etnografia no Instituto Histórico e Geográfico do Brasil (1840-1860). 295f, 2005 Tese (Doutorado em História Social da Cultura) – Centro de Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

PEIXOTO, Renato Amado. **A máscara da Medusa**: a construção do espaço nacional brasileiro através das corografias e da cartografia no século XIX. 427f, 2005. Tese (Doutorado em História) - Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

INTERSTÍCIOS E INTERFACES ENTRE A HISTÓRIA E A LITERATURA: UMA NOVA VELHA DISCUSSÃO

Rubens Gomes Lacerda¹

Quem bebe um gole de vinho, pode arriscar-se a falar sobre a garrafa inteira, mas comete grave erro se estender seu julgamento a toda a safra ou – pior – à marca estampada no rótulo. Um pouco a mais de ar na garrafa que vai sendo esvaziada ou as condições de armazenamento de cada unidade, podem alterar o conteúdo e comprometer o julgamento. Enologia e literatura tem algo em comum: o conhecimento nem sempre corresponde à quantidade do que se bebe ou lê, mas à sensibilidade do degustador de goles ou palavras que produzem encantamento. O encantamento é, portanto, precioso como o bom vinho e a boa literatura: Ambos extremamente raros.

(Paulo Micelli)

Seguindo o fluxo de raciocínio deste pensamento, nós, no presente texto, propomos a perseguir dois objetivos principais: o primeiro está mais relacionado à observação do reconhecimento ou, de maneira mais otimista, à “re-valorização” do traço narrativo na escritura historiográfica, sobretudo, após Lawrence Stone ter publicado, em novembro de 1979, um pequeno artigo, intitulado: “O renascimento da narrativa: reflexões sobre uma velha nova história” (STONE, 1979), nas prestigiosas páginas da revista inglesa **Post and Present**, em que o autor, de forma crítica e polêmica, buscou reavaliar a concepção ou a definição de uma simples volta da narrativa.

Nesse sentido, pensado não unicamente com Stone, mas também com outros autores, como o filósofo francês Paul Ricoeur (RICOEUR, 1983), nós podemos observar certa continuidade do traço narrativo na escritura historiográfica, mesmo quando se buscou fazer uma história mais analítica e menos factual, ao estilo da primeira fase dos *Annales*, com Bloch e Lucien Febvre, ou da segunda fase, mais estruturalista de inspiração braudeliana.

Assim, pensando não mais com Stone ou Paul Ricoeur, mas com Chartier, “[...] é uma boa maneira de dizer que os historiadores, assim como os outros, nem sempre fazem o que pensam fazer e que as rupturas orgulhosamente reivindicadas mascaram com frequência as continuidades ignoradas” (CHARTIER, 2002, p. 14). Já o segundo objetivo está mais direcionado para a análise e reflexão de uma epistemologia da diferença, vinculada, em grande parte, às ressonâncias do pensamento nietzscheneano. Desta forma – como bem

¹Mestrando em História pela UFMT.

lembra e teoriza Chartier (1990)² sobre a apropriação dos textos –, busca-se perceber como o pensamento foucaultiano significou e/ou, principalmente, re-significou as ponderações e questionamentos de Nietzsche sobre o estudo genealógico.

Talvez seja um lugar demasiado comum perceber a multiplicidade de acepção vernácula da palavra **história** na língua portuguesa, pois longe de possuir uma designação lexical única, a mesma apresenta sim, uma condição vernácula polissêmica, suscetível a múltiplas interpretações. Contudo, consideramos importante salientar logo de início que, neste texto, a palavra história está sendo usada e entendida – na maioria das vezes – com o sentido de historiografia, ou seja, como a escrita da história.

Mesmo sendo uma platitude destacar que, geralmente, os documentos analisados atualmente pelos historiadores não são mais utilizados como provas ou evidências, mas como monumentos (FOUCAULT, 2004), pois, segundo Margareth Rago:

Há até pouco tempo, que os historiadores estavam convencidos que estudavam os fatos, que o passado, no singular e determinado por “leis necessárias”, estava lá atrás bem organizado à espera de ser por ele revelado em sua suposta “essência” e em sua “totalidade”. Havíamos aprendido que o “real”, o “concreto” – representado à nossa revelia como coisa – devia ser interpretado com objetividade e neutralidade, isto é, sem a invenção subjetiva do narrado. (RAGO apud JENKINS, 2001, p. 9).

Mas, ao mesmo tempo, também cientes das características peculiares do ofício do historiador, com nossas práticas discursivas específicas, naquilo que, por assim dizer, caracteriza nosso *metier*, haja vista que escrevemos, além de tudo ou, principalmente, para os pares (CERTEAU, 1984), podemos, contudo, perceber e destacar a importância dos diálogos estabelecidos entre a história, a filosofia da linguagem e a teoria literária, “pois se estudar história refere-se a como ler e entender o passado e o presente, então [...]” nos “[...] parece importante usar discursos que tenham por grande preocupação as ‘leituras e elaboração de significados’” (RAGO apud JENKINS, 2001, p. 10).

Neste sentido, não temos mais, definitivamente, o interesse de trabalhar os documentos como estatuto da verdade, nem de perceber a narrativa histórica como um discurso suscetível às mesmas possibilidades de ficção do discurso literário. Porém, consideramos ser necessário e interessante buscar ampliar os diálogos estabelecidos entre a

² Aqui nos remetemos ao conceito de “re-significação” de Roger Chartier.

história e a literatura, perceber a força e importância da escritura para nosso ofício, observar as formas pelas quais grandes mestres da literatura, como Dostoiévski, Zola, Kafka, Pirandello, ou nosso Manuel de Barros, constroem a urdidura dos enredos de suas respectivas narrativas, atentando-nos para a potência da escritura na produção de sentidos e significados: “Eu paro o vôo de um pássaro com um ponto” (BARROS, 2004).

Não que hoje os historiadores tenham sempre a competência ou, sobretudo, a ousadia de um Roland Barthes, que define a sua produção de ensaios, como **Gêneros incertos onde a escritura rivaliza com a análise** (BARTHES, 1996, p. 7), mas geralmente têm o interesse e a preocupação de trabalharem e burilarem as ideias de um texto, na medida de suas habilidades, para torná-lo mais competente e interessante. Assim:

O paradigma que aqui [...] propomos [...] não segue a partilha das funções; não visa colocar de um lado os cientistas, os pesquisadores; e de outro os escritores, os ensaístas; ele sugere pelo contrário, que a escritura se encontre em toda a parte onde as palavras tem sabor (saber e sabor tem, em latim, a mesma etimologia). Cournonskai dizia que, na culinária é preciso que “as coisas tenham gosto do que são”. Na ordem do saber, para que as coisas se tornem o que são, o que foram, é necessário este ingrediente, o sal das palavras. Este gosto das palavras que faz o sabor profundo e fecundo do saber. (BARTHES, 1996, p. 21).

Nessa perspectiva, consideramos interessantes as reflexões concatenadas por Hayden White, uma vez que ele observou que dentre as principais questões a serem levantadas e respondidas pelo historiador durante seu trabalho, são fundamentais as seguintes: Que tipo de modelo linguístico deverá usar? Qual, dentre os tropos do discurso e da linguagem, deverá utilizar? Esta escolha, lembra White, faz parte instituinte do trabalho dos historiadores, já que a escolha do modelo linguístico – tropos do discurso – define não só a forma, como também seu próprio objeto. Nesse sentido, não haveria uma separação entre forma e conteúdo.

Ainda destacamos sua percepção e rejeição do sectarismo historiográfico, porque em alguns momentos o esmero teórico e metodológico é confundido com a subserviência intelectual. Assim, Hayden White defende o cosmopolitismo metodológico e tem a ousadia de tentar substituir os conceitos pelas metáforas, pois:

A narrativa histórica não **imagina** as coisas que indica, ela trás a mente **imagens** das coisas que indica, tal como o faz a metáfora [...].

Corretamente entendidas, as narrativas históricas nunca devem ser lidas como símbolos inequívocos dos acontecimentos que relatam, mas antes como estruturas simbólicas, metáforas de longo alcance, que ‘comparam’ os acontecimentos nelas expostos com alguma forma com que já estamos familiarizados em nossa cultura literária. (WHITE, 1996, p. 180).

É claro que apesar de reconhecermos a importância dessas observações de Hayden White, também estamos cientes das possíveis e necessárias ressalvas efetuadas por Chartier a respeito das teorizações de Hayden White ou, principalmente, de David Harlan, ou, ainda, de uma forma mais geral, das formulações radicais da “*linguistic tour* à americana”, produtoras daquilo que poderíamos denominar de forma mais apressada, e simplificadora, como – ditadura da forma – ou, nas palavras do próprio, Chartier “a perigosa redução do mundo social a uma pura construção discursiva, a meros jogos de linguagem” (CHARTIER, 2002, p. 10).

As ideias relacionadas ao que Chartier denomina de “*linguistic tour* à americana” podem muito bem serem entendidas ou sintetizadas a partir das instigantes e, ao mesmo tempo, desestabilizadoras observações efetuadas por David Harlan, ao se referir aos interstícios e interfaces da nova/velha relação existente entre história e literatura:

Havia um tempo em que os historiadores pensavam haver escapado ao meramente literário, um tempo em que eles haviam estabelecido os estudos históricos no sólido fundamento do método objetivo e do argumento racional. No entanto, os recentes avanços em crítica literária e filosofia da linguagem solaparam esta confiança. Agora, após uma ausência de cem anos, a literatura volta à história, montando seu circo de metáforas e alegorias, interpretação e aporias, traços e signos, exigindo que os historiadores aceitem a sua presença zombeteira bem no coração daquilo em que, insistiam eles, constituía sua disciplina própria, autônoma e verdadeiramente científica. (HARLAN, 1989, p. 879-907)³.

Mesmo assim, Chartier reconhece a presença e a importância do traço narrativo para a escritura historiográfica. Sobretudo, após as importantes análises e estudos elaborados por Paul Ricoeur (1994), percebendo que por mais analítica ou estruturalista – ao estilo braudeliano – que uma escritura historiográfica pretenda efetivamente ser, ela não escapa às maneiras de construção das temporalidades, dos personagens ou mesmo das concepções de

³ Também observar a tradução deste mesmo artigo feita do inglês por José Amtomio Vasconcelos, presente RAGO; OLIVEIRA GINENES (2000). É importante observarmos que este artigo de Harlan está em plena consonância com as ideias da **Gramatologia**, de Jacques Derrida.

causalidade do gênero narrativo. Contudo, fundamentando-se não só em Paul Ricoeur, como também em Michel de Certeau, Chartier argumenta e defende a pretensão de um efeito de verdade para a história, afirmando categoricamente que

Quanto a esta dissociação de estatuto de conhecimento da história, freqüentemente considerado nos Estados Unidos como uma figura do pós-modernismo, deve se sustentar com força que a história é comandada por uma intenção e princípio de verdade, que o passado que ela estabelece como objeto é uma realidade exterior ao discurso, e que o seu conhecimento pode ser constatado. (CHARTIER, 2002, p. 15).

Também consideramos pertinente ressaltar que assim como existem essas ressalvas de Chartier sobre as obras de White, Harlan, ou, de forma mais geral, da “*Linguist tuor à americana*”, ou mesmo do “*pós-modernismo*”, existem também algumas precauções a respeito das teorizações de Ricoeur, pois Peter Burke observou o seguinte:

O filósofo francês Paul Ricoeur certamente tem razão, quando fala do “eclipse” da narrativa histórica em nosso tempo [...] Ricoeur persegue declarando que toda história escrita, incluindo a chamada história “estrutural” associada a Braudel, necessariamente assume algum tipo de forma narrativa. De um modo similar, Jean-François Lyotard descreveu algumas interpretações da história, especialmente aquela dos marxistas, como “grandes narrativas”. O problema de tais caracterizações, pelo menos para mim, é que elas diluem o conceito da narrativa, até que ele corra o risco de se tornar indistinguível da descrição e da análise. (BURKE, 1992, p. 328).

Essas dúvidas e questionamentos de Burke demonstram bem a atual complexidade do debate historiográfico: com uma grande multiplicidade de tendências historiográficas, em que uma teoria, mesmo tão excepcional e competente como a de Paul Ricoeur, não pode ser mais vista como produtora de uma fala categórica, de probidade inquestionável, mas, antes, analisada e estudada criticamente, “sem dó,” diria Nietzsche (2006). No entanto, far-se-á necessária, também, algumas reflexões, mesmo que bastante incipientes – porém, não insipientes – a respeito dessa preocupação de Burke.

Primeiro, sem querermos entrar diretamente no mérito da questão - talvez fundamental na obra de Ricoeur – da “*mise em intrigue* de ações representadas”, entendia aqui, como bem lembra Chartier (2002), no sentido aristotélico, em que a verossimilhança é escrever bem e escrever bem é ser verdadeiro, pois escrever mal é não ser bem entendido e,

então, se tornar falso. Não custa lembrar que foi Platão quem expulsou o poeta da república, e não Aristóteles. Mas simplesmente queremos destacar que essa preocupação de Burke “com o risco da narrativa se tornar indistinguível da descrição e da análise” torna-se relativamente impertinente, pois, para Ricoeur, “a história é escrita do começo ao fim”.

Segundo, mesmo que essas observações necessárias e sinceras de Burke – necessárias porque preocupadas efetivamente com a epistemologia da história – possam vir a suscitar argumentos do tipo “se tudo é narrativa, logo, a narrativa não existe” em alusão ao pensamento de Paul Veyne (1998), podemos, então, também parafraseando Veyne, afirmar e ressaltar que “Tudo é narrativa, logo, a narrativa não existe”, pois existe, sim, a narrativa de história, a narrativa de antropologia, a narrativa de geografia. Enfim, pensando com, e a partir de Veyne, assim como não há História com letra maiúscula, também não há Narrativa com letra maiúscula, existe, sim, a narrativa de..., vinculada a um lugar social, a uma prática e a uma escritura (CERTEAU, 2000, p. 94).

A muitos leitores, mais apressados e formuladores de conclusões demasiadamente simplistas, pode parecer que a história, enquanto disciplina, está vivenciando um momento de crise epistemológica. Porém, Chartier prefere perceber e caracterizar esse momento como resultado da própria expansão – maior interdisciplinaridade – e amadurecimento, autocrítica da disciplina. Certas ingenuidades ou arbitrariedades, vinculadas, em grande parte, às metanarrativas das ciências sociais e de certa metafísica filosófica, não conseguem mais se impor de maneira tranquila e/ou desavisada, pois a atual elaboração do conhecimento historiográfico encontra-se muito mais plural, e menos susceptível a modelos homogeneizantes e excludentes, postuladores de um único e correto paradigma, o que torna extremamente complexa a tentativa de se fazer o mapeamento das diversas tendências teóricas que se entrecruzam na atual produção historiográfica.

Tomando o exemplo da historiografia brasileira, durante os anos 30 e 40, poderíamos elencar os três grandes pensadores que, por assim dizer, inventaram uma determinada leitura do Brasil: Sérgio Buarque de Holanda, em **Raízes do Brasil**, Caio Prado Júnior, em **Formação econômica do Brasil**, e o sociólogo Gilberto Freyre, em **Casa Grande e Senzala**. Hoje, já não podemos fazer isso com a mesma facilidade e/ou, principalmente, tranquilidade, em virtude da atual multiplicidade de excelentes trabalhos produzidos nas

mais diferentes áreas e temáticas de estudo, vinculados às diversas tendências historiográficas.

É claro que não estamos aqui querendo desconhecer a relevância e necessidade de se ler esses “clássicos de nascença”, para usarmos uma expressão cunhada por Antônio Candido, no prefácio à quinta edição de **Raízes do Brasil**, porque grandes historiadores do passado, como: Gibbon, Michelet, Tocqueville, Burckhardet ainda devem ser lidos, discutidos e, conseqüentemente, incorporados ou questionados não tanto por suas possíveis contribuições para metodologia da pesquisa histórica, mas por sua qualidade literária.

Hayden White, por exemplo, num feliz comentário sobre a questão da narrativa na obra do filósofo francês Paul Ricoeur, discute exatamente sobre esse assunto, relativamente polêmico, ao afirmar que

Com base na teórica do discurso histórico de Ricoeur, podemos atribuir a eterna fascinação pelo clássico historiográfico ao conteúdo que este partilha com toda locução poética disposta na forma de uma narrativa. Este conteúdo é alegórico: toda grande narrativa histórica é uma alegoria de temporalidade. Portanto, muito depois de sua erudição ter sido suplantada e seus argumentos denunciados como preconceitos do momento cultural de sua produção (como na alegação de Gibbon de que a queda de Roma foi causada pelos efeitos solventes do cristianismo sobre as virtudes viris dos pagãos), a narrativa histórica tradicional continua a fascinar como o produto de uma necessidade humana de refletir a cerca do mistério insondável do tempo. (WHITE, 1987, p. 180-181).

Seguindo essas ponderações de Hayden White a respeito da importância atribuída por Paul Ricoeur à tessitura narrativa desses clássicos do pensamento internacional, podemos também estender essa observação aos grandes clássicos do pensamento nacional, como **Casa Grande e Senzala**, que aquém e além das possíveis e necessárias críticas efetuadas por antropólogos e historiadores, principalmente sobre a suposta *democracia racial* defendida por Gilberto Freyre, **Casa Grande e Senzala** não deixa de ser uma obra elaborada por um excepcional “escritor”, ao contrário de muitas dissertações, teses ou até livros elaborados, mesmo com todo esmero teórico e metodológico, por “escreventes”.

Ao utilizarmos essa distinção entre “escritores” e “escreventes,” estamos simplesmente pretendendo destacar e reiterar as reflexões de Roland Barthes no artigo de sua autoria, publicado em 1960, com o título **Écrivains et écrivains**. Aliás, a respeito desse

artigo, Leila Perrone-Moisés resume, com grande propriedade, essas reflexões de Barthes com as seguintes observações:

Para os primeiros escreventes a linguagem é instrumento, para os segundos escritores na melhor acepção do termo, “é meio e fim”; para os primeiros, escrever é falar de alguma coisa; para os segundos escrever é um “verbo intransitivo”[...] os primeiros respondem através da linguagem, os segundos perguntas na e à linguagem. (PERRONE-MOISÉS, 1980, p. 81-82).

Pensando de maneira semelhante, podemos considerar que os primeiros escrevem sobre algo, enquanto os segundos escrevem e pronto!

Seguindo a argumentação desenvolvida nos três últimos parágrafos e também pensando tanto com Foucault, como com Nietzsche, podemos atentar ainda para seguinte questão: não deveríamos mais ler Gilberto Freire, Paulo Prado, Sergio Buarque de Holanda, Caio Prado com o objetivo de apreender a realidade que eles descreveram, mas antes, e, preferencialmente, buscando desconstruir os discursos desses autores. Lê-los menos para compreender simplesmente o “passado” do que para tentar entender como foi lido, interpretado e inventado. Saber que verdades foram construídas sobre a “Nação”, sobre a nossa “identidade” e a partir de determinados jogos de poder e saber, buscar compreender como foram construídas essas versões da história do Brasil.

Assim, não se deve considerar essas obras como o estudo definitivo e revelador da suposta essência de nossa história, enfim, queremos salientar – a partir de uma genealogia neitzscheneana – a luta existente na construção e na emergência de alguns mitos e da forma como foi engendrada a história da “Nação”.

Com isso, queremos ressaltar a necessidade não só do historiador, como também dos profissionais de outras áreas do conhecimento, de recusar que suas explicações ou interpretações, mesmo com todo o esmero teórico e metodológico, auspiciem à condição de óbvias e naturais, ou naturais, porque óbvias. É fundamental estar atento para a própria construção histórica de seu respectivo objeto de estudo. Perceber que a emergência de um determinado objeto de estudo pode também estar relacionada à invenção ou à construção de um espaço de poder, que irá dar visibilidade e/ou dizibilidade a este respectivo objeto de estudo. Pensar o conhecimento sem ingenuidades, buscando desnaturalizar ou desconstruir as convicções mais apressadas, não simplesmente para cair num desconstrucionismo

inconsequente, mas sim para tentar perceber, compreender e interpretar como essas convicções foram construídas. De maneira mais enfática, lembrando Certeau (1984), buscar inverter as evidências, ou, como afirmou Paul Veyne (1998, p.21), espantar-se com o óbvio.

É elaborando essa ironia perspicaz e eficiente que Foucault faz, a partir das ressonâncias do pensamento Nietzscheano, uma crítica ao discurso das origens primeiras, com toda a sua pompa e solenidade, emergir essa epistemologia da diferença, em que a invenção ou a construção de um objeto de estudo é pensada, simultaneamente, com a consolidação de um espaço de poder/saber:

E a isto que gostaria de me ater, fixando-me primeiramente no próprio termo invenção. Nietzsche afirma que, em determinado ponto do tempo e em determinado lugar do universo, animais inteligentes inventaram o conhecimento; a palavra que emprega invenção, - o termo alemão é *Erfindung*-, é freqüentemente retomada em seus textos, e sempre com sentido e intenção polêmicos. Quando fala de **invenção**, Nietzsche tem sempre em mente uma palavra que opõe a invenção, a palavra **origem**, quando diz *Erfindung* é para não dizer **Ursprung**. (FOUCAULT, 1996, p. 14).

Isso demonstra bem uma preocupação, negligenciada por alguns historiadores, com os estudos de etimologia e filologia, relacionados a observar a historicidade das palavras, de modo a perceber a construção histórica de um vernáculo, e não trabalhar com palavras trans-históricas ou a-históricas, em que um mesmo significado é imposto a diferentes épocas, sem atentar-se para as possíveis acepções analisadas no estudo lexicológico de uma palavra.

Essa epistemologia da diferença não estimulou e estimula apenas os debates e as reflexões teóricas sobre as novas tendências historiográficas; suscitou, também, uma reavaliação das metodologias e técnicas de análise da disciplina de história. Não bastou, por exemplo, re-valorizar, ou, simplesmente, reconhecer a presença do traço narrativo na escrita historiográfica; foi preciso, também, pluralizar as noções do conceito de fontes, pensadas – sem hierarquias – como documentos, sejam eles imagéticos, iconográficos orais, escritos, entre outros, não como provas ou evidências, mas como Foucault pensou e fez em sua **Arqueologia do saber**, em que o filósofo/historiador passa a trabalhar o discurso desses documentos como prática criadora de acontecimentos, imagens e referências de

comportamentos. Enfim, trabalhar o documento como monumento, ou na fala, melhor, na escrita, do próprio Foucault:

Ora, por uma mutação que não data de hoje, mas que, sem dúvida, ainda não se concluiu, a história mudou sua posição a cerca do documento: ela considera como sua tarefa primordial, não interpretá-lo, não determinar se diz a verdade nem qual é seu valor expressivo, mas sim trabalhá-lo no interior e elaborá-lo: ela o organiza, recorta, distribui, ordena e reparte em níveis, estabelece series, distingue o que é pertinente do que não é, identifica elementos, define unidades, descreve relações. (FOUCAULT, 2004, p.7).

“Inconcluindo-se” - se nos for permitido o neologismo - essas incertezas e dúvidas concernentes ao debate relacionado à narrativa histórica não devem ser encaradas de maneira depreciativa. Muito pelo contrario, às vezes o excesso de certeza e clareza sobre um assunto pode **ofuscar** a percepção mais esmiuçada desse respectivo assunto. Talvez seja mesmo interessante, ou até necessária, haver certa **sombra** de dúvidas para se tentar compreender ou simplesmente perceber a multiplicidade de opiniões sobre esse mesmo assunto, principalmente para uma epistemologia que se pretende da “diferença”.

Referências Bibliográficas

BARROS. Manoel de. **O Livro das ignoranças**. 10 ed. Rio de Janeiro: Record, 2004.

BARTHES, Roland. **Aula**. 7.ed. São Paulo: Editora Cultrix, 1996.

BURKE, Peter. **A escrita da História**: novas perspectivas. São Paulo: Editora UNESP, 1992.

CERTEAU, Michel de. A operação historiográfica. In: _____. **A escrita da História**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.

CHARTIER, Roger. **À beira da falésia**: a historia entre incertezas e inquietudes. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2002.

CHARTIER, Roger. **História Cultural**: entre práticas e representações. Lisboa: Difel 1990.

FOUCAULT, Michel. **A verdade e as formas jurídicas**. Rio de Janeiro: Nau Ed., 1996.

FOUCAULT, Michel. **Arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Editora Forense Universitária, 2004.

HARLAN, David. Intellectual History and the Retorno of Literatur. **American Historical Review**, v. 94, jun 1989.

JENKINS, Keith. **A História repensada**. São Paulo: Contexto, 2001.

MICELLI, Paulo. **História das Histórias, o jogo dos jogos**. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas: Unicamp, 1996.

NIETZSCHE, Friedrich Wilhelm. **A gaia ciência**. Tradução de Antonio Carlos Braga. São Paulo: Escala 2006.

PERRONE-MOISÉS, Leila. **Roland Bharrthes: o saber como sabor**. São Paulo: Max Limonad, 1980.

RAGO, Margarete; OLIVEIRA GINENES, Renato Aloizio de. **Narrar o passado, repensar a História**. Campinas: UNICAMP, 2004.

RICOEUR, Paul. **Tempo e narrativa**. Campinas: Papirus, 1994. t.1

STONE, Lawrence. **O renascimento da narrativa**: reflexões sobre a nova velha história. Tradução de Dulce da Silva Ramos, datiloscrito, p. e passim.

VEYNE, Paul. **Como se escreve a historia e Foucault revoluciona a História**. 4.ed. Tradução de De Alda Baltar e Maria Auxiliadora Kneipp, Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1998.

WHITE, Hayden. **Trópicos do discurso**: ensaios sobre a crítica cultural. São Paulo: EDUSP, 1996.

_____. **The Content of the from: narrative discourse and historical representation**. Baltimore: Jhons University Pres, 1987.

A CONSTITUIÇÃO DOS ESPAÇOS JAPONESES NA CIDADE DE CÁCERES (1950 A 1990)

Rylton Marcus Alves Sodré¹
Ione Cristina de Souza Sodré²

Pretende-se, nesta comunicação, a possibilidade de registrar a presença de grupos imigrantes japoneses em várias localidades no Estado de Mato Grosso, observando melhor esse fenômeno migratório ocorrido no início do século XX em terras mato-grossenses; pretende-se, também, contribuir para um aprofundamento do importante movimento de fixação de imigrantes e para a compreensão da trajetória histórica de Mato Grosso no século XX, tomando Cáceres enquanto recorte espacial.

Desta forma, estaremos investigando como se processaram as relações socioculturais entre os imigrantes japoneses e a população mato-grossense, priorizando a população cacerense, apresentando o possível processo de colonização de imigrantes japoneses nos espaços de Cáceres no século XX, apontando e desenvolvendo conceitos como preconceitos na sociedade, miscigenação, nipo-brasileiros, transculturação, étnico-cultural, religião, idioma e outros, chamando a atenção para o quanto do nosso dia-a-dia está dominado por essas contribuições, que foi uma das mais importantes comunidades de imigrantes que chegaram ao país no século XX.

Neste estudo, a fonte oral tornou-se necessária por apresentar as experiências vivenciadas pelos sujeitos históricos no seu cotidiano, contribuindo para que este relato tornasse um instrumento de conhecimento da sociedade.

Em 18 de junho de 1908, quando o navio Kasato Maru aportou em São Paulo trazendo 165 famílias de origem japonesa³, camponeses das regiões pobres do norte e sul do Japão⁴, totalizando 781 lavradores para as fazendas do interior de São Paulo⁵, teve início a imigração japonesa no Brasil.

¹ Professor de Educação Básica - Graduado em História - UNEMAT.

² Professora de Educação Básica – Graduada em Geografia - UNEMAT

³ Cf. <http://www.brasilecola.com/japao/centenario-imigracao-japonesa-no-brasil.htm>, acesso dia 12 de agosto de 2008.

⁴ Cf. <http://www.diariodecuiaba.com.br/detalhe.php?cod=310109&edicao=12048&anterior=1>, acesso dia 12 de agosto de 2008.

⁵ Cf. http://pt.wikipedia.org/wiki/Imigra%C3%A7%C3%A3o_japonesa_no_Brasil, acesso dia 12 de agosto de 2008.

O Japão, na época, passava por um período de grande crescimento populacional, impossibilitado de gerar empregos para a população que aumentava consideravelmente, e o Brasil precisava de mão-de-obra na zona rural, nas lavouras de café: “O Brasil se tornou o principal destino da migração de mão-de-obra japonesa”⁶. Frente à situação que imperava entre os dois países, um acordo foi selado entre os governos japonês e brasileiro, abrindo as portas ao processo de imigração.

Grande parte dos imigrantes japoneses foram fixando-se no Estado de São Paulo, no norte do Paraná e no estado de Minas Gerais, participando do auge da exploração aurífera na região e envolvendo-se com a pequena e média agricultura, estabelecendo a colonização nipônica no Brasil. Além desses Estados, eles “se dispersaram por todo o território brasileiro”.⁷

Buscando documentos que evidenciam essa dispersão, realizamos um recorte enfocando, como espaço de pesquisa, a cidade de Cuiabá-MT. Na obra da historiadora Cristiane Gomes (2005, p.75), a autora apresenta o Quadro 6 – População estrangeira de Mato Grosso e de Cuiabá, segundo as nacionalidades – 1920⁸, comprovando a existência de 514 imigrantes japoneses em Cuiabá. Analisando alguns documentos da Associação Cultural Esportiva Nipo-Brasileira de Cáceres-MT, através de uma Mensagem, o Prefeito Municipal de Cáceres, sr. José Souto Faria, declara que “os Nipônicos vêm assim, desde os anos de cinquenta, participando do desenvolvimento do Município de Cáceres, onde constituíram família e se multiplicam em descendentes.”⁹

Os dados estatísticos levantados que apresentam indícios da presença desses atores sociais no espaços da cidade de Cáceres motivou-nos a pesquisar sobre o tema: a constituição dos espaços japoneses na cidade de Cáceres no período de 1950 a 1990.

⁶ Cf. <http://www.acbj.com.br/alianca/palavras.php?Palavra=189>, acesso dia 12 de agosto de 2008.

⁷ Cf. <http://www.brasile scola.com/japao/centenario-imigracao-japonesa-no-brasil.htm>, acesso dia 12 de agosto de 2008.

⁸ BRASIL. Directoria Geral de Estatística. Recenseamento do Brasil em 1 de setembro de 1920, Rio de Janeiro, Typ. Da Estatística, 1922-1930, v.4, parte1.

⁹ Mensagem do Prefeito Municipal de Cáceres no 196º aniversário da fundação, congratulando a Colônia Japonesa de Cáceres.

OBJETIVO GERAL

O presente estudo tem por objetivo principal contribuir para os estudos sobre a presença japonesa no Brasil, focalizando a trajetória e experiências singulares desse movimento para a cidade de Cáceres, Estado de Mato Grosso, no século XX.

Área de estudo

A cidade de Cáceres, localizada no Estado de Mato Grosso, foi o cenário primário para a realização da pesquisa.

Elegendo a cidade como objeto de estudo,

nos aproximamos da historiografia especializada que afirma serem as cidades ‘espaços’ que ligam os indivíduos e os grupos e em suas práticas sociais. Esses ‘espaços’, por sua vez, não podem ser concebidos apenas a partir de conceitos urbanísticos ou políticos, mas como o lugar da pluralidade das diferenças sociais. (ARRUDA, 2002, p.5).

Segundo Gomes (2005, p.102), a cidade de Corumbá foi considerada o “portal de entrada” de imigrantes europeus no Estado de Mato Grosso. Entretanto, no censo de 1920, Quadro 6 (GOMES, 2005, p.75), evidenciamos a presença de 514 Orientais na cidade de Cuiabá; alguns estudos afirmam que os japoneses estão no Estado desde a década de 1950, quando fundaram a Gleba Rio Ferro, atual município de Feliz Natal (536 km ao Norte de Cuiabá).¹⁰

Buscando vestígios e indícios sobre a presença dos japoneses em outras localidades do Estado de Mato Grosso, recebemos informações que registram a vinda de várias famílias japonesas desde a década de 50 para a cidade de Cáceres, através de questionário objetivando levantamentos de dados que apontam os sinais de colonização nipônica, realizado com o sr. Mamoru Teshima¹¹, nikkei (SAKURAI, 1993, v.4)¹², residente em Cáceres. Esses sinais agem como um “paradigma indiciário”, em que “o historiador começa o seu trabalho

¹⁰ Diário de Cuiabá. Edição nº 12048 26/02/2008

¹¹ Questionário contendo 14 (quatorze) perguntas que foram respondidas pelo entrevistado, sr. Mamoru Teshima, no dia 13 de novembro de 2008, e que, através da Carta de Cessão, declarada e assinada, cedeu os direitos para qualquer fim acadêmico ou educativo dos conteúdos declarados no Roteiro da Entrevista ao docente Rylton Marcus Alves Sodré (entrevistador).

¹² O japonês-brasileiro é atualmente denominado Nikkei, não importa a que geração pertença. Essa denominação está sendo utilizada desde a Convenção Panamericana Nikkei, ocorrida em 1985, em São Paulo, que adotou essa terminologia para todos os descendentes dos imigrantes, e sansei, para os descendentes da terceira geração.

seguindo um indício, como o policial investigador.” (GINZBURG apud BOUTIER, 1998, p.48).

Para o desenvolvimento da pesquisa, estão sendo utilizados alguns procedimentos metodológicos:

- Leituras bibliográficas e fichamentos;
- Elaboração de quadros estatísticos com o uso do software Microsoft Excel para mapear os levantamentos dos censos realizados;
- Entrevistas realizadas com as pessoas (vizinhos, amigos, familiares) que sejam imigrantes ou descendentes de imigrantes, a fim de levantar dados, como: motivo da imigração, rota de imigração, processo de adaptação;
- Consultas aos acervos do Arquivo Público do Estado de Mato Grosso/APMT, do Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional da Universidade Federal de Mato Grosso/NDIHR, das bibliotecas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística de Mato Grosso e Associação Cultural Esportiva e Recreativa Nipo Brasileira;
- Buscas de vestígios e indícios da presença japonesa em Cáceres nos jornais, em relatos de viajantes, quadros estatísticos e policiais, periódicos, relatórios de presidentes da província, censos demográficos, memórias, inventários.

O estrangeiro (imigrante) possibilitou a alternativa que o governo brasileiro buscava para a “possível” solução da falta de mão-de-obra nas terras brasileiras: “[...] no momento da entrada dos imigrantes japoneses, o Brasil sofria um processo de expansão de fronteiras agrícolas, sobretudo com base no avanço da agricultura cafeeira [...]”(WAWZYNIAK, 2004, p.3).

A historiadora Siqueira (2002, p.234-235) informa que

[...] no século XIX, com a cultura do café, colono passou a ser aquele empregado brasileiro ou estrangeiro (imigrante), que se distinguia dos escravos porque era livre, recebia um salário em troca de seu trabalho [...] A colonização promovida pela imigração foi característica desse período, pois grupos de estrangeiros (italianos, portugueses, alemães, japoneses etc) atravessaram o Oceano Atlântico, optando pelo labor agrícola em terras brasileiras.

Devido à emergência de trabalho para a manutenção da sobrevivência, os imigrantes japoneses buscaram trabalho e moradias nas fazendas de café, incentivados pelo governo

brasileiro, que mesmo buscando o “branqueamento” da população brasileira, incentivou a vinda dos orientais.

Segundo os dados levantados e analisados pelas pedagogas Yabiku e Salles (2007, p.141-142),

o incentivo à imigração proveniente da Ásia permanecia dado a necessidade de mão-de-obra para substituir o trabalho escravo nas fazendas de café (HANDA, 1987). A imigração italiana havia sido suspensa em 1902 pelo governo deste país que justificou tal decisão pela alegação de que os italianos sofriam maus-tratos nas mãos dos cafeicultores brasileiros (KAWAMURA, 2003). Assim, conforme KAWAMURA (2003, p. 77) o incentivo a mão de obra asiática persistia apesar do “preconceito e do interesse pelo branqueamento da população brasileira que norteava a política brasileira de então.

A existência de terras novas, a vontade de adquiri-las ou arrendá-las e a facilidade de transporte possibilitado pelas linhas das estradas de ferro da época fizeram com que os imigrantes japoneses foram atraídos à região do Estado de Mato Grosso.

No Estado de Mato Grosso, para o processo de colonização por estrangeiros, foi constituído o Artigo 5, do Regulamento para o Serviço de Colonização em Mato Grosso, regulamentado em 1907, pelo Decreto número 200, de 18 de Dezembro deste mesmo ano, estabelecendo que

Serão considerados imigrantes os estrangeiros menores de sessenta annos que não exerçam profissão illicita e não sejam criminosos, mendigos, dementes e invalidos, ou sofram de moléstia contagiosa, e que venham estabelecer-se no território do Estado para trabalharem na lavoura ou na industria exctrativa de vegetaes (...) Os indivíduos maiores de sessenta annos só poderão ser acolhidos como imigrantes, quando acompanharem suas famílias. (AYALA; SIMON, 1914, p.169).

Segundo Gomes (2005, p.44), este regulamento estabelecia as condições físicas e mentais dos indivíduos estrangeiros, no processo de seleção e contemplação dos benefícios citados nesse projeto, neste Regulamento. Quem não estivesse em perfeitas condições físicas para o trabalho, não era considerado “útil”, não era considerado imigrante.

Considerando que a partir dos estudos que envolvem os imigrantes, a historiadora Gomes (2005, p.143) relata que surge a possibilidade de revelar um universo urbano marcado por vivências e experiências imigrantistas na “modernização” de Cuiabá, práticas também

registradas na cidade de Cáceres, segundo dados registrados em DVD¹³, pelas famílias nipônicas Hayashida (1951), Noguichi, Kishi, Kanenoo, Nakamoto (1960), Arashida, Kawai, Sakashita, Yokomizo, Teshima, Mune, Sato, Kawasaki, Kurossaki, Massayoshi Kakamura (in-memória) e Miura (1973) que, na década de 50, devido à escassez das terras devolutas de São Paulo, Goiás e outros Estados brasileiros, foram em busca de solo fértil: “Mato Grosso, ainda pujante de solo fértil, foi redescoberto e, dentro dele Cáceres tomou vulto e começou a ser procurado e devassado” (MENDES, 1973, p.285).

Aprofundando a busca de indícios desses atores sociais na cidade de Cáceres, encontramos o sr. Mamoru Teshima, funcionário público aposentado atualmente, que influenciado pela vontade de possuir terra para trabalho agrícola, veio para esta terra em 1963. Segundo Andrezza (1999, p.15), “ninguém migra a longa distância sem que exista um impulso, muito subjetivo, da esfera da esperança, chamado por alguns de ilusão imigratória”.

A afirmação da presença dos imigrantes na década de 60 teve grande contribuição para o levantamento de dados e informações acerca das diversas profissões que os imigrantes japoneses praticaram na nova terra. Outros estudos observam “a presença nipônica nas seguintes profissões: agricultores, comerciantes e prestadores de serviço, no caso dos mais velhos”¹⁴.

Objetivando incentivar e manter a colonização nipônica na cidade de Cáceres, criando o seu espaço, a comunidade nipônica, na década de 70, “se reunia no barracão do sr. Nakamoto (serralheria). Pois ainda não havia a sede NIPO”¹⁵

As reuniões eram realizadas com o “fim exclusivo de incentivar o desenvolvimento da colônia japonesa radicada em Cáceres, estimulando em seus membros os sentimentos de fraternidade e progresso material e moral”¹⁶ e, nesse ponto, segundo o sr. Teshima, “a criação da Associação Nipo-Brasileira em Cáceres foi uma das estratégias mais importante praticadas pelos imigrantes japoneses para recriar seu universo cultural na nova terra.”

Em 1974, a colonização nipônica de Cáceres, alimentando o desejo de ter uma sede própria para cultivar e valorizar suas manifestações culturais, recebeu do Prefeito Municipal,

¹³ 2008. Ano do Intercâmbio Mato Grosso Brasil Japão. AVPS Arte Vídeo Produções e Serviços. Cáceres/MT.

¹⁴ Fonte: "Pesquisa da população de descendentes de japoneses residentes no Brasil" (1988); Revista **Veja**, Edição 2038. 12 de dezembro de 2007.

¹⁵ DVD. 2008 Ano do Intercâmbio Mato Grosso Brasil Japão. AVPs Arte Vídeo Produções e Serviços. Imagens e Edição Elizeu Alves. Rua Nossa Senhora Aparecida, 362. Bairro Santa Izabel.)

¹⁶ Estatuto da Associação Cultural Esportiva Nipo-Brasileira de Cáceres. Capítulo I. Artigo 1º. Cáceres, 02 de janeiro de 1970.

José Souto Faria, o Título Definitivo de Domínio e Posse do terreno para a construção do prédio da Associação Cultural Esportiva Nipo-Brasileira em Cáceres:

O PREFEITO MUNICIPAL DE CÁCERES [...] Resolve Doar a Sociedade Civil, “ASSOCIAÇÃO CULTURAL ESPORTIVA NIPO-BRASILEIRA” estabelecida nesta cidade, um lote terreno urbano de Propriedade do Município, situado no prolongamento da Rua Porto Carreiro esquina com a Rua Padre Cassemiro [...] mandou expedir-lhe este Título Definitivo de Domínio e Posse do lote de terreno em apreço [...] PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES, 22 DE MARÇO DE 1974. (Título Definitivo de Domínio e Posse. Prefeitura Municipal de Cáceres. Processo nº. 2582/73 de 1º / junho / 73, assinado pelo Prefeito Municipal José Souto de Faria, em 22 de março de 1974.)

O terreno para a efetivação da Associação Cultural Esportiva Nipo-Brasileira foi doado em 22 de março de 1974; o início da construção do prédio foi em 19 de junho de 1974 e a inscrição no Cadastro Geral de Contribuintes (CGC), em 31 de janeiro de 1977¹⁷.

Os colonos japoneses também participaram das práticas esportivas da sociedade cacerense. No início do século XX, mais precisamente em 1912, os jogos de futebol e as corridas de cavalos eram muito presentes nas práticas esportivas da sociedade cacerense (ARRUDA, 2002, p.34).

Buscando ampliar e incentivar a “febre esportiva”, a segunda metade do século XX foi responsável por acrescentar, por intermédio dos imigrantes japoneses, mais uma modalidade esportiva no espaço cacerense, o beisebol: “Ao mesmo tempo em que novas formulações culturais estão ocorrendo nos maiores centros urbanos do país, as repercussões dos acontecimentos estão se fazendo sentir em outras partes” (ARRUDA, 2002, p.45).

Segundo algumas informações obtidas no site www.culturajaponesa.com.br, o esporte beisebol

surgiu nos Estados Unidos no século XIX [...] é ainda hoje o esporte mais popular dos japoneses [...] Algumas fontes informam que o beisebol chegou ao Brasil em 1913, trazido pela Faculdade Mackenzie. Outros acreditam que o esporte foi introduzido pelos imigrantes japoneses, cuja vinda começou em 1908. De qualquer forma, foi no meio desses imigrantes que a modalidade ganhou forma e fama.

Constatamos que entre 1970 a 1971, o Dr. José Monteiro da Silva, durante a sua gestão na administração municipal, objetivando o desenvolvimento desse esporte no cenário

¹⁷ Fonte: Pedido do Alvará de Licença e CGC Ficha de Inscrição do Estabelecimento-sede.

cacerense, realizou “em colaboração com a Colônia Japonesa a construção de um campo de Basebol” (MENDES, 1973, p.230).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pesquisar sobre imigrantes japoneses no espaço cacerense possibilitou parcialmente conhecer e identificar esses sujeitos, podendo diferenciá-los em suas atitudes, em seus comportamentos e modos de vida.

Podemos perceber esses atores sociais nas mais diversas práticas cotidianas, nas mais diversas profissões, envolvidos no processo de apropriação e reapropriação de espaços, redescobrimo esse universo de proprietários e não-proprietários, postulando oportunidades em busca de progresso material e moral.

Nessa busca de caminhos, alimentada, muitas vezes, em projetos de vida, foi possível constatar que a imigração pôde ser interpretada como o recomeço de uma história: uma aventura que requer alteração de comportamento, entendimento de códigos, reformulação da rede de significado cultural e uma disposição para o encontro do “outro” e para construção de novas relações sociais. Para o indivíduo ou para o grupo social, a imigração implica necessariamente um recomeço, uma nova vida.

Percebemos também que o imigrante, nesta nova experiência e trajetória, apropriando-se dos espaços constituídos, foi recebido com indiferença e estranhamento e, de forma geral, teve que se adaptar, tratando essa experiência em sua consciência e sua cultura.

Sabemos que nas relações com o “outro”, as diferenças existem, e não podem ser negadas. E é nessa relação com o outro, com o diferente, que muitas vezes surgem sentimentos de racismo, discriminação, preconceito e estereótipos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDREAZZA, Maria Luiza. **Paraíso das delícias**: um estudo da imigração ucraniana (1895-1995). Curitiba: Aos Quatro Ventos, 1999.

ARRUDA, Adson de. **Imprensa, vida urbana e fronteira**: a cidade de Cáceres nas primeiras décadas do século XX (1900-1930). 2002. Dissertação (Mestrado em História), Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá.

AYLA, S. C.; F.SIMON, F. (Org). **Álbum Graphico de Matto-Grosso**. Corumbá/Hamburgo: s/ed., 1914.

BOUTIER, Jean; JULIA, Dominique. Em que pensam os historiadores?. In:_____. **Passados recompostos: campos e canteiros da história**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ: Editora FGV, 1998.

GOMES, Cristiane Thais do Amaral Cerzósimo. **Viveres, fazeres e experiências dos italianos na cidade de Cuiabá: 1890-1930**. Cuiabá: Entrelinhas: EdUFMT, 2005.

HANDA, T. **O imigrante japonês: história de sua vida no Brasil**. São Paulo: Queiroz, 1987.

KAWAMURA, L. K. **Para onde vão os brasileiros?** Imigrantes brasileiros no Japão. 2. ed. Campinas: EDUNICAMP, 2003.

MENDES, Natalino Ferreira. **História de Cáceres: história da administração municipal**. Cáceres, 1973. t.1.

SAKURAI, C. **Romanceiro da imigração japonesa**. São Paulo: Fapesp, Idep. Ed. Sumaré, 1993. (Série Imigração). v.4.

SIQUEIRA, Elizabeth Madureira. **História de Mato Grosso: Da ancestralidade aos dias atuais**. Cuiabá: Entrelinhas, 2002.

YABIKU, Patrícia Helena Britisqui; SALLES, Leila Maria Ferreira. A questão da diferença: um estudo com imigrantes japoneses e seus descendentes. **Educação: teoria e prática**, v. 17, n.29, p. 139-158, jul-dez 2007.

WAWZYNIAK, Sidinalva Maria dos Santos. **Histórias de estrangeiro: passos e traços de imigrantes japoneses (1908-1970)**. Curitiba, 2004.

Outras fontes de pesquisa:

Diário de Cuiabá. Edição nº 12048 26/02/2008.

DVD. 2008 Ano do Intercâmbio Mato Grosso Brasil Japão. AVPs Arte Vídeo Produções e Serviços. Imagens e Edição Elizeu Alves. Rua Nossa Senhora Aparecida, 362. Bairro Santa Izabel).

Entrevista com Mamoru Teshima, dia 13/11/2008, em Cáceres/MT.

Estatuto da Associação Cultural Esportiva Nipo-Brasileira de Cáceres. Capítulo I. Artigo 1º. Cáceres, 02 de janeiro de 1970.

Ficha de Inscrição do Estabelecimento-sede (CGC). Cáceres, 31 de janeiro de 1977.

Mensagem do Prefeito Municipal de Cáceres, no 196º aniversário da fundação, congratulando a Colônia Japonesa de Cáceres.

Pedido do Alvará de Licença. Cáceres, 12 de setembro de 1977.

AS ARTES DO FAZER E DO DIZER EM MICHEL DE CERTEAU

Maria do Socorro S. Araújo¹

Nas produções literárias, histórias do cotidiano é um tema recorrente que convida os leitores a produzirem cenários imaginários re-arranjando os enredos que tomam conhecimento pelo contato da leitura. Na história, o cotidiano também é uma temática que tem motivado os pesquisadores porque a eles interessa conhecer não somente as tramas diárias, mas as formas como as pessoas comuns organizam suas vidas. Em forma de tópicos, este texto apresenta uma leitura do livro **A Invenção do Cotidiano: 1. Artes de Fazer**, do pensador francês Michel De Certeau, que trata as práticas cotidianas como *inventividades socioculturais*. Como resultado de uma pesquisa, a obra analisa os movimentos da vida diária como formas criativas, invenções diversas, com que o homem comum opera suas sociabilidades a partir de astúcias praticadas no seu meio sociocultural, ou seja, ele investiga as várias maneiras com que o “homem ordinário” se vale de astúcias sutis, táticas de resistências, jogos de palavras, entre outras artimanhas, como formas de elaborar as *artes de ser* e as *artes de viver* na sociedade de consumo.

1. O autor é um dos pioneiros a produzir uma teorização sobre o cotidiano e fez isso investigando a vida rotineira a partir de condutas humanas, para explicar práticas cotidianas como jogos de operações táticas *versus* estratégias de sociabilidades, em que a ordem é exercida por uma arte, ou seja, ao mesmo tempo ela é exercida e burlada. Do ponto de vista metodológico, o trabalho de De Certeau explora o modo de caminhar na cidade, a descrição de uma moradia, a leitura silenciosa, as artimanhas do ato de falar, possibilitando assim especificar diversos esquemas operacionais para explicar o conjunto das práticas socioculturais como uma antidisCIPLINA. As análises desses comportamentos comuns e rotineiros revelam as maneiras com as quais acontecem atitudes, combinadas ou não, nas práticas de desvios que compõem as dinâmicas sociais. O sentido social e político dessas práticas cotidianas expressam um emaranhado de contradições que ganham relevo por meio das várias formas de linguagens (falas, escritas, discursos, gestos, silêncios, etc), cujos usos e condutas configuram o funcionamento da vida diária das pessoas comuns. É a

¹ Professora do Departamento de História da UNEMAT, doutoranda do IFCH/UNICAMP e bolsista da FAPEMAT.

percepção/instituição da antidisciplina ou das operações desviantes que acionam outras práticas sociais dos consumidores/usuários.

2. Sobre a obra: O livro se origina de uma pesquisa em que De Certeau era um colaborador do governo francês, contratado para produzir algo capaz de formular políticas que respondessem aos movimentos de contestação no final da década de 1960. Em vez de produzir um resultado político aplicável, como se esperava, ele começou questionando: “Criar o quê e como?” Como compreender/explicar a operação que há entre o dizer e o fazer, utilizando os mapas estatísticos? Que subsídios seriam possíveis as análises de dados quantitativos? Eles, os dados, são reducionistas e homogeneizantes porque “apreendem o material destas práticas e não a sua *forma*; ela põe à mostra os elementos utilizados e não o ‘fraseado’ devido à bricolagem, à inventividade ‘artesanal’, a discursividade que combinam esses elementos todos ‘recebidos’ e de cor indistinta” (p.15/16). Há, portanto, uma energia que mobiliza e permeia as ações socioculturais nas suas formas de ser, como produto da inteligência humana, que se destina a operar as variadas formas de sociabilidades.

3. Pensando assim, De Certeau recusou-se a tomar dados estatísticos como suporte de análises, especialmente, sobre os movimentos de contestação política da década de 1960. Entretanto, o horizonte de suas observações alcançou outros comportamentos, como, por exemplo, as formas de coexistências entre nativos da América do Sul e colonizadores, além de outras práticas sociais, como os usos de religiosidades no Nordeste brasileiro. Sua experiência refinada como pesquisador o levou a tomar “por objeto não a espuma dos dias, o desconcerto e a confusão do discurso político, as lamentações de uns, as censuras dos outros, mas o sentido oculto daquilo que, mais profundo, e ainda misterioso, se manifesta essencial em uma grande confusão de palavras” (p.11-12). Foi o “esforço de elucidação” que o fez estudar os acontecimentos para compreender a imprevisibilidade das atitudes humanas. Metodologicamente, seu olhar de pesquisador apontou um outro caminho, investigando comportamentos de consumidores supostamente passivos frente aos produtos recebidos; percebeu que as pessoas produzem invenções anônimas, comuns, cotidianas, que funcionam como usos particulares desses produtos. Então, De Certeau se interessou

não pelos produtos culturais oferecidos no mercado dos bens, mas pelas operações dos seus usuários” [...] “tampouco a chamada ‘cultura popular’, nome outorgado de fora por funcionários que inventariam e embalsamam aquilo que um poder já eliminou, pois para eles e para o poder ‘a beleza do

morto' é tanto mais emocionante e celebrada quanto melhor encerrada no túmulo. (p.13).

Ainda do ponto de vista metodológico, o autor não pensava em teorizar as práticas, nem estabelecer uma semiótica das artes, mas compreender as práticas cotidianas como operações táticas; por isso, observando o modo de caminhar das pessoas na cidade, os usos dos espaços da cidade, a descrição de uma moradia, a leitura silenciosa, possibilitaria “especificar esquemas operacionais” para explicar o conjunto das práticas (p. 21). Assim, a pesquisa se pautou por análises que se agruparam em três perspectivas de interpretações: a) as maneiras de agir; b) Os procedimentos formais das práticas; c) os tipos de operações especificadas pelas maneiras de fazer.

4. Estrutura da obra: a primeira edição francesa do livro **A Invenção do Cotidiano** saiu em fevereiro de 1980, apresentando os resultados dessa pesquisa realizada entre 1974 e 1978. Além da introdução, em que sua colaboradora Luce Giard historiciza a pesquisa, a obra se apresenta com a seguinte estrutura:

4.1. Primeira parte: *Uma cultura muito ordinária*, que analisa a linguagem ordinária, os jogos de dizer, as estratégias e táticas;

4.2. Segunda parte: *Teorias da arte de fazer*, que analisa as artes de fazer cotidiano dialogando com outros autores;

4.3. Terceira parte: *Práticas de Espaço*, em que o autor analisa as práticas culturais urbanas e os usos dos espaços das cidades;

4.4. Quarta parte: *Usos da língua*, em que há uma análise das operações enunciativas imbricadas com as práticas socioculturais;

4.5. Quinta parte: *Maneiras de crer*, que analisa a produção das convicções, seus efeitos e as maneiras de torná-las legítimas, críveis.

5. Argumento: Nas práticas socioculturais da vida cotidiana, diz o autor: “a ordem é exercida por uma arte, ou seja, ao mesmo tempo exercida e burlada”. Nas operações definidas e/ou determinadas pelas Instituições, “se insinuam assim um estilo de trocas sociais, um estilo de

invenções técnicas e um estilo de resistência moral”. Ou seja, os consumidores exercem “uma economia do dom, uma estética dos lances e uma ética da tenacidade”, três condições qualificadas que levam ao termo uma predominância da cultura ordinária, com direito de atribuição às práticas o estatuto de um conhecimento racional e uma experimentação habitual. A partir desta ótica, De Certeau tenta, então, “encontrar o meio para ‘distinguir maneiras de fazer’, de pensar ‘estilos de ação’, ou seja, fazer a teoria das práticas” (p. 20).

6. Problemática: Na Introdução Geral, o autor enfatiza sua inquietação, dizendo que “a pesquisa nasceu de uma interrogação sobre as operações dos usuários, supostamente entregues à passividade e à disciplina” (p.37). Caminhando com o autor, é possível pensar: Como compreender/explicar as práticas socioculturais cotidianas nesses jogos de trocas? Como funciona a vida rotineira nos espaços de normatização das sociabilidades? Como as pessoas (consumidores) lidam com os produtos impostos por uma ordem economicamente dominante? Como explicar a coexistência de hábitos culturais com condutas impositivas que estabelecem culturas hierárquicas? Essas foram questões que levaram De Certeau a inverter a forma de interpretação das práticas culturais contemporâneas, explorando as astúcias anônimas, as sutilezas, das artes de fazer como as artes de viver a sociedade de consumo. Essa perspectiva o levou a romper com uma racionalidade técnica como forma de organizar/explicar comportamentos de pessoas e coisas atribuindo-lhes um lugar, um papel e definir produtos a consumir, para pensar a invenção do cotidiano como “mil maneiras de caça não autorizada”, nas quais as pessoas comuns escapam a esses modelos. Assim, as artes de fazer podem ser conhecidas pelas astúcias sutis, pelas ações táticas como micro resistências, que alteram códigos de sociabilidades na medida em que elas se reapropriam/reelaboram outros usos dos espaços e produtos a consumir:

A presença e a circulação de uma representação (ensinada como o código da promoção sócio-econômica por pregadores, por educadores ou por vulgarizadores) não indicam de modo algum o que ela é para seus usuários. É ainda necessário analisar a sua manipulação pelos praticantes que não a fabricam. Só então é que se pode apreciar a diferença ou a semelhança entre a produção da imagem e a produção secundária que se esconde nos processos de sua utilização. (p.40).

7. Questões conceituais: No campo das correlações de forças em que coexistem os *fortes* e os (supostamente) *fracos*, De Certeau investigou os combates entre estratégias e táticas, entendendo que as primeiras ocupam um lugar institucional (a nação, a economia, a ciência, a família, a escola, entre outras), enquanto que as últimas são demarcadas pelas maneiras com

que a inteligência e a inventividade dos mais *fracos* (falar, ler, circular, comprar, habitar, relacionar-se, conversar) carecem de saberes e ações astuciosas. Como fundamentação teórica, De Certeau elabora o conceito de cotidiano como condutas e procedimentos pessoais de ser, de fazer e de dizer, abordando a produção e os usos da linguagem comum *versus* linguagem científica que, num campo concorrencial, deixam quase visíveis a estética da vida ordinária. Discutindo as práticas cotidianas ele dialoga com pensadores como Freud, Wittgenstein, Foucault, Bourdieu, Kant, Lévi-Strauss, entre outros, pensando as relações de poder, os usos da linguagem e o *habitus* como procedimentos socioculturais.

Introdução geral

1. De Certeau começa o livro expondo o painel da pesquisa, observando que analisar as práticas cotidianas é algo complexo porque é impossível reduzi-las a uma unidade elementar. Pensando as pessoas como consumidores, o autor define três situações que permitem investigar comportamentos humanos de natureza socioculturais: a) *o uso ou o costume* que consiste em balizar as diversas formas de uso dos espaços, do consumo de produtos que circulam e da apropriação das linguagens; b) *os modos de proceder da criatividade cotidiana* que consiste em analisar e interpretar as inventividades da vida ordinária com as quais os consumidores criam formas de antidisciplinas, de micro resistências. Nesse ponto, De Certeau questiona a sociedade disciplinar trabalhada por M. Foucault quando problematiza a ordenação sociopolítica frente às astúcias dos consumidores pelas táticas de fugas das redes de vigilância; c) *a formalidade das práticas*, apontando a lógica de funcionamento das condutas humanas como arte que se revela nas maneiras de pensar e de agir, ou seja, “uma arte de combinar indissociável de uma arte de utilizar”. Para De Certeau, a vida é produzida como uma obra de arte e ele toma arte como a capacidade criadora/inventiva e/ou as maneiras de expressar saberes, poderes, fazeres e querereres.

2. As *artes do fazer* cotidiano estão ligadas às operações de estratégias e táticas. Sobre essas duas concepções, De Certeau define a primeira como “o cálculo das relações de forças que se torna possível a partir do momento em que um sujeito de querer e poder é isolável de um ‘ambiente’”. Ou seja, ele não se dilui no todo, mas elabora artimanhas que passam a fazer parte dos usos de poderes. Ele, o sujeito, “postula um lugar capaz de ser circunscrito como um *próprio* e, portanto, capaz de servir de base a uma gestão de suas relações com uma exterioridade distinta. A nacionalidade política, econômica ou científica foi construída

segundo este modelo estratégico” (p.46). Por tática, De Certeau entende que é “um cálculo que não pode contar com um próprio, nem portanto com uma fronteira que distingue o outro como totalidade visível. A tática só tem por lugar o do outro” (p.46).

3. Em toda a pesquisa, De Certeau explora as táticas como “astúcias de caçadores”, arte de golpear o outro no seu espaço mediante ocasião propícia e/ou achados que provocam euforia, vitória do “fraco” sobre o “forte”, apresentando continuidades e permanências. As táticas têm o não-lugar e “dependem do tempo, vigiando para ‘captar no vôo’ possibilidades de ganho. Tem constantemente que jogar com os acontecimentos para os transformar em ‘ocasiões’” (p.47). As táticas “manifestam igualmente a que ponto a inteligência é indissociável dos combates e dos prazeres cotidianos que articula, ao passo que as estratégias escondem sob cálculos objetivos e sua relação com o poder que os sustenta, guardado pelo lugar próprio ou pela instituição” (p.47). Podemos entender táticas como manobras sutis pensadas e articuladas, com as quais os indivíduos se instituem como sujeitos de si mesmos nas batalhas pela vida diária, usufruindo das ocasiões propícias para os combates. O cotidiano, então, se torna visível pelo movimento contínuo e multifacetado estabelecido entre os combatentes e suas infinitas possibilidades de ser e de agir nos múltiplos (e simultâneos) campos das correlações de forças.

4. Em *As artes de dizer*, De Certeau analisa condutas humanas a partir de práticas de leitura, aproximando-se da sociolinguística. Para ele, o binômio produção-consumo poderia ser substituído por escritura-leitura, pois estimula a invenção e a improvisação. À arte de ler se compara à arte de conversar. Para o autor, “a conversa é um efeito provisório e coletivo de competências na arte de manipular ‘lugares comuns’ e jogar com o inevitável dos acontecimentos para torná-los ‘habitáveis’” (p.50).

5. Da mesma forma, o autor dispensa uma atenção especial às formas de enunciação, afirmando que o ato de falar “opera no campo de um sistema lingüístico; coloca em jogo uma *apropriação*, ou uma reapropriação, da língua por locutores; instaura um *presente* relativo a um momento e a um lugar; e estabelece um *contrato com o outro* (o interlocutor) numa rede de lugares e de relações” (p. 40). De fato, o que está em discussão são as artimanhas e usos das linguagens que se manifestam nos jogos das sociabilidades diárias, o que também é necessário considerar o tempo, o espaço e o compromisso dissimulado que se embute na relação estabelecida entre os interlocutores.

6. Na linha de Eduardo Guimarães, em seu livro *Semântica do Acontecimento* (2005), Guimarães aborda a questão da temporalidade que se constitui de um presente, mas que não é presente em si mesmo, mas ganha sentido num passado que se rememora no acontecimento e na latência de um futuro, compreendida como efeito de futuridade, sem a qual esse acontecimento de linguagem, ou seja, a enunciação, não ganha significação. Na linha de Benveniste, a enunciação é o ato de colocar a língua em funcionamento por um ato individual de utilização, ou seja, a língua tem formas das quais o sujeito se apropria e coloca em funcionamento. Para Ducrot, a enunciação é o acontecimento histórico constituído pelo aparecimento de um enunciado. E para Guimarães, a enunciação é um acontecimento de linguagem, em que o discurso funciona ao ser afetado pelo interdiscurso, algo que já foi manifestado antes.

1ª Parte: Uma cultura muito ordinária

1. De Certeau analisa as práticas socioculturais do homem comum conectado nas redes de sociabilidades, dispensando uma atenção especial aos seus comportamentos em relação à inventividade da vida cotidiana na sociedade de massa, ou de *formigas*, enquadradas num modelo racional que homogeneiza tudo, cujo nivelamento produz o “cada um” como “nenhum”. Ele vê o homem ordinário como um “sábio e um louco ao mesmo tempo, lúcido e ridículo no destino que se impõe a todos e reduz a nada a isenção que cada um almeja” (p.60). O “todo mundo” é um personagem, uma senha, um lugar comum, um *topos* filosófico. Nessa análise, ele afirma que “quando a escrita elitista utiliza o locutor ‘vulgar’ como travesti de uma metalinguagem sobre si mesma, deixa igualmente transparecer aquilo que a desloca de seu privilégio e a aspira fora de si: um *Outro* que não é mais um deus ou a musa, mas o anônimo” (p. 61).

2. Num diálogo com Freud sobre o lugar social do discurso, De Certeau diz que ele “estabeleceu um contrato com o ‘homem ordinário’ e conjuga o seu discurso com a multidão cujo destino *comum* consiste em ser ludibriada, frustrada, forçada ao trabalho cansativo, submetida, portanto, à lei da mentira e ao tormento da morte” (p.61). Do ponto de vista da cultura, ele diz que o enfoque desta “começa quando o homem ordinário se torna o narrador, quando define o lugar (comum) do discurso e o espaço (anônimo) de seu desenvolvimento” (p.63).

3. De Certeau também discute os embates que se estabelecem entre a linguagem ordinária (comum, cotidiana) e o discurso de cientificidade, sendo que este último se institui com o *todo* racional polarizado com o resto que é reconhecido como cultura. Essas práticas discursivas organizam e chancelam o ideário de modernidade num convívio conflituoso com a linguagem ordinária nas práticas cotidianas. Na relação ciência *versus* cultura, ele elege as figuras do perito e do filósofo como mediadores dos embates, ou seja, De Certeau atribui-lhes a função de mediadores entre os saberes e a sociedade. O perito se investe de uma autoridade e fala deste lugar: “ele se inscreve e é inscrito numa ordem comum onde a especialização tem valor de iniciação enquanto regra e prática hierarquizante da economia produtivista” (p.67). O filósofo ao elaborar seu discurso e fazê-lo circular perde o domínio sobre ele.

4. De Certeau buscou Wittgenstein para pensar os usos linguísticos, no sentido da exterioridade da linguagem, ou seja, sua investigação pensa: De que lugar as linguagens existem? Como elas são elaboradas e articuladas, cujos usos expressam maneiras de fazer, de ser e de dizer? Podemos pensar o saber científico como apropriação de um saber ordinário? Ou pensar o saber científico como algo consumido de outras maneiras? Como pensar os usos do saber filosófico embrulhado/apropriado nas práticas sociais comuns? Para o autor, “abordar a linguagem “na” linguagem ordinária, sem poder ‘dominá-la com o olhar’, sem visibilidade a partir de um ponto distante, quer dizer apreendê-la como um conjunto de práticas onde a própria pessoa do analisador se acha implicada e pelas quais a prosa do mundo se opera” (p.71).

5. No tópico *Uma “arte” brasileira* (p.76/77), De Certeau dá visibilidade aos usos da linguagem como práticas de recusa à ordem e/ou como instrumento de confrontos e artes de fazer o cotidiano pelos jogos de *trampolinagem*. Há um universo de forças que dá movimento aos usos das linguagens e à sutileza das astúcias. As práticas de enunciação (provérbios) explicam a criação de fenômenos sociais e revelam comportamentos que se desviam do normal e do formal, além de expressar a lógica de funcionamento das práticas.

6. Os sistemas linguísticos estão imbricados com outras práticas socioculturais. De Certeau considera o ato de enunciação com os seguintes eixos:

- a) uma efetuação do sistema lingüístico por um falar que atua as suas possibilidades (a língua só se torna real no ato de falar); b) uma apropriação da língua pelo locutor que a fala; c) a implantação de um interlocutor (real ou fictício) e por conseguinte a constituição de um contrato relacional ou de uma alocução (a pessoa fala a alguém); d) a instauração de um presente pelo ato do “eu” que fala, e ao mesmo tempo, pois o ‘presente é propriamente a fonte do tempo’, a organização de uma temporalidade (o presente cria um antes e um depois e a existência de um agora que é “presença” no mundo. (p.96).

2ª Parte: Teorias da arte de fazer

1. Dialogando com Foucault, De Certeau problematiza a sociedade de controle pelos dispositivos panópticos que instaura um discurso sobre as práticas. Ele pensa a *teoria do estilo* de ação a partir de duas questões: a) “o papel decisivo dos procedimentos e dispositivos tecnológicos na organização de uma sociedade; b) o desenvolvimento excepcional de uma categoria particular desses dispositivos”. Essa análise é precedida por duas outras questões:

- a) como explicar o desenvolvimento privilegiado da série particular que é constituída pelos dispositivos panópticos? b) qual o estatuto de muitas outras séries que, prosseguindo em seus silenciosos itinerários, não deram lugar a uma configuração discursiva nem a uma sistematização tecnológica? (p.114).

2. De Certeau considera que toda atividade humana pode ser considerada cultura desde que haja um significado para quem a pratica e que pode ser reconhecida como tal ou não. Valendo-se do conceito de *habitus*, ele faz uma leitura crítica de Bourdieu (**Esboço de uma teoria da prática**) para pensar teoricamente as condutas humanas. Para Bourdieu, *habitus* é uma mediação que acontece entre os condicionamentos sociais exteriores e a subjetividade dos indivíduos, na qual há um processo de interiorização de normas, usos e obrigações, ou seja, um sistema de esquemas individuais, socialmente constituído de disposições estruturadas (no social) e estruturantes (nas mentes), adquirido nas e pelas experiências práticas, constantemente orientadas para funções e ações do agir cotidiano das pessoas. De Certeau considera o saber das astúcias como algo que torna as práticas mais elaboradas, complexas, uma vez que “os praticantes calam necessariamente a diferença prática criada entre eles pelas operações que delas se servem (ou não), e assim colaboram na produção dos quadros gerais que escondem ao observar as suas táticas” (p.121).

3. Em Bourdieu, De Certeau rejeita a “conjuntura objetiva” como um dado universalizante para explicar a dinâmica social, mas reconhece a escolha metodológica que se pauta por

analisar o modo de geração das práticas e não o produto delas. Na teorização das práticas, De Certeau aponta os “princípios implícitos”, as “regras explícitas”, a “ação astuciosa”, os “jogos de linguagem” (metaforizações), a “arte dos golpes”, como comportamentos indispensáveis às investigações para compreendermos a lógica das sociabilidades.

4. Nas artes de dizer se realizam as “artes de fazer” e revelam as “artes de pensar”, o que instrumentaliza a teorização das práticas. Tomando as discussões de Foucault e Bourdieu, De Certeau pontua duas premissas: a) “as táticas formam um campo de operações dentro do qual se desenvolve também a produção da teoria; b) a possibilidade do discurso em histórias; a narrativização das práticas seria uma maneira de fazer textual, com seus procedimentos e práticas”.

5. Sobre os usos do tempo da memória, De Certeau problematiza o seguinte: “Como é que o tempo se articula num espaço organizado? Como se efetua sua “penetração” no modo de ocasiões? Em suma, qual a implantação da memória num lugar que já forma um conjunto? Ora essa implantação não é localizada nem determinada pela memória-saber. A ocasião é “aproveitada”, não criada” (p.162).

3ª Parte: Práticas de espaço

1. Nessa parte da obra, De Certeau constrói um conceito de cidade explorando a produção de linguagens e usos dos espaços, especialmente, os da cidade contemporânea, mas se expressa como moderna-atual. Por isso é que ele começa a discussão trazendo uma leitura sobre as formas com que o *World Trade Center* produz sentidos sobre Manhattan, apontando que nas megalópoles os arranha-céus produzem outras formas de olhar a cidade, pois a distribuição e a disciplina dos espaços impõem outras formas de concepções e usos dos lugares. Enquanto os projetos de urbanização tentam enquadrar os indivíduos em normas civilizatórias que instituem as cidades como lugares ou coisas uniformizados e ao mesmo tempo escondem os contrastes da vida diária, as artimanhas do fazer cotidiano, sobretudo, no que se refere aos usos dos espaços e a formulação dos discursos, revelam esses mesmos contrastes entranhados nos jogos de sociabilidades. A urbanização é, portanto, uma invenção humana transformada em espetáculo da contemporaneidade, porque produz sempre a ideia de presente. Os espaços parecem não poder envelhecer porque estão sendo inovados constantemente. Implosões de

prédios e/ou arruamentos ilustram essa conduta urbanística inscrita na *estética do novo*. Para De Certeau, a cidade

se modifica em texturologia onde coincidem os extremos da ambição e da degradação, as oposições brutais de raças e estilos, os contrastes entre os prédios criados ontem, agora transformados em latas de lixo, e as irrupções urbanas do dia que barram o espaço. Diferente neste ponto de Roma, Nova Iorque nunca soube a arte de envelhecer curtindo todos os passados. Seu presente se inventa de hora em hora, no ato de lançar o que adquiriu e de desafiar o futuro. (p.169-170).

2. De Certeau concebe as cidades modernas como texturas e/ou como tramas que carecem de ser decifradas/conhecidas e, assim, ele aborda a vivência paradoxal desses lugares e enfatiza a dinâmica dos usos desses espaços, perguntando:

A que erótica do saber se liga o êxtase de ler tal cosmos? Apreciando-o violentamente, pergunto-me onde se origina o prazer de ‘ver o conjunto’, de superar, de totalizar o mais desmesurado dos textos humanos. Subir até o alto do World Trade Center é o mesmo que ser arrebatado até ao domínio da cidade. [...] Aquele que sobe até lá no alto foge à massa que carrega e tritura em si mesma toda identidade de autores ou de espectadores. (p.170).

3. Mesmo entre emaranhados de outros prédios, as “Torres Gêmeas” (assim conhecidas, porém, não existem mais) se destacavam por ser um lugar imponente, autônomo, que emprestava à cidade a razão de ser moderna, com práticas diversas que se traduziam em central do mundo, porque, como edifício, representava o centro financeiro do ocidente, atraindo “as atenções” do universo capitalista e do consumo. Como tal, e ainda considerando a forma arquitetônica e a localização, De Certeau toma Manhattan como referência para pensar teoricamente sobre práticas de espaços e questiona:

A imensa texturologia que se tem sob os olhos seria ela outra coisa se não uma representação, um artefato ótico? A cidade-panorama é um simulacro ‘teórico’ (ou seja, visual), em suma, um quadro que tem como condição de possibilidade um esquecimento e um desconhecimento das práticas. [...] Tudo se passa como se uma espécie de cegueira caracterizasse as práticas organizadoras da cidade habitada. As redes dessas escrituras avançando e entrecruzando-se compõem uma história múltipla, sem autor nem espectador formada em fragmentos de trajetórias e em alterações de espaços: com relação às representações, ela permanece cotidianamente, indefinidamente, outra. (p.171).

Ao apontar tais espantos pergunto: O que Michel De Certeau diria, então, sobre Dubai, uma cidade gigantesca fincada sobre águas oceânicas? Que acontecimentos vão se constituir como história? Que sentidos esses lugares estabelecem com seus tempos e suas histórias?

4. Não apenas definindo sumariamente, mas destriçando a cidade como um artefato moderno, envolvente, produto da invenção humana, capaz de produzir densas e complexas redes de sociabilidades, propósitos, planejamentos urbanos, De Certeau entende que

a cidade, à maneira de um nome próprio, oferece assim a capacidade de conceber e construir o espaço a partir de um número finito de propriedades estáveis, isoláveis e articuladas uma sobre a outra. Nesse lugar organizado por operações ‘especulativas’ e classificatórias, combinam-se gestão e eliminação. De um lado, existem uma diferenciação e uma redistribuição das partes em função da cidade, graças a inversões, deslocamentos, acúmulos, etc.; de outro lado, rejeita-se tudo aquilo que não é tratável e constitui, portanto, os ‘detritos’ de uma administração funcionalista (anormalidade, desvio, doença, morte, etc.). Certamente o progresso permite reintroduzir uma proporção sempre maior de detritos nos circuitos da gestão e transforma os próprios déficits (na saúde, na seguridade social etc.) em meios de densificar as redes da ordem. Mas, de fato, não cessa de produzir efeitos contrários àquilo que visa: o sistema do lucro gera uma perda que, sob múltiplas formas da miséria fora dele e do desperdício dentro dele, inverte constantemente a produção gasto ou despesa. (p.173).

5. A cidade, no seu todo, como produto da invenção humana e/ou como artefato do sistema capitalista, expressa um mundo extraordinário, desejado, lugar onde os acontecimentos ganham legitimidade e a história se universaliza. A cidade é também o espaço onde se revelam as contradições produzidas pela dinâmica das vivências comuns frente aos discursos e práticas políticas que procuram formalizar o todo urbanístico. Há, portanto, uma prática política formal que ordena, regulamenta, institui normas de civilidade, planeja e determina os sentidos e usos dos espaços urbanos e, mesmo assim, nos jogos de sociabilidades, estabelecem-se outras práticas, outros usos que escapam dos projetos racionais e disciplinadores. Por exemplo, como se constituem os usos dos espaços de uma praça? Certamente, os bêbados, prostitutas, drogados, mendigos, crianças de rua, vendedores ambulantes, entre outros, atribuem significados diferentes de outros usuários. Seja praça, sejam outros espaços urbanos, as pessoas os concebem como lugares humanizados, mais que racionalizados. De Certeau diz que

a linguagem do poder se urbaniza, mas a cidade se vê entregue a movimentos contraditórios que se compensam e se combinam fora do poder panóptico. A cidade se torna o tema dominante dos legendários políticos, mas não é mais um campo de operações programadas e controladas. Sob os discursos que a ideologizam, proliferam as astúcias e as combinações de poderes sem identidade, legível, sem tomadas apreensíveis, sem transparência racional – impossíveis de gerir. (p.174).

6. A cidade é uma pluralidade de práticas, mas os projetos urbanísticos a tratam como um universo homogêneo, capaz de formalizar e enquadrar todas as vontades humanas. De Certeau diz que essa cidade instaurada pelos discursos utópicos e urbanísticos opera com três possibilidades:

a) “produção de um espaço próprio” designado para reprimir comportamentos considerados maculadores; b) “estabelecimento de um não-tempo ou um sistema sincrônico para substituir as resistências inapreensíveis e teimosas das tradições”; c) “criação de um sujeito universal e anônimo que é a própria cidade” adquirindo nome próprio, ao mesmo tempo em que elimina os sujeitos. (p.173).

7. De Certeau questiona se essa cidade racional se degrada porque coabitam as enfermidades que afetam as razões que a instaurou, seus profissionais e as das populações e, seguindo os passos dos caminhantes em suas táticas, prefere investigar as “práticas microbianas singulares e plurais” que afetam/alteram/deformam/reinventam o projeto urbanístico, ou seja, se interessa por observar/estudar os procedimentos que fogem das redes de vigilância constituindo as “regulações cotidianas e criatividades sub-reptícias que se ocultam somente graças aos dispositivos e aos discursos, hoje atravancados, da organização observadora” (p.175).

8. Os espaços da cidade são definidos, formalizados e disponibilizados para seus usos a partir de uma ordem urbanística pressupostamente circunscrita por um conjunto de situações possíveis, circulando entre proibições e permissões que nem sempre correspondem ao que se destinam. Por exemplo, há locais definidos como percursos/caminhos/trilhas/passagens e os pedestres os utilizam de acordo com as normas ou não, podendo criar outras formas, outros proveitos. Sobre esses usos, De Certeau diz que o consumidor acolhe algumas possibilidades, mas “também as desloca e inventa outras, pois as idas e vindas, as variações ou as improvisações da caminhada privilegiam, mudam ou deixam de lado elementos espaciais” (p.178). De Certeau entende isso como operações enunciativas em que os usuários transgridem e/ou respeitam; portanto, os usos dos espaços apresentam uma “série de percursos variáveis”.

9. Sobre os usos dos espaços, De Certeau pensa como uma retórica da caminhada, entendendo que os percursos são moldados tal como as frases, combinando estilos e usos. O estilo se remete ao universo simbólico; os usos revelam fenômenos socioculturais e se vinculam a um código de conduta, uma norma. Além disso, as linguagens/relatos são elementos

organizadores de lugares e de espaços que expressam a percepção e os comportamentos dos usuários. Fazendo distinção entre lugar e espaço, De Certeau entende o primeiro como a toda ordem que por ela “se distribui elementos nas relações de coexistência. Implica uma indicação de estabilidade”(p.201). Ou seja, cada elemento ocupa um lugar próprio. O espaço é

o efeito produzido pelas operações que o orientam, o circunstanciam, o temporalizam e o levam a funcionar em unidade polivalente de programas conflituais ou de proximidades contratuais. [...] Diversamente do lugar, não tem portanto nem a univocidade nem a estabilidade de um próprio. (p.202).

O espaço se remete ao sistema de signos e por isso dá mais visibilidade aos sentidos das práticas socioculturais e/ou à dinâmica social urbana.

10. Assim, De Certeau estabeleceu a diferença entre itinerários e percursos. Na modernidade, a escrita cartográfica cria uma autonomia dos lugares; no entanto, é o que se diz deles que configura os espaços das artes do fazer cotidiano. Os relatos têm a função de fundar e articular espaços, uma vez que a linguagem é um “ato culturalmente criador”. Nessa perspectiva, o autor atribui a essa linguagem forças específicas que capacitam situações, como: a) *criar um teatro de ações*, que consiste em instituir práticas sociais a se tornarem legítimas; b) *fronteiras e pontes*, aspectos caracterizados por um jogo de interações entre os sujeitos e a forma como interagem com os lugares, pois as linguagens constroem sentidos para os mais diversos usos.

4ª Parte: Usos da língua

1. Essa parte da obra discute especialmente o convívio de duas formas de linguagens: a escrita, que assinalou os tempos modernos, e a oralidade, que transmutada no mundo da escrita, adquiriu outras formas de legitimidade. A partir da imprensa, no mundo ocidental, a escrita incorporou domínios que fundamentaram razões, verdades e justiça. O autor não estabelece hierarquias e trata de acentuar as diferenças históricas entre ambas as linguagens, mesmo que pareçam corpos de um mesmo universo. Num olhar mais antropológico, De Certeau afirma: “essas ‘unidades’ (por exemplo, escrita e oralidade) são o efeito de distinções recíprocas dentro de configurações históricas sucessivas e imbricadas” [...]. E ainda:

[...] essas distinções, uma vez que se apresentam como a relação entre o estabelecimento de um campo (por exemplo, a língua) ou de um sistema (por

exemplo, a escritura) e de outra parte aquilo que constitui como sua exterioridade ou seu resto (a palavra ou a oralidade), esses dois termos não são iguais ou comparáveis nem no que diz respeito à sua coerência (a definição de um põe o outro como indefinido), nem no que diz respeito à sua operatividade (um produtivo, dominante e articulado, institui o outro numa posição de inércia, de dominado e de opaca resistência). Portanto é impossível supor que tenham funcionamentos homólogos mediante uma inversão de sinais. A diferença entre elas é quantitativa, sem escala comum. (p.223-224).

2. O lugar da escrita no ocidente: De Certeau enfatiza a prática escriturística como *coisa* da modernidade, um movimento como uma prática que se inscreve num cenário mítico, entendendo mito como um “discurso fragmentado que se articula sobre as práticas heterogêneas de uma sociedade e que as articula simbolicamente” (p.224). Assim, a escrita moderna institui o mundo ocidental como textos produzidos e/ou para serem produzidos. Simbolicamente, a referência de progresso se associa àquilo que está escrito, racionalmente normatizado. Em oposição, essa concepção não reconhece as tradições orais como experiências humanas civilizadas, pois o “oral é aquilo que não contribui para o progresso; e, reciprocamente, ‘escriturístico’ é aquilo que se aparta do mundo mágico das vozes e da tradição” (p.224). Em face à valoração da cultura escrita, De Certeau pergunta: “O que é escrever”? E em seguida ele define: “Designo por escritura a atividade concreta que consiste, sobre um espaço próprio, a página, em construir um texto que tem poder sobre a exterioridade da qual foi previamente isolado” (p.225).

5ª Parte: Maneiras de crer

1. De Certeau explora as formas de produção da crença valendo-se dos usos da linguagem, produzindo efeito de convencimento, ou, como ele diz, pela inércia das convicções. Ele entende por crença “não o objeto do crer (um dogma, um programa, etc.), mas o investimento das pessoas em uma proposição, o *ato* de enunciá-la considerando-a verdadeira – noutros termos, uma “modalidade” da afirmação e não o seu conteúdo” (p.278).

2. Qual a natureza do ato de crer? Falamos muito em crise de autoridade e sentimos muito mais a força com que se pratica a violência das coisas. De Certeau fala do esgotamento do *crer*, do tráfico do *crer* e do simulacro da credibilidade. Para isso, ele analisa práticas políticas, religiosas e midiáticas como análogas, nas quais se valem de convicções inertes para revitalizarem os propósitos de “novos” credos.

3. As maneiras como se produzem o *crer* nomeiam/designam/fabricam o real: “De um lado, a pretensão de *falar em nome de um real* que, supostamente inacessível, é, ao mesmo tempo, o princípio daquilo que é crido (uma totalização) e o princípio do ato de crer (uma coisa sempre subtraída, inverificável, ausente); de outro lado, a capacidade do discurso, autorizado por um “real”, para se distribuir em *elementos organizadores de práticas*, isto é, em “artigos de fé” (p. 286).

4. As várias maneiras do crer produzem a sociedade recitada, ou seja, os consumidores são levados a crer no vêem:

A crença não repousa mais em uma alteridade invisível, escondida por trás dos signos, mas em cima daquilo que os outros grupos, outros campos, ou outras disciplinas supostamente são. O “real” é aquilo que, em cada lugar, a referência a ou outro faz acreditar. (p.289).

A citação é a arma do fazer crer.

Referências Bibliográficas

DE CERTEAU, Michel. **A invenção do cotidiano**: 1. Artes de fazer. Petrópolis/RJ: Vozes, 1994.

GUIMARÃES, Eduardo. **Semântica do acontecimento**: um estudo enunciativo da designação. Campinas/SP: Pontes, 2005.

OS EFEITOS DA ABERTURA DA RODOVIA BR-163 SOBRE A NAÇÃO INDÍGENA KREEN-AKARÔRE

Tânia Regina Simões¹

Na década de 70, o território amazônico era considerado por alguns segmentos uma imensa área desabitada. O governo ditatorial civil-militar, então no poder, acreditava que sua ocupação poderia ser a solução para apaziguar os conflitos urbanos e rurais que aconteciam no Sul do país, ao mesmo tempo que incentivaria os investimentos privados na região. Os militares tinham a necessidade de estimular esse povoamento, entre outras razões, para garantir a “posse desse imenso espaço vazio” e para evitar a “cobiça internacional” sobre a Amazônia, isto é, a ameaça de perder ou enfraquecer o controle dessa parte do território nacional pela ação de outros países e, também, prevenir-se, entre outros riscos, da instalação de focos guerrilheiros, nacionais ou estrangeiros (PETIT, 2003, p.79).

Com tais intenções, em 1971, após a instituição de políticas territoriais, como o Programa de Integração Nacional (PIN), iniciou-se a construção da BR-163, ligando Cuiabá-MT a Santarém-PA, uma estratégica rodovia inspirada no Plano de Metas do presidente Juscelino Kubitschek e iniciada durante o governo do Presidente Emílio Garrastazu Médici, que implantou o PIN. A referida rodovia foi tida como prioridade nesse Plano e sua construção foi entregue ao 9º Batalhão de Engenharia de Construção (9º BEC) de Cuiabá (PÓVOAS, 1996, p. 534).

O PIN foi o principal programa a implementar as políticas territoriais do Estado Brasileiro na Amazônia e em 1970 o governo civil-militar estabeleceu-o em função de três diretrizes importantes: a primeira delas foi a abertura de duas rodovias na Amazônia: a Transamazônica (ligando o Nordeste e a Belém/Brasília à Amazônia Ocidental – Rondônia e Acre) e a Cuiabá-Santarém, unindo Mato Grosso à Transamazônica e ao próprio Porto de Santarém, no rio Amazonas. A segunda foi a implantação de uma faixa de terra de 10 km de cada lado das novas rodovias, de um programa de “colonização e reforma agrária” e o início da primeira fase do plano de irrigação do Nordeste. E a terceira e última diretriz foi a transferência de 30% dos

¹ Graduada em História pela Universidade Federal de Mato Grosso. E-mail: tanciasimoes7@gmail.com

recursos financeiros dos incentivos fiscais oriundos de abatimento do imposto de renda para aplicação no programa (OLIVEIRA apud TORRES, 2005, p. 77).

Sendo assim, em 1971 se iniciou a construção da BR-163 (Cuiabá/Santarém) pelo 9º BEC, sob o comando do Coronel Meireles, e em 1976, após cinco anos de trabalho, a estrada foi concluída, tendo recebido estrutura de base terrosa, encascalhamento, pontes de madeira, drenagem, etc. e estendendo-se por 1.777 quilômetros, dos quais 1.114 em território mato-grossense, sendo delimitadas e destinadas às referidas faixas de 10 km de cada lado da rodovia para a colonização e reforma agrária, sendo que, atualmente, da extensão total da rodovia Cuiabá-Santarém, apenas o trecho mato-grossense compreendido entre Cuiabá e Guarantã do Norte recebeu pavimentação.

Naquele mesmo ano de 1976, no dia 20 de outubro, às 10h30min, a rodovia foi oficialmente entregue ao tráfego, por meio de uma solenidade presidida pelo Presidente da República Ernesto Geisel e realizada no km 877, na cachoeira do Curuá, tendo contado com a presença de vários ministros, dos governadores do estado do Mato Grosso e do Pará, José Garcia Netto e Aloísio da Costa Chaves, respectivamente, e de diversas autoridades federais, estaduais e municipais (SANDHAS, 2001, p. 90).

No ano de 1984, o coronel José Meirelles, considerado o construtor da BR-163, numa entrevista ao jornalista Oscar Ramos Gaspar, do jornal **Correio Várzea-grandense de Mato Grosso**, disse em aparente tom de desabafo:

É fácil fazer uma estrada, mesmo na selva, como foi o caso de Cuiabá-Santarém. Isso não é nenhuma epopéia. Epopéia mesmo é fazer com que o poder público interiorize os seus mecanismos de assistência e promoção humana, da valorização do homem e da família. Isso é quase impossível [...].

Por meio desse depoimento tem-se a noção de que somente a construção da rodovia não foi garantia de sucesso dos planos do Estado e se hoje existem vários problemas sociais e econômicos na região, isso é consequência da falta de estrutura e apoio dos órgãos governamentais. Entretanto, toda essa área amazônica, considerada pelo governo da época como um imenso espaço “vazio” que precisava ser preenchido imediatamente, era ocupada por diferentes nações indígenas, por seringueiros e outros segmentos extrativistas e pelos denominados beiradeiros.

Encontram-se no Norte do estado de Mato Grosso “nações” como as dos Apiaká, Kayabi e Panará (Kreen Akarore), sendo este último grupo um dos mais atingidos

diretamente pela construção da BR-163, considerados um dos “ônus” do próprio progresso. Os Panará tiveram sua área de perambulação cortada pela abertura rodovia BR-163, tendo que ser removidos apressadamente, com o aval dos irmãos Villas Boas, de seu habitat natural para o Parque Nacional do Xingu.

Para o coronel Meirelles, os Panará (Kreen Akarore) pagaram um preço muito alto pela sua própria docilidade, por sua confiança no branco e pelo feitiço que os presentes destes exerciam sobre eles. Daí a promiscuidade, a desorganização tribal e a doença, como a gripe, que vitimou dezenas deles.

A partir da transferência para o Parque do Xingu, ou seja, para outro habitat, os índios Kreen Akarore quase chegaram à extinção. Denominados pelos Txukarramãe de Kreen Akarore, os Panará fazem parte do tronco linguístico Jê e seu território ocupava as terras ao norte do rio Peixoto de Azevedo, no extremo norte do Estado de Mato Grosso, até as cabeceiras do rio Iriri e a Serra do Cachimbo, no Sul do Pará, sendo que durante muito tempo foram tidos como os “terríveis” índios gigantes (OLIVEIRA, 1997, p. 182).

O contato oficial com esse grupo indígena aconteceu em 1968, através dos sertanistas Orlando e Cláudio Villas-Bôas, que sobrevoaram as terras dos indígenas para contatá-los antes que a construção da BR-163 abrisse as matas da região do rio Peixoto de Azevedo. Foram necessários mais cinco anos para que os irmãos Villas-Bôas finalmente conseguissem se aproximar desse grupo arredio, que montava e desmontava aldeias e fugia sempre. Tal fato ocorreu no dia 4 de fevereiro de 1973, com o início da construção da BR-163, rodovia Cuiabá-Santarém, e da BR-080, Brasília-Manaus. Os irmãos Villas Boas, acompanhados de índios Suyá e Txukarramãe, promoveram a “pacificação” dos Panará, em seu território originário, no rio Peixoto de Azevedo, afluente do Teles Pires.

Mas antes desse encontro histórico, por meio de contatos esporádicos, o vírus da gripe, que tinha sido contraída pelos brancos da frente de obras da rodovia, já havia atingido essa população. Desse modo, entre 1973 e 1975, foram tantas as mortes em razão de gripe e diarreia que o grupo quase desapareceu².

Entre 1973 e 1974, a reserva indígena dos Panará, que contava com mais de 220 indivíduos na época do primeiro contato, encontrava-se reduzida a menos da metade da

²Informações divulgadas pelo Instituto Sócio Ambiental (ISA) na *Enciclopédia Povos Indígenas no Brasil*, disponibilizada no site <http://www.socioambiental.org/pib/epi/panara/panara.shtm> e consultada no dia 20 de outubro 2007.

população e os poucos índios que ainda sobreviviam esmolavam na beira da rodovia. Em 1975, já na iminência de serem dizimados, foram transferidos pela FUNAI para o Parque Indígena do Xingu.

Em 11 de janeiro de 1975, iniciou-se a remoção para o Parque Xingu. Dos 220 índios encontrados à época da “pacificação”, 79 foram embarcados em avião para o Parque, abrigando-se nas aldeias Kayabi, Txukarramãe e Suyá. Os Panará estavam extremamente enfraquecidos, doentes e não manifestavam vontade de continuar a viver. Em 1976, existiam apenas 64 índios. Com muita dificuldade e em função de uma assistência particular, passaram a se recuperar da desestruturação social. A partir de 1984, foram transferidos para um novo local, construindo uma nova aldeia, ao norte da BR-080, dando sequência às mudanças que se faziam sempre na direção do retorno a seu território tomado, mudando, assim, sete vezes, rumo ao rio Peixoto de Azevedo.

Os Panará fixaram-se, em 1989, na aldeia do rio Arraia, resgatando sua identidade; após 1991, foram de ônibus rever seu território de origem, encontrando, no lugar da maior aldeia, a cidade de Matupá. Do rio Peixoto de Azevedo foram para as cabeceiras do rio Iriri, no sul do Pará, onde reconquistaram o que ainda havia de preservado de seu antigo território, construindo uma nova aldeia.

Assim, em 2001, sua terra indígena foi homologada com uma área de 494.017ha., abrangendo os municípios de Guarantã do Norte (MT), Matupá (MT) e Altamira (PA); em 2004, nesse território, viviam 164 índios.

Ariovaldo Umbelino de Oliveira (1997) expõe em sua tese de livre docência que os governantes da época consideravam os índios um grande entrave ao desenvolvimento econômico a ser implantado na Amazônia. Com essa concepção, os governos foram expropriando as terras indígenas para depois entregá-las às empresas agropecuárias e colonizadoras, transferindo, assim, os nativos, sem levar em conta suas tradições culturais, transformando seus territórios em áreas de garimpagem ou mineração e cortando essas áreas com estradas para viabilizar os empreendimentos dos grupos nacionais e multinacionais (OLIVEIRA apud TORRES, 2005, p. 96).

Desse modo, a rodovia cortou a floresta amazônica sem o menor respeito por seus antigos habitantes e tornou-se o portal de acesso ao sonho de milhares de brasileiros em busca de oportunidades de vida e de trabalho. Na trilha das máquinas do 9º BEC, os colonizadores e os semeadores das cidades reescreveram a engenharia econômica e social do Brasil.

Assim sendo, após a implantação da BR-163, iniciaram-se vários projetos de colonização do grande espaço “despovoado” da Amazônia, em regiões como o médio-norte e norte de Mato Grosso. Essa extensa rodovia, que liga Mato Grosso ao Pará, mudou por completo o mosaico agrário e produtivo da região, permitindo a ocupação urbana em seu eixo.

Para Oliveira (apud TORRES, 2005), a colonização no Estado deriva, entre outros fatores, do processo de transformação na agricultura brasileira e da lógica da mercadoria, sendo a terra um instrumento gerador de riqueza, da necessidade de força de trabalho para aviar os projetos capitalistas de desenvolvimento, da vontade histórica dos latifundiários, mais preocupados em criar um mercado de terra, das contradições estruturais da agricultura camponesa no Sul do Brasil, que, sem condição de viabilizar a reprodução familiar, sonha com o horizonte distante da terra farta, e, por fim, das políticas públicas que o Estado brasileiro executou nos últimos 40 anos.

Toda a parte Norte de Mato Grosso, segundo Regina Beatriz Guimarães Neto (2002, p.145), na década de 70, constituía-se no “paraíso privado” das empresas colonizadoras do país, tanto para implantar e desenvolver projetos de colonização, tanto para que se servissem de terras para outros fins menos explícitos.

Assim, até 1978, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), em Mato Grosso, não havia implantado nenhum projeto de colonização oficial e as grandes empresas dos setores agropecuário e mineral já ocupavam amplo espaço, beneficiadas pelo Programa de Crédito e Incentivos Fiscais oferecido às empresas na Amazônia (CASTRO et al., 1994. p. 67).

Nos relatórios anuais da Comissão Pastoral da Terra (CPT), os estados do Pará, Maranhão e Mato Grosso lideram os maiores índices de violência no campo desde a década de 70. Esse número reflete um padrão de ocupação e exploração de riquezas na Amazônia criado na época da ditadura e que acabou por destruir a floresta amazônica em nome da construção de novas cidades e estradas (GUIMARÃES NETO, 2002, p. 145).

Como pode se observar, a região amazônica mato-grossense tornou-se, a partir de sua colonização, palco de inúmeras atividades, desde a mineração, perpassando pela extração madeireira, até a ocupação agrícola, as quais degradaram a natureza e causaram desarranjos sociais. À medida que a BR-163 e o consequente fluxo migratório adentrava a Amazônia, ocorriam a destruição do meio ambiente e o crescimento da mecanização agrícola. Do ponto de vista ecológico, presenciava-se a total destruição do

ecossistema do cerrado e de seu avanço para as áreas de floresta amazônica. E quanto aos impactos sociais decorrentes desse processo de modernização da região, apresentavam-se o desemprego, a miséria e o desrespeito às terras indígenas.

Podemos considerar que parte dos grupos envolvidos na (re) ocupação dessa região, considerada por muitos um imenso espaço “vazio”, estava imbuída de uma ideia de desenvolvimento e progresso na qual a natureza e as populações locais eram consideradas como um entrave.

Fontes e Referências

Fontes Impressas

Jornal Correio Várzea-Grandense
Local: Cuiabá - MT
Prateleira 18-B
Caixa: 003
Exemplares: 52: 30.12.84 a 05.01.85
Arquivo: APMT (Arquivo Público de Mato Grosso)

Referências Bibliográficas

CASTRO et al. **A colonização oficial em Mato Grosso: a nata e a borra da sociedade.** Cuiabá: EdUFMT, 1994.

GUIMARÃES NETO, Regina Beatriz. **A lenda do Ouro Verde: política de colonização no Brasil contemporâneo.** Cuiabá: Unicen, 2002.

INSTITUTO SÓCIO AMBIENTAL (ISA). **Enciclopédia Povos Indígenas no Brasil.** Disponível em: < <http://www.socioambiental.org/pib/epi/panara/panara.shtm>>. Acesso em: 20 out. 2007.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **A Fronteira amazônica mato-grossense: grilagem, corrupção e violência.** 1997. Tese (Livro Docência em Geografia), Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

_____. BR-163 Cuiabá-Santarém: geopolítica, grilagem, violência e mundialização. In: TORRES, Mauricio (Org.). **Amazônia revelada.** Brasília: CNPq, 2005.

PETIT, Pere. **Chão de promessas: elites políticas e transformações no estado do Pará pós-1964.** Belém: Paka-Tatu, 2003.

PÓVOAS, Lenine C. **1921: História geral de Mato Grosso: da proclamação da República aos dias atuais.** Cuiabá: L. C. Póvoas, 1996. v. 2.

SANDHAS, Patrícia Oyarzabal. **BR-163 e o mito do desenvolvimento**: catálogo do Acervo do 9º BECns, Cuiabá/MT – 1971 a 1976. 95 f., 2001. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá.

Bibliografia Consultada

ALBERTI, Verena. Histórias dentro da História. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). **Fontes históricas**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2006.

ARRUDA, Márcia Bomfim. **As engrenagens da cidade: centralidade e poder em Cuiabá na segunda metade do século XX**. 149f, 2002. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá.

CARNEIRO FILHO, Arnaldo. Temos um esplêndido passado pela frente? As possíveis consequências do asfaltamento da BR-163. In: TORRES, Mauricio (Org.). **Amazônia Revelada**. Brasília: CNPq, 2005.

GUIMARÃES NETO, Regina Beatriz. Cidades de fronteira. In: SILVA, Sérgio Duarte da (Org.). **Relações cidade-campo**: fronteiras. Goiânia: Ed. UFG, 2000.

_____. Terra para todos. **Revista Nossa História**, Rio de Janeiro, Vera – Cruz, ano 2, n. 19, p. 34-38, maio 2005.

JOANONI NETO, Vitale. **Fronteiras da crença**: ocupação do norte de Mato Grosso após 1970. Cuiabá: Carlini & Caniato/EdUFMT, 2007.

LOGOS: comunicação e universidade. Rio de Janeiro: UERJ, Faculdade de Comunicação Social, v. 1., 2005. Edição Especial.

PINTO, José Marcos da Cunha. Dinâmica Migratória e o Processo de Ocupação do Centro-Oeste Brasileiro: o caso de Mato Grosso. CNPq, mar. 2001. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbepop/v23n1/v23n1a06.pdf>>. Acesso em: 20 mar. 2007.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: HUCITEC, 1999.

SOUZA, Edison Antônio de. **Sinop**: história e relatos: um estudo sobre a sua colonização. Cuiabá: Instituto de Ciências Humanas e Sociais, 2004.

SCARDUA, Juliana. Cuiabá-288 anos: expansão versus gargalos urbanos. **Ótima S/A**, Cuiabá, ano 01, 12 ed., p. 44-45, abr. 2007.

SCHAEFFER, José Renato. **Nova Mutum**: história e fundação. Nova Mutum: Mutum Editora e Gráfica Ltda., 2003.

ESTRATÉGIAS DE OCUPAÇÃO DO ESPAÇO: VÁRZEA GRANDE NO PROCESSO DE OCUPAÇÃO DAS TERRAS AMAZÔNICAS (1970-1990)

Tatiane Rosa Sarat

Tenho como campo de interesse as políticas governamentais que viabilizaram a “conquista” do Oeste e da região amazônica brasileira, especificamente a parte que cabe ao território mato-grossense, na segunda metade do século XX, observando os investimentos em infraestrutura que foram realizados em lugares estratégicos, destacando-se a construção de rodovias para facilitar o acesso ao norte de Mato Grosso.

O cenário onde construirei a minha trama é a cidade Várzea Grande. Esta é, hoje, como várias cidades do país, uma cidade conturbada, com altos índices de criminalidade e pessoas vivendo na mais completa miséria. É uma cidade que continua em plena expansão, onde trafegam milhares de pessoas que vão adaptando-se e reinventando novas formas de convivência. Um ambiente de múltiplas práticas que nos possibilita uma infinidade de imersões para refletir acerca de sua história. (cf. <http://www.vgnoticias.com.br/home/noticia/920> e Correio Várzea-Grandense, p.9, 1984).

Tenho como foco aspectos do período que compreende dos anos setenta aos anos noventa do século XX. Esses marcos condizem com as hipóteses deste trabalho que tem Várzea Grande como “corredor” para o norte. Escolhi os anos da década de 1990 para encerrar meus estudos, pois é nessa década que as cidades situadas na parte norte de Mato Grosso (e que têm Várzea Grande como “portal da Amazônia”) consolidam os seus espaços urbanos, mudando a natureza do fluxo migratório; é estancado e o crescimento demográfico da cidade passa se normalizar, encerrando, assim, o ciclo.

Para entender os impactos sociais que esse processo teve na cidade de Várzea Grande, esta pesquisa terá como propósito privilegiar dois recortes: 1) Várzea Grande enquanto “corredor” para a Amazônia, ou seja, via de acesso e 2) Várzea Grande como um lugar de fixação de migrantes.

Várzea Grande no século XX sob a ótica do processo de ocupação das terras amazônicas

Devido a uma escassez de bibliografia que tenha como foco Várzea Grande, as informações sobre a cidade foram retiradas, sobretudo, através do levantamento no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e da obra de Ubaldo Monteiro *No Portal da Amazônia* (1970). O município de Várzea Grande, com uma área de 949,44 Km², à margem direita do rio Cuiabá, em 2000 contava com uma população de 215.298 habitantes, sendo 211.303 pessoas da zona urbana e 3.995 da zona rural, com taxa de crescimento de 2,66% ao ano (Anuário Estatístico de Mato Grosso, 2004).

Registra-se como data oficial da fundação¹ de Várzea Grande 15 de maio de 1867. Várzea Grande foi o 3º Distrito de Cuiabá até 13 de setembro de 1948, ano que foi assinada a Lei nº 123, que dava à vila a condição oficial de município. Para formação do município, além das terras do antigo 3º distrito cuiabano, foi incorporada uma área de Nossa Senhora do Livramento, somando cerca de 600 Km². Cinco anos depois, foi anexada a área do distrito da Passagem da Conceição, totalizando 682 Km². Os 81 anos que Várzea Grande foi distrito cuiabano proporcionou que fossem estabelecidas relações que tiveram profundo impacto na forma como foi e é tratada a história de Várzea Grande.

A associação de Várzea Grande como sendo o “corredor” da Amazônia pode ser verificada na forma como os jornais da cidade passam a dar grande notabilidade ao que acontece no norte de Mato Grosso. Nesse período, é notado um grande investimento nas avenidas que cumpriram esse papel de “ligação”, como a Avenida da FEB, a Couto Magalhães e Filinto Müller.

De 1942 a 2001, foram construídas quatro pontes que ligavam as duas cidades, Cuiabá e Várzea Grande. Em 1942, foi inaugurada a primeira ponte de concreto sobre o rio Cuiabá pelo então interventor Júlio Strubing Muller, obra importante para o acesso da parte norte e oeste de Mato-grosso. Em 1964, durante o governo de Fernando Corrêa da Costa, foi inaugurada a ponte que teve sua construção iniciada no governo de Ponce

¹ Sobre a Fundação de Várzea Grande, ler: PERARO, Maria Adenir. *Bastardos do Império: família e sociedade em Mato Grosso no século XIX*. São Paulo: Contexto, 2001; VOLPATO, Luíza Rios Ricci. *Cativos do sertão: vida cotidiana e a escravidão em Cuiabá(1850-1888)*. São Paulo: UFMT/Marco Zero, 1993; MONTEIRO, Ubaldo. *No portal da Amazônia: o 1º século do município industrial de Várzea Grande*. Goiás: Rio Bonito, 1970.

de Arruda, que durante as primeiras tentativas de construção, por problemas técnicos, veio a desabar. A sua inauguração contou com a presença do ditador militar Humberto Castelo Branco. Em 1985, no governo de Júlio Campos, foi realizada a duplicação da ponte Júlio Muller e foi construída mais uma ponte, a de Poço Grande, pontes que ajudaram a descongestionar o tráfego de automóveis pesados em demanda do norte e oeste de Mato Grosso e Rondônia.

Em 2001, no governo de Dante de Oliveira, foi inaugurada mais uma ponte ligando a Avenida Beira-Rio, em Cuiabá, à Avenida Dom Orlando Chaves, em Várzea Grande, a ponte pênsil Sérgio Motta, com 158 metros de extensão, esta que, no discurso oficial, serviria como um cartão postal para a cidade, ou seja, um “presente” da gestão Dante de Oliveira à Várzea Grande. Cabe ressaltar que tais pontes não tinham a única finalidade de simplesmente “ligar” Várzea Grande à Cuiabá, e sim de facilitar o acesso de carretas, que levavam produtos para o abastecimento das cidades da parte norte, e também para o escoamento das safras das imensas fazendas agropecuárias.

É nesse contexto social e político que foram implantados, especificamente nas décadas de 1970-80, os núcleos denominados projetos de colonização, que foram responsáveis pelo surgimento de centenas de cidades de pequeno porte. Os Estados que mais foram atingidos por esse fenômeno foram Mato Grosso e Rondônia. De acordo com os dados do INCRA-BR (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), de um total de 101 empresas de colonização autorizadas inicialmente a funcionar no país, no período de 1970 a 1981, aproximadamente 42% estavam localizadas no Estado de Mato Grosso (GUIMARÃES NETO, 2002, p. 53).

O crescimento acelerado da população, intensificado pelo grande fluxo de migrantes que vieram se instalar em Mato Grosso, principalmente, a partir da década de 1970, com a inserção do Estado de Mato Grosso no Programa de Integração Nacional (PIN), fez com que a paisagem urbana de Várzea Grande fosse profundamente transformada. Durante as décadas de 1970 a 1980, Várzea Grande deixa de ser somente uma passagem rumo ao norte de Mato Grosso e passa ser um local de fixação de migrantes². O Poder Público Municipal passa a se preocupar, com mais intensidade, com a questão do ordenamento urbano, e leis que tratam da ampliação do perímetro urbano se intensificam a partir de 1970. São elaboradas leis como: a Lei nº 543/73, que

² Sobre o crescimento populacional, ver Tabela I.

dispõe sobre o perímetro urbano de Várzea Grande; a Lei nº 651/78, que “amplia o perímetro urbano e dá outras providencias” (CAMPO, 2006).

Verifica-se, ao analisar as informações fornecidas pelo IBGE, quanto ao crescimento populacional e das medidas adotadas pela prefeitura, um intenso processo de urbanização e, como consequência, tem-se a expansão do tecido urbano sobre áreas até então rurais e o aumento dos problemas relacionados ao inchaço da cidade, que não estava preparada para receber tal contingente populacional. Os homens e mulheres, trabalhadores destituídos de bens, foram ocupando o espaço urbano com muita rapidez e, principalmente, por meio de grilagens, transformando a paisagem urbana de Várzea Grande.

Tabela 01 – Evolução da população geral no município de Várzea Grande

Ano	1950	1960	1970	1980	1991	1996	2000
Habitantes	5.503	10.834	18.305	76.676	161.958	193.401	215.298

Fonte: IBGE – Censo Demográfico, ano 1940, 1950, 1960, 1991, 1996 (contagem), 2000, organizado por Maria Lucia Coradini da Campo

Percebe-se, através desses dados, que a cidade não desempenhou apenas o papel de “corredor” e que muitos dos migrantes atraídos pelas notícias de prosperidade, que eram veiculadas sobre a região amazônica, fixaram-se na cidade. Nota-se que as décadas de 1970, 1980 e 1990 foram as que tiveram as maiores taxas de crescimento demográfico.

A cidade de Várzea Grande, junto com a capital, Cuiabá, dentro da dinâmica de ocupação da região amazônica, tinha o papel de dar o suporte necessário para a concretização desse processo. Cuiabá era a cidade que, no período, apresentava-se, pelo menos no nível do discurso, discurso que foi produzido principalmente pelas autoridades locais representado pela imprensa, dotada da infraestrutura adequada. Eram da capital que saíam as decisões do Poder Público Estadual, que reforçavam as intenções do Governo Federal, sob o comando dos militares, como também servia de local para os escritórios das empresas colonizadoras (mesmo que estas tivessem escritórios sediados no Paraná, em São Paulo e outros locais do Brasil).

A medida que a imagem de paraíso era vinculada à Mato Grosso, imagem essa veiculada pelas empresas colonizadoras e pelo Estado, por sua imensa riqueza e, principalmente, pelas novas cidades que “brotavam” em meio à selva amazônica, os espaços de ocupação antiga, que também sofreram os impactos desse processo, buscaram se beneficiar desse momento histórico.

Nesse momento, Várzea Grande, de forma mais intensa, torna-se “O Portal da Amazônia”. Os jornais da cidade passaram a veicular manchetes que reforçavam esse discurso. Sobre isso, um trecho extraído do jornal “Correio Várzea Grandense” traz aspectos interessantes:

Segmento natural da Capital, distrito industrial forte, Várzea Grande poderia contentar-se com isso. Entretanto, com a sua condição de autentico portal da Amazônia, está, dia-a-dia, preparando para oferecer-se como suporte para a verdadeira expansão das tão decantadas fronteiras agrícolas.

No trecho acima é vendida a imagem de uma cidade dinâmica e forte, pronta para desempenhar a sua “missão” de caminho de entrada para o paraíso e, de certa forma, garantindo, para si, no discurso jornalístico, um lugar de honra como a anfitriã dessa festa.

Em entrevista ao “Correio Várzea Grandense”, o senhor Gerson Santana, pequeno comerciante, de 45 anos disse:

- Aqui agente vê gente vindo de todo lugar do mundo, entrando pra essas glebas tudo entusiasmado – diz Gerson Santana, ele próprio um homem que já mergulhou com tudo nos garimpos e voltou sem nada doente. (p.10-11, 1984).

Todavia, o próprio jornal, no mesmo texto que coloca a cidade nessa posição glamorosa, deixa escapar uma informação bastante reveladora:

Melancias misturadas a pneus usados, restaurantes de terceira categoria oficinas mecânicas, armarinhos, açougues misturados à bicicletarias... Enfim, uma verdadeira parafernália, digna de qualquer frente pioneira. (p.10-11, 1984).

Nesse momento, Várzea Grande é uma cidade caótica, crescendo num ritmo frenético. A sua infraestrutura é precária, ela não pode dar o suporte o qual se propõe a fazer. Mas, numa tentativa de justificar essa condição, o jornal encerra a reportagem com “enfim, uma verdadeira parafernália, digna de qualquer frente pioneira”.

Contudo, as notícias que os jornais nos trazem sobre os bairros, principalmente os que foram formados no fim de década de 1980 e 1990, sobretudo pelos migrantes empobrecidos, revelam um quadro de miséria, sem as mínimas condições de sobrevivência, que submetem as pessoas as mais diferentes condições degradantes de trabalho.

Notícias como “No Pirineu uma sofrida África”³; “No Parque do Lago, a ficção é real: cobras, mosquitos e muita inundação”⁴, veiculadas pelo Correio Várzea Grandense, entram em contradição com um discurso que vinha sendo tecido pelo próprio jornal, que tentava perpassar uma imagem positiva da cidade, com inúmeras notícias sobre as obras que vinham sendo construídas e a fixação de mini núcleos industriais.

Durante toda a década de 1970 até meados da década de 1990, foi construído um discurso que procurava dar a denominação de *Cidade Industrial*⁵ para Várzea Grande. Busco verificar as medidas adotadas pelo Poder Público, como a desapropriação de terrenos de forma arbitrária, objetivando a instalação de indústrias que trariam o progresso e um novo status à cidade. Em 1971, a firma FRIVAR, que dois anos antes pretendia instalar frigoríficos de carne bovina em Várzea Grande, estabeleceu acordo com a Sadia Oeste, que estava entrando nesse ramo industrial em Mato Grosso. A prefeitura fez doação da área a essa empresa e, no ano seguinte, a Câmara Municipal dilatou o prazo para a instalação da mesma, cujas obras só foram inauguradas já em 1977, dado o vulto dos trabalhos que foram realizados (MONTEIRO, 1988).

Um dos exemplos mais dramáticos que foi noticiado pelo Correio Várzea Grandense é o caso das famílias ribeirinhas que viviam na Alameda Júlio Müller e que foram deslocadas para uma das áreas mais insalubres da cidade, o bairro Carrapicho. Cabe ressaltar que é na Alameda Júlio Müller que se encontra instalada a Sadia Oeste,

³ 03/06 a 09/06/84, *Correio Várzea-Grandense*, p.16.

⁴ 22 a 29/04/84, *Correio Várzea-Grandense*, p. 10.

⁵ “Por Várzea Grande, MT quer se firmar como pólo industrial”. *Correio Várzea-Grandense*, 26/02/84 a 03/03/84, p.16.

uma empresa de abrangência nacional e que graças a incentivos da prefeitura, incluindo a doação do terreno, instalou-se na região da Alameda. Nessa área se encontram também algumas indústrias do ramo de alvenaria (cerâmicas)⁶.

Nesse momento, o migrante empobrecido foi usado como atrativo para que as empresas que viessem se instalar aqui, pois se constituíam como mão-de-obra barata. Sobre essa visão que o Poder Público tinha quanto à utilização dessas pessoas na produção, é bastante esclarecedor o que o Coronel Ubaldo Monteiro escreveu em *Várzea Grande: Passado e presente confrontos*:

Várzea Grande destacou-se no decurso dos últimos lustros pois recebeu mais de cem mil novos habitantes que impulsionaram suas indústrias, comércio e agricultura. Mineiros, paulistas, cearenses, catarinenses, goianos, gaúchos e paranaenses, invadiram as áreas varzeanas e um grande número de oficinas surgiram, centenas de novas atividades foram introduzidas, mudando o aspecto, a dinâmica da cidade. Bairros como o do Cristo Rei, que mal alcançava mil habitantes em 1970, aumentou sua população quinze anos depois, para cerca de 45 mil almas, o mesmo ocorrendo Jardim Gloria, que cresceu espetacularmente. (MONTEIRO, 1988, p. 116).

Cabe ressaltar que Ubaldo Monteiro não é um historiador, todavia, a leitura se faz necessária para perceber as ressonâncias do discurso produzido pelos membros da elite e nos possibilita entender a visão ou a representação dos homens e mulheres que foram se fixando em Várzea Grande. O que se percebe é que todos os esforços deveriam ser somados em prol de se montar a imagem dessa *Cidade Industrial*. No entanto, não é percebido, em momento algum, tanto nas notícias dos jornais quanto nas obras de Ubaldo Monteiro, uma tentativa de melhorar a condição de vida desses novos habitantes da cidade.

Paralelamente, esse discurso também atraía mais migrantes, pois as notícias de instalação de indústrias em Várzea Grande proporcionavam uma visão de oportunidade de empregos, aumentando a dificuldade de gerar vagas de emprego para todas essas pessoas, influenciando, de forma direta, no aumento do índice de criminalidade e o medo de se viver em Várzea Grande. O próprio bairro Cristo Rei, que é apontado na citação, é representado pelos jornais como sendo um bairro com alto índice de criminalidade. No Arquivo Público, encontrei inúmeras notícias que retratam um

⁶ “Prefeitura é acionada na justiça”, *Correio Várzea-Grandense*, p.9, nº531, 11 a 17/10/99.

quadro de insegurança. Uma manchete em especial chama a atenção: *Cristo Rei: com o estigma de bairro violento*⁷; essa notícia, veiculada no ano de 1986, traz em seu texto algo extremamente revelador: “[...] com a chegada do progresso aumenta o índice de crimes [...]”. Essa foi a única notícia encontrada, na década de 1980, em que se passa a questionar os impactos causados pelo “progresso”.

Diferente das notícias veiculadas em Cuiabá, onde por inúmeras vezes os migrantes são apontados como os “responsáveis” pela criminalidade, nos jornais de Várzea Grande não foram encontradas notícias similares. Um dos objetivos desse trabalho é entender como foram sendo tecidas as relações entre as pessoas que se fixaram em Várzea Grande.

No primeiro ano de gestão de Júlio Campos (lei 459/73), foi criada a sociedade de economia mista, que recebeu o nome de Companhia de Desenvolvimento de Várzea Grande – CODEVAG. Várias áreas de terras (66 decretos) foram desapropriadas para a abertura de ruas, avenidas para a implantação de bairros residenciais e do Distrito Industrial de Várzea Grande, onde se instalaram mais de 30 novas indústrias. Surgindo novos bairros, ampliou-se a área urbana, adotando, em parte, a mesma política da gestão Ary Campos. Havia uma espécie de continuidade das gestões de Várzea Grande em torno de políticas que valorizavam a fixação dessas indústrias e o melhoramento das avenidas.

É interessante observar que nas margens dessas avenidas aparece localizada uma série de estabelecimentos comerciais voltados para a venda de produtos específicos para suprir as necessidades dos produtores do norte de Mato Grosso, insumos agrícolas e grandes concessionárias de automóveis.

Essas avenidas, dentro da configuração espacial da cidade, desempenham outro papel, nem um pouco nobre, que é a de *esconder*. Escondem a pobreza, a miséria e a feiúra das casas mal construídas, da falta de infraestrutura e de um modo de “viver” que está fora dos padrões da estética urbana idealizado. Reflexo do grande aumento populacional em um curto espaço de tempo e da falta de organização. A magnitude das amplas avenidas e das lojas que vendem bens de consumo de altíssimo valor monetário,

⁷ “Cristo Rei: com o estigma de bairro violento”. *Várzea Grande*, 01 a 06/06/86; *O Correio*, p. 8/9. Ano III, nº 122.

em contraste com a miséria dos bairros, é bastante reveladora da forma como o Poder Público Municipal direcionou a aplicação dos recursos públicos.

A cidade de Várzea Grande não estava incluída na delimitação espacial, geográfica e simbólica do “Paraíso” e as pessoas que foram nela se fixando, das formas mais diversas, principalmente na década de 1970, também não. Não se traçou um “perfil” do migrante ideal para essa cidade; os que em Várzea Grande se instalaram não foram “convidados”. Apareceram homens e mulheres de todas as partes do país que, por uma diversidade de motivos, casos e descasos, situações que a vida lhes colocou, nos caminhos das migrações, acabaram tendo em Várzea Grande um local que escolheram chamar de *lar*.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CAMPO, Maria Lúcia Coradini Da. **A paisagem simbólica de Bom Sucesso e Limpo Grande em Várzea Grande**. 2006. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá.

FUNDAÇÃO JÚLIO CAMPOS. **Várzea Grande**. Várzea Grande: 1995.

GUIMARÃES NETO, Regina B. **A lenda do ouro verde**: política de colonização no Brasil Contemporâneo. Cuiabá: Unicen, 2002.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Enciclopédia dos municípios**. Vol. XXXV. Rio de Janeiro: 1958.

MATO GROSSO, 2003. **Anuário Estatístico de Mato Grosso**. Cuiabá: SEPLAN, 2004.

MONTEIRO, Ubaldo. **No portal da Amazônia**: o 1º século do município industrial de Várzea Grande. Goiás: Rio Bonito, 1970.

_____. **Várzea Grande**: passado e presente confrontos: 1867 – 1987. Cuiabá: Policromos, 1988.

PERARO, Maria Adenir. **Bastardos do Império**: família e sociedade em Mato Grosso no século XIX. São Paulo: Contexto, 2001.

VOLPATO, Luíza Rios Ricci. **Cativos do sertão**: vida cotidiana e a escravidão em Cuiabá(1850-1888). São Paulo: UFMT/Marco Zero, 1993.

Fontes jornalísticas

Cristo Rei: com o estigma de bairro violento. **O Correio**, 01 a 06/06/86, p. 8/9, Ano III, nº 122.

Na Couto Magalhães, a rota para a conquista de uma vida nova”. **Correio Várzea-Grandense**, 19 de fevereiro de 84 a 25 de fevereiro de 1984, p. 10-11.

Prefeitura é acionada na justiça, **Correio Várzea-Grandense**, p.9, n.531, 11 a 17/10/99.

Violência em Várzea Grande é preocupante. Disponível em: <<http://www.vgnoticias.com.br/home/noticia/920>>. Acesso em: 27. mar.2007.

A EXCLUSÃO SOCIAL À LUZ DO RACISMO AMBIENTAL

Thays Machado – IE/UFMT

Michèle Sato – IE/UFMT

Isis Longo – IE/UFMT

Este estudo pautou-se na compreensão de documentos que relatavam a situação dos afro-descendentes na instituição escolar, visto que o processo de exclusão social que os envolve é incômodo e requer da sociedade outro olhar que se distancia daquele que se vem cultuando ao longo dos séculos. Portanto, para tal apreensão, foi necessário e indispensável o levantamento de documentos que tornassem mais clara a situação atual da escolaridade do negro no Brasil, a fim de elucidar fatos da exclusão do negro no processo educacional. Os documentos antigos, como os jornais e os Códigos de Posturas, bem como Recenseamentos e Mapas escolares atuais, permitiram compreender um pouco das relações sociais, políticas e econômicas que corroboram para com esta exclusão socioambiental.

De acordo com alguns estudiosos, o Brasil foi um dos países que perpetrou, ao longo de sua história, um desenvolvimento político, social e econômico diferenciado; sendo assim, uma boa parte da população brasileira foi relegada a um segundo plano. Dentro desse contexto, os negros foram, até certo ponto, privados de participarem do processo de aceitação na nova ordem. Embora já tenham tido mudanças significativas, estas estão distantes de serem equiparadas, visto que, na sociedade, ainda arrola a percepção do negro como um ser inferior: “É crucial mencionar que alguns afro-descendentes recusam em declarar-se negro e/ou pobre, parecendo, pois, acreditar na sua própria inferioridade como componente natural e irreversível” (OLIVEIRA, 1999, p. 105).

O debate sobre o negro e a educação aumentou a partir de 1988, com o Centenário da Abolição. Múltiplos eventos que punham em discussão a problemática da educação dos negros foram realizados em diferentes regiões e Estados do país. Uma das conclusões desses encontros foi a de que os 100 anos de abolição, para os negros, tinha significado muito pouco em termos de garantia de direitos constitucionais. Segundo Carneiro (1988), é na educação que as desigualdades são mais fortes.

Pedagogias de combate ao racismo e as discriminações elaboradas com o objetivo de educação das relações étnico-raciais positivas têm como fundamento

fortalecer entre os negros o orgulho de sua origem africana e despertar entre os brancos a consciência negra.

II - A EXCLUSÃO SOCIAL À LUZ DO RACISMO AMBIENTAL

As lutas das camadas negras pela sua inclusão no processo de escolarização oficial evidencia que mesmo à margem da cidadania os negros acompanharam os processos de compactação da nação brasileira e nele exerceram influência.

(Antunes Cunha)

Sendo assim, questionamo-nos acerca das possibilidades dadas aos afro-descendentes de forma geral, para que estes estivessem na escola ou nela permanecessem durante os anos iniciais da Primeira República. Quando abolida a escravidão, os negros tiveram que se integrar em uma sociedade completamente diferente da sua, na qual a cor da pele determinava a sua condição, bem como as oportunidades que eram oferecidas:

A pedagogia do oprimido como pedagogia humanista e libertadora, terá dois momentos distintos, o primeiro em que os oprimidos vão desvelando o mundo da opressão e vão comprometendo-se, na práxis, com a sua transformação; o segundo, em que, transformada a realidade opressora, esta passa a ser a pedagogia dos homens em processo de permanente libertação. (FREIRE, 2005, p. 46).

Durante a segunda metade do século XIX, o Brasil adotou uma política educacional que visava a inserir o país no contexto das nações mais desenvolvidas. Sabe-se que esta educação era feita para a elite; no entanto, buscamos, antes de analisar o fenômeno de evasão escolar entre os afro-descendentes, levantar em que perspectiva o negro foi inserido nesse processo educacional brasileiro.

O processo educacional brasileiro foi marcado ao longo de sua história por mecanismos de desigualdades e injustiças sofridas pela população negra. Tais processos vêm sendo denunciados há alguns anos pelo movimento social negro e por estudiosos da temática racial, que apontam dados concretos fornecidos pelo IBGE-PNAD:

Os números denunciam o fracasso escolar e indicam que a educação tem participado decisivamente do processo de manutenção da

desigualdade racial no Brasil, principalmente se considerarmos que têm se mantido por gerações as diferenças de escolaridade entre brancos e negros. Dessa maneira, não é mais possível negar que o sistema educacional brasileiro é excludente. (PASSOS, 2004, p. 53).

Embora pensada, muitas vezes, como algo primário e destituída de preconceito, constata-se, a partir do senso escolar, que a evasão do negro da sala de aula tem um índice elevado em comparação a dos brancos e suspeita-se que essa disparidade se origine a partir dos conteúdos ministrados e de atitudes racistas e preconceituosas, já que, como abordado anteriormente, os conteúdos sobre as questões africanas, mesmo com a Lei 10639/03, ainda permanecem alheias ao ensino escolar.

Segundo Hanchard (1996), essa exclusão dos negros e afro-descendentes pode ser evidenciada além da sala de aula; apresenta-se também na esfera das políticas públicas, pois a negação da cidadania plena às pessoas de origem africana é uma vergonhosa realidade. Em tese, a moderna sociedade brasileira está comprometida com os princípios liberal-democráticos, porém, na prática, o que existe mesmo é uma luta contra a herança do período escravista e da opressão empregadas contra o negro:

[...] aos descendentes de africanos é atribuída uma cidadania contingente e parcial dentro dessas esferas, obtidas como resultado de suas próprias lutas políticas, que ultrapassaram os limites do discurso liberal [...] Enquanto muitos teóricos têm considerado o racismo na esfera pública mera aberração no caminho que leva à modernidade, sugiro que as condições claramente opressivas em que os descendentes de africanos têm vivido constituem parcialmente a modernidade e a esfera pública. A diferença racial é apenas uma das contradições e disjunções internas da modernidade, tem sido um critério tanto de cidadania como de não-cidadania. (HANCHARD, 1996, p.43).

O fator citado é determinante na vida socioeconômica e ambiental, visto que não só no que se refere ao poder aquisitivo, mas também ao precário conhecimento acerca dos seus direitos de defesa, fazem com que os afro-descendentes tenham que se conformar com suas vidas *miseráveis*, vivendo às encostas da sociedade. Um exemplo disso é a porcentagem de população negra que vive no cortiço, favela ou em comunidades distantes dos grandes centros, muitas vezes, sem saneamento básico, fator este que está expresso como direito inalienável de todo cidadão. Desta forma:

Somente a eliminação da discriminação racial em todos os setores da sociedade poderá produzir uma distribuição racionalmente equilibrada dos riscos ambientais. Apesar de ser a obrigação das pessoas engajadas nas lutas de resistência ecológica lutar pelo término do racismo ambiental *per se*, e contra a discriminação racial genericamente, mesmo o sucesso em tais lutas não eliminará a injustiça ambiental. Subjacente ao racismo cultural e suas manifestações institucionais, está uma estrutura econômica que rotineira e regularmente distribui os riscos ambientais para baixo, em direção aos estratos socioeconômicos inferiores. (ASCELRAD, 2004, p. 70).

Sendo assim, o foco do estudo se deu na tentativa de reconhecer e compreender como as relações étnico-raciais se dão no âmbito escolar e quais são as causas que levam grande parte das crianças negras a abandonarem a sala de aula. Desta forma, constatou-se que essa relação é conflituosa, já que no que concerne à troca de experiência entre professor/aluno, esta raramente existe; no mais das vezes, o aluno é tido como um fantasma na sala de aula, envolto em seus problemas de inferioridade, descaso e, assim, desenvolvendo os problemas escolares, criticados por grande parte dos educadores.

Os alunos afro-descendentes, em grande parte das vezes, são direcionados, no caso da educação em Mato Grosso, aos professores de articulação e são tachados como *incapazes*. E nem mesmo o acompanhamento *individual* consegue reverter a situação crítica da aprendizagem, visto que os educadores, neste momento, querem despejar *goela abaixo* todo o conteúdo ministrado em *sala* de aula. Vale ressaltar ainda que esse conteúdo é distante da realidade de vida deste educando e obedece aos padrões impostos pelo sistema educacional, ou seja, a visão dogmática e cartesiana de ensino, que acredita que a melhor forma de se ensinar é reproduzindo o conhecimento dos países desenvolvidos. Esquecem que o aluno está inserido em outra sociedade, com outra realidade.

Assim, com a pressão sobre o desenvolvimento da aprendizagem, o sentimento de inferioridade, as condições aquisitivas que clamam por trabalho e o descaso dos educadores, tudo isso faz com que os afro-descendentes evadem do ambiente escolar e sejam responsabilizados por seu *destino às periferias das cidades, travando, assim, uma árdua labuta para sobreviver mediante a cadeia alimentar que se tornaram os grandes centros urbanos*:

[...] O Educador já não é o que apenas educa, mas o que, enquanto educa, é educado, em diálogo com o educando, que, ao ser educado, também educa, ambos, assim, se tornam sujeitos do processo em que crescem juntos e em que os “argumentos de autoridades” já não valem. Em que,

para ser-se, funcionalmente, autoridade, se necessita de estar sendo com as liberdades e não contra elas. Já agora ninguém educa ninguém, como tampouco ninguém se educa a si mesmo; os homens se educam em comunhão, mediatizados pelo mundo. (FREIRE, 2005, p.79).

Foi possível verificar com o estudo em foco que embora a Lei 10.639/03, que torna obrigatório o ensino da literatura e história africana tenha sido aprovada pelo presidente Luis Inácio Lula da Silva há anos, sua efetividade em sala de aula ainda não foi aplicada, visto que a sociedade está habituada a reforçar os conceitos dogmáticos do eurocentrismo e que, portanto, fica cada vez mais distante a utopia de uma sociedade justa e igualitária. Há justiça em uma distribuição de renda que apenas transfere os negros dos quilombos à periferia, sem contar na batalha que estes enfrentam para sobreviverem num espaço que é despejado todos os tipos de detritos, preconceito, descaso, humilhação, entre outros?

Esses fatores são mais agravantes ainda se forem pensados à luz de um processo cíclico, no qual não existe previsão de mudanças significativas, já que no que concerne às leis, em nosso país, estas estão longe de serem efetivadas. Importante frisar que em vez da Lei 10.639/03 fazer parte efetiva do currículo escolar, grande parte das instituições escolares, ao trabalharem com datas comemorativas, como, por exemplo, o dia da consciência negra, acreditam estar efetivando o que inscreve a referida lei.

É notório que a Lei 10.639, de 9 de Janeiro de 2003, altera a LDB9.394/96, torna obrigatório, nos estabelecimentos de Ensino Fundamental e Médio, oficiais e particulares, o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira (Art. 26-A). Indagamos então: que país é esse que, aprovadas leis, mas não as cumpre? E, ainda, como implanta uma escola dentro de uma comunidade negra e não dá sustentação para que esta atenda seus alunos, de forma que ensine o valor de sua cultura e da identidade de seu povo, dentre outros valores? Sabemos que essas questões nos incomodarão por mais tempo, porém, nossos estudos vão ao encontro dessas respostas.

Dando ênfase à questão da legislação com relação à escola na Comunidade Mata Cavalo, destacamos um fato ocorrido em nossa primeira visita. Observamos, na parede da escola, um grande folder, que trazia informações sobre a Lei 10.639/03 e apresentando a seguinte frase “mais que reconhecer, é preciso incluir”. Porém, ao perguntar à professora se ela tinha conhecimento sobre essa Lei, a mesma respondeu que “não, nunca ouvi falar”.

Após cinco anos de implantação da Lei 10.639/03, vemos que na maioria das escolas os livros didáticos não contemplam o estabelecido pela lei. Surge, então, em março de 2008, a Lei 11.645/08, estabelecendo as diretrizes e bases da educação nacional. Inclui-se no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”, modificando, assim, a Lei 10.639. A nós, estudiosos dessa questão, é importante que fiquemos atentos à implantação de “leis sobre leis”, sem que nenhuma seja aplicada efetivamente.

Vale ressaltar que mesmo sendo expulsos dos bancos escolares, há ainda os que resistem e buscam valer seus direitos, como é o caso da aprovação da lei citada no parágrafo anterior, que partiu da luta dos movimentos negros. Desta forma, é coerente dizer que este povo consegue com força e astúcia travar um embate com os padrões hegemônicos da sociedade de consumo na luta por melhores condições de vida. E que muito além do que muitos indivíduos pensam, a referida lei não se constitui em um mero presente de brancos, mas da força de um povo que embora tenha seus direitos prescritos na lei dos direitos humanos, tem que travar uma verdadeira guerra para que estes sejam cumpridos.

Outro ponto que podemos abordar é que a comunidade a qual conhecemos já possui escola; porém, sabemos que existem comunidades espalhadas por todo o Brasil que não possuem espaços escolares. Então, perguntamos: Como se dá a educação nessas comunidades? Recordamo-nos de Carlos Rodrigues Brandão (1995), em sua obra *O que é educação?* ao apresentar “educação e educações”, ou ainda “educação na aldeia”, aquela que se dá por meio dos ensinamentos dos mais velhos e da reprodução através da observação. Nesta educação, constatamos o valor da cultura e costumes de um povo.

Nesse sentido, traz o art. 1º da LDB de 1996: “A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organização da sociedade civil e nas manifestações culturais”.

A educação para a diversidade tem sido alvo de muitos debates e conferências educacionais; contudo, não basta só o debate, e sim ações que mudem essa realidade. Documentos como as Resoluções do CNE - Conselho Nacional de Educação/Conselho Pleno/DF - institui diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de História e cultura afro-brasileira e africana, traz em detalhes como a diversidade deve ser abordada e trabalhada em todos os espaços educacionais, tendo em vista que todo lugar é lugar para educar. Destacamos ainda a III Conferência Mundial

Contra o Racismo, a Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerâncias Correlatas, realizada em Durban, África do Sul, no período entre 31 de agosto a 7 de setembro de 2001, com o objetivo de desenhar propostas de ações afirmativas para superar os problemas pautados pelos grupos representantes dos movimentos dos negros, dos povos indígenas, das mulheres, dos gays, lésbicas, bissexuais e transexuais. A partir das discussões, foram redigidos documento para a implantação dos resultados nos países participantes da Conferência.

III – CONCLUSÃO

Enfim, o estudo possibilitou a compreensão que, hodiernamente, o racismo e o preconceito são construídos e estimulados e têm forte influência afetiva na convivência da população em geral, repercutindo mais veemente de maneira negativa na vida afetiva do afro-descendente. A cor da pele, muitas vezes, é provocadora de estereótipos e de preconceitos, dando origem ao estigma e, conseqüentemente, fazem-se presentes tanto em quem estigmatiza como em quem é estigmatizado. Desta forma, muitos afro-descendentes recusam a declarar-se negro e/ou pobre, pois, devido à situação de inferioridade que lhes foi imposta pela sociedade, acabam por firmar esta afirmação como um componente natural e irreversível.

Portanto, considerando a recusa na aceitação da cor, é imperioso que se trabalhe em ações que venham a evitar as conseqüências dessa sequela de inferioridade na vida social do sujeito. A instituição escolar ainda se constitui na melhor via para efetivar ações que minimizem esses fatores. Nesse viés, é necessário compreender que a verdade incontestável de valores impregnados pelo social nem sempre o é, e que, portanto, há que se pensar no caráter reversível da condição de inferioridade do afro-descendente e/ou do pobre e, assim, fazer uma ruptura no espaço silencioso do racismo como ideologia.

Ao final deste estudo, buscamos uma mobilização social, ver a legislação em vigor; não podemos permitir que a cultura social de um povo se acabe como algo insignificante em uma sociedade que tem nesses povos as raízes de sua existência.

Vemos a grande necessidade do estudo sobre as Comunidades Remanescentes de Quilombos, pois os negros tiveram participação fundamental na construção da história e da cultura brasileira; contudo, ainda são conhecidos historicamente pela maioria da

sociedade como simples mão-de-obra predominante na produção da riqueza nacional, em diferentes momentos de nosso processo histórico. Ainda destacamos que quando se trata de abordar a cultura desse povo, ela é vista de forma folclorizada e pitoresca, dando-se ao europeu a condição de portador de uma “cultura superior e civilizada”.

Referências Bibliográficas

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é educação?** 33.ed. São Paulo: Brasiliense, 1995. (Coleção Primeiros Passos) v. 203.

CARNEIRO, S. VIII Encontro dos negros do Norte e Nordeste. Depoimento. Recife, 1998.

BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana (2007).** Disponível em: <www.mec.gov.br/secad/diversidade/ci>. Acesso em: 10.ago.2008.

_____. **Educação e diversidade: educação quilombola.** Disponível em:<http://portal.mec.gov.br/secad/index.php?option=com_content&task=view&id=30>. Acesso em: 27. jul. 2008.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido.** 40.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia:** saberes necessários a prática educativa. 16. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

HANCHARD, Michael. Cinderela Negra: raça e esfera pública no Brasil. **Estudos Afro-asiáticos**, Rio de Janeiro, n.30, 1996.

OLIVEIRA, Iolanda. **Desigualdades raciais:** construções da infância e da juventude. Niterói: Intertexto, 1999.

PASSOS, Célia dos. Escolarização de jovens negros e negras. **Revista negro e educação**, São Paulo. n. 3, 2007.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

GEBARA, Ademir. **O mercado de trabalho livre no Brasil.** São Paulo: Brasiliense, 1988.

MATTOS, Ilmar Rohloff de. **O império da boa sociedade:** a consolidação do Estado imperial brasileiro. São Paulo: Atual, 1991.

MOURA, Gloria. Salto para o futuro: educação quilombola. **Proposta pedagógica**, Boletim 10, jun 2007.

MUNANGA, K. Debate: livros didáticos: análises e propostas. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 63, p.103-105, nov. 1987.

Fontes escritas

ALMT, Código de Posturas de Cuiabá, 1834 e 1880.

APEMT, Delegacia de Polícia, (1850-1890) Latas.

APEMT, Secretaria de Polícia, (1857-1888) Latas.

APEMT, Recenseamento de Cuiabá, (1872-1890).

OS SERTÕES E MINAS DE CUIABÁ NAS NOTÍCIAS PRÁTICAS DO PADRE MATEMÁTICO DIOGO SOARES (SÉCULO XVIII)

Profa. Dra. Thereza Martha Presotti¹

Desde quando comecei pesquisar a sobre a conquista colonial da parte central da América do Sul, ao consultar algumas das mais antigas publicações que tratavam dos sertões e minas de Cuiabá, encontrava-se a seguinte referência, logo abaixo dos títulos de *notícias* que ficaram conhecidas por relatos sertanistas e monçoeiros: “pertencentes a Coleção de *Notícias Práticas* do padre Diogo Soares, da Biblioteca de Évora”. E uma profunda curiosidade me levou a indagar quem seria esse padre matemático e os motivos de ter colecionado *Notícias* das minas de Cuiabá na primeira metade do setecentos.

Diante dessa indagação, as *Notícias Práticas das Minas de Cuiabá* se tornaram fontes privilegiadas de tese de doutorado (PRESOTTI, 2008). Portanto, neste texto, pretende-se propor um breve resumo acerca dessas escritas setecentistas, informando quem foi o padre matemático Diogo Soares e por que reuniu essas *Notícias*, bem como quem foram seus autores e principais conteúdos ou imagens construídas do contexto da conquista colonial das águas e terras centrais do continente sul-americano.

As primeiras pistas indicaram as cópias manuscritas das *Notícias Práticas* no acervo da Biblioteca Pública de Évora. No Brasil, foram divulgadas primeiramente nas transcrições de Varnhagem, quando doadas por esse sócio ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, o IHGB, no Rio de Janeiro. Algumas logo foram publicadas nas primeiras edições da *Revista* do Instituto na segunda metade do século XIX. Cerca de um século se passou e, no século XX, o paulista Afonso Taunay volta a publicá-las na *História Geral das Bandeiras Paulistas* e depois nos *Relatos Sertanistas e Monçoeiros*², visando a reforçar o papel de São Paulo na expansão da fronteira oeste.

Portanto, *os sertões do Cuiabá e do Mato Grosso*, nomeação dada ao imenso espaço “infestado por gentios”, onde ocorreram as desterritorializações de inúmeras

¹ Professora do Departamento de História da UFMT.

² A primeira vez que o paulista publicou sobre o tema foi em *Monções Cuiabanas no século XVIII* - HGBP, t. 11, 2ª Parte, 1950, sendo somente comentários e parciais estudos biográficos dos relatores com alguns trechos das *Notícias* da Coleção de Diogo Soares. As transcrições integrais serão publicadas nos *Relatos Monçoeiros* e *Relatos Sertanistas*, - edições comemorativas ao IV Centenário de São Paulo, Liv. Martins Fontes (1953) e reeditadas em 1981.

sociedades indígenas e espacializações da conquista colonial³, podem ser examinados mais detidamente nesses manuscritos e em suas transcrições ou escritas da história.

“Conhecimento ou coisa que vem ao conhecimento” - este é o significado dado à palavra *Notícia* em dicionário da década de vinte do século XVIII. Rafael Bluteau, o autor do *Vocabulário português e latino*, sócio da Academia de História Portuguesa⁴, continua explicitando que *Noticiar* é dar a alguém conhecimento de alguma coisa, e que existiam muitos tipos de *Notícias*: “Noticiar” é dar a alguém conhecimento de alguma coisa, e existem muitos tipos de *Notícias*: “umas são certas e evidentes, como é a Ciência, outras são duvidosas e escuras, como é a opinião, a conjectura, a suspeita; outras firmes e claríssimas como é a Luz da Glória”.

Para compreender ainda mais o significado das palavras que formam o título “Notícias Práticas”, no mesmo *Dicionário* setecentista, a *Prática* está definida como “o exercício, o ato de colocar em prática os preceitos de uma arte”. Ao exemplificar, toma a Geometria como uma ciência prática, pois é “um tratado particular, que ensina a fazer e dividir as linhas, delinear as figuras, e as Ciências Práticas se aprendem não especulando, se não exercitando”. Há também outro sentido dado à *prática*: “uso, costume, estilo”. Um homem “prático” é o “experimentado, versado, perito”. (BLUTEAU, 1720).

Diante desses significados, as *Notícias Práticas das Minas do Cuiabá* podem ganhar uma primeira tradução: o conhecimento, o conjunto de informações a respeito das Minas do Cuiabá, dadas a conhecer por homens experientes nas conquistas dessas minas.

A vinda dos padres matemáticos para o Estado do Brasil no século XVIII

No decorrer da segunda metade do século XVII e primeiras décadas do XVIII, novos paradigmas geopolíticos começaram a vigorar, com fortes repercussões no Estado português. Além disso, ao aproximar-se o século XVIII, houve uma revalorização das relações coloniais com o Brasil. Esse fenômeno decorreu primeiramente dos expedientes agro-comerciais, tornando-se ainda mais importante com o surto de mineração. As descobertas de riquezas minerais trouxeram novo ânimo econômico por longo tempo. Superava-se, portanto, uma profunda crise econômica vivida na década de

³ Imagem emblemática da espacialização colonial nesta parte central da América do sul na era setecentista foi a fundação da Vila Real do Senhor Bom Jesus de Cuiabá em 1727 (ver ROSA, 2003).

⁴ Em 1720, o rei D. João V instituiu a Academia Real da História Portuguesa, que teve um importante papel no projeto de D. João V para engrandecimento da monarquia portuguesa através de impressões de obras enaltecedoras de suas conquistas ultramarinas (ver KANTOR, 2004).

1670. Historiadores portugueses veem realçados nesse novo tempo estigmas muito antigos, como a prioridade do Além-Mar, afirmando que a Metrópole converte-se numa prisioneira do Brasil, contradizendo o sistema colonial mais vulgar, que previa o engrandecimento dos estados pela rentabilização dos complementos ultramarinos. (SERRÃO et al, 2001).

No início do XVIII, os oceanos e continentes não eram mais superfícies indiscriminadas, e sim espaços conhecidos por seus portos ou zonas de abastecimento e consumo, por onde passavam rotas, mercadorias, riquezas e culturas. Em tal cenário, o debate sobre a soberania dos mares e terras distantes balizou a elaboração de novos conceitos de soberania territorial. O Tratado de Utrecht (1713) também contribuiu com a redefinição das posições estratégicas das potências européias na questão das posses e das fronteiras coloniais. Portugal recebeu os territórios na foz do Amazonas e os espanhóis restituíram a Colônia do Sacramento aos portugueses. Ainda assim, a França continuou pretendendo ocupar os territórios no Cabo do norte e discordou da posse portuguesa na Colônia do Sacramento, ao denunciar inadequações das medidas do meridiano de Tordesilhas, valendo-se de um mapa do geógrafo Guillaume Delisle apresentado na Academia de Ciências de Paris, em 1720. As preocupações de representantes da monarquia portuguesa sugerem a necessidade de aprimorar o cálculo das longitudes. E no começo do século XVIII, generalizou-se o processo de observação das longitudes. Os mapas ganham grande importância - processo que desencadeia a revisão dos paradigmas a respeito dos limites territoriais na Europa e dos domínios no além-mar. Se a nova concepção de soberania privilegiava a comprovação da ocupação efetiva dos territórios, os mapas construídos nos padrões científicos passaram a ser testemunhos fidedignos das conquistas imperiais (KANTOR, 2007, p. 77-80).

Nesse contexto é que o rei de Portugal, D. João V, toma a iniciativa de enviar para a América, em 1729, a primeira missão científica no gênero, formada pelos padres matemáticos Domingos Capacci e Diogo Soares, com o objetivo de traçar um mapa do Brasil, agora a partir de longitudes observadas. Essa missão era justificada por razões de Estado, de acordo com os interesses da Coroa portuguesa.

Ainda que se reconheçam alguns progressos nos conhecimentos sobre a colônia brasileira, principalmente na faixa litorânea, a grande maioria das informações disponíveis baseava-se em autores dos séculos XVI e XVII, mas bem pouco se sabia sobre a natureza e a humanidade da parte central do continente sul-americano. (DOMINGUES, 2006, p. 154).

O avanço dos espanhóis pelo sertão constituía uma forte preocupação dos conselheiros do rei, principalmente após uma comunicação do ouvidor-geral da capitania de São Paulo ao rei, Rafael Pires Pardinho, em dezembro de 1717. O ouvidor dizia ter recebido informações de sertanistas paulistas de Itu sobre os avanços dos padres jesuítas castelhanos nos sertões paulistas, os quais entendiam pertencer à coroa portuguesa. O parecer do Conselho Ultramarino de dois anos depois, quanto ao conteúdo da carta do ouvidor Pardinho dizia ser “este negócio muito grave e que necessitava se proceder com toda a ponderação, porque poderia envolver uma guerra com Castela nesta matéria” (A.H.U, Lisboa, 29 /04/1719. Cód. 233, fl. 165). O Ouvidor encaminhou também, em anexo, um “papel” e um mapa de autoria desconhecida. Mas os conselheiros não encontraram informações ou “notícias” necessárias para formar juízo certo sobre aquela matéria; observaram ser o mapa “muito uniforme” e a pessoa que o fez não devia “ter notícia da Geografia, pois nem traz escala, nem vem graduado” (AHU, Idem, fl. 165v.). Diante dessas incertezas, recomendaram ao rei remeter ao governador das Minas a cópia da carta com as informações e se

tomasse todas *as notícias* que pudesse e mandasse o Engenheiro com algumas pessoas práticas, e Paulistas sertanejos a examinar estas Campanhas, e se procure averiguar a distância em que se tem adiantado novamente para a nossa parte os Castelhanos, e que o dito Engenheiro faça um Mapa muito distinto assinalando nele os rios e cordilheiras que houver em todo aquele distrito, apontando o Rio ou Serrania que lhe parecer poderá servir de divisa e separação por aquela parte entre os domínios de uma e outra Coroa (A.H.U, Lisboa, 29/04/1719. Cód. 233, fls. 165-165 v).

Esse parecer do Conselho apresenta informações preciosas sobre as pretensões da coroa portuguesa quanto às práticas ou estratégias para demarcação dos limites com a Espanha pelos sertões. Já naquela época, o reconhecimento do saber dos práticos e paulistas sertanejos sobre os sertões e a evidente orientação de se observarem os rios ou serras que pudessem servir como “fronteiras naturais” entre as coroas ibéricas, preparando argumentos para o futuro Tratado de Madrid de 1750.

Alguns meses depois, o Conselho referiu-se a uma carta do governador de São Paulo e Minas, informando a descoberta de novas minas de ouro muito perto do rio Paraguai por sertanistas paulistas. Quase com certeza seriam essas as notícias dos descobrimentos de lavras de ouro nos barrancos do rio Coxipó, afluente do rio Cuiabá. Sabe-se que Pascoal Moreira Cabral informou ao rei, em abril de 1719, a descoberta das minas do Coxipó. Diante do avanço dos jesuítas castelhanos rio Paraguai acima e das

dificuldades de conter o afluxo descontrolado da população colonial às novas minas, a solução proposta pelo Conselho foi a criação da Capitania de São Paulo, independente do governo das Minas Gerais, e a fundação de uma povoação para garantir a posse e o controle daquelas minas (Consulta do CU, 31/11/1719. AHU, Cód. 233, fl. 168).

Diante da necessidade de ampliar o conhecimento geográfico para se fazer as medições de terras e posses luso-brasileiras é que se pode compreender melhor como cresceu a necessidade e a importância da presença dos padres jesuítas matemáticos cartógrafos na América portuguesa.

Interessa dirigir o foco das atenções para o jesuíta Diogo Soares. Seus dados biográficos informam ter nascido em Lisboa no ano de 1684 e entrado para Companhia de Jesus em 1701, com apenas 17 anos. Ensinou Latim em Braga e em Setúbal e passou dez anos na Universidade de Évora, onde lecionou Humanidades e Filosofia. No Colégio de Santo Antão em Lisboa, ensinou Matemática. Há registros de que no ano de 1729 era lente de Teologia Moral em Coimbra. Em fins de 1729, partiu para o Brasil em missão designada pelo rei D. João V para elaborar mapas do Estado do Brasil, o que o notabilizaria como um dos mais importantes cartógrafos portugueses do século XVIII (LEITE, 1947; CORTESÃO, 1956; ALMEIDA, 1997; MACHADO, 1930).

Para conhecer um pouco mais os objetivos da vinda desses “matemáticos régios” à América portuguesa, é importante um breve estudo do Alvará Régio, de 18 de novembro de 1729. O rei faz saber ao vice-rei e capitão-general de mar e terra do Estado do Brasil e todas as demais autoridades das suas capitanias, distritos, vilas e freguesias dos sertões, que nomeou os “peritos nas matemáticas”, Domingos Capacci e Diogo Soares, da Companhia de Jesus, “para fazerem mapas das terras do Brasil não só das marinhas, mas pelos sertões”. E para melhor desenvolverem seus trabalhos de assinalarem os distritos de cada bispado, governo, capitania e doação, ordena o rei D. João V aos governadores para lhes darem “guardas e guias assim de brancos como de índios” para as jornadas pelo sertão, tudo por conta da Fazenda Real. Os serviços deveriam ser executados pelo bem da defesa, boa administração da justiça e arrecadação da Fazenda Real, “para se evitarem as dúvidas e controvérsias que se tem originado dos novos descobrimentos que se tem feito de poucos anos nos sertões do Estado do Brasil” (Apud CORTESÃO, 1971, p. 213).

Após repetitivas recomendações para que nada faltasse ao bom andamento da missão dos religiosos, finalmente explicitava o caráter secreto e exclusivo do direito às

informações somente a ele, o rei: “Bem entendido que o que os ditos religiosos obrarem em todo o referido serviço não dará direito à pessoa alguma”. (IDEM, Ibidem)

As instruções aos jesuítas determinavam que principiassem os trabalhos a partir do Rio de Janeiro e que fizessem o maior número de mapas dos vastos sertões. Para a demarcação dos limites entre os governos e respectivos bispados e comarcas das ouvidorias gerais, deveriam “tomar notícia da gente prática da terra”, tudo anotando em um livro a parte. As informações solicitadas diziam respeito tanto à capacidade que ofereciam os rios para servir de caminho com a navegação em canoas, bem como a ocupação das povoações de portugueses e índios por suas margens, entre tantas outras. Ao ler as instruções, é fácil concordar com o historiador português André Ferrand de Almeida (1999, p. 82), quando afirma que

[...] para além do trabalho exaustivo de desenho de mapas, o rei pretendia uma descrição geográfica detalhada do Estado do Brasil, que no fundo se tratava de um programa para um vasto inquérito sobre as vias de comunicação no espaço brasileiro, fossem elas os caminhos, os rios ou ainda as rotas marítimas (daí as referências aos portos), sobre os recursos econômicos deste espaço (as madeiras, os pastos, o gado, a pesca, os metais preciosos); e finalmente sobre as populações indígenas.

Não se pode afirmar se as anotações recomendadas pelo Conselho foram ou não realizadas, pois não há registros de algum livro ou diário com esse tipo de anotações pelos padres matemáticos que fizeram os Mapas, Cartas e Plantas do Estado do Brasil naquele período⁵. Mas à medida que iam tomando “notícias da gente prática da terra”, colecionaram as *Notícias Práticas* – tarefa assumida por Diogo Soares – em que se reuniram fartos conhecimentos de homens práticos, que tinham experiência nos caminhos e sertões e, por sua vez, forneceram informações importantes sobre o interior do Estado do Brasil.

⁵ Quanto aos territórios cartografados pelos padres matemáticos entre 1730-1748, constam 19 mapas e/ou cartas topográficas e nove plantas, a maioria da Costa Atlântica, incluindo plantas de fortalezas e fortes, principalmente do Rio de Janeiro e da Colônia de Sacramento. A parte cartografada dos sertões foi o do alto rio Doce, a região do rio das Velhas e trecho do rio Francisco (Cf. ALMEIDA, 2001, p. 102-103).

As Notícias Práticas das Minas do Cuyabá

Após uma década do “descobrimento” das Minas do Cuyabá, os padres matemáticos desembarcam no porto do Rio de Janeiro em fevereiro de 1730, com a missão real de fazerem o maior número de mapas possível dos vastos sertões da América portuguesa no Estado do Brasil. Apenas cerca de quatro meses após sua chegada, uma carta escrita por Diogo Soares, em 4 de julho de 1730, assim informa:

Tenho já junto uma grande cópia de Notícias, vários Roteiros e Mapas dos melhores sertanistas de S. Paulo e Cuyabá, Rio Grande, e da Prata, e vou procurando outras, a fim de dar princípio a alguma Carta; porque as estrangeiras andam erradíssimas, não só no que toca ao sertão, mas ainda nas alturas e longitudes, de toda esta Costa [...] (apud LEITE, 1947, p.4).

É bem possível que algumas dessas cópias de *Notícias* dos “melhores sertanistas de São Paulo e Cuyabá”, já em mãos do padre Diogo Soares, fossem as mesmas *Notícias Práticas* que hoje se encontram no Arquivo Distrital da Biblioteca Pública de Évora. Com o título de *Notícias Práticas das Minas do Cuyabá e Guyazes na Capitania de São Paulo*, foram reunidas na Coleção do padre Diogo Soares oito *Notícias* manuscritas que têm por tema *Cuyabá*, conforme quadro abaixo:

Sumário do Cód. CXVI 1-15. (ABPE- Arquivo Distrital da Biblioteca Pública de Évora).

NOTÍCIAS PRÁTICAS das Minas de Cuyabá na Capitania de S. Paulo:

- NOTÍCIA 1ª PRÁTICA que dá ao Rev. Padre Diogo Soares o capitão João Antonio Cabral Camelo, sobre a viagem que fez às minas do Cuiabá no ano de 1727 (fls 1-6v).
- NOTÍCIA 2ª PRÁTICA do que lhe sucedeu na volta que fez [o capitão João Antonio Cabral Camelo] das mesmas minas para S. Paulo. (fls.6v a 10v); -
- NOTÍCIA 3ª PRÁTICA dada pelo capitão Domingos Lourenço de Araújo ao R. P. Diogo Soares sobre o infeliz sucesso que tiveram no rio Paraguay as tropas que vinham para S. Paulo no ano de 1730 (fls.10v a 12);
- NOTÍCIA 4ª PRÁTICA vinda da cidade do Paraguay [Assunção] a nova Colônia do Sacramento com aviso de venda que fizeram os paiaguás dos cativos portugueses naquela mesma cidade e escrita por D.Carlos de Los Reys Valmaseda. (fls.12 a 13v)
- NOTÍCIA 5ª PRÁTICA dada pelo capitão Antonio Pires de Campos ao capitão Domingos Lourenço de Araújo, e comunicada por ele ao R. P.Diogo Soares, sobre os Reinos e Nações de Bárbaros que há na derrota da viagem do Cuyabá e seu Recôncavo (fls.13v a 18)
- NOTÍCIA 6ª PRÁTICA e Relação Verdadeira da derrota e viagem que fez da cidade de S.Paulo para as Minas de Cuiabá o Exmo. Sr. Rodrigo César de Menezes, governador e capitão general da Capitania de São Paulo e suas minas, descobertas no tempo de seu governo e nele mesmo estabelecidas. (Escrita por seu secretário Gervásio Leite Rebello e assinada na Vila Real do Senhor Bom Jesus de Cuyabá em 01 de fevereiro de 1727. (fls. 18 a 25v)
- NOTÍCIA 7ª PRÁTICA e roteiro verdadeiro das minas do Cuiabá e todas as suas marchas, cachoeiras, itaipavas, varadouros, e descarregadores das canoas, que navegam para as ditas minas, com os dias da navegação, e travessias, que se costuma fazer por mar e terra. (Assinada por Manoel de Barros, s/ data, possivelmente de finais da década de vinte do século XVIII) (fls. 25v a 35)
- NOTÍCIA 8ª PRÁTICA exposta na cópia de uma carta escrita do Cuyabá aos novos pretendentes daquelas minas. (fls.35 a 47v). (Obs: Não há assinatura e data, mas pode se afirmar ser o mesmo Roteiro da Viagem para as Minas de Cuyabá, escrito em 1726 por Francisco Palácio (Microfilme no IEB-Instituto de Estudos Brasileiros, USP, São Paulo)

Vale a pena retomar as instruções régias passadas aos padres matemáticos em Provisão de novembro de 1729. A exigência era de que não bastava assinalar nos mapas a verdadeira longitude e latitude geográficas das cidades, vilas, povoações de portugueses e de índios, lugares de catas de ouro, rios, portos, mas todas essas coisas deveriam ser “historiadas”. “Historiar” significava ir além das linhas e pontos cartográficos, registrando “por escrito com mais clareza possível, e em um livro à parte, por extenso, tudo que houver mais digno de se tomar nota”. De cada uma das capitanias os padres matemáticos deveriam ir declarando, “por escritura”, a

capacidade dos portos e dos rios, se são navegáveis, até onde, com que embarcações, em que parte passam a vão ou em canoas; que gente habita em suas margens, se há neles algum pescado, e se tem arvoredos na sua vizinhança, se estes se podem cortar e conduzir com facilidade para povoado, se há nos seus distritos pastos e gados, se são habitados de Índios Ferozes e domésticos e que modo tem estes de viver, se os gentios tem alguma forma de religião, se adoram a seus ídolos, que modo tem de governo entre si e de que armas usam. (PROVISÃO do Rei D. João V aos padres matemáticos de 18 de novembro de 1729, Apud. CORTESÃO, J. 1971)

Conforme se atesta, os rios mereceram especial atenção. Os recursos disponíveis e as atividades econômicas já implementadas são dignos de nota: o pescado, as madeiras para corte e seu transporte, o gado e os pastos. Conhecer as condições para colonização nos sertões do Brasil é orientação que constava no Alvará de D. João V. Também na lista do que era relevante historiar estavam os gentios, discriminados em duas categorias: os “ferozes” e os “domésticos”. Se assim foram classificados é porque essa era a dupla imagem dos ameríndios dos sertões. Os “ferozes” certamente eram os tapuias de língua travada que ofereciam forte resistência, realizando ataques “traíçoeiros” às expedições. Foram representados como “comedores de carne humana”, classificados na condição de animais, próximos das “feras”. Já os “domésticos”, como o próprio nome diz, talvez fossem aqueles mais próximos dos colonos, servindo-os utilmente. Sem dúvida, nessa categoria enquadraram-se os indígenas contatados há mais tempo, muitas vezes “descidos dos sertões” e que já haviam vivido ou viviam a experiência da catequese ou da “administração”. Serviam como “negros da terra” nos trabalhos domésticos, roças, confecção de canoas, coleta de mel e frutos dos matos, sendo frequentemente os guias e pilotos práticos nas expedições aos sertões. Enfim, pode-se reconhecer nessa missão de traçar mapas complementados com anotações detalhadas dos vastos sertões do Estado do Brasil o que Cortesão nomeou de “inquerito

econômico e etnográfico”. E, sobretudo, riscar nos mapas os limites entre os governos das Capitanias, que deveriam ir “tomando notícia da gente prática da terra” (AHU, cód. nº 248, fls. 249 v e 250, apud CORTESÃO, 1971, p. 215).

Observa-se nesta mesma Provisão Real o reconhecimento do saber que a “gente prática da terra” tinha do território e a orientação para observarem as “fronteiras naturais” na demarcação dos limites. Essa evidência está prescrita no modo de se desenhar os mapas, pois com uma determinada cor deveriam marcar os limites informados pelo conhecimento da “gente prática da terra” e de outra cor aqueles que parecessem aos matemáticos “mais cômodos e tem mais certa divisão pelos rios, montes e serrarias”(IDEM, Ibidem). Os caminhos por rios, matos e serras rumo aos sertões deveriam ser marcados seguindo-se a mesma orientação: assinalar com riscos de uma cor aqueles já conhecidos e percorridos pelos práticos e de outra cor os mais “cômodos e breves”. As distâncias entre as cidades e vilas eram informações necessárias. Finalmente, os conselheiros que redigiram a Provisão confiaram aos padres para que, com “ciência e zelo”, anotassem tudo o mais que entendessem poder ser importante ou “conveniente para o conhecimento de terras tão largas e até agora tão pouco conhecidas pelo seu interior”. (PROVISÃO do Rei D. João V aos padres matemáticos de 18 de novembro de 1729, Apud. CORTESÃO, J. 1971)

Portanto, mais uma vez é possível crer que foi atendendo à instrução de se juntar aos mapas um minucioso levantamento das condições dos caminhos fluviais e terrestres e da ocupação colonial e indígena, tomando “notícia da gente prática da terra”, que Diogo Soares foi formando a coleção de *Notícias Práticas*. Entre os dois padres matemáticos, o jesuíta português foi quem assumiu a frente desse trabalho. Conforme se lê em alguns dos relatos sertanistas, as *Notícias* foram diretamente dirigidas ou “dadas ao R. P. Diogo Soares” e, em outros momentos, informam seus relatores terem recebido a solicitação do próprio padre para que fizessem seus relatos.

Os relatos a respeito de Cuiabá, apesar de tratarem, majoritariamente, dos trajetos fluviais e das condições de navegação, vão muito além das descrições dos caminhos dos rios. Esses relatos, também conhecidos como “relatos monçoeiros”, contêm preciosas descrições das nações de índios, seus modos de vida, as lavouras que cultivavam, as resistências dos caiapó, cavaleiros Guaicuru e Paiaguá, diante da conquista colonial luso-paulista. Há, ainda, outras informações de aspectos dos ambientes das águas e matas no extenso território percorrido desde São Paulo até as cabeceiras do rio Paraguai, nas Chapadas dos Paresí.

As *Notícias Práticas das Minas do Cuyabá* podem ser consideradas as primeiras narrativas manuscritas sobre a conquista colonial da parte central da América do Sul na era setecentista. O pioneirismo se justifica pelo fato de terem sido coletadas no calor dos tempos da conquista. Estão anotados e narrados eventos, tais como o devassamento paulista nos caminhos dos rios Paraguai e Cuiabá, a fundação da Vila Real do Senhor Bom Jesus de Cuiabá no ano de 1727, o cotidiano das viagens em canoas pelos rios, com observações sobre diferentes aspectos da natureza e dos índios e os enfrentamentos com os Paiaguá. Até então, não se pode dizer que havia uma historiografia sertanista no formato apresentado pelas *Notícias Práticas*. Informações a respeito dos sertanistas paulistas e dos caminhos por onde andavam nos sertões podiam ser encontradas nos inventários e testamentos, em alguns documentos originados de autoridades coloniais ou eclesiásticas ou em cartas dirigidas por paulistas aos governadores e ao rei, reivindicando a autoria dos descobrimentos de ouro.

Importante ainda observar que no conjunto das *Notícias Práticas*, que têm por tema Cuiabá, dois relatos se diferenciam da característica sertanista: a sexta e a quarta *Notícias*, escritas por funcionários das coroas ibéricas. Um deles é a *Relação Verdadeira* da viagem do governador da Capitania de São Paulo, Rodrigo César, às Minas de Cuiabá, no ano de 1726, escrita e assinada por seu secretário, o português Gervásio Leite Rebelo. O outro é uma carta vinda de Assunção, do espanhol D. Carlos de Los Reys Valmaseda, e trata das negociações que fizeram os índios Paiaguá quanto aos frutos do resgate obtidos no ataque em 1730 à monção, quando morre o ouvidor Lanhas. Esses relatos de funcionários das coroas ibéricas e alguns dos roteiros sertanistas passaram a fazer parte da Coleção de *Notícias*, mas não foram escritos com o objetivo direto de serem entregues ao padre. O padre Diogo, ao tomar conhecimento desses relatos, considerou importante acrescentá-los.

Quanto à autoria sertanista, que aqui vem merecendo maior foco, pode-se afirmar que do total de oito *Notícias*, seis delas foram escritas por luso-brasileiros, em sua maioria paulistas, homens de comprovada experiência em expedições nos sertões. Para que fossem selecionados como informantes, sem dúvida esses homens eram reconhecidos em sua autoridade de práticos sertanistas. De alguma maneira, o padre foi informado por homens de comprovada experiência no devassamento daqueles sertões por roteiros que descreviam em pormenores os caminhos dos rios ou mesmo por importantes testemunhas de eventos que mereciam ser anotados – como no caso do ataque dos índios Paiaguá em 1730.

Importa ainda frisar que esses escritos setecentistas de autoria sertanista, embora não sejam homogêneos, podem ver vistos como versões ou visões americanas, de dentro para fora, da gente prática da terra.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, André Ferrand de. *A formação do espaço brasileiro e o projeto do Novo Atlas da América Portuguesa (1723-1748)*. Lisboa: CNCDP (Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses), 2001.

_____. Os jesuítas matemáticos e os mapas da América portuguesa (1720-1748) In: A formação territorial do Brasil. *Oceanos* nº 40, CNPCDP, Lisboa: out/Nov.1999.

BLUTEAU, Rafael. **Dicionário da língua portuguesa**. Lisboa: Oficina de Simão Tadeu Ferreira, MDCCLXX[1720].

CAMELO, João Antônio Cabral. Notícias práticas das minas de Cuiabá e Goias na capitania de São Paulo e Cuiabá que dá ao reverendo padre Diogo Soares, o capitão João Antônio Cabral Camelo, sobre a viagem que fez às minas do Cuiabá no ano de 1727. **Revista do IHGB**, 1842. t.4.

_____. “Notícias práticas das minas de Cuiabá e Goias na capitania de São Paulo e Cuiabá que dá ao reverendo padre Diogo Soares, o capitão João Antônio Cabral Camelo, sobre a viagem que fez às minas do Cuiabá no ano de 1727”. In: TAUNAY, Afonso de (Org). **Relatos monçoeiros**. B.Hrizonte/S.Paulo: Itatiaia/Edusp, 1981. p. 118-145.

CAMPOS, Antonio Pires de. Breve notícia que dá o capitão Antônio Pires de Campos do gentio bárbaro que há na derrota da viagem das minas do Cuiabá e seu recôncavo, na qual declara-se os reinos a que chegou e viu por maior... In: TAUNAY, Afonso de E. (Org.) **Relatos sertanistas**. Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia/Edusp, 1981. p. 179-200.

_____. Breve notícia que dá o capitão Antônio Pires de Campos do gentio bárbaro que há na derrota da viagem das minas do Cuiabá e seu recôncavo, na qual declara-se os reinos a que chegou e viu por maior... **Revista Trimestral do IHGB**, v. 13, 1862.

CORTESÃO, J. **A história do Brasil nos velhos mapas**. Rio de Janeiro: MRE -MEC, 1971. t.2.

DOMINGUES, Ângela. Notícia do Brasil Colonial: a imprensa científica e política a serviço das elites (Portugal, Brasil e Inglaterra) **Varia História**, Belo Horizonte, v. 22, n. 35, PP. 150-174, jan/jun 2006.

KANTOR, Iris. **Esquecidos e renascidos**: historiografia acadêmica luso-americana (1724-1759). São Paulo: Hucitec/Salvador: Centro de Estudos Baianos, 2004.

_____. Uso diplomáticos da *ilha-Brasil*: polêmicas cartográficas e historiográficas. **Varia História**, Belo Horizonte, v. 23, n.37, pp.70-80, jan/jun 2007.

LEITE, Serafim. **Diogo Soares, S.I., Matemático, Astrônomo e Geógrafo de Sua Majestade no estado do Brasil (1684-1748)**. Lisboa: 1947;

MACHADO, Diogo Barbosa. **Biblioteca lusitana**: histórica, crítica e cronológica. 2. ed. Lisboa: 1930. p. 680. t.1.

PRESOTTI, Thereza Martha. **Na trilha das águas**: índios e natureza na conquista colonial do centro da América do sul, os sertões de Cuiabá de Mato Grosso, século XVIII. 270 p. 2008, ICH-INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS, Tese (Doutorado), Universidade de Brasília.

ROSA, Carlos Alberto. O urbano colonial na terra da conquista. In: ROSA, Carlos Alberto; JESUS, Nauk Maria de. (Orgs.). **A terra da conquista**: história de Mato Grosso colonial. Cuiabá: Edit. Adriana, 2003. pp.11-66.

SERRÃO, Joel; MARQUES, A. H. de Oliveira (Dir.) e MENEZES, Avelino Freitas de (Coord.). Portugal: da paz da restauração ao ouro do Brasil. **Nova História de Portugal**. Lisboa: Editorial Presença, 2001. v.7.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da. A saga dos sertanistas. A formação territorial do Brasil. **Revista Oceanos**, n° 40, Lisboa, outubro/dezembro, 1999.

TAUNAY, Afonso d'E. **História geral das bandeiras paulistas**. São Paulo: Tip. Ideal e Imprensa Oficial de São Paulo, 1950. v.11.

ALMEIDA, André Ferrand de, 1997, p. 104-105.

UM PROJETO GEOPOLÍTICO DO GOVERNO IMPERIAL BRASILEIRO: A FÁBRICA DE FERRO SÃO JOÃO DE IPANEMA (1860-1889)

Nilton Pereira dos Santos¹

No início do século XIX, como resultado da política de D. Rodrigo de Souza Coutinho, o Estado português passou a financiar estudos mineralógicos em várias partes do Império. Dentre esses trabalhos, o Reino dedicou especial atenção à descoberta de jazidas de ferro, numa tentativa de acompanhar os avanços proporcionados pela Revolução Industrial (NOVAIS, 1979).

Por essa razão, em 1801, José Bonifácio foi nomeado intendente de minas do Reino de Portugal e, no mesmo ano, seu irmão, Martim Francisco, assumiu cargo similar em São Paulo. Um ano antes, na capitania de Minas Gerais, também fora criada uma intendência de minas, cuja direção foi entregue a Manuel Ferreira da Câmara, mais conhecido como Intendente Câmara. (VARELA, 2005).

Um dos primeiros trabalhos de Martim Francisco como intendente de minas foi elaborar, em 1803, um estudo minucioso sobre a região próxima a Sorocaba, na capitania de São Paulo, onde, desde 1799, um senhor chamado João Manso tentava, sem sucesso, implantar uma fundição de ferro (ibidem, pp. 157-162).

Analisando a localidade conhecida à época como “morro do ferro” ou “morro do Araçoiaba”, com a finalidade de definir os melhores meios para a criação de um “estabelecimento montanístico” (BRASIL, 1891), o naturalista ressaltou que ali existiam as condições mais favoráveis para tal empreendimento, como elevada quantidade de minério de ferro e abundante oferta de matas -importante fonte de carvão vegetal (VARELA, 2005). Esse estudo foi utilizado para a criação, em 1810, da Real fábrica de ferro São João de Ipanema, na então vila de Sorocaba.

Duas foram as fábricas de ferro construídas por ordem do Governo com a chegada da Corte: a fábrica do Morro do Pilar, em 1809, próxima a atual Diamantina, e a fábrica Ipanema, aberta em 1810². A primeira não chegou a atingir 20 anos de existência, enquanto Ipanema contabilizou 85 anos de atividade, com períodos breves de interrupção.

¹ Mestrando em História Econômica. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas / Universidade de São Paulo

² Em Congonhas do Campo, em 1811, foi criada uma outra fundição, só que particular, administrada pelo Barão de Eschwege. Ao menos até 1831, essa fábrica existiu com relativa prosperidade. Ver LIBBY (1988, p. 137-139).

Enquanto funcionou [1810-1895], Ipanema passou por fases distintas, oscilando entre a relativa prosperidade e o abandono total. Muitas dificuldades a afligiram, algumas referentes à própria produção do ferro e outras ligadas à deficiência nas vias de circulação e ao estreito mercado interno, problemas crônicos da economia brasileira durante o século XIX. As fases de maior prosperidade para esse estabelecimento foram o primeiro decênio após a fundação, quando a diretoria esteve a cargo do sueco Carlos Gustavo Hedberg [1811-1814], seguido pela administração do alemão Frederico Luiz Guilherme Varnhagen [1815-1821], além do período em que foi diretor o major João Bloem [1834-1842] e, por fim, a fase entre 1865-1890, com a diretoria do cel. Joaquim de Souza Mursa (FELICÍSSIMO JR., 1969).

Embora a existência de um empreendimento siderúrgico de longa duração mantido pelo Estado seja algo “*sui generis*” na história do Brasil durante o século XIX, poucos autores se dedicaram ao estudo mais aprofundado da fábrica de Sorocaba. Um deles, Francisco Gomes (GOMES, 1983), elaborou um panorama das diversas fundições que foram espalhadas pelo Brasil, desde os tempos da colônia, concentrando sua análise na província de Minas Gerais. Dedicando pequeno espaço à fábrica de Ipanema, Gomes chamou atenção para o período em que o empreendimento foi dirigido pelo cel. Mursa, mas não se aprofundou nos problemas que atingiram a companhia.

Outro autor que estudou o tema foi José Monteiro Salazar (1982). Em **O esconderijo do sol**, afirmou que Ipanema foi importante fornecedora de material bélico para o Brasil durante a Guerra contra o Paraguai e, assim como Gomes, também ressaltou a atuação do cel. Mursa frente ao estabelecimento.

Dentre os estudos feitos no século XX, o autor que melhor explorou a história de Ipanema foi Jesuíno Felicíssimo Júnior. Em **História da siderurgia de São Paulo** (1969), obra de referência no estudo da siderurgia em São Paulo, fez um histórico das tentativas de fundição do ferro na província, desde o século XVI, com Afonso Sardinha e seus fornos catalães, até o fim do século XIX, com a fábrica de ferro São João de Ipanema. Felicíssimo Júnior centrou sua análise na Real fábrica de ferro e, baseado em grande massa documental, realizou um minucioso trabalho de pesquisa que nos permite compreender a trajetória desse estabelecimento. Assim como os demais autores citados, ressaltou a administração Mursa como a melhor que Ipanema já teve.

Há consenso entre esses estudiosos ao indicar como profícuo o período 1865-1890, bem como em afirmar que a fábrica produziu armamentos para as tropas brasileiras na Guerra contra o Paraguai. Na verdade, essa semelhança entre as obras revela outro aspecto: desde 1969, quando foi publicada a **História da siderurgia de São Paulo**, até a década de 1980, não haviam sido

feitas, no âmbito da História, novas pesquisas sobre a fábrica de ferro Ipanema. Todas as afirmações presentes em Gomes e Salazar, cujos trabalhos foram publicados no início da década de 1980, já estavam no trabalho de Felicíssimo Júnior, de 1969.

Apenas no início do século XXI a Real fábrica de ferro São João do Ipanema voltou a ser objeto de estudo. O mais completo trabalho sobre a companhia, com foco em sua história, foi realizado no âmbito do Instituto de Economia da Universidade de Campinas, por Mario Danieli Neto (2006). Esse pesquisador estudou a Real fábrica de ferro São João do Ipanema sob o ponto de vista da escravidão e ao analisar Ipanema, defendeu que não houve incompatibilidade entre escravidão e desenvolvimento industrial. Pelo contrário, provou que a mão-de-obra cativa foi largamente utilizada na companhia e que os embaraços que afligiram o estabelecimento não tinham nenhuma relação com o tipo de mão-de-obra utilizada, mas com problemas estruturais da economia brasileira do período, como a dificuldade de transporte e o acanhado mercado interno.

Exceção feita a esse último estudo, no qual o foco era a escravidão, as demais obras, em especial as de Salazar e Felicíssimo Júnior, concentraram suas análises na atuação dos administradores de Ipanema, como se apenas seus talentos ou empenho fossem suficientes para o progresso ou decadência do referido estabelecimento. Perde-se de vista, então, a perspectiva dos projetos de Estado, que justificariam o investimento em uma manufatura que, por inúmeras vezes, foi vista como fonte permanente de prejuízo ao Governo, como afirmou o deputado pela província de Mato-Grosso, P. de Azevedo, na Câmara dos Deputados, em 1859:

Sr. Presidente, a casa sabe e o país sabe também, a imensidade de dinheiro que com a fábrica de Ipanema se tem expendido, e, não obstante, ela não tem correspondido de modo algum no que se devia esperar, à vista dos sacrifícios que nos custa. (http://imagem.camara.gov.br/dc_20b.asp?selCodColecaoCsv=A&DataIn=16/6/1859).

Portanto, a presente pesquisa tem por finalidade contribuir para a historiografia acerca de Ipanema, buscando entender quais projetos do Estado Imperial durante o Segundo Reinado, em especial no período entre 1860 e 1889, justificavam os investimentos em um estabelecimento deficitário, cujo histórico de insucessos era amplamente conhecido.

A baliza inicial é 1860, ano da primeira desativação oficial de Ipanema. A data é importante porque permite compreender que, inicialmente, o estabelecimento não fazia parte dos planos do Governo de D. Pedro II, o que contrasta com os elevados investimentos feitos pelo Estado em Ipanema durante a década de 1880. Tal disparidade reforça, como quer a presente pesquisa, a necessidade de conceber os investimentos na fábrica como parte de um projeto de

Estado, uma vez que tais gastos não poderiam ocorrer a fundo perdido, sem que o Governo Imperial vislumbresse nessas ações algum tipo de benefício, mesmo que a longo prazo, que justificassem a empreitada.

Como a pesquisa investiga o desempenho econômico do estabelecimento durante as últimas décadas do regime Imperial, a data limite não poderia ser outra, 1889, pois marca a queda da Monarquia e, com ela, de projetos imperiais como Ipanema, desativada em 1895. O presente trabalho tem como principais fontes primárias os Anais da Câmara dos Deputados, relatórios do Ministério da Guerra [1860-1877] e da Agricultura, Comércio e Obras Públicas [1877-1889], memorandos e ofícios trocados entre o poder público e a fábrica, memórias e estudos de especialistas em siderurgia contemporâneos ao estabelecimento, além dos relatórios escritos pelos diretores de Ipanema.

Contextualizado o objeto de estudo, a presente comunicação apresentará algumas conclusões que o atual estágio da pesquisa já permite fazer, sempre tentando compreender as mudanças ocorridas em Ipanema como parte dos projetos do Estado Imperial. Para começar, torna-se imperativo entender porque o Governo resolveu desativar a fábrica Ipanema em 1860.

Depois da relativa prosperidade da administração do major João Bloem [1834-1842], Ipanema entrou em acentuado declínio, fruto das mudanças na economia paulista com o recuo da cana-de-açúcar e avanço da cafeicultura durante o século XIX. Para que se tenha uma ideia dessa dependência, em 1836, cerca de 30% da receita do estabelecimento teve como origem a venda de objetos comumente usados na produção de açúcar, como cilindros, caçarolas e tachos³. Outra alteração significativa foi a propagação de pequenas forjas siderúrgicas em Minas Gerais, entre 1850 e 1880 (LIBBY, 1988) de modo que alguns compradores daquela província deixaram de adquirir peças em Ipanema, reduzindo ainda mais o já acanhado mercado que se abastecia de produtos da fábrica⁴.

A década de 1850 foi de grande decadência para a fábrica. Além dos constantes déficits, chuvas torrenciais destruíram parte de suas instalações, em 1858⁵. Concomitantemente, as

³ Relatório da fábrica de ferro São João de Ipanema, 1836. BRASIL. Ministério da Guerra. Relatório apresentado a Assembléia Geral Legislativa, 1836. Anexos.

⁴ No relatório do Ministério da Guerra, em 1858, o Ministro Jeronymo Francisco Coelho afirmava que “os principais consumidores da fábrica eram fazendeiros da província de São Paulo e parte da de Minas [...]”. No relatório enviado ao Governo, em 1875, o cel. Joaquim de Souza Mursa dizia algo semelhante, que “antigamente, quando não se achava nesta Província outro estabelecimento de fundição vinham carros, até de Minas Gerais, procurar obras desta Fabrica. Hoje pequenas fundições (empregando a guza e o coke inglês), criadas em outros lugares, satisfazem as necessidades das localidades vizinhas, e só o que se não acha nestas fábricas se vem procurar aqui”.

⁵ Ofício ao Ministério da Guerra, 5 fev. 1858. Arquivo Público do Estado de São Paulo (APESP). Manuscritos sobre a fábrica de ferro São João do Ipanema. Caixa 4. Ordem 5216.

relações diplomáticas entre Brasil e Paraguai ficavam cada vez mais frágeis, aumentando a possibilidade de um confronto armado entre os países (Cf. BANDEIRA, 1988).

O aumento das tensões alertou o Governo para o estado em que se encontrava a fronteira com o Paraguai, em especial, na região do Mato-Grosso que, àquela época, era desprovida de infraestrutura de abastecimento necessária para sustentar qualquer conflito. Para remediar a situação, tropas foram enviadas e pela Lei nº 1042, de 14 de setembro de 1859, o Governo foi autorizado a criar uma fábrica de pólvora e outra de ferro naquela província. Foi quando se encerraram as atividades em Ipanema e todo o material em uso, mais os escravos em condições de trabalhar, foram levados para o Mato-Grosso, onde seria criada uma nova fundição.

Pouco tempo depois, porém, constatou-se que as jazidas de ferro da província do Mato-Grosso não eram tão prósperas como se imaginava, impossibilitando a instalação da nova fábrica. Diante do insucesso, em 1863, o Governo contratou o engenheiro Guilherme Capanema para realizar estudos sobre a situação da Real fábrica de ferro São João de Ipanema, com vistas à sua restauração⁶. O engenheiro visitou Sorocaba e concluiu que era perfeitamente possível, e viável, reabilitar a fábrica.

O relatório de Capanema, entregue ao Governo em 1864, sugeria o nome de Joaquim de Souza Mursa para assumir os trabalhos de recuperação em Sorocaba, o que se concretizou apenas em 1865. Entretanto, a efetiva reativação do lugar não se deu, como afirmaram autores como Felicíssimo Júnior, Gomes e Salazar (FELICÍSSIMO JR, 1969), a tempo de auxiliar o Brasil na Guerra contra o Paraguai. Para que se tenha uma ideia do abandono em que estava a fábrica, o viajante Augusto Emilo Zaluar, que passou por Sorocaba no início da década de 1860, testemunhou que não havia trabalho em Ipanema e que a mesma estava extinta (ZALUAR, 1953). Já o diretor Mursa chegou a afirmar que em vez de restaurar o estabelecimento, fora obrigado a criá-lo novamente⁷.

Tamanha lentidão se justificava face às melhorias feitas pelo Governo nas oficinas dos arsenais da Corte que, durante a guerra, fabricaram parte dos armamentos do Brasil com ferro importado (VAZ, 2007). Sem demanda urgente, os repasses para as obras em Ipanema foram minguidados durante o conflito, de modo que a companhia apenas entrou em funcionamento regular a partir de 1872.

⁶ Relatório sobre a Fábrica de ferro São João do Ipanema escrito por Guilherme Schuch Capanema. p. 4. BRASIL. Ministério da Guerra. Relatório apresentado à Assembléia Geral Legislativa, 1864. Anexos.

⁷ Relatório sobre a fábrica de ferro São João do Ipanema, p. 11. BRASIL. Ministério da Guerra. Relatório apresentado à Assembléia Geral Legislativa, 1875. Anexos.

Quando terminaram os combates, o Estado passou a dar atenção à sua maior siderúrgica. Em 1873, o diretor Mursa foi enviado à Europa, onde contratou trabalhadores austríacos especializados em metalurgia e comprou máquinas na Alemanha e na França.

Apesar dos progressos, duas razões dificultavam a saída dos produtos feitos em Ipanema: a ausência de boas estradas e a distância entre a fábrica e os principais centros consumidores. Aliada a essas circunstâncias, havia a concorrência do produto similar importado, como escrevia Mursa, em 1875, afirmando que “ [...] o ferro em gusa não pode ser transportado aos portos e ali concorrer com o ferro em gusa inglês; o alto preço dos transportes eleva o preço do nosso ferro, tanto que o afasta da concorrência⁸.

Imaginava-se, àquela época, que a chegada da estrada de ferro à Ipanema resolveria o problema. Mas a inauguração da linha férrea, em 1876 (SAES, 1981), não trouxe ao estabelecimento, inicialmente, as melhorias esperadas. De acordo com o engenheiro Carlos Conrado Niemeyer que, em 1878, realizou um estudo sobre a fábrica a mando do Governo, havia outros problemas a serem resolvidos, como, por exemplo, o do transporte até a estação da estrada de ferro, que era feito por carroças a uma distância de 5km. Além disso, as várias baldeações que a mercadoria sofria ao longo do caminho até a Corte encareciam ainda mais o frete, já que o material que saía da manufatura não recebia descontos especiais na ferrovia⁹.

Ipanema era um próprio nacional a cargo do Ministério da Guerra e esta pasta, a partir do conflito contra o Paraguai, teve seus recursos orçamentários bastante elevados. Tal situação foi tema de calorosos debates parlamentares, em 1877, quando os deputados cogitavam inúmeras reformas para reduzir as oficinas dos arsenais do Exército e da Marinha, diminuindo os gastos daquele ministério¹⁰.

Diante dessa necessidade, foi inserida no orçamento uma emenda que autorizava o “Governo para suprimir as oficinas dos arsenais que não entenderem [sic] direta e imediatamente com a administração militar e para cujos artefatos ofereça a indústria privada os recursos necessários”¹¹. Era o caso da fábrica Ipanema que, àquela altura, não dava lucro algum e tampouco sua produção era aproveitada pelo Ministério da Guerra.

⁸ Relatório sobre a fábrica de ferro São João do Ipanema, p. 6. BRASIL. Ministério da Guerra. Relatório apresentado a Assembléia Geral Legislativa, 1875. Anexos.

⁹ Relatório sobre a fábrica de ferro São João do Ipanema, escrito pelo engenheiro Carlos Conrado Niemeyer, p.14. BRASIL. Ministério da Guerra. Relatório apresentado a Assembléia Geral Legislativa, 1878. Anexos.

¹⁰ BRASIL. Anais da Câmara dos Deputados. Sessão de 19 de junho de 1877. Disponível em < http://imagem.camara.gov.br/dc_20b.asp?selCodColecaoCsv=A&Datain=19/6/1877> Acesso em: 30. jun. 2008.

¹¹ Id. Ibid. p. 188.

A esta altura, uma pergunta se faz necessária: por que o Governo, diante dos problemas que cercavam a manufatura de Sorocaba e da forte concorrência feita pelo ferro inglês, não aproveitou da autorização que lhe foi concedida pela Assembleia para pôr fim às atividades em Ipanema? Embora não se encontre nos discursos parlamentares explicação pontual sobre tal mudança, é possível indicar algumas respostas.

Durante a década de 1850, face aos elevados prejuízos, foram publicadas medidas legais visando a entregar Ipanema para a iniciativa privada¹², o que só não ocorreu porque a única proposta feita por particular, naquele período, não atendia às exigências do Governo¹³. Após a restauração da fábrica, a partir de 1865, porém, o Estado declinou em sua disposição de arrendar a companhia, como afirmou Mariano Carlos de Souza Correia, em 1871¹⁴.

Um fato que comprova essa afirmação foi a negativa do Governo frente à proposta entregue por André Rebouças, em julho de 1870. Junto com Francisco Taques Alvim, o engenheiro propôs arrendar Ipanema com a criação de uma companhia dividida em 5.000 ações, de R\$200\$000 cada, totalizando mil contos de réis¹⁵.

Sabendo que o capital fixo da fábrica, incluindo construções, maquinário, animais e ferramentas (exceto mão-de-obra) foi orçado em R\$552:535\$360 pelo inventário realizado em 1876, por conta da transferência para o Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas¹⁶, é possível supor que não foi pelos valores monetários que o Estado recusou o negócio proposto por Rebouças. Pelo contrário, em anotações pessoais, Rebouças chegou a afirmar que o Imperador “declarou-se contra [o arrendamento de Ipanema] com maior vivacidade do que de costume”¹⁷ porque “estava imbuído das idéias do Dr. Capanema”¹⁸.

Guilherme Such de Capanema foi responsável pela elaboração de um estudo, encomendado pelo Governo em 1863, sobre a viabilidade de restauração da fábrica. O minucioso

¹² Através da lei N. 555, de 15 de junho de 1850, no § 8º do artigo 11, ficou o Governo autorizado a arrendar a fábrica, e tal decisão foi prorrogada pelo artigo 14 da lei N.688, de 11 de setembro de 1852.

¹³ BRASIL. Ministério da Guerra. Relatório apresentado à Assembléia Geral Legislativa, 1860. p.20.

¹⁴ [...] “Cumpre, porém, aqui consignar que posteriormente à época chamada da restauração da fábrica, isto é, depois de 1865, não consta que o Governo Imperial tivesse o pensamento de arrendar aquele estabelecimento”. Notícia sobre a criação da fábrica de ferro S. João do Ipanema, sua posição geográfica, riquezas naturais, etc. por Mariano Carlos de Souza Correa. Secretaria dos Negócios da Guerra, 13 fev. 1871. p. 6. BRASIL. Ministério da Guerra. Relatório apresentado à Assembléia Geral Legislativa, 1871. Anexos. p. 25.

¹⁵ Projeto de contrato para organização de uma companhia brasileira destinada a tomar por arrendamento a fábrica de ferro São João de Ipanema. Anexo ao relatório da FFSJI enviado ao ministério dos negócios da Guerra, 8 de abril de 1871.

¹⁶ Inventário da Real fábrica de ferro São João de Ipanema, 1876. APESP. Manuscritos sobre a fábrica de ferro São João do Ipanema. Caixa 5. Ordem 5217.

¹⁷ Diário de André Rebouças, 25 de julho de 1870 (apud TRINDADE; REBOUÇAS).

¹⁸ Id. Ibid.

trabalho ficou pronto em março de 1864 e, entre outras coisas, trazia uma posição contrária ao arrendamento da companhia, afirmando que “se o governo tem procedido mal em questões de progresso material do país, as companhias tem procedido ainda pior”¹⁹. Além disso, Capanema indicou possíveis problemas que poderiam advir da entrega a particulares de uma atividade considerada estratégica como o fabrico do ferro:

Finalmente, uma companhia só se deveria organizar, se, para restabelecer a fábrica, fosse preciso um capital elevado, essa hipóteses não se dá, porque com menos de 100 contos fazem-se todas as despesas. Seria então antes preferível o arrendamento a um capitalista. Há, contudo, nisso um obstáculo, ele [capitalista] teria de marcar o preço ao produto; e [...] **cedo estaria o governo pagando por elevadíssimo preço a artilharia, o armamento e as chapas de encouraçar de que precisa para ir com vagar revestindo as suas fortificações.**²⁰ [grifos meus].

Portanto, ao ressaltar a importância estratégica que o estabelecimento poderia adquirir e as eventuais dificuldades que afligiriam o Estado caso a companhia fosse entregue à iniciativa privada, o relatório Capanema foi fundamental para a reabilitação da fábrica, especialmente por influenciar de modo direto D. Pedro II, fazendo declinar a possibilidade de arrendamento de Ipanema. Um dado que indica o interesse do Monarca pela fábrica é a quantidade de visitas feitas por Sua Majestade ao estabelecimento. Em 1846, visitou-a pela primeira vez, repetindo o gesto em 1875, 1878 e 1886.

Outro aspecto importante a ser levado em consideração é que, naquele momento, o Governo Imperial, sobretudo o próprio D. Pedro II, estimulava os estudos mineralógicos no país com a criação, em 1876, da Escola de Minas de Ouro Preto, concebida para ser um centro de excelência no ensino e na pesquisa (CARVALHO, 2002). Não faria sentido criar um centro de formação de engenheiros de minas e, simultaneamente, encerrar as atividades da única siderúrgica de grande porte existente no Império.

Diante da negativa pelo arrendamento e/ou fechamento da fábrica²¹, caberia ao Estado prover meios de tirar Ipanema da difícil situação em que se encontrava. Dessa forma, em 1877, o

¹⁹ Relatório Capanema, 1864. p. 31.

²⁰ Relatório sobre a Fábrica de ferro São João do Ipanema escrito por Guilherme Schuch Capanema. p. 32. BRASIL. Ministério da Guerra. Relatório apresentado à Assembléia Geral Legislativa, 1864. Anexos.

²¹ Cansansão de Sinimbu, ministro da Agricultura, chegou a afirmar na sessão da Câmara dos Deputados, em 31 de março de 1879, que “a fábrica de ferro São João de Ipanema tinha diante de si duas alternativas: ser abandonada, ou melhorada. Abandoná-la seria Realmente uma grande desgraça, porque é um estabelecimento de primeira ordem. Dar-lhe desenvolvimento era o que convinha”.

Governo transferiu o estabelecimento para o ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, que ficou responsável pela companhia até o fim do regime Imperial.

Logo nos primeiros anos após a transferência, entre 1878 e 1879, não houve melhoras significativas. No ano de 1878, por exemplo, os avanços em relação à fábrica ficaram restritos a estudos com o objetivo de encontrar uma melhor forma de utilizar o estabelecimento. Além do já citado engenheiro Niemeyer, o próprio ministro da Agricultura, Comércio e Obras públicas, José Lins Vieira Cansansão de Sinimbú, esteve em Sorocaba a fim de, após ouvir o diretor Mursa, encontrar soluções adequadas para o estabelecimento. Durante esse período de estudos, em 1878, houve atraso no repasse de verbas para o custeio da fábrica, obrigando o cel. Mursa a suspender, temporariamente, a fundição de ferro²².

O conhecimento adquirido com os estudos iniciais empreendidos pelo ministério da Agricultura se evidenciou nas discussões orçamentárias para o ano fiscal 1879-1880. Ao defender a elevação da verba para a fábrica Ipanema, de cerca de 91 para 176 contos de réis, o ministro Sinimbú, fazendo uma análise dos principais problemas que impediam que os produtos da fábrica de Sorocaba chegassem com vantagem ao mercado, revelou que seu ministério pretendia fazer de Ipanema o principal fornecedor das oficinas da estrada de ferro D. Pedro II²³. O sucessor de Sinimbú na pasta da Agricultura, Pádua Fleury, levou adiante esse projeto, defendendo, na sessão da Câmara em 12 de julho de 1882, um novo aumento no repasse para Ipanema. A lei nº 3140, de 30 de outubro de 1882, que definiu o orçamento Imperial para os anos fiscais de 1882 e 1883, estipulou para a fábrica a verba anual de 312 contos de réis, a maior de sua história. Nos demais anos, até o fim da monarquia, o repasse para Ipanema continuou elevado, sempre em torno dos 200 contos anuais.

Durante os últimos anos do Império, a fábrica produziu para diversas ferrovias estatais, como a D. Pedro II, a E.F. do Baturité, no Ceará, e a E.F. Porto Alegre a Uruguaiana. Fabricou também ferro para os arsenais da Corte, fios de telégrafos, além de fornecer equipamentos agrícolas a particulares, como despoldadores de café, máquinas de serrar e equipamentos para a fabricação de açúcar. Entretanto, mesmo reaparelhada e com a maior produção de sua história, Ipanema encontrava graves embaraços por conta do preço dos fretes ferroviários e, principalmente, pela ausência de uma estrutura comercial que lhe permitisse colocar seus produtos com vantagem no mercado. Prova disso é a produção do ano de 1889, estimada em 183

²² Comunicado enviado pela fábrica de ferro São João de Ipanema ao ministério da Agricultura, Comércio e Obras públicas, 18/02/1878. APESP. Manuscritos sobre a fábrica de ferro São João do Ipanema. Caixa 5. Ordem 5217.

²³ BRASIL. Anais da Câmara dos Deputados. Sessão de 31 de março de 1879. p. 282. Disponível em: <http://imagem.camara.gov.br/dc_20b.asp?selCodColecaoCsv=A&DataIn=31/3/1879> Acesso em: 30. jun. 2008.

contos. Desse total, porém, apenas foram vendidos a particulares ou entregues ao Estado cerca de 86 contos de réis, concluindo seu diretor que “não é a qualidade nem o preço dos produtos que embaraçam sua saída, são as condições comerciais que faltam ao estabelecimento para livremente entrar na via industrial”²⁴.

Embora não concluída, a pesquisa já permite algumas considerações. A primeira é que a reativação e a manutenção da fábrica durante o Segundo Reinado ocorreu em duas bases. De um lado, por uma opção estratégica, que acreditava (provavelmente influenciada pela Guerra contra o Paraguai) que o Estado precisava ter garantido o fornecimento de ferro caso algum problema externo viesse a ocorrer e dificultasse a importação. Essa postura foi defendida por Capanema, em 1863, e pelo cel. Mursa, aparecendo, também, em algumas discussões sobre Ipanema na Câmara dos Deputados.

O outro argumento, e talvez o mais importante, era político, uma vez que D. Pedro II, influenciado pelos estudos de Capanema, passou a dedicar maior interesse à companhia, o que pode ser notado pela quantidade de visitas que fez ao estabelecimento, quatro no total, e pela negativa em arrendar a fábrica, mesmo diante de uma proposta bem elaborada, como a feita por André Rebouças, em 1870.

A segunda é que a transferência para o ministério da Agricultura, em 1878, ocorreu face ao pouco uso que o ministério da Guerra fazia da fábrica, dando preferência ao ferro importado da Inglaterra.

A terceira é que, com a transferência, foram feitos investimentos elevados em Ipanema, em especial, na década de 1880. Tais ações seguiram um plano estabelecido pelo Governo, que naquele período dava atenção ao desenvolvimento da siderurgia no país com a criação da Escola de Minas de Ouro Preto (1876), e pretendia fazer da companhia um importante fornecedor de ferro para as obras estatais. Esse projeto superou outras possibilidades cogitadas no período, como a venda ou arrendamento da fábrica. Era consensual, como citava o Visconde de Paranaguá, em 1882, que não estimular o crescimento de empresas que pudessem ser de reconhecida utilidade pública seria colocar um “*cravo na roda do progresso*”²⁵.

A quarta é que não foi a imperícia de seu administrador ou o desinteresse do Estado que ditaram o insucesso de Ipanema no período estudado, e sim dificuldades mais amplas da economia brasileira naquele período, como o elevado custo dos transportes, a ausência de um

²⁴ Relatório sobre a fábrica de ferro São João do Ipanema, 1888. p. 8. BRASIL. Ministério da Guerra. Relatório apresentado a Assembléia Geral Legislativa, 1889. Anexos.

²⁵ BRASIL. Anais da Câmara dos Deputados. Sessão de 3 de agosto de 1882. p. 314. Disponível em: <http://imagem.camara.gov.br/dc_20b.asp?selCodColecaoCsv=A&DataIn=3/8/1882> Acesso em 30 jun. 2008.

amplo mercado consumidor e, principalmente, a inexistência de uma estrutura comercial adequada, que permitisse à fábrica vender a prazo e concorrer em pé de igualdade com os produtos similares importados.

Referências Bibliográficas

BANDEIRA, L.A.M. **O expansionismo brasileiro e a formação dos estados na bacia do Prata: da colonização à guerra da tríplice aliança**. 2ª ed. São Paulo: Ensaio/editora da Universidade de Brasília, 1998.

BRASIL.Ministério da Guerra. Relatório apresentado à Assembléia Geral Legislativa, 1860. p.20

_____. **Carta Régia de 4 de dezembro de 1810**. Manda fundar um estabelecimento montanístico em Sorocaba. Coleção das Leis do Brasil de 1810. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1891. p. 247.

_____. **Anais da Câmara dos Deputados**. Sessão de 16 de junho de 1859. p. 151. Disponível em <http://imagem.camara.gov.br/dc_20b.asp?selCodColecaoCsv=A&Datain=16/6/1859>. Acesso em: 30 jun. 2008.

_____. **Anais da Câmara dos Deputados**. Sessão de 19 de junho de 1877. Disponível em <http://imagem.camara.gov.br/dc_20b.asp?selCodColecaoCsv=A&Datain=19/6/1877> Acesso em: 30. jun. 2008.

_____. **Anais da Câmara dos Deputados**. Sessão de 31 de março de 1879. p. 282. Disponível em: < http://imagem.camara.gov.br/dc_20b.asp?selCodColecaoCsv=A&Datain=31/3/1879> Acesso em: 30. jun. 2008.

_____. **Anais da Câmara dos Deputados**. Sessão de 3 de agosto de 1882. p. 314. Disponível em: <http://imagem.camara.gov.br/dc_20b.asp?selCodColecaoCsv=A&Datain=3/8/1882> Acesso em 30 jun. 2008.

DANIELI NETO, Mario. **Escravidão e indústria**: um estudo sobre a fábrica de ferro São João do Ipanema – Sorocaba (SP) – 1785 – 1895. 2006 Tese (Doutorado) - Instituto de Economia Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

GOMES, Francisco Magalhães. **História da siderurgia no Brasil**. Belo Horizonte: Itatiaia/São Paulo: Edusp, 1983.

LIBBY, Douglas Cole. **Transformação e trabalho em uma economia escravista**: Minas Gerais no século XIX. São Paulo: Brasiliense, 1988.

NOVAIS, Fernando A. **Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial**. São Paulo: Hucitec, 1979.

Ofício ao Ministério da Guerra, 5 fev. 1858. Arquivo Público do Estado de São Paulo (APESP). Manuscritos sobre a fábrica de ferro São João do Ipanema. Caixa 4. Ordem 5216.

Relatório da fábrica de ferro São João de Ipanema, 1836. BRASIL. Ministério da Guerra. Relatório apresentado a Assembléia Geral Legislativa, 1836. Anexos.

Relatório sobre a Fábrica de ferro São João do Ipanema escrito por Guilherme Schuch Capanema. p. 4. BRASIL. Ministério da Guerra. Relatório apresentado à Assembléia Geral Legislativa, 1864. Anexos.

Relatório sobre a fábrica de ferro São João do Ipanema, p. 11. BRASIL. Ministério da Guerra. Relatório apresentado à Assembléia Geral Legislativa, 1875. Anexos.

Relatório sobre a fábrica de ferro São João do Ipanema, escrito pelo engenheiro Carlos Conrado Niemeyer, p.14. BRASIL. Ministério da Guerra. Relatório apresentado a Assembléia Geral Legislativa, 1878. Anexos.

Relatório sobre a fábrica de ferro São João do Ipanema, 1888. p. 8. *In*: BRASIL. Ministério da Guerra. Relatório apresentado a Assembléia Geral Legislativa, 1889. Anexos.

SAES, F.M. **As ferrovias de São Paulo. 1870-1900**. São Paulo: Hucitec, 1981.

SALAZAR, José Monteiro. **O esconderijo do sol**. Brasília: Ministério da Agricultura, 1982.

TRINDADE, Alex; REBOUÇAS, André. **Da engenharia civil à engenharia social**.

VARELA, Alex Gonçalves. **Atividades científicas na “bela e bárbara” Capitania de São Paulo (1796-1823)**. 2005. Tese (Doutorado). Instituto de Geociências, Universidade de Campinas, Campinas.

VAZ, B.B. **Aspectos “logísticos” da Guerra do Paraguai – 1864-1870: algumas considerações**. Trabalho apresentado no I Encontro Nacional da Associação Brasileira de Estudos de Defesa (ABED), em Setembro de 2007, no Campus da Universidade Federal de São Carlos – Ufscar. Texto disponível em: <<http://www.arqanalagoa.ufscar.br/abed/Integra/Braz%20Batista%20Vas,%2012-08-07.pdf>>. Acesso em 11. fev. 2008.

ZALUAR, Augusto-Emilio. **Peregrinação pela província de São Paulo: 1860-1861**. São Paulo: Martins, 1953.

Bibliografia Consultada

BARBOSA, Francisco de A. **D. João VI e a siderurgia no Brasil**, Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1968.

CANABRAVA, Alice Piffer. **O desenvolvimento da cultura do algodão na província de São Paulo (1861-1875)**. São Paulo: [s.n.], 1951.

CANO, Wilson. **Raízes da concentração industrial em São Paulo**. 4.ed. Campinas: EdUNICAMP/IE, 1998.

CARONE, Edgard. **O pensamento industrial no Brasil (1880-1945)**. São Paulo: Difel, 1977.

CARVALHO, José Murilo de. **A Escola de Minas de Ouro Preto: o peso da glória**. 2.ed. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2002.

_____. **A construção da ordem: a elite política imperial**. Teatro das sombras: a política imperial. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

COSTA, Emília Viotti da. **Da senzala à colônia**. 4.ed. São Paulo: Editora da UNESP, 1998.

CHIAVERINI, Vicente. Mineração e siderurgia durante a Colônia e o Império. In: MORAES, José Carlos T. B. (Org). **500 anos de engenharia no Brasil**. São Paulo: Edusp/Imprensa Oficial do Estado, 2005.

DOLHNIKOFF, Miriam. Crescimento econômico em São Paulo no século 19. São Paulo: **D. O. Leitura**, v. 22, n. 1, p. 28-37, FFLCH/USP, 2004.

_____. **O pacto Imperial: origens do federalismo no Brasil**. São Paulo: Globo, 2005.

EISENBERG, Peter L. **Modernização sem mudança: a indústria açucareira em Pernambuco, 1840-1910**. Rio de Janeiro: Paz e Terra/Editora da UNICAMP, 1977.

FELICÍSSIMO JR., Jesuíno. **História da siderurgia de São Paulo, seus personagens, seus feitos**. São Paulo: ABM, 1969.

FIGUEIRA, Divalte Garcia. **Soldados e negociantes na Guerra do Paraguai**. São Paulo: Humanitas, 2001.

FRANCO, Maria Silvia de Carvalho. **Homens livres na ordem escravocrata**. 3.ed. São Paulo: Kairós, 1983. Cap. III.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional, 1964.

GRAHAM, Richard. **Escravidão, reforma e imperialismo**. São Paulo: Perspectiva, 1979.

KLEIN, Herbert S.; LUNA, Francisco Vidal. **Evolução da sociedade e economia escravista de São Paulo, de 1750 a 1850**. São Paulo: EDUSP, 2005.

MAMIGONIAN, Armen. O processo de industrialização em São Paulo. **Boletim paulista de Geografia**, Março de 1976, n° 50, AGB, S.P.

MARTINS, Ana Luiza. **O trabalho nas fazendas de café**. São Paulo: Atual, 1994.

MATTOS, Ilmar Rohloff. **O tempo saquarema**. São Paulo: HUCITEC, 1987.

MATOS, Odilon Nogueira de. **Café e ferrovias**: a evolução ferroviária de São Paulo e o desenvolvimento da cultura cafeeira. Campinas: Pontes, 1990.

MELO, José Evando Vieira de. **O engenho central de Lorena**: modernização açucareira e colonização (1880-1901). 2003. Dissertação (Mestrado em História Econômica) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, São Paulo.

MOTTA, José Flávio. **Corpos escravos, vontades livre**: posse de cativos e família escrava em Bananal (1801-1829). São Paulo: FAPESP/Anablume, 1999.

MOTTA, José Flávio; HIDEIKI Nelson. Cafeicultura e Acumulação. **Estudos Econômicos**, v.24 n.2, p. 253-320, maio-ago 1994.

PETRONE, Maria Thereza S. **A lavoura canavieira em São Paulo**: expansão e declínio (1765-1851). São Paulo: Difel, 1968.

RIBEIRO, Luiz Cláudio M. **Ofício criador: invento e patente de máquina de beneficiar café no Brasil (1870-1910)**. 1995. Dissertação (Mestrado). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, São Paulo, 1995.

SAES, Flávio Azevedo Marques de. **As ferrovias de São Paulo**: 1870-1900. São Paulo: Hucitec, 1981.

SILVA, Ligia Osório. **Terras devolutas e latifúndio**: efeitos da Lei de 1850. São Paulo: Editora da Unicamp, 1996.

SILVA, Sérgio. **Expansão cafeeira e origens da indústria no Brasil**. 7.ed. São Paulo: Alfa-Ômega, 1986.

SILVEIRA, Rogério M. **A importância geoeconômica das estradas de ferro no Brasil**. 2003 Tese (Doutorado) - Presidente Prudente: [s.n.].

SOARES, Alcides Ribeiro. **Um século de economia açucareira (evolução da moderna agroindústria do açúcar em São Paulo, de 1877 a 1970)**. São Paulo: Clíper Editora, 2001.

SOARES, Luiz Carlos. A indústria na sociedade escravista: as origens do crescimento manufatureiro na região Fluminense em meados do século XIX (1840-1860). In: LAPA, José Roberto do Amaral; SZMRECSÁNYI, Tamás. **História econômica da Independência e do Império**. 2.ed. São Paulo: EDUSP/Imprensa Oficial, 2002.

SOUKEF JUNIOR, Antonio. Trilhos e trens. In: CAMARGO, Ana Maria de. (Org.) **São Paulo, uma longa história**. São Paulo: CIEE, 2004.

SOUZA, Jonas Soares de. **Uma empresa pioneira em São Paulo**: o engenho central de Porto Feliz. São Paulo: Museu Paulista/Usf, 1978.

STEIN, Stanley J. **Grandeza e decadência do café no Vale do Paraíba**. São Paulo: Brasiliense, 1961.

WARREN, Dean. **A industrialização de São Paulo**. São Paulo: Difel, 1971.

CAMINHOS DE FERNANDO MORAIS: UM JORNALISTA LITERATO QUE REIVINDICA O SOCIALISMO¹

Matheus de Mesquita e Pontes²

“O Brasil é um país atrasado, é um país de analfabetos, não é um país de gente progressista, avançada”.

(Fernando Moraes, em entrevista para revista *Preá*, do Rio Grande do Norte, 2005)

A história da República brasileira é marcada por governos ditatoriais que repreenderam seus opositores para legitimar, a todo custo, seu poder. Após dezenove anos do fim do regime ditatorial do Estado Novo, instaurou-se no país um Regime Militar que duraria cerca de vinte anos, entre 1964 e 1984, fruto de um novo Golpe de Estado impulsionado pela elite nacional. E é nesse contexto, de um novo regime ditatorial, que se principia a carreira literária do escritor Fernando Moraes.

Moraes é mineiro de Mariana. Possui livros traduzidos e publicados em cerca de vinte países e teve sua carreira literária e política principiada e desenvolvida através do jornalismo. No campo político, foi eleito, em 1978, Deputado Estadual por São Paulo, pelo Movimento Democrático Brasileiro (MDB), partido frentista que aglutinava os opositores ao regime. Em 1982, com a reorganização partidária no país³, Moraes é reeleito para o cargo pela mesma agremiação.

Nas eleições para a Constituinte de 1986, o escritor, novamente, é candidato, não conseguindo se eleger no pleito. Com o PMDB governando o Estado paulista, Moraes se tornou Secretário da Cultura, entre os anos de 1988 e 1991, e Secretário da Educação, de 1991 a 1993. Em 2002, o escritor iniciou sua campanha para Governador do Estado de São Paulo, mas desistiu por desavenças com o candidato ao Senado e presidente do PMDB paulista, Orestes Quércia. Em contrapartida, militou a favor da eleição presidencial de Luis Inácio Lula da Silva, que ocorreu naquele mesmo ano (MORAIS, 2007a).

¹ Este texto é parte da dissertação de mestrado intitulada **Luiz Carlos Prestes e Olga Benário: construções identitárias através da História e Literatura**, sob a orientação da Dra. Jacy Alves de Seixas.

² Mestre em História Social pela Universidade Federal de Uberlândia. Professor substituto de História do Brasil IV e V na Universidade do Mato Grosso, campus de Cáceres.

³ Desde o AI-5, instaurado em 1968, até 1982, no Brasil era permitido o funcionamento apenas de dois partidos institucionalizados, a ARENA (situação) e o MDB (oposição).

Quanto à sua vida literária, Moraes já escreveu cerca de sete livros e deve lançar, neste próximo período, a partir de 2007, mais três⁴. Seus livros, em grande maioria, são biográficos ou de cunho jornalístico. Em 2003, disputou uma vaga na Academia Brasileira de Letras contra Marco Maciel, ex-vice Presidente da República no governo de Fernando Henrique Cardoso e foi derrotado. Tal pleito demonstrou uma clara disputa entre um literato de “*perfil de esquerda*” contra outro de “*direita*”. Recentemente, em 2005, Moraes foi vítima de uma ação judicial movida pelo Deputado Ronaldo Caiado⁵, do Partido da Frente Liberal (PFL) - atual Democratas. Essa ação desencadeou o recolhimento de todas as edições do livro *Na toca dos leões*, que conta a trajetória da empresa de publicidade W/Brasil e no qual consta uma declaração de Caiado, quando candidato a Presidência da República, em 1989, de que, sendo eleito, mandaria esterilizar todas as mulheres nordestinas.

Seu primeiro grande trabalho foi uma série de reportagens sobre a construção da Rodovia Transamazônica, no norte do Brasil, em 1970. Com esse trabalho, Moraes ganhou o “Prêmio Esso de Jornalismo”, além de garantir sua edição em livro pela editora Brasiliense, em parceria com outros dois jornalistas com quem trabalhou junto na mesma matéria⁶. Seu próximo livro, *A ilha: um repórter brasileiro no país de Fidel Castro*, segue a linha jornalística do anterior e aborda diversos temas da vida política, econômica, social e cultural de Cuba.

A ilha, lançado em 1975, segundo Antonio Callado, no prefácio escrito para a primeira edição do livro, é uma série de reportagens que Moraes fez por conta própria, sem que estivesse incumbido por algum jornal ou revista (1981, p.19). Mas, em 1977, o escritor, trabalhando para a revista VEJA, retorna a Cuba e consegue uma entrevista com Fidel Castro, líder da revolução cubana, que é anexada ao livro, em suas próximas edições, como a principal reportagem: “A seguir, o resultado dessa entrevista, feita com exclusividade para a revista VEJA em junho de 1977...” (MORAIS, 1981, p.187).

Em nenhuma parte do livro *A ilha*, Moraes demonstra ser hostil ao novo regime instalado na América Caribenha. Pelo contrário, ele demonstra ser

⁴ As biografias de Paulo Coelho, Antônio Carlos Magalhães e José Dirceu - ou a história do grupo guerrilheiro que Dirceu fez parte, Aliança de Libertação Nacional (ALN).

⁵ Ronaldo Caiado, nos anos 1980, foi fundador da União Democrática Ruralista (UDR), entidade que surgiu para fazer contrapartida ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Caiado é de família tradicional do estado de Goiás, sendo por diversas vezes eleito Deputado Federal, incluindo essa legislatura, de 2006 a 2010. O parlamentar é um dos fortes líderes da bancada ruralista no Congresso Nacional.

⁶ Os jornalistas são Ricardo Gontijo e Alfredo Rizutti.

simpatizante, destacando dados no avanço da saúde, educação, moradia, reforma agrária, democracia e, inclusive, da imprensa⁷. Certamente, sua postura profissional e política de apontar positivamente os desdobramentos da Revolução Cubana lhe garantiram os dois mandatos parlamentares como opositor ao Regime Militar.

O livro *Olga*, lançado em 1984, foi o primeiro livro do escritor que não teve o intuito jornalístico, apesar de o escritor frisar que suas metodologias de pesquisa e escrita, incluindo a questão da imparcialidade e da verdade, eram tão rígidas como as de um honesto jornalista (MORAIS, 2004, p. 9-15). A obra é de cunho biográfico, mas vai além da abordagem da vida de sua protagonista Olga Benário. O texto descreve as barbaridades/torturas sofridas pelos emissários da III IC no Brasil, na prisão, durante a ditadura do Estado Novo. O livro se assemelha a *O cavaleiro da esperança*, de Jorge Amado, sendo que a principal diferença de escrita entre os escritores está no tom apaixonado com que os biografados são tratados. Amado deseja que o leitor odeie o opressor e ame Prestes e seus companheiros, ao passo que Moraes resgata uma história triste e próxima da vida política brasileira, repudia os opressores e deseja construir um lugar de memória a Olga e seus companheiros.

Justificando suas primeiras produções - *Transamazônica* a *Olga* - que tratam de assuntos e personagens polêmicos para a época, Moraes alega que “a ditadura estava acabando, portanto, estava surgindo no país uma geração que não tinha ouvido falar de nada, absolutamente nada”(MORAIS, 2007b). O escritor é um inimigo declarado dos militares.

Entre a publicação dos livros *A ilha*, em 1975 e *Olga*, em 1984, Moraes, enquanto legislador, move uma Ação Popular contra o Estado brasileiro para impedir a construção de usinas nucleares no Estado de São Paulo. Esse ato jurídico, juntamente com pareceres de pesquisadores de diversas áreas e um discurso pronunciado na Assembléia Legislativa paulista, resultou em um pequeno livro, denominado *Não às usinas nucleares* (1980). O discurso pronunciado em vinte seis de agosto de 1980 recebeu o exótico título de “Fliperama Macabro”, e não poupou críticas ao projeto nuclear - Empresas Nucleares Brasileiras S/A (NUCLEBRÁS) - e aos militares:

⁷ Em relação à imprensa, Moraes (1981, p. 75) inicia o tópico frisando a declaração de um jornalista cubano que ele não cita o nome: “Liberdade é apenas um eufemismo burguês. Só um idiota não é capaz de ver que a imprensa está sempre a serviço de quem detém o poder. E aqui em Cuba quem detém o poder é o proletariado”. Moraes vai além e afirma que a imprensa cubana foi o único setor da vida cubana que não precisou ser estatizado, pois a elite que detinha os meios de comunicação fugiu do país depois da proclamação do caráter socialista da Revolução Cubana.

Remeto vossas excelências ao princípio normativo do golpe militar de primeiro de abril porque o assunto de que vou tratar hoje, a questão da energia nuclear, está impregnado desta percepção aberrante do seja o poder e de como ele deva ser exercido. É evidente que a noção militar de poder sempre esteve, ao longo destes anos, emboscada em todo e qualquer ato da ditadura. Seu rosto arrogante deformou as estruturas institucionais, políticas, econômicas e culturais da Nação, arrastando-a à situação em que se encontra hoje [...] Do mesmo modo que se brincou com a fome dos brasileiros desde 1964 pela via de um modelo econômico explorador a serviço de países estrangeiros, brinca-se agora com a vida de seres humanos. O povo e seus representantes nunca se cansaram de exercitar a sua oposição a um poder que não elegeram nas urnas; nunca deixaram de gritar, nos parlamentos, nas portas das fábricas, nas prisões, contra os atos deste poder destituído de legitimidade. (MORAIS, 1980, p.5-6).

Seu primeiro livro, *Transamazônica*, segue a linha semelhante das denúncias proferidas ao projeto nuclear. Uma obra faraônica. Uma estrada que liga o nada ao nada. Moraes e os demais companheiros repórteres enfocam a miséria das regiões percorridas pela estrada - Norte e Nordeste -, demonstrando que o empreendimento não é um investimento essencial àquelas regiões, criticando, assim, a falta de saúde, moradia, educação, saneamento básico, etc. Nesse sentido, pode-se afirmar que o escritor, além de ser um opositor à ditadura, era um ferrenho crítico aos grandes projetos impulsionados pelos governos militares.

Pode-se deduzir que os livros *A ilha* e *Olga* também possuíam o intuito de denunciar os militares. O primeiro comparava o novo regime instalado em Cuba e a situação brasileira e o segundo buscava assemelhar as barbaridades cometidas durante a Era Vargas àquelas da Era dos Militares. Certamente, essa dedução possível não é tão visível para o leitor atual, mas é muito plausível para o leitor das décadas de 1970 e 1980. O escritor não faz uma comparação direta entre Cuba e Brasil, Vargas e Militares, sendo a suposição exposta sustentada nas possíveis imaginações e perspectivas dos leitores na época de contato com o livro.

Olga é o livro mais conhecido e vendido de Moraes. Em 2004, a obra serviu para dar origem ao filme de Jayme Monjardim, também intitulado *Olga*. Mesmo sendo lançado após vinte anos da primeira edição de *Olga*, o filme contribuiu para que a biografia fosse um dos livros mais lidos no princípio do século XXI no Brasil.

Obviamente existem diferenças entre os principais eixos apontados do livro do cinema. No livro, Olga é apontada como militante disciplinada que, pelo acaso do destino, apaixona-se por Prestes. As torturas na prisão possuem o enfoque de denúncia a Vargas, considerado como um *lacaio dos alemães nazistas* e um dos

principais funcionários do seu Governo, o Chefe de Polícia Filinto Müller, é colocado como um cruel fascista. Moraes não se preocupou em descrever somente os sofrimentos de Olga; ele frisa bastante as torturas cometidas contra os membros da III Internacional Comunista (IC), em especial, o casal alemão, os Ewert. Nesse ponto, Moraes segue a mesma linha de Amado em relação à biografia de Prestes. Quanto ao filme, percebemos que o enfoque central é o romance de Olga com Prestes e o drama da separação após a prisão de ambos. Nesse sentido, Vargas se torna um vilão secundário frente ao nazismo e os sofrimentos e as torturas sofridos pelos emissários da III IC constituíram apenas partes de adorno no enredo do filme.

As explicações para diferenças de enfoque entre o livro e o filme, já que o segundo se baseia no primeiro, podem ser encontradas no momento vivido em 2004, véspera do aniversário dos sessenta anos do fim da Segunda Guerra Mundial, além de ser um período de conflitos bélicos, como a Guerra do Afeganistão, a do Iraque e a questão da Palestina. Perante tal situação, é compreensível a importância dada ao fato de Olga ser judia, colocando-se em segundo plano a questão dela ser uma militante comunista.

O filme também minimiza as atrocidades da Ditadura Vargas, repassando a ideia de que comunismo e fascismo são ideias europeias indiferentes à vida e à cultura do povo brasileiro. Mas o filme é uma produção da Globo Filmes⁸, empresa pertencente ao grupo Rede Globo de Televisão e teve um dos maiores orçamentos já vistos no cinema brasileiro. Por assim, é importante ver que não seria interessante para a empresa ficar frisando a matriz comunista da personagem protagonista do filme.

Para findar, é importante colocar que Moraes é um escritor contraditório. Após sua campanha implacável contra a Ditadura Militar nos anos 1970 e 1980, utilizando a escrita como arma, o literato aposta na construção de biografias de personagens ligados à elite nacional e às Forças Armadas, como Assis Chateaubriand (*Chatô, o rei do Brasil*, 1994) e Antonio Carlos Magalhães (a ser publicada); do militar Casimiro Montenegro Filho, fundador do Instituto Tecnológico da Aeronáutica (*Montenegro, as aventuras do Marechal que fez a revolução nos céus do Brasil*, 2006) e dos bem sucedidos publicitários Washington Olivetto, Javier L. Llussá e Gabriel

⁸ Logo após o lançamento da edição americana do livro **Olga**, os direitos de filmagem da biografia foram adquiridos por um estúdio de Hollywood, quando se chegou a especular que Al Pacino faria o papel de Prestes. Mas o projeto não foi à frente, terminando o filme nas mãos da Globo Filmes.

Zellmeister, fundadores da milionária agência de publicidade W/Brasil (*Na toca dos leões*, 2006).

A contradição em relação à escolha do perfil de seus personagens biografados também pode ser percebida na sua vida política de Moraes. Pediu voto para Lula nas eleições de 2002 e também em sua reeleição em 2006, mas já havia se decepcionado com o Presidente desde o primeiro mandato. Odeia o modelo capitalista e *seu representante*, do ex-presidente dos Estados Unidos, George W. Bush. Faz juras de amor a Cuba e a Venezuela, tem o socialismo como sua maior utopia (MORAIS, 2005), mas depõe na Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), do Congresso Nacional, a favor de José Dirceu, ex-Ministro da Casa Civil, envolvido em um caso claro de corrupção e formação de quadrilha no denominado “esquema do mensalão”, referente à compra de votos de parlamentares no Congresso Nacional (Câmara dos Deputados, setembro 2005). Na prática, Moraes é um escritor de difícil análise, seja na sua vida literária, seja na política. Seu engajamento na escrita parece variar conforme seu humor político e o lucro que pode obter com seus livros.

Referências Bibliográficas

Câmara dos Deputados. **Tomada de Depoimento de Fernando Gomes de Moraes**. Conselho de Ética e Decoro Parlamentar. Processo nº 1373/03, em 14 de setembro de 2005.

Entrevista com Fernando Moraes. Disponível em:

<http://www.cosmo.com.br/especial/cosmo_especial/conteudo/011205_especial01.shrm

> Acesso em: 10. ago. 2007a.

Entrevista com Fernando Moraes. Disponível em: <<http://www.pritatininga.org/artigos2005/74/fernandomorias-bafafa.html>> Acesso em: 10. ago. 2007b.

Entrevista com Fernando Moraes. Disponível em: <www.sescsp.org.br/sesc/revistas/revistas_link.cfm?Edicao_Id=184&Artigo_ID=2800&IDCategoria=2873&reftype=2> Acesso em: 10. ago. 2007c.

MORAIS, Fernando. **A ilha**: um repórter brasileiro no país de Fidel Castro. São Paulo: Editora Alfa-Omega, 1981.

_____. GONTIJO, Ricardo; RIZUTTI, Alfredo. **Transamazônica**. São Paulo: Brasiliense, s/d.

MORAIS, Fernando. **Na toca dos leões**. São Paulo: Planeta, 2005.

_____. **Não às usinas nucleares**. São Paulo: Alfa-Omega, 1980.

AS MULHERES NO SÉCULO XIX E A PARTICIPAÇÃO NA CONSTRUÇÃO DAS REPRESENTAÇÕES ACERCA DO “SEXO FRÁGIL”

Quelce dos Santos Yamashita (Mestranda – UFMT)

Profª Drª Maria Adenir Peraro - UFMT

A elaboração deste artigo está marcada por discussões acerca da construção da *representação* da inferioridade feminina e a origem dessa imagem. Para tanto, devemos compreender a *participação* feminina nesta construção - ou sua comodidade. As representações da inferioridade feminina, incansavelmente repetidas, não são arbitrariamente impostas pelos homens: “a construção da identidade feminina enraíza-se na interiorização, pelas mulheres, de normas enunciadas pelos discursos masculinos” (CHARTIER, 2002, p. 95). Este autor continua afirmando que esta é “uma história das relações simbólicas de força, uma história da aceitação ou da rejeição pelos dominados dos princípios inculcados, das identidades impostas que visam a assegurar e perpetuar seu assujeitamento” (CHARTIER, 2002, p. 95).

Para efetuar tal análise, utilizaremos aqui a discussão de Chartier acerca da *apropriação* da representação feminina em favor dos dominados:

Mas uma tal incorporação da dominação não exclui, longe disso, possíveis variações e manipulações que, pela apropriação feminina de modelos e de normas masculinas, transformam em instrumento de resistência e em afirmação de identidade as representações forjadas para garantir a dependência e a submissão (CHARTIER, 2002, p. 96).

A história das mulheres, assim também como a da família, está intrinsecamente ligada às questões religiosas. Antonio Manuel Hespanha aponta como os direitos e deveres da mulher, juridicamente, foram construídos utilizando preceitos bíblicos:

tudo o que se relaciona com mulheres - desde os provérbios e as representações literárias até as normas jurídicas e aos preceitos morais - constitui um universo sem surpresas, pois cada detalhe é imediatamente referível a uma idéia força, freqüentemente ligada a um lugar textual bem conhecido, como o relato bíblico da Criação (HESPANHA, www.fd.unl.pt/docentes_docs/ma/amh_MA_4801.doc).

Portanto, em uma sociedade com raízes profundamente católicas, que até início do século XIX contava com um aparelho ostensivo de repressão, a Inquisição, essas

representações, aparentemente, eram aceitas sem grandes questionamentos, inclusive, pelas próprias mulheres.

Definida psicológica e sociologicamente pelo mundo, a mulher é também definida pelo enigma de seu peculiar ser. “Parceira sexual do homem, mãe de seus filhos, colaboradora social, será apenas isso?”, questiona Paul Evdokimov (1986, p. 23). Não existirá uma conexão ao mundo soberanamente inato e incontestável, que discorre do mistério exclusivamente feminino? Se ao homem é inerente a força, a mulher está muitas vezes ligada ao intelecto.

Padre Antonio Vieira justificava a submissão feminina ao pecado original, à Eva pecadora, causa de todos os males, da qual todas as mulheres herdaram a condenação divina (ARAÚJO, 1997, p. 193). Simone de Beauvoir não aceita este misticismo, ou simbolismo que se encontra em uma imensa literatura acerca da mulher e também nas obras de poetas (BEAUVOIR, 1949). Para ela, tudo está contido nesse mundo e o homem nada mais é do que aquilo que faz, toda transcendência estaria dentro dos limites deste mundo.

No livro *A mulher e a salvação do mundo*, Evdokimov questiona a tese de Beauvoir, “livro notável pela sua sinceridade e por algumas teses veementes, mas falseado em seu conjunto” (EVDOKIMOV, 1986, p. 24); sua maior crítica está relacionada ao fato da recusa categórica sobre “qualquer interioridade verdadeira na qual Deus é mais íntimo ao homem do que o próprio homem e toda essência que, anteriormente à existência histórica, define e delimita o ser humano” (EVDOKIMOV, 1986, p. 24).

Duas questões nos instigaram nesta obra de Evdokimov. Primeiro, seu questionamento sobre a imensa literatura a respeito da mulher como tal e a inexistência de obras acerca do homem *enquanto masculino*. Ele aponta para o fato do homem, assim como a mulher, não ser uma *espécie natural*, mas *idéia histórica*; sendo assim, *o homem* também merece um estudo de sua construção. O segundo questionamento se relaciona com a submissão feminina. Para ele, não se trata de uma submissão pura e simples, ou seja, toda mulher é um *ser fraco*, portanto, submissa ao homem, *ser forte*. Ele se baseia no pensamento de São Paulo; neste, a mulher é submissa ao seu marido, “como a Igreja o é a Cristo” (EVDOKIMOV, 1986, p. 20). Somente frente a essa representação a mulher estaria então submissa ao homem. Assim sendo, as argumentações de Hespanha, quanto à submissão da mulher perante a lei, perderia seu significado e seu sentido, pois não legitima mais a inferioridade jurídica da mulher, pois sua inferioridade está relacionada a uma especificação eclesial.

Contrariamente à teoria de pecaminosidade da mulher, ser fraco e, portanto necessitado de proteção e de um guia, o puritanismo na Inglaterra, nos séculos XVIII e XIX, fase de construção da sociedade moderna, distancia-se da Idade Clássica e da Alta Idade Média, em que *as mulheres eram mais luxuriosas do que os homens*. Segundo Edmund Leites (1987), na Inglaterra, por volta do século XVIII, houve uma inversão de valores: as mulheres se tornam um emblema da moralidade, ou seja, enquanto o homem é dotado de uma animalidade, a mulher é dotada de uma constância moral, portanto, superior ao homem. Cabia às mulheres serem verdadeiramente puras na sua conduta e no sentimento, enquanto aos homens, embora devessem atingir a moralidade, era permitido “serem mais luxuriosos, podiam errar mais” (LEITES, 1987, p. 35).

O homem detinha a força, o vigor, a energia, a vontade de dominar e comandar, portanto, era superior a mulher; porém, como detinha também uma virilidade amoral, era também inferior. Portanto, Leites diz que “a superioridade física dos homens [...] implica seu complemento, a superioridade espiritual da mulher” (LEITES, 1987, p. 175). Entretanto, vejamos que perante a sociedade puritana, embora a mulher fosse o complemento do homem, isso não alterou a sujeição feminina; cabia a ela uma preocupação com a ética moral do marido e da família, porém, cabia a ele o comando familiar, jurídico e principalmente econômico.

A divisão de tarefas entre os sexos dentro do casamento, portanto, era clara; nas mãos dos homens se achavam o poder das decisões, era ele o provedor e protetor da família, ou seja, da mulher e dos filhos. Essa posição era reforçada e justificada biologicamente pela fragilidade física da mulher. Cabia à mulher o bom desempenho doméstico, a assistência moral à família e, como diz Samara, “ambos preenchiam papéis de igual importância, mas desiguais no teor da responsabilidade” (SAMARA, 1989, p. 107).

Embora a divisão de tarefas esteja presente nas várias sociedades analisadas, Perrot mostra claramente como é que a mulher francesa do século XIX, estando à frente das necessidades domésticas, em tempos de crise, consegue contribuir para o sustento da família e como se mantém vigilante acerca de preços, qualidade e abastecimento, controlando o mercado (PERROT, 1988, p. 189-192).

No artigo *Magia e medicina na Colônia: o corpo feminino*, Del Priori analisa a construção da *representação* da fragilidade feminina pela medicina, baseada na diferenciação

anatômica entre homens e mulheres e o respaldo dado pela Igreja Católica para legitimar essa *representação* (PRIORI, 1997). Assim, devido ao fato da estrutura física feminina ser mais fraca que a masculina, ela estava mais propensa a ser alvo de doenças demoníacas e sua salvação estava na procriação. Esse discurso médico/religioso fomentava as *representações* sobre a mulher como ser submisso ao homem.

Por meio da historiografia não encontramos uma gama muito variada de opções sociais para as mulheres. Além da vida religiosa e dos recolhimentos¹, restava apenas o matrimônio; assim, compreendemos a preocupação dos pais em encaminhareм suas filhas para bons casamentos, pois destes dependiam basicamente o futuro e a vida das mesmas.

As mulheres inseridas na sociedade de sua época participam do processo de construção da representação de sua realidade e de sua existência como ser social. A rigor, o historiador lida com *registros e sinais do passado* que chegam até ele por meio das fontes. Assim, assinala Pesavento, ao dizer que “tais traços são indícios que se colocam no lugar do acontecimento, que se substituem a ele” (PESAVENTO, 2008, p. 42); portanto, tornam-se a *representação* de tal acontecimento, já que os mesmos não podem ser revividos. Sendo assim, as mulheres, ao deixarem traços, vestígios de sua época, deixam também entrever a maneira como se representavam. Portanto, ao se representarem sujeitas aos homens, não podemos considerar que era de forma totalmente arbitrária.

Embora as disposições fossem bastante rígidas, encontramos vestígios que se contrapõem à ideia de submissão e docilidade feminina, como regra para a sociedade novecentista. No ano de 1885, em visita pastoral² à região norte mato-grossense, D. Carlos Luiz D’Amour atendia as necessidades espirituais da população, realizando os sacramentos do batismo, da crisma e do matrimônio. Diversos casais que viviam em união ilícita aproveitavam a ocasião para regularizarem sua situação perante a Igreja e a sociedade.

¹ Os recolhimentos eram lugares onde mulheres leigas eram enclausuradas em nome de princípios morais para preservar a castidade e os bons costumes. Tratou-se quase sempre de afastar as mulheres do espaço público, a fim de protegê-las ou puni-las. Para isso, foram fundadas instituições, casas de “recolhimento”, algumas das quais existem hoje, como conventos, para abrigar, ao lado das freiras, mulheres “decaídas”, “esposas em litígio com seus maridos” ou jovens solteiras “à espera do momento adequado para tornarem estado, de acordo com o desejo de seus pais” (ALGRANTI, 1993).

² Segundo Moraes (2003, p.41), “as visitas pastorais foram em Mato Grosso, um dos fortes elementos simbólicos utilizados por D. Carlos para inserir-se no âmbito da sociedade, com vistas à conversão da população. Tais visitas objetivavam ainda tentar impedir o avanço das novas religiões”.

Apesar da realização de vários sacramentos, um pretendido casamento não se efetuou. Ao perguntarem à noiva se este casamento era do seu agrado, a mesma respondeu que não; disse que “se achava constrangida e que não queria se casar, por não ser o noivo de seu agrado e não ter sido consultada por seus pais neste negócio”³. Nesse caso, a autoridade paterna é questionada e a própria igreja se vê constrangida a assumir uma postura mais condizente com o discurso da sociedade moderna. A vontade dos noivos deve ser observada, pois, sendo o matrimônio indissolúvel, era necessário o sentimento recíproco para assegurar a paz e a felicidade doméstica:

Erro grave e sobremaneira reprovável é esse de porem alguns pais a condescendência de suas filhas a tão dura prova, qual a de uma imposição desta ordem, e para um ato tão solene, de tamanha importância e de supremo interesse para a sociedade. Prender-se para sempre e indissolúvelmente a um estado, não é coisa que se faça assim de momento, sem se saber e querer⁴.

São exemplos como esse que nos levam a manter o questionamento feito por Samara acerca da real existência do ideal da passividade feminina (SAMARA, 1989, p. 112). Sabemos, porém, da complexidade que envolve o problema e da dificuldade de estabelecer padrões de moralidade e comportamento para grupos socialmente e etnicamente distintos.

Porém, em muitos casos, as filhas não se opunham à iniciativa dos pais em arranjar-lhes um marido. O pai, como responsável pela filha, deveria tentar assegurar seu futuro através de um bom casamento e encontramos vestígios dessa prática também nos Autos Matrimoniais. Assim afirma Ignácio José de Sampaio: “Declaro que é de minha vontade o casamento de minha filha Escolástica Maria de Sampaio com Celestino Leite Pereira, sendo eu mesmo que o tenho promovido”⁵. Escolástica contava com 16 anos de idade. O pai do contraente também se declara de acordo como a união.

Essa questão do assujeitamento e da passividade da mulher já foi bastante discutida pela historiografia até a década de 1970, como analisa Rachel Soihet (SOIHET, 1997). Havia uma dualidade: de um lado, a mulher oprimida, humilhada, violentada em seus direitos,

³ VISITA PASTORAL. Itinerário da visita pastoral do excelentíssimo e reverendíssimo senhor D. Carlos Luiz d’Amour, Bispo de Cuiabá, às paróquias de sua diocese no ano de 1885. Typ. de Emilio E. S. R. Calhao, 1886, p. 55.

⁴ Visita Pastoral de D. Carlos Luiz D’Amour (1885, p. 56).

⁵ Auto de Habilitação Matrimonial de Celestino Leite Pereira e Escolástica Maria de Sampaio. Cuiabá, 1872 / Caixa 25 / Rolo 18.

enganada, louca; por outro lado, a mulher rebelde, astuciosa, sempre pronta para burlar as proibições e dominações masculinas. Essa dicotomia simplificava a complexidade das relações sociais e a atuação da mulher na sociedade.

Ao analisar os Processos de Premissas impetrados junto ao Juízo Eclesiástico da Câmara e Auditório da Cidade de Cuiabá, verificamos que todos os processos analisados foram deferidos a favor dos justificantes, ou seja, ao aceitar, ou *interiorizar* a dominação social impostas a elas, as mulheres criavam recursos, ou utilizavam a seu favor, os mecanismos que as oprimiam. Seguindo então as análises de Chartier (CHARTIER, 1988), podemos dizer que a *representação* da fragilidade feminina levou a *prática* dos processos em que essa fragilidade se tornou motivo para a obtenção da dispensa do impedimento de consanguinidade.

Nos Processos de Premissas, principal fonte dessa pesquisa, o já citado discurso da representação feminina como ser frágil é facilmente encontrado. Muitos dos Processos de Premissas procuram justificar a necessidade da dispensa do impedimento de consanguinidade, alegando ser a mulher *pobre*, muitas vezes, *órfã* e que por sua *condição de inferior* não pode cuidar de si mesma, necessitando, então, da proteção de um marido.

As afirmações referidas acima podem ser exemplificadas em alguns estudos de casos, como o de Maria Franklina Alves Ribeiro e de Salomão Alves Ribeiro⁶, primos em primeiro grau; ela, viúva e herdeira de vários bens, alega que devido à sua fragilidade precisa de um marido para cuidar dos negócios, pois estes são *incompatíveis a forças e cuidados de uma mulher*.

Essa fragilidade é sustentada também pela medicina, que baseada em um discurso da Igreja, pregava a inferioridade feminina. Essa concepção era antiga, todavia, enquanto em outros países como a França, Inglaterra ou Holanda, no início do século XVII, já estava acontecendo uma verdadeira revolução no campo científico, em Portugal os médicos ainda relacionavam as doenças com castigos divinos. O discurso médico estava inserido no discurso católico, no qual as doenças estavam relacionadas com os pecados cometidos pelo enfermo⁷.

⁶ Auto de Justificação de Premissas de Salomão Alves Ribeiro e Maria Franklina Alves Ribeiro. Cuiabá, 1868 / Caixa 18 / Rolo 11. ACMC – NDIHR.

⁷ Melhor análise sobre a questão encontra-se no artigo da professora Ida Lewkowicz (1993) - As mulheres mineiras e o casamento: estratégias individuais e familiares nos séculos XVIII e XIX.

Vamos lembrar que Portugal mantinha uma relação muito estreita com a Igreja Católica, basta pensarmos o Padroado⁸. Para Del Priore,

Para a maior parte dos médicos, a mulher não se diferenciava do homem apenas por um conjunto de órgãos específicos, mas também por sua natureza e por suas características morais [...] Além do mais, a natureza feminina, contrariamente à masculina, para os mesmos portugueses, era mais vulnerável às injunções do demônio. (PRIORI, 1997, p. 79).

Embora teorias evolucionistas e positivistas estivessem circulando nos meios médicos, principalmente na Europa, na segunda metade do século XIX, a fala científica da medicina portuguesa continuava justificando a diferenciação de funções masculinas e femininas através da anatomia e da fisiologia. Dessa maneira, Matos, ao analisar as representações de gênero no discurso médico em São Paulo diz que

Assim, as características sociais ideais da mulher teriam suas raízes profundas na base biológica. O útero definia a função social e as capacidades e limitações femininas, determinava seu comportamento emocional e moral, produzindo um ser incapaz de raciocínios elaborados, abstrações e atividade intelectual, mais frágil do ponto de vista físico e sedentário por natureza. (MATOS, 2000, p. 84).

É baseado, então, nesses discursos, que os requerentes se utilizavam com frequência dos argumentos relativos à *fragilidade feminina*, para justificarem a dispensa almejada. Dessa maneira, podemos perceber, por meio da proibição dos casamentos entre parentes pela Igreja, que as mulheres utilizavam a *representação* da fragilidade feminina para conseguirem a dispensa do impedimento consanguíneo e burlar as leis eclesiásticas.

A *fragilidade feminina* é bastante explorada, como fica claro no Processo de Premissas de João de Sousa Canavarro e Luiza Francisca de Oliveira, em que alegam “que a oradora nunca foi raptada... e perdendo esta ocasião... não lhe será fácil achar outra... ficando assim sujeita as desgraças a que estão expostas as de seu sexo”⁹.

⁸ O Padroado teve sua origem histórica nas ordens militares organizadas no tempo da Reconquista (séc. XII), as quais eram reconhecidas pelos Papas como propagadoras da fé cristã. Mais tarde, no século XVI, foi unido o poder religioso-militar das ordens com o poder régio. Através deste poder, os monarcas portugueses exerciam simultaneamente o governo civil e religioso (SALGADO, 1985).

⁹ Auto de Justificação de Premissas de João de Sousa Canavarro e Luiza Francisca de Oliveira. Cuiabá, 1857 / Caixa 17 / Rolo 10. ACMC – NDIHR.

A referência a essa fragilidade leva-nos a considerar que, no século XIX, a separação entre o público e o privado também é uma questão sexual. O público está relacionado com o homem e a mulher ao espaço privado, familiar e, acima de tudo, *natural*, embora o homem também participe deste. Essa *representação* é anterior ao século XIX e perpassa através dos tempos no *imaginário*¹⁰ social. Aparentemente as mulheres são excluídas do cenário público, território predominantemente masculino. Segundo Michelle Perrot (1998, p.8), “o lugar das mulheres no espaço público sempre foi problemático, pelo menos no mundo ocidental, o qual, desde a Grécia antiga, pensa mais energicamente a cidadania e constrói a política como o coração da decisão e do poder. E continua:

Essas representações, esses medos atravessam a espessura do tempo e se enraízam num pensamento simbólico da diferença entre os sexos, cujo poder estruturante foi mostrado pelos antropólogos. Mas assumem formas variáveis conforme as épocas, assim como as maneiras de geri-las. (PERROT, 1998, p. 8-9).

Entretanto, tanto em Mato Grosso como em outras regiões brasileiras, percebemos que, muitas vezes, as mulheres ultrapassam essas fronteiras, esses limites e, na maioria das vezes, por necessidade se aproximam da esfera pública. Desde o século XVIII, muitas mulheres viviam à frente de comércios, sendo as verdadeiras *cabeças* de muitas famílias¹¹ na província mato-grossense. Situação semelhante destaca Samara ao analisar a organização das famílias e a participação ativa de uma parcela da população feminina em São Paulo no século XIX, na econômica doméstica, trabalhando em atividades avulsas como doceiras, engomadeiras, cozinheiras, entre outras funções, contribuindo com recursos para a manutenção da família sem, no entanto, esquecer o papel de mãe, mulher e dona-de-casa, (SAMARA, 1989, p. 110).

Podemos perceber a divisão entre o território feminino e masculino, também nos Autos de Justificações de Premissas, tem-se:

¹⁰ Este é um conceito que acompanha a emergência da História Cultural e é entendido por “um sistema de idéias e imagens de representações coletivas que os homens, em todas as épocas, construíram para si”, dando, dessa maneira, sentido ao mundo. Esse conceito é claramente discutido por PESAVENTO (2008).

¹¹ Vejamos a análise de Maria Adenir Peraro (2001, p.124) sobre a questão, lembrando que a consideração diz respeito ao período da Guerra do Paraguai: “Se considerarmos que a prática do recrutamento da população masculina adulta era constante e que, não raramente, os perigos daí advindos ceifavam a vida daqueles homens, podemos inferir a existência de famílias dirigidas por mulheres. Neste sentido, a condição de fronteira e a retirada de homens do interior de suas famílias podem ter forjado uma reorganização de papéis entre homens e mulheres”. Ainda no século XVIII, mulheres escravas e forras são encontradas, com frequência, à frente de vendas, como proprietárias ou administradoras. Para saber mais acerca dessas mulheres, veja MATTOS (2003),

Que este consórcio é vantajoso a oradora, porque casando-se ela com o orador faz a aquisição de um homem suficientemente habilitado para tratar de negócios deixados por seu finado marido, de diferentes ramos, incompatíveis a forças e cuidados de uma mulher, e naquele sentido oferece também vantagem de bem estar não só a oradora como a sua prole.¹²

A fala contida nesse processo mostra que o lugar da mulher não é o universo dos negócios, pois esses são incompatíveis com as *forças e cuidados* de uma mulher, que este é um território masculino, do qual se pretende que a mulher seja excluída. Porém, podemos dizer que nem sempre essa representação e essa fronteira são respeitadas, a exemplo de Mato Grosso, em que é possível perceber a presença feminina como cabeças de família, responsáveis pela casa e pelo sustento de sua prole.

Importante lembrar que o século XIX é o período de consolidação da sociedade moderna¹³ os discursos, sejam da Igreja, sejam dos governantes, são altamente moralizantes. Tais discursos estão presentes também nos processos matrimoniais, como o de José da Silva Lemes e Mariana Lemes da Silva¹⁴, em que justificam a necessidade das núpcias com a seguinte defesa: “que este consórcio é vantajoso a ambos porque a noiva pobre como é vive com todo recato em companhia de sua mãe e pode prostituir se não casar com este seu parente”. Entende-se que por sua *fraqueza*, a mulher poderá facilmente desviar-se da vida moralizante pregada pela sociedade e pela Igreja, portanto, justifica-se o casamento dentro do seio familiar.

Em carta pastoral do ano de 1879¹⁵, D. Carlos Luiz D’Amour, Bispo de Cuiabá, reitera a preocupação com a família, especialmente com a educação das *filhas*. Com estas, os cuidados devem ser redobrados, alertando as mães que lhes deem apenas exemplos de virtude e *jamais ocasiões de escândalos e lições de vícios*, para que não incorram em perdição futura.

¹² Auto de Justificação de Premissas de Salomão Alves Ribeiro e Maria Franklina Alves Ribeiro. Cuiabá, 1868 / Caixa 18 / Rolo 11. ACMC – NDIHR.

¹³ O conceito de modernidade utilizado nesta pesquisa é “um conjunto amplo de modificações nas estruturas sociais do Ocidente, a partir de um processo longo de racionalização da vida. [...] processo de racionalização que atinge as esferas da economia, da política e da cultura. [...] No plano cultural, aos poucos ocorreu o desencantamento do mundo: o mundo moderno só poderia ser entendido pela razão. [...] A partir da Idade Moderna, e principalmente com a contemporaneidade, a ciência deixou de precisar do respaldo da religião; o comportamento moral também foi separado da religião”. (SILVA; SILVA, 2006, p. 297-298).

¹⁴ Solicitação de dispensa das formalidades de direito para fim de casamento de José da Silva Lemes e Mariana Lemes da Silva. Cuiabá, 1889 / Caixa 50/ Rolo 32. ACMC – NDIHR.

¹⁵ CARTA PASTORAL. Saudando e dirigindo algumas exortações a seus diocesanos. Bahia: Imprensa Econômica, 1878.

D. Carlos se mostra preocupado com a secularização da educação, na qual o *erro* e a *imoralidade*, segundo ele, circulam livremente.

Neste discurso permanece a *representação* da fragilidade feminina, intelectual e fisicamente que, devido ao seu temperamento *frágil*, poderia facilmente se entregar às paixões; por isso, deveria estar sempre sobre a tutela do pai, marido ou outro responsável. A educação feminina na segunda metade do século XIX estava voltada, portanto, para a conduta e *hábitos saudáveis* relacionados às funções domésticas, moldando as mulheres para serem boas esposas e boas mães.

A historiografia atual e as lutas feministas por uma maior igualdade social contribuíram na tentativa de superar a *inferioridade* e a *fragilidade* feminina presentes na história e para a discussão acerca da presença e das ações das mulheres, de uma forma mais real, na história mais cotidiana. Por outro lado, devemos estar cientes para o fato de que não existe um modelo geral válido para todas as sociedades e é contra esse determinismo que devemos lutar e que, portanto, devemos estar atentos para não idealizarmos as ações femininas de forma mais ativa nos diversos grupos sociais, desconsiderando suas especificidades e o contexto histórico do período em que viviam.

Não podemos deixar que o desejo de mostrarmos a mulher como sujeito histórico ativo nos leve a fazer uma total inversão historiográfica, enaltecendo o poder e a participação da mulher na sociedade de forma única.

Com a multiplicidade de pesquisas dedicadas ao estudo das mulheres, essas vão despontando, com toda a sua especificidade, as relações sociais vão ficando visíveis e a noção de que as mulheres participam de uma identidade coletiva única vai se esvanecendo. As generalizações vão sendo abandonadas na medida em que são consideradas suas particularidades, como: etnia, raça, classe social.

Referências Bibliográficas

ALGRANTI, Leila Mezan. **Honradas e devotas:** mulheres na colônia: condição feminina nos conventos e recolhimentos dos Sudeste do Brasil, 1750-1822. Rio de Janeiro: José Olympio; Brasília: Edunb, 1993.

ARAÚJO, Emanuel. **O teatro dos vícios:** transgressão e transigência na sociedade urbana colonial. 2.ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1997.

CHARTIER, Roger. **A História cultural: entre práticas e representações**. Lisboa/RJ: Difel/Bertrand Brasil, 1988.

HESPANHA, Antonio Manuel. Imbecillitas: as bem-aventuranças da inferioridade nas sociedades de Antigo Regime. Disponível em: <http://www.fd.unl.pt/docentes_docs/ma/amh_MA_4801.doc>. Acesso em 25 de mar. de 2008.

LEITES, Edmund. **A consciência puritana e a sexualidade moderna**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.

LEWKOWICZ, Ida. As mulheres mineiras e o casamento: estratégias individuais e familiares nos séculos XVIII e XIX. **Revista de História**, São Paulo, v.12, p.13-28, 1993.

MATOS, Maria Izilda Santos de. Em nome do engrandecimento da nação: representações de gênero no discurso médico – São Paulo 1890-1930. **Diálogos** – Revista do Departamento de História da Universidade Estadual de Maringá, Maringá, PR, Vol. 4, nº 4, 2000.

MATTOS, Eliane. Mulheres escravas e forras na Capitania de Mato Grosso. In: ROSA, Carlos Alberto; JESUS, Nauk Maria de (Org). **A terra da conquista: História de Mato Grosso Colonial**. Cuiabá: Adriana, 2003.

MORAES, Sibebe de. **O episcopado de D. Carlos Luiz D'Amour (1879-1921)**. 142f, 2003. Dissertação (Mestrado em História) - Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá.

PERARO, Maria Adenir. **Bastardos do Império: família e sociedade em Mato Grosso no século XIX**. São Paulo: Contexto, 2001.

PERROT, Michelle. **Mulheres públicas**. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998.

_____. **Os excluídos da História: operários, mulheres e prisioneiros**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História & História Cultural**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

PRIORE, Mary Del. Magia e medicina na Colônia: o corpo feminino. In: PRIORE, Mary Del. **História das mulheres no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 1997.

SALGADO, Graça. **Fiscais e meirinhos: a administração no Brasil colonial**. 2.ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

SAMARA, Eni de Mesquita. **As mulheres, o poder e a família: São Paulo, século XIX**. São Paulo: Editora Marco Zero e Secretaria de Estado da Cultura de São Paulo, 1989.

SILVA, Kalina Vanderlei; SILVA, Maciel Henrique. **Dicionário de conceitos históricos**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2006.

SOIHET, Rachel. História das mulheres. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (Org.). **Domínios da História:** ensaios de teoria e metodologia. 14. reimp. Rio de Janeiro: Elsevier, 1997.

MENTES E CORPOS ESCOLARIZADOS: PODERES E GOVERNAMENTOS

Reinaldo de Souza Marchesi¹

“Não estudamos para a vida, mas para a escola.”

(Sêneca)

A palavra *governo* gera certa ambiguidade, pois o uso desse mesmo vocábulo pode referir-se à instituição e/ou à ação, inspirado na reflexão que Veiga-Neto (2005) faz acerca de *gouvernementalité* – novo conceito sociológico e político que o filósofo Michel Foucault cria, em 1978. Assim, ao titular o uso *governo* em relação às técnicas, táticas e modos de governo com relação aos corpos escolares, acompanho a sugestão de Veiga-Neto (2005), de modo que o vocábulo governo passe a ser substituído por *governo* nos casos em que estiver sendo tratada a questão da ação ou ato de governar. *Governo*² - “ato, ação ou efeito de governar”.

Deste modo, volto-me a um exame da educação escolarizadora, que produz corpos escolarizados, via um conjunto de práticas de *governo*, que são, ao mesmo tempo: sociais, econômicas, religiosas, culturais e psicológicas. Deste exame da escola, que não é neutro, digo das marcas do poder e dos modos de *governo* dessa instituição, através das pedagogias, das arquiteturas e dos currículos, dos tempos e espaços, em suas lógicas e usos.

Com intenção de estabelecer o referencial do método da pesquisa, dialogo com vários autores nessa construção. Esse estudo é uma compreensão bibliográfica para o estabelecimento da crítica a educação escolarizadora, a crítica como um momento de diálogo.

É proposto organizar discursivamente o projeto institucional, considerados os seus diferentes momentos na história narrada a partir da crítica ao monumento - marca de poder de uma época, de uma sociedade, história dos usos do prédio e dos espaços, determinados ou inspirados por pedagogias, por propostas de segurança e ou por aumento da demanda. Deste

¹ Licenciado em História – UNEMAT

² Assim dicionarizada por linguistas mais antigos, simplesmente desapareceu dos dicionários mais recentes, embora permaneça registrada pela ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS - **Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa**. 4.ed. Rio de Janeiro: Bloch, 2004).

modo, a escrita da história dessa educação escolarizadora não significa apenas um relato das afirmativas e ou certezas, mas uma narrativa que reviste interpretações.

Assim, a escolha das fontes para uma análise da educação escolarizadora depende tanto do objeto a ser estudado quanto dos objetivos do estudo. As fontes genericamente podem ser registros dos mais variados tipos, que, no caso para o estudo do processo escolarizador, as fontes serão aquelas que permitam entender o ideário filosófico e pedagógico do momento.

Objetivos do trabalho: rumo à compreensão dos objetivos da escola

Podemos situar as sementes da Escola atual na Grécia antiga, com filosofias diversas, cada qual com suas especificidades e paradigmas, que procediam ao debate e disseminação das ideias, de maneira intencional a formar uma determinada opinião.

A palavra *escola* tem sua origem na Grécia Clássica, onde estudar era uma atividade possível apenas para aqueles privilegiados que não precisavam trabalhar. A *scholé*, do grego, depois *schola*, no latim, designa lazer, lugar de ócio, até tornar-se a instituição a escolarizadora e civilizadora, a construtora de um tipo de mundo, chamado Moderno, projetado para afastar daquele estado chamado de natural, bárbaro, selvagem ou primitivo. Escola essa que fora declarada para ser uma das principais instituições constituintes da modernidade, declarada para almejar a ordem da sociedade e a vida civilizada.

O *papel de educar* - no projeto da sociedade Moderna sempre foi – e, em geral, continua sendo – compartilhado entre a família e a escola, esta no âmbito coletivo e aquela no âmbito privado, tendo sido Comenius um daqueles que lançou os fundamentos do pensamento da escola moderna. Para ele, a família é o *locus* de socialização primária, enquanto a escola é o *locus* de socialização secundária³. A Escola da Modernidade figura como instrumento homogenizador e disciplinador, a fim de uma sociedade heterogênea, marcada pelas multiplicidades e desigualdades.

O filósofo Immanuel Kant, tido com o pai do pensamento moderno, em seu texto “Sobre a Pedagogia”, escrito em 1786, já nas primeiras linhas introdutórias diz que “o homem é a única criatura que precisa ser educada”, educar seria tomado no sentido de cuidar: da

³ NARODOWSKI, Mariano. **Comenius & a educação**. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

infância, da disciplina e da instrução. Para ele, “o homem é infante, educando e discípulo”. A disciplina transforma a animalidade em humanidade, o homem só se torna homem pela educação, ele é aquilo que a educação fez dele. Para Kant (1999, p.13):

Assim, as crianças são mandadas cedo à escola, não para que aí aprendam alguma coisa, mas para que aí se acostumem a ficar sentadas tranquilamente e obedecer pontualmente àquilo que lhes é mandado, a fim de que no futuro elas não sigam de fato e imediatamente cada um os seus caprichos.

Assim, o autor defende que desde cedo as crianças sejam mandadas à escola não prioritariamente para aprenderem alguma coisa, mas para que aprendam a ocupar melhor o espaço e o tempo, aprenderem à obediência. Sua preocupação estava em disciplinar alguma inclinação que levasse o homem à liberdade. Para ele, entre as descobertas humanas, há duas grandes dificuldades: “a arte de governar os homens e a arte de educá-los”. Portanto, as dificuldades estão nos governamentos.

Um Projeto Escolarizador

Na Idade Média, a instrução era ministrada pelas corporações de ofício, no caso dos artesãos, ou por tutores escolhidos pela família, no caso dos nobres. Surgiram, também nesse período, as Universidades, que funcionavam mais como grandes agremiações entre alunos e professores com os mesmos interesses intelectuais, não possuindo o caráter formativo e avaliativo contemporâneos.

A escola, enquanto *instituição*, surge no ideário do pensamento vivido por volta do século XVII. Faz-se, portanto, centenas de anos em que o projeto escolarizador está integrado ao conjunto das transformações sociais, econômicas e culturais que assinalaram a emergência e consolidação de um tipo de sociedade, implicada na constituição da Modernidade. Nasce como privilégio para apenas uma pequena parcela da sociedade, aquela opulenta e abastada. Assim, somente a partir da abolição da escravidão é que o sistema escolarizador tende a se expandir, de modo que tanto a abolição quanto a expansão do ensino acontecem em função das exigências do mercado criado durante a Revolução Industrial, no qual a ordem capitalista se fortalece, as relações sociais são regidas pela lógica do mercado, que exige tanto consumidores potenciais, que se formariam por meio da abolição escravagista e do assalariamento, quanto de mão-de-obra mais qualificada, que se teria por meio de mais escolas.

Do começo do século XVII às vésperas da Revolução Francesa, a população escolar se multiplicou, assim como a população hospitalizada, os alistamentos e os encarceramentos dos vagabundos. Na escola, tinha-se a produção dos saberes e aptidões; nos hospitais, a produção da saúde; no exército, a força destrutiva. Nessa tarefa de ajustamento, a disciplina há de diminuir a desutilidade dos fenômenos de massa, reduzir o que se opõe à utilização, anular os efeitos do contrapoder e das resistências (agitações, revoltas, conluíus), daí a importância da utilização de separações.

A ideia de escola pública é bem vista por volta do século XVIII e efetivada no século XIX em alguns países do mundo; neste momento é que, no Brasil, criaram-se os sistemas de ensino e as leis de instrução pública, tornando-se universal, gratuita, obrigatória em alguns países⁴. Ela revela-se de um processo de luta do século XIX, sobre o qual se discutia a necessidade ou não de educar o povo. Tais lutas em torno de sua universalidade, gratuidade, laicidade e obrigatoriedade são acentuadas a partir da revolução ocorrida na França, em 1848, bem como posteriormente, com a Comuna de Paris - insurreição dos trabalhadores de 1871, movimentos cujos feitos repercutiram em diversos países do mundo, os quais apontavam o anseio, da classe trabalhadora, em fazer uma revolução social, confrontando a riqueza e a propriedade burguesa. Momento esse de luta por regimes democráticos de governo, ensaiando para que a população passasse a escolher seus próprios governantes, ao passo que ao Estado coubesse assumir a responsabilidade pela instrução popular, via instituições escolares.

Assim, o nascimento de um novo tipo de sociedade veio ligado à necessidade de um espaço privilegiado para conceber a escola. Espaço que ganha maior visibilidade ao longo do impasse da discussão entre a necessidade ou não de se educar o povo diante do questionamento de qual seria o conteúdo ou método mais adequado para ensinar. Nessa época, veiculava-se o discurso da escola como espaço neutro voltado para o interesse público. Era preenchida de conteúdos patrióticos, no culto ao trabalho e ao sentimento de nacionalidade. Apregoava-se a escola como o espaço da igualdade, onde todas as classes sociais pudessem supostamente adentrar e receber as mesmas oportunidades. Firmou-se a ideia de que por meio dessa instituição seria possível transformar a sociedade em livre e civilizada, que pudesse velar pela conservação da ordem. Daí difundiu-se a ideia de oferecer escolas para o povo.

⁴ Luzuriaga (apud MACHADO, 2004, p.65-68).

As questões da universalidade e da gratuidade não causaram muita polêmica, contudo, a laicidade e a obrigatoriedade sim. A laicidade enfrentava oposição fortíssima da Igreja Católica. Já a obrigatoriedade, *manter as crianças nas escolas sob a tutela do estado* sofria severas críticas entre todas as classes sociais, pois poderia significar uma forma de coibir liberdades individuais.

O Poder Disciplinar

O poder não pode ser descrito apenas em termos negativos, pois ele é produtivo, ele produz realidade, produz campos de objetos e rituais da verdade. O indivíduo e o conhecimento se originam nessa produção.

A partir do pensamento de Michael Foucault, expresso em **Vigiar e punir**, discorrerei acerca da disciplina, dos corpos dóceis, dos recursos para o bom adestramento e do panoptismo.

Durante a época clássica, o corpo foi descoberto como alvo do poder, o corpo que se manipula, que se modela e se treina, que obedece, responde, se torna hábil ou cujas forças se multiplicam. É dócil um corpo que pode ser submetido, que pode ser utilizado, que pode ser transformado e aperfeiçoado. Em qualquer sociedade, o corpo está preso no interior de poderes, que impõem limitações, proibições ou obrigações. Muitos processos disciplinares existiam já nos conventos, nos exércitos e nas oficinas, mas as disciplinas se tornaram, no decorrer dos séculos XVII e XVIII, fórmulas gerais de dominação. As “Luzes” que descobriram as liberdades inventaram as disciplinas. Todos os processos possuem uma longa história por trás de si, mas sem dúvidas, o século XVIII inventou as disciplinas e o exame. (FOUCAULT, 1987).

O poder disciplinar é um poder que tem a função maior de adestrar para se apropriar e retirar ainda mais e melhor. Ele não amarra as forças, mas as multiplica para usá-las; ele fabrica indivíduos, a técnica de um poder que toma os indivíduos como objetos e instrumentos de seu exercício.

O momento histórico das disciplinas é o momento em que nasce uma arte do corpo humano, que visa não unicamente ao aumento das habilidades, nem tão pouco aprofundar sua sujeição, mas a transformação de uma relação que no mesmo mecanismo o torna tanto mais

obediente quanto mais útil. A disciplina fabrica corpos submissos e exercitados, corpos dóceis, aumentando suas forças em termos econômicos de utilidade e diminuindo-as em termos políticos de obediência. A disciplina exige, às vezes, a *cerca* - local protegido, heterogêneo a todos outros, fechado em si mesmo, um encarceramento. Deste, vemos o modelo de convento se impor pouco a pouco. A disciplina trabalha o espaço no princípio da clausura, com o *quadriculamento* - a localização imediata, que descreve Foucault (1987), tendo *cada indivíduo no seu lugar e em cada lugar, um indivíduo*. Tática contra a vadiagem e aglomeração, que permite estabelecer presenças e ausências, instaurar comunicações úteis e interromper as que não são. Tudo para conhecer, dominar e utilizar. As *disciplinas*, organizando as “celas”, os “lugares” e as “fileiras” criam espaços complexos, ao mesmo tempo arquiteturais, funcionais e hierárquicos.

No decorrer da época clássica, lentamente são construídos “observatórios” da multiplicidade humana; esses têm um modelo quase ideal: o acampamento militar, sustentado pelo princípio do “encaixamento espacial das vigilâncias hierarquizadas”, princípio do “encastramento”. Durante muito tempo, encontramos esse modelo e ou seus princípios no urbanismo, na construção de cidades operárias, de hospitais, de asilos, de prisões e de escolas. Assim, não interessaria uma arquitetura apenas para ser vista, do tipo *palaciano*, ou para vigiar o espaço exterior, do tipo *fortaleza*, mas para permitir um controle interior, articulado e detalhado, para garantir a visibilidade dos que dentro dela estão. Uma arquitetura para operar transformações nos indivíduos, que aja sobre aquele que abriga e exerce domínio sobre seu comportamento. O *encarceramento e as cercas*, para impedir entradas e saídas, começam a ser substituídos pelo cálculo das aberturas, das passagens e das transparências. Ao único olhar um ver permanente, central, que tudo vê e para o qual os olhares se convergem, uma arquitetura circular.

O *exame* é um controle normalizante, que estabelece sobre os indivíduos uma visibilidade através da qual são diferenciados e sancionados, uma vigilância que permite qualificar, classificar e punir. A era da escola “examinatória” marcou o início de uma pedagogia que funciona como ciência. A escola torna-se um aparelho de exame ininterrupto que acompanha em todo o seu comprimento a operação do ensino; o exame garante a verificação da passagem dos conhecimentos do mestre ao aluno e retira do aluno um saber destinado e reservado ao mestre. O exame inverte a economia da visibilidade no exercício do poder. Ele faz a individualidade entrar num campo documentário, seu resultado é um registro,

um arquivo dos detalhes acumulativos, no qual identifica, categoriza, descreve e exclui. Ele é a escrita do poder, a escrita disciplinar, faz de cada indivíduo um caso, como um objeto para o conhecimento e uma tomada para o poder, não mais para uma memória futura, mas documento para uma utilização. Nesse enquadramento disciplinar, a partir do século XVIII, a criança, o louco, o condenado se tornaram objeto de descrições individuais e de relatos biográficos, descrições antes apenas dignas dos nobres e de seus feitos heróicos, mas como processo de objetivação e sujeição. O exame está no centro, está no centro dos processos que constituem o indivíduo como efeito e objeto do poder e do saber.

Do princípio do modelo Panóptico de Bentham – nele, o princípio da masmorra, de trancar, privar de luz e esconder - apenas é conservado o primeiro e suprimidos os últimos; assim, o prisioneiro estará mais bem vigiado à luz que às sombras. Os vigiados na periferia da arquitetura do anel em suas celas subdivididas, com uma janela para o exterior (que permite iluminar) e outra para o interior (que permite vigiar o detento pelo guardião que fica em um posto central) e, na torre, existe a total visibilidade. No anel periférico, se é totalmente visto, sem nunca ver; na torre central, se vê tudo sem nunca ser visto.

Aspectos arquiteturais, espaciais e temporais

O que há de similar na invenção institucional de escolas, hospitais, manicômios, quartéis e presídios é a lógica arquitetural dos espaços celulares. Assim, a escola, com suas salas, apropriaram-se dos corpos infantis; os hospitais, com suas enfermarias, apropriaram-se dos corpos doentes; os quartéis, com suas jaulas, apropriaram-se dos delinquentes; os manicômios, com seus isolamentos, apropriaram-se dos loucos. Todas tornaram-se instituições de sequestro, de limpeza daquilo que é improdutivo e inviável, para tornar produtivo e viável a sociedade. O que faz uma escola ser construída de uma forma ou de outra são visões e características dos momentos pelos quais passou a sociedade, norteados por desejos consolidados em projetos.

De acordo com reflexão de Drago e Paraizo (1999), a arquitetura é capaz de participar da educação tão ativamente quanto qualquer outro elemento; ela age através das sensações. O padrão de *sala de aula* imutável cristaliza a imutabilidade de conceitos. A ordenação racionalista do espaço das carteiras estabelece uma “igualdade” entre os indivíduos, em que supostamente cada um desses indivíduos receberá a mesma educação.

Ao mesmo tempo em que exerce a função de abrigar a dinâmica do ensino, a escola constitui-se num símbolo do estado ou das elites, polo disseminador da cultura adotada como oficial. Desde que o ensino básico tornou-se obrigatório no Brasil (Constituição Imperial de 1824), a imagem arquitetônica da escola pública sempre foi objeto de divulgação política do poder instituído junto à população. Nos governos populistas, esta aproximação fez-se mais forte, embasada por grandes projetos pedagógicos que se refletiam na arquitetura como programa e propaganda, ao mesmo tempo que utilizavam-na como símbolo.

Para Varela (2000), “os processos de socialização dos sujeitos nas instituições escolares coloca em jogo determinadas concepções e percepções do espaço e do tempo”; assim, o papel que as instituições escolarizadoras desempenham e seguem desempenhando na formação, reprodução e transformação de concepções de espaço e de tempo. A noção de tempo e espaço, para Louro (2000), são plurais e múltiplas, uma construção social, uma invenção que se transforma e se diverge historicamente e culturalmente no interior de uma mesma sociedade. As formas como vivemos e percebemos o tempo são categorias espaço-temporais. Essas formas de viver e perceber o tempo são diversas e desiguais entre sociedades, grupos sociais e ou familiares, entre indivíduos e ou com o mesmo indivíduo em idades diferentes.

O espaço é constituído e constitui sujeitos. Suas divisões estabelecem distanciamentos e aproximações, presenças e vazios, caminhos que se abrem e muros que se edificam, lugares para sujeitos e objetos, em que se permite ou se proíbe de ir e vir. A arquitetura escolar é por si mesma um programa, um discurso que em sua materialidade institui valores, como ordem, disciplina e vigilância. A observação do edifício escolar - sua organização interna, sua localização na cidade na busca por lugares privilegiados e estratégicos (próximo às praças), seus símbolos, suas cores, assim tenta-se indicar de muitas formas o destino, a função e a ocupação da escola no contexto social, seja por sua fachada, disposição física e/ou organização interna (corredores e salas, capela, crucifixo, bandeiras, quadros, bustos e retratos de personalidades ilustres e importantes). São sempre formas de afirmar ou ocultar saberes, sugerir destinos, apontar valores e exemplos.

Trilhos para uma organização dos saberes

O trilho é o currículo, a invenção da intenção de organizar os saberes legitimados. O currículo é perpassado por táticas de governo.

Apple (1994) vai além da pergunta: “Que tipo de conhecimento vale mais?”, acrescentando outra pergunta: “O conhecimento de quem vale mais?”. É produto das tensões, conflitos e concessões culturais, políticas e econômicas que organizam e desorganizam um povo. Os conflitos em torno da definição do currículo proporcionam uma prova da luta constante que envolve as aspirações e objetivos do governo escolarizador. Goodson (1997) expõe seu conceito de currículo concebido para realizar determinados objetivos humanos específicos, o qual pode ser visto como veículo portador de prioridades sociais.

Para Coll (1996), é difícil responder, na prática, o que é currículo, pois cada especialista tem sua própria definição. Baseado em interrogações sobre as funções que deve desempenhar, Coll descreve o currículo como “o projeto que preside as atividades educativas escolares, define suas intenções e proporciona guias de ação adequadas e úteis”. Deste modo, entende que, para cumprir suas funções, deve possuir os componentes: “*o que ensinar*”, “*quando ensinar*”, “*como ensinar*” e “*o que, como e quando avaliar*”. O “*o que ensinar*” é composto por dois temas: conteúdos (compostos por fatos, conceitos, princípios, atitudes, normas, valores e procedimentos) e objetivos (que determinam a formação que se deseja construir mediante o ensino). O “*quando ensinar*” organiza os conteúdos e objetivos. O “*como ensinar*” estrutura as atividades de ensino/aprendizagem a fim de atingir os objetivos propostos. O “*que, como e quando avaliar*” assegura que a ação pedagógica responda adequadamente às intenções e introduza as correções, caso necessário.

Considerações Finais

Criaram-se modelos de homens a serem formados pelos estabelecimentos escolarizadores e potencializaram-se determinadas características comuns aos sujeitos, como, por exemplo, a memória, a fixação de conceitos como forma e princípio para educar, para que todos os sujeitos desenvolvessem semelhantes características. Ao utilizar seus métodos de ensino pautados na memorização e repetição estanque de conteúdos prontos, fixos, cumpre sua tarefa de separar o homem da vida.

Assim, a sala de aula e os bancos escolares deixam suas marcas (mentes e corpos escolarizados), os quais, pelo governo dos corpos, impregna-se todo um jeito de ser e de estar no mundo. A imposição do ritmo escolar é marcada por sinais (sinetas, gestos e olhares). Governo da Igreja, do Estado, do mercado e da ciência almejando impor ritmos e estilos sociais.

“Não aprendemos para a vida, mas para a escola”. A educação está longe de uma finalidade de promoção da cultura e da vida - características fundamentais para a formação do homem. A educação escolarizadora apresenta-se como ferramenta para consolidar uma sociedade a serviço do Estado e/ou do mercado e ou da ciência. Ao utilizar seus métodos de ensino escolarizadores, executados no confinamento ou vigilância e firmados por programas de memorização e repetição estanque de conteúdos prontos, fixos, cumpre sua tarefa de separar o homem da vida, anulando a emoção, o afeto e a criação.

Referências Bibliográficas

APPLE, M. W. Repensando ideologia e currículo. In: MOREIRA, A. F.; SILVA, T. T. (Orgs). **Currículo cultura e sociedade**. São Paulo: Cortez, 1994. p.39-57.

DRAGO, N. D.; PARAIZO, R. C. **Estética, ideologia e arquitetura nas escolas**. Disponível em: <http://acadia2000.tamu.edu/exhibit/DME/2000_25/2000_25/estetica.html> Acesso em: 10. nov. 2007.

FOUCAULT, M. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Petrópolis: Vozes, 1987.

GOODSON, I. F. **A construção social do currículo**. Lisboa: Educa, 1997.

LOURO, Guacira. A escola e pluralidade dos tempos e espaços. In: COSTA, M. V. (Org.). **Escola básica na virada do século: cultura, política e educação**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

KANT, I. **Sobre a Pedagogia**. 2.ed. Piracicaba: Unimep, 1999.

MACHADO, M. C. G. Fontes História das Instituições Escolares: o projeto educacional de Rui Barbosa. *No Brasil*. In: _____. **Fontes, história e historiografia da educação**. Campinas: Autores Associados: Histedbr, 2004. p. 65 - 68.

NARODOWSKI, Mariano. **Comenius & a educação**. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

VARELA, J. Categorias espaço-temporais e socialização escola: do narcisismo ao individualismo. In: COSTA, M. V. (org.). **Escola básica na virada do século: Cultura, política e educação**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

Vocabulário ortográfico da língua portuguesa. 4.ed. Rio de Janeiro: Bloch, 2004.

VEIGA-NETO. Governo ou governo: currículo sem fronteiras, v.5, n.2, p.79-85, Jul/Dez 2005. Disponível em: <www.curriculosemfronteiras.org>. Acesso em: 05 ago. 2006.

Bibliografia Consultada

COLL, C. **Psicologia e currículo:** uma aproximação psicopedagógica à elaboração do currículo escolar. São Paulo: Ática, 1996.

CAMPESINATO COLONIAL NO CENTRO DA AMÉRICA DO SUL: CONSIDERAÇÕES SOBRE ALGUMAS MATRIZES DO PENSAMENTO HISTORIOGRÁFICO BRASILEIRO

Tiago Kramer de Oliveira¹

Analisar a formação de um segmento camponês (ou segmentos camponeses) na América Portuguesa é uma questão sobre a qual se impõe uma série de obstáculos, que acabam, por muitas vezes, desencorajando os pesquisadores que se propõem a reconstruir a diversidade dos ambientes rurais, em utilizar o termo/conceito/noção de “camponês” e seus derivados, “campesinato”, “campesino”, etc. A preferência por termos mais “descritivos”, como agricultores livres e pobres, ou “de época”, como “roceiros”, tem sido a opção da maioria dos historiadores quando analisam a exploração da terra em pequena escala e com a força de trabalho familiar como essencial para a reprodução econômica.

Não é novidade e não levanta polêmica a afirmação de que o campesinato não é um objeto consagrado na historiografia brasileira. Todos os historiadores que trataram do tema apontaram essa questão. Stuart Schwartz, por exemplo, em **Escravos, roceiros e rebeldes** afirmou que “embora tenhamos agora um panorama relativamente completo da escravidão brasileira, os pequenos proprietários rurais livres permanecem marginais nos estudos do brasileiro, em geral sujeitos a diversas interpretações e rótulos” (SCHWARTZ, 2001, p.124).

Em outros países latino-americanos, como o México, por exemplo, os estudos sobre o campesinato ocupam espaço significativo na produção historiográfica. Mais do que fatores puramente acadêmicos, aspectos históricos ajudam a explicar esse interesse pela história dos camponeses mexicanos. O principal deles, a nosso ver, está ligado ao processo que ficou conhecido como Revolução Mexicana. Um movimento eminentemente camponês que apesar de ter ocorrido no primeiro quarto do século XX, teve (e tem) implicações profundas na história posterior do México e, além disso (e também por isso), na produção do conhecimento histórico sobre os períodos anteriores.

Outros fatores não podem ser desconsiderados, como o fato de a América Portuguesa não contar com a presença de grandes sociedades agrárias ameríndias e a exploração metropolitana de atividades produtivas na América Portuguesa emergiu de forma sistemática com a produção de cana-de-açúcar em larga escala para o mercado externo, com a exploração da escravidão africana.

¹ Mestre em História pela Universidade Federal de Mato Grosso e Doutorando em História Econômica na Universidade de São Paulo. Professor da UNEMAT.

Mesmo assim, não acreditamos que o descaso da historiografia brasileira com os segmentos camponeses tenha qualquer relação com a pouca importância ou significado histórico desse grupo na sociedade colonial. Também os aspectos históricos são determinantes em nosso caso. Apesar de uma série de movimentos sociais importantes contarem com a expressiva participação de agricultores pobres, desde pelo menos a primeira metade do século XVIII (PALACIOS, 2004, p. 82), nunca houve a identificação desses episódios como movimentos camponeses. A falta de uma “memória camponesa” implica em pouco interesse da historiografia pela questão e a não percepção de continuidades ou de características históricas estruturais desses segmentos.

Uma breve análise sobre alguns autores clássicos da historiografia brasileira revela alguns aspectos que “entravam” a produção de conhecimento sobre o campesinato. Não é nosso objetivo responsabilizar esses autores pelo pouco interesse ou até a não percepção da existência do campesinato na América Portuguesa, o que equivaleria atribuir um papel para a historiografia que ultrapassaria muito o âmbito da produção acadêmica e desvincularia o lugar da produção de conhecimento à sociedade de uma forma geral. Não sendo o objeto desta pesquisa essa relação (produção do conhecimento x sociedade), apenas destacaremos “heranças” dessa produção que ainda orientam os estudos dos historiadores do agrário colonial. As obras que discutiremos não foram escolhidas de forma aleatória o que não quer dizer que a escolha não tenha um grau de arbitrariedade. Seja como for, acreditamos que as obras desses autores revelam muitos elementos da forma como a cultura historiográfica elaborou conhecimentos em relação aos agricultores livres e pobres.

Algumas matrizes da historiografia brasileira e a questão da campesinato

Alguns autores são pouco referenciados pelos historiadores, embora a presença tácita de suas formulações seja bastante evidente. É o caso Oliveira Viana. Na obra **Populações meridionais do Brasil**, Viana construiu uma interpretação que buscava dar conta de aspectos sociais, políticos, econômicos, psicológicos, culturais. As influências de teorias raciais, da antropologia e da psicologia social nortearam a visão de Oliveira Viana sobre o “mundo sertanejo”:

Na sociedade colonial, o desejo de enriquecer, de ascender, de melhorar, de gozar os finos prazeres da civilização só pode realmente existir no homem de raça branca. O negro, o índio, os mestiços, de um e outro, esses, na sua generalidade, não sentem, senão excepcionalmente, nos seus exemplares mais elevados, a vontade de alcançar essas situações sociais, cujo gozo e a importância só o homem de raça ariana com a

sensibilidade refinada pelo trabalho de uma lenta evolução, sabe apreciar devidamente. (OLIVEIRA VIANA, 2000, p. 1011).

Muitas das afirmações de Viana sobre as características da sociedade colonial têm como pano de fundo esses pressupostos. O ponto nevrálgico da tese de Viana é a compreensão de que o latifúndio, em torno do qual o restante da sociedade gravita, é responsável pela simplificação das relações sociais e se constitui como entrave ao desenvolvimento humano, à civilidade e à solidariedade:

O nosso latifúndio fazendeiro, com a sua formidável função simplificadora, se faz, em toda a nossa história, o mais poderoso obstáculo à constituição dos centros comunais. [...] De modo que, nem no passado, nem no presente, não tem sido possível organizar essas vivazes comunidades locais, que foram a glória histórica da Idade Média e são ainda agora o melhor padrão de gênio político da raça inglesa. (OLIVEIRA VIANA, 2000, p. 1015).

O fato de partir de tal caracterização não impediu que o autor visualizasse grupos sociais que se reproduziam de forma mais ou menos independente dos grandes domínios. As relações que esses grupos e os latifundiários estabeleciam foram assim definidas por Viana: “Entre essa classe (proletariado do campo) e a aristocracia senhorial as relações de interdependência e solidariedade não tem nem permanência, nem estabilidade. São frágeis e frouxas. Não se constituem solidamente” (OLIVEIRA VIANA, 2000, p. 1023).

Mesmo visualizando esse grupo, ou “classe”, como prefere o autor, sua imagem é opaca, escondida entre concepções teóricas pragmáticas e conceitos raciais. Em detrimento de uma análise aprofundada das relações entre grupos sociais mais ou menos autônomos e os latifúndios, Viana empenhou-se em demonstrar como os latifúndios sertanejos e tudo que existia perto deles eram obstáculos para o desenvolvimento da sociedade. O autor desmerece o valor social dessa “classe intermediária”, “proletariado do campo”. Para Viana,

Em nossa economia social, tudo trama, então, e conjura contra a pequena propriedade, o seu desenvolvimento, a sua prosperidade, a sua preponderância. Dela o que até agora existe não tem valor social, nem valor histórico assinalável. São esboços apenas, mal vislumbráveis entre a espessa florescência dos grandes domínios. (OLIVEIRA VIANA, 2000, p. 1032).

O encadeamento lógico das ideias de Viana constrói raciocínios claramente identificáveis. Podemos identificar pelo menos dois raciocínios lógicos, a saber: (1) o latifúndio, predominante na sociedade colonial, age na involução da sociedade e a vida camponesa representaria um grau de evolução nas relações sociais; logo, o campesinato na colônia é inexistente; (2) os negros, índios e mestiços que formam as camadas pobres da população (com exceção “de seus exemplares mais elevados”) não são propensos à vida

civilizada (não possuem ambição por ocupar um lugar melhor na sociedade, gosto pela vida comunal, “sensibilidade refinada para o trabalho”); a vida comunal exige hábitos civilizados, logo, é impossível a existência de um segmento camponês formado por negros, índios e mestiços.

Por mais “antiquadas” que possam parecer as formulações de Viana diante do momento atual, não apenas em relação à historiografia, mas às ciências de uma forma geral, suas marcas estão presentes no discurso de muitos historiadores, muitas vezes de forma não consciente, na citação de textos de outros autores. Não é difícil identificar que muitos autores tomem como pressuposto a inexistência de relações sociais regulares, de racionalidade na produção, de organização do trabalho, de vinculação regular ao mercado, reproduzindo, com eufemismos, a afirmação de Oliveira Viana de que “nos três primeiros séculos, todos os documentos e testemunhas, atestam a desocupação, a ociosidade e a vagabundagem do baixo povo rural” (OLIVEIRA VIANA, 2000, p. 1062).

Outro autor, este fartamente citado por inúmeros historiadores, Sérgio Buarque de Holanda, construiu uma interpretação sobre as práticas sertanistas e a colonização em áreas de mineração. São conhecidas as afirmações de Buarque de Holanda sobre a inexistência de produção regular de gêneros alimentícios na região das minas do Cuiabá. No entanto, o que nos interessa destacar é como o autor caracteriza a vida rural nos “sertões”. De acordo com Holanda,

Em nenhum caso parece lícito dizer que as ferramentas chegaram a alterar de modo substancial os usos da terra. Em realidade o sistema de lavoura dos índios revela quase sempre, singular perseverança assegurando-se vitória plena, a ponto de ser adotado pelos adventícios. Os quais, após a primeira geração na colônia, pareciam, não raro ignorantes nos hábitos de seus ancestrais, ao contrário da raça subjugada, que se mostrou de um conservantismo a toda prova. (HOLANDA, 1975, 168).

Para Sérgio Buarque de Holanda, dessa forma, há uma ruptura completa entre a vida rural europeia e a americana, uma subversão da colonização, os hábitos dos colonizados se impondo diante dos colonizadores. Algo que só é possível pela característica específica da colonização dos “sertões”. O “sertão” reproduzido por Holanda exerce sobre os corpos uma ação antidisciplinadora, impõe um modo de vida improvisado, inconstante, onde atividades que exigem sedentarismo e regularidade, como a agricultura, não exercem papel importante, não explicam as características da sociedade. O que fornece identidade a essa população de “nômades”, “aventureiros” é a mineração, que supostamente é uma atividade caracterizada pela inconstância, pela mobilidade e pela irracionalidade. Holanda afirma que “os benefícios mais seguros, embora também mais trabalhosos da lavoura, foram logo abandonados pelos do

reluzente metal das minas” (HOLANDA, 1994, p. 138). O autor chega a dizer que “os primeiros moradores do arraial cuiabano tiveram uma existência comparável à dos índios coletores e caçadores, existência que só se concilia com um modo de vida andejo e inconstante” (HOLANDA, 1994, p. 149).

Mais uma vez, não são os indícios documentais, embora Sérgio Buarque de Holanda cite vários documentos, que permitem chegar a essas conclusões, mas teorizações que se impõem aos documentos. A imagem de “sertão” é reveladora de pressupostos que extrapolam a análise documental, imagem que parece inquebrantável e, ainda hoje, naturalizada na produção historiográfica do “litoral”.

Em termos de historiografia econômica, dois dos principais autores brasileiros, Caio Prado Júnior e Celso Furtado, ambicionaram construir uma visão de conjunto da história do Brasil. Em **Formação do Brasil Contemporâneo: Colônia**, Caio Prado Júnior apontou características gerais da história colonial do Brasil. Para o autor, o “sentido da colonização” está na vinculação ao capitalismo comercial europeu. Mesmo sabendo o quanto essa concepção é conhecida e reproduzida pelos historiadores, convém explicitá-la:

No seu conjunto, e vista no plano mundial e internacional, a colonização dos trópicos toma o aspecto de uma vasta empresa comercial, [...], destinada a explorar os recursos naturais de um território virgem em proveito do comércio europeu. É este o verdadeiro *sentido* da colonização tropical, de que o Brasil é uma das resultantes, e ele explicará os elementos fundamentais, tanto no econômico como no social, da formação e evolução histórica dos trópicos americanos (PRADO JÚNIOR, 1997, p. 31, grifos nossos).

Para Prado Júnior, as atividades econômicas que explicam o “sentido da colonização” são aquelas assentadas no latifúndio e na escravidão, base da estrutura social da colônia. Nas áreas de mineração, as minas substituíam as lavouras açucareiras, mas a base de exploração do trabalho era o mesmo:

Mutatis mutandis, a mineração, que a partir do século XVIII formará a par da agricultura entre as grandes atividades da colônia, adotará uma organização que afora as distinções de natureza técnica, é idêntica a da agricultura; concorreram para isso, de uma forma geral, as mesmas causas, acrescidas talvez da influência que a feição geral da economia brasileira já tomara quando a mineração se inicia. É ainda a exploração em larga escala que predomina: grandes unidades trabalhadas por escravos. (PRADO JÚNIOR, 1997, p. 123).

O autor não ignorou a existência de produção rural fora dos grandes domínios; no entanto, para Prado Júnior, essas atividades nunca constituíram parte relevante da formação da economia colonial. O que importa, para Prado Júnior, são as atividades voltadas para o mercado externo; as demais são espasmódicas em relação à principal:

Além destas atividades fundamentais [...] poderíamos acrescentar outras, como a pecuária, certas produções agrícolas, em suma aquelas atividades que não tem por objeto o mercado externo, como as que acabamos de ver. Mas não podemos colocá-las no mesmo plano, pois pertencem a outra categoria, e categoria de segunda ordem. Trata-se de atividades subsidiárias destinadas a amparar e tornar possível a realização das primeiras. Não tem vida própria, autônoma, mas acompanham aquelas, a que se agregam como simples dependência. Numa palavra, não caracterizam a economia colonial brasileira, e lhe servem apenas de acessórios. (PRADO JÚNIOR, 1997, p. 124).

A preocupação de Prado Júnior com as chamadas “estruturas fundamentais” fez com que este autor, por diversos motivos, fizesse, em relação às áreas mineradoras, o mesmo que Oliveira Viana fez em relação ao latifúndio. Sobre a agricultura desenvolvida por livres pobres,

A mediocridade desta mesquinha agricultura de subsistência que praticam, e que nas condições econômicas da colônia não podia ter senão este papel secundário e de nível extremamente baixo, leva para elas, por de uma espontânea seleção social, econômica e moral, as categorias inferiores da colonização. Não encontramos aí, por via de regra, senão um elemento humano, residual, sobretudo mestiços do índio que conservaram dele a indolência e qualidades negativas para um teor de vida material e moral mais elevado. Ou então, brancos degenerados e decadentes. (PRADO JÚNIOR, 1997, p. 161).

Não apenas do ponto de vista econômico, a “agricultura de subsistência”, principalmente a praticada por livres pobres, é posta à margem da sociedade colonial, mas também do ponto de vista “moral”; os agricultores foram inferiorizados a partir de critérios “raciais” e étnicos. Nesse ponto, a análise de Caio Prado Júnior deve uma inquestionável e fundamental influência à Oliveira Viana.

Partindo de uma análise, também com ênfase no econômico, Celso Furtado destacou o caráter efêmero e precário da organização social nos sertões mineradores, apontando a precariedade do abastecimento nas áreas de mineração:

A quase inexistência de abastecimento local de alimentos, a grande distância por terra que deviam percorrer todas as mercadorias importadas, a necessidade de vencer grandes caminhadas em região montanhosa para alcançar os locais de trabalho, tudo contribuía para que o sistema de transporte desempenhasse um papel básico no funcionamento da economia. Criou-se assim um grande mercado de animais de carga. (FURTADO, 2003, p. 83).

Para Furtado, a exploração das minas foi efêmera e a organização social não se tornou complexa suficiente para a manutenção de uma economia ativa. O baixo progresso técnico e mental dos colonizadores do sertão são as grandes causas de sua involução:

Dessa forma, uma região cujo povoamento se fizera em um sistema de alta produtividade, e em que a mão-de-obra fora um fator extremamente escasso,

involuiu numa massa de população totalmente desarticulada, trabalhando com baixíssima produtividade numa agricultura de subsistência. Em nenhuma parte do continente americano houve um caso de involução tão rápida e tão completa se um sistema econômico constituído por população principalmente de origem européia. (FURTADO, 2003, p. 91).(*grifos nossos*)

Em suma, o Mato Grosso de Furtado é fruto da falta de racionalização, no sentido weberiano do termo, de sua colonização. Mais uma vez é difícil não relacionar as conclusões de Furtado à obra de Oliveira Viana. Embora utilizando a concepção weberiana de racionalidade, é notório, na citação acima, o alinhamento com a tese de Viana em relação à involução da sociedade (e outros aspectos que destacamos deste autor) e também com Sérgio Buarque de Holanda, no que tange às características da agricultura.

Outro autor que influenciou na construção historiográfica sobre a América Portuguesa e, em particular, na historiografia sobre Mato Grosso, foi Nelson Werneck Sodré. Em **Oeste: ensaio sobre a grande propriedade pastoril**, objetivou demonstrar as dimensões mais gerais a respeito da organização social do “regime pastoril”, assim como evidenciar sua precariedade econômica no período colonial (SODRÉ, 1990). A visão unilateral de desenvolvimento econômico-social marcou a obra desse autor.

Sobre Cuiabá colonial, Sodré afirma que “estava fixada a cidade. Sua população aumentava sem cessar. Tudo contra eles lutava, entretanto. Os alimentos andavam escassos. Só se cuidava da mineração”. Após o declínio dessa atividade, segundo esse autor, houve não só um processo de estagnação da expansão, como também “uma pausa no desenvolvimento humano no oeste” (SODRÉ, 1990, p. 67). O autor destaca o “atraso” e o “descompasso” do regime pastoril. Segundo o autor,

o regime pastoril passou a marcar-se como fora do ritmo nacional, estático, atrasado e perdido [...]. Dessa forma o regime pastoril, que foi o grande fator de civilização, de desbravamento, de expansão geográfica, de posse efetiva nessas terras, passou a ponderar como elemento de retardo. (SODRÉ, 1990, p. 71).

Em relação a Oliveira Viana, alguns trechos possuem mais que a influência, são quase paráfrases:

Em toda a parte, entretanto, a penúria, o baixo padrão de existência: poder aquisitivo quase nulo, horizontes fechados, ignorância, alimentação escassa e mal escolhida, mortalidade infantil com índices alarmantes, crescimento demográfico lento, autoridades impotentes, nomadismo, ausência de ambições, impossibilidades de melhorias, tudo isso contribui para um rebaixamento enorme da coletividade (SODRÉ, 1990, p. 182).

Em outro trecho,

Não houve e não há no Oeste, a luta entre o homem e a terra. Sendo esta mais uma referência, um simples ponto de contacto, não se fixou mesmo como força oposta,

capaz de despertar energias adormecidas, capaz de transfigurar os agrupamentos urbanos, ligando-os, na solidariedade pela conquista do meio agreste, na comunidade de interesses, no labor de modificar as condições do ambiente, amenizando-o, subordinando-o às suas necessidades (SODRÉ, 1990, p. 118).

Para Sodré, no “oeste não havia conflitos de terras, que são agudos e insistentes nas zonas agrícolas e mistas. Aqui, a terra era mera referência. Desestimavam-na. Tinham-na em pouca conta, em verdade desvalia”. Assim como Celso Furtado, reproduz a tese do retardo social em relação aos primeiros tempos de colonização europeia. Para Sodré, “nomadismo e pobreza, pobreza e nomadismo – é o *leit motiv* dessa história monótona” (SODRÉ, 1990, p. 91).

Que pesem as diferenças entre as abordagens dos autores, em alguns pontos absolutamente contrárias umas às outras, a imagem construída sobre os ambientes rurais. De uma forma geral, e, em particular, das regiões mineradoras do centro da América Sul, não são divergentes. O latifúndio e a mão-de-obra escrava ou, mais especificamente, a relação entre senhores e escravos, constituiu-se na única relação social e de trabalho capaz de explicar a formação de ambientes rurais. Especificamente em relação à região que compreende nosso objeto de estudo, a imagem predominante é de uma reprodução das atividades agrícolas irregular, inconstante, improvisada, mesmo quando se trata da produção rural reproduzida a partir do trabalho escravo. Aos livres pobres foi atribuído um lugar absolutamente marginal, uma reprodução social ao sabor das circunstâncias externas. Um segmento de homens rudes, desclassificados, desorganizados, não-civilizados. Negros, índios e mestiços incapazes de produzir de forma “racional” e de constituírem mecanismos estáveis de organização social.

Essa concepção, que ganhou contornos de “história cultural” nas últimas décadas, construiu uma imagem que de acordo com a análise que desenvolvemos, é repleta de equívocos, de conceitos e percepções, cuja herança remete, como já vimos, a pressupostos não mais admitidos pela historiografia contemporânea.

Referências Bibliográficas

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**: colônia. São Paulo: Ed. Companhia Editora Nacional, 2003.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Caminhos e fronteiras**. São Paulo: Cia das Letras, 1994.

OLIVEIRA VIANA, Francisco José. Populações meridionais do Brasil. In: SANTIAGO, Silvio (Org.). **Intérpretes do Brasil**. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 200, p. 897-1175.

PALACIOS, Guilherme. **Campesinato e escravidão no Brasil** - agricultores livres e pobres na Capitania Geral de Pernambuco (1700-1817). Brasília: Ed. UNB, 2004.

PRADO JÚNIOR, Caio. **Formação do Brasil contemporâneo – colônia**. São Paulo: Brasiliense, 1997.

SCHWARTZ, Stuart B. **Escravos, roceiros e rebeldes**. Bauru, EDUSC, 2001.

SODRÉ, Nelson Werneck. **Oeste**: ensaio sobre a grande propriedade pastoril. São Paulo: Arquivo do Estado, 1990.

Bibliografia Consultada

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Monções**. São Paulo: Brasiliense, 1990.

SCHWARTZ, Stuart B. Mentalidades e estruturas sociais no Brasil colonial: uma resenha coletiva. **Revista Economia e Sociedade**, Campinas, v.13, p.129-153, dez. 1999.

SHANIN, Teodor. **Antologia**: trabalho e dominação. Petrópolis: Vozes – Cebrap, 1980.

DE QUE É FEITO O OURO? CONSIDERAÇÕES SOBRE A REPRODUÇÃO ECONÔMICA NAS MINAS DO CUIABÁ E DO MATO GROSSO

Tiago Kramer de Oliveira¹

O valor não traz escrito na frente o que ele é. Longe disso, o valor transforma cada trabalho num hieróglifo social. Mais tarde, os homens procuram decifrar o significado do hieróglifo, descobrir o segredo de sua própria criação social, pois a conversão dos objetos úteis em valores é, como a linguagem, um produto social dos homens.

(Karl Marx, *O capital*)

Historiadores consagrados por estudos em história econômica, como Vitorino de Magalhães Godinho, Frédéric Mauro e Pierre Vilar, destacaram o papel do ouro da América Portuguesa para a acumulação de capitais na Europa, em particular, em Portugal e na Inglaterra. Segundo Godinho, a “Revolução Industrial [...] deve certamente muito ao ouro brasileiro” (1950, p. 87). Para Vilar, embora Portugal fosse o primeiro beneficiário das importações de ouro para a Europa, a Inglaterra, “pelo constante excedente de sua balança comercial com Portugal”, conseguia “drenar” grande parte deste ouro (1980, p. 284). Mesmo que os autores pudessem exagerar no teor dessa “drenagem” e sua importância para a economia inglesa, não há dúvida de que o ouro português, extraído de sua maior possessão colonial, teve impactos na história econômica européia (e inglesa) e na fixação do padrão-ouro no comércio internacional (GODINHO, 1950, p. 88; VILAR, 1980, p. 285).

Mas o que queremos discutir, a partir da exposição desta questão, não é a importância do ouro extraído nas minas do Cuiabá e do Mato Grosso para o quadro da história econômica e monetária européia do século XVIII. Queremos chamar a atenção para outro problema, aparentemente de pouca importância, mas de implicações mais amplas do que aparenta: o que de fato continha no ouro que era enviado para a Europa e contribuía na retroalimentação do capital mercantil? A questão parece descabida, mas veremos que um “estranhamento” desse tipo pode contribuir para refletirmos sobre as articulações entre as diferentes atividades produtivas e o capital mercantil. O ouro era resultado de um conjunto de relações que permanecem como um mistério que a história monetária não se preocupou em enunciar.

A ênfase de parte da historiografia na importância da produção aurífera fez com que outras características econômicas e sociais fossem ignoradas ou colocadas em um plano que

¹ Mestre em História pela Universidade Federal de Mato Grosso, doutorando em História Econômica na Universidade de São Paulo e Professor da UNEMAT.

não corresponde à importância efetiva que tiveram. A fundação da Vila Real, por exemplo, fenômeno marcadamente político, além de social e cultural, tem sido explicada como manobra fiscal, cujos únicos objetivos eram coibir os descaminhos do ouro e ampliar a arrecadação. Apesar de a preocupação fiscal ser verificável na documentação, ela não justifica, e muito menos explica, a fundação da Vila Real. “Neste sentido, o fisco ofusca” (ROSA, 2003, p. 37).

No ano de 1727, segundo Washington Luís, o valor dos quintos cobrados em Cuiabá foi de 51.589 oitavas de ouro, ou 185, 7 kg. Esse ouro jamais chegaria a Portugal, uma vez foi alvo de fraude e trocado por chumbo². Mas o valor apontado por Washington Luís não era referente apenas à parte do ouro extraído das minas, mas também dos demais “direitos” cobrados pela Coroa. Não há discriminação detalhada dos percentuais, mas, segundo Nogueira Coelho (COELHO apud CANAVARROS, 2004, p. 80), 16.722 oitavas, ou seja, pouco mais de 32 % do total de ouro que deveria ser enviado, foi fruto de cobrança dos direitos das entradas. Outros direitos, como os dízimos e maneios, não são especificados, mas deveriam constar no total de ouro que seria enviado a Lisboa³.

Se a troca, ou “metamorfose”, de ouro em chumbo provocou tensões, devassas, murmúrios, múltiplas interpretações, outra transmutação não mereceu a mesma atenção das autoridades metropolitanas e colonos: a metamorfose de milho, feijão, mandioca, carne, aguardente, tabaco, entre outras mercadorias, em ouro. O ouro extraído dessas atividades, de valor nem um pouco desprezível, era introduzido nas redes mercantis. No entanto, a mercadoria-ouro silencia as práticas sociais, as relações de intercâmbio, a divisão do trabalho que permitiram sua constituição como valor.

Se “para funcionar como dinheiro, tem o ouro que penetrar no mercado por algum ponto” e “esse ponto se encontra na sua fonte de produção, onde o ouro, como produto imediato do trabalho, se troca por outro produto do trabalho do mesmo valor”, “a partir deste momento, passa a representar os preços realizados das mercadorias” (MARX, 1985, p. 122). Ainda segundo Marx, por meio desta “metamorfose”, “apaga a mercadoria qualquer vestígio de seu valor-de-uso natural e do trabalho útil particular que lhe deu origem, para se transformar na materialização uniforme e social de trabalho humano homogêneo”. O autor

² Em sua tese de doutoramento, Nauk Maria de Jesus analisa a troca do ouro por chumbo com uma diversidade de documentos e riqueza de detalhes, demonstrando que o fato revela uma série de tensões entre as autoridades metropolitanas e a inserção destas em redes mercantis atlânticas que precedem a colonização das minas do Cuiabá e a integram em relações que articulam o centro da América do Sul a Minas Gerais, Goiás, São Paulo, África e Lisboa (JESUS, 2006).

³ Para alguns moradores de Cuiabá, a troca de ouro por chumbo não foi uma fraude, mas uma “metamorfose” operada pela “divina justiça pelas lágrimas dos miseráveis que entregavam as fazendas por não terem com que pagarem os direitos delas (SÁ, 1975, p. 24).

acrescenta ainda que “o dinheiro não deixa transparecer a espécie de mercadoria nele convertida. Qualquer mercadoria, ao assumir a forma dinheiro, é igualzinha a qualquer outra” (MARX, 1985, p. 122). Segundo Marx, a “magia do dinheiro” está na capacidade deste em fazer desaparecer todo um conjunto de relações sociais que, em intercâmbio, possibilitam a acumulação de capital. O valor “transforma cada trabalho num hieróglifo social” (MARX, 1985, p. 81), que pode e precisa ser decifrado. Vamos tentar *decifrar* alguns desses hieróglifos.

O que propomos inicialmente é um “estranhamento” em relação à produção de mercadorias, pois, se “à primeira vista, a mercadoria parece ser coisa trivial, imediatamente compreensível. Analisando-a, vê-se que ela é algo muito estranho, cheio de sutilezas metafísicas e argúcias teológicas” (MARX, 1985, p. 79)⁴. O “caráter fetichista” da mercadoria-ouro decorre, assim, como o das outras mercadorias, “do caráter social próprio do trabalho que produz mercadorias”. Para Marx, o fetichismo encobre de mistério as relações que possibilitaram a produção das mercadorias⁵.

Antes de avançar na decifração de alguns mistérios da produção de mercadorias no centro da América do Sul, é conveniente, para evitar equívocos, enunciarmos que Marx, quando analisa o “fetichismo” inerente às mercadorias, não está tratando de relações “tipicamente” capitalistas, ou seja, de relações nas quais se opõem proprietários de meios de produção e mão-de-obra assalariada. É bastante evidente em Marx que o “fetichismo” não é um mistério específico da produção capitalista, mas sim um segredo constituído na produção de mercadorias⁶.

⁴ Marx acrescenta: “Como valor de uso, nada há de misterioso nela, quer observemos sob o aspecto que se destina a satisfazer necessidades humanas, com suas propriedades, quer sob o ângulo de que só adquire estas propriedades em consequência do trabalho humano. É evidente que o ser humano, por sua atividade, modifica o modo que lhe é útil a forma dos elementos naturais. Modifica, por exemplo, a forma da madeira, quando faz dela uma mesa. Não obstante a mesa é ainda madeira, coisa prosaica, material. Mas, logo que se revela mercadoria, transforma-se em algo ao mesmo tempo imperceptível e impalpável. Além de estar com os pés no chão, firma sua posição perante as outras mercadorias e expande as idéias fixas de sua cabeça de madeira, fenômeno mais fantástico do que se dançasse por iniciativa própria” (MARX, 1985, p. 89).

⁵ “A mercadoria é misteriosa simplesmente por encobrir as características sociais do próprio trabalho dos homens, apresentando-as como características materiais e propriedades sociais inerentes aos produtos do trabalho; por ocultar, portanto, a relação social entre os trabalhos individuais dos produtores e o trabalho total, ao refleti-la como relação social existente, à margem deles, entre os produtos de seu próprio trabalho. Através desta dissimulação, os produtos do trabalho se tornam mercadorias, coisas sociais, com propriedades perceptíveis aos sentidos” (MARX, 1985, p. 81).

⁶ “Uma relação social definida, estabelecida entre homens, assume a força fantasmagórica de uma relação entre coisas. Para encontrar um símile, temos que recorrer a região nebulosa da crença. Aí, os produtos do cérebro humano parecem dotados de vida própria, figuras autônomas que mantêm relações entre si e com os seres humanos. É o que ocorre com os produtos da mão humana no mundo das mercadorias. Chamo a isto de fetichismo, que esta sempre grudado aos produtos do trabalho, quando são geradas por mercadorias” (MARX, 1985, p. 181).

Para analisarmos o “fetichismo” da mercadoria-ouro, não trataremos das relações sociais envolvidas diretamente na exploração do ouro, como o trabalho escravo (negro e indígena) e, em menor medida, de livres pobres. Abordaremos aspectos da economia e da sociedade que revelam elementos do processo de formação da sociedade colonial no centro da América do Sul.

O intendente Manuel Rodrigues Torres informou que, na monção geral de 1740, foi enviado de Cuiabá, com destino final a Lisboa, o ouro referente a três matrículas da capitação. Geralmente essa quantia das capitações é referenciada pelos historiadores como o índice de ouro que a metrópole lucrou com a produção aurífera (SIMONSEN, 1978; PINTO, 1979).

TABELA I
Valores da *capitação* referente à segunda matrícula de 1739.

Referência	Valor em oitavas
3.170 escravos	7.528 $\frac{3}{4}$
85 escravos com multa	221 $\frac{3}{4}$ e 14 g rãos
Ofícios	137 $\frac{3}{4}$ e 1 grão
Forros e livres que mineram	223 e 7 grãos
Lojas, boticas e cortes de carne	308 $\frac{3}{4}$ 4 grãos
Vendas	84 $\frac{1}{4}$ 11 grãos
Livro de denúncias	52 $\frac{1}{4}$ 4 grãos
Do livro da primeira matrícula de escravos adventícios	22 $\frac{3}{4}$ 4 grãos
Do livro da primeira matrícula as lojas, boticas, vendas e cortes de carne	12 $\frac{3}{4}$ 12 grãos
Total	8.592 e 17 grãos

Fonte: RELAÇÃO (cópia) do ouro da Real Capitação. Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá, 12-09-1740; mss., microfilme Rolo 03, doc. 137, (AHU) – NDIHR/UFMT.

O valor da “capitação e censo” não corresponde a uma parte do ouro extraído das minas que, como recurso natural valioso, era enviado para a metrópole. Antes de tudo, é preciso ter a percepção de que os metais preciosos, como equivalentes gerais, “já saem das entranhas da terra como encarnação direta de todo trabalho humano” (MARX, 1985, p. 104)⁷, ou seja, os números da capitação não correspondem diretamente à quantidade do ouro extraído nas minas que cabia à Fazenda Real, mas sim a uma quantia de trabalho humano, utilizado tanto nas atividades de extração mineral como em outras atividades econômicas. Além de, como as outras mercadorias, encobrir as relações que possibilitaram sua produção, o ouro tem a especificidade de ser também um equivalente geral, ou seja, moeda, dinheiro.

Essa capitação correspondia às minas do Cuiabá e às minas do Mato Grosso. Não tivemos contato com o livro de registro para especificar o rendimento de cada localidade, mas os indícios mostram que a maior parte do valor das capitações é correspondente às “Minas do Cuiabá”. João Gonçalves da Fonseca aponta que no livro de registro da capitação estavam

⁷ Mesmo no sistema de arrecadação através dos quintos, isso também é verdadeiro, embora a caráter fetichista seja ainda mais exacerbado, por tornar o mistério do valor ainda mais difícil de ser decifrado.

matriculados 1100 escravos nas minas do Mato Grosso (FONSECA, 2001, p. 16), valor que corresponde a pouco menos de 32% do total de escravos matriculados no termo da Vila Real.

Percebemos que além da capitação dos escravos, outros itens compõem a lista da arrecadação de tributos, como os ofícios, as lojas, vendas, boticas e cortes de carne, num valor que corresponde a pouco menos de 9% do total. Como valor, o total dos itens pode ser visto como irrisório, mas como indício é significativo, pois o valor em dinheiro “dissimula o caráter social dos trabalhos privados e, em consequência, as relações sociais entre os produtores” (MARX, 1985, p. 84). Os produtos do trabalho “adquirem [...] como valores, uma realidade socialmente homogênea, distinta da sua heterogeneidade” (MARX, 1985, p. 82).

Mesmo que fossem apenas 9% dos rendimentos da Coroa que proviessem de outras atividades que não a extração aurífera, poderíamos afirmar que no ouro que partia para Portugal, na capitação estavam “grudadas” relações de trabalho que embora monetariamente correspondessem a um pequeno percentual, envolviam uma parcela significativa da população, que não pode ter sua história, mesmo do ponto de vista econômico, reduzida a índices de valor monetário.

Veremos, todavia, que os valores das atividades não diretamente ligadas à mineração correspondem a um percentual bem mais expressivo dessa capitação. Segundo José Gonçalves da Fonseca, dos 1100 escravos “que constam pelo livro da matrícula da capitação [...] somente seiscentos é que poderão empregar nas faisqueiras e nas lavras, por se ocupar o resto de lavouras de mantimentos” (FONSECA, 2001, p. 16). Portanto, 500 escravos nas “minas do Mato Grosso”, dos quais foram cobradas taxas de capitação, não se ocupam da produção aurífera.

Seria muito arbitrário aplicar a mesma relação entre escravo das minas e escravo das lavouras para as minas do Cuiabá. No entanto, no mesmo relato, Fonseca aponta que havia, nas imediações da Vila Real, dezesseis engenhos (FONSECA, 2001, p. 34). Apesar de não estarem desenvolvendo atividades mineiras, os senhores de engenho pagavam a capitação sobre os seus escravos⁸. Levando em conta que em média havia de 20 a 30 trabalhadores escravos por engenho⁹, tomando o número de 25 como média, teríamos cerca de 400 escravos.

⁸ Ver CARTA de Luiz de Mascarenhas ao rei D. João V. São Paulo, 03-10-1744; mss., microfilme Rolo 02, doc. 184, (AHU) – NDIHR/UFMT. JUNTA da câmara da Vila Boa de Goiás. Vila Boa de Goiás, 23/05/44. mss., microfilme Rolo 02, doc. 184, (AHU) – NDIHR/UFMT.

⁹ CARTA do ouvidor João Gonçalves Pereira ao rei D. João V; Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá, 07-10-1736; mss., microfilme Rolo 01, doc. 89, (AHU) – NDIHR/UFMT.

A estimativa mínima de mão-de-obra escrava em atividades rurais matriculada na capitação seria de 900 escravos, correspondendo a pelo menos 28, 4% da renda total obtida com a matrícula de escravos. Somando-se o valor aproximado de 2.137 oitavas da capitação destes escravos com 766 oitavas de outras atividades econômicas (boticas, vendas, lojas e etc), temos o número de 2903 oitavas, que corresponde a 33% do total da renda da capitação. Valor sem dúvida significativo, mesmo para os historiadores da economia que confundem importância econômica com índice monetário.

Não é apenas na captação que homens e mulheres, escravos e livres pobres do campo, imprimiram suas marcas no ouro que era enviado para Portugal. No pagamento dos direitos dos dízimos e das entradas (que correspondem ao imposto sobre a produção rural e da entrada de mercadorias em áreas mineradoras), é possível perceber a dimensão das atividades rurais e do comércio no centro da América do Sul.

Esses direitos, muitas vezes, não eram cobrados diretamente pela Coroa, ficando ao encargo de sociedades ou particulares, que arrematavam os contratos de cobrança desses tributos. Esses contratos têm sido analisados de forma mais atenta em trabalhos recentes. O estudo do Sampaio (2001), por exemplo, analisando os contratantes do Rio de Janeiro, afirma que “a contratação de rendimentos e monopólios régios constituía [...] um poderoso instrumento de acumulação e de influência [...] propiciando a formação de uma elite” (SAMPAIO, 2001, p. 98).

Em uma carta enviada ao rei, em 1722, o governador da capitania de São Paulo escreve o governador do Rio de Janeiro comunicando que os dízimos de Cuiabá, neste mesmo ano, foram arrematados por 18:000\$00 anuais, um valor exorbitante para a época. Na mesma carta, o governador de São Paulo aponta que no princípio da exploração nas minas das Gerais, nunca os dízimos destas, somados com os dízimos de São Paulo, ultrapassaram 7:200\$000¹⁰. Os dízimos do Rio de Janeiro, em 1712, foram arrematados por 13:333\$333 anuais. O valor deste primeiro contrato pode ser justificado pelos altíssimos preços dos produtos agrícolas e talvez tivesse como base mais uma economia potencial, tendo, como referência, talvez, a experiência das Gerais, do que a realidade das atividades produtivas desenvolvidas nas “minas do Cuiabá”. Os valores dos contratos posteriores são muito diferentes. Ao longo da primeira metade do século XVIII, mantiveram-se estáveis em torno de 5:800\$000 anuais¹¹. Estudos

¹⁰ CARTA de Rodrigo César de Menezes ao governador do Rio de Janeiro. São Paulo, 02-05-1722. mss., livro C001 doc. 42, APMT.

¹¹ RELAÇÃO (cópia) do ouro da Real Capitação. Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá, 12-09-1740; mss., microfilme Rolo 03, doc. 137, (AHU) – NDIHR/UFMT.

como o de Helen Osório sobre a arrematação de contratos reais podem nos auxiliar a relacionar esses valores com os contratos de outras regiões da América Portuguesa:

O contrato dos dízimos do povoado de Santos, São Paulo e Rio Grande de São Pedro foi arrematado por Pedro Gomes Pereira, em 1747, por 10:600\$000 anuais, não sendo discriminado o montante relativo a cada uma das áreas. Na arrematação seguinte, em 1750, houve especificação de valores: de um total de 10.815\$000, correspondiam ao Rio Grande e Santa Catarina 30% deste valor, e a São Paulo e Paranaguá, 70%. (OSÓRIO, 2001, p. 111).

Fazendo as contas, os dízimos de São Paulo e Paranaguá, em 1750, correspondem ao valor de 7:570\$000; os de Rio Grande e Santa Catarina, a 3:244\$000, valores que colocam o contrato dos dízimos de Cuiabá em posição intermediária. No entanto, em relação aos contratos dos dízimos arrematados em Minas Gerais, Rio de Janeiro, Pernambuco e Bahia, o valor do contrato das “minas do Cuiabá” são bem menores.

TABELA II
Dízimos da Bahia, Pernambuco, Rio de Janeiro e Cuiabá: 1727-42 – em mil-réis.

Anos	Bahia	Pernambuco	Rio de Janeiro	Cuiabá
1727	72:050	20:000	16:900	5:800
1729	72:050	20:500	18:920	6:800
1741	52:420	11:260	19:205	6:920
1742	52:420	11:260	19:208	6:920

FONTE: FLORENTINO, Manolo; FRAGOSO, João L. **O arcaísmo como projeto**: mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil em uma economia colonial tardia. Rio de Janeiro, c. 1790 – c. 1840, p. 246 (adaptado). **RELAÇÃO** (cópia) do ouro da Real Capitação. Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá, 12-09-1740; mss., microfilme Rolo 03, doc. 137, (AHU) – NDIHR/UFMT.

Se desprezarmos os valores absolutos e nos atermos à renda dos dízimos por habitante, os valores se invertem, dada a disparidade demográfica das regiões.

Apesar de, como salientou João Fragoso, a arrematação de contratos envolverem “negociações entre funcionários do rei e os arrematadores” (FRAGOSO, 2001, p. 65) que não são necessariamente pautadas em questões puramente econômicas, acreditamos que os valores podem ser, levando em conta inclusive essas “negociações”, indícios da produção e da circulação de mercadorias.

Também os direitos das entradas fornecem indícios importantes. Em 1740, o valor anual do contrato, para os caminhos que ligavam as minas da capitania de São Paulo, era de 22 arrobas e meia libra de ouro¹². O valor do mesmo contrato para os caminhos que ligavam Rio de Janeiro a Minas Gerais era, no mesmo ano de 1740, de 50 arrobas, mais que o dobro, enquanto para os caminhos que por Pernambuco e Bahia chegavam a Minas Gerais, o valor

¹² TERMO DE ARREMATACÃO (cópia) dos rendimentos das entradas para as minas da capitania de São Paulo. Lisboa, 29-01-1742. mss., microfilme Rolo 03, doc. 160, (AHU) – NDIHR/UFMT.

era de 34 arrobas. Somando-se todos os valores, os direitos das entradas rendiam à Coroa 106 arrobas e meia libra de ouro. O percentual que corresponde às minas da capitania de São Paulo é pouco mais de 22%, valor bastante expressivo, visto a diferença nos índices demográficos entre as regiões.

Quem mais lucrava com os contratos, obviamente, eram os contratadores. Segundo Helen Osório, “os contratos eram mais lucrativos que os engenhos e o tráfico de escravos” (2001, p.116). Mas além de demonstrar um dos mecanismos utilizados pela elite colonial e metropolitana para acumular capital, a análise dos contratos mostra que o “conjunto de lavradores, comerciantes e artífices” formavam um “circuito de acumulação de rendas” (FRAGOSO, 2001, p. 65) que, de acordo com os valores expressados, são monetariamente significativos, mas, principalmente, são reveladores de uma série de atividades econômicas essenciais para a reprodução da sociedade colonial.

Por meio da análise do fetichismo da mercadoria-ouro, conseguimos reconstruir alguns laços que ligavam as atividades econômicas reproduzidas no centro da América do Sul a uma história monetária tão evidenciada por Godinho, Mauro e Vilar. Se uma parte da riqueza produzida nas minas do Cuiabá e Mato Grosso iam, em forma de ouro, com destino à Lisboa, o que acontecia com a riqueza que os tributos reais e eclesiásticos não conseguiam levar? As análises de Osório e Sampaio, como vimos, destacaram o papel dos contratos na formação de elites, o que é plenamente demonstrável em suas análises. No entanto, essa acumulação por parte de agentes coloniais é apenas um ponto intermediário dos circuitos de acumulação do capital mercantil. Ao menos que admitamos a hipótese de que toda essa riqueza permanecia na América Portuguesa, temos levar em conta que havia outros meios para escoá-la para além do continente americano. Na análise que fizemos até agora, é possível inferir que era por meio do comércio que essas mercadorias, não necessariamente com suas propriedades físicas, mas principalmente como valor, ligavam-se a redes mercantis que atravessavam o oceano Atlântico e chegavam à Europa, África e Ásia.

A utilização da noção de “fetichismo da mercadoria” de Marx pode ter soado como um atraso, um retorno, em um momento de renovação epistemológica da historiografia. No entanto, parece-nos que essa noção tem convergências com as reflexões contemporâneas, muitas das quais a historiografia econômica reluta em incorporar¹³. Pretendemos mostrar que a análise do “caráter misterioso” da mercadoria-ouro pode contribuir para que os historiadores dedicados aos estudos sobre o funcionamento da economia dediquem-se aos estudos dos

¹³ Um belo exemplo da utilização criativa do conceito de fetichismo da mercadoria encontra-se no capítulo “Antonil ou as lágrimas da mercadoria”, do livro **Dialética da Colonização**, de Alfredo Bosi (1992, p. 149-175).

valores, não apenas como “índices”, mas principalmente como “indícios” (GINZBURG, 1989).

Referências Bibliográficas

BOSI, Alfredo. **Dialética da colonização**. São Paulo: Cia. das Letras, 1992.

CANAVARROS, Otávio. **O poder metropolitano em Cuiabá (1727-1748)**. Cuiabá: Ed. da UFMT, 2004.

FRAGOSO, João L. A formação da economia colonial no Rio de Janeiro e de sua primeira elite senhorial (séc. XVI e XVII). In: FRAGOSO, João L., BICALHO, Maria F.; GOUVÊA, Maria F. S. **O antigo regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, p. 29-71.

FLORENTINO, Manolo e FRAGOSO, João. **O arcaísmo como projeto: mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil em uma economia colonial tardia: Rio de Janeiro, c. 1790- c. 1840**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

FRAGOSO, João L., BICALHO, Maria F.; GOUVÊA, Maria F. S. **O antigo regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

GINZBURG, Carlo. **Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história**. São Paulo: Cia das Letras, 1989.

GODINHO, Vitorino Magalhães. Portugal, as frotas do açúcar e as frotas do ouro (1670-1770). **Revista de História**, São Paulo, n. 15, 1953, p. 69-88.

JESUS, Nauk Maria de. **Na trama dos conflitos: a administração na fronteira oeste da América portuguesa (1719-1778)**. 428f, 2006. Tese (Doutorado em História) - Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói.

MARX, Karl. **O capital**. Livro I. Vol. I. Rio de Janeiro: Difel, 1985.

OSÓRIO, Helen. As elites econômicas e a arrematação dos contratos reais: o exemplo do Rio Grande do Sul (século XVIII). In: FRAGOSO, João L., BICALHO, Maria F.; GOUVÊA, Maria F. S. **O antigo regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, p. 107 - 137.

PINTO, Virgílio Noya. **O ouro brasileiro e o comércio anglo-português**. São Paulo, Cia. Editora Nacional, 1979.

ROSA, Carlos Alberto; JESUS, Nauk Maria (Orgs). **A terra da conquista: História de Mato Grosso Colonial**. Cuiabá: Adriana, 2003.

SÁ, José Barboza de. **Relação das povoações do Cuiabá e Mato Grosso de seus princípios até os presentes tempos**. Cuiabá: Ed. UFMT/Secretária de Educação e Cultura, 1975.

SIMONSEN, Roberto. **História econômica do Brasil (1500-1820)**. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1978.

VILAR, Pierre. **Ouro e moeda na história (1450-1920)**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.